

Coletânea de Artigos Conhecimento em Pauta

Volume 7

Artigos Científicos
GRADUAÇÃO 2018/1

Unoesc Chapecó
Julho 2018

Organizadores:

Diego Beal
Celso Paulo Costa
Daiane Pavan
Inocencia Boita Dalbosco
Gilberto Pinzetta



Editora Unoesc

© 2018 Editora Unoesc

Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da Editora.

Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, 89600-000 – Joaçaba – Santa Catarina, Brasil

Fone: (55) (49) 3551-2065 – Fax: (55) (49) 3551-2004 – editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação

Tiago de Matia

Revisão linguística e metodológica: Bianca Regina Paganini

Revisão eletrônica: Caren Scalabrin, Jessica Albuquerque, Simone Dal Moro

Projeto gráfico: Simone Dal Moro

Capa: Gilmar Paloschi

Diagramação: Jessica Albuquerque

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F981c	Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina. Campus de Chapecó Conhecimento em pauta: artigos científicos graduação 2018/1 / organizadores: Diego Beal ... [et al.]. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2018. 532 p. -- (Série Coletânea de Artigos, v. 7) ISBN 978-85-8422-189-9 1. Ensino superior - Pesquisa. 2. Conhecimento. I. Beal, Diego, (org.). II. Título. CDD 378
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária – Campus Joaçaba

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor

Aristides Cimadon

Vice-reitores de Campi

Campus de Chapecó

Ricardo Antonio De Marco

Campus de São Miguel do Oeste

Vitor Carlos D'Agostini

Campus de Videira

Ildo Fabris

Campus de Xanxerê

Genesio Téo

Diretora Executiva da Reitoria

Cleunice Frozza

Pró-reitora de Graduação

Lindamir Secchi Gadler

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão

Fábio Lazzarotti

Comissão Científica (Avaliadora)

Carla de Almeida Martins Basso

Camília Susana Faler

Celso Paulo Costa

Daiane Pavan

Diego Beal

Inocencia Boita Dalbosco

Mônica Raquel Sbeghen

Comissão Organizadora

Diego Beal

Celso Paulo Costa

Daiane Pavan

Inocencia Boita Dalbosco

Gilberto Pinzetta

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....7

ARTIGOS ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA

A LEI COMPLEMENTAR N. 150/2015 E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS A PARTIR DA ANÁLISE DA TEORIA DO RECONHECIMENTO 11
Ana Carla Batista, Leonardo Dlugokenski, Robison Tramontina

APENADAS TRANSGÊNEROS: POR UMA EXECUÇÃO PENAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA..... 33
Jordana Marasca, Juliano Seger

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA RELIGIÃO: DA SEMÂNTICA AOS PRINCIPAIS POVOS DA ANTIGUIDADE..... 53
Leonardo Dlugokenski

INCRIMINAÇÃO DO ABORTO: RELEITURA DO INJUSTO PENAL EM INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO .. 67
Stephani Steffen, Juliano Seger

PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NA JUSTIÇA PENAL NEGOCIADA: POR UM CRITÉRIO REITOR DA PROPOSTA DE TRANSAÇÃO PENAL..... 97
Diana Tibolla, Juliano Seger

ARTIGOS ÁREA DAS CIÊNCIAS DA VIDA E SAÚDE

A ESCUTA ESPECIAL EM SITUAÇÕES DE ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A PERCEPÇÃO DOS DIFERENTES PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA 117
Cleocimar Aigner Paludo, Marlize Paese, Ana Paola Grando, Fábio Augusto Lise

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DO SUICÍDIO 133
Deisy Alves Delgado, Edson Pilger Dias Sbeghen

A INFLUÊNCIA DA QUALIDADE DAS RELAÇÕES CONJUGAIS NA SATISFAÇÃO DO CASAL	149
Cleocimar Aigner Paludo, Aline Canonica Ana Paola Grando, Fábio Augusto Lise	
A VIVÊNCIA E A PERCEPÇÃO DOS FAMILIARES DOS PACIENTES ONCOLÓGICOS	165
Iasmini Fatima Rosa, Edson Pilger Dias Sbeghen	
ANÁLISE COMPARATIVA DE INSTRUMENTOS PSICOLÓGICOS VOLTADOS À AVALIAÇÃO DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	181
Dirceu Luis Minella, Francine Cristine Garghetti	
AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR NA INFÂNCIA	201
Ana Letícia Reska, Tatiane Sberse, Francine Cristine Garghetti	
CONDIÇÕES GERAIS DE SAÚDE E HÁBITOS DE VIDA DOS DISCENTES DA UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA (UNOESC)	221
Jonathan Filipe Pasqualotto, Danielle Ledur Antes	
DIGA-ME SOBRE TEU SEXO, QUE TE DIREI QUEM ÉS	245
Paula Hosana Silveira Biazus, Douglas Casarotto de Oliveira, Edson Pilger Dias Sbeghen	
DIMINUINDO A SOLIDÃO: COMPREENDENDO O NOVO RELACIONAMENTO AMOROSO NO ENVELHECIMENTO	269
Stella Smaniotto Graciani, Karine Schwaab Brustolin	
MÉTODO DE RORSCHACH NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DE CRIANÇAS	287
Antonio Rotta, Francine Cristine Garghetti	
MOTIVOS QUE LEVAM À PRÁTICA DO YOGA E A PERCEPÇÃO DOS SEUS BENEFÍCIOS SOBRE A SAÚDE.....	305
Marlon Santin, Jucielly Carla Téó, Daniela Zanini, Danielle Ledur Antes	
PROFISSIONAIS DO SEXO: UM RELATO DESCRITIVO	329
Fábio Augusto Lise, Gêssica Regina Borgmann, Ana Paola Grando, Cleocimar Agner Paludo	

QUALIDADE DE VIDA EM PRATICANTES DE HATHA YOGA
DA REGIÃO SUL DO BRASIL 349
Andressa Marafon Possa, Danielle Ledur Antes, Daniela Zanini

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES SOBRE AS
REDES DE APOIO SOCIAL..... 363
Fábio Augusto Lise, Marciana Calegari, Ana Paola Grando, Cleocimar
Aigner Paludo

TRABALHO DOS BOMBEIROS: COMO REAGEM A CADA
SITUAÇÃO QUANDO EXISTE VÍNCULO AFETIVO 379
Ana Paola Grando, Paloma Lucia Wilsen, Cleocimar Aigner Paludo,
Fábio Augusto Lise

UMA COMPREENSÃO DA VIVÊNCIA DO LUTO EM PESSOAS
QUE SOFRERAM AMPUTAÇÃO FÍSICA 395
Diana Geremia, Edson Pilger Dias Sbeghen

ÁREA DAS CIÊNCIAS EXATAS E TÉCNOLÓGICAS

DESAFIO NACIONAL DO PLANEJAMENTO URBANO EM MEIO
À URBANIZAÇÃO DESREGRADA – IMPACTOS E MEDIDAS
TOMADAS NA CIDADE DE CHAPECÓ, SANTA CATARINA..... 411
Larissa Menegatti, André Luiz Lorenzoni, Márcia Regina Sartori Damo

INTERFACE E USUÁRIOS. UM ESTUDO DE CASO DA IN-
TERFACE DO SOFTWARE QUANTUM SERVER..... 427
Saimom Henrique Basso, Jean Carlos Hennrichs

USO DO SOFTWARE UNITY NO ENSINO DA FÍSICA: UM
ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO 447
Tailo Mateus Gonsalves, Jean Carlos Hennrichs

ARTIGOS ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

INVISÍVEL AOS OLHOS: UM ESTUDO SOBRE A QUALIDADE
DE VIDA NO TRABALHO DOS GARIS 465
Ana Paola Grando, Caroline Maria Tronco, Cleocimar Aigner Paludo,
Fábio Augusto Lise

PERSPECTIVAS ACERCA DA APRENDIZAGEM DE ADOLES-
CENTES NO MERCADO DE TRABALHO 479

Carlos André Guerreiro Silva, Letícia Machado, Sayonara de Fátima Teston
PROGRAMA DE APRENDIZAGEM EM UMA AGROINDÚSTRIA:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVI-
MENTO PROFISSIONAL DO JOVEM NAS ORGANIZAÇÕES..... 499
Marciele Martini de Lima, Karine Swchaab Brustolin

SEGURANÇA PÚBLICA: UM DEVER DO ESTADO E UM DI-
REITO DE TODOS515
Alisson Junior Cozzer·Carla Patrícia Ciotta, Dirceu Luis Minella, Paulo
Celito Pizolotto·Camilia Susana Faler

APRESENTAÇÃO

Reunir a produção científica de qualidade, de diversas áreas do Conhecimento, e distribuí-la de forma gratuita à comunidade acadêmica e, mais do que isso, a toda a sociedade, é, sobretudo, uma ação de inclusão. Isso é, definitivamente, a essência da Unesco, de atuar como agente de desenvolvimento regional. Por isso, apresentar a V Edição da Coletânea de Artigos Conhecimento em Pauta da Unesco Chapecó é uma grande honra e uma imensa alegria.

Nas próximas páginas você poderá saborear uma obra cuidadosamente preparada, que reúne excelentes artigos produzidos de forma responsável, pulverizados em diversas especialidades. É uma importante iniciativa de popularização da ciência e da tecnologia produzidas nos espaços acadêmicos, tornando o conhecimento acessível e aplicável. Esse é o papel das universidades, não somente de formar profissionais competitivos, mas também de criar e disseminar conhecimento e tecnologia por meio da pesquisa básica e/ou aplicada, assumindo o protagonismo como catalizadoras do processo de desenvolvimento do nosso País, Estado e região.

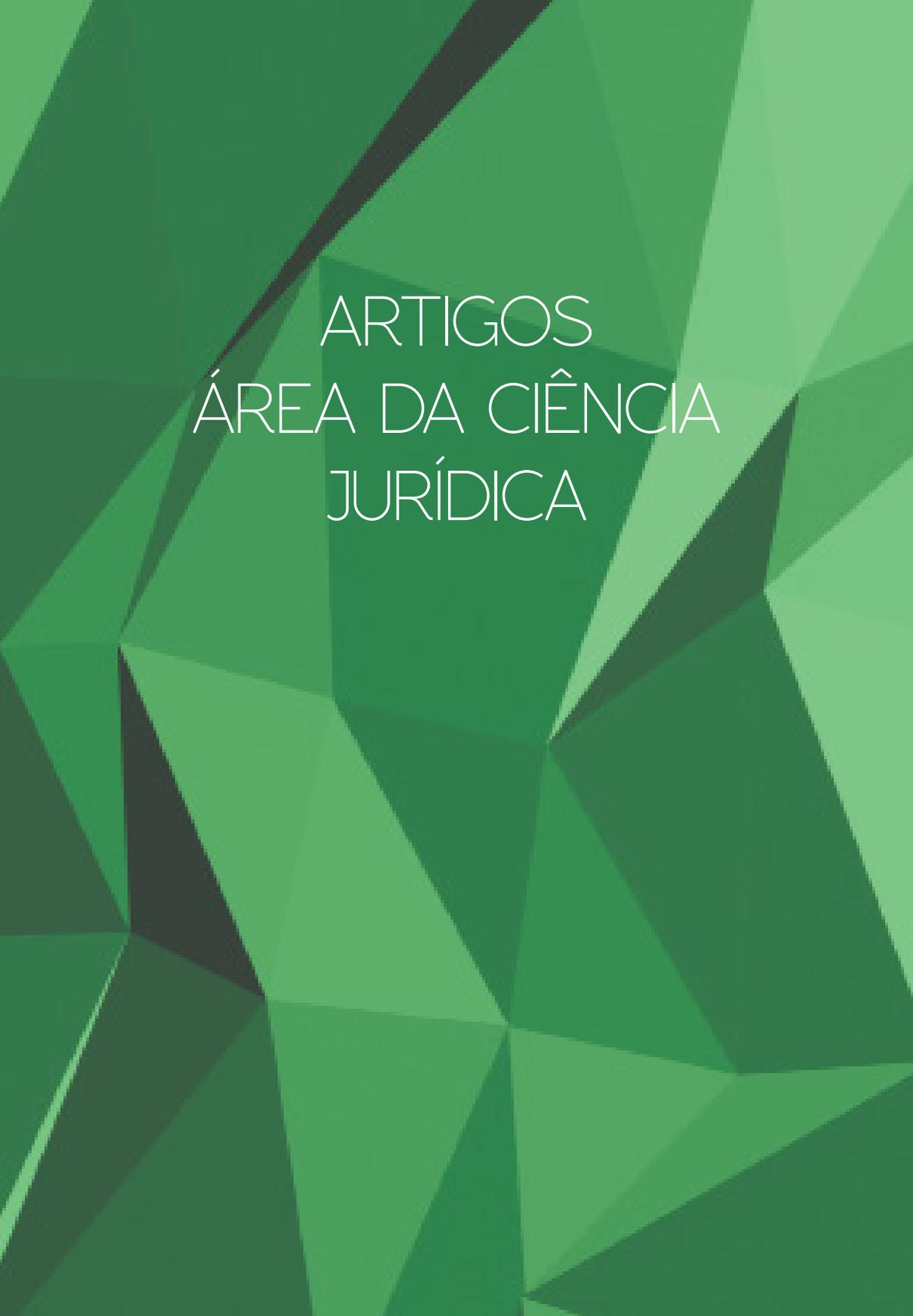
O conhecimento científico, que é o cerne de publicações como esta, é uma importante ferramenta de transformação social e tecnológica. Produzir ciência é, por essência, avançar na construção do saber em uma área do conhecimento, investigar e propor soluções, construir novas leis e teorias a fim de solucionar problemas. É esse questionamento incessante, dos muitos “porquês” e da análise crítica persistente, que nos possibilitou evoluir como sociedade. Nesse sentido, publicações dessa natureza têm relevância significativa não somente no meio acadêmico, mas, especialmente, para os profissionais das próximas gerações. O profissional do futuro é aquele cada vez mais intensamente apoiado no conhecimento, que possa fortalecer sua capacidade de interagir com a realidade altamente dinâmica de forma eficiente. Por isso, esperamos que aproveite com concentração e reflexão esta Coletânea feita com

tanto carinho, para que possa transformar essas informações valiosas em conhecimento de fato.

Por fim, não podemos deixar de agradecer profundamente a todos que contribuíram para a elaboração e publicação deste e-book, disseminando parte dos conhecimentos científicos produzidos na Unoesc, a qual prioriza o ensino de qualidade e a integração com o desenvolvimento regional. Carinhosamente, o nosso muito obrigado.

Uma excelente e agradável leitura a todos!

Professora Lindamir Secchi Gadler
Pró-reitora de Graduação
Unoesc



ARTIGOS
ÁREA DA CIÊNCIA
JURÍDICA

A LEI COMPLEMENTAR N. 150/2015 E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS A PARTIR DA ANÁLISE DA TEORIA DO RECONHECIMENTO

Ana Carla Batista¹
Leonardo Dlugokenski²
Robison Tramontina³

RESUMO

No presente artigo teve-se como objetivo analisar a teoria crítica do filósofo Axel Honneth e a efetividade da Lei Complementar n. 150/2015 nos direitos concedidos à classe trabalhadora doméstica. Inicialmente analisa-se a construção da realidade social dos grupos sociais e o desenvolvimento da legislação brasileira sobre os direitos concedidos às empregadas domésticas. Na segunda parte trata-se da teoria do reconhecimento do filósofo Axel Honneth, destacando-se as esferas de reconhecimento, que podem ser verificadas nas relações de amor, direito e solidariedade, representado, respectivamente, autoconfiança, autorrespeito e autoestima e também as patologias diagnosticadas nos estudos honnethianos que podem interferir em qualquer uma das referidas esferas. Por fim, verifica-se a falta de efetividade dos direitos concedidos à classe trabalhadora doméstica em uma análise sobre as experiências vivenciadas por empregadas domésticas residentes na Cidade de Chapecó. No presente estudo objetivou-se verificar a existência de patologias nas esferas de reconhecimento analisando os referidos casos práticos e qual a interferência das patologias na falta de efetividade de direitos já concedidos.

Palavras-chave: Teoria do reconhecimento. Empregadas domésticas. Lei Complementar n. 150/2015. Efetividade.

¹ Graduada em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; anacarlabatista38@gmail.com

² Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo; especialista na área de Sociologia pela Universidade de Passo Fundo; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina; leonardo.dlugokenski@unoesc.edu.br

³ Doutor e Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professor no Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais da Universidade do Oeste de Santa Catarina; robison.tramontina@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho tem-se por objetivo a análise da categoria do trabalho doméstico no que concerne às empregadas domésticas, sejam elas mensalistas ou diaristas. Busca-se analisar se após o aumento dos direitos conferidos a essa classe, com o advento da Lei Complementar n. 150/2015, houve a diminuição nos índices de discriminação e a efetiva implantação dos direitos fornecidos à luz da teoria do reconhecimento de Axel Honneth.

Verificar-se se a concessão de direitos por meio da lei, apenas a prestação jurídica, traria às trabalhadoras da classe doméstica o devido reconhecimento como sujeitos de direito, e se as empregadas domésticas encontram dificuldades no mercado de trabalho e nos grupos sociais que participam em razão da profissão. Apura-se se o tratamento conferido às empregadas domésticas no meio social atinge e/ou dificulta a concessão de direitos.

Analisa-se os dispositivos legais que conferem direitos à classe, a discriminação social enfrentada por esses trabalhadores e a identificação das patologias descritas por Honneth para a luta por reconhecimento. Ainda, desta análise, busca-se chegar à verificação da teoria crítica da luta por reconhecimento para visualizar a efetiva aplicação prática do instituto e a eventual resolução dos conflitos.

Ao final, por meio de pesquisa de campo realizada com empregadas domésticas da Cidade de Chapecó, aplicando os questionamentos a empregadas domésticas associadas ao Sindicato de Trabalhadores Domésticos da cidade de Chapecó, SC, bem como às profissionais não sindicalizadas, objetiva-se com as entrevistas aferir a relação existente entre empregado e empregador e se esta influencia na discriminação ou nas patologias descritas por Honneth. A pesquisa de campo realizou-se para verificação da relação existente entre patroa e empregada, se essa relação causa reflexos e patologias na concessão e aplicação dos direitos da classe trabalhadora e se elas acreditam que os direitos existentes possuem efetividade dentro da realidade social vivida.

2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DOMÉSTICO

Nesta seção inicial, busca-se trazer conceitos básicos sobre trabalho doméstico, bem como as suas características fundamentais. Além da conceituação jurídica, necessária à classificação e enquadramento profissional, trata-se, também, da condição social vivida pelas empregadas domésticas. Ainda, será trabalhada a distinção da classe social dessas trabalhadoras.

No presente trabalho traz-se como enfoque, além das empregadas domésticas que possuem vínculo trabalhista estabelecido e tenham carteira de trabalho assinada, as empregadas domésticas sem vínculo regulamentado. Ressalta-se que a pesquisa se limita a tratar das empregadas domésticas do gênero feminino por serem maioria, conforme dados do Ministério do Trabalho e IPEA, divulgados em fontes governamentais, que apontam o percentual de 92%, totalizando a maioria de empregados.

Em um primeiro momento é importante destacar a classificação legal do trabalhador doméstico. Conforme ressalta Delgado (2015), o conceito de empregado doméstico definido na lei abrange as cinco características necessárias aos empregados, porém possui outros três requisitos próprios ao doméstico na sua classificação. Então, para classificação de empregado doméstico deve existir oito requisitos: onerosidade, pessoalidade, pessoa física, subordinação e não eventualidade (estes comuns a todos os empregados), além disso, como pressupostos apenas da classe doméstica, deve haver: finalidade não lucrativa dos serviços, serviços realizados apenas para pessoa física ou família e prestação dos serviços apenas nas residências dos tomadores.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), na cartilha dos Direitos e Deveres do Empregado Doméstico (2015), entre os requisitos ressaltados, traz como traço diferenciador do trabalhador doméstico diante dos demais empregados a proibição de que o empregador obtenha lucro por meio da atividade realizada pelo empregado doméstico, sob pena de descaracterização da relação doméstica. Ou seja, no momento em que o empregador obtiver renda no local em que o empregado doméstico

presta seus serviços, o vínculo empregatício perderá o caráter jurídico da relação doméstica e passará a ser considerado vínculo celetista. Nota-se nesse momento que o produto do trabalho doméstico é a satisfação pessoal do empregador, situação que pode acarretar a consideração do empregado doméstico como objeto na relação pessoal entre empregado e empregador.

Destaca-se, nesse ponto, que as empregadas domésticas que prestam trabalho como diaristas, por mais que não estejam com o vínculo trabalhista formalizado, cumprem os requisitos para caracterização do trabalho doméstico, não terão os direitos trabalhistas conferidos, mas fazem parte desta classe social.⁴ Ensina Resende (2014) que nesses casos será aplicada a teoria que busca verificar se a atividade será realizada de forma repetida ou, então, se a atividade estará presente nas atividades permanentes do tomador. Dessa forma, as empregadas domésticas que não realizam as atividades profissionais contínuas, por mais de dois dias, conforme prevê a legislação, ainda assim terão o caráter não eventual, tendo em vista a existência de uma “previsibilidade futura do trabalho” (RESENDE, 2014), garantindo que o trabalho ocorrerá em outra ocasião.

Entretanto, há discussão jurisprudencial para análise de casos controvertidos envolvendo diaristas, conforme ressalta Martinez (2015): “a jurisprudência não fixou entendimento uníssono em torno daquilo que seria ‘serviço de natureza contínua’ para fins da caracterização do emprego doméstico.” Cita-se essa controvérsia como fim de demonstrar que existem dificuldades em relação ao enquadramento do trabalhador doméstico, por vezes sendo recorrido ao Poder Judiciário, todavia para o presente trabalho os conceitos e diferenciações não diferem na relação que será exposta entre empregado doméstico e empregador, pois se tem como objetivo trabalhar a classe das empregadas domésticas abrangendo as empregadas mensalistas e diaristas.

Importante ressaltar que na relação empregado-empregador existe a subordinação e o poder, entretanto este deve observar algumas reflexões. Denota Nascimento (2011) sobre a relação de emprego que

⁴ Classe social é a definição de cada grupo que possui a mesma posição econômica na sociedade.

“sendo o empregado um trabalhador subordinado, o empregador tem direitos não sobre a sua pessoa, mas sobre o modo como sua atividade é exercida”, não podendo as atitudes da patroa em relação às empregadas domésticas ultrapassar os limites contratuais.

Portanto, as empregadas domésticas devem trabalhar se adequando ao trabalho necessário naquele ambiente familiar e de acordo com o seu empregador, contudo a relação doméstica faz com que o vínculo trabalhista seja íntimo, e a empregada acaba por fazer parte da rotina familiar, existindo um ponto crítico que deve ser observado na relação existente para que não se ultrapasse o limite trabalhista e acabe por não conceder direitos tendo em vista o vínculo afetivo criado (BRUGINSKI, 2013, p. 108).

Nesta seção foram demonstradas as características básicas do trabalho doméstico e alguns pontos de discriminação já foram apresentados, estes encontrados apenas da análise inicial doutrinária do Direito. Nas seções que seguem se busca, então, entender as demais dificuldades enfrentadas por essa classe no que diz respeito aos seus direitos e a oportunidades oferecidas pela sociedade, para tanto, é necessária a verificação das condições do mercado de trabalho.

3 A TEORIA CRÍTICA DO RECONHECIMENTO

Para se iniciar o estudo da teoria do reconhecimento, do filósofo alemão Axel Honneth, destaca-se que entre toda a sua trajetória fez parte dos pensadores da Teoria Crítica ou também denominada no pós-guerra Escola de Frankfurt.⁵ Ressalta-se que filósofos e estudiosos como

⁵ A Escola de Frankfurt representou ao mesmo tempo uma teoria social e um grupo de intelectuais. Sendo que logo no pós-guerra deixou de ser uma unidade geográfica, tendo em vista que o nome surgiu após os escritos de seus principais teóricos, Adorno, Marcuse, Benjamin e Habermas, e acabou transferindo a sua produção intelectual, em sua maioria para fora de Frankfurt. A definição “Escola de Frankfurt” designou a instituição que organizou os trabalhos de intelectuais marxistas, não ortodoxos, que permaneceram à margem do pensamento marxista-leninista clássico, no que diz respeito à teoria e ideologia e, também, na linha militante e partidária (FREITAG, 1993).

Horkheimer e Adorno fizeram com que a instituição se fortalecesse como campo de referência na criação de teorias e estudos sociais.

Nobre (2003, p. 8) diz que a “‘Teoria Crítica’, entretanto, designa um campo teórico muito mais amplo do que simplesmente essa configuração histórica que ficou conhecida como ‘Escola de Frankfurt’”, sendo que foi criada em 1937 em um dos escritos de Max Horkheimer,⁶ definindo em princípio como “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” o que estivesse designado como ponto de estudo na teoria marxista. Após essa primeira definição dada em 1937, “Teoria Crítica”, acabou por se tornar a base teórica dos pensamentos tradicionais (NOBRE, 2003).

O filósofo Axel Honneth, como já abordado, está inserido na escola da filosofia crítica que tem como análise o ser social com enfoque nas relações de subordinação, trabalho e reconhecimento. Os primeiros aspectos ressaltados por Honneth partem dos escritos de Hegel que abordam premissas subjetivas de existência de uma luta social de integração entre os indivíduos, partindo de Maquiavel e Hobbes, estes em um contexto completamente diferenciado do vivido pelo jovem Hegel (HONNETH, 2003). Honneth demonstra em sua obra qual foi a evolução dos escritos do período de Jena e cria a base para a sua teoria crítica social, com enfoque na “luta por autoconservação”, “crime e eticidade” e na própria “luta por reconhecimento” nos escritos de Hegel para então iniciar o seu estudo sobre a estrutura das relações sociais de reconhecimento (HONNETH, 2003).

Na construção da teoria do reconhecimento deve-se levar em consideração o ponto de partida do modelo hegeliano em tese especulativa que “a formação do Eu prático está ligada à pressuposição

⁶ Horkheimer foi um filósofo nascido em Stuttgart, que iniciou seus primeiros estudos na filosofia aproximadamente em 1913, após passar pelos estudos de letras e de psicologia. Nos estudos filosóficos iniciou por Schopenhauer, e em 1922 defendeu a sua tese de doutorado falando sobre o pensamento de Kant, com o título “Contribuição à antinomia da faculdade de julgar teleológica”. Associou-se ao Instituto para Pesquisa Social em 1923, sendo conhecido por pesquisar a história do movimento trabalhista e do socialismo. Foi titular na Universidade de Frankfurt, o que lhe permitiu ser diretor do Instituto de Pesquisa Social, publicando um trabalho chamado “As origens da filosofia burguesa da história”. Mesmo morando em diversos países nunca se distanciou da teoria crítica e da Escola de Frankfurt.

de reconhecimento recíproco entre dois sujeitos” (HONNETH, 2009, p. 117), sem esquecer que os estudos que partem das linhas de pensamento de Hegel não partiram apenas de especulação e necessitam de uma teoria da psicologia social que sustente o estudo. No final do esquema de conceitos hegeliano são caracterizadas “três formas de reconhecimento na lógica de um processo de formação mediado pelas etapas de uma luta moral.” (HONNETH, 2009, p. 121).

Em uma primeira fase, os primeiros conceitos éticos são criados e deve haver uma consolidada interação de autoconsciência, forma-se então a fase inicial do reconhecimento em que Honneth (2009, p. 136) ressalta que “na medida em que a criança em desenvolvimento reconhece os seus parceiros de interação pela via da interiorização de suas atitudes normativas, ela própria pode saber-se reconhecida como um membro de seu contexto social de cooperação.” Ademais, na fase inicial o ser humano adquire a dignidade quando vê que, por meio da concessão de direitos, é um membro da sociedade; essa noção é conceituada por Mead⁷ que, como uma consciência do seu valor próprio, denomina-se “autorrespeito”.

Prosseguindo nas fases vividas pelo indivíduo existirá um momento em que o ser social entrará em interação com os demais membros da sociedade e o reconhecimento passará a ser entre os indivíduos, de acordo com a afirmação de Honneth (2009, p. 139), “a experiência de ser reconhecido pelos membros da coletividade como uma pessoa de direito significa para o sujeito individual poder adotar em relação a si mesmo atitude positiva”, criando-se, então, a “autorrelação”. (SOBOTTKA, 2013).

Por fim, nos sistema de interação social o ser humano deverá, a partir das noções já existentes, conseguir trazer para si a visão de um ser dotado de características que o conferem uma formação de liberdade suficiente para poder querer para si determinado tratamento que enxerga

⁷ George Herbert Mead, psicólogo que, conforme destacado por Axel Honneth (2009, p. 125), conseguiu traduzir de maneira ímpar “a ideia de que os sujeitos humanos devem sua identidade à experiência de um reconhecimento intersubjetivo.” Sua teoria da psicologia social foi utilizada para transformar a ideia naturalista de Hegel, resultando na teoria do reconhecimento.

no outro. Chama-se essa categoria de “autorrealização”, classificada como “o processo em que um sujeito desenvolve capacidades e propriedades de cujo valor para o meio social ele pode se convencer com base nas reações de reconhecimento do seu parceiro de interação”, (HONNETH, 2009, p. 147).

Dessas interações sociais se destacam simplificada e três padrões de reconhecimento, o inicial pautado no amor, o segundo baseado no direito, e o último denominado solidariedade. Iniciando os estudos das esferas de reconhecimento, quando se fala em amor, o estudo não se restringe a uma relação amorosa sexual, mas trata de todas as relações afetivas, intensas ou não. Essa relação pode ser melhor entendida diante da concepção de Hegel, trazida por Honneth em seu estudo (2009, p. 160), “o amor tem de ser concebido como um ‘ser-si-mesmo em um outro’”, sendo que as noções de reconhecimento nesse ponto serão desenvolvidas pela relação amorosa familiar, entre pais e filhos e dessa interação nascem os aspectos já ressaltados de autorrespeito.

A forma seguinte de reconhecimento responsável pela autorrelação se trata da esfera de direito. “

Hegel e Mead pereberam uma semelhante relação na circunstância de que só podemos chegar a um compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro.” (HONNETH, 2009, p. 178).

Partindo das características de estruturação das relações de reconhecimento, a teoria do filósofo Honneth explica a falta de reconhecimento como uma patologia da construção do ser e nesse momento traz os aspectos necessários para esclarecer as lutas cotidianas das minorias que não encontram igualdade na sociedade. O grande ponto da teoria crítica é explicar os movimentos sociais e seus aspectos, neste momento, ao texto da teoria do reconhecimento, é explicada a origem dos seus problemas. Para Honneth (apud MELO, 2014), essa falta de reconhecimento,

ou o desrespeito a esse reconhecimento, criam um objeto em comum para a luta social e a futura mudança social que advém desses indivíduos. É a partir desse desrespeito moral que se cria uma vertente que buscará esse reconhecimento; esse fenômeno é visto quando as minorias se juntam em busca de direitos, e essa busca é, na verdade, a busca pelo reconhecimento dos direitos.

Para completar a classificação das formas de degradação que acarretam a falta de reconhecimento, encontra-se a necessidade de autorrealização do indivíduo no meio em que vive; essa patologia nasce da ofensa, do desrespeito e da depreciação de alguns modos de vida individuais ou coletivos (HONNETH, 2003, p. 217). Nota-se que a teoria do reconhecimento não abrange apenas o ser individual, mas pode afetar todo um grupo que sofre das mesmas lesões e terá que lutar contra o mesmo desrespeito; destaca-se aqui a luta social das classes que sofrem com a falta de mobilidade social e com as dificuldades enfrentadas pela discriminação social.

Honneth (2009, p. 269), por fim, informa no último capítulo de sua teoria, chamado *Condições intersubjetivas da integridade social: uma concepção formal de eticidade*, que “os sujeitos precisam encontrar reconhecimento numa sociedade moderna como seres tanto autônomos quanto individualizados”, buscando a eticidade moral dos indivíduos, podendo nas redes de reconhecimento existir uma diferenciação nas dimensões de reconhecimento. Conclui, então, que na sociedade atual se busca a interação social de reconhecimento recíproco por uma série de movimento políticos, visto que saber se eles pressupõem transformações sociais que sejam compatíveis com o modo de viver capitalista não interessa mais. À teoria, mas, sim, ao futuro prático das lutas sociais (HONNETH, 2009, p. 280).

4 TEORIA DO RECONHECIMENTO E A REALIDADE SOCIAL DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS

Nessa seção final, aborda-se a realidade social das empregadas domésticas aplicando-se as premissas verificadas na teoria do reconhecimento estudada na seção anterior. Para que se consiga demonstrar o cotidiano das empregadas domésticas e então verificar as dificuldades sociais enfrentadas, realizou-se entrevista com cinco empregadas domésticas residentes na Cidade de Chapecó, cada uma com a sua trajetória e vivência, são elas Maria, Fernanda, Gabriela, Amanda e Bruna (nomes fictícios),⁸ que contaram sobre as suas experiências no trabalho e fizeram com que a presente pesquisa obtivesse o resultado necessário.

Inicialmente, ressalta-se que inúmeros são os aspectos que configuram a classificação do ser doméstica; além do autorreconhecimento dentro de um grupo social, existe a designação étnica e de grupo em que se está inserido, cabendo aos dois trazerem informações para a formação da identidade do trabalho, e que fazem parte do cotidiano das relações sociais (KOFES, 2001). Ainda, ressalta Kofes (2001) que pelo fato de a trabalhadora passar a integrar um outro ambiente familiar e possuir uma interação muito grande com o cotidiano dos que ali vivem, esta torna-se parte das atividades rotineiras, mas dentro da organização do lar, existirá sempre a subordinação entre a empregada e o empregador, ressaltando, ainda, que na relação entre patroa e empregada doméstica existe uma desigualdade entre duas pessoas iguais, como é exemplificado pela autora: “ser humano, pessoa, para incluir as diferentes e desiguais mulheres, mas, também, categorias que afirmam as diferenças entre elas e as desigualdades específicas sem negar uma “identidade”” (KOFES, 2001, p. 124), ou seja, em diversos momentos a empregada doméstica encontrará diferenciações que a inferiorizem.

⁸ A identidade das entrevistadas será preservada para garantir o sigilo das entrevistas e um resultado fiel ao trabalho.

Ademais, como já ressaltado, o trabalho doméstico está inserido em uma das classes de base, não havendo possibilidade de mobilidade social⁹ e ainda podendo ser submetida a tratamento desigual tendo em vista a falta de reconhecimento ligado à solidariedade e à autorrealização social. Honneth (2009, p. 211) classifica as dimensões de personalidades como “imputabilidade moral” e “capacidades e propriedades”, sendo nessas dimensões que os modos de reconhecimento serão, respectivamente, o respeito cognitivo e a estima social.

O trabalho doméstico possui características comuns das atividades que foram ressaltadas no decorrer da presente pesquisa, como o lugar e a situação em que esta se situa na residência e o vínculo que por vezes acaba sendo criado. Esses aspectos são relevantes para criar o espaço e as situações vividas para diagnóstico de possíveis patologias e dificuldades de reconhecimento em uma visão honnethiana, que classifica o processo da formação ética dos seres humanos como objeto advindo das relações entre sujeitos (HONNETH, 2009).

O advento da LC n. 150/2015 foi um marco na concessão das prerrogativas para a classe, entretanto, ainda sobre a relação de direito existente, viu-se uma dificuldade grande de as empregadas domésticas serem vistas como pertencentes desse direito pelos seus empregadores. O que mais foi ressaltado é que se trata de algo obrigatório que poderá causar sanção aos empregadores e não houve a construção social de que as empregadas domésticas são merecedoras desse direito e que ele deve ser protegido e subsidiado. Nesse ponto Honneth (2009) afirma que a autorrealização somente existirá quando a concessão de direitos atingir a coletividade para a criação dos direitos e de relações de direito recíprocas. Da afirmativa se denota o depoimento de Amanda:

Ainda existe esse preconceito ou realmente conseguiu se extinguir isso?
Tratamento é aquilo que falei, claro que a gente não pode generalizar, porque tem muita gente que nos respeita

⁹ Mobilidade social é o termo designado para tratar da mudança de classes entre os grupos ou indivíduos nas organizações e estruturas hierárquicas.

muito, mas quem continuava, que trabalhava, quem tratava as trabalhadoras mal antes continua tratando mal, e ainda de vez em quando, ainda falando “você são só umas trabalhadoras domésticas não têm que ter tanto direito”, então continua ainda, usando a lei pra continuar humilhando. (informação verbal).

Portanto, nota-se que existem patologias nas relações de reconhecimento analisadas, direito e solidariedade. Evidenciou-se que, por mais que o Estado confira o direito às empregadas domésticas para que existam a regulamentação da atividade como profissão e a proteção aos direitos básicos para uma vida digna,¹⁰ de nada adiantará se o empregador não enxergar na relação com o outro o pertencimento do outro em relação ao direito conferido. Ainda, a relação social fica fragilizada considerando que fora da relação empregatícia existe a retaliação que parte dos membros dos demais grupos sociais dos quais a doméstica faz parte.

Ressalta-se que a LC n. 150/2015 foi um avanço na legislação brasileira para concessão de direitos à classe dos trabalhadores domésticos, tratando-se de uma forma de reconhecimento das relações jurídicas, porém a pesquisa levou à indagação de efetividade desses direitos pelo tratamento conferido pelos empregadores aos empregados, podendo acarretar a privação de direitos e exclusão (HONNETH, 2009). O fator de obrigatoriedade do empregador em relação aos direitos conferidos auxiliou na melhora da remuneração do trabalhador, tendo em vista que o aspecto do reconhecimento já foi abordado na seção anterior.

Do INPS não, do INSS né, e também do FGTS que até então não era obrigatório e depois da nova lei foi, tava sendo obrigatório né, esse, também, isso dá uma segurança a mais pra trabalhadora doméstica né, e eu acho que a gente tá conquistando o nosso espaço só que ainda falta muito né, muito aquisição de direitos não significa, significa muita coisa, mas ainda em termos de valorização é[...] (Gabriela, informação verbal).

¹⁰ Seguindo o conceito de dignidade do filósofo prussiano Immanuel Kant, ou seja, quando o indivíduo é tratado como um fim e não um meio pra algo.

Além disso, os relatos trazem violações que são mais que simples descumprimentos da Lei, mas de falta de respeito com a dignidade do empregado doméstico.

Tem, ainda tem, e uma das violências que me chama mais atenção é a violência sexual [...] Porque assim, o que acontece, a trabalhadora às vezes precisa daquele emprego né, e aí ela acaba tendo medo de falar, medo de contar, medo de se defender né, que ela diz assim, “não vão acreditar na gente”, eu sempre tive uma coisa assim, se vai acreditar ou não vai eu não sei, mas eu meto a minha boca no trombone, é um direito que eu tenho de me defender, é um direito que a pessoa tem, às vezes, que nem teve uma trabalhadora ela disse, não faz muito tempo, “eu tenho muito dó da vizinha”, ela disse, “mas não dá pra gente trabalhar lá por causa do vô”, ela disse”. (Amanda, informação verbal).

Com os relatos e apontamentos, vê-se que existem patologias que foram diagnosticadas nas três esferas de reconhecimento aplicadas à classe dos empregados domésticos. E tendo em vista a sonegação de direitos das empregadas domésticas que decorre da falta de reconhecimento social e da construção de uma classe vista como portadora de direitos, demonstra-se, por meio das entrevistas realizadas, que as patologias de reconhecimento atingem o interior da empregada doméstica e atingem, também, a relação existente entre empregado e empregador, comprovando que a teoria crítica social do filósofo Axel Honneth acertadamente encontrou um ponto crucial das relações sociais existentes.

Ou seja, das formas de reconhecimento nasce a exigência social de reconhecimento e conseqüentemente um conflito/luta que será o responsável por restaurar o status de estima social. Então, na busca da eticidade lograda ainda por Hegel, conforme explica Honneth em seu livro, destacando-se as lutas e confrontos sociais, será observado o que influenciou negativamente ou positivamente para que se possa assumir uma posição de criação de lutas particulares (HONNETH, 2009).

Dada a conceituação inicial partida da teoria do reconhecimento, vê-se do relato de Gabriela, que após inúmeras violações ela desenvolveu

um mecanismo de luta para exigibilidade de seu direito: “Porque assim, bem sinceramente, eu não sou uma empregada doméstica que sofro tanto abuso, tanta violência, tanto assédio moral, tanta coisa, porque eu não me permito sabe, muitas vezes eu não me permito, mas algumas companheiras sim, né”, ou seja, a construção apontada por Honneth parte dos momentos em que não há o reconhecimento jurídico, ocasionando a criação de movimentos políticos para o combate das violações e exigibilidade de uma relação de igualdade (HONNETH, 2009). Nesse ponto, para as empregadas domésticas demonstra-se que o movimento político que dará força para a luta social em prol da igualdade e efetividade dos direitos que são concedidos é o sindicato de classe.

Extinguir não conseguiu, porque assim, eu não, mas eu tenho muitas companheiras minhas que são tratadas assim, bem mal nas casas. Eu não sou mais, porque assim, eu chego e coloco como é que eu trabalho, como que é, até porque eu fui sindicalista né, então eu já tenho mais uma... mas assim, se dá dá e se não dá não dá né, daí pega e sai né, vai pra outra. (Maria, informação verbal).

Dessa feita, demonstra-se concreta a teoria do reconhecimento à proposta prática desenvolvida, considerando-se que se nota a falta de reconhecimento nos direitos concedidos à classe trabalhadora doméstica e a clara criação de uma luta social que pode ser individual ou coletiva, nesta última representada pelo sindicato de classes. O último trecho dos estudos honnethianos sugere que as lutas sociais só dependem de si mesmas para a busca de efetividade dos direitos e claramente se elucida a relação existente entre falta de reconhecimento, violações/patologias que podem ser sofridas no dia a dia, porém nesse momento a luta social toma forma e serve de alicerce para todas que ali necessitarem de subsídio.

5 CONCLUSÃO

O objeto da pesquisa foi a classe trabalhadora das empregadas domésticas, e verificou-se as principais características da conceituação do emprego doméstico, em que se percebe a dificuldade de enquadramento no que diz respeito a uma parte da classe trabalhadora de domésticas, as diaristas, que acabam ficando à mercê de discussões jurisprudenciais para o enquadramento. Ainda, por meio da análise dos grupos sociais e dos conceitos de mobilidade social, buscou-se verificar se os conceitos da profissão alteram o tratamento dado às empregadas domésticas. Dessa forma, mostrou-se a dificuldade existente na movimentação social em decorrência da relação de poder que permeia a relação entre empregado e empregador no trabalho doméstico. Ressaltou-se a legislação vigente e o processo de criação dos atuais dispositivos legais que outorgam direitos à classe trabalhadora, com enfoque na Lei Complementar n. 150/2015 e suas mudanças. Ressalta-se que a mudança da legislação partiu das convenções e tratados internacionais.

Na segunda parte do artigo, foi apontado o objeto de estudo da teoria crítica enquanto instrumento de análise social, a qual se demonstrou de extrema importância para a evolução do entendimento das relações sociais, pois rompeu com os pensamentos anteriores e criou uma forma de visualização dos conflitos sociais que parte de uma construção solidificada dos instrumentos de construção de luta social. Além de ser estudada toda a teoria do filósofo Axel Honneth, desde a construção baseada nos escritos de Hegel, até a conclusão e divisões do reconhecimento na fase final da sua tese, caracterizando-se as três esferas necessárias para análise de um conflito social que podem mostrar as principais patologias para a criação de uma luta social que combata esses aspectos.

Realizou-se a pesquisa de campo com entrevistas a seis trabalhadoras da classe doméstica que, por meio das narrativas de seu cotidiano, demonstraram a existência de discriminação e diversas dificuldades enfrentadas na profissão. Os relatos permitiram averiguar a existência de

patologias nas três esferas de reconhecimento. O presente estudo traz uma leitura do contexto social vivido por uma classe trabalhadora, além dos principais reflexos sofridos por uma parte da sociedade.

Mostra-se necessário, então, que as criações legislativas advindas de tratados e acordos internacionais sejam criadas observando-se o contexto social, visando ao entendimento da unidade social para o fortalecimento dos direitos e premissas garantidos em lei. Apenas a formalidade legal e o registro do direito não garante a total efetividade no âmbito real e de vivência do cidadão, o legislador deve ser responsável, pois é responsável pelo impacto social oriundo da lei. Por fim, se em algum momento existirem problemas nas relações interpessoais que são decorrentes do reconhecimento de direitos, em qualquer uma das esferas expostas, iniciará a luta social para resolução desse conflito, visando integrar o indivíduo na relação com outros membros de convívio social e garantindo seus direitos.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. M. de. **Contratos e regulamentações especiais de trabalho**: peculiaridades, aspectos controvertidos e tendências. 3. ed. São Paulo: Ltr, 2008.

BRASIL. Decreto n. 3.597, de 12 de setembro de 2000. Promulga Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 set. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3597.htm>. Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, de 12 dez. 1972. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5859impressao.htm>. Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis no 8.212, de 24 de julho de 1991, no 8.213, de 24 de julho de 1991, e no 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei no 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei no 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jun. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm>. Acesso em: 30 out. 2017.

BRESSIANI, N. Luta por Reconhecimento e diagnóstico das patologias sociais: dois momentos da teoria crítica de Axel Honneth. In: MELO, R. (Coord.). **A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça**. São Paulo: Saraiva, 2011. cap. 9, p. 257-292.

BRONNER, S. E. **Da teoria crítica e seus teóricos**. Campinas: Papi-rus, 1997.

BRUGINSKI, M. K. A concretização do direito humano ao trabalho decente para os empregados domésticos: enfoque na Convenção 189 da OIT e na Emenda constitucional 72/2013. **Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região**, v. 2, n. 17, p. 105-116, abr. 2013. Disponível em: <<https://juslaboris.tst.jus.br/handle/1939/96970>>. Acesso em: 30 out. 2017.

CALSING, R. de A.; ALVARENGA, R. Z. de. Trabalho decente doméstico: a nova Lei Complementar 150/2015. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 5, n. 52, p. 75-98, jul. 2016. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/95436/2016_calsing_renata_trabalho_decente.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 out. 2017.

CHARON, J. M.; VIGILANT, L. G. **Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CHARON, J. M. **Sociologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CHINOY, E. **Sociedade**: uma introdução à Sociologia. 14. ed. São Paulo: Editora Pensamento Cultrix, 2002.

COSTA, J. B. **Sindicato as trabalhadoras domésticas no Brasil**: teorias da descolonização e saberes subalternos. 2007. 274 p. Tese (Doutorado em Sociologia)–Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

CRISSIUMA, R. Trocando o jovem pelo velho: Axel Honneth leitor de Hegel. In: MELO, R. (Coord.). **A teoria crítica de Axel Honneth**: reconhecimento, liberdade e justiça. São Paulo: Saraiva, 2011. cap. 2, p. 55-82.

CYRINO, R. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 66-92, jan./jul. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/8859/5101>>. Acesso em: 30 out. 2017.

DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho**. 14. ed. São Paulo: LTr, 2015.

FERREIRA, D. **Manual de sociologia**: dos clássicos à sociedade da informação. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FREITAG, B. **A teoria crítica ontem e hoje**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, A. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 46-67, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4321/6867>>. Acesso em: 30 out. 2017.

KOFES, S. **Mulher, mulheres**: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

MARTINEZ, L. **Curso de direito do trabalho**: relações individuais, sindicais e coletivas de trabalho. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MATOS, O. C. F. **A escola de Frankfurt**: luzes e sombras do iluminismo. São Paulo: Moderna, 1993.

MELO, R. Da teoria à práxis? Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 15, p. 17-36, set./dez. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522014000300017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 out. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Trabalhadores domésticos**: direitos e deveres. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://portal.esocial.gov.br/manuais/cartilha-trabalhadores-domesticos-direitos-e-deveres>>. Acesso em: 30 out. 2017.

NASCIMENTO, A. M.; NASCIMENTO, S. M. **Curso de direito do trabalho**: história e teoria geral do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NASCIMENTO, A. M.; NASCIMENTO, S. M. **Direito contemporâneo do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NASCIMENTO, A. M.; NASCIMENTO, S. M. **Iniciação ao direito do trabalho**. 35. ed. São Paulo: LTr, 2009.

NOBRE, M. Reconstrução em dois níveis: um aspecto do modelo crítico de Axel Honneth. In: MELO, R. (Coord.). **A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça**. São Paulo: Saraiva, 2011. cap. 1, p. 11-54.

NOVA, S. V. **Introdução à sociologia**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção e Recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos. **Notas OIT**. Disponível em <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/housework/doc/trabalho_domestico_nota_5_565.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Um trabalho decente para as trabalhadoras domésticas remuneradas do continente. **Notas OIT**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/notas_oit_1_557_730.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

PERRINI, V. Empregados domésticos: a fictícia isonomia. **Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região**, v. 2, n. 17, p. 172-187, abr. 2013. Disponível em: <<https://juslaboris.tst.jus.br/handle/1939/96967>>. Acesso em: 30 out. 2017.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIO. **Retrato do emprego doméstico no brasil: PNAD 2014**. Rio de Janeiro: Instituto doméstica legal, 2014.

PORTAL BRASIL. **Trabalho doméstico é a ocupação de 5,9 milhões de brasileiras**. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/trabalho-domestico-e-a-ocupacao-de-5-9-milhoes-de-brasileiras>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

RESENDE, R. **Direito do trabalho esquematizado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SAAVEDRA, G. A.; SOBOTTKA, E. A. Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. **Civitas- Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 9-18, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewArticle/4319>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

SAAVEDRA, G. A. A teoria crítica de Axel Honneth. In: SOUZA, J.; MATTOS, P. (Org.). **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

SEMIÃO, A. A reestruturação do trabalho doméstico remunerado e suas implicações. In: COSTA, A. A.; OLIVEIRA, E. M.; LIMA, M. E. B. (Org.). **Reconfiguração nas relações de gênero**. São Paulo: CUT Brasil, 2004. cap. 9, p. 139-142.

SOARES FILHO, J. Direitos Trabalhistas e Previdenciários do Empregado Doméstico. **Revista CEJ**, Brasília, n. 35, p. 54-57, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30124-30556-1-PB.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017.

SOBOTTKA, E. A. Liberdade, reconhecimento e emancipação – raízes da teoria da justiça de Axel Honneth. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 33, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222013000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 out. 2017.

SORJ, B. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. **Tempo social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 123-128, jun. 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/09.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017.

TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. de P. Os lugares das empregadas domésticas. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 22, n. 72, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302015000100161&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2017.

APENADAS TRANSGÊNEROS: POR UMA EXECUÇÃO PENAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA

Jordana Marasca¹

Juliano Seger²

RESUMO

Este artigo científico, com adesão temática na área do Direito de Execução Penal, pretende analisar as condições fáticas e as possibilidades jurídicas do cumprimento da pena de apenadas transgêneros, tomando por base os postulados do princípio da individualização da pena. Questiona-se, como norte da pesquisa, até que medida o ideal individualizador impõe pautas para a execução de penas aplicadas a pessoas transgêneros. E, para enfrentar esse problema, o instrumental metodológico reúne revisão bibliográfica da literatura especializada, análise de dispositivos constitucionais e legais e de jurisprudência. A estruturação textual, orientada por uma sequência lógico-dedutiva, inicia-se com a apresentação dos aspectos constitucionais em que se contextualiza o Direito de Execução Penal, passando à análise dos postulados do princípio da individualização da pena e, enfim, ao enfoque da temática específica da execução da pena privativa de liberdade de apenadas transgêneros. Nos estreitos limites da iniciação científica, o objetivo principal do estudo consiste em identificar as carências do sistema carcerário e, na medida do possível, cogitar algumas saídas para contornar a difícil realidade vivenciada por travestis e transexuais encarceradas, como a inserção em celas de acordo com o gênero declarado (não meramente biológico) e a criação de celas específicas nas unidades prisionais. Assim, caminha-se rumo à personalização da execução penal, conforme o princípio da individualização da pena.

Palavras-chave: Direito de Execução Penal. Individualização da pena. Apenadas transgêneros.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; jordana.marasca13@gmail.com

² Mestre em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Professor no Curso de Graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina; julianoseger@mprs.mp.br

1 INTRODUÇÃO

A individualização da pena, como um caminho rumo à personalização da resposta punitiva estatal, encontra novos desafios na contemporaneidade, levando o Direito de Execução Penal a repaginar seu aporte normativo para fazer frente a novas realidades que se apresentam em seu cotidiano, como a que serve de objeto do ensaio ora apresentado, orientado a investigar as condições fáticas e as possibilidades jurídicas no âmbito da execução de penas privativas de liberdade aplicadas a apenadas transgêneros.

O enfrentamento da temática apresenta seus entraves, primeiro porque o âmbito temático constitui matéria pouco explorada e com atenção insuficiente no próprio ensino universitário, o que rende a crítica no sentido de que o desconhecimento sobre a fase executória das reprimendas é extremamente prejudicial aos formandos e profissionais em Direito, pois lhes embota a capacidade de discernimento moral, claudicando-lhe pelo mundo da tecnicidade (CABETTE, 2013).

Mais do que isso, no campo da execução penal adstrita às transgêneros, esse abismo intelectual revela-se ainda mais acentuado, tendo em vista a carência de informações e pesquisas que versem sobre o tema na literatura jurídico-penal e criminológica brasileira (CARVALHO, 2012). O desinteresse próprio da marginalização social a que vem sendo submetida essa minoria transgênero só não passa ao largo da estatística do número de vítimas de assassinatos, computado em 179 só no ano 2017 (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2017).

Contribuir para o rompimento desse sonoro silêncio, desse notório descaso, eis a justificativa deste estudo. Olhar para a minoria transgênero encarcerada, verificar como se materializa o dúplice sentido da pena privativa de liberdade, de retribuição ao crime praticado e prevenção de novos delitos, notadamente por meio da ressocialização. Tudo isso converge para uma singela indagação, que descortina um profundo debate: no contexto singular de individualização da pena em questão, que espaço físico deve ser reservado às transgêneros no estabelecimento prisional?

A tarefa começa a ser realizada com a busca pelo vértice normativo constitucional e seus reflexos infraconstitucionais, sobretudo na Lei de Execução Penal, para levantar o panorama jurídico da questão, com maior relevo ao primado da individualização da pena, para depois apontar algumas saídas para rearticular o sistema prisional de forma a ajustá-lo às peculiaridades do contexto vivenciado no encarceramento de pessoas transgêneros, na esteira de recente decisão do Supremo Tribunal Federal (HC 152.491).

Assim, o contributo científico se revela no levantamento de soluções que coíbam o tratamento degradante e intensamente precário a que são submetidas tais pessoas no sistema carcerário brasileiro, definindo parâmetros para melhor alocá-las nesse contexto, trazendo hipóteses que considerem o aludido princípio constitucional da individualização da pena, como a possibilidade de implantação de celas diferenciadas ou o remanejamento de apenados, conforme o seu gênero.

A proposta investigativa utiliza-se de revisão bibliográfica, direcionada à literatura específica, análise de textos normativos e julgados sobre o tema, com estruturação textual lógico-dedutiva, em segmentos que enfocam o aporte constitucional da matéria e seus reflexos no ordenamento jurídico, com especial atenção ao princípio da individualização da pena e suas implicações no processo de execução penal, e, enfim, a discussão em torno da privação de liberdade das pessoas transgêneros.

2 DIREITO (DE EXECUÇÃO) PENAL CONSTITUCIONAL: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DO APENADO

“A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição”, proclama o artigo 16 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, na esteira das revoluções liberais antiabsolutistas na França. Esse dispositivo contribui para a formulação do conceito material das constituições nos Estados Democráticos de Direito, como mecanismo

limitador da atuação Estatal, a partir da distribuição dos poderes e da catalogação dos direitos e garantias fundamentais.

O conceito de Constituição como valor normativo supremo, também gestado no século XVIII, não se materializa instantaneamente no bojo das sociedades, desenvolvendo-se nos anos seguintes ao pós-guerra do século XX, sob a roupagem do denominado neoconstitucionalismo. A supremacia constitucional, então, passa a ser garantida por mecanismos judiciais de controle de constitucionalidade e por um complexo sistema de direitos fundamentais autoaplicáveis (MENDES; BRANCO, 2017, p. 65).

De um lado, a Constituição revela-se rígida ao estabelecer a impossibilidade de deliberação em torno de proposta de emenda tendente a abolir direitos e garantias individuais, incluindo-os entre as cláusulas pétreas (art. 60, §4º, IV). De outro, assenta que as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata (artigo 5º, §1º), o que significa afirmar que “a ausência de lei não poderá, em regra, operar como elemento impeditivo da aplicação da norma de direito fundamental, sob pena de esvaziar a condição dos direitos fundamentais à plena disposição por parte dos poderes constituídos.” (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2017, p. 394).

O mandamento de otimização contido nesse dispositivo subordina a atuação dos três poderes da federação ao seu efeito vinculativo. Assim, o Legislativo fica vinculado negativamente, na medida em que se estabelece uma vedação à criação de atos normativos lesivos de direitos, liberdades e garantias, e também positivamente, à medida que se estabelecem pautas de criação de leis que realizem esses direitos, efetivando-os e regulando-lhes o regime (CANOTILHO, 2003, p. 440). No que toca ao Executivo, reputam-se nulos os atos praticados com ofensa ao sistema de direitos fundamentais, sendo que a interpretação e aplicação discricionária da lei não podem deixar de respeitar os limites que lhe são acenados (MENDES; BRANCO, 2016, p. 147-148).

Quanto ao Judiciário, identifica-se uma particular dimensão vinculativa, tendo em vista que, além de estarem subordinados aos direitos e garantias fundamentais, os órgãos judiciais também exercem

o controle da constitucionalidade dos atos dos demais órgãos estatais, dispondo simultaneamente sobre o poder e o dever de observância aos preceitos constitucionais. Segundo Miranda (apud SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2017, p. 398), os juízes e tribunais estão obrigados, por meio da aplicação, interpretação e integração, a outorgar às normas de direitos fundamentais a maior eficácia possível no âmbito do sistema jurídico.

O Direito de Execução Penal insere-se nesse contexto constitucionalizado e, como ciência humana que tem por objeto primordial a liberdade individual, deve observar uma série de princípios que se traduzem em “garantias decorrentes da constitucionalização dos direitos humanos, especialmente da contemplação da dignidade da pessoa humana e da humanidade, orientando, assim, toda a atuação do Estado na execução da pena.” Em razão disso, a execução penal vincula-se ao bloco de direitos e garantias constitucionais: legalidade, devido processo legal, humanidade, jurisdição, contraditório e ampla defesa, igualdade, individualização da pena e publicidade (PRADO, 2011, p. 18).

No conjunto desses direitos fundamentais do indivíduo, interessa sobremaneira ao presente estudo o princípio da individualização da pena, que “previne o tratamento em massa em direito penal” (BOSCHI, 2013, p. 53), um processo que constitui um caminho no rumo da personalização da resposta punitiva do Estado, intercalado em três momentos individuados e complementares: legislativo, judicial e executivo (BRASIL, 2010).

Como princípio-garantia corolário do Estado Democrático de Direito, a primeira fase da individualização da pena ocorre no plano legislativo, com a definição dos crimes e a cominação das sanções em abstrato, levando em conta a natureza do bem jurídico a ser tutelado. Adiante, no plano judiciário, individualiza-se a pena em concreto, dentro das margens deixadas pelo legislador, mediante a análise dos fatos. Por fim, o juiz das execuções, em harmonia com o Poder Executivo, preside a pretensão executória da pena, atendendo ao programa individualizador do tratamento penitenciário (BOSCHI, 2013, p. 130). Esse último

momento, da individualização na execução penal, passa a ser objeto de enfoque mais aprofundado.

2.1 EXECUÇÃO INDIVIDUALIZADA DA PENA

A execução da pena, antecedida necessariamente de uma sentença ou acórdão criminal que a tenha aplicado (MARCÃO, 2017, p. 31), constitui a fase processual culminante do direito penal, na qual se materializa a pretensão executória do Estado em face do particular condenado, depois de atendidas as garantias constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Prado (2011, p. 27) destaca que o princípio da individualização da pena, no curso da execução, determina que o condenado receba “a devida atenção do Estado, não só no que tange às suas características pessoais, mas que, de igual forma, a expiação seja atenuada, à medida que se constate uma prognose positiva de reeducação penal.”

Assim, não é o sentido da Lei de Execução Penal ao dispor, já em seu artigo inicial, sobre seu desiderato de “efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.” (BRASIL, 1984). Também na mesma linha, afirma a doutrina que as penas devem realizar a proteção dos bens jurídicos e a reincorporação do autor à comunidade (MIRABETE; FABBRINI, 2017, p. 10). A respeito da dinâmica da individualização Barros (2001, p. 246) refere que:

O princípio da individualização determina que o cumprimento da pena é alterável no tempo. Cabendo à autoridade judicial viabilizar a correta aplicação dos princípios constitucionais, compete-lhe, na execução penal, conformar a pena à realidade e às condições pessoais do condenado. Portanto, a individualização da pena na execução penal não tem nada de estanque e, para a realização da justiça, no processo de execução a autoridade judicial não pode estar adstrita dogmas insuperáveis, devendo ser guiada, no exercício de sua função, pelos princípios norteadores do Estado de Direito.

O princípio da individualização, como mandamento constitucional de otimização (ALEXY, 2011, p. 90-91; SILVA, 2010, p. 45-46), impõe sua carga normativa, em graus variados, determinando que a execução da pena, tomando por base as condições pessoais do apenado, seja tão individualizada quanto possível, diante das possibilidades fáticas e jurídicas, determinadas por eventuais princípios colidentes.

Sobre as condições fáticas em que se deve operar esse tratamento diferenciado, singular, adequado às condições de cada apenado, vale lembrar que sequer de modo geral está sendo garantido o tratamento adequado, consoante o diagnóstico do Supremo Tribunal Federal acerca do sistema carcerário brasileiro:

Presente quadro de violação massiva e persistente de direitos fundamentais, decorrente de falhas estruturais e falência de políticas públicas e cuja modificação depende de medidas abrangentes de natureza normativa, administrativa e orçamentária, deve o sistema penitenciário nacional ser caracterizado como “estado de coisas inconstitucional”. (BRASIL, 2015).

No entanto, não se pode olvidar a força normativa da Constituição e sua inerente capacidade dinâmica de modificar o quadro de inércia em sede de direitos e garantias fundamentais, fazendo tornar-se realidade, por exemplo, a norma do art. 5º, XLVIII, segundo a qual “a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado” (BRASIL, 1988) e, dando-se interpretação extensiva, também a condição pessoal de gênero.

O quadro de condições fáticas extremamente desfavoráveis à efetivação dos princípios constitucionais de garantia da dignidade humana e, entre outras tantas, da individualização da pena, por certo, não pode servir de justificativa para que se deixe para amanhã a aplicação dos direitos e garantias fundamentais, ainda mais considerando o rico arcabouço normativo que a Constituição e a Lei de Execução Penal estabelecem, seja para atender à massa carcerária de modo geral, seja para atender às minorias, como a população transgênero.

3 EXECUÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE APLICADA A PESSOAS TRANSGÊNEROS

Muito embora o substrato teórico que procura definir a expressão transgênero ainda seja pouco expressivo, algumas questões podem ser destacadas, a começar pela cisão radical entre os conceitos de sexo, que remete a uma dimensão puramente biológica, e gênero, que constitui produto da construção cultural, social e histórica do indivíduo. A filósofa Butler (2003, p. 24) esclarece que:

Levantada a seu limite lógico, a distinção gênero/sexo sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos e que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos.

Essa desvinculação entre o cultural e o biológico possibilita maior compreensão acerca da multiplicidade que envolve as questões de gênero, abrindo um leque de situações que exigem definições e aprofundamentos igualmente diversificados. Basta afirmar que o conceito de transgêneros, em sua abertura e amplitude, poderia abarcar diferentes categorias, como transexuais, travestis, *crossdressers*, e assim por diante. Logo, a bem de uma delimitação do objeto deste estudo, explorar-se-á apenas o contexto dos transexuais e travestis em sentido estrito.

A transexualidade constitui a condição em que um indivíduo se identifica como sendo do gênero que não é compatível com sua condição biológica, porém sem a manifestação de distúrbios delirantes e sem bases orgânicas, como ocorre no hermafroditismo ou qualquer outra anomalia endócrina (CASTEL, 2001, p. 77). Assim, são transexuais as pessoas que não se reconhecem em seu gênero de nascimento, negando seu órgão sexual.

Por outro lado, consideram-se travestis as “pessoas que pertencem ao sexo masculino na dimensão fisiológica, mas que socialmente se apresentam no gênero feminino, sem rejeitar o sexo biológico”, consoante

definição constante da Resolução Conjunta n.º 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

O esforço para a construção de conceitos, no entanto, deve ser circunstanciado por uma importante ressalva, na medida em que existe certo etiquetamento exterior, que não necessariamente seja condizente com a autodefinição de cada pessoa, esta sim com condições de expor seu sentimento em relação à questão de gênero. Afinal, existe um descompasso entre o aspecto biológico e a identidade cultural da pessoa.

Só para se ter ideia do dilema que isso representa, a falta de identificação com o próprio corpo, somada ao constrangimento e à rejeição social experimentados pelos transgêneros, desencadeia diversos problemas, como a marginalização e a depressão, que atinge cerca de 60% dessa população, segundo a revista médica *The Lancet* (MEDIÁVILLA, 2016). Não se deve olvidar, ademais, a hostilidade e violência que resultou em 79 assassinatos de transexuais e travestis em 2017 (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2017).

A realidade de opressões pode ser atribuída aos processos pelos quais a heterossexualidade se projetou como norma dominante, num contexto de heteronormatividade, concedendo privilégios, promovendo desigualdades e legitimando violências (CARVALHO, 2012, p. 153). A esse contexto vivenciado pela minoria transgênero no cárcere, enfim, destina-se a última seção deste estudo.

3.1 DINÂMICAS DE PRECARIIDADE: A REALIDADE DA EXECUÇÃO DA PENA PARA OS TRANSGÊNEROS

Segundo a Resolução Conjunta n. 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária: “a pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade tem o direito de ser chamada pelo seu nome social, de acordo com o seu gênero” (art. 2º); “as pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas” (art. 4º); e “às travestis e aos gays

privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, [...] deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos.” (art. 3º).

No entanto, as informações acerca dos transgêneros privados de liberdade no Brasil são bastantes vagas e esparsas, bastando referir que o último relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), atualizado a partir de junho de 2016, não traz nenhum mapeamento do gênero dos apenados, tampouco sobre o contexto estrutural dos estabelecimentos prisionais. Eis a tradução da total invisibilidade desse contingente, que nem sequer é mencionado nos levantamentos oficiais, embora se estime que, apenas no estado de São Paulo, exista um transgênero (travesti ou transexual) para cada 413 presos (ZAMBONI, 2016, p. 19).

O relatório do DEPEN, atualizado a partir de junho de 2014, demonstrou que apenas 15% dos estabelecimentos prisionais brasileiros possuem ala específica para a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais), sendo que não se sabe muito acerca de qual a destinação dessas pessoas nos demais presídios do País. Em pesquisa realizada no Presídio Central de Porto Alegre, um dos primeiros do Brasil a ter ala específica para a população transgênero (transexuais e travestis), alguns relatos sobre convivência no cárcere demonstram o diferencial da efetivação das normas referidas.

Segundo Aguiniski, Ferreira e Cipriani (2014), antes da criação de uma ala específica, as travestis eram historicamente encarceradas na galeria dos homens que haviam cometido crimes sexuais, sendo submetidas à violência sexual, aos cabelos raspados e aos espancamentos constantes, tanto da polícia quanto dos outros presos, servindo, ainda, como mulas para o tráfico de drogas:

O corpo e a identidade das travestis eram reiteradamente castigados, ‘[raspando] a cabeça das bichas. Raspa a cabeça e passa a gilete, entendeu? O que a gente tinha que fazer? Descer conferência, sem touca, sem nada. Imagina, de noite tu ter o cabelo comprido. Tu chegar no dia, tu estar careca’ (TR06). Sem contar os casos de prostituição e troca de travestis por drogas, ou quando as próprias eram usadas

como mulas para o tráfico. (AGUINSKI; FERREIRA; CIPRIANI, 2014, p. 300-301).

Com a reserva de espaço físico específico, pelo menos esse quadro de violação a direitos e garantias fundamentais foi atenuado. Contudo, embora a situação das travestis e transexuais presas tenha melhorado significativamente após a implantação da ala específica, muitos dos seus direitos ainda são violados, porquanto, em troca de um reduto afastado da violência, elas passam a maior parte do dia enclausuradas, são impedidas de exercer atividades laborais e de formação profissionalizante e educacional e, conseqüentemente, não lhes é oferecida a possibilidade de remição de pena.

Rosa (2016) colaciona o relato da reclusa mineira Vitória R. Fortes, travesti que se mutilava para chamar a atenção dos diretores do presídio, tendo sido um dos casos que motivou a criação da ala específica em Minas Gerais. Colhe-se o depoimento:

[...] era obrigada a ter relação sexual com todos os homens das celas, em sequência. Todos eles rindo, zombando e batendo em mim. Era ameaçada de morte se contasse aos carcereiros. Cheguei a ser leiloada entre os presos. Um deles me “vendeu” em troca de 10 maços de cigarro, um suco e um pacote de biscoitos. [...] Fiquei calada até o dia em que não aguentei mais. Cheguei a sofrer 21 estupros em um dia. Peguei hepatite e sífilis. Achei que iria morrer. (ROSA, 2016).

Apesar de esse relato ser relativamente antigo – a primeira ala gay de Minas Gerais foi construída em 2009, no presídio de São Joaquim de Bicas II –, a situação degradante da população transgênero privada de liberdade no Brasil parece não ter mudado muito. Em 2015, no Ceará, uma transexual foi levada à audiência de custódia, com marcas de espancamento, chorando e vomitando. Na ocasião, relatou que não queria voltar à prisão, e, se isso acontecesse, ela se mataria. Isso porque passou 20 dias presa na Penitenciária masculina de Caucaia, sendo espancada e estuprada por quatro detentos. Durante a audiência de custódia, um

dos presos disse ao juiz que ouviu os gritos da transexual durante a noite pedindo socorro (ROMÃO, 2015).

Cumprе ressaltar que tais casos não devem ser considerados isolados, uma vez que a falta de informações é a principal barreira que impede a descoberta e apuração de fatos semelhantes em todo o País. Essa situação de violência não ocorre apenas no Brasil, haja vista que, na maioria dos países, pessoas transgêneros presas são automaticamente alocadas apenas tomando-se em consideração seu sexo anatômico ou o sexo designado no nascimento (PENAL REFORM INTERNATIONAL..., 2016, p. 10).

Ante o evidenciado, urge destacar a necessidade de medidas que promovam a efetiva individualização da pena e o desenvolvimento – e não a anulação – da personalidade da população transgênero privada de liberdade.

Diante desse cenário, vislumbram-se duas diferentes hipóteses para a resolução do problema, ambas em consonância com a já citada Resolução Conjunta n. 1/2014 do CNCD: uma enseja que o encarceramento ocorra de acordo com o gênero (e não o sexo) declarado pelo indivíduo, atribuindo-se interpretação extensiva ao Texto Constitucional (art. 5º, XLVIII); a outra contempla a criação de celas específicas para a população transgênero em todas as unidades prisionais brasileiras. Ambas as alternativas são polêmicas e esbarram em certos inconvenientes e limites materiais.

No primeiro caso, concretiza-se o problema da receptividade das mulheres ao dividirem suas celas com transgêneros, principalmente aquelas não submetidas à cirurgia de transgenitalização. Quanto à alternativa de celas específicas, destaca-se a questão estrutural e financeira, haja vista que o Estado tem se mostrado insuficiente no gerenciamento dos recursos destinados à administração prisional (BRASIL, 2015).

À vista disso, reporta-se o problema à necessidade de uma reestruturação sistêmica, tendo como ponto de partida o mapeamento das pessoas transgênero que cumprem pena no Brasil. A partir disso, talvez fosse possível pontuar os locais de concentração das travestis e transexuais privadas de liberdade e, assim, deliberar sobre a viabilidade da

criação de celas e galerias específicas, na medida do possível, mantendo as apenadas próximas de seus familiares, sem olvidar, ainda, que a criação de celas específicas pode contribuir ainda mais para a estigmatização das transgeneralidades.

Enquanto isso não ocorre, não se deve deixar de louvar os esforços da jurisprudência constitucional brasileira, na esteira da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental sobre o sistema penitenciário nacional (ADPF 347), para fazer frente às omissões do Estado no âmbito da execução penal. Merece referência, pois, a decisão monocrática proferida em caso de violação a direitos de transgêneros, da lavra do Min. Luis Roberto Barroso:

[C]oncedo a ordem de ofício para determinar ao Juízo da Comarca de Tupã/SP que coloque o paciente PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA POLO (nome social Laís Fernanda) e o corréu Luiz Paulo Porto Ferreira (nome social Maria Eduarda Linhares) em estabelecimento prisional compatível com as respectivas orientações sexuais. (BRASIL, 2018).

Enfim, no complexo contexto apresentado, quer parecer que a inserção das travestis e transexuais em celas femininas, de acordo com o gênero a ser pessoalmente declarado por elas, seja a melhor opção, mesmo diante dos inconvenientes mencionados. Mais do que isso, o diferencial que talvez não possa ser extraído das normas, mas que certamente brota dos fatos do cotidiano transgênero no cárcere, consiste em uma mudança de postura, a começar pelos órgãos de Estado, no sentido de efetivar o respeito à dignidade dessa minoria, mediante individualização do tratamento em âmbito de execução penal.

4 CONCLUSÃO

O fenômeno da constitucionalização dos direitos fundamentais, vivenciado em maior medida no segundo pós-Guerra, permite projetar ao plano normativo supremo, em que gravitam as normas da Constituição, diversos direitos e garantias inerentes à execução das penas privativas de

liberdade e, por conseguinte, pode-se afirmar a existência de um direito de execução penal constitucional, em consonância com os preceitos basilares do Estado Democrático de Direito.

Nesse contexto, diversos direitos e garantias constitucionais são assegurados aos apenados, entre os quais a norma matriz que tutela a dignidade da pessoa humana e, como enfoque deste estudo, o princípio da individualização da pena, que impõe algumas importantes pautas no contexto da execução da pena privativa de liberdade, sempre respeitando a singularidade do caso concreto e a personalidade do indivíduo, na medida em que constitui um caminho rumo à personalização da resposta punitiva estatal, nas palavras do Supremo Tribunal Federal.

Nesse contexto, delimita-se um campo específico de análise da condição carcerária, que envolve pessoas transgênero, em especial aquelas denominadas travestis e transexuais. De acordo com a literatura específica, travestis são pessoas que pertencem ao sexo masculino, na dimensão fisiológica, mas que socialmente se apresentam no gênero feminino, sem rejeitar o sexo biológico, ao passo que transgêneros são indivíduos que se identificam com outro gênero, incompatível com sua condição biológica.

O problema que se enfrenta, no seio desta pesquisa, diz respeito ao dilema vivenciado pelas pessoas transgêneros no contexto do cárcere, diante das características singulares que tais apenados apresentam, seja por assumirem socialmente gênero diferente de sua condição biológica, seja por rejeitarem essa condição biológica, identificando-se com outro gênero. Afinal, poderia ser reservado espaço físico indiferente aos travestis e transexuais, no sistema penitenciário, sem que isso implicasse violação ao primado da individualização da pena?

Os problemas vivenciados por essas pessoas, quando encarceradas, de certo modo reproduzem o desprezo e marginalização social existente fora do sistema penitenciário, na medida em que a heterossexualidade dominante desconhece os limites das grades do cárcere, traduzindo-se em uma série de violências e opressões. Aos 179 assassinatos catalogados em 2017, no entanto, alguns relatos de transgêneros referem uma insustentável

situação de violação aos direitos humanos, com constantes espancamentos e estupros sofridos por apenadas.

Manter o estado de coisas inconstitucional que se verifica a partir dessas manifestações, verdadeiros pedidos de socorro aos órgãos estatais, certamente não se coaduna com uma Constituição que se autointitula cidadã. Alguma providência, em prol dos direitos fundamentais dessa minoria transgênero, deve ser efetivada, mesmo que as alternativas necessárias para tanto esbarrem em certos inconvenientes e falta de condições materiais do Estado.

Segundo o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, uma possibilidade seria a criação de celas específicas para a população transgênero em todas as unidades prisionais brasileiras. Nesse caso, os limites financeiros do Estado deveriam ser superados pelo gerenciamento correto dos recursos, o que não constitui nenhum disparate, não obstante as dificuldades orçamentárias.

A outra alternativa seria o encarceramento de acordo com o gênero, e não o sexo, declarado pelo indivíduo, atribuindo-se interpretação extensiva ao Texto Constitucional (art. 5º, XLVIII). Reconhecidas embora as dificuldades de implantação, a medida parece ser a mais adequada, superando-se o preconceito das demais reeducandas que venham a sentir-se constrangidas ou incomodadas com a presença de pessoas transgênero, principalmente as não submetidos à cirurgia de transgenitalização.

Enfim, enquanto o Estado não mudar sua postura diante desse importante problema jurídico e social, cabe render as devidas homenagens à jurisdição constitucional brasileira que, desvencilhando-se das amarras na inércia, determinou a realocação de presas transgêneros em estabelecimento prisional compatível com as respectivas orientações sexuais (BRASIL, 2018).

Vale, ainda, referir que, enquanto não se fizer um levantamento de dados sistêmicos acerca desse contingente populacional transgênero privado de liberdade, de modo a definir políticas eficazes para romper com o quadro de violação aos direitos fundamentais constitucionalmente assegurados, que novos ares inspirem a sociedade a se importar com o

grave problema que vai além das grades da prisão e exige uma mudança de postura em respeito à condição humana das pessoas transgêneros.

REFERÊNCIAS

AGUINSKI, B. G.; FERREIRA, G. G.; CIPRIANI, M. Vidas (hiper) precárias. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 292-304, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/face/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/18589/12630>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

ALEXY, R. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

BARROS, C. S. de M. **A individualização da pena na execução penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal**: parte geral (vol. 1). 22. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016.

BOSCHI, J. A. P. **Das penas e seus critérios de aplicação**. 6. ed. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2013.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210compilado.htm>. Acesso em: 17 mar. 2018.

BRASIL. Resolução n. 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 abr. 2014. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_25437433_RESOLUCAO_CONJUNTA_N_1_DE_15_DE_ABRIL_DE_2014.aspx>. Acesso em: 06 mar. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 347 MC**. Relator: Min. Marco Aurélio. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Julgamento em 09 set. 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC 152.491. Relator Min. Luis Roberto Barroso. **Diário de Justiça eletrônico n. 30**, Brasília, DF, 19 fev. 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5341940>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC 97256. Relator Min. Ayres Brito. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Julgamento em 01 set. 2010. **Diário de Justiça eletrônico n. 247**, Brasília, DF, 15 dez. 2010. Disponível em: <stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?id=617879>. Acesso em: 05 mar. 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABETTE, E. L. S. Por que a execução penal deveria ser matéria curricular obrigatória nos cursos de direito? **Grupo de Assuntos Carcerários Aplicados da Universidade de São Paulo**. 2013. Disponível em: <<http://www.gecap.direitorp.usp.br/index.php/2013-02-04-13-50-03/2013-02-04-13-48-55/artigos-publicados/394-por-que-a-execucao-penal-deveria-ser-materia-curricular-obrigatoria-nos-cursos-de-direito>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARVALHO, S. de. Sobre as possibilidades de uma criminologia *queer*. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre: v. 4, n. 2, p. 151-168, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?url=http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/download/12210/8809&rct=j&frm=1&q=&esrc=s&sa=U&ved=0ahUKEwjKv_DFiq7aAhWDTZAKHbh_DcMQFggUMAA&usg=AOvVaw36950WlYSGvQW1f6IxYIUU>. Acesso em: 15 mar. 2018.

CASTEL, P. H. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia de “fenômeno transexual” (1910-1995). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO DE 1789. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf>. Acesso em 12 mar. 2018.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO. **Levantamento nacional de informações penitenciárias INFOPEN – junho 2014**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2015. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO. **Levantamento nacional de informações penitenciárias INFOPEN – junho 2016**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2017. Disponível: <http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

FERREIRA, G. G.; SOUZA, B. C. de. Execução penal e população de travestis e mulheres transexuais: o caso do presídio central de Porto Alegre. In: **Caderno de Gênero e Diversidade**, Bahia, v. 2, n. 1, jan./jul. 2016. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/download/17629/13014>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

MARCÃO, R. **Curso de execução penal**. 13. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

MEDIAVILLA, D. Depressão afeta 60% das pessoas transgênero. **El País**, 27 jun. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/27/ciencia/1467025701_741836.html>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. **Curso de direito constitucional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Série IDP).

MIRABETE, J. F.; FABBRINI, R. **Execução penal**: comentários à Lei nº 7.210, de 11-07-1984. 13. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

PENAL REFORM INTERNATIONAL. Pessoas LGBTI privadas de liberdade: parâmetros para o monitoramento preventivo. **Penal Reform International & Associação para a Prevenção da Tortura, 2016**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/06/ef33cb31770fd65d5d996639eac09a88.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

PRADO, L. R. **Direito de execução penal**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ROMÃO, R. Defensoria investiga estupro sofrido por transexual em cela masculina de presídio. **Tribuna do Ceará**. 02 out. 2015. Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/defensoria-publica-investiga-estupro-sofrido-por-transexual-em-cela-masculina-de-presidio/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

ROSA, V. de C. Mulheres transexuais e travestis no sistema penitenciário: a perda da decência humana e do respeito aos Direitos Humanos. **Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBC-CRIM)**, a. 24, n. 280, mar. 2016. Disponível em: <<http://www.ibc-crim.org.br/site/boletim/pdfs/Boletim280.pdf?x=05022016>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

SARLET, I. W.; MARINONI, L. G.; MITIDIERO, D. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, V. A. da. **Direitos fundamentais**: conteúdo essencial, restrições e eficácia. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

ZAMBONI, M. O barraco das monas na cadeia das coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista**, a. 4, n. 5, fev. 2017. Disponível em: <<https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/135>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

ZAMBONI, M. Travestis e transexuais privadas de liberdade: a (des) construção de um sujeito de direitos. **Revista Euroamericana de Antropologia**: 'Antropología del Derecho en Brasil'. n. 2, p. 15-23, jun. 2016. Disponível em: <https://iiacyl.files.wordpress.com/2016/07/2-n2_zamboni.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2018.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA RELIGIÃO: DA SEMÂNTICA AOS PRINCIPAIS POVOS DA ANTIGUIDADE

Leonardo Dlugokenski¹

RESUMO

Desde o princípio da humanidade a espécie humana possui alguma crença em forças sobrenaturais que organizam o mundo e explicam os fenômenos naturais e sociais; essas forças impessoais e superiores possuem por diversas designações e inúmeras formas. Essa crença a partir da antiguidade foi alcunhada de religião, que foi utilizada como guia das ações da população, regradora moral e espiritual, e até como lei, no sentido positivo. Logo, com o presente trabalho pretendeu-se compreender de onde veio e como o fenômeno religioso influenciou os principais povos da antiguidade, como egípcios, hebreus e gregos, e para isso utilizou-se vasta análise bibliográfica.

Palavras-chave: Religião. Fenômenos. Crença. Fé. Cerimônia.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo foi escrito com o objetivo principal de clarear conceitualmente o termo religião, bem como proporcionar uma maior compreensão sobre esse tema, enfocando-o como um fenômeno social. Ademais, tem-se como objetivos específicos demonstrar a influência da religião na conduta dos indivíduos, e também a influência desta nos povos da antiguidade.

O método utilizado para a pesquisa foi o indutivo, visando partir de premissas consideradas verdadeiras para uma resposta razoável ao que se pergunta, e a pesquisa se realizou a partir da análise de vastas

¹ Professor da disciplina Religiões do Mundo na Universidade do Oeste de Santa Catarina e na Universidade da Maior Idade de Chapecó; leonardo.dlugokenski@unoesc.edu.br

fontes bibliográficas que incluíram teóricos das diversas áreas das ciências humanas e sociais, possibilitando um olhar multidisciplinar sobre o tema, tornando o exame mais extenso. A partir do exame minucioso se compreendeu a religião como um fenômeno social que proporciona a agregação nas sociedades antigas, sem a qual esses agrupamentos entrariam em colapso, deixando de existir e pondo em risco a sobrevivência da espécie humana.

2 A RELIGIÃO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL E SEMÂNTICA

Etimologicamente, a palavra religião surge a partir de três palavras latinas distintas gestadas por três teóricos diferentes: *religere*, que para o autor romano Marco Túlio Cícero (106-46 a.C) representava o desejo de voltar a ler as orações previstas nos ritos religiosos que algumas vezes não eram recitadas corretamente; *religare*, que para Lucio Célio Firmiano Lactâncio (240-320 d.C), um dos primeiros autores cristãos, era o ato de reconhecer a dependência individual em relação a uma entidade sobrenatural e voltar a se ligar a ela; e *religere*, que para Aurélio Agostinho de Hipona (354-430 d.C), significava que após a queda no pecado original, voltaria-se a eleger Deus (AZEVEDO, 2010). Essas significações possibilitaram os fundamentos principais das religiões que são a crença em seres sobrenaturais, as escrituras sagradas e os rituais em nome desse fenômeno, porém *não há como caracterizar o que a religião é em razão das suas múltiplas faces, ou seja, apenas é possível classificar o que a religião não é e algumas características comuns do fenômeno religioso.*

Para Antony Giddens (1938 -), em todas as religiões há um conjunto de símbolos que invocam sentimentos de reverência e respeito, também há um conjunto de rituais e cerimônias dos quais os fiéis participam e quase sempre existem seres ou objetos ou forças que inspiram atitudes de respeito e admiração (SERRETI, 2010).

3 REFLEXÕES ACERCA DA RELIGIÃO: OS INTELECTUAIS E O FENÔMENO SOBRENATURAL

O fenômeno religioso é objeto de estudo desde a antiguidade, porém só passou a ser analisado como reflexo de uma cultura e de uma sociedade com o advento da ciência positivista no século XIX, quando principalmente Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920) focaram seus esforços no estudo social de tal fenômeno, tentando compreender como este é influenciado pela sociedade e como ele a influencia.

Esses teóricos estudaram desde as religiões totêmicas australianas até o protestantismo renascentista de Lutero e Calvino, buscando uma interpretação não mágica para a religião, entendendo-a como fenômeno cultural e humano.

3.1 ÉMILE DURKHEIM E A RELIGIÃO: REFLEXÕES SOBRE O TOTEMISMO AUSTRALIANO

As reflexões acerca da religião do pensador francês Émile Durkheim estão contidas na obra *As formas elementares da vida religiosa*. Sua base de estudo foi o totemismo² australiano. Para Durkheim, a religião divide em duas esferas a realidade: o sagrado e o profano (SELL, 2001).

O sagrado: a esfera sagrada se compõe de um conjunto de coisas, de crenças e de ritos que formam uma certa unidade que chamamos de religião.

O profano: trata-se daquele conjunto da realidade que se define por oposição ao sagrado, constituindo, em geral, a esfera das atividades práticas da vida: economia, família, etc. (DURKHEIM, 2000).

Segundo esse teórico, a questão do sagrado assume um papel central na vida comunitária, pois ela estabelece valores fundamentais para a vida coletiva; quando todos os indivíduos compartilham as mesmas crenças, há um sentimento de solidariedade coletiva (SELL, 2001).

² Um Totem era originalmente um animal ou uma planta ao qual um grupo outorgava um significado simbólico particular. É um objeto sagrado, venerado e rodeado de várias atividades e rituais.

Analisando os grupos sociais australianos, Durkheim (2000) sublinhou o fato de que diversos clãs (grupos de parentesco não constituídos por laços de sangue) tinham determinados símbolos que os identificavam, chamados de totem. Diante desse ser (e das suas representações), os indivíduos tinham que adotar comportamentos distintos, ademais, no totemismo a divindade é considerada uma força anônima e impessoal que encontramos em cada um dos seres, como animais, plantas e outros objetos. “Na verdade essa força, esta força difusa, anônima e impessoal, mas acima de tudo superior, que os homens sentem que age sobre eles e a qual devem obediência não passa de uma percepção não elaborada da força da sociedade sobre o indivíduo.” (SELL, 2001, p. 140-141).

Para Durkheim (2000), a ciência e outras formas de pensamento têm sua origem na religião (que são os primeiros sistemas de representação do mundo). Ele acreditava que com o desenvolvimento das sociedades modernas a influência da religião está diminuindo gradativamente.

3.2 MAX WEBER E A ANÁLISE COMPREENSIVA DA RELIGIÃO: O DESENCANTAMENTO DO MUNDO

Weber sistematizou seus ensaios sobre a religião em três volumes: A ética protestante e o espírito do capitalismo; Hinduísmo e Budismo; Judaísmo antigo (GIGANTE, 2013).

Na análise das religiões ocidentais, Weber percebeu que elas se diferenciam quanto ao seu conteúdo e ao caminho da salvação que apresentam.

As imagens de Deus e do mundo condicionam a atitude do crente para conseguir a salvação e, desta forma, apontam para a realidade social.

Quanto à imagem de Deus que as religiões desenvolvem, Weber distingue dois tipos de religião: as teocêntricas e as cosmocêntricas.

As religiões teocêntricas são predominantemente ocidentais, servem-se da concepção de um Deus criador, supramundano, e utilizam a figura de um Deus que cria o mundo, estando fora e acima dele.

As religiões cosmocêntricas partem da ideia de um cosmos impessoal e não criado. Têm predominância no Oriente. Deus e o mundo se confundem como um todo, sendo que Deus está na beleza da totalidade, além de ser a força que sustenta todo o ser. Weber distingue as religiões em um segundo momento em dois estratos, as religiões que afirmam o mundo e as religiões que negam o mundo (SELL, 2001).

A negação do mundo surge quando o mundo é visto de uma forma negativa e a salvação pode ser vista de duas formas. Em primeiro lugar por meio de alguma forma de afastamento do mundo (como o inclausuramento em mosteiros). Em segundo lugar, superar os males do mundo, transformando-o pelo engajamento humano. Já a afirmação do mundo é quando não existe uma tensão entre a realidade mundana e o homem. Esse tipo de imagem de mundo levam o homem a uma acomodação ao mesmo (SELL, 2001).

4 ALGUMAS RELIGIÕES DA ANTIGUIDADE: O CASO DOS POVOS SEM ESCRITA (EGÍPCIOS, HEBREUS E GREGOS)

Desde o princípio o ser humano possui a crença no supracosmético, a religião nasce com a humanidade como a explicação para os fenômenos naturais e sociais e torna-se a única ferramenta que possibilita a compreensão do mundo.

Os povos sem escrita, aqueles que habitaram a Europa antes do século XXVIII a.C, possuíam a crença em seres sobrenaturais como ponto central de suas sociedades, inclusive fazendo-a como base legal e política³ (GILISSEM, 2011).

A partir do século XXVIII a.C uma grande civilização levantou-se às margens do rio Nilo, os egípcios, que possuíam a mesma base de crença dos povos sem escrita, porém com uma dinâmica social diferenciada.

³ A religião interferia na legislação desses povos e também na linha sucessória dos reinos.

4.1 OS EGÍPCIOS E SUA HISTÓRIA

As primeiras cidades da civilização egípcia foram se formando há pouco mais de 5.000 anos, próximas ao rio Nilo. Situado no Nordeste da África, o território egípcio era em grande parte desértico, apesar de seu Norte ser banhado pelo mar Mediterrâneo e sua costa Leste, pelo Mar Vermelho.

Na antiguidade, os produtos que os egípcios compravam de outras regiões chegavam pelo Mediterrâneo, e ao longo desse período, camponeses e escravos muitas vezes se revoltavam contra as condições de vida e de trabalho (GILISSEN, 2011).

A antiga cultura egípcia sobreviveu por 30 séculos (entre 3500 a.C e 525 a.C), e influenciou outros povos da época. Era semelhante em alguns aspectos às sociedades mesopotâmicas, como as crenças politeístas (crença em vários deuses), as desigualdades sociais, as atividades econômicas dependentes das águas dos rios e a escrita.

Os povos eram diferentes na forma de governo – governo unificado (único) –, na crença na vida após a morte e nos conhecimentos de medicina.

4.1.1 A sociedade egípcia: aspectos políticos e sociais

A sociedade egípcia estava dividida em várias camadas, sendo que o faraó era a autoridade máxima, chegando a ser considerado um deus na Terra.

Sacerdotes, militares e escribas (responsáveis pela escrita) também ganharam importância na sociedade, e esta era sustentada pelo trabalho e por impostos pagos por camponeses, artesãos e pequenos comerciantes.

Os escravos também compunham a sociedade egípcia e, geralmente, eram pessoas capturadas em guerras, trabalhavam muito e nada recebiam por seu trabalho, apenas água e comida.

Os camponeses constituíam a maior parte da população, trabalhavam na agricultura e eram obrigados a entregar parte do que produziam para o governo, na forma de impostos. Esses impostos eram

para o sustento do faraó e sua família, para os sacerdotes, os chefes militares e os funcionários públicos. Os escravos eram prisioneiros de guerras. Alguns realizavam trabalhos domésticos, outros, trabalhos pesados, como carregar grandes blocos de pedras e cavar a terra para construir represas. Os artesãos produziam os artigos de luxo – móveis, armas, joias, roupas, perfumes, decorações, estatuetas dos deuses. Os comerciantes não eram muitos numerosos, transportavam suas mercadorias através do rio Nilo. Os funcionários do governo trabalhavam diretamente para o faraó e para a nobreza – cobrando impostos e fiscalizando as obras (KLABIN, 2004).

Os escribas, de todos os funcionários, eram os que mais tinham reconhecimento, pois eram os únicos que sabiam ler, escrever e fazer cálculos. Os sacerdotes eram valorizados e respeitados. Eles organizavam cerimônias para os deuses e funcionavam como conselheiros dos faraós em suas decisões.

4.1.2 **Cosmogonia egípcia: o panteão dos deuses**

O povo egípcio da antiguidade acreditava que tudo se iniciou com o Deus Nut, que era eterno, criador e organizador do tempo e do espaço; esse Deus vivia em meio ao Caos, ou seja, à desordem, que era eterna, ou seja, existia desde o princípio.

Os egípcios pensavam o mundo através de sua experiência: viviam em um deserto, fertilizado pelas águas de um rio, o Nilo, que não recebia afluentes ou água da chuva. As cheias, que hoje sabemos serem resultado das chuvas na África tropical, eram para eles misteriosas. O céu sempre azul era dominado pelo Sol, que nascia e morria a cada dia, sem que as pessoas soubessem se isso era devido apenas ao movimento de rotação da terra. Interpretavam o mundo como resultado de forças superiores. (GRALHA, 2012, p. 11).

Nut criou o Deus Atun, que representava a existência, e Ra, que representava o ser. Os deuses Chu, que representava o ar, e Tefnut,

que respondia pela água, são resultado da união entre Atun e Ra. Estes geraram o Deus Geb e a Deusa Nut, que era responsável pelo céu, os quais, por sua vez, geraram quatro entidades: os deuses Osiris, responsável pela morte, Isis responsável pela vida, Seth, responsável pelos territórios estrangeiros, e Néftis, responsável pela moradia. Todo esse panteão de deuses era subordinado ao Deus principal, maior, ou seja, o Faraó, que era tido pelo povo como um Deus (GRALHA, 2012).

4.1.3 As pirâmides e a vida após a morte dos egípcios

As pirâmides – grandes construções de blocos de pedras – eram o túmulo dos faraós e de seus familiares, seu interior era decorado e possuía móveis, armas e joias. Alguns deles passaram toda a vida organizando a construção e a decoração de seus túmulos (BATISTONI FILHO, 1989).

Os Faraós e a família real ordenavam aos seus auxiliares e escravos que colocassem em seus túmulos alimentos, animais de estimação, roupas e objetos pessoais – acreditando que precisariam de tudo isso na vida após a morte.

Os egípcios acreditavam que, após a morte, teriam de passar pelo tribunal dos deuses, que julgaria quem mereceria uma vida; os premiados com a vida precisariam do corpo bem conservado para abrigar sua alma quando ela retornasse, por isso desenvolveram técnicas de mumificação para a preservação dos corpos (GRALHA, 2012).

Diferentes dos egípcios eram os hebreus, que possuíam a crença em apenas um Deus e rumavam em busca da terra prometida, tendo como centro dos seus rituais escrituras consideradas sagradas e mandamentos entregues pelo próprio Deus a um de seus líderes, Moisés.

5 OS POVOS HEBREUS: O MONOTEÍSMO E AS SAGRADAS ESCRITURAS

O povo hebreu tornou-se monoteísta após a conversão de Jacó, e isso proporcionou que esse agrupamento fosse caçado pelas

outras organizações grupais em decorrência da sua desobediência às leis institucionais, dado que este seguia apenas às leis do seu Deus monoteísta, o que fez com que ficasse nômade até meados do século XX.

Tornou-se um povo perseguido a medida em que o seu código religioso e a obediência exclusiva a Deus proporcionasse uma desobediência ao estado significando a impossibilidade de controle de seus membros por leis externas à religião e à sua cultura.

5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Os hebreus são povos que viveram na antiga Palestina (atual Israel) e foram os primeiros povos monoteístas na Antiguidade. A história dos Hebreus é dividida nas seguintes fases: governo dos patriarcas, governo dos juízes e governo dos reis, estes praticavam a agricultura e o pastoreio.

Os patriarcas foram os líderes religiosos originais do povo hebreu: o primeiro patriarca foi Abraão que, aproximadamente em 2000 a.C., saiu de Ur, na Mesopotâmia, e emigrou com sua família para Canaã (Terra Prometida). Um período de fome e seca fez os hebreus emigrarem para o Egito, por volta de 1700 a.C. Os hebreus permaneceram no Egito por 400 anos e foram escravizados pelos hicsos e pelos próprios egípcios. Fugindo do domínio dos faraós, em 1250 a.C., os hebreus fogem do Egito retornando para a Palestina: é o chamado Êxodo em que foram conduzidos por Moisés que, durante a travessia do deserto do Sinai, recebe de Deus (Iavé) os Dez Mandamentos (GILISSEM, 2011).

A instalação de uma monarquia, a partir de 1050 a.C., foi necessária para unificar as tribos hebraicas. O primeiro rei foi Saul, sucedido por Davi. Este último estabeleceu a capital em Jerusalém. O terceiro rei foi Salomão, cujo governo assinalou o apogeu da monarquia. Ele mandou construir o Templo de Jerusalém.

Com a morte de Salomão, em 930 a.C. o povo se dividiu em dois grupos: dez tribos no Norte formaram o Reino de Israel, capital na Samaria, e duas tribos no sul formaram o Reino de Judá, capital em

Jerusalém. Esse reino originou os povos judeus que foram conquistados por outros (caldeus, persas, macedônios e romanos).

Em 70 a.C., sob domínio romano, os hebreus dispersam-se pelo mundo e passam a viver em pequenas comunidades, cuja unidade linguística e religiosa permite a manutenção de seus referenciais culturais (nação) (SPILMAN, 2012).

5.2 A RELIGIÃO DOS HEBREUS

Toda a religião do povo hebreu está contida nas sagradas escrituras (velho testamento da bíblia cristã), cujos principais livros são o Exôdo, que conta a história da migração desse povo pelo Oriente Médio e África, e o Levítico, que narra a aliança desse povo com Deus.

Ademais, o Deus hebreu, diferentemente dos deuses míticos, não é uma figura subservente, pelo contrário, ele é servido pelo povo de Habraão, ou seja, essa crença altera a posição entre os homens e Deus, visto que antes Deus (mitologia) servia os homens a partir de oferendas e cânticos em sua homenagem, agora os homens é que servem a Deus, com um agravante, sem esperar nada em troca (GILISSEM, 2011).

6 OS GREGOS E O POLITEÍSMO

Na Grécia Antiga, a religião estava estritamente vinculada à mitologia, de forma que não havia uma religião única senão um conjunto de cultos e mitos que, documentados pela primeira vez pela cultura micênica, tiveram uma estrutura definida na Época Arcaica (NOGUEIRA, 2011).

Os deuses gregos eram antropomórficos e imortais e formavam uma sociedade organizada hierarquicamente, na qual Zeus ocupava a liderança, no trono do Olimpo. Os deuses gregos tampouco tinham sangue, e sim licor, e se alimentavam de ambrosia, néctar e dos sacrifícios. Costumavam interferir caprichosamente no destino dos mortais,

portanto as polis (cidades) costumavam prestar-lhes homenagens a fim de garantirem sua simpatia.

A religião mitológica baseava-se no controle dos fenômenos naturais e sociais por deuses. Na Grécia esses deuses eram semelhantes aos humanos em forma e caráter, logo, necessariamente não eram bondosos e justos.

6.1 DEUSES: OS TITÃS E OS OLIMPIANOS

A mitologia na Grécia antiga surgiu como uma forma de compreender os fenômenos e também de explicar os acontecimentos sociais, porém, diferentemente dos deuses de outros povos esse povo, entendia suas divindades como não totalmente boas, com um humor e comportamento semelhantes aos dos humanos (RIOS, 2011).

Para esse povo o início de tudo ocorreu com o Caos, ou seja, era tudo desordenado, e os filhos deste ente eterno, principalmente Eros viriam a por ordem no mundo.

Antes de todas as coisas existia apenas o Caos, o espaço sem forma, onde estavam as sementes daquilo que viria a existir. No Caos tiveram origem Geia, a terra, o sustento de tudo; e Eros, a força inquieta que começou a por ordem no Caos, pois é Eros que causa atração entre todas as coisas, sejam mortais ou imortais. (RIOS, 2011, p. 14).

Do caos e de seus primeiros filhos, como Eros, surgiram os deuses Titãs, chefiados por Chronos, que objetivava reinar absoluto sobre a terra e para tanto comia seus filhos ao nascimento, impossibilitando a sucessão ao trono. Sua esposa Reia escondeu um de seus sucessores, Zeus, que ao crescer libertou seus irmãos do ventre de Chronos e o aprisionou no tártaro, podendo, assim, junto aos seus irmãos, governar o mundo, e assim começou o governo dos olímpianos (HORTA, 2011).

Os gregos antigos acreditavam que esses deuses interferiam diretamente na vida dos humanos, inclusive mantendo relações de cunho sentimental com eles; dessa feita, surgiu a história de Heracles, o homem

mais forte do mundo, filho de Zeus (Deus do raio e do trovão) e de uma mortal (BOTELHO, 2011).

7 CONCLUSÃO

Toda a crença possui um fundo social, e para os mitos não é diferente; estes surgiram da necessidade de essas populações compreenderem os fenômenos naturais e sociais e também de dar sentido aos sentimentos de dor, frustração e felicidade.

Os povos sem escrita fundiam suas crenças às leis e as utilizavam como forma de aglutinar o povo objetivando a manutenção da espécie em um momento em que a tecnologia não proporcionava isso.

Já os Egípcios viam em seus deuses o conforto da explicação de uma vida após a morte, bem como a possibilidade do retorno ao mundo dos vivos em caso de uma vida bem vivida e que valeu a pena.

Os Hebreus encontraram a salvação de sua peregrinação no apoio de um Deus que manda, é eterno, bondoso e poderoso, e que prometeu um lugar santo, proporcionando o fim da sua longa peregrinação pelo mundo.

Ademais, os gregos entendiam seus deuses como organizadores de um mundo caótico, que interferiam diretamente na vida dos mortais e poderiam ser tanto bondosos quanto vingativos.

Tudo isso deixa claro que esses complexos, além de religiosos, são antropológicos na medida em que surgem para explicar simples e complexos fenômenos próprios da humanidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, C. A. de. A procura do conceito de religião: entre o relegere e o religare. **Religare**, Juiz de Fora: UFJF, v. 7, n. 1, p. 90-96, mar. 2010.

BATISTONI FILHO, D. **Pequena história da arte**. São Paulo, Papirus, 1989.

BOTELHO, J. F. **Mitologia**: livro 2 Heróis. São Paulo: Abril, 2011.

DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totemico na Austrália. São Paulo: Martín Fontes, 2000.

GIGANTE, L. C. A sociologia da religião de Max Weber: santificação da vida dentro de ordens políticas, econômicas e sociais. **Estudo Social**, Araraquara, v. 18, n. 34, jan./jun. 2013.

GILISSEN, J. **Introdução histórica ao direito**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

GRALHA, J. Egípcio. In: FUNARI, P. P. (Org.). **As religiões que o mundo esqueceu**: como egípcios, celtas, astecas e outros povos que cultuavam seus deuses. São Paulo: Contexto, 2012.

HORTA, M. **Mitologia**: livro 1 Deuses. São Paulo: Abril, 2011.

NOGUEIRA, S. **Mitologia**: livro 3 Lendas. São Paulo: Abril, 2011.

RIOS, R. **Mitologia grega**: história terríveis. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2011.

SELL, C. E. **Sociologia Clássica**. 4. ed. Itajaí: Ed. Univali, 2002.

SERRETI, A. P. A religião e a ordem social – breves considerações. **Revista espaço acadêmico**, Nova Lima, n. 111, p. 26-35, ago. 2010.

SPILMAN, M. **Judeus**: suas extraordinárias histórias e contribuições para o progresso da humanidade. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

INCRIMINAÇÃO DO ABORTO: RELEITURA DO INJUSTO PENAL EM INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO

Stephani Steffen¹
Juliano Seger²

RESUMO

Este ensaio constitui uma análise das projeções do direito à vida no ordenamento jurídico brasileiro, especificamente no âmbito da tutela penal da vida intrauterina, que fundamenta a incriminação do aborto. O estudo transita entre dogmática penal e teoria dos direitos fundamentais, colocando em voga o conflito normativo entre o direito à vida intrauterina e o direito à autodeterminação da gestante, no contexto da interrupção deliberada da gestação. Pretende-se, inicialmente, reconstruir o caminho trilhado pelo legislador ao criminalizar o aborto, em suas diversas figuras típicas, inclusive com a previsão e causas de justificação que excluem o caráter ilícito da conduta. Em seguida, rediscute-se a problemática da tipicidade por meio de uma interpretação constitucional, tomando como ponto de partida o julgamento do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a atipicidade da interrupção da gestação em caso de feto anencefálico, para cogitar a correção da interpretação conforme a Constituição que considere atípica a interrupção da gravidez até o terceiro mês de gestação. Palavras-chave: Direitos fundamentais. Direito Penal. Vida intrauterina. Autodeterminação da gestante. Crime de aborto.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduado em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; sthsteffen@gmail.com

² Mestre em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Professor no Curso de Graduação em Direito Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; juliano Seger@mprs.mp.br

Este artigo enfoca a temática da incriminação do aborto, propondo-se a resgatar algumas reflexões importantes da dogmática penal e da teoria dos direitos fundamentais, em cotejo multidisciplinar, a fim de estabelecer um possível entendimento que contemple de forma ponderada o conflito normativo entre o direito à vida intrauterina, que serve de pano de fundo à incriminação da conduta do abortamento, e o direito à autodeterminação da gestante, também amparado pela ordem constitucional.

A pesquisa pretende, inicialmente, destacar os dogmas em torno do injusto penal do aborto, demonstrando como a legislação, ao cumprir seu papel de tutela jurídica da vida humana intrauterina, incrimina de forma abrangente a prática do aborto de fetos humanos. Também se enfocam as ressalvas legais justificadoras, em caso de risco de morte da gestante e de gravidez proveniente de violência sexual contra a mulher, pinçados pelo legislador pátrio em meio ao sistema de indicações.

Ademais, seguindo-se a esteira da jurisdição constitucional em torno da matéria, procura-se analisar as razões utilizadas pelo Supremo Tribunal Federal para reconhecer a atipicidade da conduta de aborto, nos casos de fetos anencefálicos, caso a gestante venha a optar pela interrupção da gestação. A análise desse precedente serve de base para indagar a possibilidade de estabelecer um estágio gestacional em que a prática abortiva possa ser considerada não alcançada pela norma incriminadora.

Delineia-se, assim, o problema a ser enfrentado, à luz da teoria dos direitos fundamentais: o contraponto normativo entre a autodeterminação da gestante e a vida do feto. Para estabelecer uma interpretação conforme a Constituição, o marco do primeiro trimestre gestacional serve de parâmetro, com as seguintes hipóteses: até terceiro mês, haveria preponderância da autodeterminação da gestante, que poderia justificadamente optar por interromper a gestação sem incorrer em crime; a partir desse marco, preponderaria o direito à vida do feto, de tal sorte que o abortamento estaria proibido, criminalizado.

A proposta investigativa tem como fontes a pesquisa bibliográfica, que enriquece a base multidisciplinar pela qual o tema transita, mas também enfoca a legislação aplicável e os julgados que

versam sobre a intrincada discussão. Com base nessa mescla de doutrina, lei e jurisprudência, pretende-se lançar o texto, com método lógico-dedutivo, reunindo os argumentos que possam responder afirmativa ou negativamente à indagação que move o ensaio e, assim, prestar alguma contribuição ao debate.

A disposição textual se divide em dois segmentos distintos. Num primeiro momento, busca-se reunir o aparato legislativo em torno do assunto e resgatar lições da doutrina penalista, notadamente em relação às causas de exclusão da ilicitude aplicáveis ao crime de aborto. Na terceira seção, pretende-se focar o estudo em julgamentos paradigmáticos do colendo Supremo Tribunal Federal, que assentam a atipicidade da conduta de abortamento em determinados casos, como anencefalia e, mais recentemente, com base no estágio gestacional.

2 A INCRIMINAÇÃO DO ABORTO

O tema da interrupção da gestação certamente se insere nos polêmicos assuntos do debate jurídico. Reacende, em cada época, aquela “antijuridicidade genérica” a que se refere Reale Júnior (2000, p. 19), que faz parte da atmosfera que constitui o mundo circundante e, previamente à normatividade, apresenta-se na consciência jurídica dos indivíduos e inspira a construção de todo o ordenamento. É, como a consciência jurídica oscila de acordo com cada momento histórico, a noção do proibido e do permitido fatalmente se depara com essa realidade, tanto que “nem sempre teve a morte dada ao feto antes da maturidade o tratamento que hoje lhe atribuem as legislações.” (ANÍBAL BRUNO, 1972, p. 156).

Sinaliza-se, assim, a dimensão da polêmica em torno do tema, que pode levar a soluções jurídicas variantes, conforme o complexo cultural em que cada grupo social se insere. Vale destacar, ainda, que essa consciência jurídica sofre a influência de valores da situação cultural em que forjada, à luz de inspiração filosófica e mesmo religiosa que permeia o trato interpessoal, em cada momento histórico, sem contar

a contemporânea bioética. Assim, não obstante os limites desse ensaio, alguma reconstrução histórica se faz necessária.

Embora a etimologia da palavra aborto apresente certa discussão,³ Matielo (1994) explica que o vocábulo provém do latim *aboriri*, significando “separar do lugar adequado.” Segundo o autor, o abortamento de fetos humanos, na antiguidade, não era visto como crime; questionava-se, apenas, o aspecto moral dessa prática, conforme ideias difundidas entre povos israelitas da época do Êxodo (século XVI a.C.), povos mesopotâmicos, povos gregos e romanos. Aliás, diante dos antecedentes do direito pátrio, enfoca-se esse marco greco-romano.

“Aristóteles preconizava ser o aborto método eficaz para limitar os nascimentos e manter estáveis as populações das cidades gregas, mas era contra o aborto quando a mãe já se encontrava num estado avançado da gravidez.” (PIERROTTI, 2007, p. 11-12). Para Platão, o aborto deveria ser obrigatório em casos de mulheres gestantes acima dos 40 anos, pois sua prole deveria preservar a pureza da raça dos guerreiros, além de ser utilizado em situações de famílias incestuosas, interrompendo sua descendência. Sócrates, filho de parteira, aconselhava-as a facilitarem o aborto às mulheres que assim o quisessem.

Entre os antigos gregos havia a crença de que os fetos não possuíam alma, o que os levava a desconsiderar a sua condição de seres vivos. No entanto, muito embora a prática abortiva fosse aceita na Grécia antiga pela grande maioria de pensadores e utilizada em grande escala, Almeida (2000) relembra que Hipócrates, considerado o pai da medicina, era severamente contra a ideia de que qualquer médico ensinasse ou fornecesse ajuda para práticas abortivas, conforme juramento difundido até os dias atuais: “Mesmo instado, não darei droga mortífera nem a aconselharei; também não darei pessário abortivo às mulheres.” (JURAMENTO DE HIPÓCRATES, 2017).

³ Siqueira (2010, p. 403) relembra que a palavra aborto, derivada de ab-ortus, significa privação do nascimento, ocorrendo com a interrupção voluntária da gravidez, com a consequente morte do produto da concepção.

A polêmica, desde que se tem notícia, se assenta. Hungria (1955) relembra que a prática do aborto nem sempre foi criminalizada, sendo comum nas civilizações gregas e hebraicas. A Lei das XII Tábuas (450 a.C.), na Roma antiga, dispunha que o produto da concepção era considerado mera parte integrante do corpo da mulher, da qual ela poderia dispor conforme sua vontade. Com os imperadores Adriano, Constantino e Teodósio, e o advento do cristianismo, o aborto passou a ser reprovado, como lesão ao direito do marido.

Aníbal Bruno (1972, p. 156-158) faz menção aos primórdios de Roma, em relação aos quais não há indicativos de punição da morte dada ao feto; em resgate histórico, refere que o reinado de Septimus Severus (20 a.C) marca o início da incriminação do aborto, punido como frustração da esperança do pai à sua descendência. A compreensão do aborto como uma lesão ao direito à prole, de titularidade do marido, ensejou a noção de uma prática a ser castigada. Prevalencia, portanto, a preocupação com os interesses do pai do nascituro ou mesmo da comunidade, até porque as mulheres daquele tempo eram tidas como objetos, sem maior valor, de tal sorte que a figura da gestante ficava relegada a um segundo plano (CAPEZ, 2016, p. 140; MATIELO, 1994, p. 14).

Com o cristianismo, inicialmente se discutia a incriminação do aborto, como homicídio, conforme o momento em que a alma racional penetrasse o organismo em formação (corpo inanimado até a quinta semana; corpo já assinado da sexta à décima semana); por volta do século XVIII, assentou-se a ideia de que a “perdição do pequeno ser”, morto sem ter ingressado, pelo batismo, no seio da Igreja, justificaria a punição desde o momento da geração (ANÍBAL BRUNO, 1972, p. 156-157).

O medievo foi marcado pelo pensamento do teólogo Santo Agostinho. Sua doutrina, do século XIII, considerava o aborto como crime apenas quando o feto tivesse recebido alma. Tal evento ocorreria 40 a 80 dias após a concepção, conforme se tratasse de varão ou mulher (*quod hominem e quod feminam*). Antes desses períodos, não se considerava criminoso o aborto. Embora a Igreja Católica tenha adotado tal tese, a evolução dos conhecimentos biológicos e a falta de certeza científica

levaram a considerar o aborto como destruição do embrião, já considerado sagrado (WARNOCK, 2004).

A Igreja Católica, aliás, passou a condenar severamente o aborto, utilizando-se de meios cruéis de punição. Aplicava-se pena de morte – pela espada, afogamento ou fogueira – tanto para mulheres quanto para o próprio partícipe. Isso porque, para o direito canônico, a questão principal a ser considerada “era a perda da alma do feto, que ficava sem batismo.” (PIERROTTI, 2007, p. 14).

O advento do Iluminismo gerou um movimento pela descriminalização, com reflexos abolicionistas no direito penal uruguaio e russo, embora tal orientação tenha sido fadada ao absoluto declínio, a ponto de Aníbal Bruno (1972, p. 158) prenunciar que “o aborto é universalmente definido como fato punível e não há indício de que sua incriminação desapareça dos códigos.” Não obstante o Brasil repudie a prática, com uma das legislações mais severas do mundo, esse prenúncio parece ser contrariado pela realidade de diversas nações que, com suas peculiaridades e particularidades, optaram por sua legalização, a exemplo de Estados Unidos, França, Itália, Alemanha, Portugal e Espanha (SARMENTO, 2007).

Enfim, esse apanhado histórico, ainda que abreviado, bem demonstra a constante discussão em torno do tema do aborto, nas variadas sociedades, sinalizando como a polêmica jurídica recebe influência das dimensões religiosa, filosófica e ética. Agora, cumpre verificar como a legislação brasileira trabalha a política criminal em torno do assunto, verificando as proibições e permissões que o direito penal legislado estabelece em relação à prática da interrupção gestacional que, deliberadamente, elimina a vida intrauterina.

2.1 A CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

A primeira legislação penal genuinamente brasileira, denominada Código Criminal do Império, foi instituída pela Lei de 16 de dezembro

de 1830. Na referida codificação, reservou-se uma seção específica para o infanticídio, na qual se definiu a figura do aborto.⁴ A doutrina observa que, na época, não se incriminava o aborto praticado pela própria gestante (ANÍBAL BRUNO, 1972, p. 159), tipificando-se apenas o aborto provocado por terceiros, com ou sem consentimento da mulher grávida, ou o fornecimento de substâncias abortivas, ainda que o aborto não se consumasse, criminalizando-se os atos preparatórios, inclusive com aumento de pena caso o sujeito ativo fosse médico, cirurgião ou similar (BITENCOURT, 2016, p. 184).

O Código Penal Republicano de 1890⁵ ampliou a tipificação, criminalizando o autoaborto, mas também inovou com a previsão de redução de pena nos casos de desonra da mulher e, principalmente, com a inclusão do aborto legal ou necessário, nos casos em que não houvesse outro meio de salvar a vida da gestante. Bitencourt (2016, p. 184) menciona que a referida codificação distinguia o crime de aborto,

⁴ Art. 199. Occasionar aborto por qualquer meio empregado interior, ou exteriormente com consentimento da mulher pejada.

Penas - de prisão com trabalho por um a cinco annos.

Se este crime fôrcommetido sem consentimento da mulher pejada.

Penas - dobradas.

Art. 200. Fornecer com conhecimento de causa drogas, ou quaesquer meios para produzir o aborto, ainda que este se não verifique.

Penas - de prisão com trabalho por dous a seis annos.

Se este crime fôrcommetido por medico, boticario, cirurgião, ou praticante de taes artes.

Penas - dobradas. (BRASIL, 1830).

⁵ Art. 300 provocar aborto haja ou não a expulsão do produto da concepção. No primeiro caso: pena de prisão celular por 2 a 6 annos. No segundo caso: pena de prisão celular por 6 meses a 1 anno.

§1º Se em consequência do Aborto, ou dos meios empregados para provocá-lo, seguir a morte da mulher. Pena de prisão de 6 a 24 annos.

§2º Se o aborto foi provocado por médico, parteira legalmente habilitada para o exercício da medicina. Pena: a mesma procedente estabelecida e a proibição do exercício da profissão por tempo igual ao da reclusão.

Art. 301 Provocar Aborto com anuência e acordo da gestante.

Pena: prisão celular de 1 a 5 annos. Parágrafo único :Em igual pena incorrerá a gestante que conseguir abortar voluntariamente, empregado para esses fim os meios; com redução da terça parte se o crime foi cometido para occultar desonra própria.

Art. 302 Se o médico ou parteira, praticando o aborto legal, para salvar da morte inevitável, ocasionam-lhe a morte por imperícia ou negligencia.

Penas: prisão celular de 2 meses a 2 annos e privado de exercício da profissão por igual tempo de condenação." (BRASIL, 1890).

conforme houvesse ou não a expulsão do feto, com penas mais severas em caso de morte da gestante.

Com o advento do Código Penal de 1940, novas fórmulas foram cunhadas, conforme a cultura, os costumes e os hábitos dominantes da década de 1930 (BITENCOURT, 2016, p. 184). A tipificação do crime de aborto⁶ assim considera três figuras dolosas: aborto provocado, em que a mulher assume a responsabilidade pelo abortamento (artigo 124); aborto sofrido, em que o abortamento ocorre sem seu consentimento (artigo 125); e aborto consentido, em que a gestante não o provoca, mas consente para que um terceiro o faça (artigo 126).

Aníbal Bruno (1972, p. 160) ressalta que o Código Penal não define propriamente o aborto, na medida em que adota uma fórmula indeterminada, cujo sentido demanda construção doutrinária e jurisprudencial, sendo bem aceita a ideia de que provocar aborto significa “interromper o processo fisiológico da gestação, com a conseqüente morte do feto.” Assim, toda prática dolosa que tenha como resultado a interrupção da gestação e conseqüente morte do feto configura o crime de aborto, variando a configuração típica conforme o sujeito – própria gestante, ou terceiro – e o consentimento ou não da gestante.

Assim, as noções básicas da seara penal permitem observar a abertura da construção típica para abarcar toda e qualquer modalidade de aborto intencional, seja cometido pela própria gestante seja por terceiras pessoas, com ou sem seu consentimento, refletindo, por assim dizer, a abrangente tutela penal do bem jurídico, no caso, a vida humana

⁶ Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque:

Pena - detenção, de um a três anos.

Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de três a dez anos.

Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou debil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência.

Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em conseqüência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte. (BRASIL, 1940).

intrauterina. Apenas diante das duas causas de justificação doravante analisadas o legislador reconhece a exclusão do crime, por ausência de ilicitude da conduta.

2.2 EXCLUDENTES DE ILICITUDE DA CONDUTA

Magalhães Noronha (1973, p. 92) ensina que a ação humana, para ser criminosa, há de corresponder objetivamente à conduta descrita pela lei, contrariar a ordem jurídica e fazer pesar sobre seu autor um juízo de censura ou reprovação social. Aníbal Bruno (2003, p. 177) também leciona que o crime se caracteriza essencialmente como uma ação ou manifestação da vontade humana no mundo exterior, a que se agregam alguns atributos: contrariedade ao Direito (antijuridicidade), ajuste a um tipo legal (tipicidade) e passível de fazer recair sobre seu autor a reprovação da ordem jurídica (culpabilidade). Desse conceito analítico, interessa para esta seção a noção de ilicitude da conduta e, notadamente, de tipos permissivos.

As causas de exclusão da antijuridicidade, no aborto, derivam de uma série de razões que se inserem em um sistema de indicações de ordem médica, ética ou emocional, eugênica, social ou econômica e até mesmo racista (ANÍBAL BRUNO, 1972, p. 169-177). Apenas as duas primeiras situações constituem excludentes de ilicitude:⁷ aborto necessário ou terapêutico, como designado aquele realizado para salvar a gestante que corre risco de morte e demanda indicação médica; e aborto no caso de gravidez resultante de estupro, que a doutrina e a jurisprudência definem como sentimental ou humanitário, diante de sua indicação ética ou emocional (BITENCOURT, 2016, p. 193-194).

⁷Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico:

Aborto necessário

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal. (BRASIL, 1940).

O aborto necessário apresenta hipótese específica de estado de necessidade, que, de modo geral, figura como excludente da ilicitude. Essa situação de estado de necessidade de terceiro, no dizer de Magalhães Noronha (1973, p. 184), permite ao médico praticar o aborto se não houver outro meio de salvar a vida da gestante. Outros autores também reafirmam que o dispositivo apresenta excludente de ilicitude, embora destaquem que, aparentemente, a expressão “não se pune” possa ser entendida como dirimente ou escusa absolutória (BITENCOURT, 2016, p. 194; CAPEZ, 2016, p. 155).

Afirma-se que “o legislador optou pela preservação do bem maior, que, no caso, é a vida da mãe, diante do sacrifício de um bem menor, no caso, um ser que ainda não está totalmente formado” (CAPEZ, 2016, p. 155), bem como que, na salvação da vida da mulher “poupam-se vários bens presentes e atuantes a que não se pode contrapor o incerto destino da vida em formação” (ANÍBAL BRUNO, 1972, p. 171-172), a ponto de se autorizar o aborto necessário mesmo contra a vontade da gestante (BITENCOURT, 2016, p. 194-195).

A outra modalidade de abortamento autorizada em lei, denominada aborto sentimental, humanitário ou ético, diz respeito à gravidez decorrente de estupro. Entende-se que “o Estado não pode obrigar a mulher a gerar um filho que é fruto de um coito vagínico violento, dados os danos maiores, em especial psicológicos, que isso lhe pode acarretar.” (CAPEZ, 2016, p. 157). Nesse caso, inexistente limitação temporal à decisão para proceder ao abortamento por parte da “estuprada-grávida”, exigindo-se apenas que a gravidez seja resultado de um estupro e o prévio consentimento da gestante ou, sendo ela incapaz, de seu representante legal (BITENCOURT, 2016).

Embora a lei não exija autorização judicial, processo judicial ou sentença condenatória contra o autor do crime de estupro como requisito para autorizar a prática do aborto sentimental, deve haver prova idônea para o direito, que pode ser tanto “boletim de ocorrência, testemunhos colhidos perante autoridade policial, atestado médico relativo as lesões defensivas sofridas pela mulher e às lesões próprias da submissão forçada

à conjunção carnal.” (BITENCOURT, 2016, p. 195; CAPEZ, 2016, p. 157). Porém, repita-se, “a chamada autorização judicial não compõe o tipo permissivo.” (SIQUEIRA, 2010, p. 409).

Diante dessas considerações, observa-se que o legislador sopesou duas situações específicas em que a interrupção da gestação se justifica. Importante destacar que, nesses casos, coloca-se em contraponto o direito à vida do ser humano em formação, de um lado, e o direito à vida e à dignidade da gestante, de outro. Na ponderação em âmbito de processo legislativo, atribuiu-se valor precedente à vida e à dignidade da gestante, mesmo que isso signifique a eliminação da vida intrauterina, juridicamente justificada.

Vale dizer que a chama da discussão, nem por isso, se apaga. Aníbal Bruno (1972, p. 174) considera questionável a justificativa da morte do ser que se gerou, considerando-a “de fundo demasiadamente individualista.” Segundo o autor, a ideia do Direito e a decidida proteção por ele concedida à vida do homem e aos interesses humanos e sociais a ela relacionados possuem redobrada importância e, portanto, não poderiam ser sacrificados por razões de ordem pessoal, por mais legítimas que pudessem parecer.

Enfim, não obstante a objeção doutrinária, a legislação penal traz essas duas situações em que a ponderação dos valores subjacentes estabeleceu exceções específicas. Contudo, dentro do universo de possibilidades que acompanham o avanço científico, casos como a anencefalia fetal representam novos desafios em âmbito jurídico, sem contar, ainda, que o avanço do movimento feminista opôs à criminalização do aborto a autonomia da gestante para decidir acerca da continuidade da gestação. A essas novas possibilidades, que superam o momento histórico da dogmática penal tradicional, destina-se a próxima seção.

3 NOVAS PERSPECTIVAS INTERPRETATIVAS À LUZ DA TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

De acordo com uma perspectiva histórica, os direitos fundamentais sempre estiveram ligados ao aspecto político de cada sociedade. Seu principal objetivo consiste em romper com a ideia de poderes ilimitados do Estado (GALINDO, 2003), em buscar a proteção do indivíduo e a autonomia do cidadão em face do governo, restringindo, assim, sua intromissão na vida social (THEODORO, 2002). Assentados em inúmeras constituições, contribuíram para a concretização dos direitos humanos, até mesmo por meio de ações judiciais, na medida em que se vincula o Estado à sua observância e à defesa contra arbitrariedades. Os direitos fundamentais são a positivação dos direitos humanos dentro de cada Estado, tendo por objetivo a realização da dignidade da pessoa humana (BAEZ, 2010).

Importante esclarecer que, embora exista contradição semântica entre a dignidade humana e a dignidade da pessoa humana, tais expressões, aparentemente sinônimas, possuem significados diversos: dignidade humana designa a humanidade como um todo, enquanto dignidade da pessoa humana diz respeito ao próprio ser, individualmente considerado. Está consagrada como condição de fundamento do nosso Estado Democrático pela Constituição Federal de 1988, como instituto basilar e informador dos direitos e garantias fundamentais (SARLET, 2012).

Dworkin (2009) explica que o direito à dignidade possui uma gama de conceitos morais e também filosóficos, os quais mudam de acordo com a época e o estilo de sociedade, modificando-se conforme as pessoas a ela pertencentes. Já para Dallari (2002), apesar das diversidades socioculturais dos povos, a dignidade constitui um valor universal: independentemente das suas diferenças físicas, intelectuais e psicológicas, as pessoas são detentoras de igual dignidade, considerando que mesmo diferentes em sua individualidade, pela sua humana condição, possuem as mesmas necessidades e faculdades vitais.

Barroso (2012, p. 127-196) cita como outra dimensão do princípio da dignidade da pessoa humana a autonomia, correspondente “à capacidade de alguém tomar decisões e fazer escolhas pessoais ao longo da vida, baseadas na própria concepção de bem, sem influências externas indevidas.” O ser humano, por ser possuidor de razão e detentor de autonomia de vontade, possui dignidade, diferentemente de seres irracionais tratados como meras coisas, objetos, ou seja, passíveis de substituição, coisificação. A dignidade, exclusividade do ser humano, está acima de qualquer preço (BAEZ, 2010), permitindo a ele viver de acordo com seus próprios parâmetros e decisões (COMPARATO, 2003).

Nesse contexto, conclui-se que a vida humana tem se apresentado como objeto de proteção, não obstante variantes momentos históricos, ora tutelando-se de forma extremamente rígida a vida do embrião fecundado, ora simplesmente permitindo-se o aborto até o momento do nascimento, num confronto normativo em constante ponderação. Aliás, o caminho de superação das fórmulas do sistema de indicações parece se descortinar, tanto na releitura da questão embriopática quanto na ventilação de novas perspectivas, como a solução de prazo e o compromisso relacional entre mãe e filho. Enfim, passa-se ao exame do enfrentamento desses novos rumos na jurisdição constitucional.

3.1 RECONHECIMENTO JURISPRUDENCIAL DA ATIPICIDADE DO ABORTO DE FETOS ANENCEFÁLICOS

Ao referir-se ao aborto por indicação eugênica, Aníbal Bruno (1972, p. 175) menciona que o Direito brasileiro não reconhece tal critério para justificar a prática abortiva. Para o autor, a provocação do abortamento destinada a evitar o nascimento de seres afetados de graves desvios da normalidade, de origem hereditária, seja por questões biológicas seja por questões de adaptabilidade social, não seria justificável, mesmo diante do conhecimento científico sobre transmissão de doenças e deformações. Aliás, a falta de palavra decisiva, por parte da ciência, não permitiria decidir o destino de um ser humano com base em incertezas.

Ocorre que a ciência teve significativos avanços e, em tema de anencefalia, assentou um prognóstico decisivo: o feto anencefálico não possui condições de sobreviver após o parto. Assim, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 54 (ADPF 54), o Supremo Tribunal Federal assentou uma nova possibilidade de descaracterização do crime de aborto, por ausência de tipicidade, no caso de fetos anencefálicos.

Luiz Flavio Gomes, na autointitulada teoria constitucionalista do delito, explica que o tipo penal apresenta diferentes dimensões. A formal-objetiva contempla conduta, resultado naturalístico, nexo de causalidade e adequação típica formal à letra da lei. A material-normativa compõe-se de desvalor da conduta, desvalor do resultado jurídico e imputação objetiva desse resultado. A dimensão subjetiva, enfim, surge no contexto dos crimes dolosos. Para o autor, no aborto de anencéfalo, exclui-se a tipicidade material da conduta, eliminando-se a dimensão material-normativa do tipo, pois a morte do feto, no caso, não se mostra arbitrária nem desarrazoada (GOMES, 2010, p. 563).

Bitencourt (2016, p. 197-198) esclarece que a decisão acerca da tipicidade do aborto de feto anencefálico leva em consideração dois pontos importantes. A tutela penal da vida intrauterina tem por bem jurídico justamente a vida do ser humano em formação, do produto da concepção. O feto ou embrião, embora ainda não considerado pessoa, tem vida própria e recebe tratamento autônomo da ordem jurídica. Ocorre que a antecipação consentida do parto, em se comprovando a gravidez de feto anencefálico, não afeta nenhum desses bens jurídicos que a ordem constitucional protege, pois não há vida viável em formação. Ademais, como o feto com anencefalia carece de condições fisiológicas que lhe permitam se tornar um dia pessoa, falta-lhe a condição de sujeito passivo.

Para o relator da ADPF 54, Ministro Marco Aurélio, adota-se a tese de que a anencefalia consiste na má formação do tubo neural, caracterizando-se pela ausência parcial do encéfalo e do crânio, resultante de defeito no fechamento do tubo neural durante a formação embrionária. Dessa forma, segundo a ciência médica, causa-se morte na totalidade dos

casos. Mesmo se o feto alcançasse o final da gestação, sobreviveria, no máximo, minutos ou dias, considerando-se, juridicamente, um natimorto cerebral (DISTRITO FEDERAL, 2012).

Segundo o Supremo Tribunal Federal (2012) não se coaduna com o princípio da proporcionalidade proteger apenas um dos seres da relação, privilegiando aquele que, no caso da anencefalia, não tem sequer expectativa de vida extrauterina, sobretudo porque isso acaba aniquilando os direitos da mulher, que seria obrigada a levar adiante a gestação cujo resultado comprovado seria a morte do feto. Tal raciocínio levaria à ofensa dos princípios basilares do sistema constitucional, mais precisamente a dignidade da pessoa humana, a liberdade, a autodeterminação, a saúde, a privacidade, ensejando afronta ao reconhecimento pleno dos direitos sexuais e reprodutivos de milhares de mulheres.

O ato de obrigar a mulher a manter a gestação, colocando-a em uma espécie de cárcere privado em seu próprio corpo, desprovida do mínimo essencial de autodeterminação e liberdade, assemelha-se à tortura ou a um sacrifício que não pode ser pedido a qualquer pessoa ou dela exigido. Conforme a Ministra Rosa Weber, não está em jogo o direito do feto, e sim o da gestante, de determinar suas próprias escolhas, tendo como fundamento a discussão do direito de escolha da mulher sobre a sua própria forma de vida (DISTRITO FEDERAL, 2012).

Diante desse contexto argumentativo, levantou-se a questão da laicidade do Estado brasileiro, que resulta em absoluta neutralidade quanto às religiões. No mérito, entendeu-se que, no caso de feto anencéfalo, a interrupção da gravidez por opção da gestante não caracteriza crime, diante do complexo de direitos da mulher à liberdade sexual e reprodutiva, à saúde, à dignidade e à autodeterminação. Assim, mostra-se inconstitucional a interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de feto anencéfalo configuraria a conduta tipificada nos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, do Código Penal (DISTRITO FEDERAL, 2012).

Nesse julgamento histórico, o colendo Supremo Tribunal Federal reconheceu que a opção da gestante pela interrupção da gestação

de feto anencéfalo não se ajusta aos modelos tipificados na legislação penal e, pela via da interpretação constitucional, construiu a noção de atipicidade da conduta, que teve como parâmetro a liberdade sexual e reprodutiva da mulher, sua saúde, dignidade e autodeterminação, todos direitos fundamentais que proporcionam um contraponto em relação à tutela penal da vida intrauterina que, no caso, não se mostra viável.

3.2 REDISCUSSÃO DA TIPICIDADE NO ABORTO: O MARCO DO TERCEIRO MÊS DE GESTAÇÃO

O julgamento que reconheceu a atipicidade da interrupção gestacional em caso de anencefalia constitui um precedente importante da Corte Constitucional brasileira, na medida em que abre a possibilidade de rediscussão de valores fundamentais assentados constitucionalmente, para afirmar ou infirmar o juízo de tipicidade da conduta. Acompanha outros casos em que a ponderação realizada, como o julgado envolvendo a figura de ato obsceno, prevista no artigo 233 do Código Penal,⁸ e o julgado acerca da apologia ao antissemitismo, prevista no artigo 20 da Lei n. 7.716/1989.⁹

Agora, a renovada ponderação para fins de juízo de tipicidade penal do aborto ventila a possibilidade de os direitos fundamentais da mulher, reconhecidamente a liberdade sexual e reprodutiva, a saúde, a dignidade e a autodeterminação da gestante, servirem de supedâneo ao entendimento de que a opção da gestante pelo abortamento não configuraria conduta criminoso. Eis a nova questão a ser enfrentada pelo

⁸ No caso, a acusação consistia na conduta de “simulação de masturbação e exibição das nádegas, após o término de peça teatral, em reação a vaias do público.” A discussão sobre a caracterização da ofensa ao pudor público, segundo a Corte Suprema, não pode ser vista de forma desprendida do “contexto em se verificou o ato incriminado”, sendo que “o exame objetivo do caso concreto demonstra que a discussão está integralmente inserida no contexto da liberdade de expressão, ainda que inadequada e deseducada” e, portanto, dispensa o enquadramento penal, até porque “a sociedade moderna dispõe de mecanismos próprios e adequados, como a própria crítica, para esse tipo de situação.” (SÃO PAULO, 2004).

⁹ Não obstante a objeção do direito à liberdade de expressão configura crime de racismo “escrever, editar, divulgar e comerciar livros ‘fazendo apologia de idéias preconceituosas e discriminatórias’ contra a comunidade judaica.” (RIO GRANDE DO SUL, 2003).

Supremo Tribunal Federal em recente Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, a ADPF 442, que pretende assentar o marco do terceiro mês do período gestacional como divisor de águas (STF, 2017).

A Primeira Turma, em recente julgamento, firmou entendimento que bem pode sinalizar o deslinde da controvérsia. Ao conferir interpretação conforme a Constituição aos artigos 124 a 126 do Código Penal, nos quais se tipifica o crime de aborto, excluiu do âmbito de incidência das normas penais referidas a interrupção voluntária da gestação efetivada no primeiro trimestre, por entender que a criminalização, nessa hipótese, “viola diversos direitos fundamentais da mulher, bem como o princípio da proporcionalidade.” (RIO DE JANEIRO, 2016). Para o Ministro Roberto Barroso,

O grau de proteção constitucional ao feto é, assim, ampliado na medida em que a gestação avança e que o feto adquire viabilidade extrauterina, adquirindo progressivamente maior peso concreto. Sopesando-se os custos e benefícios da criminalização, torna-se evidente a ilegitimidade constitucional da tipificação penal da interrupção voluntária da gestação, por violar os direitos fundamentais das mulheres e gerar custos sociais (e.g., problema de saúde pública e mortes) muito superiores aos benefícios da criminalização. (RIO DE JANEIRO, 2016, p. 16).

Na petição inicial da ADPF 442, cuja relatoria coube à Ministra Rosa Weber, expõe-se a pretensão de enfrentamento da questão do aborto como uma matéria de direitos fundamentais, na esteira do julgamento da ADI 3.510, na qual “a Corte superou a pergunta sobre o início da vida como condição de possibilidade para a constitucionalidade da pesquisa com embriões e fundamentou a interpretação de que não há como se imputar aos embriões o estatuto de pessoa ou mesmo o caráter absoluto do direito à vida.” (STF, 2017, p. 27-28).

Também se pretende ver estendida a linha de raciocínio estabelecida na ADPF 54, em que a Corte se alinhou a tendências de cortes internacionais no enfrentamento da questão do aborto, reafirmando a interpretação de que não há direito absoluto em nosso ordenamento constitucional, de certa forma efetivada no HC 124.306, em que “a maioria

da Primeira Turma do STF interpretou a questão do aborto como decisão reprodutiva moralmente razoável das mulheres, cuja criminalização viola seus direitos fundamentais.” (STF, 2017, p. 27-28).

Trata-se de uma releitura do conflito normativo entre a proteção jurídica da vida em formação e o complexo de direitos da gestante, a que se pretende superar com inovadora postura conciliatória, em consonância com a atual quadra histórica e seu arcabouço cultural. A noção de um novo sistema de solução de prazo e a ideia de compromisso relacional entre mãe e filho constituem a linguagem difundida pelos estudiosos da matéria e, a que tudo indica, sinalizam o caminho a ser trilhado em meio à tormentosa questão da permissão do aborto.

Relembra-se que a tutela do direito à vida se intensificou após a Segunda Guerra e teve sua consolidação com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, assinada em Paris aos 10 dias de dezembro de 1948. Aprovada por 48 Estados, o instrumento estabeleceu, em seu terceiro artigo, “que toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.” (PIOVESAN, 2011).

Ademais, o Brasil positivou, no quinto artigo do texto constitucional de 1988, a norma segundo a qual “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida.” (SARLET, 2012). Segundo Canotilho (2000), o direito à vida constitui direito subjetivo de defesa, reputando indiscutível o direito de o indivíduo afirmar o direito de viver, com a garantia da não agressão ao direito à vida, que também implica a garantia de uma dimensão protetiva desse direito. Assim, o indivíduo tem o direito, perante o Estado, a não ser morto por este, enquanto o Estado tem a obrigação de se abster de atentar contra a vida do indivíduo. Por outro lado, o indivíduo tem o direito à vida perante os outros indivíduos e estes devem abster-se de praticar atos que atentem contra a vida de alguém.

Franco (2010) complementa que “embora o texto constitucional nada diga a respeito do não nascido, tudo está a indicar que sua vida é um bem relevante que a Constituição se obriga a tutelar de forma que

não sofra violação.” Além disso, partindo-se da disposição constitucional segundo a qual a vida é direito inviolável e que todos possuem tal direito, indistintamente, a compreensão do conceito de vida, em sua plenitude, deve abarcar “não somente a vida independente, mas também a vida humana em formação”, embora resguardadas as diferenças em relação aos dois momentos vitais.

Assim, a vida intrauterina goza de proteção constitucional, embora se ressalve que sua intensidade tenha grau menor em comparação ao nascituro. Ademais, percebe-se que a proteção dada desde o embrião aumenta substancialmente conforme seu desenvolvimento, sem, contudo, equiparar-se a vida intrauterina à extrauterina. Essa visão intermediária que reconhece os direitos inerentes à vida intrauterina, com proporção ligeiramente inferior à extrauterina, tem sido amplamente aceita por diversos tribunais, estando em harmonia com a ordem constitucional brasileira, dado seu respaldo científico (SARMENTO, 2007).

Por outro lado, observa-se que o ordenamento jurídico brasileiro também prestigia o direito à liberdade, ao dispor que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.” (art. 5º, X, CF/88). Com isso, as pessoas, como seres individuais, ficam autorizadas a se autorregem, com poder de decisão sobre suas próprias vidas.

Nas palavras de Sarmiento (2005, p. 5), “não cabe ao Estado, a qualquer seita religiosa ou instituição comunitária, à coletividade ou mesmo à Constituição estabelecer os fins que cada pessoa humana deve perseguir, os valores e crenças que deve professar, o modo como deve orientar sua vida, os caminhos que deve trilhar.” Seguindo-se uma ideia central do humanismo e do direito moderno, entende-se que “compete a cada homem ou mulher determinar os rumos de sua existência, de acordo com suas preferências subjetivas e mundividências, respeitando as escolhas feitas por seus semelhantes.”

A autonomia conferida aos indivíduos, dessa forma, faz parte da condição essencial de desenvolvimento do ser humano e de sua

personalidade, “razão pela qual recebe forte tutela constitucional, como é o caso do ordenamento jurídico brasileiro, em que se pode depreender a autonomia privada, ou autonomia da vontade, da cláusula geral de liberdade”, como “capacidade de tomar decisões, de praticar atos, de exprimir vontades, sem sofrer interferência, inibição ou tolhimento alheio, especialmente do Estado.” (HOFFMANN; DE MARCO, 2015, p. 129).

Ademais, apesar de não se encontrarem expressamente previstos em texto na Constituição Federal de 1988, pode-se dizer que os direitos sexuais e reprodutivos decorrem dos direitos à liberdade e igualdade previstos no art. 5º, caput, e encontram-se descritos em compromissos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, considerou o aborto como um grave problema de saúde pública. A Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher de Pequim/Beijing, realizada em 1995, “consagrou três inovações dotadas de grande potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1995, p. 149), recomendando “considerar a possibilidade de rever as leis que preveem medidas punitivas contra as mulheres que se tenham submetido a abortos ilegais.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1995, p. 181-182). Assim, ao tornar-se signatário desses tratados, o Brasil adotou a recomendação que fosse revista às leis que punem as mulheres que recorrem à interrupção voluntária da gravidez (PIOVESAN, 2007).

O Brasil também figura como signatário do Consenso de Montevideu decorrente da Primeira Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe, ocorrida em 2013, em que se pactuou a revisão de leis para cumprimento das obrigações internacionais de direitos humanos. Cita-se, conforme o Ministério da Saúde (2011, p. 16), a adesão à Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1979), positivada pelo Decreto n. 4.316, de 30

de julho de 2002, e à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (BRASIL, 2002).

Ainda vale referir que, consoante a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena (1993), os direitos das mulheres e meninas foram considerados como parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais, e a violência de gênero, inclusive a gravidez forçada, é entendida e tratada como incompatível com a dignidade e o valor da pessoa humana (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

Nesse contexto normativo, a criminalização do aborto confronta a previsão de direitos sexuais e reprodutivos desses compromissos internacionais, ao não permitir às mulheres, dentre tantas coisas, viver a sexualidade livre de coerção, discriminação ou violência, decidir livre e responsabilmente sobre o número e o espaçamento de seus filhos; e finalmente gozar do mais alto padrão de saúde sexual e reprodutiva.

Observa-se que a ponderação, diante desse panorama, não poderia se quedar aos extremos. Tomar a vida intrauterina como direito absoluto seria impedir qualquer consideração acerca da exclusão da tipicidade ou ilicitude do aborto, ao passo que tomar o complexo de direitos fundamentais da gestante como algo absoluto significaria óbice à criminalização do aborto. Ora, entre esses extremos se lança uma noção intermediária, que talvez possa estabelecer a justa medida, conforme a máxima segundo a qual a virtude está no equilíbrio, na moderação.

Franco (2010) ressalta a terrível carga emotiva e religiosa que permeia o conceito de vida e que pode levar à perplexidade. Não obstante, para superar essa dificuldade, sugere que se levem em consideração algumas etapas mais significativas do desenvolvimento biológico, em suas perspectivas concepcional (fecundação) ou biológico-evolutiva (nidação e atividade cerebral), bem como o conceito cultural e ético construído com o compromisso relacional que a mulher estabelece para com o filho. E, tangenciando a intrincada discussão em torno dos momentos biológicos – fecundação, nidação ou atividade cerebral –, defende que se considere o começo da vida no momento do compromisso relacional mãe/filho, destacando, segundo Ferrajoli, que “três meses a partir da

concepção bastam para que a mãe atribua ao filho a qualidade de pessoa.” (FRANCO, 2010).

Aproxima-se, assim, a noção de começo da vida para fins de tutela jurídica e o denominado sistema ou solução de prazo, com base no qual se permite, dentro de determinado tempo, geralmente um lapso temporal de três meses, a interrupção da gestação sem qualquer justificativa, a requerimento da gestante: “o sistema de prazo defende a interrupção da gravidez consentida nos três primeiros meses (doze semanas), ainda que não motivada pela gestante, mas desde que realizada por médico.” (FRANCO, 2010).

A solução de prazo tem sido apontada como a melhor opção político-criminal, em boa medida, em razão das dificuldades impostas pelo sistema ou solução das indicações, dado o casuísmo das hipóteses, que leva a questionar o porquê de não se alargar o leque de possibilidades. Por isso, a ideia de que o aborto praticado nas 12 primeiras semanas de gravidez, por médico, é isento de responsabilidade penal tem sido adotada por diversos países, entre os quais Áustria, Dinamarca, Finlândia, França, Reino Unido, Noruega e Suécia, assim como alguns Estados da América do Norte (SANTOS, 2010, p. 597-598).

Roxin (2008) destaca que a legislação alemã expediu, em outubro de 1995, a regulamentação, ainda vigente no país, entendendo essas duas soluções como um “modelo de aconselhamento” em que o aborto fica impune, desde que obedecidos alguns requisitos. O aborto deve ser realizado por médico, a requerimento da gestante, no lapso temporal de 12 semanas desde a concepção, tendo sido submetida à orientação da “repartição de aconselhamento em casos de conflitos na gravidez” em pelo menos três dias anteriores à cirurgia. Esse aconselhamento tem um viés de encorajamento à gestante, com o propósito de manter a gestação responsável e consciente, entendendo que a decisão final cabe somente a ela.

Enfim, a perspectiva do compromisso relacional mãe/filho parece superar a discussão de forma racional, na medida em que confere à gestante, de acordo com o seu projeto de vida, a prerrogativa de levar adiante a gestação. Coaduna-se, ademais, com o sistema de prazo,

que demarca em três meses a linha entre o proibido e o permitido, no contexto da evolução gestacional, numa fórmula razoável de composição dos direitos fundamentais em colisão, ora dando precedência aos direitos da gestante, ora ao direito à vida do ser em formação.

Eis a interpretação conforme a constituição que emerge como possibilidade de reconstrução jurídica da discussão em torno do injusto penal do aborto, compatível com recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, com base na qual pode ser reconhecido que a interrupção deliberada da gestação seja excluída do âmbito de incidência da norma penal que incrimina o aborto (artigos 124 a 126 do Código Penal), desde que conjugados os seguintes requisitos: estágio gestacional inicial, assim entendida a gestação até o seu terceiro mês; opção pela interrupção da gestação a critério da gestante; e procedimento realizado por médico.

4 CONCLUSÃO

A temática do aborto de fetos humanos constitui assunto controverso, em multifacetada discussão que transita não só pelo âmbito jurídico, mas também por dimensões filosóficas, religiosas, bioéticas e assim por diante. Juridicamente, a questão da interrupção deliberada da gravidez, com conseqüente morte do feto, assume especial relevância no campo do direito penal, que estabelece as proibições e permissões, no caso, mediante a regra de incriminação do aborto e, por exceção, algumas causas de justificação.

No histórico legislativo brasileiro, a incriminação do aborto foi objeto de disposições tanto no Código Criminal do Império de 1830 quanto no Código Penal de 1890 e na atual codificação, o Código Penal de 1940. Na legislação vigente, há duas hipóteses de tipos permissivos, em que a conduta não se considera ilícita, quais sejam, a interrupção da gestação para salvar a vida da gestante e a ruptura gestacional realizada em caso de gravidez proveniente de violência sexual contra a mulher.

Afora os casos legais em que o próprio legislador estabeleceu as excludentes de ilicitude citadas, observa-se que a jurisdição constitucional

tem debatido a noção de tipicidade à luz da teoria dos direitos fundamentais. O plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 54, assentou entendimento no sentido de que a interrupção da gestação de feto anencefálico, por opção da gestante, não está abrangida pelo âmbito de incidência da norma penal que incrimina o aborto.

Mais recentemente, rediscute-se a ponderação entre direitos de titularidade da gestante conflitantes com o direito à vida em formação, mediante a colocação do marco do terceiro mês de gestação como o momento até o qual a opção da gestante pela interrupção da gravidez não se inclui no âmbito típico do crime de aborto. Trata-se de tempo razoável para a formação do convencimento sobre a aceitação da vida em gestação, por liberalidade da gestante, aproximando-se das razões do sistema de solução de prazo, pautado na constatação de que o marco do primeiro trimestre da gestação oferece menores riscos à gestante e, por outro lado, proporciona tratamento igualitário a todas que venham a optar pela interrupção.

Por outro lado, a partir do encerramento do primeiro trimestre gestacional, prevalece à proteção da vida em formação, mediante incriminação do aborto. A solução leva em consideração o caráter evolutivo da vida que está sendo gestada, oferecendo um deslinde racional e razoável à discussão acerca da criminalização do aborto, em consonância com a ordem constitucional brasileira. Tal entendimento, já acolhido pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal no HC 124.306, talvez venha a ser reafirmado, no julgamento da ADPF 442, pela Corte Constitucional brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. de. **Bioética e biodireito**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.

ANÍBAL BRUNO de O. F. **Direito penal: crimes contra a pessoa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

ANÍBAL BRUNO de O. F. **Direito penal**: introdução, norma penal e fato punível. 5. ed. rev. e atual. por Raphael Cirigliano Filho. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

BAEZ, N. L. X. Direitos humanos, direitos do homem e a morfologia dos direitos fundamentais. In: BAEZ, N. L. X.; LEAL, R. G.; MEZ-ZAROBA, O. (Coord.). **Dimensões materiais e eficaciais dos direitos fundamentais**. São Paulo: Conceito, 2010.

BARROSO, L. R. “Aqui, lá e em todo lugar”: a dignidade humana no direito contemporâneo e no discurso transnacional. **Revista dos Tribunais**, v. 919, a. 101, p. 127-196, maio 2012.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal**: parte geral (vol. 1). 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. **Decreto n.º 4.316, de 30 de julho de 2002**. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4316.htm>. Acesso em: 17 mai. 2017.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 4.ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2000.

CAPEZ, F. **Curso de direito penal: parte especial**: dos crimes contra a pessoa e dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DALLARI, D. de A. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2002.

DISTRITO FEDERAL. **ADPF 54**. Relator: Min. Marco Aurélio. Órgão julgador: Tribunal Pleno. Julgamento em 12 abr. 2012.

DWORKIN, R. **Domínio da vida**: aborto, eutanásia e liberdades individuais. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

FRANCO, A. S. **Algumas questões sobre o aborto**. 12 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.unifieo.br/files/AbortoAlbertoSilvaFranco.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

GALINDO, B. **Direitos fundamentais**: análise de sua concretização constitucional. Curitiba: Juruá, 2003.

GOMES, L. F. Aborto anencefálico: exclusão da tipicidade material. In: FRANCO, A. S.; NUCCI, G. de S. (Coord.). **Doutrinas essenciais de direito penal, volume V**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

HOFFMANN, J. E.; DE MARCO, C. M. Autonomia da vontade e autonomia privada na interpretação do Supremo Tribunal Federal. In: RECKZIEGEL, J.; STEINMETZ, W.; PEZZELLA, M. C. C. (Org.). **Novas fronteiras dos direitos fundamentais civis no século XXI**. Tomo III. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2015.

HUNGRIA, N. **Comentários ao Código Penal (vol. 5)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1955.

JURAMENTO DE HIPÓCRATES. Disponível em: <http://www.ipebj.com.br/docdown/_a4247.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MAGALHÃES NORONHA, E. **Direito penal**: introdução e parte geral. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1973.

MATIELO, F. Z. **Aborto e o direito penal**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1994.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atenção humanizada ao abortamento:** norma técnica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – Plataforma de Cairo.** Cairo, 1994. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher.** Pequim, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento.** Montevideu, 2013. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/consenso_montevideo_por.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2017.

PIERROTTI, M. F. M. Breve histórico do aborto. In: KARAGULIAN, P. P. (Coord.). **Aborto e legalidade:** malformação congênita. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

PIOVESAN, F. Direitos sexuais e reprodutivos: aborto inseguro como violação aos direitos humanos. In: SARMENTO, D.; PIOVESAN, F. (Org.). **Nos limites da vida:** aborto, clonagem humana e eutanásia sob a perspectiva dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

REALE JÚNIOR, M. **Teoria do delito.** 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

RIO DE JANEIRO. **HC 124306**. Relator: Min. Marco Aurélio. Relator para Acórdão: Min. Roberto Barroso. Órgão Julgador: Primeira Turma. Julgamento em 09 ago. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. **HC 82424**. Relator: Min. Moreira Alves. Relator para Acórdão: Min. Maurício Corrêa. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Julgamento em 17 set. 2003.

ROXIN, C. **Estudos de direito penal**. Tradução Luís Greco. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SANTOS, L. de C. Direito penal e aborto. In: FRANCO, A. S.; NUCCI, G. de S. (Coord.). **Doutrinas essenciais de direito penal, volume V**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SÃO PAULO. **HC 83996**. Relator: Min. Carlos Velloso. Relator para Acórdão: Min. Gilmar Mendes. Órgão Julgador: Segunda Turma. Julgamento em 17 ago. 2004.

SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SARMENTO, D. Os princípios constitucionais da liberdade e da autonomia privada. **B. Cient. ESMPU**, Brasília, a. 4, n. 14, p. 167-217, jan./mar. 2005.

SARMENTO, D. Legalização do aborto e Constituição. In: SARMENTO, D.; PIOVESAN, F. (Org.). **Nos limites da vida**: aborto, clonagem humana e eutanásia sob a perspectiva dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

SIQUEIRA, G. B. Aborto humanitário: autorização judicial. In: FRANCO, A. S.; NUCCI, G. de S. (Coord.). **Doutrinas essenciais de direito penal, volume V**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

THEODORO, M. A. **Direitos fundamentais e sua concretização.**
Curitiba: Juruá, 2002.

WARNOCK, B. A ética reprodutiva e o conceito filosófico do pré-embrião. GARRAFA, V.; PESSINI, L. (Org.). **Bioética: poder e injustiça.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NA JUSTIÇA PENAL NEGOCIADA: POR UM CRITÉRIO REITOR DA PROPOSTA DE TRANSAÇÃO PENAL

Diana Tibolla¹
Juliano Seger²

RESUMO

A pesquisa registrada neste ensaio adere ao âmbito temático do Direito Penal e delimita seu campo de abrangência no instituto da transação penal. Constitui estudo de caso em que se pretende investigar a normatividade do princípio da proporcionalidade no campo desse instrumento de justiça penal negociada e, para tanto, questiona se o referido princípio deve nortear o ajuste de medidas alternativas à prisão e como tal critério deve ser compreendido. Como ponto de partida indutivo, toma-se um julgado da Turma Recursal catarinense em que se discutiu a proporcionalidade de medida imposta pelo Ministério Público como condição para a transação penal. A disposição textual, iniciada com a exposição do caso, passa sucessivamente a analisar o instituto da transação penal e o princípio da proporcionalidade, resgatando os conceitos legislativos, doutrinários e jurisprudenciais em torno da temática, a fim de verificar a correção do julgado.

Palavras-chave: Direito Penal. Transação Penal. Proporcionalidade.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende estudar um caso penal inserido no universo das infrações penais de menor potencial ofensivo, em que o instituto da transação penal desponta como importante mecanismo de justiça

¹ Graduada em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; diana.tibolla@gmail.com

² Mestre em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Professor no Curso de Graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; juliano Seger@mprs.mp.br

penal negociada. Pretende-se verificar até que ponto a normatividade do princípio da proporcionalidade vincula o titular da ação penal no momento da propositura do acordo, notadamente em relação às penas alternativas a serem cumpridas como condição para o ajuste e conseqüente extinção da punibilidade.

A provocação que move o ensaio poderia ser lançada nos seguintes termos: o Ministério Público pode lançar a proposta de pena alternativa independentemente da relação de proporcionalidade com a infração penal apurada? Ou talvez assim: o princípio da proporcionalidade impõe ao Ministério Público a construção de propostas de transação penal adequadas à gravidade da infração penal apurada?

Como hipóteses a serem trabalhadas, primeiro se aponta a possibilidade de aplicação de proposta padronizada, partindo-se do pressuposto de que a legislação, ao construir o conceito de infrações penais de menor potencial ofensivo, equipara as diversas figuras que compõem essa gama de injustos penais; por outro lado, a segunda possibilidade aventada consiste na necessidade de tratamento individualizado, caso a caso, para equalizar as propostas à gravidade inerente a cada contexto de infração penal, conforme o princípio da proporcionalidade.

A proposta investigativa, na medida em que pretende avaliar a correção de um julgado catarinense, utiliza-se de método indutivo, partindo da singularidade do caso concreto para a avaliação da ordem normativa constitucional e infraconstitucional, bem como da literatura específica e outros julgados que possam contribuir para a tarefa de delinear os contornos da atuação processual do titular da ação penal, no momento da propositura do acordo excludente do processo e cujo cumprimento enseja a extinção da punibilidade. A disposição do texto inicia-se com a apresentação do caso a ser estudado e, num segundo segmento, passa a discutir o aporte normativo, doutrinário e jurisprudencial convergente à temática.

2 O CASO PENAL: HABEAS CORPUS N. 4000071-92.2016.8.24.9001

A escolha desse julgado leva em consideração o conteúdo da decisão colegiada da Primeira Turma de Recursos catarinense, que versa sobre o instituto da transação penal, um dos mecanismos de justiça penal negociada que permitem a solução de casos penais sem a necessária condenação ou absolvição. Anotam-se inicialmente os detalhes do caso em primeiro grau e, em seguida, o deslinde na segunda instância de jurisdição, em que se colocou em debate o critério a ser seguido no ajuste.

O caso se iniciou com a apuração de contravenção penal de exploração de jogo de azar, prevista no art. 50 do Decreto-lei n. 3.688/41, que institui a Lei das Contravenções Penais.³ Segundo o apurado, a autora do fato trabalhava como funcionária de estabelecimento que explorava jogos em máquinas caça-níqueis, porém sem ostentar a condição de responsável ou proprietária do empreendimento ilícito. Com base nesse suporte fático, o Ministério Público ajuizou denúncia contra a autora do fato, junto ao Juizado Especial Criminal da Capital, ofertando a seguinte proposta de transação penal:

1. pagamento de pena pecuniária no valor equivalente a um salário mínimo vigentes no dia da aceitação POR

³ Art. 50. Estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele: Pena – prisão simples, de três meses a um ano, e multa, de dois a quinze contos de réis, estendendo-se os efeitos da condenação à perda dos moveis e objetos de decoração do local.

§ 1º A pena é aumentada de um terço, se existe entre os empregados ou participa do jogo pessoa menor de dezoito anos.

§ 2º Incorre na pena de multa, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), quem é encontrado a participar do jogo, ainda que pela internet ou por qualquer outro meio de comunicação, como ponteiro ou apostador.

§ 3º Consideram-se, jogos de azar: a) o jogo em que o ganho e a perda dependem exclusiva ou principalmente da sorte; b) as apostas sobre corrida de cavalos fora de hipódromo ou de local onde sejam autorizadas; c) as apostas sobre qualquer outra competição esportiva.

§ 4º Equiparam-se, para os efeitos penais, a lugar acessível ao público: a) a casa particular em que se realizam jogos de azar, quando deles habitualmente participam pessoas que não sejam da família de quem a ocupa; b) o hotel ou casa de habitação coletiva, a cujos hóspedes e moradores se proporciona jogo de azar; c) a sede ou dependência de sociedade ou associação, em que se realiza jogo de azar; d) o estabelecimento destinado à exploração de jogo de azar, ainda que se dissimule esse destino.

CADA MÁQUINA APREENDIDA (ou seja, o valor correspondente a TREZE salários mínimos), pois foram apreendidas treze máquinas, o qual poderá ser parcelado em até 7 vezes mensais, em favor de entidade filantrópica cadastrada neste juízo, a ser depositado em até 30 dias da data em que se der o aceite da proposta (ou sendo o valor parcelado, a primeira em até 10 dias e as demais, a cada 30 dias), com a sua comprovação perante este Juízo nos 05 dias do pagamento do valor de cada parcela;

2. perda das 'placas-mãe' das máquinas, dos monitores apreendidos, dos noteiros e das carcaças das máquinas caça-níqueis em favor da União sendo após destruídos;
3. perda do numerário apreendido no interior das máquinas caça-níqueis, em favor de entidade filantrópica cadastrada neste juízo, por constituir produto da prática do delito.

A situação processual assim evidenciada permite pontuar o tópico que serve de objeto de discussão, a indigitada desproporcionalidade da proposta oferecida pelo Ministério Público. Mesmo com a contraproposta de prestação de serviços comunitários, formulada pela autora do fato, o titular da ação penal pública permaneceu irredutível em suas condicionantes, insistindo na medida pecuniária no valor correspondente a 13 salários mínimos e nas medidas próprias de confisco, relativamente aos instrumentos e produto da infração penal. Nesse contexto, a impetração do habeas corpus visa a reconhecer a nulidade da proposta de transação penal, sob o argumento da desproporcionalidade em face do caso concreto e das condições pessoais da paciente.

O colegiado, à unanimidade, acolheu a tese de que a proposta de transação penal, na forma como apresentada, extrapola os limites delineados pela proporcionalidade. Basicamente, utilizou-se como critério de aferição desse descompasso a gravidade das medidas inseridas na proposta em relação à virtual condenação ao final do processo penal, bem como a condição de mera funcionária do estabelecimento em que se explorava o jogo de azar, a que se soma a primariedade da autora do fato e posterior situação de desemprego.

A contravenção penal tem cominação de prisão simples, de três meses a um ano, e multa. Considerados tais limites legais, e tendo ainda em conta que a autora do fato não se encontra em nenhuma das

hipóteses que poderiam exasperar a punição além do seu limite mínimo, eventual condenação resultaria em pena no mínimo legal, ou muito próxima disso, de tal sorte que o caso comportaria a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos.

Diante dessa situação, o Relator concluiu – e, com ele, os demais julgadores – que “a proposta apresentada é desproporcional e muito mais gravosa do que eventual condenação da acusada, no pior cenário possível.” Logo, tal proposta coloca-se em evidente contrariedade ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE, assim redigido: “Na Transação Penal deverão ser observados os princípios da justiça restaurativa, da proporcionalidade, da dignidade, visando a efetividade e adequação.” (XXVIII Encontro – Salvador, BA).

Ao reconhecer que “a excessiva proposta não se apresentou adequada ou proporcional às peculiaridades da hipótese, entendo que o ato é viciado e, efetivamente, implica em constrangimento ilegal em face da acusada”, o colegiado recursal determinou a “concessão da ordem para suspender a ação penal para que o Ministério Público ofereça nova transação penal.”

Embora o foco deste estudo seja o conteúdo da decisão, e não propriamente seu comando dispositivo, vale destacar o acerto da concessão da ordem para que o Ministério Público reavalie as condicionantes impostas na transação ofertada. Consoante o Supremo Tribunal Federal, em julgado relativo ao instituto da suspensão condicional do processo,⁴ o Poder Judiciário não deve avocar a prerrogativa do titular da ação penal pública, mas apenas determinar a remessa dos autos ao Procurador-Geral, em aplicação analógica do Código de Processo Penal (art. 28).

⁴ 2º Na hipótese de o juiz discordar da manifestação do Ministério Público que deixa de propor a suspensão condicional do processo, aplica-se, por analogia, o art. 28 do Código de Processo Penal.

3º Ainda, em se tratando de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça, v.g., quando houver competência originária dos tribunais, o juiz deve acatar a manifestação do chefe do Ministério Público.

4º Tendo em vista que a suspensão condicional do processo tem natureza de transação processual, não existe direito público subjetivo do paciente à aplicação do art. 89 da Lei 9.099/95 (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2003).

Retomando-se o ponto em que se circunscreve o estudo, passa-se ao exame das bases normativas do instituto da transação penal, a fim de verificar os requisitos legais aplicáveis e, especialmente, as diretrizes para o condicionamento do acordo, mediante a exigência de cumprimento de medidas alternativas à prisão, isso tudo à luz do princípio da proporcionalidade, estudado em seguida, em releitura que pretende verificar a correção do julgado ora apresentado.

3 JUSTIÇA PENAL NEGOCIADA E O INSTITUTO DA TRANSAÇÃO PENAL

A ordem constitucional inaugurada em 1988 instituiu novas perspectivas no plano penal e processual penal, ao abrir a possibilidade de solução dos casos penais de menor potencial ofensivo mediante transação, de acordo com as hipóteses legais,⁵ sem ter e observar necessariamente o convencional deslinde absolutório ou condenatório que constituía a marca registrada da ação penal.

A Constituição orientou o tratamento penal dessas infrações de menor gravidade, pelo visto, na mesma linha diretiva depois assentada nas denominadas Regras de Tóquio, instituídas pela Resolução n. 45/110, de 14 de dezembro de 1990, da Assembleia Geral das Nações Unidas. Tais diretrizes buscavam resgatar a importância das próprias sanções e penas não privativas de liberdade como meio de tratamento dos infratores, em consonância com o princípio da intervenção mínima do Direito Penal.

A Lei n. 9.099/1995 concretizou, no plano infraconstitucional, a norma constitucional que determina a criação dos Juizados Especiais Criminais, com competência para conciliar e julgar as denominadas infrações de menor potencial ofensivo, assim entendidos os crimes

⁵ Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão: I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau. (BRASIL, 1998).

com pena máxima não superior a dois anos e as contravenções penais, consoante redação da Lei n. 11.313/2006 (GOMES, 2012; LIMA, 2016; ANDREUCCI, 2010).

Embora as hipóteses de justiça penal negociada a que alude a Lei dos Juizados Especiais Criminais sejam variadas – veja-se a exigência de representação (art. 88), a composição civil dos danos (art. 74) e a suspensão condicional do processo (art. 89) –, os limites deste ensaio se restringem ao instituto da transação penal (art. 76), doravante objeto de enfoque mais detalhado.

A etimologia da expressão transação remete a seu significado literal de convenção ou ajuste, traduzindo, no contexto processual, o consenso entre partes do processo ou a convergência de vontades para determinar como uma válida combinação de interesses (FERREIRA, 2015). Mais específica, a transação penal conceitua-se como um acordo, firmado entre o suposto autor do fato criminoso e o representante do Ministério Público, pelo qual se antecipa o cumprimento de penas alternativas ou a aplicação de pena de multa, mediante homologação judicial (LIMA, 2016).

A doutrina refere que a instituição da transação penal foi uma das maiores inovações da nova lei, acarretando diversas vantagens, com destaque para a simplificação da resposta repressiva, o menor número de procedimentos processuais, fruto da escolha por um caminho oral e mais célere, menos gravoso, com penas restritivas de direito e pecuniárias (ALVES, 2001).

Trata-se de uma medida despenalizadora e de caráter transacional que, ao evitar a própria abertura do processo penal, evita virtual condenação e consequente aplicação da pena e demais efeitos decorrentes, sobretudo os efeitos da reincidência. Segundo Capez (2016), a homologação da transação não gera maus antecedentes, na medida em que não consta na certidão de antecedentes criminais, sendo apenas registrada para evitar novo benefício no prazo legal de cinco anos, sem gerar consequências cíveis nem título extrajudicial para execução, de tal sorte que os interessados devem propor ação de conhecimento na área cível.

Sua aplicação se condiciona ao preenchimento de determinados requisitos legais,⁶ tendo como pressuposto a existência de elementos mínimos de prova que confirmam justa causa à persecução penal. O primeiro deles consiste na qualificação jurídica do fato apurado, que deve se enquadrar entre as denominadas infrações penais de menor potencial ofensivo: crimes cuja pena máxima cominada não extrapole dois anos de privação de liberdade ou contravenções penais (LIMA, 2016).

Ainda se somam outros requisitos, como a ausência de condenação transitada em julgado por crime, que tenha aplicado pena privativa de liberdade, que, todavia, não impede a aplicação do instituto transacional aos condenados por contravenções penais ou aos condenados à pena restritiva de direito e/ou multa. Como a legislação impede a realização de nova transação penal nos próximos cinco anos, contados do acordo anterior, tal requisito também deve ser atendido (LIMA, 2016).

Por fim, requisitos de ordem subjetiva devem ser supridos, conforme juízo de adequação da medida em face da conduta social, da personalidade, dos antecedentes, dos motivos e das circunstâncias do fato apurado. Caso tal avaliação indique a insuficiência da medida, descabe o oferecimento de proposta (GRINOVER, 2005).

Ainda, cabe destacar a importante posição do Supremo Tribunal Federal a respeito do descumprimento do acordo de transação penal, que

⁶ Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

§ 1º Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.

§ 2º Não se admitirá a proposta se ficar comprovado: I - ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva; II - ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo; III - não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

§ 3º Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, será submetida à apreciação do Juiz.

§ 4º Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

§ 5º Da sentença prevista no parágrafo anterior caberá a apelação referida no art. 82 desta Lei.

§ 6º A imposição da sanção de que trata o § 4º deste artigo não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para os fins previstos no mesmo dispositivo, e não terá efeitos civis, cabendo aos interessados propor ação cabível no juízo cível.

reafirma seu caráter pactual e não condenatório. Veja-se o enunciado da Súmula Vinculante n. 35:

A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2014).

A grande questão a ser trabalhada, enfim, delineia-se no campo das condicionantes impostas pelo Ministério Público como requisitos de caráter alternativo, mas que apresentam indubitável cunho punitivo. A isso se destina o tópico derradeiro, que pretende investigar se a carga normativa do princípio da proporcionalidade contribui, como critério norteador da transação penal, para definir a qualidade e a quantidade de penas alternativas a serem impostas.

4 MEDIDAS ALTERNATIVAS E PROPORCIONALIDADE

O princípio da proporcionalidade apresenta marcos históricos que remetem à antiguidade clássica (BOSCHI, 2013). A sua normatividade aparece na Carta Magna da Liberdade de 1215, na disposição segundo a qual, ao homem que praticasse um crime pequeno, deveria ser aplicada uma pena conforme a medida do delito perpetrado, e também na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, quando determinado que a lei deve aplicar exclusivamente as penas necessárias (FELDENS, 2005). Também há indicativos da aplicação do princípio ainda na Roma antiga, momento em que surge, com caráter de limitação de penas, a lei de Talião. Em certa medida, um quê de proporcionalidade se visualiza na retributividade da sanção em analogia ao ato ilícito praticado (LIMA, 2012).

Embora tais alusões históricas mais remotas possam ser apresentadas, o ponto alto do princípio da proporcionalidade condiz com

o período iluminista, desenvolvido na segunda metade do século XVIII. O Iluminismo, então a florado, toma por base os pensamentos filosóficos que buscam colocar em prática os direitos humanos e defender a igualdade, a liberdade e a justiça. Pensadores como Voltaire, Montesquieu e Rousseau foram alguns que defenderam a ideia de que a pena deve ser harmônica ao crime cometido, devendo ainda ser mais eficazes e menos dolorosas corporalmente, enfim, deixar de lado as penas com castigos corporais em voga naquela época (BITENCOURT, 2011).

Um dos expoentes do pensamento iluminista, Beccaria, em sua clássica obra intitulada *Dos delitos e das penas* (1764), pregava o entendimento de que as penas deveriam ser proporcionais aos crimes cometidos e que as penas teriam gravidades diferenciadas de acordo com a ameaça perpetrada ao “bem público”: quanto mais o crime ameaçar a sociedade, maior deve ser a pena imposta ao infrator.

Se dois crimes que atingem desigualmente a sociedade recebem o mesmo castigo, o homem inclinado ao crime, não tendo que temer uma pena maior para o crime mais monstruoso, decidir-se-á mais facilmente pelo delito que lhe seja mais vantajoso; e a distribuição desigual das penas produzirá a contradição, tão notória quando frequente, de que as leis terão de punir os crimes que tiveram feito nascer. (BECCARIA, 2001, p. 123).

Pessina (2006, p. 173-174), na esteira da escola clássica, discorre nestes termos: “Certo que há algo de relativo na escolha das penas e na designação de qual e de quanto deverá ser aplicada aos delitos particulares; mas disso não é possível deduzir que não há nenhuma relação intrínseca entre uma pena dada e um dado delito.”

O autor ainda deduz três princípios:

- a) não se deve unir a cada delito uma mesma classe de pena; a punição deve adotar várias formas, como ocorre nas legislações das sociedades civilizadas;
- b) devem ser graduados os vários delitos para formação da escala

das penas; a punição resguarda um paralelismo entre os vários delitos e as várias penas;

- c) as diferentes classes de penas devem ser divisíveis e graduáveis em seu conteúdo; permite-se seguir a variedade do delito em todas as possíveis gradações de aumento e diminuição (PESSINA, 2006, p. 175).

No contexto do balanceamento da pena, ocorrido no âmbito da tomada de decisão legislativa, a proporcionalidade funciona como ferramenta hermenêutica, auxiliando o legislador a ponderar os direitos do autor do fato e os interesses da sociedade, em juízos de adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. A adequação se consolida quando o meio utilizado alcança o efeito mirado. A necessidade decorre da impossibilidade de escolha de meio distinto, mesmo que igualmente eficaz. A proporcionalidade em sentido estrito leva em consideração a intensidade da lesão e das razões que a justifiquem (FELDENS, 2005).

Enfim, o sentido normativo do princípio da proporcionalidade consiste na justa medida da pena, com variantes qualitativas e quantitativas que indiquem a correção da resposta penal estatal ao caso concreto ao qual se aplica. A relação valorativa que deve permear a punição se traduz na avaliação do bem que foi lesionado por ocasião do fato e do bem de que será privado o autor com a pena (GRECO, 2017). Na busca de harmonia, evitando excessos ou deficiências, a doutrina refere que não seria coerente cominar multa a homicídio doloso nem pena privativa de liberdade à perturbação do sossego, afinal:

Não haveria o menor sentido, levando-se em conta a proteção subsidiária assegurada pelo Direito Penal aos conflitos sociais, sustentando-se na adequada posição de intervenção mínima, prever penas exageradas para determinados delitos considerados de menor importância, bem como estipular sanções ínfimas para aqueles que visam

à proteção de bens jurídicos considerados de vital relevo. (NUCCI, 2013, p. 51).

Da mesma forma, as medidas alternativas à prisão devem seguir a proporcionalidade, afinal, também constituem modalidades de sanção penal. E o órgão julgador, ao definir a medida, deve seguir o mesmo princípio que norteia a atuação legislativa, ponderando a natureza e a gravidade do ilícito, em cotejo ainda com a personalidade e os antecedentes do autor, em conformidade com os detalhes do caso concreto (GOMES, 2000). Ou seja, “a pena deve estar proporcionada ou adequada à intensidade ou magnitude da lesão ao bem jurídico representado pelo delito.” (PRADO, 2018, p. 90).

Boschi (2013, p. 54-56) ressalta, com referência a Paulo Bonavides, que o princípio da proporcionalidade se situa no mais alto patamar normativo, por pertencer “à natureza e existência mesma do Estado de Direito”, que, em nível infraconstitucional, encontra positividade no artigo 59 do Código Penal, que determina ao juiz a “aplicação de pena não mais do que necessária e suficiente aos fins de reprovação e da prevenção do crime.”

A orientação doutrinária e normativa em questão parece ter ressoado na própria disposição legal que instituiu a transação penal. O artigo 76, § 1º, da Lei n. 9.099/1995, conferiu ao magistrado a possibilidade de diminuir a pena de multa pela metade, quando esta for a única veiculada na proposta de transação penal (BRASIL, 1995). Assim, os postulados da proporcionalidade podem ser concebidos como o critério reitor das medidas alternativas à prisão, no âmbito desse mecanismo de despenalização.

Com base nesse apanhado normativo e doutrinário, cabe analisar agora o conteúdo da transação penal ofertada pelo Ministério Público no caso concreto inicialmente apresentado, levando em consideração, de um lado, o contexto do fato objeto de apuração e as condições pessoais da autora e, de outro, a justa medida da sanção alternativa à prisão colocada como condição para o acordo, sem olvidar que a aplicação do instituto transacional não deve ser mais gravoso que virtual punição imposta em sentença condenatória.

Objetivamente, a participação na exploração de jogo de azar, na condição de simples funcionária da empresa delituosa, por certo não configura um conteúdo de injusto penal de maior monta, o que denota uma aproximação à margem mínima de reprovabilidade e, por conseguinte, uma punição mais aproximada do mínimo legal. Isso se reforça, ademais, pela própria condição pessoal da autora do fato, notadamente sua condição econômica.

Assim, pode ser estabelecida uma ponderação objetiva, com dados do caso concreto, no sentido de que os fins de reprovação e prevenção almejados pela sanção penal não devem ser atingidos senão com as balizas da necessidade e da suficiência, para não se punir em demasia, como preceitua o critério legal que orienta a aplicação judicial da pena, do artigo 59 do Código Penal. Não se deve esquecer, também, que a construção de uma justiça penal negociada pressupõe o acordo e, portanto, desaconselha o rigor excessivo (TOURINHO FILHO, 2003).

No caso em análise, diante das peculiaridades do fato concreto, fica latente o exacerbado rigor punitivo de que se valeu o Ministério Público e, por conseguinte, o acerto da postura do Poder Judiciário ao determinar a reavaliação do caso penal, pela via do habeas corpus, porquanto o princípio da proporcionalidade impõe sua carga normativa no sentido de que o titular da ação penal, na definição da qualidade das penas – restritivas de direito ou multa – e da respectiva quantidade, deve respeitar a justa medida, compatível com a necessidade e suficiência, sem demasiado rigor punitivo.

5 CONCLUSÃO

O panorama atual do Direito Penal brasileiro, embora não tenha se desconectado da tradicional modalidade de solução de casos penais marcada pelo processo e final deslinde condenatório ou absolutório, notadamente em crimes de maior gravidade, aderiu a uma série de institutos de cunho transaccional, abrindo caminho para uma justiça

penal negociada, especialmente a partir do comando constitucional do artigo 98, inciso I, da Constituição Federal de 1988.

Nessa nova perspectiva de desfecho de casos penais, não mais se trabalha com a necessária “vitória” de uma parte e “derrota” de outra, passando-se a uma nova noção de resolução de conflitos em que, sem abrir mão da resposta penal ao delito, abrem-se espaços de composição do litígio que entorna o fato delituoso. A Lei n. 9.099/1995 apresenta mecanismos para viabilizar esse ajuste, notadamente a exigência de representação para alguns delitos (art. 88), a composição dos danos civis (art. 74), a suspensão condicional do processo (art. 89) e, o que serve de objeto a este estudo, a transação penal (art. 76).

A resposta penal estatal, seja em sua perspectiva tradicional seja nessa nova perspectiva sinalizada, deve seguir certos princípios reitores, entre os quais a proporcionalidade entre os delitos e as penas, que se desdobra em imposições no sentido de adequar a gravidade da pena à gravidade distinta de cada delito (Beccaria), tanto quantitativa quanto qualitativamente (Pessina), sem excessos ou insuficiências.

Nesse contexto, o julgado proferido pela Primeira Turma de Recursos catarinense (HC 4000071-92.2016.8.24.9001) aflora como importante objeto de estudo, porquanto traz à discussão a aplicabilidade do princípio da proporcionalidade à transação penal e, no âmbito desse instrumento transacional, permite aferir em que medida o aporte normativo desse princípio impõe pautas ao Ministério Público na tarefa institucional de propor as medidas alternativas à prisão que condicionam o acordo.

O caso penal em questão apresenta imputação de exploração de jogo de azar, no qual a autora do fato foi investigada e denunciada por colaborar com a atividade contravencional, na condição de funcionária de estabelecimento de máquinas caça-níqueis. Embora virtual condenação à pena de multa resultasse em importância correspondente a 10 dias-multa, com valor unitário definido em um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do fato, a condição do acordo ficou estipulada em 13 salários mínimos, entre outras medidas.

Em consonância com os postulados do princípio da proporcionalidade, verifica-se a correção da decisão do órgão julgador que determinou a reformulação da proposta de transação penal, pelo Ministério Público, a fim de ajustar a proposta de acordo à gravidade concreta do caso apurado e às condições pessoais da autora do fato delituoso, diante do descompasso no rigor punitivo da proposta original.

Ao se inverter a lógica dedutiva, por meio da indução pautada pela singularidade do caso concreto, pode-se colher importantes contributos para o exame da adequação das propostas de transação penal. O ponto que talvez ganhe mais relevo, no contexto indutivo, consiste na característica do raciocínio de dar maior visibilidade aos dados do caso concreto e, por conseguinte, possibilitar uma melhor compreensão de suas peculiaridades, notadamente a gravidade objetiva e as condições subjetivas do autor do fato, que constitui uma das figuras da relação transacional.

Assim, a proporcionalidade agrega importante critério no âmbito da transação penal, junto aos requisitos legais pertinentes. Deve-se verificar a presença de justa causa, assim entendidos os elementos mínimos de convicção acerca da materialidade e da autoria da infração penal, bem como a natureza de menor potencial ofensivo de que esta deve se revestir. Também requisitos de ordem objetiva e subjetiva devem estar presentes, como a ausência de acordo similar nos cinco anos anteriores ou condenação à pena privativa de liberdade por crime doloso.

Mais do que isso, no ponto crucial do acordo que estipula medidas alternativas à prisão que devem ser cumpridas pelo autor do fato, como condição mesmo para o entabulamento do acordo, a proporcionalidade dessas condicionantes em relação ao grau de gravidade da infração penal cometida deve ser o critério reitor da transação penal, impondo sua dupla face de vedação aos excessos e às insuficiências que se traduz no ideal de pena justa e adequada às particularidades de cada caso concreto, sem abstrações generalizantes.

REFERÊNCIAS

ANDREUCCI, R. A. **Legislação penal especial**. 7. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 45/110, de 14 de dezembro de 1990**. Regras de Tóquio. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dhaj-NOVO-regrastoquio.html>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. Tradução Ridendo Castigat Mores. eBooksBrasil.com, 2001. Disponível em: <<http://livros01.livros-gratis.com.br/eb000015.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal**: parte geral (vol. 1). 17. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva. 2011.

BOSCHI, J. A. P. **Das penas e seus critérios de aplicação**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei 3.689 de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del-3689Compilado.htm>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL. Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 set. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017.

CAPEZ, F. **Curso de processo penal**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <<https://central-usuario.editorasaraiva.com.br/leitor/epub:169240>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

FELDENS, L. **A Constituição penal**: a dupla face da proporcionalidade no controle das normas penais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

FERREIRA, H. N. **A transação penal realizada no âmbito dos juizados especiais criminais**: uma análise crítica à luz do garantismo penal e dos princípios processuais penais do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e da não culpabilidade. Monografia (Graduação em Direito)–Universidade do extremo sul catarinense, Criciúma, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/3773>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

GOMES, L. F. **Penas e medidas alternativas à prisão**. 2. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

GOMES, L. F. Da transação penal e da suspensão condicional do processo. In: NUCCI, G. de S.; MOURA, M. T. R. de A. (Org.). **Doutrinas Essenciais**: Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

GRECO, R. **Curso de direito penal**. 19. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2017. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=54L2DQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=surgimento+do+princípio+da+proporcionalidade+direito+processual+penal&ots=ejUBlpqJ6S&sig=XHQzvtvZL52qMOJlonPO5tR6QLuI#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 16 set. 2017.

GRINOVER, A. P. **Novas tendências do direito processual**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

LIMA, A. J. C. de B. **Direito penal constitucional**: a imposição dos princípios constitucionais penais. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em: <<https://app.saraivadigital.com.br/leitor/epub:2196>>. Acesso em: 18 set. 2017.

LIMA, R. B. de. **Legislação criminal especial comentada**. 4. ed. rev. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2016.

NUCCI, G. de S. **Individualização da pena**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PESSINA, E. **Teoria do delito e da pena**. Tradução Fernanda Lobo. São Paulo: Rideel, 2006.

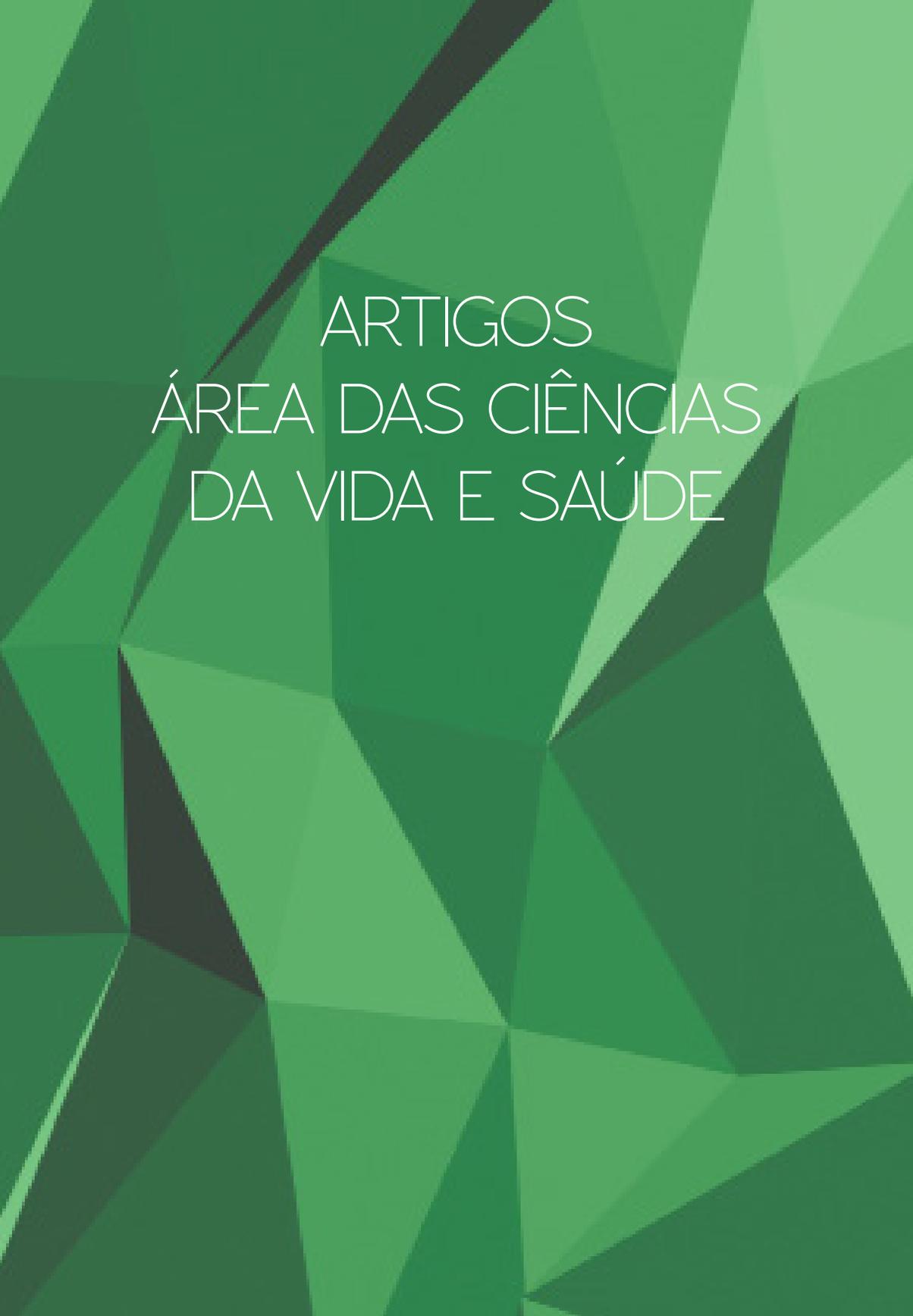
PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro**: parte geral (vol. 1). 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

SANTA CATARINA. Turma Recursal. **Habeas Corpus n. 4000071-92.2016.8.24.9001**, Rel. Marcelo Carlin, j. 09 mar. 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **HC n. 83458**. Relator Min. Joaquim Barbosa. Órgão Julgador: Primeira Turma. Julgamento em 18 nov. 2003. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79356>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Súmula Vinculante n. 35. A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial. **Diário de Justiça eletrônico**, 24 out. 2014.

TOURINHO FILHO, F. da C. **Comentários à lei dos juizados especiais criminais**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003.



ARTIGOS
ÁREA DAS CIÊNCIAS
DA VIDA E SAÚDE

A ESCUTA ESPECIAL EM SITUAÇÕES DE ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A PERCEPÇÃO DOS DIFERENTES PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Cleocimar Aigner Paludo¹

Marlize Paese²

Ana Paola Grandó³

Fábio Augusto Lise⁴

RESUMO

Este é um trabalho de conclusão do curso de Psicologia, apresentado à Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê, vinculado à linha de pesquisa Psicologia, Saúde e Ambiente do Grupo de Pesquisa em Estudos da Saúde, Ambiente, Esporte e Sociedade. Este trabalho versa sobre o Depoimento Especial aplicado em crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, tema de grande relevância social no sentido da preservação emocional e psicológica das vítimas, com o qual se objetivou verificar a percepção dos profissionais sobre o processo de escuta especial dos infantes vítimas de abuso. Nesta pesquisa qualitativa descritiva, os sujeitos foram quatro profissionais que participam de processos judiciais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no Oeste de Santa Catarina. Para coleta de dados utilizou-se uma entrevista semi-estruturada com três dimensões de análise, o atual processo de inquirição judicial, o Depoimento Especial e um comparativo entre os dois processos. O tratamento dos dados ocorreu por meio da análise

¹ Mestre em Psicologia e em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professor no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê e no Curso de Especialização em Terapia Familiar Sistêmica pela mesma Universidade, de Chapecó; cleocimar.paludo@unoesc.edu.br

² Especialista em Educação e pós-graduanda em Psicopatologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; Psicóloga; marlizepaese@gmail.com

³ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó e de Xanxerê; ana.grando@unoesc.edu.br

⁴ Mestre em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Professor no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó e de Xanxerê; fabio.lise@unoesc.edu.br

de conteúdo, apontando com destaque no atual processo de inquirição a morosidade e o excesso de repetição dos depoimentos. Enquanto na temática de Depoimento Especial são ratificadas a garantia de direitos e a busca da preservação psíquica da vítima. No comparativo entre os dois processos, foi verificado que o Depoimento Especial tem a preferência da maioria dos profissionais pesquisados. Ficou constatado a partir da pesquisa que o profissional de Psicologia, Serviço Social e Juiz de direito percebem que o Depoimento Especial apresenta um formato novo de escuta que inicia sua construção na busca do aperfeiçoamento do judiciário.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes. Escuta especial. Inquirição judicial.

1 INTRODUÇÃO

O abuso sexual contra crianças e adolescentes está sendo visto pela sociedade como um problema de saúde pública, considerando os altos índices de incidência e as sérias consequências que esse ato acarreta no desenvolvimento afetivo, cognitivo e social tanto da vítima quanto das famílias envolvidas (GONÇALVES; FERREIRA, 2002). Apesar dos avanços alcançados nos últimos anos com políticas de proteção e a mobilização da sociedade civil, as estatísticas mostram que esses crimes não têm diminuído. O abuso sexual dificilmente é relatado de forma explícita pelas vítimas, e geralmente é percebido pela mudança de comportamento. O abuso acontece em segredo, sem deixar marcas físicas em muitos casos, mas deixando profundas marcas psicológicas. Existe, em torno do abuso, um pacto de silêncio e ameaças que tornam a denúncia mais perigosa que o próprio ato (PELISOLI; DELL'AGLIO, 2014).

Quando esse pacto de silêncio é rompido pela vítima, e ela traz à tona o abuso, começa uma difícil série de repetições de sua história, pois, ao procurar a polícia, a vítima, por vezes, é tratada como objeto de investigação, e não como sujeito de direitos. Não se tem sobre a vítima uma atenção especial quanto a sua fragilidade, sofrimento e necessidade reparatória diante dos danos ocorridos. E ao se inquirirem essas vítimas por meio de práticas inapropriadas abrem-se lacunas que permitem o

surgimento de processos negativos em seu desenvolvimento emocional, cognitivo e psicológico (ROQUE, 2014).

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas nas inquirições desses infantes vítimas de abuso sexual, o Juiz de Direito José Antonio Daltoé Cezar (2007) vislumbrou a possibilidade da inserção de outros profissionais como Psicólogos e Assistentes Sociais nesse processo de inquirição, trazendo à tona uma nova metodologia de Depoimento Especial. Nesse sentido, o presente trabalho busca apresentar a percepção dos profissionais do Direito, da Psicologia e do Serviço Social sobre o processo de Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, com o objetivo de trazer um enfoque técnico e científico para o melhor entendimento desse processo, que é motivo de diversas discussões e debates entre essas áreas do saber, por intermédio de três dimensões de análise, o atual processo de inquirição Judicial, o Depoimento Especial e um comparativo entre os dois processos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico se realizou por meio de uma abordagem de Pesquisa Qualitativa Descritiva, com o objetivo de verificar a percepção dos profissionais do Direito, da Psicologia e do Serviço Social sobre o processo de escuta especial de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

Os sujeitos da pesquisa foram quatro profissionais que participam de processos judiciais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Um profissional do Direito, um profissional da Psicologia, um profissional do Serviço Social e um Juiz de Direito, todos pertencentes e atuantes na região Oeste do Estado de Santa Catarina. Para a coleta de dados utilizou-se uma entrevista semi-estruturada que compreendeu perguntas abertas, previamente elaboradas de acordo com duas dimensões de análise, o atual processo de inquirição judicial vigente no País e a nova metodologia de Depoimento Especial.

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. O teor desses relatos foi agrupado de acordo com as categorias de análise propostas para explorar esse fenômeno de estudo, que são o atual processo de inquirição judicial e a nova metodologia de Depoimento Especial. Em cada categoria de análise os sujeitos foram identificados por sua qualificação profissional, Juiz de direito, Advogado, Psicóloga e Assistente Social, para que suas identidades não sejam coligadas. Os cuidados éticos tomados foram o consentimento dos sujeitos na participação da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a garantia de sigilo e a submissão à aprovação do projeto desta pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc).

3 A ESCUTA ESPECIAL NO OLHAR DA PSICOLOGIA, DO DIREITO E DO SERVIÇO SOCIAL

3.1 PROCESSO DE INQUIRIÇÃO JUDICIAL VIGENTE

No Brasil o método utilizado para inquirição de crianças e adolescentes é o mesmo método empregado em adultos, não existindo um procedimento legal exclusivo para os infantes vítimas de abuso sexual. Para Furniss (2002), isso demonstra que o atual sistema de inquirições vigente no Judiciário brasileiro pode ser considerado revitimizante. Os profissionais entrevistados (Juiz de direito, Advogado, Psicólogo e Assistente Social) demonstraram conhecer o atual processo de inquirição e descrevem os passos do processo organizados pelo Código de Processo Penal brasileiro. Representados aqui pelas palavras da Assistência Social: “o processo inicia com a denúncia, geralmente ao Conselho Tutelar ou na Delegacia de Polícia, que se torna um Boletim de Ocorrência. Dependendo da situação, a criança ou adolescente é encaminhada para perícia médica. Depois de formalizada, a denúncia é encaminhada ao Fórum, a partir daí

o Ministério Público passa atuar como defensor dos direitos da vítima.” (informação verbal).

A profissional da Psicologia traz uma consideração importante confirmada por Gomes e Molina (2000), ao dizer: “quando a vítima chega para mim já tem muito dano das intervenções anteriores, então eu sei e sempre exponho isso no meu laudo, quantas vezes a vítima já precisou falar e como isso interfere negativamente.” (informação verbal). No olhar do profissional do direito, “a vítima tem que entender que por mais que estas sessões venham a constrangê-la é necessário para o bem dela e da sociedade, porque se ficar comprovado que esse abusador cometeu o crime, ele tem que ser penalizado, para que não cometa mais crime nenhum.” (informação verbal). Essa visão do Advogado que percebe a vítima como instrumento de prova é mencionada por Bitencourt (2007), ao dizer que o sistema processual penal do Brasil não faz restrições ao depoimento infantil.

O objetivo do atual processo de inquirição é identificar a verdade real dos fatos, sendo esse entendimento unânime entre os profissionais. No entanto, durante o processo de inquirição judicial, o Profissional do Direito se volta ao acusado, dando-lhe o benefício da dúvida, enquanto a Assistente Social e o Juiz de Direito se preocupam com a proteção da vítima. Para o Advogado, “o objetivo do processo de inquirição é o da verdade real, ou seja, o objetivo de todo processo criminal é apurar a verdade real.” (informação verbal).

Já na visão do Juiz e da profissional de Assistência Social, o objetivo do processo prioritariamente se volta à proteção da vítima. Essa visão humanista traz em segundo plano a punição do acusado: “O objetivo é instruir um processo de proteção da criança, aplicar medidas de proteção para saber o que aconteceu, e formar provas para um processo que vai levar à aplicação de uma punição eventualmente a quem praticou este ato.” (Juiz) (informação verbal). A Assistente Social enfatiza que o objetivo da inquirição “é atuar na garantia da integridade física e moral da vítima, visto que o abuso sexual pode ser psicológico ou físico. Os

supostos agressores ou abusadores devem ser julgados e apurados o nível de gravidade, para então passar à aplicação da pena.” (informação verbal).

O objetivo das inquirições para os entrevistados pode ser alcançado nos processos, com algumas ressalvas, o Advogado menciona a necessidade de comprometimento dos operadores do direito na execução de suas tarefas dentro dos processos, e a Profissional de Assistência Social menciona o fato de a vítima ser culpabilizada pelo abuso e as consequências disso no ambiente familiar. O advogado fala que “se tivermos Juízes, promotores, advogados profissionais realmente comprometidos com suas funções, eu acredito que teremos condições de buscar a verdade e mais do que isso, conseguiremos trabalhar o objetivo tanto na parte de apuração, quanto na execução do processo.” (informação verbal). Já para a Assistente Social, os objetivos das inquirições são atendidos em partes: “quanto ao julgamento do suposto agressor, sim. No entanto, quanto à promoção e defesa dos direitos da criança, nem sempre são atendidos.” (informação verbal). A profissional menciona que em algumas situações de abuso intrafamiliar, o peso da palavra da vítima pode significar uma sentença, e por vezes a mãe passa a responsabilizar a criança, gerando culpa na vítima.

Para Furniss (2002), o constrangimento pelo qual passa a vítima durante o processo faz com que ela se sinta insegura e amedrontada ao relatar o fato ocorrido. Os profissionais pesquisados afirmam que pode ocorrer a revitimização durante o atual processo de inquirição judicial. Para o profissional do direito, “o processo pode trazer um prejuízo maior à vítima, um prejuízo psicológico, uma marca que vai ficar pelo resto da vida.” (informação verbal). No entanto, ele acredita que “esta marca infelizmente é necessária.” No olhar da Assistência Social, a revitimização é reforçada pelas diversas vezes em que a vítima precisa expor sua história, “ela (vítima) tem que repetir a mesma história, para diferentes atores do sistema de garantia de direitos da criança e adolescentes.” (informações verbais).

Essa argumentação é reforçada pelo Juiz, quando questionado sobre a ocorrência da revitimização durante o atual processo de inquirições, “sim, não tem dúvidas, é uma dificuldade, realmente é um

depoimento muito difícil de extrair” (informação verbal), e é confirmada por Hoffmeister (2012), quando diz que a escuta de uma criança ou adolescente que sofreu abuso sexual não é uma empreitada fácil para nenhum profissional. Os sujeitos pesquisados mencionam pontos falhos no atual processo de inquirição judicial aplicado em crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Entre eles apontam a morosidade na resolução do processo judicial (Advogado, Juiz de direito, Psicóloga e Assistente Social), o excesso de inquirições e o atual formato de inquirição das vítimas.

Entretanto, ao se abrir a possibilidade de modificações no atual processo, nem todos os profissionais pensam em mudanças. Como é o caso do profissional do direito, que diz: “não modificaria em nada, pelo contrário, sou desfavorável a essas inovações que são trazidas. Entretanto, é preciso dar efetividade, com eficiência e celeridade, tem que se ter mais interesse e agilidade quando se trabalha em processos dessa envergadura,” Para a profissional da Psicologia, o processo de inquirição poderia ser substituído por uma avaliação psicológica, “é o que foi feito aqui, propor a avaliação psicológica.” (informações verbais).

3.2 ESCUTA ESPECIALIZADA E DEPOIMENTO ESPECIAL

A escuta especializada e Depoimento Especial é um novo sistema de garantias dos direitos das crianças e adolescentes, instruídos por meio da Lei n. 13.431, de 04 de abril de 2017, para normatização da escuta dos infantes vítimas de violência. Os sujeitos pesquisados têm conhecimento sobre o processo de Depoimento Especial e têm ciência sobre os passos do processo, normatizados no Brasil pela Recomendação n. 33/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Com a aprovação da Lei n. 13.431 e sua entrada em vigor a partir de abril de 2018, os profissionais mencionaram, no momento das entrevistas, não ter clareza nem concretude sobre os passos a serem seguidos regidamente dentro dessa nova ordem de inquirição.

A maioria dos profissionais entrevistados (Juiz de direito, Assistente Social e Psicólogo) tem um entendimento semelhante quanto aos objetivos do Depoimento Especial, que é de proteger a vítima da exposição constrangedora durante as inquirições. Enquanto o profissional do direito apresenta uma posição de desacordo, por acreditar que o constrangimento das vítimas está ligado à condição do gênero masculino dos profissionais e não à sua qualificação profissional.

Para a profissional de Psicologia, o objetivo do Depoimento Especial “é obter a prova que é a fala da criança sem acarretar tantos danos. [...] obter a prova com mais qualidade.” Igualmente para a profissional Assistente Social, o objetivo é “a proteção dos direitos das crianças e adolescentes.” (informações verbais). A Lei n. 13.431, de 04 de abril de 2017, de fato procura dar maiores garantias e ter eficácia no sistema de proteção das crianças e adolescentes vítimas de violência, conforme disposto do Art. 1º da Lei (BRASIL, 2017).

Concomitantemente às percepções dos profissionais da Assistência Social e da Psicologia, há o Juiz de Direito dizendo que o objetivo percebido por ele no método de Depoimento Especial é “preservar o direito da criança, de não ser vítima de novo dos próprios depoimentos e também extrair a veracidade. Pois acredito que a técnica adequada permite que a criança possa expressar o que realmente aconteceu.” (informação verbal).

Entretanto, o Advogado diz: “me parece que um dos termos é a proteção da vítima, mas que proteção é essa?” (informação verbal). O profissional questiona o entendimento sobre a proteção oferecida pela Lei n. 13.431, apontando que os profissionais, ao tomarem o Depoimento Especial, mesmo tendo qualificação específica para uma escuta voltada à minimização de danos, se forem do sexo masculino, podem causar danos à vítima. Para o Advogado, a figura masculina pode projetar na vítima a visão do abusador, e para ele essa percepção é que causa danos. Desse modo, o profissional do direito deixa claro que para ele não é possível alcançar o objetivo proposto pela Lei n. 13.431.

A profissional de Psicologia menciona não ter conhecimento específico nesse momento sobre a eficácia do processo de Escuta Especializada e Depoimento Especial: “não sei se teve dados ou pesquisas que mostraram alguma coisa sobre qual é a efetividade, mas acredito que tenha indicativos de melhora, tanto que se transformou em Lei.” (informação verbal). Também não é possível afirmar a ampliação ou não do dano psicológico nas vítimas que passam pelo Depoimento Especial. “Eu acho que sim, mesmo no caso da avaliação psicológica sempre tem algum dano você ter que retomar àquilo, é mais um momento da criança falar.” (informação verbal). Essa percepção é trazida pela Psicóloga quando questionada sobre a existência ou não da vitimização secundária no processo de Escuta Especializada.

Ainda sobre a possível vitimização secundária durante o processo de Depoimento Especial, foi verificada a mesma linha de entendimento do Juiz de Direito, “acredito que sim, mas de uma forma bem menor, eu acho que não há como não penalizar a criança por reproduzir os fatos que aconteceram, mas é necessário, tanto para proteger como para trazer a punição para quem praticou.” Já a Assistência Social acredita que “se for aplicado de modo correto [Depoimento Especial], conforme a metodologia prevê, ela não revitimiza a criança ou adolescente vítima de abuso sexual.” (informações verbais).

Mediante os apontamentos realizados durante a pesquisa, levantando os benefícios e incertezas diante do método de Depoimento Especial, foram elencadas por alguns profissionais algumas melhorias (Juiz de direito, Psicóloga), mas não fica clara uma terceira via alternativa que se diferencia dos formatos já propostos. Para o profissional do direito o método atual é o ideal, e referente à nova lei sua sugestão é de que seja revogada: “Revogaria esta Lei imediatamente e deixaria tudo como estava.” No entanto, outro entrevistado considera que é preciso uma “análise mais completa, porque os operadores do direito não vão compreender a complexidade do abuso sexual e não é só o que falou ou não falou [...], existem muitas razões para isso e essas razões às vezes dizem mais do que a criança falou.” (Psicóloga Judicial) (informações

verbais). Essa profissional entende que uma avaliação psicológica tem uma amplitude que permite um entendimento maior sobre o caso no que diz respeito às percepções da criança e do contexto familiar em que essa vítima se encontra inserida.

3.3 ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO ATUAL PROCESSO DE INQUIRIRÃO JUDICIAL E DO DEPOIMENTO ESPECIAL

Em relação à atual metodologia de inquirição, foi apontado pelos profissionais entrevistados o demasiado tempo entre o abuso ocorrido e o julgamento, trazendo um retorno negativo para a resolução dos processos. Pelo olhar do Juiz de direito, da Psicóloga e da profissional de Assistência Social, não foram evidenciados aspectos positivos no atual processo de inquirição judicial. A profissional da Assistência Social menciona que a demora na escuta da vítima pode gerar a reedição dos fatos, sofrendo a influência do ambiente externo e possibilitando a mudança de seu relato.

A demora na conclusão do processo permite que ela use da resiliência e apague da memória acontecimentos e simplesmente não há mais como evidenciar os fatos, pois a vítima já reeditou e passa a assumir memórias que adultos vão induzindo a ela, distorcendo ou livrando o agressor da culpa. (informação verbal).

Jonker e Swanzen (2007) ressaltam que o tempo decorrido entre a denúncia e o depoimento em juízo é um fator que merece atenção, pois pode haver o comprometimento do resultado no processo judicial. Para o profissional do direito, o grande problema em processos dessa envergadura é a morosidade do Judiciário na conclusão. Ele justifica que “o primeiro aspecto negativo é a demora do Poder Judiciário, a ausência de funcionários para trabalhar no Poder Judiciário, a ausência de condições físicas para o Judiciário poder trabalhar.” A psicóloga enfatiza que o tempo decorrido entre a denúncia e o depoimento em juízo gera “[...] muita interferência na memória da criança. Se a gente conseguisse trabalhar de uma forma

a diminuir esse tempo processual desde que a denúncia foi recebida até ela ser ouvida no depoimento, isso contribuiria.” (informações verbais).

Para o profissional do direito, existem aspectos positivos no atual formato de inquirição e que são insubstituíveis. Sua opinião se justifica no sentido de que o contato da vítima com os inquiridores permite a eles exprimir a verdade, observar comportamentos, gestos, tom de voz e atitudes que denunciem sua veracidade ou manipulação no relato dos fatos. “A natureza humana sente o seu semelhante, quando os operadores do direito estão arguindo, sentindo aquilo que a pessoa que se diz vítima está falando, você sabe se ela está mentindo ou falando a verdade.” (informação verbal).

O Depoimento Especial é visto com bons olhos pela maioria dos profissionais entrevistados (Juiz de Direito, Psicóloga, Assistente Social), em razão da minimização da exposição das vítimas de abuso durante o processo judicial. Entretanto, esses profissionais levantaram algumas dúvidas sobre sua eficácia a partir da prática de aplicação. Pesquisas realizadas em países que utilizam o Depoimento Especial há mais tempo dentro do Judiciário apontam fragilidades nesse processo de escuta, como, por exemplo, a minimização do impacto emocional que o depoimento tradicional da vítima causa no tribunal (GONÇALVES; SANTOS, 2009).

A profissional da Psicologia tem dúvidas sobre a forma exata da aplicação, pois entende que se a vítima não tiver compreensão do que está acontecendo também pode haver uma significação negativa para ela. “Como este processo será efetivado, será dado à criança o direito de saber o que está acontecendo? Será dito a verdade sobre o significado daquilo? Será respeitado o momento dela falar? Será dada autonomia ao profissional para fazer os procedimentos como ele acha que devem ser?” (informação verbal). Mesmo no Depoimento Especial a vítima é obrigada a depor, não sendo respeitada sua condição psíquica de dar conta do assunto naquele momento, lhe é imputada a obrigatoriedade de falar a verdade no momento exigido (CONTE, 2008).

O profissional do Direito se mostra adverso ao novo método, ao pontuar que “a obscuridade desse Depoimento Especial não se coaduna

com o regime democrático que vivemos no Brasil.” E ainda diz, “não existe nenhum ponto positivo nisso, jamais, nunca! Somente pontos negativos, sou absolutamente contrário a isso!” O Juiz de direito não percebe nenhum aspecto negativo na nova metodologia de Depoimento Especial, “eu não vejo aspecto negativo, acho positivo principalmente quando comparado com o modelo atual.” (informações verbais).

Essa opinião é condescendida pela profissional de Assistência Social, que diz: “se aplicada com as observações, preparações de espaço, preparação da criança, bem como profissionais preparados para tal finalidade, o depoimento especial vem a contribuir para não revitimizar.” Também para a profissional da Psicologia, “o fato da criança não estar exposta àquela audiência com muitas pessoas e ser abordada por um profissional em tese mais qualificado para isso, do que os operadores do direito, pode evitar a revitimização.” (informações verbais). Para Wolff (2008), o Depoimento Especial traz uma atuação mais humanizada ao Poder Judiciário, se comparado às audiências tradicionais.

4 CONCLUSÃO

O Depoimento Especial é uma prática para inquirição de crianças e adolescentes supostamente vítimas de abuso sexual, em processo de efetivação no Brasil por meio da Lei n. 13.431 de abril de 2017, para normatizar e organizar o sistema de garantia de direitos dos infantes e minimizar os danos que podem ser causados pelo atual processo de inquirição judicial (BRASIL, 2017). Por meio deste estudo foi possível verificar um entendimento positivo da maioria dos profissionais pesquisados (Juiz de direito, Psicóloga, Assistente Social) sobre a nova Lei n. 13.431, pressupondo que a partir de sua aplicação na prática processual haverá uma redução nos danos causados durante o processo judicial.

Os profissionais entrevistados (Juiz de direito, Advogado, Psicólogo e Assistente Social), demonstraram conhecer o atual processo de inquirição e descrevem o desenrolar desse processo desde a denúncia até o julgamento, baseados no Código de Processo Penal brasileiro. No

entanto, deixam claro que o processo de escuta dos infantes vítimas de abuso sexual não é uma tarefa fácil, pois gera desgaste e constrangimento para todas as partes envolvidas. Tanto para os operadores do direito quanto para a vítima, que precisa expor seu sofrimento e violação a pessoas que ela não conhece, em lugares que ela pode não se sentir acolhida (HOFFMEISTER, 2012). Por conseguinte, os sujeitos de pesquisa, em sua maioria, caracterizaram o Depoimento Especial como uma via escapatória para os possíveis danos causados pelo processo judicial, na tentativa de proteger as vítimas de um excesso de inquirições que expõe a rememoração do trauma do abuso sexual.

Em um comparativo entre o atual processo de inquirição judicial e o método de Depoimento Especial, foi verificado que o Depoimento Especial tem a preferência da maioria dos profissionais (Juiz de direito, Psicóloga, Assistente Social), mesmo com algumas dúvidas sobre o processo e sua forma de aplicação. Estes percebem que a Lei n. 13.431 apresenta um formato novo de escuta que iniciará sua construção e aperfeiçoamento na busca por melhorias ao Judiciário por meio de um atendimento multidisciplinar e humanizado que permite o exercício da cidadania, dando um novo lugar de direitos à vítima da violência (FRONER; RAMIRES, 2008).

Este trabalho oportuniza um maior entendimento sobre os processos de escuta, bem como as percepções de parte dos profissionais do sistema judiciário envolvidos nas inquirições. Fica evidenciada sua relevância social no sentido da clarificação de dúvidas e anseios sobre o Depoimento Especial, que apresenta como foco principal a preservação emocional e psicológica das vítimas de abuso. O campo da Psicologia e do Serviço Social pode trazer maiores subsídios para a área judiciária, seja para dar suporte às possíveis implicações causadas pelas inquirições judiciais, seja na aplicação de formatos e abordagens diferenciais que evitem a vitimização secundária dos infantes vítimas de violência sexual. Desde que o problema seja visto a partir de dimensões interdisciplinares, ainda que recaia sobre o Judiciário a palavra final para sua solução.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, L. P. Vítima sexual infanto-juvenil: sujeito ou objeto do processo judicial. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, v. 34, n. 105, p. 265-285, 2007.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 17 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 abr. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13431.htm>. Acesso em: 03 set. 2017.

CEZAR, José Antônio Daltoé. **Depoimento sem dano**: uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes nos processos judiciais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

CONTE, B. S. Depoimento sem dano: A escuta da psicanálise ou a escuta do direito? **Psico**, v. 3, n. 2, p. 219-223, 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/2262/3043>>. Acesso em: 06 out. 2017.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GOMES, L. F.; MOLINA, G. P. de. **Criminologia**: introdução e seus fundamentos: introdução às bases legais da Lei 9099/95, Lei dos juidados, especiais criminais. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. Disponível em: <<https://www.scribd.com/doc/110878904/criminologia-garcia-pablos-de-molina-luiz-flavio-gomes>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

GONÇALVES, H. S.; FERREIRA, A. L. A notificação da violência intra-familiar contra crianças e adolescentes por profissionais da saúde. **Carderno de Saúde Pública**, v. 18, n. 1, p. 315-319, 2002. Disponível em: <<http://www.france24.com/en/20140305-one-third-women-eu-victims-sexual-violence-crime-rape/>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

GONÇALVES, I. B.; SANTOS, B. R. **Depoimento sem Medo**. 2. ed. São Paulo: Childhood Brasil, 2009.

HOFFMEISTER, M. V. Tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de abuso sexual: Desafios à intervenção profissional do assistente social na perspectiva da garantia dos direitos humanos. 2012. Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

JONKER, G.; SWANZEN, R. Serviços de intermediação para crianças-testemunhas que depõem em tribunais criminais da África do Sul. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 4, p. 94-119, 2007.

PELISOLI, C.; DELL'AGLIO, D. D. As contribuições da Psicologia para o Sistema de Justiça em Situações de Abuso sexual. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 34, n. 4, p. 916-930, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n4/1982-3703-pcp-34-4-0916.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DO SUICÍDIO

Deisy Alves Delgado¹
Edson Pilger Dias Sbeghen²

RESUMO

O presente artigo trata-se de uma pesquisa com informações qualiquantitativa, sendo os sujeitos desta pesquisa profissionais da psicologia e coordenadores dos cursos de psicologia que responderam, por meio de questionário, sobre a formação desses profissionais referente ao tema suicídio. Visto que essa temática é tida pela Organização Mundial da Saúde como uma questão de saúde pública e que a cada 40 segundos uma pessoa coloca fim em sua vida em algum lugar do mundo. No Brasil, o Ministério da Saúde reconhece esse fenômeno como questão de saúde pública em 2006, no entanto pouca coisa tenha sido feita para diminuir os índices de suicídio no País. Esse tipo de morte está entre as três principais causas de morte entre os jovens; são registados 32 casos diariamente no Brasil e para cada caso registrado há quatro ou mais casos de tentativas contra a vida. O Estado de Santa Catarina está em segundo lugar nesse ranking, atrás apenas do Rio Grande do Sul. Desse modo, esta pesquisa foi importante para verificar se os cursos de Psicologia do Estado de Santa Catarina estão preparando os futuros profissionais para lidar com essa demanda, no que tange à prevenção e à posvenção do suicídio. Constatamos, pelos relatos dos coordenadores e dos psicólogos participantes que, de modo geral, há certa fragilidade em relação à formação para atender a tais demandas.

Palavras-chave: Suicídio. Prevenção. Formação.

¹ Graduanda no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; deisy_dad@hotmail.com

² Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá; doutorando em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina; edson.dias@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O suicídio está entre as três principais causas de morte entre os jovens; são registrados 32 casos diariamente no Brasil e para cada caso registrado há quatro ou mais casos de tentativas contra a vida. Com o aumento significativo dos índices de suicídio, esse fenômeno passou a ser considerado um problema de saúde pública mundial. Em 2006 esse fenômeno passou a ser reconhecido como tal no Brasil.

A cada suicídio consumado ao menos quatro pessoas que têm vínculo com a pessoa que se suicidou têm sua vida afetada social, econômica e emocionalmente. Acredita-se que esse número seja ainda maior se levarmos em consideração os amigos de trabalho, os familiares e os vizinhos, visto que esse tipo de morte provoca a curiosidade das pessoas (SBEGHEN, 2015). Tais dados reforçam a necessidade de que os profissionais da saúde sejam preparados para atenderem a essa demanda.

Esse fenômeno está presente em toda a história da humanidade, mas nos últimos anos ele tem despertado nos mais variados saberes a busca por respostas. É possível identificar a importância desse estudo com esse público, considerando que Fukumitsu (2014) afirma que existem dois tipos de terapeutas, o que perdeu um paciente por suicídio e o que ainda vai perder.

Essa pesquisa teve como objetivo geral compreender se os profissionais da psicologia formados nas instituições de ensino do Estado de Santa Catarina sentem-se preparados para atender pessoas com ideação ou histórico de tentativas de suicídio, sendo desmembrado em três objetivos específicos: identificar a preparação dos profissionais de psicologia no atendimento à prevenção e posvenção ao suicídio, verificar se as instituições de ensino em psicologia preparam os acadêmicos para atender pessoas com ideação ou histórico de tentativas de suicídio, e analisar os índices de suicídio no Estado de Santa Catarina, sendo este o Estado de atuação profissional dos sujeitos pesquisados, de 2006 a 2015. Assim, esta pesquisa tem como questionamento: os profissionais de

psicologia formados no Estado de Santa Catarina estão sendo preparados para atender às demandas do suicídio, prevenção e posvenção?

Para alcançar os objetivos foi necessário realizar uma pesquisa literária que versa sobre a temática do suicídio, uma pesquisa exploratória com três coordenadores de cursos de Psicologia das instituições de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina, bem como com os profissionais de psicologia formados nesse mesmo Estado. Os dados foram organizados de modo qualitativo, por meio de categorias, e quantitativo, por meio de análise estatística, sem deixar de considerar as contribuições da literatura que abordam essa temática.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 COMPREENDENDO O SUICÍDIO

A morte por suicídio ainda é um tabu encontrado na sociedade atual. Esse tema desperta curiosidades e gera polêmicas, já que esse tipo de morte vem na contramão da sociedade contemporânea que luta pela longevidade. Como alguém pode idealizar, planejar e executar a própria morte?

O Suicídio é definido pela Organização Mundial da Saúde como o comportamento pelo qual o indivíduo, pensando em acabar com sua vida, desenvolve um plano para se matar e obtém os meios para fazê-lo, completando assim o ato (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2014 apud SBEGHEN, 2015, p. 12).

O suicídio é o ato intencional de matar a si mesmo e em torno disso esse tema gera inúmeras interrogações, ou seja, por que muitas pessoas tiram a própria vida, por que desistem de viver e quais as faltas e sentimentos presente nesse momento que fazem a pessoa perder o sentido de sua existência (BARBOSA; MACEDO; SILVEIRA, 2011).

O comportamento suicida é toda ação que irá gerar dano contra si próprio, ou seja, uma autoagressão, não importando a razão ou causa para que ocorra, assim, esse comportamento pode ser caracterizado por

pensamentos de autodestruição, autoagressão, manifestado por gestos suicidas e tentativas de suicídio e, finalmente, o próprio suicídio (ABREU et al., 2010, p. 196).

Esse comportamento não é algo claro ou de fácil identificação e muitos são os fatores que precisam ser levados em conta para que se possa auxiliar e prevenir esse fenômeno que está cada vez mais presente na nossa sociedade, pois quando nos deparamos com ele muitos profissionais ou pessoas próximas não têm ideia de como agir. Daí a importância do conhecimento sobre essa demanda para uma melhor identificação de determinados comportamentos que levem a tal ato. Pessoas com algum transtorno mental são as que mais cometem esse fenômeno, por isso da importância desta pesquisa, para que profissionais da saúde recebam os conhecimentos necessários para que possam em suas atuações oferecer um atendimento eficaz para esse tipo de demanda.

O suicídio é um fenômeno mundial, presente em todas as culturas, que perpassa a vida dos seres humanos desde a antiguidade até a contemporaneidade. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2015), o suicídio é um problema de saúde pública, e essa organização tem buscado meios e estratégias para prevenir esse tipo de morte. Os dados epidemiológicos mundiais e nacionais chamam a atenção para essa situação, como podemos constatar no relatório apresentado pela OMS em 2015, que apresenta que o suicídio figura entre as três principais causas de morte de pessoas de 15 a 44 anos de idade. Esse tipo de morte é responsável anualmente por um milhão de óbitos (o que corresponde a 1,4% do total de mortes). Esses números não incluem as tentativas de suicídio, as quais são de 10 a 20 vezes mais frequentes que o suicídio em si.

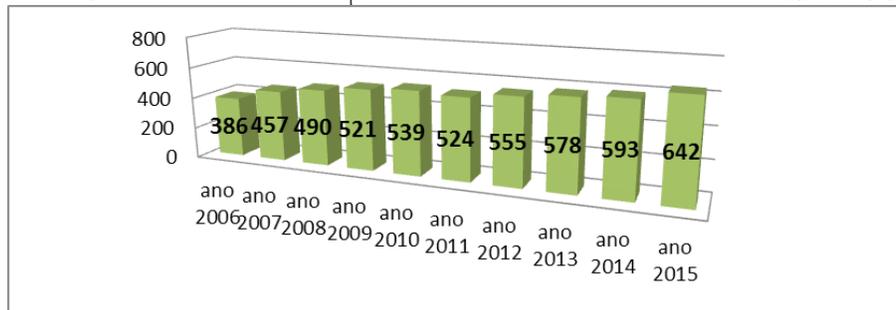
A cada 45 segundos ocorre um suicídio em algum lugar do mundo, o que corresponde a aproximadamente 1.920 mortes diariamente. Esse número supera, ao final de um ano, a soma de todas as mortes causadas por homicídio, acidentes de trânsito, guerras e conflitos civis (BOTEGA, 2014).

Em 2011 foram registrados oficialmente 9.852 casos de suicídio, o que corresponde, em média, a 27 mortes por dia. Entre 1998 e 2008, o número de óbitos por suicídios cresceu 33,5% no País nesse período

(BOTEGA, 2014, p. 231). Esses dados reforçam a necessidade de pesquisar e buscar conhecer mais sobre esse fenômeno, para que possamos contribuir com a prevenção e posvenção desse tipo de morte. Podemos verificar que no Brasil em 1980 foram registrados 3.896, e em 2012, 10.321 mortes por suicídio, o que corresponde a um aumento equivalente a 62,5% (FERREIRA JUNIOR, 2015, p. 23).

Por meio de levantamento de dados sobre os índices de suicídio no Estado de Santa Catarina pelo sistema do DataSus, no período de 2006 a 2015, temos um total de 5.285 mortes em decorrência desse fenômeno:

Gráfico 1 – Índice de mortalidade por suicídio no Estado de Santa Catarina de 2006 a 2015



Fonte: os autores.

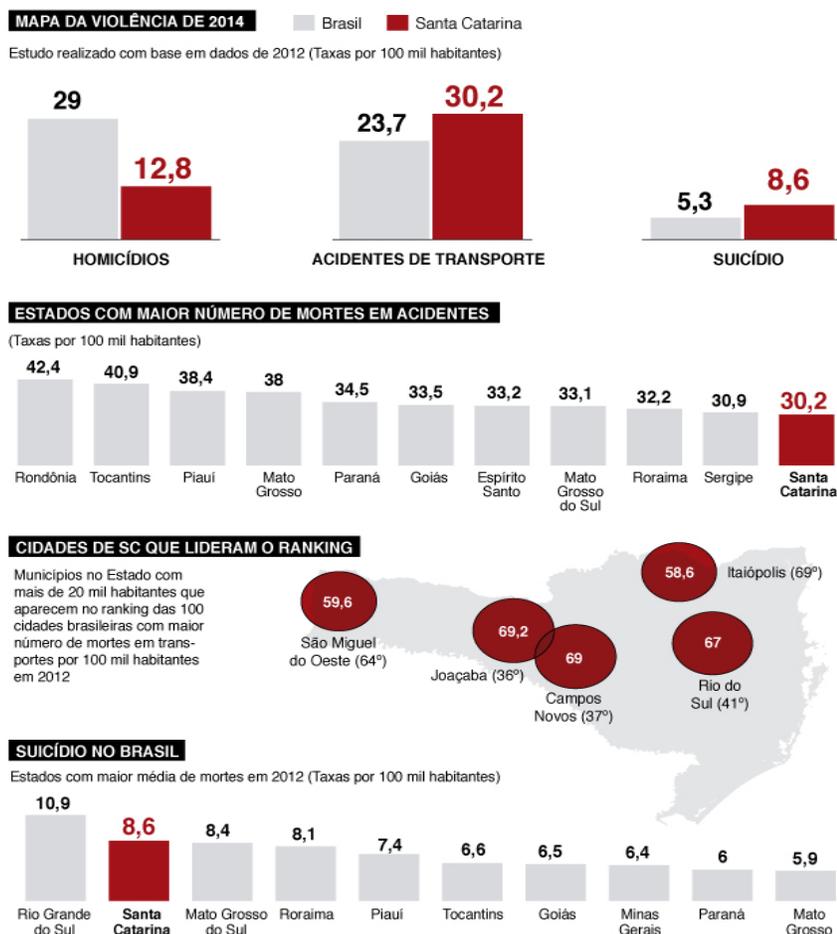
O Gráfico 1 apresenta o total de mortes por suicídio em cada ano em específico. Pode-se perceber a crescente mortalidade por suicídio no decorrer dos anos. Em razão disso, cabe ressaltar a importância de intervenções preventivas com o intuito de preservar a vida. Com isso, ressaltamos que profissionais da área da saúde precisam ser preparados para atender e cuidar desses pacientes.

Em um estudo realizado no Extremo-Oeste do Estado de Santa Catarina sobre o suicídio, os dados apresentam que o referido Estado apresenta um dos maiores índices nacionais de morte por suicídio, ou seja, a mortalidade por suicídio em Santa Catarina gira em torno de 7 casos para cada 100.000 habitantes, o que representa quase o dobro da média nacional. “O extremo oeste catarinense apresentou uma mortalidade

média por suicídio de 10 casos para cada 100.000 habitantes entre os anos de 1980 e 2005.” (SCHMITT et al., 2008, p. 120).

Waiselfisz (2014), no mapa da violência no Brasil, aponta que o suicídio vem crescendo de forma progressiva e constante. Na década de 1980, índice era de 2,7%; na década de 1990, o crescimento foi de 18,8%; e em 2012, de 33,3%. Em relação às estatísticas nacionais, esse tipo de morte está acima da média nacional no Estado de Santa Catarina, como se pode verificar a seguir:

Gráfico 2 – Mapa da violência no Estado de Santa Catarina



Fonte: ClicRBS (2017).

O mapa (Gráfico 2) traz dados levantados em 2012 que apontam, quando se fala de Brasil, o Estado de Santa Catarina como o segundo Estado com maior índice de suicídio. Pode-se constatar que a maior diferença no Estado de Santa Catarina entre suicídio e homicídio foi em 2012, com apenas 4,2% dos índices de morte, enquanto no Brasil, 24,6%. Isso infere e reforça a necessidade de estudar esse fenômeno no Estado de Santa Catarina.

A cada suicídio consumado, ao menos quatro pessoas que têm vínculo com a pessoa que se suicidou têm sua vida afetada social, econômica e emocionalmente (SBEGHEN, 2015). Acredita-se que esse número pode ser bem maior se se levar em consideração os amigos de trabalho, os familiares e os vizinhos, visto que esse tipo de morte provoca a curiosidade das pessoas.

3 MÉTODO

Foi realizada uma pesquisa com informações quali-quantitativas de cunho exploratório. Participaram dois grupos de sujeitos, profissionais graduados em Psicologia no Estado de Santa Catarina, e coordenadores dos cursos de graduação em Psicologia desse mesmo Estado.

Em relação à coleta de dados, primeiramente foi enviado um questionário on-line para os coordenadores dos Cursos de Psicologia do Estado de Santa Catarina; como não foi obtido retorno, realizou-se contato telefônico, a intenção foi coletar informações sobre todos os cursos de Psicologia do Estado, mas somente foi possível com três instituições.

Para chegar aos Psicólogos foi utilizado o método *Snowball* ou Bola de Neve. Esse modelo para coleta de dados faz com que o participante indique outro participante e assim por diante (SBEGHEN, 2015), partindo dos contatos disponíveis no site MundoPsicólogos do Estado de Santa Catarina.

Para a coleta de dados foram utilizados dois questionários on-line, que foram enviados por e-mail para ambos dos sujeitos de pesquisa. Um dos questionários foi encaminhado para os profissionais de Psicologia

e solicitado para que encaminhassem para os psicólogos de sua rede de amizade, e um segundo questionário para os coordenadores dos Cursos de Psicologia. Os questionários apresentam questões de múltipla escolha e questões abertas.

Após a coleta dos dados, as informações foram organizadas de modo quantitativo a partir da estatística, por meio de gráficos, e as qualitativas em categorias para que pudesse ser feita uma análise fenomenológica das informações coletadas, com embasamento da Gestalt-Terapia, confrontadas com as contribuições da literatura pertinente ao tema pesquisado.

Para garantir o sigilo dos profissionais que participaram da pesquisa, os relatos que serão citados no decorrer do artigo terão como nome PSI ao se referirem aos Psicólogos e COOD aos coordenadores; ambos aparecerão em sequência com números que corresponderão à ordem de resposta do questionário. Foram tomados os devidos cuidados éticos e obtida aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o número 1.818.061.

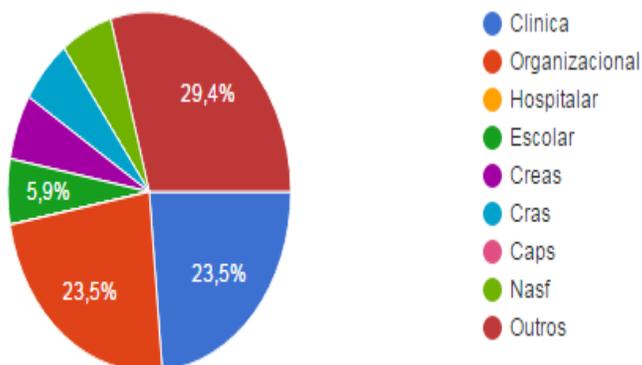
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DOS DADOS

Muitos são os lugares ou áreas de atuação que o profissional da Psicologia pode ser inserido e, com isso, onde quer que esteja, poderá se deparar com pessoas que necessitem de cuidados. Por isso da importância de se falar sobre o tema em período de formação profissional.

Dos psicólogos pesquisados, 82,4% destes atuam em Santa Catarina, sendo este o mesmo Estado em que fizeram a graduação. Eles estão divididos em diversas áreas, como consta no Gráfico 3, abrangendo a área organizacional, escolar e social entre Creas e Cras, Nasf, clínica e outros como avaliação psicológica, serviço escola, avaliação psicológica como perito em um fórum.

Gráfico 3 – Área de atuação dos profissionais Psicólogos pesquisados



Fonte: os autores.

Aproximadamente de 64,7% dos profissionais da Psicologia que responderam ao questionário disseram já ter atendido alguém com ideação ou com histórico de tentativa de suicídio, e essa mesma porcentagem diz se sentir preparada para esse tipo de atendimento. Ainda, 58,8% dos profissionais responderam ter tido durante o período de formação algum componente específico ou que abrangesse algo sobre o tema em questão. Ao se referir à formação profissional, 94,1% dos Psicólogos responderam sentir necessidade dessa formação para a atuação profissional.

Levando em consideração as diversas áreas em que o profissional da Psicologia poderá atuar e que poderá encontrar em qualquer ambiente em que esteja inserido pessoas com algum sofrimento em relação às demandas do suicídio, vê-se, então, a importância de profissionais do Estado de Santa Catarina, em ambas as áreas da saúde, de estudarem e de as instituições disponibilizarem maior tempo para debater e aprofundar sobre o fenômeno do suicídio, prevenção e pósvenção.

4.2 A FORMAÇÃO

Como será mencionado na categoria *O atendimento*, a grande maioria dos profissionais responderam se sentir preparados para atender às demandas do Suicídio, porém, quando perguntados sobre qual a opinião sobre a formação dos profissionais de psicologia para atender a essa demanda, muitos afirmaram que as universidades precisariam dar maior ênfase nessa temática, ou ainda que a formação acadêmica não prepara os profissionais para essa demanda, conforme os relatos a seguir:

Acredito que necessita-se de ênfase neste assunto, uma matéria somente sobre ele, pois os índices de suicídios estão altos e cada vez mais alarmantes. (PSI06).

Bastante superficial, acredito ser necessário abranger melhor as formas de tratamento para esses pacientes. (PSI07).

A formação acadêmica não nos prepara suficientemente para isso. (PSI08) (informações verbais).

A falta de preparo durante a formação acadêmica poderá fazer com que os profissionais tenham certa dificuldade para conduzir os atendimentos quando se trata do suicídio. Essa questão é vista por Angerami-Camon, Nicoletti e Chiattonne (2010), os quais afirmam que a dificuldade surgida nesse sentido se agrava com o fato de esses profissionais não terem, durante sua formação acadêmica, um espaço sequer no qual a questão da morte é abordada ou polemizada:

[...] A nossa formação não vem apresentando ênfase para a situação do suicídio, embora se saiba da importância do debate, bem como do aumento significativo dos casos. Os diálogos relacionados a essa temática faziam parte, em alguns momentos, de outras disciplinas do curso e/ou no estágio clínico quando nos deparávamos com alguma situação específica. No entanto, compreendo ser de extrema relevância a existência de disciplina e/ou outro método específico que abordasse com maior ênfase essa questão na grade curricular dos cursos de Psicologia, a fim de melhorar a formação acadêmica e capacitação profissional. (PSI09). Na experiência da minha formação, como já descrevi ficou a desejar o quesito suicídio, trabalhamos uma palestra e pudemos acompanhar uma colega na qual realizou trabalho com o mestre Edson, mas acredito que deveria ter uma matéria em específico, com preparação para sair

da academia mais reforçados para atender à demanda de ideação suicida. (PSI15) (informações verbais).

O questionário respondido pelos coordenadores demonstra essa realidade trazida pelos profissionais da Psicologia quanto à forma em que é passado o conhecimento sobre o tema suicídio. Dos coordenadores que participaram da pesquisa, 66,7% responderam que o curso oferece em algum momento da graduação componente específico sobre suicídio. Porém, quando questionados quanto à forma com que é trabalhada essa temática, trazem palestras, eventos e conscientização. Como item de estudo em disciplinas, traz um dos pesquisados: “Por meio dos componentes curriculares psicologia da saúde, estágio curricular, psicodiagnóstico, psicopatologia, técnicas de entrevista, entre outros, além de fóruns e discussões em semanas acadêmicas.” (COOD03) (informação verbal).

Como afirma Ximenes (2004 apud NASCIMENTO, 2011), pouco se fala sobre o manejo a partir do cuidar nas grades de formação de profissionais da área da saúde, para médicos, enfermeiros ou psicólogos. Pode-se ver essa realidade afirmada em um estudo desenvolvido em um hospital do Rio de Janeiro em que os profissionais da saúde que trabalham nesse ambiente não receberam algum tipo de treinamento ao longo de sua formação para lidar com pacientes que apresentassem alguma demanda referente ao suicídio, não pensando apenas no tratamento, mas em algo humanizado, como a questão do cuidar.

Ainda, no âmbito hospitalar, não falando apenas em relação aos profissionais da Psicologia, mas de uma forma geral em relação a todas as áreas da saúde, elas prezam igualmente pela vida, nesse sentido, os que atentam contra a própria vida vão contra os princípios dessas profissões, o que pode dificultar ainda mais a empatia com o cliente que está necessitando de acolhimento ou de um cuidado maior.

4.3 O ATENDIMENTO

Quando interrogados sobre os procedimentos em atendimento com uma pessoa com ideação suicida, pode-se constatar sobre as instituições:

Na verdade a formação acadêmica, deixou a desejar neste quesito. Em atendimento, acho que funciona mais como um malabarismo, pois você não tem os mestres para te guiar, porém seguiria na linhagem de promover as características boas da vida, o que de fato vai levar o paciente a ter ideação suicida identificado os pontos negativos e positivos da vida que esta levando, focando sempre na importancia da pessoa para o mundo e para sua rede (família, amigos). (PSI15), Precisaria vivenciar uma situação concreta para responder. (PSI12) (informações verbais).

A partir das falas em questão, é possível notar a insegurança do profissional para com essa forma de atendimento. Como afirma Loureiro (2006), ainda existem profissionais que não estão preparados para esse atendimento e acolhimento de pessoas com comportamento suicida, e quando esse indivíduo chega até a atenção básica ou até mesmo em hospitais, é tratado com um ar de repulsa, muitas vezes é visto como alguém que quer apenas chamar a atenção. Os profissionais não percebem ou sequer tentam identificar os fatores que podem estar por trás desse fenômeno.

Muitos profissionais da área da saúde demonstram medo em ser responsabilizados pela morte de um paciente, isso faz com que muitos profissionais evitem o trabalho com pessoas com potencial suicida. Além disso, os profissionais que aceitam trabalhar com essa demanda, por vezes em razão da insegurança, acabam por fazer um trabalho equivocado, com pouco embasamento (BOTEGA, 2015, p. 27).

Alguns profissionais demonstraram ter conhecimento quanto à forma de conduzir o atendimento em relação à demanda do suicídio, como se pode ver em algumas falas:

Tentativas de suicídio deveriam ser encaradas com seriedade, como um sinal de alerta revelando a atuação de fenômenos psicossociais complexos. Seria necessário fazer a escuta e investigar as causas da ideação suicida, pois quando isso ocorre a pessoa não quer se libertar da vida, mas sim do problema que está enfrentando, investigando sua causa

pode estar indo em busca do auxílio para a resolução do problema. (PSI01).

[...] Em um atendimento específico em que acompanhei, foi possibilitado o acolhimento tanto da paciente quanto dos familiares. Em orientação para os familiares, foi indicado os riscos que a paciente corria e a importância da vigilância naquele referido momento. (PSI04) (informações verbais).

Conforme Angerami-Camon (2004), muitos profissionais passam a atuar em serviços de emergência sem mesmo ter algum embasamento sobre assuntos voltados à morte, então, precisam atender a pessoas que buscam a morte por suicídio com o intuito de acabar com o sofrimento existencial.

Após a avaliação psicológica em que surge uma ideação suicida, entro em contato com a família ou pessoas próximas que posso solicitar alguns cuidados com o paciente. Realizo um encaminhamento com urgência para avaliação psiquiátrica. Dependendo da gravidade do Estado do paciente, histórico e sintomas que apresentar, encaminho para a emergência do hospital mais próximo para uma avaliação clínica e psiquiátrica. (PSI05) (informação verbal).

Deixar o paciente falar livremente tem um grande significado terapêutico. Porém, cada caso poderá ter maneiras de condução diferentes, ou seja, poderá ter pacientes que o profissional precisará ser mais ativo, questionando e propondo algum diálogo, e em alguns casos apenas se dispor a ouvir, e em ambos os casos receber o paciente sem julgamento e de forma receptiva será suficiente para acalmá-lo. (BOTEGA, 2015, p. 183).

Primeiramente, realizo uma escuta qualificada a fim de amenizar os sintomas, e trabalho aspectos de distorção cognitivos evidenciados. Também busco envolver a família na problematização, pois considero fundamental o respaldo e apoio familiar. Além disso, são desenvolvidas palestras, oficinas de interação grupal, as quais possibilitam a divisão e a troca de experiências. (PSI11) (informação verbal).

Conforme o que aponta Fukumitsu (2005), a pessoa com ideação suicida na realidade não está em busca da morte, ou seja, o ato suicida

é, como a autora traz, um pedido de ajuda, ou a busca de algo que dê sentido à sua existência. Cabe ao profissional da psicologia acolher essa pessoa e auxiliá-la a encontrar um novo sentido para a sua existência.

O profissional da Psicologia não terá chance de lutar sozinho para prevenir o suicídio, é necessário um trabalho em conjunto tanto com a família quanto com outros profissionais que acompanham a pessoa que esteja passando por esse fenômeno.

5 CONCLUSÃO

Com esta pesquisa foi possível verificar a percepção dos profissionais em relação ao período de formação referente ao fenômeno do suicídio e conseqüentemente quanto à forma de condução dos atendimentos, quando deparados com essa demanda.

Levando em consideração o que foi abordado no decorrer da revisão bibliográfica em que os índices de morte por suicídio estão cada vez mais alarmantes a ponto de serem considerados pela Organização Mundial da Saúde como um problema de saúde pública, ainda assim o tema suicídio é visto como um tabu, passando a ser abordado no período de formação em Psicologia como algo mascarado, não obtendo ênfase em uma questão que está afetando direta ou indiretamente pessoas em todo o mundo.

Por meio dos dados coletados e analisados, foi possível perceber a importância de esses profissionais buscarem conhecimento sobre o tema suicídio além do período de formação acadêmica. Todo profissional precisa estar ciente que em algum momento de sua atuação profissional poderá se deparar com as demandas do suicídio.

Com isso, com este artigo buscou-se incentivar e mostrar a importância de se discutir esse tema, principalmente em cursos voltados para a área da saúde, sendo esse um tema pouco abordado em instituições de ensino superior, mas, em contrapartida, tendo um grande impacto social nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

ABREU, K. P. et al. Comportamento suicida: fatores de risco e intervenções preventivas. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Porto Alegre, p. 195-200, 2010.

ANGERAMI-CAMON, V. A.; NICOLETTI, E. A.; CHIATTONE, H. B. de C. **O doente, a Psicologia e o Hospital**. 3. ed. atual. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ANGERAMI-CAMON, V. A. **Tendências em psicologia Hospitalar**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

BARBOSA, F. de O.; MACEDO, P. C. M.; SILVEIRA, R. M. C. da. Depressão e o Suicídio. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, jan./jun. 2011.

BOTEGA, N. J. Comportamento suicida: epidemiologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 231-236, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v25n3/0103-6564-pusp-25-03-0231.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

BOTEGA, N. J. **Crise suicida**: avaliação e manejo. Porto Alegre: Artmed, 2015. 302 p.

CLICRBS. Disponível em: <clicrbs.com.br>. Acesso em: 20 out. 2017.

FERREIRA JUNIOR, V. O comportamento suicida no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Psicologia**, Salvador, v. 2, n. 1, 2015.

FUKUMITSU, K. O. O psicoterapeuta diante do comportamento suicida. **Psicologia USP**, v. 25, n. 3, p. 270-275, 2014.

FUKUMITSU, K. O. **Suicídio e Psicoterapia**: Uma visão gestáltica. Campinas: Livro Pleno, 2005. (Série Gestalt Terapia).

LOUREIRO, R. M. Um possível olhar do comportamento suicida pelos profissionais da saúde. **Scientia Medica**, Porto Alegre: PUC-RS, v. 16, n. 2, 2006.

NASCIMENTO, A. P. P. do. **O cuidado prestado a pessoas que tentaram suicídio**: questões sobre a formação para o trabalho em saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Suicídio**. 2015. Disponível em: Acesso em: 20 out. 2017. Disponível em <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs398/es/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

SBEGHEN. E. P. D. **Uma compreensão fenomenológica da vivência dos enlutados do suicídio**. 2015. 109 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

SCHMITT, R. et al. Perfil epidemiológico do suicídio no extremo oeste do Estado de Santa Catarina, Brasil. **Rev. Psiquiatr.**, v. 30, n. 2, p. 115-123, 2008.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014**: os jovens do Brasil. Flacso: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

A INFLUÊNCIA DA QUALIDADE DAS RELAÇÕES CONJUGAIS NA SATISFAÇÃO DO CASAL

Cleocimar Aigner Paludo¹

Aline Canonica²

Ana Paola Grandó³

Fábio Augusto Lise⁴

RESUMO

Este é um Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia apresentado à Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê, vinculado à linha de pesquisa Psicologia, Saúde e Ambiente do Grupo de Pesquisa em Estudos da Saúde, Ambiente, Esporte e Sociedade. A qualidade das relações e a satisfação conjugal são conceitos em voga nos últimos anos da década de 2010. O compromisso matrimonial e a qualidade conjugal podem ser entendidos como parte integrante da subjetividade, satisfação e ajustamento de cada indivíduo em uma relação afetiva a dois. Com esta pesquisa de cunho qualitativo descritivo, objetivou-se analisar a qualidade das relações conjugais e a satisfação de casais. Nesse aspecto, para a coleta de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada com três casais pertencentes à região Oeste catarinense e, posteriormente, foi aplicada a Escala de Satisfação Conjugal (ESC) validada para o contexto nacional, para avaliar o grau de satisfação conjugal no relacionamento conjugal. Diante disso, foi possível observar que a maioria dos casais apresenta qualidade na relação conjugal, o que contribui para a satisfação, por meio de fatores como: estar casado com alguém que valoriza o companheiro e aprecia a presença do outro, e o compromisso com o casamento, o cônjuge

¹ Mestre em Psicologia e em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê e no Curso de Especialização em Terapia Familiar Sistêmica de Chapecó; Psicóloga Clínica; cleocimar.paludo@unoesc.edu.br

² Graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; alinecanonica@hotmail.com

³ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó e de Xanxerê; Psicóloga; ana.grando@unoesc.edu.br

⁴ Mestre em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos;; Professor no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó e de Xanxerê; Psicólogo; fabio.lise@unoesc.edu.br

e o significado do matrimônio. Já no que diz respeito à satisfação conjugal, a maioria dos casais apresentou grau alto de satisfação em afetividade (83%), compatibilidade (67%) e ajustamento financeiro (67%), e grau baixo em incongruência (67%). Assim, o contentamento nupcial fica na lacuna entre as expectativas e realidades existentes no casamento.

Palavras-chave: Satisfação conjugal. Qualidade das relações. Relacionamento conjugal.

1 INTRODUÇÃO

A frase “se casaram e foram felizes para sempre” pode ser encontrada no final de alguns dos principais contos de fadas infantis que revela o encontro de um parceiro perfeito e com o qual se constrói um relacionamento conjugal satisfatório. Essa relação matrimonial de qualidade pode ser um desejo almejado por muitos indivíduos quando decidem viver a dois e constituir uma afinidade de casal. Assim, a qualidade das relações é produto de variadas definições, que influenciam de forma direta na sua compreensão.

Nesse aspecto, busca-se um conceito único que seja capaz de abranger a qualidade afetiva em sua totalidade. No entanto, compreendê-la é um fator de importância para o casal, tanto em sua individualidade, quanto para o contexto marital, que é atravessado por valores tradicionais. A partir disso, o casamento, seguido pela conjugalidade, pode ser conspirado como uma forma de crescimento individual, em prol de tornar o parceiro uma extensão de si, na maneira de se relacionar, sem deixá-lo inexistente como pessoa (WAGNER; FALCKE, 2001).

Assim, a satisfação conjugal pode ser compreendida por meio da avaliação que o sujeito faz do seu relacionamento. Quando os cônjuges refletem sobre os ganhos e as perdas que possuem, são apontados e vistos na relação (WACHELKE et al., 2004). Desse modo, com o passar dos anos, as mudanças no relacionamento transformam-se em satisfação, na medida em que se impõe significado no comportamento a dois.

Desse modo, o presente estudo proporcionou caracterizar o relacionamento conjugal, identificar os fatores que contribuem para

a qualidade da relação do casal, além de avaliar o grau de satisfação matrimonial. Por outro lado, a entrevista semiestruturada, com o auxílio da Escala de Satisfação Conjugal, contribuiu para a percepção do funcionamento do casal e como estes avaliam e definem seu relacionamento. Assim, discorrer sobre as convivências torna-se instigante e necessário no estudo sobre a vida entre os cônjuges.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As informações relatadas no presente estudo resultaram de uma pesquisa qualitativa descritiva, em que os sujeitos foram três casais heterossexuais (seis pessoas) com mais de 20 anos de casados, residentes nos Municípios de Passos Maia (4,3 mil habitantes) e Vargeão (3.590 habitantes), Santa Catarina, pertencentes à Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI). Dessa maneira, para avaliar o relacionamento conjugal e a qualidade das relações conjugais, foi utilizada uma entrevista semiestruturada. E, ainda, para julgar o grau de Satisfação Conjugal, empregou-se uma Escala de Satisfação Conjugal (ESC), validada para o contexto nacional por Almeida e Fonseca (2016), composta por 20 questões, as quais foram subdivididas em quatro dimensões de análise, denominada compatibilidade, afetividade, incongruência e ajustamento financeiro. Para chegar aos casais utilizou-se a técnica bola de neve, e escolheu-se o primeiro casal por conveniência. Os casais foram denominados como Casal 1 (H1, M1), Casal 2 (H2, M2) e Casal 3 (H3, M3).

A análise da escala de satisfação conjugal (ESC) que atendeu à terceira dimensão de análise desta pesquisa, a satisfação conjugal, foi realizada mediante análise estatística. De acordo com Normando, Tjäderhane e Quintão (2010), a análise estatística dos resultados obtidos em um determinado estudo é uma ferramenta de importante relevância para que seja possível a validação dos dados, assim como uma apropriada extrapolação dos resultados obtidos de uma determinada população a ser estudada.

Nesse sentido, os cuidados éticos tomados constituíram-se do consentimento dos sujeitos participantes da pesquisa, por meio do Termo

de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), da garantia de sigilo e da submissão à aprovação do projeto desta pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc).

2.1 ASPECTOS RELEVANTES AOS CASAIS NO RELACIONAMENTO CONJUGAL

Sabe-se que o início do relacionamento conjugal é descrito como um estado de paixão, envolto na necessidade de estabelecer a fusão entre duas pessoas (ANTON, 2002). Possivelmente, possuem caminhos diferentes e se aproximam na busca do amar e do conhecer. Por esse motivo, percebem as expectativas depositadas sobre o outro e na união, olhando para o mundo externo de forma conjunta. A partir disso, um reforça e dá abertura ao outro, a fim de possibilitar a realização dos ideais e permitir a estruturação do relacionamento. Desse modo, habitua-se à vida conjunta constitui-se uma tarefa complexa, pois quando os indivíduos embarcam em uma relação de união assumem responsabilidades atribuídas por meio do processo de individualização e de predefinição de suas famílias de origem (pai/mãe). Por isso, o casamento contemporâneo é uma relação com intensa significação, e nessa relação está envolvida a afetividade e a intimidade (HINTZ, 1999).

Do mesmo modo, os casais pesquisados atribuíram ao casamento o significado de formar uma família, e representa “um compromisso que você tem todo dia com o outro.” (Casal 1, informação verbal). Os casais 2 e 3 evidenciam que o casamento é tudo e para sempre, sentimento de respeito um com o outro.

Por isso que sempre digo para meus filhos, olhem bem quem vocês vão escolher, porque não é para um dia ou dois, é para a vida inteira. (H3).

Ainda mais quando a gente tem filho, que nem os meus pais, nunca se separaram e criaram dez filhos, casaram, viveram juntos e morreram juntos. Então a gente teve um bom encaminhamento e a gente vê os casais que se separaram, os filhos ficam perdidos, não é fácil para os filhos seguirem um bom caminho. (M3) (informações verbais).

De acordo com Magalhães (1993) e Feres-Carneiro (1997), a vivência do relacionamento afetivo do casal reflete na forma como a união de seus pais foi experienciada. Baseados na influência da relação familiar, evidencia-se o papel fundamental que o parceiro representa no relacionamento conjugal dos casais entrevistados. Assim, o cônjuge representa uma pessoa importante, tornando-se pai/mãe de seus filhos, demonstrando confiança e representando ser tudo na vida do outro.

Da mesma maneira, o entrevistado H2 revela que sua esposa é a sua [...] companheira do dia a dia. A gente sempre está o dia inteiro junto. À noite, a nossa família se reúne com a presença dos filhos, onde a gente conversa, vê o que de bom podemos fazer um para o outro. A gente se acerta bem, a nossa convivência é boa.” (informação verbal). A partir desse relato, entende-se que os processos de comunicação facilitam a resiliência e trazem a clareza das informações para as situações de crise. As mensagens objetivas entre os cônjuges em seus relacionamentos podem auxiliar para um bom funcionamento familiar. No entanto, um discurso mal-interpretado pode gerar um transtorno ainda maior para a família. Se a mensagem transmitida for ambígua ou confusa pode aumentar a ansiedade e bloquear a compreensão do que ocorre, como ela aconteceu e o que pode ser esperado (OLSON; GORALL, 2003). Desse modo, no olhar dos casais pesquisados, a boa comunicação é de fundamental importância na resolução dos conflitos conjugais.

Assim, o respeito, o diálogo, a confiança e a ajuda mútua entre o casal são apontados como aspectos importantes para um relacionamento dar certo. Foi o que apontaram os pesquisados H2 e M1: “o mais prático é o diálogo, conversar sobre as coisas, combinar, ajudar o outro, porque se não tiver o diálogo e ela fazer algo que eu acho que não dá, eu já brigo com ela”, “A gente discorda, concorda e conversa [...] a gente discute, conversa e entra em um acordo.” (informações verbais).

Para Driver et al. (2016), os casais validadores falam de seus problemas, aceitam, apoiam e corroboram a ação de seu cônjuge. Geralmente, são amigos, e como características principais utilizam a expressão “nós” em vez de “eu ou você”. Segundo os entrevistados, o

casal também precisa casar os bens materiais para ter um relacionamento de qualidade. A partir disso, eles acreditam que em um relacionamento conjugal não deve ocorrer a distinção entre os meus e os seus bens. Isso pode ser visto na fala do Casal 3: “se não casar o dinheiro e cada um pegar o seu dinheiro e gastar onde quer, daí não precisa casar para isso.” (M3) “Na verdade, não pode ter desconfiança um no outro com relação ao uso do dinheiro [...] os dois tem que planejar juntos, se um faz de um jeito e o outro do seu jeito, daí já não dá certo.” (H3) (informações verbais).

Outro aspecto apontado pelos casais na relação conjugal é a infidelidade. Ela é um dos fatores mais temidos e devastadores em um casamento, e ao mesmo tempo, na grande maioria, a infidelidade é a justificativa mais aceita para o divórcio. Estudos realizados por Pittman (1994) buscam uma explicação para a traição, podendo não ser a pior ação que um parceiro faz ao outro, mas é capaz de destruir um relacionamento, porque não está envolto apenas no sexo, mas nas mentiras que são ditas ao parceiro. Corroborando Pittman (1994), declaram os casais pesquisados que a infidelidade rompe com a confiança entre os pares; eles consideram a traição e a mentira fatores impeditivos de um relacionamento de qualidade. “Eu acho que o que não pode acontecer em um relacionamento conjugal é a traição. Um tem que confiar no outro” (H2 e M2); “Traição por quê? Quem ama confia [...] e daí [...] é por isso que perde o outro, por causa disso aí! Traiu.” (H1) (informações verbais).

Por esse motivo, a traição, para muitos casais, significa a “quebra da confiança e o rompimento do acordo conjugal, ou de um contrato afetivo implícito ou explícito entre os parceiros durante o casamento ou o namoro.” (LEAL, 2005). Pode representar, também, o descumprimento de um acordo nupcial baseado no amor, na estima e no respeito mútuo entre os parceiros (PITTMAN, 1994).

Por outro lado, entende-se que é por intermédio das relações duradouras e satisfatórias que o sistema conjugal pode se transformar em refúgio, em relação aos estressores externos, e pode funcionar como base para o contato com outros sistemas sociais (MINUCHIN, 1990). Desse modo, foi observado que os casais pesquisados avaliaram o relacionamento

conjugal como satisfatório e propiciador de aprendizado e respeito. “Eu acho que eu aprendi muita coisa que eu não entendia [...], muita coisa mudou com o passar dos anos, mas, agora sou mais compreensiva, não sei se é porque a gente adquire uma idade e começa a entender mais um ao outro.” (M2, informação verbal). Dessa maneira, na maioria das vezes os indivíduos fazem movimentos sozinhos de crescimento, e compete ao casal ter criatividade de encontrar estratégias para que cada um siga seus movimentos de aprendizagem, sem que ocorra um rompimento conjugal. A relação pode ser provedora do crescimento pessoal e da aprendizagem, além das trocas diferenciadas de experiências pessoais.

Por isso, os casais indagados apresentam uma definição subjetiva do que é o amor e evidenciam que, quando há amor, existe respeito e confiança, fato constatado com a fala da Entrevistada M1, que enfatiza “A única coisa que mantém o amor é os dois se respeitando. Quando se tem amor, tem que se respeitar e se gostar, porque senão não tem como manter o amor.” (informação verbal). O Pesquisado H2 demonstrou que para manter o amor é necessária a sinceridade e buscar sempre “se manter sempre próximo um do outro, daí a gente convive. Difícil é ficar três dias longe um do outro, só quando algum vai passear longe e tem que ficar, mas é sempre junto praticamente.” (informação verbal).

Segundo Mira Lopez (2003), o amor entre o casal é um dos fatores que influenciam no desenvolvimento da qualidade nas relações conjugais e no significado atribuído à relação. Desse modo, manter um relacionamento capaz de superar a rotina do dia a dia, possuindo cada cônjuge seu espaço, é muitas vezes uma tarefa difícil. No entanto, para alguns casais, o difícil é ficar separados, mas com o decorrer do tempo, o significado da qualidade da relação é relacionado ao bem-estar dos cônjuges e de seus filhos. De acordo com Mosmann, Lomando e Wagner (2007), a qualidade é, em sua forma, o resultado interativo e dinâmico do casal, observado com a avaliação que cada um tem de sua união e do que é a qualidade matrimonial.

2.2 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A QUALIDADE DAS RELAÇÕES

Embasados nos estudos de Wagner e Falcke (2001), entende-se que a qualidade conjugal é o resultado dinâmico e interativo do casal, constituída na forma como cada um avalia as situações que vivenciam na união. Nesses fatores, são inúmeras variáveis envolvidas qualificando a relação matrimonial, como o respeito, a união, a comunicação, os filhos e a união da família, podendo ser obtidas por meio do conhecimento, além da autopercepção dos recursos pessoais nos processos adaptativos utilizados. No entanto, Mosmann (2007) relata que a bagagem herdada da família de origem pode contribuir e influenciar na qualidade conjugal. Ela inclui tudo o que cada um trouxe de sua família, ou seja, cultura, valores, crenças, expectativas, objetivos, características individuais, nível educacional e a fase do ciclo vital em que se encontra.

Nesse aspecto, um relacionamento pode ser percebido de uma forma por um indivíduo e totalmente o oposto pelo seu cônjuge e ambas serem consideradas boas (qualidade do relacionamento), mesmo que cada um esteja pouco satisfeito com ele (WACHELKE, 2004, p. 12). Por isso, o respeito, a confiança e a união da família em sua base conjugal são fatores considerados pelos entrevistados como propiciadores da qualidade do relacionamento. Em conformidade, o entrevistado H2 salienta que o casal precisa se conhecer em sua totalidade para o relacionamento conjugal ser de qualidade. “É o conhecimento que um tem do outro, a união e sem preconceito e inveja um do outro.” (H2, informação verbal). Assim, os casais entrevistados verbalizaram que admiram quando um casal sai juntos publicamente, a forma que agem com a família e como se respeitam.

Mosmann, Lomando e Wagner (2010) reiteram que a qualidade conjugal se relaciona de forma intrínseca, a forma pela qual utilizam a comunicação para resolver os desentendimentos. Quando não se consegue comunicar situações pessoais para o cônjuge, a relação se torna uma afinidade de casal, mas com membros desconhecidos. O segredo para que o relacionamento seja qualificador é cada um verbalizar o necessário e sentir que foi compreendido. Por esse motivo, torna-se necessário que

os casais consigam dialogar pessoalmente em contato mais afetivo, aceitando variadas opiniões, pois isso desfavorece o distanciamento entre eles. O casal C1 relata ter dificuldade em aceitar a existência de ideias certas ou erradas, mas, sim, pessoas diferentes que trazem em sua bagagem opiniões carregadas de valores e crenças familiares.

Os fatores considerados pelos pesquisados para a boa qualidade das relações conjugais são os filhos, a união e o trabalho. Isso foi evidenciado na fala dos entrevistados H2, o qual expõe que a qualidade deriva da união do casal, e M1, que relata: “eu acho que é a nossa união [...] unidos o que a gente pode fazer, o que não conseguimos deixamos, ficar tentando sempre, algumas vezes não dá certo.” (informação verbal). A partir disso, para o relacionamento ser de grande valia é necessário que exista a capacidade de realizar algo pelo outro e se doar. Na sequência da análise da pesquisa, o casal 3 apontou que os filhos e o trabalho contribuem para um casamento ser de qualidade. “Os filhos contribuem”, afirmou H3, e sua esposa complementou ao apontar que o trabalho contribui para o relacionamento conjugal ser considerado de qualidade “porque a gente está todo o dia trabalhando juntas essas coisas” (M3). Nesse sentido, o Casal 1 explicitou que para o relacionamento ser de qualidade é preciso “gostar muito da pessoa, e a gente se gosta.” (H1) (informações verbais).

No entanto, os fatores dificultantes para o bom relacionamento conjugal, na análise dos casais, encontra-se em exercer somente o papel de pais e esquecer o papel de marido e mulher. Nesse aspecto, quando o casal se transforma em pais, torna-se necessário reorganizar o seu estilo de vida, precisando aprender a ser cuidadores, o que exige uma grande disponibilidade por parte de ambos. Em muitas situações, por terem uma renda financeira inferior à do cônjuge, são as mulheres que deixam a carreira profissional em segundo plano, a fim de cuidar dos filhos. Entretanto, muitas vezes, a decisão não é tomada conjuntamente, podendo criar conflitos conjugais. Nögren (2002) afirma que a atenção antes focada somente no casal passa a ser dividida com os filhos, exigindo uma adaptação como mentores da família.

Desse modo, é possível observar que a qualidade conjugal está associada com a saúde e a qualidade de vida dos cônjuges. Embora alguns relacionamentos não durem um período satisfatório, não significa que não foi prazeroso. Costa (2005) enfatiza que a conjugalidade é de extrema importância para ocorrer o bem-estar biopsicossocial dos indivíduos e a satisfação conjugal.

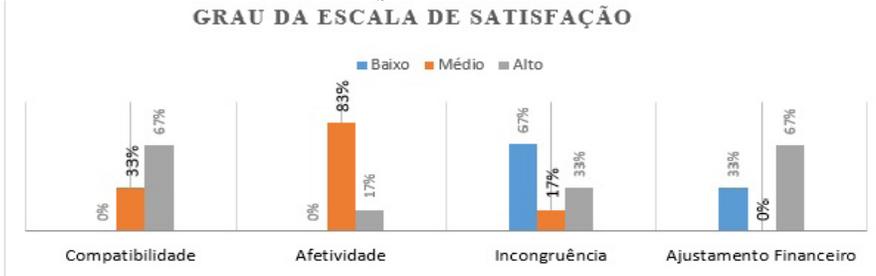
2.3 SATISFAÇÃO CONJUGAL

O que se pode pensar quando duas pessoas cientes do que buscam em um relacionamento afetivo, capazes de expressá-lo verbalmente, encontram-se e decidem casar-se? Na maioria das vezes, ambos acreditam que encontraram razões sensatas para escolher o parceiro, não percebendo que fizeram escolhas subjacentes para o casamento. Balint (1968) analisa que as escolhas, em certos casos, foram inacessíveis à decisão racional de matrimoniarem-se e, dessa forma, parece extraordinário acreditar que possa haver casamentos satisfatórios.

Por esse motivo, apresentam-se no Gráfico 1 indicações dos percentuais comparativos equivalentes às quatro dimensões de análises da Escala de Satisfação Conjugal. A primeira é denominada Compatibilidade do casal, que reúne o grau de compatibilidade, estando apresentada nos três graus de satisfação conjugal. Com isso, foi possível perceber que a maioria dos casais nas sentenças 1 e 3 indicou um grau alto de compatibilidade. Constatou-se que 67% dos pesquisados apresentaram grau alto em expressar que “Percebo que minhas preferências sexuais combinam com as preferências do(a) meu(minha) companheiro(a)”; “eu e meu(minha) companheiro(a) temos uma relação satisfatória.” No entanto, outros 33%, considerados grau médio, apontaram a relação com o(a) companheiro(a) insatisfatória. A partir disso, evidenciou-se que a compatibilidade do casal é uma das dimensões da satisfação conjugal e envolve o consenso, a compreensão, o sucesso na relação e o respeito. Ela se expressa na satisfação sexual e representa um papel essencial

na estruturação e manutenção da relação, sendo considerado o motor interno da conjugalidade (BOZON, 2006).

Gráfico 1 – Grau da Escala de Satisfação



Fonte: os autores.

Outra dimensão da satisfação conjugal é a afetividade (Gráfico 1). Ela é considerada um componente essencial no relacionamento, na medida em que supre as necessidades sociais dos cônjuges, por meio do convívio social, do respeito, amor, afeto e amizade, e também, com as pessoas com as quais se relaciona, como amigos e familiares (REGIS; PORTO, 2011). Constatou-se que os entrevistados apresentaram grau alto (83%) de afetividade em denominar a proximidade entre os cônjuges, como o vínculo amoroso e a intimidade entre o casal. As Sentenças 14, 2 e 9 (“Gosto de passar meu tempo livre ao lado do(a) meu(minha) companheiro; “Sinto-me atraída(o) pelo(a) meu(minha) companheiro(a); e “Amo o(a) meu(minha) companheiro(a) o suficiente para continuarmos juntos”) contribuem para a maioria dos pesquisados considerar a companhia do parceiro como fundamental além de amar e admirar. Um dos participantes, que representa 17% (grau baixo), discordou da Sentença 2 (“Sinto-me atraída(o) pelo(a) meu(minha) companheiro(o)”).

Desse modo, possuir uma afetividade forte entre o casal significa uma relação de afeto duradoura e profunda, com quem é possível compartilhar seus êxitos e fracassos, um valor que se refere aos aspectos tanto da vida social, quanto nos vínculos estabelecidos com a

família e no relacionamento íntimo, exigindo cuidado e afeto, além das tristezas e alegrias, como qualquer outra pessoa (SCHWARTZ, 1992). Contudo, os casais pesquisados indicaram que são capazes de manter a intimidade, harmonia e proximidade, correlacionando a satisfação conjugal, demonstrando-se satisfeitos.

A terceira dimensão, que compreende a incongruência do casal (Gráfico 1), envolve situações que não se relacionam com a ideia de que existe um conflito entre o casal, mas, sim, condiz com a forma como o casal armazena as emoções negativas diante das dificuldades em resolver as divergências, bem como o modo de se ajustar diante das problemáticas.

Nesse sentido, a palavra incongruência pode ser definida como o distanciamento, a falta de interação do casal e uma comunicação indigente. Os pesquisados demonstraram grau baixo (67%,) no que se refere à incongruência a dois. A partir disso, foi observado que a maioria dos analisados possui uma congruência considerada satisfatória, resolvem suas desavenças, sentem-se perto de seus companheiros, não se notam solitários e possuem assuntos para conversar em comum. Além disso, atribuíram uma pontuação baixa para a Sentença 11 (“Se conhecesse meu(minha) companheiro(a) como conheço agora, não teria me casado”). Ainda, dois atribuíram índices maiores de incongruência 17 % (grau médio) e 17% (grau alto) nas Sentenças 12, 5 e 17 “Eu e meu(minha) companheiro(a) temos dificuldade de resolver nossas desavenças”, “Sintome solitária(o), mesmo quando estou com meu(minha) companheiro(a)” e “Eu e meu(minha) companheiro(a) não temos muitos assuntos em comum para conversar”).

Na sequência, encontra-se a quarta dimensão, a qual diz respeito à satisfação conjugal, relacionada ao ajustamento financeiro. Pode ser observado que os fatores que contribuem para a manutenção do equilíbrio da relação conjugal são o diálogo, a flexibilidade e o respeito. (GARBIN; CECIN; LUZ, 2015). As sentenças indicadoras da acomodação financeira envolvem as despesas mensais, os gastos do companheiro e a capacidade de economizar, tendo a responsabilidade de não gastar mais do que ganham, de acordo com as Sentenças 19 e 20 (“Pagamos todas

as despesas mensais dentro do prazo”, “Em relação às finanças confio em meu(minha) companheiro(a)”. A partir disso, observou-se que a maioria dos participantes (67%) apresentou grau alto, e afirmaram que conseguem cumprir as tarefas relacionadas ao financeiro. Enquanto 33,32% dos entrevistados (grau médio) não conseguem organizar, confiar no parceiro, economizar para planos futuros e pagar as despesas dentro do prazo previsto.

Por isso, a harmonia com as atividades exercidas por cada um traz maior qualidade na relação amorosa. Em contrapartida, os casais que provêm de um baixo índice financeiro podem apresentar menor qualidade conjugal. Por outro lado, os filhos também fazem parte dessa variável, pois os casais que não os possuem proporcionam maior ajustamento, comparados aos que têm. Norgren et al. (2004) relatam que a satisfação do casamento pode se modificar assim, como a forma de relação do casal com o passar dos anos de convivência. Isso porque o contentamento conjugal compreende variáveis que podem influenciar no decorrer da transição do ciclo vital, podendo permanecer um longo período juntos, não significando que estejam satisfeitos ou possuam um bom relacionamento.

5 CONCLUSÃO

Neste estudo foi possível analisar que a influência da qualidade das relações conjugais na satisfação conjugal pode influenciar a forma como o casal avalia o seu relacionamento. Dependendo do momento que vivenciam em seu casamento, podem atribuir a satisfação como positiva ou negativa, considerando que a satisfação possui inúmeras definições e entre elas se encontra o início do relacionamento conjugal (NORGREN et al., 2004; MOSMANN, 2007; FERES-CARNEIRO; DINIZ NETO, 2010). Esses resultados partem de casais com mais de 20 anos de casados.

Foi possível evidenciar que os casais indagados caracterizaram e atribuíram ao seu relacionamento a obrigatoriedade de formar uma ascendência, sendo o parceiro fundamental no processo de constituição.

Desse modo, foi possível verificar que os fatores que contribuem para a qualidade das relações matrimoniais podem ser percebidos pela forma com que conduzem e avaliam o relacionamento, provocando a reflexão dos cônjuges no que diz respeito aos ganhos e as perdas que possuem durante a convivência afetiva.

A satisfação conjugal analisada neste estudo é caracterizada pelas influências, às quais os casais são expostos e que consideram como satisfatórias ou insatisfatórias em seus relacionamentos. Com a avaliação do grau de satisfação conjugal foi possível perceber que os casais pesquisados apresentam um grau alto de compatibilidade, constatando-se grau alto de afetividade, proximidade e vínculo amoroso; grau médio em ajustamento financeiro, comprovando que o nível socioeconômico é outra variável que influencia de forma direta na qualidade das relações; e grau baixo em incongruência, evidenciando que são congruentes, o que proporciona uma satisfação conjugal.

Acredita-se que novas pesquisas possam ser realizadas com casais que possuem um menor tempo de união conjugal. Por isso, tornam-se relevantes novos estudos referentes à vida íntima dos cônjuges, a fim de analisar a satisfação conjugal e sexual dos casais em diferentes fases do relacionamento conjugal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. A.; FONSECA, P. N. **Satisfação conjugal e valores humanos dos casais de famílias intactas e recasadas**. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia Social)–Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, fev. 2016.

ANTON, I. L.C. **Homem e mulher- seus vínculos secretos**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BALINT, Michael. **Il difetto fondamentale**: Aspetti terapeutici della regressione. Milano: Cortina, 1968.

BOZON, M. Sexualidade e Conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França Contemporânea. **Cadernos Pagu**, v. 20, 2006.

DINIZ-NETO, O.; FÉRES-CARNEIRO, T. Psicoterapia de casal na pós-modernidade: Rupturas e possibilidades. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 22, n. 2, 2005.

DRIVER, J. et al. Interação do casal em casamentos com altos baixos níveis de Satisfação. In: WALSH, F. **Processos normativos da família: diversidade e complexidade**. 4. ed. Porto Alegre, Artmed, 2016.

FÉRES-CARNEIRO, T. **Escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade**. Psicologia: reflexão e crítica. n.10 v.2, 354-36 1997.

GARBIN, A. de S.; CENCI, C. M. B.; LUZ, S. K. Dinheiro e conjugalidade. **IMED**, n. 7, v. 1, 2015.

HINTZ, H. C. Dinâmica da Interação do Casal. **Pensando Famílias**, v. 1, n. 1. 1999.

LEAL, A. R. **Infidelidade na ótica de terapeutas de casal**. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea)–Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2005.

MAGALHÃES, A. S. **Individualismo e conjugalidade**: Um estudo sobre o casamento contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

MINUCHIN, S. **Famílias – funcionamento e tratamento**. Artes Médicas. Porto Alegre 1990.

MIRA Y LÓPEZ, E. **Quatro gigantes da alma**: o medo, a ira, o amor, o dever. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

MOSMANN, C. **A qualidade conjugal e os estilos educativos parentais**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MOSMANN, C. P.; LOMANDO, E.; WAGNER, A. Coesão e adaptabilidade conjugal em homens e mulheres hetero e homossexuais. **Barbarói**, n. 33, p. 135-152, ago./dez. 2010.

NORGREN, M. B. P. et al. Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, p. 575-584, 2004.

NORMANDO, D.; TJADERHANE, L.; QUINTÃO, C. C. A. A escolha do teste estatístico. Um tutorial em forma de powerpoint. **Dental Press J. Orthoud.**, n. 1, v. 15, p. 101-106, jan./fev. 2010.

OLSON, D. H.; GORALL, D. M. Circumplex model of marital and family system. In: WALSH, F. (Ed.). **Normal Family Processes**. New York: Guilford, 2003.

PITTMAN, F. **Mentiras Privadas**: a infidelidade e a traição da intimidade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

RÉGIS, L. F. L. V.; PORTO, I. S. Necessidades humanas básicas dos profissionais de enfermagem: situações de (in)satisfação no trabalho. **Revista Escola de Enfermagem**, São Paulo: USP, v. 45, n. 2, abr. 2011.

SCHWARTZ, S. H. Universals in the context and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In: ZANNA, M. (Org.). **Advances in experimental social psychology**. Orlando: Academic Press, 1992. v. 25. p. 1-65.

WAGNER, A.; FALCKE, D. Satisfação conjugal e transgeracionalidade: Uma revisão teórica sobre o tema. **Psicologia Clínica**, v. 13, n. 2, p. 1-15, 2001.

A VIVÊNCIA E A PERCEPÇÃO DOS FAMILIARES DOS PACIENTES ONCOLÓGICOS

Iasmini Fatima Rosa¹
Edson Pilger Dias Sbeghen²

RESUMO

Neste estudo teve-se como objetivo compreender como os familiares de pacientes oncológicos vivenciam essa doença, considerando que o câncer, além de afetar o paciente, causa impactos na sua vida e dinâmica familiar. Como esses familiares cuidadores passaram por essa situação, quais foram as estratégias de enfrentamento da doença? O que o câncer significa para eles? Esses foram alguns dos questionamentos que delinearão esta pesquisa. Foi realizado um estudo de caso múltiplo, e quatro sujeitos participaram da pesquisa. Cada caso trazido a partir da entrevista semi-estruturada foi analisado para posterior compreensão por análise de conteúdo e foram separadas por unidades de análise, as quais foram analisadas com base na abordagem Gestalt-terapia. Por meio deste estudo pode-se analisar o que essa doença causa no meio familiar e como o impacto do diagnóstico causa mudança repentina na vida das pessoas próximas ao diagnosticado, sendo os familiares uma âncora para auxiliar no enfrentamento da doença, e apresenta-se principalmente a importância do apoio ao familiar cuidador.

Palavras-chave: Pacientes oncológicos. Impacto. Familiares cuidadores.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como temática a vivência e a percepção dos familiares dos pacientes oncológicos e visa compreender: como os familiares receberam esse diagnóstico? Quais são as percepções dos

¹ Graduanda no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; iasmini_rosa@hotmail.com

² Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina; Psicólogo; edson.dias@unoesc.edu.br

familiares sobre a doença? E quais as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos familiares para lidar com essa situação em que o paciente se encontra? Essas inquietações são o que direcionará esta pesquisa.

Tendo em vista os crescentes índices de casos de pessoas diagnosticadas com câncer, é de grande importância que os profissionais da psicologia estejam preparados para atender a essa demanda, visto que o câncer não afeta somente o paciente diagnosticado, mas também o seu contexto familiar.

Nesse sentido, o presente artigo poderá auxiliar os profissionais da psicologia a analisar o processo de saúde e doença, no qual não é somente o paciente que adoece, mas quem está como seu cuidador (na maioria das vezes familiares) e que sofre também os impactos da doença, por meio de conhecimentos científicos, para orientarem a maneira de cuidar e acompanhar os familiares dos pacientes diagnosticados com câncer. Para isso relatam-se dados de uma pesquisa qualitativa e exploratória tendo como contribuição teórica o aporte da Gestalt terapia.

2 COMPREENDENDO O CÂNCER

De acordo com Prado (2014), o câncer é "uma doença silenciosa que afeta as pessoas do mundo industrializado [...] era menos frequente há um século." Os fatores que podem causar o câncer são vários, como ambientais e genéticos, e o tumor podem surgir em qualquer parte do organismo.

O câncer é uma doença estigmatizada e ainda é considerado sinônimo de morte. O estigma é algo que se encontra arraigado às pessoas. Estar com câncer pode determinar discriminação e rejeição social, desde o âmbito familiar até as atividades produtivas, em que o indivíduo, além de vivenciar a situação da doença em si, necessita enfrentar o descrédito social e a necessidade de ser cuidado.

Conforme Vieira, Lopes e Shimo (2005, p. 4) "as representações associadas ao câncer são, na sua grande maioria negativa, e associadas a algo cruel, destrutivo." Com o avanço global, os processos de urbanização

estão cada vez mais acelerados, e a poluição, os produtos industrializados, o cigarro, etc. acabam acelerando as causas de adoecimento e morte.

2.1 TRATAMENTOS REALIZADOS PELOS PACIENTES ONCOLÓGICOS

Os trabalhos feitos em torno das prevenções, muitas vezes, afastam as pessoas pelo medo de encontrarem algo, como Camon, Chiattonne e Nicolotti (1996, p. 105) afirmam: “comportamentos de esquiva e horror ao câncer não favorecem as campanhas preventivas, mas, ao contrário, afastam as pessoas de exames regulares que poderiam, com certeza, evitar quadros graves e disseminados.”

Segundo Camon (2011, p. 83), “o tratamento do câncer é feito por meio de uma ou várias modalidades combinadas. A principal é a cirurgia, que pode ser empregada em conjunto com a radioterapia e/ou quimioterapia.” O tratamento deve ser seguido diretamente por um médico, pois é ele quem decidirá sobre o tratamento adequado de acordo com o tipo de câncer e sua localização.

Camon (2011, p. 83) aponta que “alguns procedimentos cirúrgicos podem ser mutilantes e ficarem visíveis, por exemplo, na região da cabeça e pescoço, ou amputação de membros.” Uma das principais formas de eliminar o câncer do organismo é por meio de a cirurgia, na qual o tumor é removido totalmente.

“Quimioterapia é um tratamento que utiliza medicamentos para destruir as células doentes que formam um tumor. Dentro do corpo humano, cada medicamento age de uma maneira diferente.” (INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER, 2016, p. 1). A quimioterapia é o método mais utilizado no tratamento de cura ou controle do câncer, de acordo com os estágios da doença, impedindo que as células cancerosas se espalhem.

A radioterapia é utilizada quando não há outro meio a ser utilizado, como uma terapia alternativa e em casos mais avançados da doença, fazendo com que seja interrompido o crescimento das células

cancerígenas e normais. Straub (2014, p. 302) descreve que “a radioterapia pode ser usada para encolher um tumor antes da cirurgia ou após uma cirurgia, para impedir o crescimento de quaisquer células cancerosas que tenham permanecido.”

2.2 CÂNCER, PSICO-ONCOLOGIA E FAMÍLIA

Tomar cuidados com a família do paciente com câncer torna-se essencial, pois quando um familiar é diagnosticado com câncer a família inteira sente-se preocupada com o paciente. “O câncer é uma doença familiar, não sob o ponto de vista genético, mas pelo impacto que provoca. Quando um membro da família é diagnosticado, todos os familiares são tocados.” (BARRETO; AMORIM, 2010, p. 463).

A família precisa, assim, fazer novos conceitos, criar novas rotinas para adaptar-se nessa nova realidade não planejada. “O câncer é uma doença percebida no senso comum como incurável, perigosa e horrível, além de provocar a morte após longo sofrimento e com isso transtornos em todo o contexto familiar.” (SALCI; MARCON, 2011b, p. 180).

O papel exercido pelo profissional da psicologia não está somente relacionado a atender o paciente oncológico, o trabalho também está voltado aos familiares que estão mais presentes nesse processo de enfrentamento do câncer, fazendo com que os sintomas tanto físicos quanto emocionais sejam reduzidos. De acordo com Venâncio (2004, p. 4):

A atuação do psicólogo não se restringe ao paciente oncológico. É imprescindível incluir a família no atendimento, já que são personagens fundamentais no auxílio aos pacientes para o enfrentamento da doença. Na medida em que tenha suporte, a família pode se tornar aliada permanente não só do paciente, como também da própria equipe de saúde.

Os pacientes e familiares submetidos a atendimento psicológico durante o tratamento do câncer têm grandes benefícios em relação a sua saúde em geral, pois recebem auxílio no processo de aceitar os

efeitos causados pelos tratamentos, e também apresentam melhora no seu círculo de convivência. Assim, pode-se assegurar a importância do profissional da psicologia com esses pacientes e principalmente com seus familiares, que necessitam de cuidados prioritários, principalmente de fala e escuta, e de um acolhimento naquele momento.

3 MÉTODO

Para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados foi realizada uma pesquisa qualitativa exploratória, com enfoque nos detalhes trazidos pelos entrevistados, que são de grande importância para a realização deste estudo.

O objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. “Ao final de uma pesquisa exploratória, você conhecerá mais sobre aquele assunto, e estará apto a construir hipóteses.” (SANTOS, 2002 p. 1).

Os participantes da pesquisa foram quatro familiares, maiores de 18 anos, que possuem um familiar diagnosticado com câncer e que acompanharam o paciente nas fases de diagnóstico e tratamento. Teve-se como critério de inclusão residir no Oeste de Santa Catarina, ser familiar de um paciente oncológico e ter acompanhado o processo de diagnóstico e tratamento do mesmo.

Tabela 1 – Dados de identificação dos sujeitos da pesquisa

Entrevistado	Nome Fictício	Idade (anos)	Grau de parentesco
Entrevistado 1	Maria	53	Esposa
Entrevistado 2	Roberta	28	Filha
Entrevistado 3	Salete	23	Filha
Entrevistado 4	Carla	25	Filha

Fonte: os autores.

Para chegar até os colaboradores deste estudo, foi utilizado o método *snowball* (bola de neve), que consiste em acionar a rede de relacionamento do pesquisador sobre os objetivos da pesquisa, os critérios

de inclusão e solicitar indicações de possíveis participantes da pesquisa. “O método de amostragem em bola de neve permite ao pesquisador encontrar populações que ele não conseguiria através de outros métodos”, (DEWES, 2013, p. 13) e é realizado por meio de indicação de outras pessoas que possam estar no mesmo processo para participarem da pesquisa, podendo facilitar o processo de busca por mais informações acerca da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada em duas fases, primeiramente foi entrado em contato com as pessoas que tiveram interesse na pesquisa e com as que foram indicadas posteriormente pelos participantes, e foram explicados os objetivos da pesquisa, e solicitada confirmação sobre o interesse em participar. Aos que aceitaram foi agendada uma entrevista com questões semiestruturadas e norteadoras com o familiar do paciente oncológico. As entrevistas foram feitas individualmente por agendamento. Ressalta-se que nessa ocasião foram explicados pessoalmente os objetivos e solicitou-se que os participantes assinassem o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e o termo para uso de gravador de áudio para que após a entrevista o áudio fosse transcrito e incluso no relatório.

O procedimento utilizado para melhor compreensão foi pela análise de conteúdo. “A análise de conteúdo permite ao pesquisador o entendimento das representações que o indivíduo apresenta em relação a sua realidade e a interpretação que faz dos significados a sua volta.” (SILVA; GOBBI; SIMÃO; 2005, p. 74). A partir dessa análise, será possível compreender a vivência dos familiares em relação à doença e como eles a enfrentaram juntamente com o paciente. O tempo estimado de duração de cada entrevista pode variar de pessoa para pessoa, dependendo das situações trazidas pelo entrevistado que irão servir de acréscimo na pesquisa.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Foram criadas categorias a partir dos objetivos da pesquisa, para que pudessem ser respondidos de acordo com o delineamento da

pesquisa. Foram utilizados nomes fictícios (Maria, Roberta, Salete e Carla) para proteger a identidade dos entrevistados.

4.1 COMO OS FAMILIARES RECEBERAM A NOTÍCIA DE QUE UM FAMILIAR FOI DIAGNOSTICADO COM CÂNCER

Quando um familiar é diagnosticado a família sente-se impotente e no momento não sabe como agir diante da notícia, e muitas vezes acaba escondendo a realidade para o paciente pelo fato de não saber lidar com a situação. O impacto que a descoberta da doença causa na família é de desespero, e na descoberta o que predomina são os pensamentos negativos.

Na hora foi um choque [...] é mesma coisa que jogar um balde de água fria, não tem explicar, termina, a pessoa fica arrasada. A primeira reação da gente é que parece que o mundo acaba quando se recebe essa notícia, é muito triste essa notícia. É que a palavra câncer né, termina, só quem passa assim pra saber [...] você vive aquilo [...] Não é fácil, abala muito a parte psicológica, abala toda a família, como tu disse, a gente é uma família bastante unida. (Maria).

Foi difícil no descobrir, porque já vem um monte de coisa na cabeça né, tu sabe que tem que ter força, tirar força de onde você não tem, só na verdade Deus te dá força, e tem que passar força pra mãe, pra que a mãe não decaísse também né. (Roberta) (Informações verbais).

Segundo Ambrósio e Santos (2011), entre a descoberta e o início do tratamento, a morte passa a ser algo que vive nos pensamentos dos familiares, pois até iniciar do tratamento, o organismo não tem como combater o câncer, está fragilizado pela doença e não tem como controlar e a morte pode acontecer a qualquer momento. Como a entrevistada Salete:

Então no começo a gente ficou muito preocupado, eu só tinha vontade de chorar, a mãe também, a gente ficou bem assustado, por mais que você não queira você sempre pensa pelo pior. Eu sempre via o câncer como uma doença que matava, uma doença perigosa, sabe, sempre tive

muito medo que isso acontecesse com a minha família, e aconteceu. (Salette, informação verbal).

A eminência da morte começa a fazer parte dos pensamentos e da rotina, não somente dos familiares, mas o paciente também fica ciente sobre a doença e o que ela pode causar.

Encarnação Farinasso (2014) afirmaram que a saúde mental dos que estão envolvidos com o tratamento e cuidados é fortemente afetada. Muitas vezes a falta de tratamento imediato e a espera pelo tratamento – que às vezes é longa – fazem com que os familiares se sintam mais fragilizados, pois a espera pode causar aumento do tumor, piorando a situação do paciente. Como disse a entrevistada Roberta: “que ainda ele disse pra não esperar muito, quanto mais espera é pior, e a agonia”, e a entrevistada Maria: “mas esse período de durou uns 30 dias e vai deixando a gente [...] Porque daí não tem certeza do que é, e ele cada vez pior.” (informações verbais).

O impacto não acontece somente por o paciente ter câncer, outro fator que impacta são os tratamentos a serem feitos após a descoberta. Segundo Burille et al. (2008), quando é necessário fazer os tratamentos quimioterápicos, um novo impacto desestrutura a família e o paciente, abalando todos psicologicamente. Muitas vezes os pacientes para quem somente a cirurgia não é suficiente são submetidos aos outros tratamentos e acabam rejeitando-os, como a entrevistada Salette diz:

Tinha bastante rejeição sim, se fosse preciso fazer a quimioterapia, a radioterapia, percebo que por mais que ela tinha bastante apoio, todo mundo ajudava e tinha que fazer o que fosse preciso, fazer o melhor, eu percebo que ela tinha rejeição sim, se ela precisasse fazer as radioterapias e a quimioterapia. (Informação verbal).

A vida cotidiana do familiar é diretamente influenciada, as necessidades de cuidados impostas pelo tratamento fazem com que a qualidade de vida do cuidador diminua, pois a preocupação pelo paciente se torna constante.

Assim como Visoná, Prevedello e Souza, (2012) afirmam, por mais que o prognóstico seja ruim, os medos, anseios e ansiedades são os mesmos, e junto com esse turbilhão a esperança de que tudo dará certo sempre permanecesse.

O medo, ansiedade, angústia, porque por mais que você sabia que estava com bons médicos, você fica preocupado e não sabe o que vai ser dali pra frente [...] a gente parou e pensou, não, vamos enfrentar, vamos fazer o que for necessária, para melhorar, que a gente pensou, que era fazer o melhor, pra mãe tá ficando bem. (Salette, informação verbal).

Essa fala traduz o que se passa no momento em que o diagnóstico é confirmado, e como a esperança de que sua mãe ficasse bem estava sempre nas tomadas de decisões.

4.2 QUAIS SÃO AS PERCEPÇÕES DOS FAMILIARES SOBRE A DOENÇA APÓS O TRATAMENTO

Muniz et al (2009) expressam que a partir do momento em que toda a desestruturação causada pela enfermidade causada pela doença começa a ser reorganizada, o câncer começa a ser tratado como normal. Com a rotina voltando ao normal e com o tratamento adequado sendo realizado, aos poucos a família começa a tratar o câncer de maneira normal, como uma doença normal.

E depois também ao mesmo tempo você vê que não é tudo aquilo, é complicado, mas também não é uma coisa impossível, vai ficando normal, agora a gente está levando uma vida normal, e até os médicos diziam que sempre é pra ele levar a vida normal, que não era nada diferente de nada. (Maria , informação verbal).

Segundo Batista, Mattos e Silva, (2015), com o diagnóstico feito precocemente, fazendo o tratamento adequado desde cedo, inibindo o crescimento do tumor, a taxa de cura do paciente é maior. *“Cada câncer é um câncer, mas o tratamento do pai, a gente pegou bem no início.”* (Maria) *“Mas*

hoje eu vejo que, se você descobrir antes, e seguir o tratamento, fazendo tudo o que for preciso, você consegue melhorar né.”(Salette) (Informações verbais).

4.3 QUAIS AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO UTILIZADAS PELOS FAMILIARES PARA LIDAR COM A SITUAÇÃO DO CÂNCER

De acordo com Bonomo et al. (2015), a família acaba se tornando a principal rede de apoio ao paciente em todas as fases de tratamento, assim, os familiares mais próximos é que se encarregam de cuidar do paciente. E essa união acaba se tornando uma as estratégias de enfrentamento mais importantes, pois com a mudança na rotina, os familiares dedicam maior parte do seu tempo aos cuidados com o paciente.

A ajuda da família é muito importante, eu acho que a pessoa que está meio sozinho não sei se resiste, por mais que tenha, se não tiver um acompanhamento de família ou alguém próximo, vizinho que te ajude. [...] as vezes os vizinhos vinham, e era tão bom né, às vezes passava domingos aqui que nem cachorro [...] e nós ficava com a cabeça a mil né, no outro dia tinha exame, ou alguma outra coisa pra fazer, dai chegava alguém e distraia com assunto, ou contava uma história e tal, então é muito bom isso né a ajuda das pessoas que tão ao redor né, a preocupação. (Maria, informação verbal).

Segundo Batista, Mattos e Silva (2015), o apoio familiar traz ao paciente sensação de estar seguro e forte para enfrentar o tratamento, aumentando os laços de união na família, minimizando os sofrimentos causados pela doença.

Ele perdeu 22 quilos, tinha vergonha de sair. Estava sem cabelos, os olhos lá no fundo, não parava de pé quase, mas continuamos aguentando firme, todas nós, as meninas, eu ajudei, cuidamos muito bem, porque se fosse meio assim, não sei se ele estava aqui ainda. A pessoa que tem essa doença precisa de muita atenção, muito carinho, autoestima. (Maria, informação verbal).

Silva, Gobbi e Simão (2015) apontam também que durante o tratamento, o suporte da família é essencial para que o paciente não desista do tratamento.

Ficamos mais unidos, entre nós, eu, ela e meu padrasto, a gente teve muito apoio, não só de nós, mas de toda família, deu muito apoio pra ela, os amigos, vizinhos, e isso foi bem importante, sabe, a casa estava cheia de amigos, a gente sempre estava rodeada de amigos que iam lá pra dar força, pra ajudar.

A família ainda pode criar outras estratégias de enfrentamento, como Sette e Gradvohl (2014) trazem que o não falar muito sobre a doença traz uma estratégia de conforto, que não é necessário lidar com essa condição da doença que pode levar à morte.

Um paciente é diferente de outro. Tem que ter fé, e procurar falar pouco da doença, passou. (Maria).

Bom o câncer hoje é uma palavra que a gente nem gosta de falar muito na nossa família, depois já, minha mãe teve, minha vó teve, teve uma outra tia da minha mãe que teve, então, é uma coisa que bate bastante, que a gente sente muito ao falar nessa palavra, mas que a gente encara o câncer hoje como uma vitória. (Carla) (Informações verbais).

Durante o tratamento, o apego à fé se torna uma das formas de enfrentamento mais presentes, os pedidos de cura e de força são feitos sempre, como Bonomo et al. (2015) afirma: para minimizar o sofrimento causado e para aumentar a esperança no tratamento, o apego a Deus e a fé aumentam. O pedido de auxílio não é somente à melhoria do estado de saúde do paciente, mas também aos que auxiliam nessa recuperação.

Mas graças a Deus, Deus deu forças e a gente está aí, passou, passou, meu Deus, não é fácil, só pra quem passa mesmo por isso pra saber, não é fácil. [...] só de deus mesmo, rezava direto pedia pra Deus pra que ela ficasse boa logo, e hoje graças a Deus, está boa, já está trabalhando. (Roberta).

E a entrevistada Maria:

São coisas que a gente não sabe explicar, que pra uns é de um jeito, pra outros é de outro, e... Mas Deus deu essa chance de fazer o tratamento e se curar é porque vai se cuidar agora. [...] Pedir que Deus ajudasse, e que ilumine a mão dos médicos, desde você que é psicóloga, que ilumine todas vocês porque o paciente está lá feito um trapo. (Maria) (Informações verbais).

O otimismo favorece no tratamento, pois quando é bem aceito não há motivos para que aconteçam desistências. Segundo Alves (2013), o otimismo se torna outra estratégia, que auxilia positivamente nos tratamentos. Assim, a entrevistada Maria cita: “enquanto houver vida, há luta, tem que lutar pela vida, não pode dizer que vou desistir, até que tenha vida, não existe um médico desenganado que vem dizer que não vai mais ter.”

A partir das unidades analisadas, foi possível apresentar as falas em que os entrevistados expõem suas experiências com o convívio com essa doença na família. Cita-se que nas falas da entrevistada Maria, que foi a única que teve acompanhamento psicológico no decorrer do tratamento do marido, foi possível perceber como ela age e fala sobre a doença de uma forma mais tranquila, aceitando a doença com mais facilidade e, assim, auxiliando o paciente, que precisava de auxílio e ajuda para seguir o tratamento.

5 CONCLUSÃO

A partir dos resultados obtidos neste estudo, com os resultados obtidos foi possível compreender alguns dos sentimentos vivenciados pelos familiares das pessoas diagnosticadas com câncer, e de que forma a doença afeta todo o contexto familiar, o qual precisa ser reorganizado para dar suporte ao paciente. Quando o paciente é diagnosticado com câncer, junto com o diagnóstico surgem as incertezas sobre o que está por vir em razão dos tratamentos que devem ser feitos.

Assim, neste estudo buscou-se compreender as vivências dos familiares acerca do câncer; a pesquisa trouxe as experiências de familiares que acompanharam o processo de tratamento com o paciente, e a partir dela pode-se compreender que não é somente o paciente que sofre, o familiar muitas vezes precisa demonstrar ao paciente força, mesmo não tendo de onde tirá-la, visto que o impacto que essa notícia traz à família é devastador, e como possui o fator genético, acaba assustando ainda mais o familiar, que poderá um dia se tornar paciente e precisará novamente passar pelo sofrimento trazido pela doença. Quando o profissional da psicologia está atuante no processo juntamente com a família do paciente, é possível que esta consiga expor seus sentimentos a respeito da doença. Atuando como um facilitador do processo de aceitação da doença e dos tratamentos que serão necessários, auxiliando cada indivíduo de acordo com sua necessidade, trabalhando formas de como conviver e vivenciar a doença de uma forma melhor. Existe grande importância do papel do psicólogo atuante nesse processo de adoecimento, por meio da escuta e do acolhimento, o que permite que os familiares possam, com esse acompanhamento, auxiliar da melhor forma o paciente que necessita de ajuda.

A partir desta pesquisa, que foi de grande valia, sugere-se que outras pesquisas em relação a essa temática sejam desenvolvidas, pois há pouca pesquisa sobre o tema, e uma sugestão é a de como o familiar vivencia o câncer caso o paciente venha a óbito antes do término do tratamento, pois nesta pesquisa todos os familiares dos entrevistados resistiram aos tratamentos e estão curados.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. R. B. O impacto da doença oncológica na família. **O portal dos psicólogos**, 2013.

AMBRÓSIO, D. C. M.; SANTOS, M. A. dos. Vivências de Familiares de Mulheres com Câncer de Mama: Uma Compreensão Fenomenológica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. 2011.

BARRETO, T. S.; AMORIM, R. da C. A família frente ao adoecer e ao tratamento de um familiar com câncer. **Revista enfermagem**, Rio de Janeiro, 2010.

BATISTA, D. R. R.; MATTOS, M. de; SILVA, S. F. Convivendo com o câncer: do diagnóstico ao tratamento. **Revista de Enfermagem**, 2015.

BONOMO, A. A. et al. Coping religioso/espiritual em pacientes com câncer em tratamento. **Revista de enfermagem**, Recife, 2015.

BURILLE, Andréia. O olhar sob a família de paciente portador de câncer no ambiente hospitalar. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 7, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/20827>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

CAMON, V. A. A.; CHIATTONE, H. B. de C.; NICOLETTI, E. A. **O doente, a Psicologia e o Hospital**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning. 1996.

CAMON, V. A. A. **Psicologia da Saúde**: um novo significado para a prática clínica. 2 ed. São Paulo. Cengage Learning, 2011.

DEWES, J. O. **Amostragens em Bola de Neve e Respondent-driven Sampling**: uma descrição dos métodos. Porto Alegre, 2013.

ENCARNAÇÃO, J. F. da; FARINASSO, A. L. da C. **A família e o familiar cuidador de pacientes fora de possibilidades terapêuticas**: uma revisão integrativa. Londrina, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. **Perguntas e respostas sobre quimioterapia**. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/8e973c004eb686f794f896f11fae00ee/perguntas_qt.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=8e973c004eb686f794f896f11fae00ee>. Acesso em: 28 maio 2016.

MUNIZ, R. M. et al. **As teias da sobrevivência oncológica**: com a vida de novo. Florianópolis, 2009.

PRADO, B. B. F. do. Influência dos hábitos de vida no desenvolvimento do câncer. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 66, n. 1, 2014. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252014000100011&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 nov. 2016.

SALCI, M. A.; MARCON, S. S. Após o câncer: uma nova maneira de viver a vida. **Revista Rene**, Fortaleza, 2011a.

SALCI, M. A.; MARCON, S. S. Enfrentamento do câncer em família. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 20, p. 178-186, 2011b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v20nspe/v20nspea23.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

SANTOS, C. J. G. dos. **Tipos de pesquisa**. Disponível em: <http://www.oficinadapesquisa.com.br/APOSTILAS/METODOL/_OFTIPOS_PESQUISA.PDF>. Acesso em: 28 maio. 2016.

SETTE, C. P.; GRADVOHL, S. M. O. Vivências emocionais de pacientes oncológicos submetidos à quimioterapia. **Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organ. rurais agroind.**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005. Disponível em: <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/44035/2/revista_v7_n1_jan-abr_2005_6.pdf>. Acesso em: 28 maio 2016.

STRAUB, R. O. **Psicologia da Saúde**: Uma abordagem biopsicossocial. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

VENANCIO, J. L. Importância da Atuação do Psicólogo no Tratamento de Mulheres com Câncer de Mama. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Rio de Janeiro, 2004.

VIERA, C. P.; LOPES, M. H. B. de M.; SHIMO, A. K. K. Sentimentos e experiências na vida das mulheres com câncer de mama. **Rev Esc Enferm.**, USP, v. 41, n. 2, p. 311-316, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reuusp/v41n2/19.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

VISONÁ, F.; PREVEDELLO, M.; SOUZA, E. N. Câncer na família: percepções de familiares. **Revista de enfermagem**, 2012.

ANÁLISE COMPARATIVA DE INSTRUMENTOS PSICOLÓGICOS VOLTADOS À AVALIAÇÃO DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Dirceu Luis Minella¹
Francine Cristine Garghetti²

RESUMO

As características de altas habilidades/superdotação sempre estiveram presentes na história da humanidade e sua identificação sempre foi um desafio, principalmente pelas inúmeras controvérsias e ambiguidades que se fazem a respeito dos conceitos. Neste estudo analisou-se de forma comparativa os instrumentos Matrizes Progressivas Coloridas de Raven – Escala Especial, Escala Wechsler de Inteligência para Crianças, 4ª edição (WISC-IV) e As Pirâmides Coloridas de Pfister – Versão para crianças e adolescentes, para identificação de Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). Para a análise foram relacionados os dados provenientes dos instrumentos citados, que foram aplicados em três sujeitos com idades entre seis e nove anos, com hipótese de Altas Habilidades/Superdotação. Os dados obtidos foram analisados em relação à acurácia das ferramentas junto ao contexto de AH/SD, verificando as relações entre os diferentes constructos e os resultados na aplicação individual dos testes. Os resultados apontaram complexidade de identificar tal condição, falta de estudos voltados à investigação de AH/SD e necessidade de desenvolver um protocolo em avaliação psicológica para esse público. Ainda, evidenciou-se que a utilização dos instrumentos citados em consonância com a observação dos aspectos comportamentais e habilidades adaptativas são importantes junto à identificação de crianças com AH/SD.

Palavras-chave: Instrumentos psicológicos. Identificação de Altas Habilidades/Superdotação. Psicodiagnóstico. Avaliação psicológica.

¹ Graduando no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; pipominella@hotmail.com

² Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; francine.garghetti@unoesc.edu.br

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As características de Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) sempre estiveram presentes na história da humanidade, todavia, as diferentes controvérsias que envolvem a definição de inteligência, as ambiguidades na demarcação de conceitos e critérios para identificação e o inevitável viés de qualquer avaliação subjetiva ou objetiva influenciam a invisibilidade desses indivíduos. Nesse sentido, o sistema educacional formal, em sua objetividade, não apresenta subsídios para identificar, dar suporte eficaz e conseqüentemente potencializar o sujeito a partir de suas reais necessidades dentro de suas áreas de interesse (FLEITH; ALENCAR, 2007).

Estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que a população brasileira de superdotados fica em cerca de 3,5% a 5%, o que representa algo próximo a 8 milhões de pessoas. No entanto, é preciso salientar que esses números são obtidos com base em testes de QI, de modo que refletem apenas superdotados na área cognitiva.

As definições de superdotação geralmente mencionam o potencial para desempenho excepcionalmente superior em várias áreas, além do domínio intelectual. Assim, encontrar meios que identifiquem a amplitude de elementos que caracterizam um sujeito superdotado de forma fidedigna se apresenta, na atualidade, como um dos desafios para a Psicologia, dentro do campo de avaliação psicológica.

Com base nos pressupostos apresentados, neste estudo analisou-se de forma comparativa os instrumentos Matrizes Progressivas Coloridas de Raven, Escala Wechsler de Inteligência para Crianças, 4ª edição (WISC-IV) e As Pirâmides Coloridas de Pfister aplicados em três sujeitos com idades entre seis e nove anos, com hipótese de AH/SD.

A avaliação psicológica no Brasil é uma das funções exclusivas do psicólogo, assegurada pela Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962, que regulamenta a profissão, sendo que essa atividade abrange uma série

de características importantes para a busca de resultados fidedignos e importantes em relação ao avaliado. Sob esse âmbito, o campo de AH/SD apresenta-se como um grande desafio para a Psicologia, na medida em que os instrumentos de avaliação geralmente não possuem a abrangência de elementos que envolvem o grande contingente de características a serem consideradas em sujeitos superdotados.

A realização deste trabalho mostra sua importância na medida em que os instrumentos Matrizes Coloridas de Raven, WISC-IV e As Pirâmides de Pfister possibilitarão um resultado mais acurado em relação à análise e identificação de AH/SD.

2 ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

A complexidade que envolve a avaliação da inteligência na atualidade percorreu uma trajetória de experimentação e análise de modo a envolver constructos importantes para a mensuração da inteligência. Sprinthall e Sprinthall (1993) apontam historicamente que Binet abandonou a ideia de Galton, até então expoente no tema que compreendia formas de medir a inteligência por meio de tarefas sensório-motoras. Binet, em sua atuação, fez uso de uma concepção que envolvia utilizações de tarefas individuais. Em 1916, Lewis Terman, um psicólogo americano publicou uma revisão do teste elaborado por Binet. A escala de Standfort-Binet, que é a cotação desse teste, baseava-se no conceito de Quociente de Inteligência (QI). Anos mais tarde, em 1939, David Wechsler apresentou o primeiro do que seria uma série de novos testes de inteligência. Wechsler apresentou um modelo no qual concebeu um conjunto de tarefas a serem realizadas, apresentadas em conjunto com os testes verbais já usados.

Hoje se tem a concepção de que uma avaliação de pessoas com AH/SD exige a aplicação e o acompanhamento de diferentes instrumentos. Além da observação de campo e da análise do desempenho escolar, alguns testes que demonstram ser importantes no diagnóstico são o teste WISC-IV e as Matrizes Progressivas de Raven – Escala Geral

(ALVES et al., 2016). Ainda, considerando constructos como criatividade, liberdade de expressão, energia e disposição, aspectos da personalidade e cognitivos, entre outros, a utilização de As Pirâmides Coloridas de Pfister pode auxiliar em uma melhor compreensão do sujeito.

Com base na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2008), estudantes com AH/SD apresentam potencial acima da média em qualquer uma das presentes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotricidade, acadêmica e artes, além de demonstrarem grande criatividade, com maior probabilidade de constar envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Uma criança precoce na leitura, por exemplo, desenvolve essa habilidade antes dos seis ou sete anos, quando uma criança geralmente costuma aprender a ler. Segundo Pérez e Rodrigues (2013), o desenvolvimento precoce de habilidades antes do tempo previsto para a maioria das crianças é tido como indicador de AH/SD, porém, esse não é o único indicador, uma vez que nem todas as crianças com AH/SD apresentam precocidade. Algumas crianças com Transtorno de Asperger também leem antes da idade esperada, o que se classifica como hiperlexia, mesmo que não tenham total compreensão sobre o que é lido (PÉREZ; RODRIGUES, 2013). Segundo os autores, as crianças com AH/SD, se leem, desde cedo compreendem o que leem e o fazem com fins específicos, para obter conhecimentos.

A investigação de crianças com altas habilidades não tem despertado o interesse dos pesquisadores tanto quanto o estudo de crianças que apresentam déficits de diferentes naturezas (sensoperceptuais, psicomotoras, afetivo-relacionais, cognitivas, entre outras), embora todos esses grupos estejam formalmente inseridos nos projetos nacionais de educação para indivíduos com necessidades especiais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2001).

3 AVALIAÇÃO DE SUJEITOS SUPERDOTADOS

A avaliação psicológica no Brasil é uma das funções privativas do psicólogo assegurada pela Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962, que regulamenta a profissão (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012). Essa atividade abrange uma série de características importantes para a obtenção de resultados fidedignos e importantes em relação à pessoa avaliada. Para Cunha et al. (2000) a avaliação psicológica é um processo científico que pode se utilizar de técnicas e testes psicológicos, pode ser em um nível individual ou coletivo, apresenta-se para entender problemas à luz de pressupostos teóricos, para identificar e avaliar aspectos que podem ser específicos, bem como para classificar o caso e prever seu curso possível.

No que se refere especificamente à avaliação da inteligência, apresenta-se na literatura uma controvérsia na definição, o que indica o inevitável viés de qualquer avaliação subjetiva ou objetiva. Têm-se as limitações dos atuais testes psicométricos e o concomitante pouco conhecimento acerca da natureza bem como dos mais variados fatores relacionados a altas habilidades (FLEITH; ALENCAR, 2007). Nesse sentido, Barbieri et al. (2013) apresentam que pesquisadores expoentes na área, como Renzulli (2014), Gardner, Freeman e Guenther, Feldman e Krechevsky concordam com o mesmo posicionamento acerca de que a identificação deve ser realizada por meio de um conjunto de procedimentos metodológicos que possibilitem uma compreensão integral desse sujeito, de modo que a utilização de múltiplos critérios seja pensada como necessária, considerando-se informações obtidas de diferentes fontes.

Fleith e Alencar (2007) complementam expondo que a avaliação desses sujeitos precisa ser enriquecida por outras fontes de identificação, sendo importante privilegiar uma visão sistêmica e global do indivíduo, e não apenas sua inteligência superior medida mediante um teste de QI. Nesse sentido, Pérez (2009) alerta que a identificação dos alunos com AH/SD é uma prática cada vez mais necessária e frequente nas escolas

brasileiras. Diante de tal panorama, observa-se um uso mais diversificado de instrumentos, muitas vezes fundamentados até por referenciais teóricos que não são compatíveis.

Com o intuito de colaborar com o sujeito avaliado, uma vez que se inicie o curso de avaliação, é muito importante que esta seja um processo contínuo e elaborado no sentido de apoiar o superdotado a reconhecer e a compreender o que se passa consigo mesmo. A partir disso, ele começa a ter uma ideia mais clara e coerente de seu potencial e das habilidades que detém, para se desenvolver da forma mais harmoniosa possível (FLEITH; ALENCAR, 2007).

4 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA AH/SD

Os testes psicológicos são procedimentos sistemáticos de observação e registro de amostras de comportamentos e respostas de indivíduos com o objetivo de descrever e/ou mensurar características e processos psicológicos, compreendidos tradicionalmente nas áreas emoção/afeto, cognição/inteligência, motivação, personalidade, psicomotricidade, atenção, memória, percepção, entre outros, nas suas mais diversas formas de expressão, segundo padrões definidos pela construção dos instrumentos (BRASIL, 2003).

A Escala Wechsler de Inteligência para Crianças, 4ª edição (WISC-IV), é destinada a crianças e adolescentes de 6 anos e 0 meses a 16 anos e 11 meses. Pode ser utilizada para um melhor entendimento do funcionamento cognitivo, uma vez que possibilita identificar talentos ou deficiências intelectuais, capacidades, facilidades e dificuldades de percepção em crianças e adolescentes, sob diferentes condições neurológicas e de desenvolvimento. Como descrição do teste WISC-IV, pode-se apresentar, além do QI Total, quatro índices: o Índice de Compreensão Verbal (ICV), que possui como subtestes principais Compreensão, Vocabulário e Semelhanças; tendo como suplementares Raciocínio com Palavras e Informação; o Índice de Organização Perceptual (IOP), que é composto pelos subtestes Cubos, Raciocínio Matricial e Conceitos

Figurativos como principais e o subteste suplementar Completar Figuras; o Índice de Memória Operacional (IMO) que apresenta como subtestes os Dígitos, Sequência de Números e Letras e o suplementar Aritmética; e o Índice de Velocidade de Processamento (IVP), o qual possui como subtestes principais o Código e Procurar Símbolos, e Cancelamento como subteste suplementar.

Wechsler, em relação à superdotação, apresenta que as definições de superdotação costumam apresentar um potencial para desempenho excepcionalmente superior em várias áreas, além da tradicional de domínio intelectual. Desse modo, a avaliação de uma criança, com hipótese de superdotação, normalmente será composta não apenas pela avaliação da capacidade intelectual, mas também por outras habilidades e talentos que ela apresentaria ou apresenta nos mais diversos ambientes nos quais está inserida (WECHSLER, 2002). Além disso, como a definição de superdotação varia de contexto para contexto e de um programa de superdotado para outro, o examinador precisa estar atento à necessidade de procedimentos de avaliação diferentes para as diversas situações. Como em todas as avaliações fidedignas, são essenciais as informações de avaliações de múltiplas fontes (WECHSLER, 2002).

O WISC-III, por muito tempo, mostrou-se útil para identificar crianças de capacidade intelectual elevada, pois as suas normas em QI apresentam uma faixa para cima de três desvios padrão, acima do valor médio para crianças nessa faixa etária. Já o WISC-IV apresenta a possibilidade de visualização e mensuração de capacidades relacionadas ao raciocínio com estímulos verbais e visuais, além da formação de conceitos verbais. Fornece visualização quanto ao conhecimento verbal previamente adquirido, aspectos relacionados a raciocínio espacial e integração motora e visual, além de capacidades como reter brevemente informações enquanto manipula e opera outras. Possibilita que sejam medidas/capacidades ligadas à atenção, concentração, controle mental e processamento de estímulos visuais de forma rápida e precisa; memória de curto prazo, discriminação visual e coordenação visual motora também podem ser inferidos.

O teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (MPCR), desenvolvido pelo psicólogo John Carlyle Raven, na Inglaterra, foi criado como medida do fator “g”, com base no referencial de Spearman. Apareceu em 1936, ainda com fins de investigação, sendo publicado em 1938. Considerado como tarefa a ser cumprida, poderia ser descrito como um teste de raciocínio abstrato e seleção; em termos do tipo de item, seria um teste de escolha entre soluções alternativas duplas. Exige que o sujeito estabeleça inferências sobre as relações existentes entre itens abstratos, tendo sido considerada a melhor medida do fator “g”.

Com base em Raven (1999), como teste não verbal, foi tido como livre de influências socioculturais. Contudo, mais tarde, verificou-se que a instrução suscita efeitos significativos sobre os resultados. Além disso, algumas pesquisas, embora comprovando boa saturação do fator “g”, revelaram a influência de outras variáveis, como, por exemplo, a precisão perceptiva e o raciocínio indutivo. Suas indicações ocorrem principalmente porque se caracteriza como medida de inteligência (fator “g”). Também apresenta considerações acerca da avaliação da capacidade de exatidão e clareza de raciocínio lógico com poder de discriminação nos níveis mais altos de inteligência.

A atividade mental educativa, para Raven, envolve a capacidade de extrair um significado de uma situação confusa, de desenvolver novas compreensões, de ir além do que é dado para perceber o que não é imediatamente óbvio, de estabelecer constructos (em grande parte não verbais) que facilitam lidar com problemas complexos, envolvendo muitas variáveis mutuamente dependentes. São capacidades que tanto as crianças necessitam para desenvolver um sentido das regras escritas da linguagem, quanto, por exemplo, os executivos em seus processos de tomada de decisão em negócios internacionais.

Considerando o processo de avaliação psicológica, o teste As Pirâmides Coloridas de Pfister apresenta como contribuição indicativos acerca da dinâmica emocional e a análise de informações sobre o desenvolvimento cognitivo do sujeito. Com a integração da demanda da avaliação, da relação terapêutica e do uso de diferentes técnicas e

instrumentos de compreensão, é possível, por meio do teste Pfister, chegar à um entendimento mais profundo do funcionamento do indivíduo, envolvendo sua personalidade, habilidades cognitivas, incluindo aspectos voltados à criatividade e tendências comportamentais na resolução de problemas (VILLEMOR-AMARAL, 2014).

Villemor-Amaral (2014) apresenta que aspectos específicos, o conteúdo e o resultado do instrumento podem demonstrar características que normalmente são desenvolvidas por pessoas com um funcionamento cognitivo de nível intermediário, da mesma forma que possibilita verificar aspectos que se relacionam com níveis intelectuais superiores. Ainda, a autora expõe que a prevalência da presença de alguns conteúdos pode indicar diferentes níveis de inteligência, maturidade emocional, criatividade, liberdade de expressão, energia e, disposição, e ainda, envolvimento com a tarefa.

Cabe salientar que o teste As Pirâmides Coloridas de Pfister, quando voltado para análise de aspectos cognitivos, utilizou o teste de Matrizes Progressivas Coloridas de Raven como critério de validade (VILLEMOR-AMARAL, 2014). Assim, com o presente estudo serão analisadas as possíveis relações entre os instrumentos citados voltados com maior ênfase aos constructos criatividade e envolvimento com a tarefa, uma vez que níveis cognitivos superiores no Pfister já possuem respaldo teórico e relacional junto às Matrizes Progressivas. Assim, a aplicação dos dois instrumentos, juntamente do WISC-IV, possibilitará uma análise mais acurada de critérios de inclusão para AH/SD.

5 MÉTODO

A presente pesquisa se caracterizou como descritiva, com uma abordagem qualitativa do fenômeno. Foi realizada a partir da avaliação de três sujeitos com hipótese de Altas Habilidades/Superdotação, por meio da aplicação de testes psicológicos para uma posterior comparação dos resultados deles. As crianças foram encaminhadas para avaliação por meio da parceria com o Centro Associativo de Atividades Psicofísicas

Patrick (CAPP) e do seu Serviço de Atividades em Altas Habilidades/ Superdotação. O primeiro contato com os participantes foi no citado serviço e a posterior aplicação dos instrumentos foi realizada no Serviço de Atendimento Psicológico (SAP) da Unoesc Chapecó. Todos os procedimentos seguiram os pressupostos éticos e legais.

No primeiro encontro foi realizada anamnese com os pais/ responsáveis e entrevista inicial com o participante. A partir do segundo encontro foram aplicados os três instrumentos psicológicos: a Escala Wechsler de Inteligência para Crianças (WISC-IV), as Matrizes Progressivas Coloridas de Raven e As Pirâmides Coloridas de Pfister. Os testes utilizados nesse estudo encontravam-se em situação favorável junto ao Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos do Conselho Federal de Psicologia (Satepsi) no período de realização da pesquisa.

O WISC-IV é um instrumento clínico de uso privativo do psicólogo, sendo de aplicação individual e tem como objetivo avaliar a capacidade intelectual e o processo de resolução de problemas das crianças (WECHSLER, 2013). A aplicação das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven relaciona-se principalmente à avaliação da medida de inteligência (fator “g”) e da capacidade de exatidão e clareza de raciocínio lógico, com poder de discriminação nos níveis mais altos de inteligência (RAVEN, 1999). As Pirâmides Coloridas de Pfister – Versão para crianças e adolescentes, contribui para se chegar a uma compreensão mais aprofundada sobre o modo de ser de cada um, tendências de comportamento no enfrentamento de problemas e habilidades cognitivas. O desenvolvimento cognitivo pode ser inferido a partir das pirâmides executadas, uma vez que depende da composição de formas mais elaboradas (VILLEMOR-AMARAL, 2014).

Com a aplicação e apuração dos resultados dos instrumentos citados, procedeu-se à análise dos diferentes elementos que envolvem as Altas Habilidades/Superdotação, bem como à avaliação dos dados fornecidos para se chegar a um diagnóstico. Analisou-se a acurácia das ferramentas junto ao contexto de Altas Habilidades/Superdotação, verificando as relações entre os diferentes constructos e os resultados

na aplicação individual dos testes. A análise dos dados provenientes dos testes psicológicos foi efetuada a partir dos manuais de interpretação disponibilizados junto aos próprios instrumentos de aplicação.

6 CASOS ANALISADOS

Considerando as altas habilidades como presença de habilidades acima da média e envolvimento com a tarefa e criatividade, com base em Renzulli (2014), o uso de testes e instrumentos psicológicos normatizados possibilita um olhar mais científico e padronizado. Isso contribui tanto para a confirmação quanto para o descarte de hipóteses de AH/SD, uma vez que tende a avaliar muito mais apenas o comportamento percebido pelo observador em sala de aula ou em demais ambientes. Dessa forma, neste trabalho relacionaram-se e analisaram-se os dados obtidos na avaliação psicológica dos três participantes.

Ao final do processo de avaliação realizou-se uma entrevista devolutiva e a entrega de um relatório psicológico, com o intuito de responder à demanda inicial e esclarecer qualquer possível dúvida referente a termos ou classificações apresentadas. Houve confirmação das três hipóteses de AH/SD e observou-se a presença de dúvidas em relação a como melhor prover ambientes e situações de aprendizagem e vivências a partir da confirmação da hipótese. Os encaminhamentos apresentados voltaram-se à suplementação das habilidades acima da média, de modo que se sugeriu na totalidade o encaminhamento para oficinas no Serviço de Atividades em Altas Habilidades/Superdotação no CAPP.

Quanto ao perfil dos participantes, todos são oriundos do ensino regular, sendo dois de escola pública e um de escola privada, com idades entre seis e nove anos, todos do sexo masculino.

A criança 1, sete anos, segundo ano escolar em escola pública, foi encaminhada ao SAP para avaliação psicológica com enfoque especial em características de inteligência. A avaliação foi realizada com hipótese de AH/SD. Segundo os pais, com pouco mais de dois anos a criança já reconhecia numerais e dois CEIMs da Cidade de Chapecó identificaram

que ela possuía habilidades de aprendizagem acima da média, assim como a escola atual.

No teste Matrizes Progressivas Coloridas de Raven – Escala Especial, sendo este um teste de inteligência não verbal usado para avaliar a capacidade de desenvolver constructos de nível superior, que tornam mais fácil pensar sobre situações e eventos complexos, a criança 1 obteve uma pontuação total que correspondeu a um percentil 99, ou seja, acima de aproximadamente 99% das crianças com a mesma idade, equivalente a uma classificação intelectualmente superior.

Os resultados do teste WISC-IV da criança 1 identificaram Quociente de Inteligência Total (QIT) de 140, indicando classificação como Muito Superior, sendo que a habilidade cognitiva geral da criança 1 superou aproximadamente 99% a das crianças da sua idade.

As Pirâmides Coloridas de Pfister – versão para crianças e adolescentes também foram utilizadas para levantar informações sobre a dinâmica emocional e como expressa suas emoções, sendo que, de modo complementar, o desenvolvimento cognitivo também pode ser inferido. A criança 1 apresentou os seguintes indicativos que se relacionam com a identificação de AH/SD: características de criança intelectualmente superior; criatividade; realização do trabalho com envolvimento com a tarefa e ordem consideravelmente constante.

A criança 2, seis anos, primeiro ano escolar em escola particular, foi encaminhada ao SAP para avaliação psicológica com enfoque para investigação de características da inteligência. A avaliação foi realizada com hipótese de AH/SD. Segundo os pais, a criança não apresentava interesse em permanecer na sala de aula, pois os conteúdos ministrados não geravam desafio, apesar de realizar todos os deveres ou tarefas de casa com desempenho adequado.

No teste Matrizes Progressivas Coloridas de Raven – Escala Especial a criança 2 obteve uma pontuação total que correspondeu a um percentil 99, ou seja, está acima de aproximadamente 99% das crianças com a mesma idade, equivalente a uma classificação intelectualmente superior.

Nos resultados do teste WISC-IV a criança 2 apresentou Quociente de Inteligência Total (QIT) de 135, indicando classificação como Muito Superior, sendo que a habilidade cognitiva geral da criança 2 superou aproximadamente 99% a das crianças da sua idade.

As Pirâmides Coloridas de Pfister – versão para crianças e adolescentes apontou os seguintes indicativos que se relacionam com a identificação de AH/SD: características de criança intelectualmente superior; criatividade; realização do trabalho com envolvimento com a tarefa e ordem consideravelmente constante.

A criança 3, nove anos, quarto ano escolar em escola pública, foi encaminhada ao SAP para avaliação psicológica com enfoque especial em características de inteligência. A avaliação foi realizada com hipótese de AH/SD. O encaminhamento foi realizado pelo Serviço de Atividades em Altas Habilidades/Superdotação (SAAH/SD) para a mensuração de aspectos cognitivos. Também houve interesse da família na avaliação de aspectos comportamentais, bem como de habilidades adaptativas.

No teste Matrizes Progressivas Coloridas de Raven – Escala Especial a criança 3 obteve uma pontuação total que corresponde a um percentil 99, ou seja, está acima de aproximadamente 99% das crianças com a mesma idade, equivalente a uma classificação intelectualmente superior.

Nos resultados do teste WISC-IV a criança 3 apresentou Quociente de Inteligência Total (QIT) de 125, indicando classificação como Superior, sendo que a habilidade cognitiva geral da criança 3 superou aproximadamente 93% a das crianças da sua idade.

As Pirâmides Coloridas de Pfister – versão para crianças e adolescentes, apontou os seguintes indicativos que se relacionam com a identificação de AH/SD: características de criança intelectualmente superior; criatividade; atitude com boa organização, meticulosidade e planejamento antecipado do seu trabalho, denotando envolvimento com a tarefa.

7 HIPÓTESES E DIAGNÓSTICOS

Assim, considerando os dados apresentados pelos instrumentos e a integração com a avaliação de aspectos comportamentais e habilidades adaptativas, foi possível confirmar a hipótese de Altas Habilidades/Superdotação, demonstrando, dessa forma, a importância da utilização concomitante de várias ferramentas para a identificação de tal público.

Ainda se apresentam algumas considerações importantes, que dizem respeito à necessidade de uma avaliação multifocal e multiprofissional, uma vez que cada avaliação apresentou sua singularidade, no entanto, em todas a avaliação psicológica contribuiu para a confirmação de alguns aspectos e descartou hipóteses psicopatológicas.

De modo a ilustrar cada caso, a criança 1, embora apresentasse hipótese de AH/SD na escola e na família, no SAAH/SD apresentava uma percepção por parte da profissional de que estaria na média cognitivamente. Em análise além do comportamento expresso, encontrou-se um QI Total de 140, gerando classificação como Muito Superior. Apresentou classificação como Médio Superior em velocidade de processamento, o que, somado a uma preocupação com a qualidade e precisão das tarefas, contribuía para uma visualização incompleta e incorreta quanto às suas habilidades acima da média. Segundo responsáveis e profissional do SAAH/SD, a criança parecia dispersa ou que não estivesse prestando atenção, no entanto, apresentou excelente resistência à distração, além de um índice de memória operacional muito superior à média.

A criança 2 apresentava, na percepção da família, a hipótese de AH/SD, no entanto, na instituição de ensino que frequenta, a percepção apresentada sugeria um quadro de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Em análise mais aprofundada, realizada na avaliação psicológica, obteve-se um QI Total de 135 e uma velocidade de processamento como Superior à média, somado a isso, a criança apresenta facilidade criativa e não apresenta satisfação com atividades rotineiras. Descartou-se a hipótese de TDAH, e apresentou-se aos responsáveis que

tais comportamentos apresentados pela criança são provavelmente por apresentar AH/SD.

A criança 3 apresentava hipótese de AH/SD pela escola e pela família e SAAH/SD, tal hipótese foi confirmada em avaliação psicológica, com um QI Total de 125. A família, no entanto, apresentou interesse em avaliação de aspectos relacionados a habilidades adaptativas. Segundo responsáveis, havia a percepção de que a criança apresentava elevada ansiedade, contudo, tal hipótese não foi confirmada, sendo explicada por apresentar uma velocidade de processamento como Superior à média, bem como organização perceptual Superior à média. Tal avaliação contribuiu para um melhor entendimento referente ao funcionamento subjetivo da criança.

Com base na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e na Fundação Catarinense de Educação Especial (2011), no que diz respeito às estratégias para identificação da pessoa com altas habilidades, para o processo formal de avaliação de AH/SD é imprescindível uma equipe mínima que seja composta por pedagogo e psicólogo, bem como por um profissional da área de habilidade apresentada pelo avaliado. Ainda apresenta a necessidade de utilizar instrumentos psicológicos, como Matrizes Progressivas de Raven, Escala Wechsler de Inteligência para Crianças (WISC ou WAIS), conforme a idade, Colúmbia e/ou outros que se fizerem necessário. Nessas avaliações utilizou-se As Pirâmides Coloridas de Pfister, além dos outros dois elencados, sendo que outros testes ainda podem ser necessários.

A avaliação realizada pelo profissional psicólogo torna-se mais fidedigna, de modo que a avaliação psicológica com instrumentos padronizados vai muito além da percepção de expressão de comportamentos esperados ou valorizados subjetivamente por demais profissionais, como pedagogos, por exemplo.

Em todos os casos, a avaliação psicológica contribuiu tanto para confirmar a hipótese de AH/SD proveniente de pelo menos um dos ambientes aos quais as crianças se apresentam inseridas, quanto foi de primordial importância ao descartar hipóteses psicopatológicas

relacionadas a algum transtorno específico. Foi primordial para o entendimento de aspectos relacionados ao funcionamento psicológico, os instrumentos privativos do profissional psicólogo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas é possível concluir que as três crianças apresentaram expressão de Altas Habilidades/Superdotação nos instrumentos psicológicos, com percentis iguais ou acima de 99 no teste Matrizes Progressivas Coloridas de Raven, uma constante nos três casos avaliados. No teste WISC-IV, dois casos com percentis 99 e um percentil 93, classificando-os, respectivamente, como Muito Superior e Superior.

Renzulli (2014) postulou Altas Habilidades/Superdotação como habilidade acima da média, mas sem obrigação de classificação como Muito Superior, uma vez que a expressão de AH/SD vem da interação de três fatores: habilidade acima da média, comprometimento com a tarefa e criatividade. As habilidades acima da média foram apresentadas pelos três sujeitos da pesquisa tanto no teste WISC-IV quanto no teste Matrizes Progressivas Coloridas.

Aspectos relacionados à criatividade e ao envolvimento com a tarefa podem ser obtidos de forma subjetiva ou qualitativa nos testes WISC-IV e Matrizes Progressivas Coloridas, mas também apresentam a possibilidade de ser avaliados de forma objetiva e normatizada pelo instrumento As Pirâmides Coloridas de Pfister, em que os comportamentos de envolvimento com a tarefa e os indicativos de criatividade foram apresentados pelos três sujeitos da pesquisa.

Os instrumentos WISC-IV e Matrizes Progressivas Coloridas foram importantes para a verificação de aspectos cognitivos acima da média, confirmando a hipótese de AH/SD em termos de inteligência, no entanto, por considerarem a pontuação de respostas ou resolução de problemas de forma objetiva e convergente, a forma de pensar divergente que tende a se apresentar com respostas criativas, não pontua. Tal forma de pensamento divergente também pode se apresentar nos diversos

ambientes em que os sujeitos estejam inseridos, como em escolas nas quais o pensamento divergente também tende a não ser esperado ou valorizado, dificultando a permanência de tais comportamentos e a localização de pessoas com AH/SD.

O teste As Pirâmides Coloridas de Pfister, que em sua análise apresenta a possibilidade de constar o envolvimento considerando a ordem com que se executou a tarefa e a presença de aspectos ligados à criatividade, foi considerado essencial na avaliação psicológica de AH/SD. Também pode ser utilizado na avaliação de aspectos de aprendizagem, uma vez que a presença de indicadores de criatividade por uma criança poderia, em tese, cabendo a uma futura investigação, explicar possíveis problemas escolares em relação a respostas esperadas.

De modo relacional, os três instrumentos contribuíram para a avaliação de AH/SD, não considerando suficiente a utilização de apenas um dos instrumentos, mas de modo complementar para a análise. Embora o teste WISC-IV possua um subteste de raciocínio matricial, a utilização do teste Matrizes Progressivas Coloridas se mostrou necessária para uma análise mais rápida e também precisa, uma vez que demanda menor tempo de aplicação que o WISC-IV e por ser considerado uma excelente amostra do fator “g”, não dependendo de conhecimentos previamente adquiridos em escolas, e também por ser um teste não verbal tende a não apresentar dificuldade ou rejeição na aplicação.

No presente estudo apontou-se a necessidade de elaboração de um protocolo de avaliação psicológica voltado a AH/SD, uma vez que a ordem de aplicação sugere melhores possibilidades de interação e estabelecimento de vínculo com crianças, primordiais para uma avaliação fidedigna de aspectos cognitivos e das demais expressões. Ressalta-se que outros instrumentos e técnicas também foram utilizados nessas avaliações e contribuíram para o planejamento dos atendimentos, uma vez que possibilitam um olhar mais subjetivo da criança, em termos de compreensão e interpretação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. C. B. et al. Avaliação da inteligência: revisão de literatura de 2005 a 2014. **Aval. psicol.**, Itatiba, v. 15, p. 89-97, 2016. Edição Especial. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712016000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 mar. 2017.
- BARBIERI, T. M. et al. Processo de identificação de indicadores de Altas Habilidades/Superdotação em acadêmicos do PET na UFSM. **Revista Brasileira de Altas Habilidades/Superdotação**, v. 1, n. 1, p. 40-49, jan./jun. 2013.
- BRASIL. Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 set. 1962.
- BRASIL. Resolução CFP n. 002/2003. Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP n. 025/2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 mar. 2003.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. 2012. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2017.
- CUNHA, P. A. et al. **Psicodiagnóstico-V**. 5. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- FLEITH, D. S.; ALENCAR, E. M. L. S. **Desenvolvimento de talentos e altas habilidades**: orientação a pais e professores. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC: SEESP, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

PÉREZ, S. G. P. B.; RODRIGUES, S. T. Pessoas com Altas Habilidades/ Superdotação: das confusões e outros entreveros. **Revista Brasileira de Altas Habilidades/Superdotação**, v. 1, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2013.

RAVEN. J. C. **Manual Matrizes Progressivas Coloridas de Raven**: escala especial. São Paulo: Centro Editor de Testes e Pesquisas em Psicologia, 1999.

RENZULLI, J. Modelo de enriquecimento para toda a escola: Um plano abrangente para o desenvolvimento de talentos e superdotação. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 50, p. 539-562, set./dez. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA; FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Altas habilidades/superdotação rompendo as barreiras do anonimato**. São José: FCEE, 2011.

SPRINTHALL, N.; SPRINTHALL, R. C. A. **Psicologia educacional**: uma abordagem desenvolvimentista. Portugal: Mc Gravu-Hill, 1993.

VILLEMOR-AMARAL, A. E. **As pirâmides coloridas de Pfister**: versão para crianças e adolescentes. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

WECHSLER, D. **Escala Wechsler de inteligência para crianças**: WISC-IV: manual técnico/David Wechsler. 4. ed. Tradução Maria de Lourdes Duprat. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

WECHSLER, D. **WISC-III: Escala de Inteligência Wechsler para Crianças**: Manual/David Wechsler. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR NA INFÂNCIA

Ana Letícia Reska¹
Tatiane Sberse²
Francine Cristine Garghetti³

RESUMO

O trabalho tem como tema o desenvolvimento psicomotor infantil, sendo o objetivo geral proporcionar conhecimento sobre situações ligadas aos processos de desenvolvimento infantil, utilizando como método de pesquisa a aplicação da Escala de Desenvolvimento Motor (EDM). A pesquisa é de teor qualitativo e comparativo, pois a EDM foi aplicada em duas crianças, um menino de três anos e quatro meses, que aparentava se encontrar dentro dos padrões de desenvolvimento da idade, e uma menina de quatro anos e quatro meses, que apresentava indícios de atraso no desenvolvimento motor. Buscou-se, por meio da EDM, identificar a idade motora delas com base na realização das atividades referentes à motricidade fina, à motricidade global, ao equilíbrio, ao esquema corporal, à organização espacial, à organização temporal e à lateralidade. A aplicação aconteceu na creche frequentada pelas duas crianças, pois assim estariam em um ambiente natural. Apesar da singularidade de cada criança, existe um padrão de desenvolvimento esperado para cada faixa etária. Dentro dessa perspectiva, a idade motora pode ser diferente da idade cronológica, variando para mais ou para menos. Os fatores que influenciam essas variantes estão relacionados aos estímulos recebidos ou não pela criança, o meio em que vivem e as particularidades da biologia de cada indivíduo. Como resultados concluiu-se que a criança com maior idade cronológica mostrou menor idade motora do que a criança mais nova. Notou-se também a importância de dar um feedback para a

¹ Graduanda em Psicologia na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; analeticiareszka@gmail.com

² Graduanda em Psicologia na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; tattisberse@hotmail.com

³ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; francine.garghetti@unoesc.edu.br

família e a escola sobre os resultados, bem como sugestões de atividades motoras simples para instrumentalizá-los quanto à estimulação do desenvolvimento das crianças.

Palavras-chave: Avaliação. Desenvolvimento. Psicomotricidade. Infância. Escala de Desenvolvimento Motor.

1 INTRODUÇÃO

A influência das teorias e as experiências feitas por estudiosos do desenvolvimento humano como Piaget, Vygotsky, Helen Bee e Urie Bronfenbrenner demonstram o que esperar das crianças em determinada fase do ciclo vital, que apesar de englobar apenas os quatro primeiros anos de vida, é uma fase de pontual importância na vida de todos os indivíduos. O que acontece na infância não fica somente na infância, eventos agradáveis ou traumáticos influenciam de maneira subjetiva o desenvolvimento humano.

O presente estudo realizou a aplicação de uma escala em duas crianças que se encontram na primeira infância (aqui considerada do nascimento aos quatro anos), a fim de observar aspectos da motricidade e fazer comparativos. Nessa fase, o indivíduo começa a conhecer e descobrir o mundo, desenvolvendo suas capacidades sensoriais, cognitivas e psicossociais.

O método utilizado para a investigação foi a aplicação da Escala de Desenvolvimento Motor (EDM), criada pelo Professor Francisco Rosa Neto, que permitiu identificar a idade motora dessas crianças, que pode ser igual ou diferente da idade cronológica, avaliando se estão se desenvolvendo dentro dos padrões esperados para a sua idade cronológica.

2 A PRIMEIRA INFÂNCIA

No decorrer do tempo o conceito da infância mudou muito. Antigamente as crianças eram vistas como pequenos adultos. Estavam presentes junto aos pais, trabalhando nos chãos das fábricas na Revolução

Industrial. A taxa de mortalidade infantil também era exorbitante, sendo que algumas eram abandonadas em portas de monastérios e igrejas. Em decorrência de poucos recursos e da persistência de muitas doenças para as quais ainda não havia cura, poucas crianças, principalmente nessa idade, sobreviviam. A partir da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, e com o avanço da ciência do desenvolvimento multidisciplinar, a infância passou a ser vista como um período de muita importância na vida da criança, e o desenvolvimento infantil começou a ser estudado.

Jean Piaget era psicólogo e filósofo suíço e passou parte da vida interagindo e estudando o desenvolvimento infantil; de acordo com ele, após o segundo ano de vida, a criança entra no estágio pré-operatório (2º estágio dos quatro estágios do desenvolvimento cognitivo: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal), que dura até os seis ou sete anos de idade. As crianças começam a desenvolver as imagens mentais, apresentam o egocentrismo e trazem à fala tudo que vem à mente. Nessa fase ocorre o desenvolvimento simbólico, ela já distingue palavras, identifica objetos e começa a usar a linguagem.

O nosso sujeito pré-operacional será exposto a uma variedade de estimulações, que lhe ampliarão consideravelmente as oportunidades de contatar com o universo, de formar impressões perceptuais dos objetos, das relações causais, da noção de espaço e tempo, etc., que servirão de base aos verdadeiros esquemas conceituais que surgirão apenas no período subsequente. (operacional-concreto). (RAPPAPORT; FIORI; DAVIS, 2012, p. 42).

Assim, a criança irá ampliar a sua capacidade para integrar-se no âmbito social. Treinando cada vez mais as funções cognitivas já aprendidas na fase sensório-motor, desenvolverá seu comportamento achando formas evolutivas para lidar com os problemas a serem enfrentados.

Assim como Piaget, Lev Vygotsky tinha grande preocupação em entender a origem do conhecimento que envolvia a criança, porém abordava isso sob um aspecto diferente. Para Vygotsky, as “formas complexas de pensamento têm suas origens em interações sociais.”

(DUCAN, 1995 apud BEE; BOYD, 2011, p. 37-38). Considera, ainda, que as novas aprendizagens da criança são mais bem-desenvolvidas a partir do que ele chama de zona de desenvolvimento proximal, que é a “gama de tarefas que são muito difíceis para a criança fazer sozinha, mas que podem ser realizadas com sucesso por meio da orientação de um adulto ou de uma criança mais experiente.” (BEE; BOYD, 2011, p. 38). Conforme a criança aprende, essa zona de desenvolvimento proximal se amplia. O tipo de orientação que ela recebe é um fator importante para o seu desempenho, e a linguagem é a chave para esse processo iterativo.

Essa é a fase em que a criança entra em contato com o mundo, começa a interagir com o ambiente, forma as primeiras palavras, controla os esfíncteres, dá os primeiros passos. Essa fase necessita de muitos cuidados e estímulos da parte dos responsáveis. Seu desenvolvimento físico e motor, cognitivo, psicossocial e afetivo são muito importantes, sendo que cada criança tem seu tempo de aprendizado.

2.1 DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

O desenvolvimento cognitivo em crianças na primeira infância depende muito de estímulos diante do ambiente e das pessoas que a cercam. É de grande importância ressaltar que nessa fase se inicia a aprendizagem da linguagem. Cognition é o que se refere a forma de o ser humano adquirir conhecimento, e as crianças dessa faixa etária conseguem aprender rápido por meio da percepção sensorial. Características cognitivas muito comuns nesse momento da vida são o aprender e o lembrar, e o uso de símbolos e a compressão, e o uso da linguagem para comunicar-se com as pessoas. No desenvolvimento, muitos aspectos são de relevante importância para a vida do indivíduo, como hereditariedade, ambiente e situação econômica. Ao final da primeira infância já é esperado que saibam empilhar cubos, por exemplo.

Muitos estudos científicos foram realizados, tendo como apoio abordagens clássicas: a) abordagem behaviorista; b) abordagem psicométrica; c) abordagem piagetiana; d) abordagem de Vygotsky.

Além dessas, ao decorrer do tempo foram criando-se outras, objetivando ampliar o conhecimento sobre o assunto, quais sejam: abordagem do processamento de informações; abordagem da neurociência cognitiva; abordagem sociocontextual; abordagem psicanalítica de Freud; abordagem sobre habilidades sensoriais da visão.

2.2 DESENVOLVIMENTO FÍSICO E MOTOR

O desenvolvimento físico e motor é muito rápido e contínuo na criança nessa fase da vida; “aos 2 anos uma criança tem aproximadamente metade da altura que terá quando adulta (difícil de acreditar, não?).” BEE; BOYD, 2011, p. 117). Nessa fase ela aprenderá a se comunicar, a se locomover, a controlar os esfíncteres, correr, entre outras atividades. Não podemos deixar de lembrar que a genética contém informações fundamentais para características físicas do desenvolvimento, e a interação genética com o ambiente afeta a saúde e o bem-estar do indivíduo.

O desenvolvimento motor ocorre em um padrão chamado céfalo-caudal, porque o desenvolvimento dos movimentos acontece da cabeça para o restante do corpo, e no padrão próximo distal, porque o desenvolvimento acontece do tronco para as extremidades (braços, mãos, pernas e pés). Além disso, nos primeiros dois anos o bebê ganha altura muito rápido, crescendo cerca de 25 a 30 centímetros a mais e triplicando o peso no primeiro ano, já aos dois anos cresce cerca de cinco a sete centímetros (BEE; BOYD, 2011, p. 117).

Em uma criança com três anos de vida completos percebe-se mais, é alongada se comparada a outra com um ano, a qual se apresenta mais gordinha, porque o ato de caminhar, correr e brincar contribui para a perda de gordura típica dos bebês pequenos. As atividades sensório-motoras vão progredindo, tendo em vista que se aprende a usar a parte superior do corpo antes da inferior.

2.3 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O desenvolvimento social de uma criança é indiscutivelmente muito importante. Essa fase de desenvolvimento se inicia com o que os adultos veem apenas como uma brincadeira, mas que na verdade é muito mais do que isso, pois é crucial para o desenvolvimento cognitivo e de controle, bem como a criatividade. Além disso, o ato de brincar cooperativamente com seus amigos os instiga a desenvolver uma série de habilidades sociais, como a de perceber os sentimentos e desejos dos outros e ter capacidade de modelar as próprias emoções.

Vamos falar primeiro sobre o aparecimento da expressão emocional em um bebê, pois faz parte do processo de desenvolvimento social. Como não há uma maneira de saber exatamente o que um bebê está sentindo, os pesquisadores tentavam julgar as emoções dos bebês de acordo com o que eles aparentavam. Ao provocar estímulos, observava-se a reação do bebê e a descrevia-se em seguida. Percebeu-se que havia um certo padrão nessas respostas de acordo com a idade, e que até mesmo um recém-nascido era capaz de demonstrar essas emoções que nesse período ainda são rudimentares (BEE; BOYD, 2011, p. 101).

O sorriso de um bebê é de fato muito prazeroso para os pais, em um recém-nascido esse sorriso ainda não é intencional, é chamado de sorriso neonatal, porém é uma ferramenta importante para criar e fortalecer o vínculo afetivo pai-filho. Um dos gatilhos para provocar esse sorriso é a voz aguda que os adultos costumam usar para conversar com crianças, o interessante é que isso funciona muito bem, e essa maneira de falar é algo que acontece em todo o mundo; não houve a necessidade de alguém dizer “use um tom mais agudo para falar com o bebê”, isso é um comportamento natural de interação, “portanto, os adultos parecem ser programados para se comportar exatamente das formas a que os bebês responderão positivamente.” (BEE; BOYD, 2011, p. 101).

Aos seis meses de idade as crianças dão as primeiras demonstrações de interesse positivo por outro bebê: duas crianças dessa

idade, por exemplo, irão se tocar, puxar o cabelo e até mesmo querer pegar a roupa do outro. Esse comportamento fica ainda mais intenso aos 10 meses. Dos 14 aos 18 meses, um grupo de crianças já consegue brincar juntas, olhando fixamente umas para as outras ou fazendo ruídos, dividindo os brinquedos e, na maioria das vezes, brincando juntas, mas com objetos diferentes (esse é um padrão criado por Mildred Parten, chamado brincadeiras em paralelo). Apenas aos 18 meses é possível perceber uma brincadeira coordenada, demonstrada quando uma criança imita gestos da outra, e nessa idade elas geralmente mostram sinais de preferência por um par específico (BEE; BOYD, 2011, p. 321).

Aos três ou quatro anos elas já preferem brincar em grupo do que sozinhas, observa-se que as brincadeiras estão cheias de “faz de conta” e com uma cooperação maior entre elas; aqui, mais da metade já possui ao menos uma amizade mútua e um relacionamento de “melhor amigo”. Apesar dessas primeiras amizades não serem tão profundas quanto as que são desenvolvidas por crianças mais velhas, as crianças já mostram mais afeto, reciprocidade, facilidade em perdoar e fazer as pazes, costumam ser receptivas a novas amizades e comportam-se de forma mais positiva.

Na primeira infância, em crianças de dois a três anos, nota-se pela primeira vez o comportamento pró-social, que é um comportamento intencional baseado em altruísmo. Com essa idade, quando elas começam a demonstrar interesse real de brincar com outras crianças, elas oferecem ajuda ou um brinquedo a outra criança na tentativa de trazer algum conforto em uma situação delicada. Elas estão apenas começando a entender que aquilo que os outros sentem é diferente daquilo que elas sentem, e demonstram entender o suficiente para reagir de forma simpática e auxiliadora. Esse comportamento altruísta é variável de criança para criança, visto que as que possuem maior quantidade de demonstrações desse comportamento costumam ser aquelas que conduzem melhor suas emoções, sendo mais positivas que negativas.

2.4 DESENVOLVIMENTO AFETIVO

Para compreendermos melhor o desenvolvimento afetivo, faz-se necessário um conhecimento sobre a teoria do apego, criada por Mary Ainsworth e John Bowlby, que é a teoria de maior influência sobre estudos do relacionamento bebê-pai (BEE; BOYD, 2011, p. 307). De acordo com essa teoria, é da natureza humana que o bebê já nasce propenso a formar vínculos emocionais a fim de garantir a sobrevivência. Os comportamentos inatos dos bebês de chorar, sorrir e fazer contato visual despertam o comportamento instintivo dos pais de proteção e cuidado.

Os autores diferem o vínculo afetivo do apego, que são desenvolvidos por esse padrão já explicado. O vínculo afetivo é um laço de longa duração com um único indivíduo que não pode ser trocado, já o apego é um sentimento especial de segurança quando se está na companhia desse indivíduo que é visto como uma base de segurança. Assim, no relacionamento bebê-pai, há uma diferença. O pai não tem apego ao bebê, pois não o vê como uma base segura, portanto o relacionamento com seu filho é mais um vínculo afetivo. O bebê, por enxergar seu pai como alguém que lhe dá proteção e segurança, está apegado a ele.

Esse vínculo de apego do bebê para com o pai surge aos poucos. Bowlby apresenta três fases de desenvolvimento desse apego. A primeira fase é chamada de orientação e sinalização não focada, porque nesse momento o bebê, ao chorar, fazer contato visual com adultos e abraçar, está tendo aqueles comportamentos inatos que promovem a proximidade com o objetivo de ser cuidado. Ele ainda está aprendendo a diferenciar os pais de outros indivíduos. A segunda fase, foco em uma ou mais figuras, inicia-se aos três meses de idade, quando o bebê deixa de ter comportamentos de apego com todos e começa a ser um tanto seletivo, um exemplo disso é ele passar a não sorrir facilmente para pessoas estranhas e sorrir mais para aquelas que estão mais próximas. Apesar disso, o bebê ainda não vê alguém como base de segurança, portanto é

comum não apresentar sinais de ansiedade ao ser afastado dos pais. A terceira e última fase é o comportamento de base segura, em que, aos seis meses, o bebê finalmente concretiza um apego especial à pessoa “mais importante”, tendo-a como sua base segura (BEE; BOYD, 2011, p. 311).

É nessa mesma idade que as crianças desenvolvem um pouco o entendimento de que um objeto ou pessoa continua existindo mesmo que ela não esteja vendo, e aos seis ou sete meses muitas começam a engatinhar, e através dessa liberdade de locomoção, evidencia-se esse apego real, pois a criança busca ir até o seu cuidador ou chamá-lo para perto dela, observa a expressão facial dele antes de decidir fazer algo e apresenta sinais de ansiedade ao ser afastado dos pais ou por medo de estranhos. O medo de estranhos e a ansiedade de separação são formas de sofrimento que acometem todas as crianças, com maior ou menor intensidade. Aparecem entre os seis e os nove meses, aumentam entre os 12 e os 16 meses, e diminuem após os 24 meses. Estudos apontam que o medo de estranhos geralmente surge por primeiro, e a ansiedade de separação, apesar de aparecer depois, tem uma duração maior (BEE; BOYD, 2011, p. 311).

2.5 ABORDAGEM BIOECOLÓGICA DE BRONFENBRENNER

Até pouco tempo, olhava-se para o contexto ambiental em relação ao desenvolvimento humano, numa perspectiva limitada por levar em consideração apenas a família da criança (mais frequentemente na mãe), os estímulos recebidos no lar, e algumas vezes, quando em um contexto mais amplo, observava-se a situação econômica da família.

Urie Bronfenbrenner (1917-2005), psicólogo do desenvolvimento, produziu a mais influente teoria de sistemas, trazendo uma abordagem bioecológica, que visa explicar como as influências ambientais possuem relação sobre o desenvolvimento da criança, explicando como essas influências se relacionam com a constituição bioecológica da criança. Para ele, “a família é o filtro por meio do qual a sociedade mais ampla influencia o desenvolvimento da criança” (BEE; BOYD, 2011), assim, a família atua

tanto para possibilitar que aspectos culturais cheguem até a criança, quanto para amortecer elementos nocivos advindos da cultura geral.

Dentro da Teoria Bioecológica, o desenvolvimento é definido como o fenômeno de continuidade e de mudança das características biopsicológicas dos seres humanos como indivíduos e grupos. Esse fenômeno se estende ao longo do ciclo de vida humano por meio das sucessivas gerações e ao longo do tempo histórico, tanto passado quanto presente. (BRONFENBRENNER, 2011, p. 43).

Bronfenbrenner (2011) busca explicar que olhar somente para a família como um fator de influência era insuficiente, pois antigamente os pais educavam suas crianças, porém, em decorrência das novas condições de vida e demanda da sociedade atual, o tempo que conseguem passar com seus filhos foi reduzido. Isso não pode ser visto exclusivamente como se os pais fossem descuidados ou desinteressados, devemos compreender esse novo contexto social que, em alguns aspectos, condiciona as famílias. Sua teoria dá importância ao meio em que a criança está inserida e que possui contato direto ou indireto, porque ele contribui para o seu desenvolvimento. Ele esquematizou esse meio em três camadas circulares e o nomeou de microssistema, exossistema e macrosistema.

A camada mais interna é o microssistema, compreende a família e as experiências pessoais diretas que também podem ser obtidas na creche, por exemplo. O exossistema é a camada seguinte, inclui as experiências que a criança adquire de forma indireta, como o emprego e o círculo de amizade dos pais. Por fim, o macrosistema, que é a camada mais externa e que se relaciona com as duas primeiras camadas, diz respeito ao contexto cultural geral, pode ser o bairro onde mora, a etnia, o idioma e a condição social.

A criança cresce em um ambiente complexo e amplo em virtude das diversas relações que ela pode ter. Vai além da mãe ou do pai, inclui irmãos, avós, tios, primos, amigos da família, colegas e amigos de escola, professores, babás, vizinhos e até animais de estimação. O bairro em que reside, se é seguro ou tem índices de criminalidade, a escola, que pode ser

mais ou menos provida de recursos. As leis do seu país, a moral, a cultura e os costumes, a religião. Tudo isso coopera para o desenvolvimento de uma criança de forma interativa.

Contudo, Bronfenbrenner (2011) ressalta que dentre todos esses aspectos, a família é de fato a mais importante, e há ao menos duas necessidades importantes para o desenvolvimento saudável de uma criança, que é ter alguém que se disponha a se envolver com ela de maneira irracional, como se “entrasse em seu mundo infantil”, e ter alguém que a leve para compartilhar de atividades em um conjunto, a fim de que se sinta parte de algo; para isso, as políticas públicas precisariam colaborar, efetuando algumas mudanças necessárias para que os pais tivessem condições de passar mais tempo com seus filhos.

3 ESCALA DE DESENVOLVIMENTO MOTOR (EDM)

A EDM foi desenvolvida pelo Professor Francisco Rosa Neto, para sua tese de Doutorado. É utilizada para avaliar o desenvolvimento motor de crianças, mais precisamente a motricidade fina (óculo manual) e global (coordenação), o equilíbrio (postura estática), o esquema corporal (imitação de postura, rapidez), a organização espacial (percepção de espaço) e temporal (linguagem, estruturas corporais) e a lateralidade (de mãos, pés e olhos).

A aplicação dessa escala não é de uso exclusivo de psicólogos, podendo ser aplicada por pediatras, psiquiatras, pedagogos, fonoaudiólogos, entre outros, e deve sempre ser realizada individualmente (dura cerca de 30 a 45 minutos, dependendo do desempenho da criança). Esta é indicada para crianças que apresentem algum grau de dificuldade de aprendizagem escolar ou outras alterações relacionadas ao seu desenvolvimento.

A avaliação do desenvolvimento motor permite detectar problemas do desenvolvimento podendo ajudar na determinação da causa das possíveis alterações, auxiliando, desta forma, na elaboração de programas de intervenção e reeducação motora mais eficazes. (ROSA NETO, 2002, p. 49).

A Escala de Desenvolvimento Motor complementa um exame psicológico, ela é eficaz, pois possui uma margem muito pequena de erro. Por meio dela é possível perceber a presença de atraso no desenvolvimento e dificuldades escolares e avaliar os progressos da criança. Além disso, evidencia algumas dificuldades particulares, como hiperatividade e transtornos na coordenação motora.

4 MÉTODO

Esta pesquisa é considerada quantitativa e comparativa, tendo utilizado a Escala de Desenvolvimento Motor (EDM) para propor determinadas atividades e analisar acertos e erros na realização. Foi utilizada uma planilha formulada no Excel para gerar indicadores sobre cada fator avaliado, bem como utilizar esses resultados para identificar as diferenças de respostas entre as crianças avaliadas, levando em conta a diferença de idade, a fim de verificar os avanços da criança conforme a faixa etária.

Os participantes da pesquisa foram duas crianças, selecionadas pela diretora da creche que frequentam, considerando-se os critérios estipulados: um menino e uma menina, a idade e a autorização dos responsáveis. A primeira criança, R.M., do sexo masculino, tinha três anos e quatro meses, e a segunda, A.T., do sexo feminino, possuía quatro anos e quatro meses na data da aplicação da escala. Por meio desses sujeitos foi possível perceber e analisar traços do desenvolvimento que permeiam a primeira infância e o início da segunda infância. Além disso, a pesquisa possibilitou a identificação de avanços e atrasos no desenvolvimento de ambos. A aplicação da EDM foi realizada em uma tarde, no horário das atividades escolares dos sujeitos, na própria sala da creche que frequentavam, por ser um lugar familiar, deixando-os mais receptivos às atividades propostas, permitindo que os comportamentos fossem da maneira mais natural e habitual possível.

A EDM fornece quocientes motores, escala motora, perfil motor e a idade motora de crianças de dois a 11 anos, pelo fato de que a idade motora pode ser diferente da idade cronológica, para mais ou para menos. A aplicação deve ser feita em um local tranquilo e silencioso para que a atenção da criança não seja dispersada. São sete tipos de atividades, e todas apresentam a idade mínima de dois anos. A atividade deve ser iniciada de acordo com a idade da criança, que no caso possuíam três e quatro anos, sendo que se ela efetuar a atividade corretamente, aplica-se a atividade da idade seguinte, e assim sucessivamente, até o momento em que ela apresente dificuldade. Se a criança apresentar dificuldades na primeira atividade e não conseguir realizá-la corretamente, aplica-se outra pertencente à idade anterior, até que ela tenha um bom desempenho.

Os resultados do desempenho em cada atividade são registrados em uma planilha, marcando o número 1 para resultado positivo e o número 0 para resultado negativo. Diante de resultado positivo em apenas um dos membros, marca-se $\frac{1}{2}$. Os dados são transferidos para uma planilha no Excel que quantifica os números, baseando-se em uma fórmula matemática.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa foi iniciada com as atividades para observar o estágio de desenvolvimento da motricidade fina de cada criança. A primeira atividade foi da faixa etária de três anos para R.M., que a realizou corretamente. Essa atividade se resumia na construção de uma ponte com seis cubos em desordem, com três desses cubos fazia-se, na frente da criança, o modelo e depois pedia-se para ela fazer outro. Como é proposto pela escala, R.M seguiu com a atividade para quatro anos juntamente com A.T., que possui essa idade. A próxima atividade consistia em pedir para os indivíduos tentarem colocar uma linha em um buraco de uma agulha. Ambos conseguiram, após terem insistido no objetivo. Por outro lado, na atividade de cinco anos, nenhum conseguiu executar. Essa última se

resumia em mostrar para a criança como fazer um nó com um cordão em um lápis, para depois pedir que ela repetisse no dedo do aplicador da escala.

A próxima a ser analisada foi a motricidade global, que propunha que a criança pulasse por cima de uma corda que havia sido estendida no chão, com os pés juntos e sem ser impulsionada. R.M. conseguiu efetuar com sucesso e A.T. também, pois não havia conseguido realizar a atividade que correspondia à sua idade. Na atividade de quatro anos, R.M. também não obteve sucesso, nesta a criança era orientada a saltar sete vezes sobre o mesmo lugar, e ambas saltaram movimentando-se pela sala.

O próximo fator de observação foi o equilíbrio. A primeira atividade proposta foi apoiar um joelho no chão com os braços estendidos ao longo do corpo sem movimentos, mantendo-se eretos durante 10 segundos. O garotinho R.M. apresentou um pouco de dificuldade para ficar com a postura correta, portanto nós o posicionamos, já a A.T. precisou fazer essa atividade de três anos por não ter conseguido realizar a de quatro anos. Na atividade para quatro anos as crianças foram orientadas a flexionar o tronco em ângulo reto com as mãos juntas à parte posterior do tronco, e ficar desse jeito por 10 segundos, ambos não conseguiram em razão da movimentação causada pelo desequilíbrio.

No esquema corporal pediu-se para que repetissem movimentos simples com as mãos e braços, a quantidade total de acertos resultava em uma determinada idade motora. Nisso, o menino R.M. obteve 14 acertos, correspondendo à idade motora de quatro anos, e a menina A.T. obteve 10 acertos, correspondendo à idade de três anos.

Na atividade de organização espacial, utilizou-se um tabuleiro que continha três espaços com as formas de triângulo, círculo e quadrado, e peças com essas mesmas formas, assim, a criança deveria encaixar as peças, que não estavam na ordem correta dos espaços. A menina A.T. só conseguiu encaixar quando as peças foram colocadas na mesma ordem dos respectivos espaços, referente à idade de dois anos. Já o menino R.M. conseguiu realizar as atividades de organização espacial até a prova dos cinco anos, que consistia em identificar qual dos dois palitos mostrados era o maior, sendo que mudamos a ordem deles por três vezes, e encaixar, dentro de um

minuto, as duas metades de um retângulo (portanto, dois triângulos), a fim de formar um retângulo parecido ao que estava de modelo.

Para organização temporal das frases e linguagem pedia-se que repetissem frases, iniciando com frases curtas e evoluindo para as mais longas. O R.M. mais uma vez conseguiu fazer até a atividade referente aos quatro anos, porém a A.T. conseguiu somente até os três anos. Na lateralidade, pedia-se que as crianças lançassem uma bolinha com a mão e depois chutassem para acertar um alvo, depois disso, pediu-se que olhassem à sua volta através de um pequeno buraco em uma folha. Ao observar a preferência dos membros escolhidos para realizar a tarefa, concluímos que o R.M. é destro completo, enquanto a A.T. se mostra com lateralidade cruzada.

A motricidade fina é relacionada aos movimentos da mão e dos dedos e exige movimentos menores e com maior destreza. É de grande importância estimular a criança, em razão da utilização no decorrer do desenvolvimento, principalmente nas fases pré-escolar e escolar. Atividades podem ser realizadas para melhorar o desenvolvimento dessa motricidade, como pintar, colar, recortar e costurar. Em torno dos quatro anos, as meninas mostram maior destreza manual que os meninos pelo fato de que os ossos dos pulsos delas se desenvolvem antes (uma criança de um ano possui apenas um osso, até a idade adulta terá nove ossos) (BEE; BOYD, 2011, p.119), isso explicaria o motivo pelo qual a A.T. teve mais facilidade para realizar a atividade de motricidade fina do que o R.M., que conseguiu, porém, com uma demanda de tempo maior.

A motricidade global diz respeito ao movimento dos grandes músculos dos membros superiores e inferiores, utilizados, por exemplo, para andar, correr e subir escadas, e se desenvolve mais cedo que a motricidade fina. Das habilidades locomotoras identificadas nas duas crianças voluntárias para a EDM, pôde-se identificar as seguintes: correr facilmente, saltar com os dois pés, atirar e pegar razoavelmente bem, conforme previsto para a idade entre dois e seis anos (BEE; BOYD, 2011, p. 121).

Na maioria das pessoas a percepção espacial é lateralizada para a parte direita do cérebro durante a primeira infância e o início da segunda

(BEE; BOYD, 2011, p. 116). Estudos apontam que, em média, meninos se saem melhor em tarefas que englobam as capacidades espaciais que as meninas (BEE; BOYD, 2011, p. 219), e nesse caso, R.M. foi mais além nas atividades de percepção espacial do que a A.T.

Aos três ou quatro anos, é normal que as crianças falem com uma certa fluência, porém na atividade de organização temporal, elas precisavam repetir as frases, portanto, além da ação de falar, era necessário que tivessem atenção. Aqui foi observada a acuidade auditiva delas, que é a capacidade de ouvir e reproduzir o que se ouviu. Essa acuidade é imprescindível para o desenvolvimento da fala e, mais tarde, da escrita e leitura (BEE; BOYD, 2011, p. 247). R.M. atingiu a idade de quatro anos nessa atividade, a A.T teve um pouco de dificuldade para compreender que deveria escutar e repetir em vez de responder ou comentar sobre o que havia sido dito. Além disso, conforme as frases se tornavam mais complexas (negações, plural, perguntas), tornou-se mais difícil executar a tarefa, pois eles esqueciam de trechos das frases.

As atividades sobre o equilíbrio e esquema corporal (utilizando mãos e braços) também estão relacionadas aos fatores do desenvolvimento físico/motor e cognitivo. O equilíbrio consta em conseguir manter uma postura compensando a diferença de massa, que no caso da aplicação da escala foi pedido para a criança se equilibrar apoiando seu peso sobre apenas um joelho. A repetição de movimentos usando braços e mãos envolveu, além do físico/motor, a atuação da capacidade cognitiva ligada à percepção dos movimentos realizados.

A lateralidade é a preferência por usar uma mão/perna a outra, sendo que isso é mais do que uma escolha, mas também um aspecto da lateralização cerebral desenvolvido entre os três e os cinco anos, portanto, possui teor genético (BEE; BOYD, 2011, p. 116). Assim, percebe-se a importância de permitir que as crianças sigam suas tendências naturais sobre a lateralidade. Por meio da EDM foi possível identificar os membros dominantes das crianças, incluindo os olhos. Enquanto o R.M. mostrou dominância da mão, pé e olho direitos, a A.T. mostrou dominância do pé e mão direitos e olho esquerdo. Assim como existem pessoas destros/

canhotas completas, existem pessoas com um padrão de dominância misto e ambidestro. De acordo com pesquisas científicas baseadas em estudos arqueológicos de populações antigas, sugere-se que o destrismo é resultado da herança genética, uma vez que foi identificado um gene dominante para este (BEE; BOYD, 2011, p. 117). Nessa faixa etária, a lateralidade surge, porém ainda está suscetível a alterações.

Após a aplicação da EDM e a transferência dos dados obtidos para a planilha no Excel que a própria EDM oferece, percebe-se uma significativa diferença entre ambas as crianças. Obtiveram os seguintes resultados dos quocientes:

Tabela 1 – Quocientes motores das duas crianças

	Quociente motor 1	Quociente motor 2	Quociente motor 3	Quociente motor 4	Quociente motor 5	Quociente motor 6	Quociente motor geral
R.M.	120	90	90	120	150	120	115
A.T.	92	69	69	69	46	69	69

Fonte: Reszka, Sberse e Garghetti (2017).

Percebe-se que a menina A.T. conseguiu realizar apenas uma atividade correspondente à sua idade de quatro anos e quatro meses, que foi a da motricidade fina. Na global, equilíbrio, esquema corporal e organização temporal, apresentou idade motora de três anos, e na organização espacial, a idade de dois anos. O resultado da idade do perfil motor, de acordo com o programa de quantificação, revelou que ela está cerca de 16 meses atrás da sua idade cronológica, tendo, portanto, idade motora de três anos, classificando-a como muito inferior comparada à idade cronológica de acordo com a Tabela 1.

Por outro lado, o menino R.M. que possuía três anos e quatro meses, conseguiu realizar as atividades de motricidade global e equilíbrio referente aos três anos. Apresentou idade motora de quatro anos referentes à motricidade fina, esquema corporal e organização temporal, e na organização espacial, a idade de cinco anos. O resultado

da idade do perfil motor indica que ele está seis meses à frente no seu desenvolvimento, ou seja, possui idade motora geral de três anos e 10 meses, portanto uma escala de desenvolvimento motor superior alta de acordo com a Tabela 1.

6 CONCLUSÃO

Diante das pesquisas realizadas pode-se perceber como o significado da infância mudou ao decorrer do tempo. A criança deixa de ser vista como um “pequeno adulto” para ser compreendida considerando as fases do desenvolvimento de cada faixa etária.

A realização deste trabalho permitiu investir na pesquisa e aliá-la à prática, consolidando um conhecimento teórico por meio de vivências. Foram, primeiramente, estudados aspectos teóricos do desenvolvimento neuropsicomotor das crianças, tendo em vista a importância da fisiologia neurológica para os desenvolvimentos motor, cognitivo e psicossocial que compõem o indivíduo.

A utilização da Escala de Desenvolvimento Motor permitiu identificar na prática as diferenças de desenvolvimento motor entre as duas crianças, conforme suspeitas apontadas pela escola. A criança com maior idade cronológica mostrou menor idade motora que a criança mais nova. Vale lembrar que cada criança tem seu tempo para aprender determinadas atividades, ressaltando a importância dos estímulos das pessoas mais próximas da criança, pois o desenvolvimento é um processo de construção que ocorre por diversos fatores.

Os resultados foram repassados à escola e aos responsáveis pelas crianças, juntamente com um material produzido pelas avaliadoras com sugestões de atividades motoras simples. Notou-se a importância de dar um feedback para a família e para a escola sobre os resultados da escala. Tal ação permite instrumentalizá-los quanto à estimulação do desenvolvimento das crianças. A infância é um momento único e especial do ciclo vital, que não retorna, portanto deve ser vivido da melhor forma possível pela criança e por aqueles que a acompanham.

REFERÊNCIAS

BEE, H.; BOYD, D. **A criança em desenvolvimento**. 12. ed. Brasil: Artmed, 2011.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PIAGET, J.; INHELDER, B. **A Psicologia da Criança**. 6. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2012.

RAPPAPORT, C. R.; FIORI, W. R.; DAVIS, C. **A Idade Pré-escolar**. São Paulo: E.P.U., 2012. v. 3.

ROSA NETO, F. **Manual da Avaliação Motora**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CONDIÇÕES GERAIS DE SAÚDE E HÁBITOS DE VIDA DOS DISCENTES DA UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA (UNOESC)

Jonathan Filipe Pasqualotto¹

Danielle Ledur Antes²

RESUMO

O objetivo com este estudo foi investigar as condições gerais de saúde e os hábitos de vida dos discentes da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) de Chapecó. A população deste estudo foi composta por todos os acadêmicos devidamente matriculados. Os instrumentos utilizados foram o Questionário Internacional de Atividades Físicas (IPAQ), versão curta; o questionário sobre hábitos alimentares do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas não Transmissíveis por Inquérito Telefônico (Vigitel); além de perguntas sobre o uso de tabaco e consumo de bebidas alcoólicas. Os resultados mostraram que 60% dos estudantes atingem os níveis de atividades físicas semanais recomendados (≤ 150 min/sem), porém, 61,5% estão insatisfeitos com sua imagem corporal, apesar de consumirem salada e legumes todos os dias. Analisando a sua percepção de saúde, 76,1% têm uma autopercepção boa ou regular, consomem álcool entre duas e quatro vezes na semana e possuem uma carga de três ou mais doenças conjuntas. Pode-se concluir que os estudantes da Unoesc atendem às recomendações de práticas de atividade física, mas precisam melhorar seus hábitos alimentares.

Palavras-chave: Atividade física. Estudantes. Estilo de vida.

1 INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2013c) define estudante universitário, ou aluno, como

¹ Graduando em Educação Física (Bacharelado) na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; jonathan.pasqua@gmail.com

² Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Educação Física da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; danielleantes@gmail.com

o indivíduo dotado de dados cadastrais e dados variáveis referentes ao vínculo com um curso superior.

O estilo de vida é um conjunto de hábitos e comportamentos de resposta às situações do dia a dia, aprendidos por meio do processo de socialização e constantemente reinterpretados e testados ao longo do ciclo de vida e em diferentes situações sociais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).

A prática habitual de atividade física é caracterizada como importante componente do estilo de vida associado à conservação e à promoção da saúde. Evidências disponibilizadas na literatura sugerem que a atividade física praticada em quantidade e intensidade adequadas pode reduzir o risco relativo de aparecimento e desenvolvimento de disfunções crônico-degenerativas (OJA; BORMS, 2004).

O estilo de vida associado a fatores de risco tem aumentado substancialmente o desenvolvimento e agravamento das doenças crônico-degenerativas. A inatividade física, além de aumentar o risco individual de desenvolvimento de enfermidades, eleva os gastos econômicos do enfermo, da família e da sociedade (MATSUDO et al., 2002).

Considerando as situações próprias da adolescência e do adulto jovem, com significativas instabilidades biopsicossociais, o ingresso no meio universitário proporciona novas relações sociais e adoção de novos comportamentos, tornando os indivíduos vulneráveis a condutas de risco à saúde (VIEIRA et al., 2002).

O ingresso na universidade resulta no questionamento de valores, crenças e atitudes empregadas pela família no processo de educação, o que pode provocar modificações de comportamento (SILVA; PEREIRA, 2012). Por esse motivo, o objetivo neste estudo foi investigar as condições gerais de saúde e hábitos de vida dos discentes da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) de Chapecó.

A população foi composta por todos os acadêmicos devidamente matriculados. Os instrumentos utilizados foram o Questionário Internacional de Atividades Físicas (IPAQ), versão curta; o questionário sobre hábitos alimentares do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas não Transmissíveis por Inquérito

Telefônico (Vigitel); além de perguntas sobre o uso de tabaco e consumo de bebidas alcoólicas. Foram investigados 117 discentes da Unoesc de Chapecó, entre os quais 60% atingem os níveis de atividades físicas semanais recomendados (≤ 150 min/sem), porém, 61,5% estão insatisfeitos com sua imagem corporal, apesar de consumirem salada e legumes todos os dias. Analisando a sua percepção de saúde, 76,1% têm uma autopercepção boa ou regular, consomem álcool entre duas e quatro vezes na semana e possuem uma carga de três ou mais doenças conjuntas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo o censo da educação superior brasileiro, entre 2001 e 2010 houve aumento das matrículas em cursos de graduação (presencial e a distância), passando de aproximadamente três milhões para mais de seis milhões de estudantes universitários (6.379.299), atingindo, em 2010, mais de 970 mil formados em algum tipo de graduação (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011).

No período de 2001 a 2010, o maior número de matrículas estava nas universidades, no entanto as faculdades representaram maior número de instituições de ensino superior (IES). Cabe destacar que a maioria das matrículas na modalidade de graduação foram no setor privado, entretanto esse setor apresentou estabilização da quantidade de matrículas, com o aumento notório nas instituições públicas em nível federal a partir do ano 2006 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011).

Em 2011, de acordo com as informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2013a), das 2.365 instituições de ensino superior, a região Sudeste concentrava a maior quantidade (1.150), seguida pela região Nordeste, com 432, e das regiões Sul (389), Centro-Oeste (235) e Norte (152). O destaque dessa distribuição foram as maiores concentrações de instituições privadas, que totalizavam 2.081 unidades.

No ano de 2013, 2.391 instituições participaram do censo realizado pelo INEP, a partir do qual se pode perceber uma pequena redução nas instituições das categorias administrativas municipal (de 85, em 2012, para 76, em 2013) e privada (de 2.100, em 2010, para 2.081, em 2011, e de 2.112, em 2012, para 2.090, em 2013). Pode-se observar, em todo o período, a predominância da categoria privada, sendo que em 2013 ela representou 87,4% do total das IES. O restante, 12,6%, refere-se às instituições públicas. Essa proporção se manteve estável nos quatro anos analisados, ou seja, para cada instituição pública existem aproximadamente sete instituições privadas. A categoria estadual foi a que apresentou maior crescimento (10,2%) nos anos 2010 a 2013. Apesar do crescimento paulatino do número de IES ao longo da última década (71% de crescimento de 2002 a 2010), é perceptível a tendência de estabilização do número de IES.

De acordo com resumo técnico do INEP, pode-se notar que as matrículas de graduação vêm aumentando nos últimos anos, porém a taxa de crescimento do número de matrículas tem diminuído ano após ano. De 2010 para 2011, observou-se um crescimento de 5,6%; de 2011 para 2012, de 4,4%; e de 2012 para 2013, 3,8% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011).

De 2010 a 2013, verificou-se crescimento das matrículas de graduação tanto na categoria pública (17,6%) quanto na privada (13,5%). O crescimento observado nas matrículas de graduação da categoria pública variou de 7,9% de 2010 para 2011; 6,9% de 2011 para 2012; e 1,8% de 2012 a 2013. Em relação à categoria privada, observa-se crescimento de 4,9% de 2010 para 2011; 3,5% de 2011 para 2012; e 4,5% de 2012 a 2013 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2013c).

2.1 ESTILO DE VIDA

O estilo de vida é definido por diversos fatores atrelados a costumes e hábitos dos indivíduos. Nahas (2001) define estilo de vida

como o conjunto de ações habituais que refletem os valores, as atitudes e oportunidades em nossas vidas.

Estilo de vida deve ser entendido como a forma de ser e viver das pessoas, suas escolhas relacionadas à cultura da região, aos hábitos adquiridos no ambiente familiar e social, ao longo do tempo (MONTEIRO; MEDEIROS; OLIVEIRA, 2007).

Segundo Silva e Pereira (2012), alguns fatores do estilo de vida podem ser introduzidos no cotidiano dos jovens no momento da transição do ensino médio para o superior, momento em que ocorre questionamento de valores, crenças e atitudes empregados pela família no processo de educação. Isso torna os universitários um grupo vulnerável à adoção de comportamentos adequados e/ou inadequados para a saúde.

Os estilos de vida pouco saudáveis, como o aumento dos hábitos sedentários, as dietas desequilibradas, o aumento do consumo de tabaco e álcool e a má gestão do estresse são fatores de risco preveníveis para as doenças crônicas (FARIA, 2012).

Esses fatores aumentam o risco de desenvolvimento da maioria das doenças crônicas não transmissíveis, como as cardiovasculares, diabetes e câncer, principais causas de morbimortalidade na vida adulta. Experiências e exposições ao longo da vida, em especial na infância e juventude, têm repercussões de longo prazo na saúde e podem contribuir para desigualdades em saúde na vida adulta e idosa (MCCRACKEN; JILES; BLANCK, 2007).

Apesar de todas as evidências das atitudes que promovem um estilo de vida saudável e os efeitos dele decorrentes, as pessoas, de modo geral, possuem hábitos de vida bastante diferentes do que se considera ideal (BARRETO; PASSOS; GATTI, 2009).

De acordo com estudo realizado por Paixão, Dias e Do Prado (2012) com estudantes universitários ingressantes em cursos de saúde, estes não apresentam um estilo de vida saudável, o que os coloca em situação de risco para o desenvolvimento de vários agravos à saúde.

É natural do ser humano achar que índices de sedentarismo estão apenas concentrados em pessoas adultas e idosas, o que na verdade

é um grande engano. Pesquisadores de renome afirmam que o estilo de vida sedentária está extremamente difundido no cotidiano dos jovens, em especial nos estudantes universitários (SANTOS et al., 2014).

Para exemplificar tal afirmação, destacam-se duas investigações recentes, realizadas em âmbito internacional. A primeira, realizada na Universidade de Aveiro, Portugal, verificou que cerca de 123 (80%) os alunos eram sedentários (BRANDÃO; PIMENTEL; CARDOSO, 2011). E a segunda, na Universidade de Cartagena, Colômbia, revelou que 193 (64,1%) pessoas eram fisicamente inativas (HERNÁNDEZ-ESCOLAR; HERAZO-BELTRÁN; VALERO et al., 2010).

Silva et al. (2011), ao avaliarem universitários ingressantes, demonstraram que existe a necessidade de orientação do universitário para um estilo de vida saudável e de oferta de programas de atividades físicas no campus, os quais devem visar à redução do excesso de peso, com atenção especial aos universitários do gênero masculino, mais velhos e casados, os quais apresentavam maior propensão à obesidade. A prática habitual de atividade física é caracterizada como importante componente do estilo de vida associado à conservação e à promoção da saúde (GUEDES; SANTOS; LOPES, 2006).

2.2 ATIVIDADE FÍSICA

Está bem documentado que grande parte dos fatores de risco podem ser modificados através de alterações no comportamento individual. Assim, o estabelecimento de hábitos de vida saudável, como alimentação adequada, controle dos níveis de estresse e prática regular de atividade física, aliado a um comportamento preventivo geral, tem registrado efeitos positivos sobre a saúde (COSTA; SANCHES, 2007).

A literatura indica forte consistência entre os hábitos adquiridos na fase da adolescência e a continuidade de prática desses hábitos na fase adulta, especialmente em relação à atividade física (AZEVEDO et al., 2007).

Entre universitários, a atividade física pode ser fator de proteção contra a depressão e comportamentos relacionados ao suicídio (TALIAFERRO et al., 2009). A atividade física reduz o risco de acidente vascular cerebral, hipertensão e depressão e é um fator determinante para o gasto de energia, sendo fundamental para o equilíbrio energético e para o controle de peso (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2010).

Para a Organização Mundial da Saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2010), a prática de atividade física suficiente é aquela realizada pelo menos 30 minutos diários de intensidade leve ou moderada em cinco ou mais dias da semana ou a prática de, pelos menos, 20 minutos diários de atividade física de intensidade vigorosa em três ou mais dias da semana.

A inatividade física é um fator de risco para o ganho de peso com a idade; é, também, um dos preditores de ganho de peso subsequente, tanto em homens quanto em mulheres. Além disso, os estudos na área salientam que o excesso de gordura corporal é um obstáculo para a adoção de um estilo de vida fisicamente mais ativo, aumentando a probabilidade de morbidades ou de morte prematura (SIMÃO; NAHAS; OLIVEIRA, 2006).

No que se refere aos dados epidemiológicos, pesquisa realizada com 292.553 brasileiros apontou que aproximadamente um quinto da população estudada – 59.096 (20,2%) – relatou não praticar nenhuma atividade física (KNUTH et al., 2011).

Santos et al. (2014) concluíram que o nível de sedentarismo se encontra elevado entre a população jovem universitária, haja vista que sua maioria, 78 (77,2%), não pratica atividade física regular.

Sabe-se que adotar e manter um estilo de vida fisicamente ativo é um processo que envolve múltiplas variáveis, como fatores demográficos, biológicos, psicológicos, cognitivos, emocionais, culturais e sociais (SILVA; PEREIRA, 2012). Alguns desses fatores podem implicar barreiras, dificultando ou desencorajando a prática de atividade física (MATTOS; MARTINS, 2000).

2.3 HÁBITOS ALIMENTARES

A alimentação, para além de ser uma necessidade fundamental do ser humano, é um dos elementos do estilo de vida que mais interfere na saúde das pessoas. O início da idade adulta é crucial para o desenvolvimento de hábitos alimentares que serão decisivos na qualidade de vida dos indivíduos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

Alimentação saudável é aquela que reúne os seguintes atributos: é acessível e não é cara, valoriza a variedade, as preparações alimentares usadas tradicionalmente, é harmônica em quantidade e qualidade, naturalmente colorida e segura sanitariamente (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

Os hábitos alimentares dos universitários são fortemente influenciados por fatores como o ingresso na universidade, pois para alguns a vida universitária implica deixar a casa dos pais e passar a viver em moradias estudantis em razão da localização da instituição; a falta de tempo para realizar refeições completas por causa das atividades acadêmicas que influenciam na escolha dos alimentos, na substituição de refeições completas por lanches práticos e rápidos, com alto valor calórico; e o estabelecimento de novos comportamentos e relações sociais (MATTOS; MARTINS, 2000).

A alimentação inadequada – rica em gorduras, com alimentos altamente refinados e processados e pobre em frutas, legumes e verduras – está associada ao aparecimento de diversas doenças, como arteriosclerose, hipercolesterolemia, hipertensão arterial, doença isquêmica do coração, infarto agudo do miocárdio, diabetes mellitus e câncer (BAZZANO; SERDULA; LIU, 2003).

Feitosa et al. (2010), ao investigarem os hábitos alimentares de estudantes de uma universidade pública do Nordeste, considerando as recomendações estabelecidas para a população brasileira, observaram que os universitários consumiam porções insuficientes de frutas, verduras e legumes, sendo que homens e mulheres apresentaram hábitos alimentares diferentes, enquanto as mulheres demonstraram inadequação para o

consumo de frituras, embutidos e doces e na troca de principais refeições por lanches, os homens relataram menor preocupação com a retirada de gordura aparente das carnes e maior frequência de consumo de bebidas alcoólicas.

O estilo de vida que os universitários adotam em relação à alimentação é preocupante, e esse fator pode contribuir no aumento da incidência de casos de obesidade e patologias associadas (ALVES, 2015).

2.4 DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

A saúde, o trabalho e a qualidade de vida estão intrinsecamente ligados, e níveis mais elevados de estresse levam a um declínio na qualidade de vida em decorrência da desmotivação, irritação, depressão e vida pessoal infeliz, impactando a interação dos indivíduos em diferentes pontos de sua vida (MEYER et al., 2012). Assim, o estresse prejudica a aprendizagem, uma vez que isso interfere diretamente nas funções executivas do cérebro e pode afetar o desempenho dos estudantes de graduação em momentos específicos ou ao longo de seu curso acadêmico (WOLF, 1994).

A ocorrência do acidente vascular cerebral está relacionada a fatores de risco, que dependem do estilo de vida e podem aumentar a probabilidade do desenvolvimento da doença (CARVALHO et al., 2011).

Os tipos de acidente vascular cerebral se dividem em isquêmicos ou hemorrágicos, com base nos mecanismos determinantes isquêmicos ou na topografia predominante do insulto hemorrágico. Cerca de 80% dos casos de acidente vascular cerebral são isquêmicos e, em sua maioria, ocorre oclusão tromboembólica no território arterial correspondente à manifestação neurológica, causando redução na pressão de perfusão cerebral (SACCO et al., 2013).

A hipertensão arterial sistêmica constitui um problema de saúde pública de amplitude global, sendo caracterizada por etiologia multifatorial, manutenção de níveis tensionais elevados e alterações metabólicas persistentes, o que acarreta graves complicações cardiovasculares (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015).

A diabetes mellitus (DM) (OLIVEIRA; VENCIO, 2014) faz parte de um grupo heterogêneo de distúrbios metabólicos que apresentam em comum a hiperglicemia, resultante da alteração da ação ou da excreção da insulina pelo pâncreas de forma parcial ou total, que irão classificar os tipos de diabetes, de acordo com a sua etiologia, em: DM 1, DM 2, diabetes gestacional e outros tipos específicos. Também há duas categorias classificadas como pré-diabetes: a glicemia de jejum alterada e a intolerância à glicose (BAADE; BUENO, 2016).

A obesidade é uma doença multifatorial que está associada ao desenvolvimento de inúmeras doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes mellitus, dislipidemia e hipertensão arterial (ABDULLAH et al., 2014; TOSELLI et al., 2014).

Segundo a World Health Organization (WHO), a obesidade é definida como uma doença crônica que se caracteriza pelo excesso de gordura corporal, causando comprometimentos à saúde do indivíduo. Em diversas pesquisas, nos últimos anos, houve a demonstração do aumento significativo do excesso de peso em razão de mudanças epidemiológicas, demográficas e socioeconômicas (FERRARI et al., 2012).

3 MÉTODOS

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva do tipo transversal, seguindo uma abordagem quantitativa de dados (THOMAS; NELSON, 2007). Foram convidados a participar desta investigação todos os estudantes matriculados em algum curso de graduação da Unoesc Chapecó; para responder aos objetivos deste trabalho foi aplicado um questionário informatizado em um dia de aula dos acadêmicos, e foram coletadas informações como sexo, idade, data de nascimento, estado civil, escolaridade dos pais e renda.

Para a avaliação do nível de atividade física, foi utilizado o IPAQ (Questionário Internacional de Atividades Físicas), versão curta, traduzido para o português. O nível de atividade física no lazer será categorizado em prática *<150 minutos/semana* ou *>150 minutos/semana*.

O questionário sobre hábitos alimentares é oriundo do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas não Transmissíveis por Inquérito Telefônico (Vigitel), implantado no Brasil em 2006. Esse questionário é composto de 18 questões que investigam hábitos em relação ao consumo de frutas, hortaliças, carne, bebidas, etc. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012). O uso de tabaco será avaliado por meio das questões: O Sr.(a) já fumou?; O Sr.(a) fuma atualmente? Para avaliar o consumo de bebidas alcoólicas foram utilizadas as perguntas: Com que frequência o(a) Sr.(a) toma bebidas alcoólicas?; Quantas doses de álcool o(a) Sr.(a) toma normalmente?

Os dados foram analisados por meio do software SPSS, versão 22, para análise das frequências absolutas e relativas, médias e desvios padrões (dp).

O projeto foi submetido e apreciado conforme a Resolução n. 466, de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNOESC, segundo Parecer n. 2.304.434, emitido em 28 de setembro de 2017, CAAE n. 72852217.2.0000.5367. Todos os discentes assinaram o TCLE.

4 RESULTADOS

Participaram desta investigação 117 pessoas, com idade média de 24,2 (dp = 6,5) anos (mínima de 18 anos e máxima de 55 anos) (Tabela 1).

Entre eles, a maior parte são homens, com etnia branca, solteiros e com idades entre os 20 e 25 anos, cerca de 70,2% estão matriculados no Curso de Educação Física, destacando que grande parte ingressou no ano 2017; mais da metade mantém o hábito de leitura em prol de seus estudos, alguns possuem trabalho remunerado do qual conseguem obter renda bruta mensal entre R\$ 937,00 e R\$ 1874,00, e a maioria reside no município em que realiza seus estudos, Chapecó (Tabela 1).

Um destaque serve para a escolaridade dos pais e mães, pois um grande número deles possui graduação completa (Tabela 1):

Tabela 1 – Características sociodemográficas e econômicas dos discentes da Unoesc Chapecó

Variáveis	N.	%
Sexo (n=117)		
Masculino	64	54,7
Feminino	53	45,3
Idade categórica		
Até 19 anos	14	12,0
20 a 25	78	66,7
26 a 30	15	12,8
31 ou mais	10	8,5
Estado civil (n=115)		
Solteiro	88	75,2
Casado	27	23,1
Etnia (n=117)		
Branca	93	79,5
Parda	21	17,9
Negra ou Preta	1	0,9
Amarela	2	1,7
Habito de leitura (n=117)		
Estudo	66	56,4
Lazer	23	19,7
Não	12	10,3
Estudo/Lazer	9	7,7
Graduação (n=117)		
Educação Física	88	75,2
Engenharia da Computação	18	15,4
Engenharia Civil	4	3,4
Sistemas de Informação	4	3,4
Arquitetura e Urbanismo	3	2,6
Ano de ingresso (n=115)		
2009	1	0,9
2012	3	2,6
2013	6	5,1
2014	22	18,8
2015	15	12,8
2016	33	28,2
2017	34	29,1
1997	1	0,9
Trabalho remunerado (n=116)		
Sim	85	72,6
Não	31	26,5
Renda bruta (n=113)		
Não tenho	22	18,8

Variáveis	N.	%
Menor que R\$937,00	19	16,2
Entre R\$ 937,00 e 1.874,00	50	42,7
Entre R\$ 1.875,00 e 2.811,00	12	10,3
Entre R\$ 2.812,00 e 3.748,00	5	4,3
Maior que R\$ 3.748,00	5	4,3
Reside atualmente (n=117)		
Chapecó	96	82,1
Coronel Freitas	2	1,7
Xanxerê	4	3,4
Seara	1	0,9
Quilombo	2	1,7
Paial	1	0,9
Nonoai	2	1,7
Planalto	2	1,7
Maravilha	2	1,7
Alpestre	2	1,7
Londrina	1	0,9
São Carlos	1	0,9
Ibiraíaras	1	0,9
Ano escolar Pai (n=117)		
Ensino Fundamental	53	45,3
Ensino Médio	31	26,5
Universidade	22	18,8
Pós-Graduação	4	3,4
Não sei	7	6,0
Ano escolar Mãe (n=117)		
Ensino Fundamental	36	30,8
Ensino Médio	44	37,6
Universidade	29	24,8
Pós-Graduação	5	4,3
Não sei	3	2,6

Fonte: os autores.

Nota: n: amostras; N: frequência absoluta; %: frequência relativa.

Em relação aos hábitos comportamentais, o tempo médio gasto com atividade física foi de 512,4 minutos (dp = 1053,7). A maior parte dos entrevistados atinge as recomendações de prática de atividade física semanal (>150 min./semana) (Tabela 2).

Além disso, grande parte dos estudantes tem uma percepção de saúde boa (45,3%), sendo que mais de 60% estão insatisfeitos com sua imagem corporal (Tabela 2).

É relevante destacar que 20,5% possuem carga de duas ou mais doenças, parte dos investigados diz consumir álcool entre duas a quatro vezes na semana, e um número razoável de estudantes não fuma (Tabela 2):

Tabela 2 – Hábitos comportamentais dos discentes da Unoesc Chapecó

Variáveis	N	%
Imagem corporal (n=117)		
Satisfeito	45	38,5
Insatisfeito	72	61,5
Nível de Atividade Física (n=117)		
Inativo	47	40,2
Ativo	70	59,8
Percepção de saúde (n=117)		
Muito boa	21	17,9
Boa	53	45,3
Regular	36	30,8
Ruim	6	5,1
Muito ruim	1	0,9
Carga de doença (n=117)		
Nenhuma	50	42,7
Uma doença	43	36,8
Dois ou mais doenças	24	20,5
Consumo de bebidas alcoólicas (n=93)		
Mensalmente ou menos	35	29,9
2 a 4 vezes na semana	35	29,9
2 a 3 vezes no mês	21	17,9
4 ou mais na semana	2	1,7
Fumante (n=117)		
Sim	3	2,6
Não	114	97,4

Fonte: os autores.

Nota: n: amostras; N: frequência absoluta; %: frequência relativa.

Um hábito relevante é que grande parte dos investigados diz consumir frutas todos os dias, sendo com mais frequência duas vezes ao dia (Tabela 3).

A ingestão de salada ocorre todos os dias para a maior parte dos investigados, com mais frequência no almoço; a adição de legumes cozidos ocorre principalmente de uma a três vezes por semana no almoço, o suco de frutas natural é consumido por 18,8% dos entrevistados, e a maior parte mencionou consumir três vezes na semana pelo menos um copo por dia (Tabela 3).

Tabela 3 – Hábitos alimentares dos discentes da Unoesc Chapecó

Variáveis	N	%
Vezes na semana que come frutas(n=109)		
1 vez na semana	6	5,1
2 vezes na semana	15	12,8
3 vezes na semana	13	11,1
4 vezes na semana	13	11,1
5 vezes na semana	14	12,0
6 vezes na semana	11	9,4
Todo dia	37	31,6
Come frutas num dia comum(n=109)		
Uma vez	42	35,9
Duas vezes	47	40,2
Três vezes ou mais	20	17,1
Consumo semanal de salada (n=102)		
1 vez na semana	6	5,1
2 vezes na semana	9	7,7
3 vezes na semana	11	9,4
4 vezes na semana	9	7,7
5 vezes na semana	22	18,8
6 vezes na semana	7	6,0
Todo dia	38	32,5
Consumo diário de salada (n=104)		
Almoço	74	63,2
Jantar	1	0,9
Almoço/Jantar	29	24,8
Consumo semanal de legume cozido(n=84)		
1 vez na semana	17	14,5
2 vezes na semana	14	12,0
3 vezes na semana	17	14,5
4 vezes na semana	9	7,7
5 vezes na semana	13	11,1
6 vezes na semana	3	2,6
Todo dia	11	9,4

Variáveis	N	%
Consumo diário de legume cozido (n=85)		
Almoço	62	53,0
Jantar	6	5,1
Almoço/Jantar	17	14,5
Consumo semanal de suco natural (n=88)		
1 vez na semana	21	17,9
2 vezes na semana	20	17,1
3 vezes na semana	22	18,8
4 vezes na semana	3	2,6
5 vezes na semana	9	7,7
6 vezes na semana	6	5,1
Todo dia	7	6,0
Consumo diário de suco natural (n=88)		
Um copo	42	35,9
Dois copos	26	22,2
Três copos ou mais	20	17,1

Fonte: os autores.

Nota: n: amostras; N: frequência absoluta; %: frequência relativa.

5 DISCUSSÃO

O objetivo neste estudo foi investigar as condições gerais de saúde e hábitos de vida dos discentes da Unoesc Chapecó, tentando traçar um perfil dos participantes para estudos posteriores.

Para a Organização Mundial da Saúde (WHO) (2010), a prática de atividade física suficiente é aquela realizada pelo menos 30 minutos diários de intensidade leve ou moderada em cinco ou mais dias da semana ou a prática de, pelos menos, 20 minutos diários de atividade física de intensidade vigorosa em três ou mais dias da semana. Assim, 60% dos estudantes atingem os níveis de atividades físicas semanais recomendados, o que é algo bom para quem tem horários apertados com os estudos e por 72,6% estarem trabalhando.

O fato de a maior parte dos estudantes estarem insatisfeitos com sua imagem corporal, apesar de realizarem atividades físicas regulares, pode estar ligado aos hábitos alimentares inadequados, pois de acordo com Mattos e Martins (2000), a falta de tempo para realizar refeições completas em decorrência das atividades acadêmicas que influenciam na

escolha dos alimentos, na substituição de refeições completas por lanches práticos e rápidos, com alto valor calórico; e o estabelecimento de novos comportamentos e relações sociais podem levar ao aumento indesejado da massa corporal.

Segundo Alves (2015), o estilo de vida que os universitários adotam em relação à alimentação é preocupante, e esse fator pode contribuir para o aumento da incidência de casos de obesidade e patologias associadas. Apesar de consumirem salada e legumes todos os dias, e suco natural frequentemente, isso parece não ser suficiente para suprir a ingestão de lanches práticos e rápidos, hábitos esses que podem influenciar na percepção de saúde e imagem corporal.

Ressalta-se que 20,5% dos estudantes possuem carga de três ou mais doenças, as quais podem também ser decorrentes desses maus hábitos alimentares. Segundo Bazzano, Serdula e Liu (2003), a alimentação inadequada – rica em gorduras, com alimentos altamente refinados e processados e pobre em frutas, legumes e verduras – está associada ao aparecimento de diversas doenças, como arteriosclerose, hipercolesterolemia, hipertensão arterial, doença isquêmica do coração, infarto agudo do miocárdio, diabetes mellitus e câncer. Alimentos que são vendidos na cantina das universidades por empresas de terceiros, normalmente, são lanches com valor calórico alto, o que pode vir a agravar algumas dessas doenças e prejudicar ainda mais a saúde em longo prazo.

Nos últimos anos, houve a demonstração do aumento significativo do excesso de peso em decorrência de mudanças epidemiológicas, demográficas e socioeconômicas (FERRARI et al., 2012).

A autopercepção de saúde contempla aspectos da saúde física, cognitiva e emocional, associando-se fortemente com o estado real ou objetivo de saúde das pessoas e pode ser encarada como uma representação das avaliações objetivas de saúde (ALVES; RODRIGUES, 2005). O percentual de 45,3% dos universitários que reportaram ter uma percepção de saúde boa pode estar sendo influenciado pelo fato de a maioria realizar atividade física regularmente e ter hábitos alimentares de certa forma adequados.

Algumas limitações devem ser consideradas na interpretação dos resultados deste estudo, como o delineamento transversal, o qual não permite estabelecer relação causal entre as variáveis, bem como o baixo número de pessoas que responderam à pesquisa, o que pode retratar um grupo específico de estudantes. No entanto, esta foi a primeira investigação que visou a todos os acadêmicos da instituição em questão e levantou de forma bem ampla todos os aspectos de saúde e hábitos de vida dos discentes.

6 CONCLUSÃO

Com base nos resultados obtidos, pode-se concluir que grande parte dos investigados estão insatisfeitos com sua imagem corporal e possuem uma carga de doenças alta; embora se alimentem razoavelmente bem, apresentem percepção de saúde positiva e quase metade atinja os níveis adequados de prática de atividade física, seria importante ampliar a prevalência de discentes ativos fisicamente e com dieta saudável para tentar melhorar, a partir desses aspectos, os demais quesitos analisados. Uma das formas seria oferecendo-lhes palestras e alguns informativos para a melhora de hábitos comportamentais e alimentares. Mesmo com seus horários apertados em razão de trabalho e estudos, tendo uma alimentação adequada e hábitos melhores, os resultados com sua carga de doença e imagem corporal irão mudar consideravelmente.

REFERÊNCIAS

ABDULLAH, A. et al. Estimating the risk of cardiovascular disease using an obese-years metric. **BMJ Open.**, v. 4, i. 9, p. 1-10, 2014.

ALVES, I. Educação nutricional e em saúde para universitários. In: SEMEX, 4., 2015, Teresina. **Anais...** Teresina: UFPI, 2015.

ALVES, L. S.; RODRIGUES, R. N. Determinantes da autopercepção de saúde entre idosos do Município de São Paulo, Brasil. **Rev Panam Salud Publica**, v. 17, n. 5-6, p. 333-341, 2005.

AZEVEDO, M. R. et al. Rastreamento de atividade física da adolescência para a idade adulta: um estudo de base populacional. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 1, p. 69-75, 2007.

BAADE, R. T. W.; BUENO, E. Co-construction of the healthcare autonomy for person with diabetes. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, n. 59, p. 941-951, 2016.

BARRETO, S. M.; PASSOS, V. M. A.; GIATTI, L. Comportamento saudável entre adultos jovens no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 2, p. 9-17, 2009.

BAZZANO, L. A.; SERDULA, M. K.; LIU, S. Ingestão de frutas e verduras e o risco de doenças cardiovasculares. **Current atherosclerosis reports**, v. 5, n. 6, p. 492-499, 2003.

BRANDÃO, M. P.; PIMENTEL, F. L.; CARDOSO, M. F. Impacto da exposição acadêmica sobre o estado de saúde de estudantes universitários. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 1, p. 49-58, 2011.

CARVALHO, J. J. et al. Patterns of management, and outcomes in Fortaleza, Brazil: A hospital-Based Multicenter Prospective Study. **Stroke**, v. 42, i. 12, p. 3341-3346, 2011.

COSTA, R. M.; SANCHES, M. N. Perfil do estilo de vida entre professores da rede estadual e particular de ensino regular da cidade de MURIAÉ-MG. **Revista Mineira de Educação Física**, v. 15, n. 1, p. 32-56, 2007.

FARIA, D. L. dos S. **Estudo comparativo dos estilos de vida dos estudantes de medicina da Universidade da Beira Interior no início e no final do curso**. 2012. Dissertação (Mestrado em Medicina)–Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2012.

FEITOSA, E. P. S. et al. Hábitos alimentares de estudantes de uma universidade pública no nordeste, Brasil. **Alimentos e Nutrição Araraquara**, v. 21, n. 2, p. 225-230, 2010.

FERRARI, T. K. et al. Modificações da adiposidade em escolares de acordo com estado nutricional: análise de 20 anos. **J. Pediatr.**, v. 88, n. 3, p. 239-245, 2012.

GUEDES, D. P.; SANTOS, C. A. dos; LOPES, C. C. Estágios de mudança de comportamento e prática habitual de atividade física em universitários. **Revista Brasileira de cineantropometria e desempenho humano**, v. 8, n. 4, 2006.

HERNÁNDEZ-ESCOLAR, J.; HERAZO-BELTRÁN, Y; VALERO, M. V. Frecuencia de factores de riesgo asociados a enfermedades cardiovasculares en población universitaria joven. **Revista de Salud Pública**, v. 12, n. 5, p. 852-64, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2010**. Divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010. Brasília, DF: INEP, 2011. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior: 2011 – resumo técnico**. Brasília, DF: INEP, 2013a.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2012**. Brasília, DF: INEP, 2013b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperiorsinopse>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior: 2013** – resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2013c.

KNUTH, A. G. et al. Prática de atividade física e sedentarismo em brasileiros: resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)–2008. **Ciência e saúde coletiva**, v. 16, n. 9, p. 3697-3705, 2011.

MATSUDO, S. M. et al. Nível de atividade física da população do Estado de São Paulo: análise de acordo com o gênero, idade, nível socioeconômico, distribuição geográfica e de conhecimento. **Revista brasileira de ciência e movimento**, v. 10, n. 4, p. 41-50, 2002.

MATTOS, L. L.; MARTINS, I. S. Consumo de fibras alimentares em população adulta. **Revista Saúde Pública**, v. 34, p. 50-55, 2000.

MEYER, C. et al. Qualidade de vida e estresse ocupacional em estudantes de medicina. **Ver. Bras. Educ. Med.**, v. 36, n. 4, p. 489-98, 2012.

MCCRACKEN, M.; JILES, R.; BLANCK, H. M. comportamentos de saúde do adulto jovem população EUA : risco comportamental fator Sistema de Vigilância. **Preventing Chronic Diseaser.**, v. 4, n. 2, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa Nacional de Intervenção Integrada sobre Determinantes da Saúde Relacionados com os Estilos de Vida**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.

MONTEIRO, A. I.; MEDEIROS, J. D. de; OLIVEIRA, J. R. de. Estilo de vida e vulnerabilidade social dos adolescentes no Bairro de Felipe Camarão, Natal/RN, 2005. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 9, n. 1, p. 176-190, 2007.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 2. ed. Londrina: Midiograf, 2001.

OJA, P.; BORMS, J. Perspectivas - série multidisciplinar de Educação Física e Ciências do Desporto. **Health Enhancing Physical Activity**, v. 6, p. 466, 2004.

OLIVEIRA, J. E. P.; VENCIO, S. (Org.). **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes**: 2013-2014. São Paulo: AC Farmacêutica, 2014.

PAIXÃO, L. A.; DIAS, R. M. R.; DO PRADO, W. L. Estilo de vida e estado nutricional de universitários ingressantes em cursos da área de saúde do Recife/PE. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 15, n. 3, p. 145-150, 2012.

SACCO, R. L. et al. An updated definition of stroke for the 21st century: a statement for healthcare professionals from the American Heart Association/American Stroke Association. **Stroke**, v. 44, i. 7, p. 2064-2089, 2013.

SANTOS, L. R. et al. Análise do sedentarismo em estudantes universitários **Revista Enfermagem UERJ**, v. 22, n. 3, p. 416-421, 2014.

SILVA, D. A. S. et al. Associação do sobrepeso com variáveis sociodemográficas e estilo de vida em universitários. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 11, p. 4473-4479, 2011.

SILVA, D. A. S.; PEREIRA, I. M. M. Estágios de mudança de comportamento para atividade física e fatores associados em acadêmicos de Educação Física. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 15, n. 1, p. 15-20, 2012.

SIMÃO, C. B.; NAHAS, M. V.; OLIVEIRA, E. S. A. de. Atividade física habitual, hábitos alimentares e prevalência de sobrepeso e obesidade em universitários da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, Lages, SC. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 11, n. 1, p. 3-12, 2006.

TALIAFERRO, L. A. et al. Associações entre atividade física e taxas reduzidas de desespero, depressão e comportamento suicida entre estudantes universitários. **Journal of American College Health**, v. 57, n. 4, p. 427-436, 2009.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. Métodos de pesquisa em atividades físicas. Porto Alegre: Artmed, 2007.

TOSELLI, S. et al. Prevalence of overweight and obesity in adults from North Africa. **Eur. J. Public Health**, p. 31-39, 2014.

VIEIRA, V. C. R. et al. Perfil socioeconômico, nutricional e de saúde de adolescentes recém-ingressos em uma universidade pública brasileira. **Rev. nutr.**, v. 15, n. 3, p. 273-282, 2002.

WOLF, T. M. Stress, coping and health: enhancing well-being during medical school. **Med Educ.**, v. 28, n. 1, p. 8-17, 1994.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Cardiovascular disease**. A global brief on hypertension: silent killer, global public health crisis [Internet] Geneva: WHO, 2013. Disponível em: <[http://www.who.int/cardiovascular_r_diseases/publications/global_brief_hypertension/](http://www.who.int/cardiovascular_diseases/publications/global_brief_hypertension/en)>. Acesso em: 23 out. 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Recomendaciones mundiales sobre actividad física para la salud**. Report. Geneva, 2010.

DIGA-ME SOBRE TEU SEXO, QUE TE DIREI QUEM ÉS

Paula Hosana Silveira Biazus¹
Douglas Casarotto de Oliveira²
Edson Pilger Dias Sbeghen³

RESUMO

Trata-se de uma genealogia acerca dos discursos sobre sexualidade dirigidos a adolescentes. Foram utilizados dois blocos de materiais: componentes do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) e artigos científicos e livros sobre sexualidade. Trabalha-se com os conceitos-ferramenta relações de poder, no intento de reconhecer quais atuam nessa atividade, e a noção de poder, considerando-o existente somente em ação, ambas a partir de Michel Foucault. Foram analisadas e reconhecidas três estratégias como principais, agindo concomitantemente: pastoral, disciplinar e biopoder. Percebeu-se que as orientações sobre as técnicas utilizadas para falar sobre sexualidade aos adolescentes reforçam as práticas profissionais e construção de uma verdade a partir destas, o ajustamento a padrões em conformidade com a sociedade e o ideal de saúde vigentes. Em suma, problematiza-se que essas oficinas atuam no limiar de cuidado e controle.

Palavras-chave: Adolescência. Genealogia. Sexualidade.

1 INTRODUÇÃO

Tem-se delimitado a adolescência ao período compreendido até a segunda década de vida. Sob as mais diversas temáticas, essa fase tem sido alvo de diversas pesquisas. Uno-me a estas com um “desde

¹ Especialista em Gestão de Recursos Humanos pelo Centro Universitário Internacional; Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica na Universidade Federal de Santa Maria; hsbiazus@gmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria; Doutorando em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor na Faculdade Integrada de Santa Maria. Email: douglascasarotto@hotmail.com

³ Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá; Doutorando em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina; edson.dias@unoesc.edu.br

sempre” interessada nessa passagem, fosse como criança que deseja tal liberdade que se vai ganhando ao passo que avança nessa fase, ou como mais um membro dessa comunidade, ou ainda, como estudiosa curiosa do assunto. Considera-se uma fase recentemente criada, datando do entre guerras (1918-1939), quando o crescimento urbano e o ingresso da mulher no mercado de trabalho modificaram os rituais de iniciação ao mundo adulto e separaram a infância da adultez. Convencionou-se olhar para tal etapa do desenvolvimento como permeada de intensas mudanças no corpo do sujeito – sejam elas de ordem física, psíquica e/ou social –, em que este passa a se apropriar ainda mais de sua construção, o que vem a justificar o atrativo pelas possíveis descobertas acerca dessas “primaveras” (BRONFENBRENNER, 1999; OUTEIRAL, 2008). Mais do que um olhar para a biologia, que condiz com a passagem da puberdade, a adolescência é uma etapa que se origina singularmente a cada vivência, e a partir desse entendimento é que passaram a saltar algumas dúvidas diante do seu papel: em estudo, em pesquisa e em experiência clínica.

Entre os estudos que já discorreram sobre a adolescência, encontram-se os que versam sobre os conflitos (ZAPPE; DIAS, 2012), as mudanças corporais (MOREIRA et al., 2013), as relações sociais (ARPINI; QUINTANA, 2003), etc., o que em nada nos surpreenderia visto que são temas comuns à qualquer etapa da vida do ser humano. A sexualidade tem se apresentado como um assunto daqueles que todos (acredita que) sabem o que é, mas quando se questiona quase sempre resulta em embaraço. Seja referente ao ato sexual (PAIVA; ARANHA; BASTOS, 2008), à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) (COSTA et al., 2001; TAQUETTE et al., 2005) e da gravidez (BOUZAS; MIRANDA, 2004), ou à identidade de gênero (GOMES, 2006; FREIRE et al., 2013), o sexo ainda é um tabu que atinge as mais diversas populações, independentemente de classe socioeconômica ou cultural. Discutir o tema tem se demonstrado de suma importância, especialmente porque a sexualidade é colocada como uma das categorias primordiais do crescimento do indivíduo em direção a sua identidade adulta, bem como da sua inserção na estrutura social e determinação de sua autoestima

e relações afetivas (HERCOWITZ, 2002; PINTO, 1997). Com isso, a nós, ocidentais, o assunto talvez intimide mais, pois estamos inseridos em uma sociedade marcada pela colonização, embebida nos preceitos cristãos e acostumada a acreditar que a preservação das intimidades é caráter que garante respeito, e abrir o verbo sobre o assunto pode causar estranheza e, portanto, afastamento.

A partir da inserção num grupo de estudos sobre adolescência e violência, o Grades,⁴ no qual o centro das atenções eram as relações entre adolescentes e o conflito com a lei, a sexualidade – enquanto tema de estudos – foi se excitando. De tudo que fora experimentado com essa vivência, envolta em transcrições de entrevistas, pesquisas de graduação e mestrado das integrantes do grupo, leituras e produções científicas, percebi que meu foco com esse público era outro. Após três anos, as questões que mais me tencionavam eram acerca do que deixava de ser dito sobre os processos que produziam essas formas de pensar sobre o assunto sexualidade. Dado o impasse, acreditava precisar de outros espaços e referências para dar conta das dúvidas que fui me lançando. Portanto, ao me interessar por como se produzem as formas de ver e falar sobre a sexualidade, ou, em outras palavras, como tais formas ganham/ganharam status *de verdades* e autorização de circular em detrimento de outras, me aproximei da genealogia. Diante disso e das disciplinas que foram se agregando ao meu currículo acadêmico, bem como da convocação a falar sobre o assunto, os problemas que foram se delineando são: o que se tem falado para os adolescentes sobre sexualidade? Que relações de forças produzem as maneiras de falar sobre a sexualidade aos adolescentes?

2 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Nesta seção serão abordados os conceitos-ferramenta utilizados para a construção metodológica desta pesquisa. Serão apresentadas

⁴ Grupo de Estudos sobre Adolescência e Violência, parte do Grupo de Pesquisa Avaliação e Intervenções em Saúde e Desenvolvimento, cadastrado junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

a seguir as noções da pesquisa genealógica e relações de poder, ambas forjadas por Foucault (1979, 1999). Em relação à noção de relação de poder, a leitura de Deleuze (2005) acerca da obra de Foucault foi importante para auxiliar na compreensão sobre o seu funcionamento como produtor da realidade. Além desses conceitos, nesta seção também será explicitada a forma como os dados para essa pesquisa foram produzidos.

2. 1 A GENEALOGIA

Destaca-se a importância do rigor técnico e ética pertinentes às pesquisas científicas, bem como da elevação de importância da experiência e instilação do desejo na construção desta, visto que são atravessamentos que dizem e muito sobre a escolha das problemáticas a serem discutidas. Assim, essa tarefa conjunta, de leitura (e por que não de mergulho), é abraçada pela genealogia, que nas palavras de Foucault (1979), está “no ponto de articulação do corpo com a história. Portanto, a análise genealógica deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo”, fazendo ressuscitar e re-legitimar saberes que estavam sendo deixados de lado em favor de uma ciência detida por alguns (FOUCAULT, 1979).

Em *Microfísica do Poder*, Foucault parece ressaltar a importância da localidade da crítica. Em outras palavras, a da análise tempo-espacial da crítica realizada, pois é daí que se notam os conflitos que erigiram e deram forças a essa fala. Sobre estes, o autor afirma que são

estes blocos de saber histórico que estavam presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos e que a crítica pode fazer reaparecer, evidentemente através do instrumento da erudição; bem como uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade. (FOUCAULT, 1979).

Temporariamente podemos denominar a genealogia como “o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais.” (FOUCAULT, 1979, p. 98). Mas “quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, os diversos dispositivos de poder que se exercem a níveis diferentes da sociedade, em domínios e com extensões tão variados?” (FOUCAULT, 1979, p. 99), já perguntara Foucault quando apontava para o reconhecimento de forças e poderes nos discursos, bem como de seu desmantelamento. Porém, ao contrário de uma pesquisa de origem, a genealogia se configura como oposto do desdobrar meta-histórico⁵ das significações ideais e das indefinidas teleologias⁶ (FOUCAULT, 1979, p. 99.). Logo, dentro desta pesquisa, não é tanto dizer o que se fez com o sexo, mas quem fez, “quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o ‘fato discursivo’ global, a ‘colocação do sexo em discurso’.” (FOUCAULT, 1999, p. 17).

Para a produção deste artigo, o material de análise foi separado em dois blocos. O primeiro refere-se aos materiais encontrados em pesquisa realizada na Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde, nos meses de janeiro a março de 2014, com os descritores *adolescente, saúde e sexualidade*. Foram encontrados 120 links que redirecionam a documentos oficiais, cartilhas, *folders*, vídeos, entre outros materiais utilizados na abordagem da sexualidade pelos núcleos da saúde e educação. A filtragem dos materiais convergiu na seleção de sete materiais que fazem parte do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) dada a abrangência do conteúdo e a pertinência à discussão multidisciplinar do tema sexualidade, bem como por se enquadrarem no período demarcado em pesquisa (2008-2013). São eles: “Histórias em Quadrinhos – Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas: um guia para

⁵ Investigação que propõe determinar as leis que regem os fatos históricos e o lugar destes, em uma visão explicativa do mundo.

⁶ Estudo filosófico dos fins, objetivos.

utilização em sala de aula” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010b), “Adolescentes e Jovens para a educação entre pares. Saúde e Prevenção nas Escolas: Sexualidades e Saúde Reprodutiva” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010c), “Adolescentes e jovens para a educação entre pares. Saúde e Prevenção nas Escolas: Metodologias” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010a), “Adolescentes e jovens para a educação entre pares. Saúde e Prevenção nas Escolas: Adolescências, Juventudes e Participação” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010a), “Adolescentes e jovens para a educação entre pares. Saúde e Prevenção nas Escolas: Raças e Etnias” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010e), “Adolescentes e jovens para a educação entre pares. Saúde e Prevenção nas Escolas: Gêneros” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010c), “Adolescentes e jovens para a educação entre pares. Saúde e Prevenção nas Escolas: Diversidades Sexuais” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010b) e o “Pense: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar” (IBGE, 2013).

Já o segundo diz respeito às produções científicas dos anos 2008 a 2014, e a questão da metodologia precisou ser repensada. Com os descritores *adolescente*, *saúde* e *sexualidade*, ora em conjunto, ora separados em pesquisa nas bases de dados Scielo, Lilacs e Bireme, deram corpo a uma pesquisa que extrapolou o que anteriormente fora estabelecido. Dada a necessária explicitação de conceitos e que não foram satisfeitas com o período determinado em projeto, a necessidade de regredir cronologicamente urgiu, resultando no alargamento do período pesquisado para 2000 a 2014. Além desses motivos, a fim de

que se pudessem colocá-los em análise, a pertinência dos conteúdos foi fator determinante na seleção de 19 artigos científicos e consequente ramificação a partir das referências destes.

2.2 O QUE SÃO RELAÇÕES DE PODER?

A verdade é aquilo que dizemos ser verdadeiro – que equivale a dizer que as verdades não são descobertas pela razão, mas sim inventadas por ela. (VEIGA NETO, 2007, p. 90).

Para Foucault (1995), compreender a existência humana e suas relações de poder deve passar sobre o estudo dos seus modos de subjetivação e mais; a partir de algumas temáticas poderíamos demarcar os estatutos que a normatizam, mas o poder não é da ordem do substantivo ou adjetivo, e sim do verbo. Além de denotar-se como a capacidade de modificar algo a partir de habilidades instrumentais, pode ser entendido como “um jogo de relações entre indivíduos (ou entre grupos)”, bem como entre parceiros. Ele não é uma substância que se encontra concentrada ou distribuída, ele só é enquanto exercício, conjugação, o é em relação, é uma ação que circula, circunda forças. Em síntese, a partir de Deleuze (2005), um coletivo das ações sobre ações. Ainda conforme o autor:

as relações de força não emanam de um ponto central ou de um foco único de soberania, mas vão a cada instante “de um ponto a outro” no interior de um campo de forças, marcando inflexões, que elas não são localizáveis numa instância ou noutra. Constituem uma estratégia, enquanto exercício do não-estratificado, e “as estratégias anônimas”, quase mudas e cegas, pois escapam às formas estáveis do visível e do enunciável. (DELEUZE, 2005, p. 81).

Retomando o tema da pesquisa, que fora sendo aflorado no decorrer de todo o percurso acadêmico, aliados ao trecho resgatado de Deleuze, podemos, nesse momento, compreender que a forma de abordar um determinado assunto constitui-se do entrecruzamento de diversas linhas, discursos, conteúdos, formas, ou melhor, recebe

a contribuição de vários saberes para tornar-se tal como é. E isso não poderia ser diferente com a sexualidade, tampouco com a adolescência. Admite-se que as formas assumidas por esses conceitos descendem do cerceamento de diversas práticas, a ponto de que se construa um espaço para que estes sejam reconhecidos. Nesse sentido, precisamos esclarecer alguns conceitos os quais se fazem importantes para compreender como a produção de determinadas verdades passam a ser fundamentais para que possam ser instrumentos para diversos exercícios de poder.

Analisando que o status de cientificidade é conectado a uma promessa de resultado, como no campo da saúde funcionam as orientações de “assim é mais saudável”, o poder pastoral ainda pode ser reconhecido em nosso cotidiano. Tal estratégia refere-se a uma prática utilizada há muito tempo em nossas sociedades. Demanda sacrifício, abdição para que se possa tornar merecedor da salvação ou de algum benefício “maior”. Personificada na figura do pastor, este torna-se o personagem central, detentor das respostas aos mistérios da vida lançados ao rebanho e que chega até ele por meio da confissão. Nesse sentido, os desgarrados também são necessários para a consecução das pretensões divinas (FOUCAULT, 1999).

As disciplinas são um conjunto das capacidades técnicas, comunicações e relações de poder, em caráter de codependência entre si. A preocupação do poder disciplinar gira em torno da estruturação de um tipo específico de indivíduo, que de acordo com Foucault, atua na regência da multiplicidade dos homens de forma que esta redunde em corpos individuais que possam ser treinados, vigiados, “utilizáveis” e, eventualmente, punidos. Atualizando essa acepção, podemos encontrar seus efeitos nas práticas de deliberação da norma, elaborando o que é normal, aceitável, exigível para os interesses das instituições modernas, o que geralmente se percebe na atuação científica, determinando, por exemplo, espaços exclusivos para o conhecimento. Após o século XIX, o filósofo afirma que será observado o surgimento de uma nova tecnologia de controle sobre os corpos (FOUCAULT, 1995; FOUCAULT, 2005).

Em vez de uma substituição por completo – como se fosse possível –, essa nova tecnologia de poder vem para fortalecer a anterior. O biopoder pode ser caracterizado como “direito de fazer viver ou de deixar morrer.” (FOUCAULT, 2005, p. 287). Seu manejo deixa de ser sobre corpos em espaços localizados, com manuais de conduta conhecidos, porém invisíveis (disciplinar), para se efetivar sobre o homem-espécie, massas afetadas pelos processos da vida (nascimento, morte, modos de produção, doença, meio ambiente, etc.) e que pelos riscos inerentes a esses é que precisariam ser cuidadas. Em outras palavras, o biopoder é uma espécie de intervenção que procura propiciar a saúde e o bem-estar dos indivíduos mediante a criação de mecanismos reguladores da própria vida dessa população.

A partir desses três poderes, podemos afirmar que se produzem as formas *aceitas* e ou *verdadeiras* de se ver e falar sobre adolescentes e sexualidade. Assim, colocadas à vista, essas noções serão postas em análise neste artigo, no qual buscaremos explicitar essas relações em jogo, bem como seus interesses e efeitos. Tal jogo recebe o nome de sociedades de controle. Os poderes pastoral e disciplinar, e biopoder, são postos em funcionamento simultâneo, visto que nada se encerra (DELEUZE, 1992) através dos meios de comunicação, em que suas estratégias podem então alcançar em maior quantidade e submeter os sujeitos a um controle. Nesse tipo de sociedade, é a cifra que configura o sujeito, ela quem determina o acesso ou a rejeição a determinados territórios, em que o novo confinamento é a dívida (DELEUZE, 1992). Dívida financeira em contraponto à dívida com a obediência ao divino. O objeto das sociedades de controle não é mais o corpo, mas o desejo, em que sentimentos de culpa, medo e individualização, representantes consequentes das estratégias de poder anteriormente citadas, tornaram-se motores da existência.

Julga-se importante explicitar a importância estratégica do estudo acerca dos materiais estudados: cartilhas, materiais-guia e pesquisa; pois, além de seus conteúdos, a partir de sua distribuição as relações de poder já estão operando. Para entender essa característica é importante destacar as ligações entre relações de poder e relações de comunicação.

É fato que comunicar é uma forma de ação sobre um outro, mas “a produção e a circulação de elementos significantes podem perfeitamente ter por objetivo ou por consequências efeitos de poder, que não são simplesmente um aspecto destas.” (FOUCAULT, 1995, p. 240). Inevitavelmente estas acabam se imbricando, apoiando e se utilizando da outra como instrumento. A inter-relação entre elas não se faz de maneira uniforme nem constante, na maior parte do tempo. Existem diversas maneiras, locais, motivos ou situações em que estas se estabelecem de modos específicos; do mesmo modo em que as redes de comunicação e relação de poder constituem “sistemas regulados e concordes”. Analisar a disciplina da sexualidade ou a disciplina da adolescência, como quem estuda o que cada uma representa na sociedade atual, é discriminar os esquemas e espaços ocupados por estas, bem como as funções a que se prestam quando são evocadas, suas articulações de “finalidade objetiva, de comunicações e de poder.” (FOUCAULT, 2005 p. 241). Ressalta-se, também, que compreender essas relações de disciplina não significa saber como os sujeitos se tornaram mais obedientes a partir do século XVIII na Europa ou que as enxerguem em todos os cantos e casulos da vivência, mas “que se tentou um ajuste cada vez mais controlado – cada vez mais racional e econômico – entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e o jogo das relações de poder.” (FOUCAULT, 2005, p. 241).

3 CAMPO MINADO: AS ESTRATÉGIAS

A fim de darmos rosto às estratégias anônimas (DELEUZE, 2005) utilizadas como técnicas para produzir o atual modo de falar sobre sexualidade aos adolescentes, neste momento apresento as análises que culminam em dois tópicos, a saber: “criando ovelhas negras” e o “admirável poder novo”, os quais abordam, respectivamente, o poder pastoral e os poderes disciplinar e de biopoder.

3. 1 CRIANDO OVELHAS NEGRAS

No dito popular, ovelha negra é pessoa que se destaca das demais por não se enquadrar nos padrões da sociedade. A apropriação dessa representação parte de dois locais: do ideal de que todas as ovelhas precisam ser encaminhadas a um local seguro a partir da figura do pastor e/ou representante divino e da canção “Ovelha Negra”,⁷ da cantora paulista Rita Lee. Sobre esta última, trago o seguinte trecho:

Foi quando meu pai me disse:
“Filha, você é a Ovelha Negra da família”
Agora é hora de você assumir. Uh! Uh! E sumir!

Partindo para a contextualização do poder pastoral, podemos considerar que se demarca entre os séculos XVII e XIX, um período de grandes transformações no que diz respeito à condução da sexualidade.

Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo ou escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos “pavoneavam”. (FOUCAULT, 1999, p. 9).

A partir das novas concepções de infância, que incluem sua vulnerabilidade, a elevação (posterior) a uma *peculiar fase de desenvolvimento* (BRASIL, 1990), algumas condutas vão sendo tomadas na relação com o sexo: interdita-se, tapam-lhe olhos e ouvidos, impõe-se um silêncio generalizado sobre o mesmo, convocando a todos a reprimir, afirmar inexistência dessa atividade que, até o período vitoriano, era comum, em que “assim marcharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia

⁷ A música faz parte do LP “Fruto Proibido”, lançado em junho de 1975.

de nossas sociedades burguesas.” (FOUCAULT, 1979). E não estranho é que após séculos de “arejamento e expressão livre” coincidam com o desenvolvimento do capitalismo. O corpo, mais do que nunca, passa a ser o objeto favorito de controle e sendo o exercício da sexualidade uma forma de afirmação deste, torna-se ponto crucial de repressão. O sexo e as artes do corpo passam a se dissipar perante o objetivo maior de produção.

Durante o século XIX, a sexualidade parece poder caminhar somente por dois espaços: o da biologia da reprodução e o da medicina do sexo. Em um discurso quase tautológico,⁸ ambas trocavam informações que as sustentam somente enquanto pareadas. Para Foucault (1999, p. 55), mascaram-se sob um disfarce onde “obstáculos morais, as opções econômicas ou políticas, os medos tradicionais podiam se reescrever num vocabulário de consonância científica.” O que fugisse dessa trajetória racional era classificada como resistência e é nesse momento que se percebe que não era mais uma questão de dizer ou não a verdade, mas impedir que se produzissem verdades além do sexo verbalizado dentro destas ciências. Atentando ao que diz o filósofo quando se pensou estar proibindo o sexo e o conseqüente exercício da sexualidade, na verdade parece-nos muito mais que se abriram janelas para que se falasse cada vez mais sobre ele, mediante a regulação de seu modos, tal qual os tempos, movimentos e as funções a serem executadas ou não nas fábricas (FOUCAULT, 1999).

Para Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e o Ministério da Educação (2010a), dominar a criação de oficinas é de suma importância, a fim de que, com isso, se possam produzir outras atividades que gerem debates. Acrescenta-se o seguinte: “nenhuma oficina segue um rigor formal, como uma receita, mas segue uma lógica” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010a, p. 13), que seria o fazer pensar e falar sobre sexualidade a partir de referenciais e orientações repassados. Esse

⁸ Erro de lógica que consiste em repetir as mesmas frases com termos diferentes.

trecho nos remete muito ao funcionamento de pastoreio, visto que a lógica a que se refere é a produção de um bem-estar, bem como de seu entrecruzamento com a disciplina, já que se determina um espaço – que não em sala de aula – para que professores possam abordar a temática. Ainda sobre essa assertiva, incorre a seguinte em que nos parece existir a venda de um padrão de saúde, tal qual funciona em algumas seitas a venda de um espaço no céu/eternidade/nuvem brilhante por intermédio do cumprimento de seus mandamentos:

Uma pessoa que tem acesso a um serviço de saúde qualificado e a informações precisas, transmitidas em linguagem adequada e não preconceituosa, sobre saúde sexual, saúde reprodutiva, prevenção ou redução de danos no uso de drogas e prevenção ou enfrentamento das situações de violência, estará menos vulnerável que outra que tem que enfrentar filas enormes para marcar uma consulta, que não está mais estudando ou que tem professores(as) moralistas que se recusam a informar cientificamente sobre temas ligados à sexualidade, à promoção da saúde e à prevenção das doenças e agravos. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010a, p. 41).

Contextualizado o momento histórico em que o sexo nos parece ter virado um estranho monstro a ser evitado, percebemos também uma rotulação deste como um “messias” às avessas. Por meio de discursos sobre suas formas, incluindo as que não devem ser praticadas, o sexo acaba como conteúdo explícito ao invés de repreendido. Fala-se dele como quem defende um réu, em que a pregação percorre nosso cotidiano há um punhado de anos, prometendo as benfeitorias do porvir quando este for inocentado. Marca-se aí o poder pastoril, em que pese nossa análise sobre essa “revelação da verdade, a inversão da lei do mundo, o anúncio de um novo dia e a promessa de uma certa felicidade, estão ligados entre si.” (FOUCAULT, 1999, p. 13).

Apropriando-se da figura de uma entidade detentora do destino, da vida, morte, verdade, obediência e da própria identidade das pessoas, na qual somente a serventia e a sujeição ao seu código moral garantiria

a “vida eterna” e mais atualmente o *bem-estar* na terra, como a garantia de que uma sequência de atitudes garante um quantum de saúde. Para darmos um exemplo, sob o argumento de que “sexo e sexualidade são temas cada vez mais presentes nas escolas, nos serviços de saúde, nos meios de comunicação social, nas famílias, nos grupos de amigos(as) e até nas instituições religiosas, empresas e diferentes grupos da sociedade”, por serem assuntos conectados à vida e sujeitos a serem pautas cotidianas, “gerando dúvidas, polêmicas, debates, discussões e questionamentos”, emerge a proposta-mor da criação do fascículo “Sexualidades e Saúde Reprodutiva”, que reúne uma série de materiais e propostas de atividades “para que os(as) educadores(as) entre pares possam se basear e, com muita criatividade, construir coletivamente novos modos de relacionamento consigo próprio(a) e com as outras pessoas.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010c, p. 11). Ou seja, já que esses conteúdos estariam cada vez mais próximos da vida dos jovens, é papel dos (pastores) professores em determinar o rumo pelos quais estes podem ou não discutir, praticar, vivenciar a fim de resguardar tanto seu bem-estar quanto uma posição de saber acerca desses temas.

Através de normas de conduta explícitas e da pretensa liberdade dada por esse superior, em que se reflita sobre as penalidades dadas aos que não seguem o caminho “da verdade”, o reconhecer a mente das pessoas, a exploração de suas almas, o incentivo da revelação dos seus segredos mais íntimos – por meio da confissão – tornou-se base do exercício desse poder, visto que o saber dos mínimos detalhes também interessava “ao senhor” já que “aos olhos de Deus nenhuma imensidão é maior que um detalhe, e nada há tão pequeno que não seja querido por uma dessas vontades singulares.” (FOUCAULT, 1986, p. 128). Tal estratégia, presente e decorrente das atividades pastoris, espalhou-se por diversos setores da sociedade, e sobre isso o autor acrescenta que é preciso estar muito iludido com essa artimanha que atribui “à censura, à interdição de dizer e de pensar, um papel fundamental; é necessária uma representação muito

invertida do poder, para nos fazer acreditar que é de liberdade que nos falam todas essas vozes.” (FOUCAULT, 1999, p. 60).

Disso, retomamos à força dada às oficinas como espaço para que as vozes de adolescentes e jovens ecoem por todos os lados. Desse arдил, presente no projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), que visa à “formação de adolescentes e jovens no campo da sexualidade, da educação sobre drogas e da infecção pelas DST, o HIV e a aids” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010a, p. 11), podemos concluir que ainda existe um valor muito grande dado à fala e, por consequência, de confissão – de dúvidas, medos, crenças – das questões relacionadas à sexualidade, pois somente assim se poderá chegar à verdade a partir de uma *exagoresis*,⁹ visto que através da orientação contida nesses materiais que se crê poder “fomentar a participação juvenil para que adolescentes e jovens possam atuar como sujeitos transformadores das suas realidades.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010a, p. 11). Ecoa, a partir dessa constatação, um trocadilho¹⁰ “diga-me sobre teu sexo, que te direi quem és”: ovelha negra ou ovelha branca?

3. 2 ADMIRÁVEL PODER NOVO¹¹

*“Até achava que aqui batia um coração
Nada é orgânico é tudo programado
E eu achando que tinha me libertado.”¹²*

⁹ Análise e continuidade da verbalização dos pensamentos, levando a uma relação de obediência à vontade do outro.

¹⁰ A troca de palavras fora realizada com o ditado popular “Diga-me com quem andas, que te direi quem és.”

¹¹ Referência à composição *Admirável Chip Novo* da cantora baiana Pitty que, por sua vez, baseia-se na obra *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley, que narra um hipotético futuro no qual as pessoas são pré-condicionadas biologicamente e condicionadas psicologicamente a viverem em harmonia com as leis e regras sociais, dentro de uma sociedade organizada por cotas.

¹² Trecho extraído da canção *Admirável Chip Novo* do CD homônimo da cantora baiana Pitty (2003).

Ao passo que nas sociedades disciplinares o homem circulava por espaços fechados, a saber família, escola, caserna, fábrica, eventualmente hospital, e prisão – “o meio de confinamento por excelência” – e cada qual com suas leis, nas sociedades de controle as palavras-chave são rede e conexões. Na mesma esteira, podemos comparar as diferenças entre esses tipos de sociedades da seguinte forma: nas de disciplinas, assinatura e número de matrícula eram fatores determinantes de identificação, classificando o indivíduo e sua posição na massa, em que Foucault via, nesse duplo cuidado, a similaridade com o poder pastoral – o rebanho e cada um dos animais –; já nas de controle, é a cifra quem configura o sujeito, ela quem determina o acesso à informação ou a rejeição, e o novo confinamento passa a ser a dívida (DELEUZE, 1992).

Em passagens do tipo “as relações de gênero, quando desiguais, tendem a aprofundar outras desigualdades [...] tais como a discriminação em função da classe *socioeconômica*, nível de escolaridade, raça e etnia, idade, orientação sexual, condições de saúde ou deficiência, dentre outras” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010c, p. 19) e “uma pessoa pode estar mais frágil do que a outra não só pelas suas características pessoais, mas, também, pelas suas condições *socioeconômicas* [...]” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010e, p. 36, grifo nosso), é visível que as condições financeiras/econômicas/socioeconômicas passaram a ser critério de discriminação, especialmente no que tange ao acesso à informação, serviços e estratégias de cuidado; bem como de um confinamento “renda x, informações x, tratamento x”, “renda y, informações y, tratamento y”.

Já Costa (2004, p. 162, grifo nosso) afirma que nessa transição de sociedades, “as massas [...] tornaram-se *amostras, dados, mercados*, que precisam ser rastreados, cartografados e analisados para que *padrões de comportamento repetitivos* possam ser percebidos.” Os *homens* passaram a ser considerados *fluxos sociais* e de mercado, em que o negativo destes se transforma em suspeita e merecedora de intervenção.

Tal assertiva fundamenta-se em seu discurso sobre o uso da comunicação como meio de controle, unido ao fato de que o poder se encontra “disperso numa rede planetária, difuso.” (COSTA, 2004, p. 162). Daí se conclui que se chegou na modulação contínua da sociedade de controle que nos fala Deleuze (1992), pois deixamos de olhar as informações associadas a indivíduos para as visualizar como relacionadas entre si dentro de um quadro maior e, ainda, determinantes de um comportamento (COSTA, 2004, p. 166). A própria descrição dos estudos realizados, a exemplo da Pense (IBGE, 2013, p. 29), ilustram essa condição de “amostragem”. Vejamos:

investigou alguns fatores comportamentais de risco e de proteção à saúde em uma amostra de estudantes que estavam frequentando o 9º ano (antiga 8ª série) do ensino fundamental, no turno diurno de escolas públicas ou privadas, situadas nas zonas urbanas ou rurais de um conjunto de municípios situados no território brasileiro.

Conforme a perspectiva de Boullier (2000), que define o ser humano como um ser em rede, já não basta mais o título de propriedade ou o pagamento de aluguel como prova de domicílio, mas, sim, nossa inscrição nessas redes, nosso estatuto de consumidor de fluxos técnicos que serve como prova jurídica de nosso pertencimento espacial (BOULLIER, 2000). As redes sociotécnicas são muitas: água, transportes, comércio, telecomunicação, telefonia, comunicação, TV, jornal, computação, *web*, portáteis. Estamos dentro de muitas redes simultaneamente e permanentemente, *always on and everywhere*¹³ (RHEINGOLD, 2002). Na cidade digital, em casa ou no trabalho, pelo fato de essas redes estarem interconectadas, podemos acessar múltiplos serviços sem a necessidade de nos deslocarmos. Uma nova lógica, portanto, estaria em curso, no que diz respeito aos deslocamentos e acessos. Existiríamos somente no virtual, em senhas, como nos alerta Deleuze (1992): “diante das próximas formas de controle incessante em meio aberto, é possível que

¹³ *Sempre e em todos os lugares* (tradução nossa).

os mais rígidos sistemas de clausura nos pareçam pertencer a um passado delicioso e agradável.”

Assim, podemos dizer que o impacto dos poderes midiáticos é outro fator que surge nas discussões de Foucault. O que está em perspectiva na obra foucaultiana é “a formação do novo, a emergência ou o que Foucault chamou de ‘a atualidade’” (DELEUZE, 1992, p. 109) e portanto percebe-se uma ênfase nos processos de subjetivação que estão em curso, a partir dos quais realiza a constituição dos sujeitos. “Foucault era fascinado pelos movimentos de subjetivação que se delineiam hoje em nossas sociedades: quais são os processos modernos que estão em vias de produzir subjetividade?” (DELEUZE, 1992, p. 189). As observações do autor nos permitem considerar que os meios de comunicação têm um papel estratégico nas formas de controle que estão se firmando hoje. No limite, o autor propõe duas denominações possíveis para o atual estágio das sociedades capitalistas: “sociedades de controle ou de comunicação” (DELEUZE, 1992, p. 217).

Os meios e efeitos do controle midiático tornam-se evidentes em diversos contextos (CARVALHO, 2012, p. 21), exaltando novas produções de subjetividade, seja nos programas de auditório ou *reality shows* em que os prêmios são dados àqueles que mais se dedicam aos propósitos (sejam perguntas, Mega Senha – Rede TV!, sejam modelos de comportamento, Big Brother – Globo, ou de pretensas superações, No Limite – Globo) ou em produções específicas que abordam temas de saúde ou padrões vigentes (Que roupa vestir, Esquadrão da Moda – SBT, o que comer ou que exercício fazer para atingir ideais de saúde (Bem Estar – Globo) ou como obter o melhor de seus filhos, Super Nanny – SBT). Em “*Diversidades Sexuais*” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010b) podemos visualizar essa influência desta e a desconsideração de outros fatores que contribuem para tal na seguinte orientação de uma oficina sobre diferenças:

Explique que, nos dias de hoje, a comunicação assume um papel fundamental nos processos de compreensão do mundo e que seus diferentes veículos (rádio, TV, publicidades, internet etc.) são o principal espaço de circulação de informações e muito importantes para a formação da opinião pública. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010b, p. 48).

Já em trechos como o seguinte, podemos visualizar a relação restrita que se realiza entre o conhecimento sobre as populações, os riscos e a necessidade de intervenção, em que se focaliza em aspecto unívoco (DST/HIV) para abordar o tema saúde na adolescência.

A promoção da saúde, por sua vez, envolve a defesa do direito ao bem-estar individual e coletivo, e depende também da garantia de outros direitos, além do direito à saúde. E, para promover a saúde e diminuir a incidência das DST e do HIV na população adolescente e jovem, é necessário conhecer, também, suas vulnerabilidades, ou seja, avaliar objetivamente as diferentes possibilidades que cada adolescente ou jovem tem de se proteger ou de se infectar por essas doenças. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010a, p. 11).

4 FINALIZANDO, MAS SEM INTERROMPER

Pey (2004, p. 111) salienta que se pesquisa com Foucault pela vontade de saber, pelo desejo de problematizar, desmanchar verdades que se pretendem definitivas. Ao longo desse percurso, o anseio traduzia-se mais pela descoberta dos objetivos que culminavam na produção dos materiais estudados do que pelo conteúdo.

Como já fora citado, o poder só existe em relação, e com isso, a atual rede de comunicação da sexualidade pode ser diagnosticada como atravessada, também, pelos três poderes aqui expostos. Durante esse percurso, observamos as estratégias de biopoder funcionando de forma mais clara, pois ao se considerarem os indivíduos enquanto peças estatísticas e utilizadas entre as relações de Estado e sujeitos é que surgem

as justificativas para construção dos materiais estudados, bem como da realização das oficinas.

Em breve síntese, a sexualidade de criação tornou-se objeto e foi cooptada. Analisando, a partir de Baremlitt (1998), essa atividade de cooptação da sexualidade nutre-se pela necessidade de gerência da vida nos mínimos detalhes e que se tem pretendido realizar, no Brasil, desde os anos 1970 (PREVE, 1997). Direcionando nosso olhar ao público adolescente, afirma-se que a educação sexual funciona como “dispositivo de segurança” (FOUCAULT, 1979), em que, por meio do discurso aceito e referenciado cientificamente, respondendo a uma necessidade de proteção dos adolescentes diante de DSTs, gravidez e tolerância à diversidade sexual, busca-se um molde de condutas desejáveis, bem como transformar o indefinido em um padrão – ainda sob uma lógica disciplinar –, com pensamento em conformidade aos anseios de um terceiro – estruturando-se em uma lógica pastoral – e que respondam a uma gama de características que em conjunto promovem um ideal de saúde – biopoder.

Nota-se, portanto, um *laissez-passer*,¹⁴ em razão da inexistência de qualquer ruptura moral nos últimos dois milênios (PEY, 2004), formando uma espécie de vácuo onde se tem deixado de problematizar as intervenções do Estado e que permitiriam a produção de novas subjetividades. Uma possibilidade de problematização, tendo em vista que a sexualidade é utilizada como instrumento de manejo das populações e a adolescência é, aqui, considerada dispositivo e dado estatístico a ser manipulado, é a afirmação de que essas oficinas atuam no limiar do cuidado e do controle.

REFERÊNCIAS

ARPINI, D. M.; QUINTANA, A. M. Identidade, família e relações sociais em adolescentes de grupos populares. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 20, n. 1, abr. 2003.

¹⁴ Em tradução livre, do francês, significa deixar passar.

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1998.

BOULLIER, D. Processeur et réseau: les nouveaux formats de l'être urbain. In: SANDOVAL, V. (Org.). **La Ville Numérique**. Paris: Hermes, 2000. p. 171-190.

BOUZAS, I.; MIRANDA, A. T. Gravidez na adolescência. **Adolesc Saúde**, v. 1, n. 1, p. 27-30, 2004.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRONFENBRENNER, U. Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. In: FRIEDMAN, S. L.; WACHS, T. D. (Ed.). **Measuring environment across the life span: Emerging methods and concepts**. Washington, DC: American Psychological Association, 1999. p. 3-28.

CARVALHO, P. R. Mídia e Controle: implicações para a subjetividade contemporânea. **Revista Espaço Acadêmico**: Maringá, n. 136, p. 18-26, set. 2012.

COSTA, M. C. O. et al. Sexualidade na adolescência: desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção. **Jornal de Pediatria da Sociedade Brasileira de Pediatria**, v. 77, supl. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.jpmed.com.br/conteudo/01-77-S217/port.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

COSTA, R. Sociedade de controle. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 161-167, mar. 2004.

DELEUZE, G. **Conversações**. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G. **Foucault**. Tradução Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2005.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: A vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1986.

FREIRE, E. C. et al. A clínica em movimento na saúde de TTTs: caminho para materialização do sus entre travestis, transsexuais e transgêneros. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, set. 2013.

GOMES, V. L. O. A construção do feminino e do masculino no processo de cuidar crianças em pré-escolas. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 1, mar. 2006.

HERCOWITZ, A. Gravidez na adolescência. **Pediatria moderna**, São Paulo, v. 38, n. 8, p. 392-395, 2002.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**: 2012. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013.

MOREIRA, R. M. et al. Adolescência e Sexualidade: Uma Reflexão com Enfoque Bioético. **Adolesc Saúde**, v. 10, n. 3, p. 61-71, jul./set. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares. Saúde e Prevenção nas Escolas:** Adolescências, Juventudes e Participação. Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Brasília, DF, 2010a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares. Saúde e Prevenção nas Escolas:** Diversidades Sexuais. Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Brasília, DF, 2010b.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares. Saúde e Prevenção nas Escolas:** Gêneros. Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Brasília, DF, 2010c.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares. Saúde e Prevenção nas Escolas:** Metodologias. Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Brasília, DF, 2010d.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares. Saúde e Prevenção nas Escolas:** Raças e Etnias. Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Brasília, DF, 2010e.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares. Saúde e Prevenção nas Escolas:** Sexualidades e Saúde Reprodutiva. Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Brasília, DF, 2010f.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Um guia para utilização em sala de aula. Histórias em Quadrinhos.** Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Brasília, DF, 2010g.

OUTEIRAL, José. **Adolescer.** Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

PAIVA, V.; ARANHA, F.; BASTOS, F. I. Opiniões e atitudes em relação à sexualidade: pesquisa de âmbito nacional, Brasil 2005. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, supl. 1, jun. 2008.

PEY, M. O. De como quebrar as palavras e as coisas: o papel do intelectual. In: PEY, M. O.; BACCA, A. M.; SÁ, R. S. **Nas pegadas de Foucault:** apontamentos para a pesquisa de instituições. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

PINTO, H. D. S. A individualidade impedida: adolescência e sexualidade no espaço escolar. In: AQUINO, J. G. **Sexualidade na escola:** alternativas teóricas e práticas. 3. ed. São Paulo: Summus, 1997. p. 43-51.

PREVE, A. M. H. A oficina de sexualidade como busca por uma prática convivencial. **Perspectiva.** Florianópolis, v. 15, n. 27, p. 159-174, jan./jun. 1997.

RHEINGOLD, H. **SmartMobs. The Next Social Revolution.** Cambridge, MA: Perseus, 2002.

TAQUETTE, Stella R. et al. A relação entre as características sociais e comportamentais da adolescente e as doenças sexualmente transmissíveis. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 51, n. 3, jun. 2005.

VEIGA NETO, Alfredo. **Foucault & Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ZAPPE, J. G.; DIAS, A. C. G. Adolescência, Violência e Uso de Drogas: um estudo de casos múltiplos. **Adolescência & Saúde**, UERJ, v. 9, p. 30-36, 2012.

DIMINUINDO A SOLIDÃO: COMPREENDENDO O NOVO RELACIONAMENTO AMOROSO NO ENVELHECIMENTO

Stella Smaniotto Graciani ¹

Karine Schwaab Brustolin²

RESUMO

Falar sobre relacionamento amoroso entre idosos ainda é falar sobre um assunto repleto de dificuldades enfrentadas por eles; o idoso vem ganhando seu espaço, porém ainda existem muitos desafios a serem superados. O início de um relacionamento amoroso na terceira idade pode ocorrer a partir da perda de um dos cônjuges ou então com a separação do casal, fazendo com que se viva um possível novo amor, ou um amor que antes pudesse não ter existido. Os idosos relatam se sentir sozinhos, e a busca por um(a) companheiro(a) se torna importante para dar fim nessa solidão. O objetivo geral da pesquisa foi compreender o relacionamento amoroso no envelhecimento, identificando os fatores que levam os idosos a buscar um novo relacionamento e verificando os desafios do relacionamento amoroso e como a família percebe esse relacionamento na perspectiva do idoso. Esta pesquisa é um estudo quantitativo realizado por meio da aplicação de um questionário e uma entrevista, com a participação de 20 idosos acima de 60 anos residentes em uma cidade localizada no interior do Oeste de Santa Catarina.

Palavras-chave: Relacionamento amoroso. Idosos. Envelhecimento. Solidão.

1 INTRODUÇÃO

De maneira geral, a população mundial vem envelhecendo, e no Brasil esse envelhecimento está ocorrendo de forma rápida e intensa,

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; stellagraciani@hotmail.com

² Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó; doutoranda em Psicologia Clínica na Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; karine.brustolin@unoesc.edu.br

fazendo com que ocorra um aumento na expectativa de vida da população. Há uma preocupação em proporcionar melhor qualidade de vida para os idosos em todos os aspectos: físico, social e psicológico (OLIVEIRA et al., 2016). “No entanto, verifica-se que ainda há uma escassez considerável de informações sobre o processo de envelhecimento, fato que tem colaborado para a manutenção de preconceitos em torno dessa fase, além dos muitos mitos que envolvem a terceira idade.” (OLIVEIRA et al., 2016).

A composição populacional aponta para um envelhecimento demográfico que corresponde ao aumento dos idosos na população, sendo que a participação de idosos de 60 anos ou mais passou de 9,8% para 14,3%. Além do aumento da população deve-se destacar a velocidade com que isso acontece. “[...] a proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade na população total para o Brasil foi de 11,7%⁶ e este indicador dobraria, para 23,5%, em 24,3 anos, ou seja, próximo ao ano de 2039.” (IBGE, 2016).

Em 2070, a estimativa é que a proporção de pessoas idosas brasileiras seja superior à estimativa esperada, acima de 35%. A escolha pelo tema justifica-se pelo intento de compreender como os idosos lidam com a possibilidade de viver um relacionamento amoroso na terceira idade, seja pela viuvez, separação ou até mesmo a possibilidade de viver um primeiro amor que antes não havia sido despertado.

A sexualidade ainda é um tema polêmico, e as novas descobertas se acrescem a cada dia e junto dela o preconceito, tanto dos jovens quanto dos profissionais da saúde, e até mesmo dos próprios idosos. Büchele, Oliveira e pereira (2006) ressaltam que no Brasil há muito conservadorismo referente à sexualidade e destacam também que o idoso tem dificuldade de lidar com sua sexualidade em razão de sua autorrepressão, visto que eles têm vergonha de falar sobre o assunto e esclarecer suas dúvidas.

Pelo fato de os idosos terem nascido em uma geração com valores e padrões de relacionamentos mais rígidos se comparados com a população atual, expressavam menos seus sentimentos, e, por isso, encontram-se alguns problemas quando o assunto é relacionamentos e sexualidade em idosos. Os idosos não estão acostumados a falar sobre

questões sexuais, mas isso não significa que eles não mantêm relações, talvez estejam menos dispostos a falar sobre. Independentemente da idade, toda pessoa tem direito de levar uma vida sexual ativa, pois é normal e sadio, portanto não é surpreendente o interesse sexual entre os idosos (STUART-HAMILTON, 2002).

Com o intuito de compreender como os idosos lidam com um novo relacionamento amoroso realizou-se esta pesquisa, buscando compreender quais são os fatores que fazem um idoso procurar um novo relacionamento amoroso, ou optar por seguir o resto de sua vida sem encontrar uma companhia. Busca-se analisar, na perspectiva do idoso, como esse relacionamento amoroso é visto pela sociedade e família e quais as dificuldades enfrentadas por eles com o início de um novo relacionamento. Além disso, apresentam-se as diferentes formas de relacionamento, após o divórcio, após a viuvez ou até mesmo de idosos que preferem levar suas vidas sozinhos.

2 ENVELHECER

A terceira idade é um estágio de desenvolvimento especial, um período em que as pessoas avaliam suas vidas e focam em como viver os próximos dias, meses e anos. Muitos idosos querem deixar seu legado repassando para filhos, netos e a sociedade suas experiências de vida, já outros buscam atividades para passar o tempo, ou fazer algo que quando jovens não puderam fazer (PAPALIA, 2009).

A velhice não é vista como um tempo de recompensa e sim de relaxamento forçado, considerando que a idade cronológica em que começa a velhice vai dos 60 aos 65 anos, mas nem todos os autores levam por regra essa idade. Os adultos velhos podem ser divididos em idosos jovens e idosos velhos, sendo que idosos jovens descrevem pessoas entre 60 e 75 anos, e idosos velhos, pessoas acima de 76 anos (STUART-HAMILTON, 2002).

O envelhecimento é um processo sequencial e irreversível para todos os seres humanos, trata-se de um processo de mudanças

para um organismo maduro em diminuição da plasticidade e aumento da vulnerabilidade, aumento das perdas evolutivas e aumento da probabilidade de morte. A velhice é definida como a última fase do ciclo vital, na qual se incluem perdas psicomotoras, afastamento social, restrições em papéis sociais e especialização cognitiva (VIEIRA; COUTINHO; SARAIVA, 2016).

Mesmo passando por diversas fases o adulto na idade tardia mantém seus desejos e anseios. Quando leva uma vida saudável, busca aperfeiçoar seus laços e deseja relacionar-se com pessoas da mesma idade ou até mesmo de idades diferentes. Perante isso, busca sua felicidade sem idade cronológica marcante, o que deseja é receber carinho, afeto e amor. Um novo relacionamento na terceira idade não é algo estranho de se encontrar, pois vem ganhando espaço entre os idosos que buscam companhia para os últimos anos de sua vida (VIEIRA; COUTINHO; SARAIVA, 2016).

3 RELACIONAMENTO, CASAMENTO E DIVÓRCIO

Sempre que se passa de uma fase de vida para outra enfrentam-se crises. Isso não significa coisas negativas, mas, sim, parte das mudanças do ciclo vital; a palavra crise poderia ser supostamente substituída por adaptação a uma nova fase de vida, sendo que algumas coisas são deixadas para trás e outras são conquistadas. Nessa etapa da vida é que as pessoas costumam fazer um balanço do que já viveram, associando a velhice com a morte, ou seja, a última etapa de suas vidas, a qual muitas pessoas percebem como a última oportunidade de buscar a felicidade (BURMEISTER, 2013).

Conforme a idade aumenta os adultos velhos tendem a escolher ficar próximos às pessoas ou atividades que atendam às suas necessidades emocionais. E por mais que os adultos mais velhos tenham círculos sociais menores que os adultos jovens, eles tendem a ter o mesmo tanto de relacionamentos íntimos. “Seus sentimentos para com os velhos amigos

são tão fortes quanto os dos jovens adultos, e os sentimentos positivos em relação aos membros da família são mais fortes.” (PAPALIA, 2013, p. 622).

O envelhecimento ocorre de maneira singular e complexa e não representa sinônimo de incapacidade; mesmo na presença de perdas é possível viver uma velhice bem-sucedida, sendo associada à saúde física e mental. Na perspectiva da saúde do idoso, podem ser reconhecidos os efeitos potencializadores das vivências sexuais, uma vez percebido que a atividade sexual contribui positivamente para a qualidade de vida do idoso, visando, assim, ao bem-estar, à autoestima, à busca de uma relação íntima, bem como compartilhar afeto, amor e desejo com outra pessoa (VIEIRA; COUTINHO; SARAIVA, 2016).

As novas relações na terceira idade podem começar tanto pela morte de um dos cônjuges quanto pela separação. As duas situações podem ser consideradas positivas, pois renovam a autoestima e a vida dos indivíduos, trazendo novas esperanças e oportunidades para essas pessoas. Um novo relacionamento na terceira idade pode ser muito importante, pois além de trazer bem-estar e felicidade, pode também ajudar a minimizar problemas de saúde. Precisa-se lembrar que antigamente as pessoas nem sempre casavam por amor, muitas vezes o casamento era escolhido, ou então encarado como única opção de a pessoa sair de casa. Hoje as pessoas têm a oportunidade de escolher e viver um amor na velhice, e isso pode significar uma oportunidade de viver um amor verdadeiro (BURMEISTER, 2013).

Os idosos que nunca se casaram tendem a preferir a vida de solteiro e sentem menos solidão do que as pessoas divorciadas ou viúvas mais velhas. Da mesma forma que os homens mais velhos são mais propensos a casar do que as mulheres; as mulheres mais velhas têm mais chance de enviudar, mesmo assim elas têm menos chance de casar novamente, sendo que casar novamente pode ser encorajador e pode abrir um laço de possibilidades para o novo casal compartilhar sua vida. Sobre o namoro quando solteiros, os idosos possuem uma vida sexual ativa, mas não tendem a se casar. “Em mais da metade do mundo, 5% ou

menos dos homens idosos e 10% ou menos das mulheres idosas nunca se casaram.” (PAPALIA, 2009, p. 698).

As pessoas com mais de 60 anos casaram-se em uma época em que a separação não era aceita, e os casamentos eram mantidos até a terceira idade em nome dos filhos, da família, da religião e da imagem que iriam transmitir. Agora na velhice essas pessoas se sentem à vontade para resolver pendências e insatisfações, pois seus filhos já são adultos e seus pais muitas vezes já faleceram. As separações entre casais mais velhos tornaram-se bastante comuns e não existem somente entre jovens ou pessoas de meia-idade (BURMEISTER, 2013).

O divórcio é relativamente incomum na velhice, já que os casais que se divorciaram fizeram isso muito antes de atingirem esse estágio de vida. A maioria dos adultos mais velhos que se divorciaram casaram-se novamente, e pode ser levado em consideração que adultos mais velhos que se casaram novamente na velhice têm um caráter especial, pois parecem ser mais confiantes. Papalia (2009) traz que se casar novamente apresenta benefícios sociais e, ainda, que pessoas casadas estão menos propensas a necessitar dos serviços da comunidade do que as que vivem sozinhas.

5 MÉTODO

A aplicação desta pesquisa foi realizada em uma cidade de aproximadamente 11 mil habitantes, localizada no interior do Oeste de Santa Catarina. A pesquisa foi realizada com 20 idosos, homens e mulheres com idade acima de 60 anos, os quais responderam um questionário composto por perguntas fechadas fornecendo opção de resposta.

Dos 20 participantes, foram selecionadas quatro pessoas para participarem da segunda etapa da pesquisa, sendo esta a realização de uma entrevista com o intuito de obter um conhecimento em maior profundidade sobre o relacionamento na velhice. Para a realização da entrevista foram escolhidos somente idosos que possuem um novo relacionamento amoroso com duração entre seis meses e cinco anos. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre

e Esclarecido, no qual consentiam sua participação voluntária tendo ciência dos riscos mínimos envolvidos nesta pesquisa.

A pesquisa caracterizou-se pelo método quantiquantitativo, do tipo descritivo. A análise das entrevistas foi realizada por meio de análise de conteúdo com categorias previamente definidas: implicações do relacionamento amoroso na velhice; a família e o relacionamento amoroso na velhice; e satisfação no relacionamento. Porém, na realização da pesquisa surgiu uma nova categoria de análise: relacionamento na velhice também é cuidar do companheiro.

No Brasil, de acordo com o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos são reconhecidas como idosas. Corroborando o estatuto do idoso, foi utilizada essa definição como critério de inclusão dos participantes, com idade acima de 60 anos.

Para encontrar os participantes, a pesquisadora foi até o grupo de terceira idade da cidade, o qual se caracteriza por um grupo independente, não pertencendo a nenhuma instituição do município. O grupo participa de encontros semanais realizando diversas atividades como jogos de baralho, jogos de bocha, dança, palestras informativas, conversa, descontração e orações.

Foram adotados os seguintes critérios de exclusão: idosos fora da faixa etária prevista e que não residiam no município escolhido, idosos solteiros ou com relacionamento consolidado há mais de cinco anos.

6 DISCUSSÃO E RESULTADOS

6.1 IMPLICAÇÕES DO RELACIONAMENTO AMOROSO NA VELHICE

Participaram da pesquisa idosos acima de 60 anos de idade. Destes, quatro eram casados, quatro divorciados, nove viúvos e três solteiros. Segundo Papalia (2013), a generalização sobre a terceira idade leva a acreditar que a velhice é um tempo de isolamento e solidão, pois nessa fase o contato social começa a ser reduzido, mas com apoio emocional e ajuda as pessoas mais velhas conseguem manter satisfação

na vida. Identificou-se que a maior parte dos idosos participantes da pesquisa está em um relacionamento amoroso, o que pode justificar a busca por maior contato social.

Isso também pôde ser percebido porque dos 20 participantes, 12 iniciaram um novo relacionamento após os 60 anos. Entre os participantes, 17 citaram que são a favor do relacionamento amoroso na terceira idade e somente três disseram ser contra. Pode-se perceber nesse resultado o quanto o relacionamento amoroso na terceira idade vem sendo um tema relevante para os idosos e cada vez mais eles vêm ganhando seu espaço e expressando seus sentimentos. Pelo fato de os idosos terem nascido em uma geração mais rígida e que expressava menos seus sentimentos, encontram-se alguns problemas quando o assunto é relacionamentos e sexualidade com os idosos, pois eles não estão acostumados a falar sobre questões sexuais, mas isso não significa que eles não mantêm relações, mas que estão menos dispostos a falar sobre o assunto (STUART-HAMILTON, 2002).

No que se refere ao apoio familiar e social, 11 participantes afirmam que o idoso passa por alguma dificuldade perante a sociedade e a família pela fato de ter um relacionamento amoroso, seis responderam que o idoso passa por dificuldades em partes, e somente três afirmam que o idoso não passa por dificuldades de aceitação. A sociedade ainda percebe o idoso como um ser dependente, enquadrando-os como seres inativos e sem iniciativa. Atualmente é dito que todos são livres para agir, o problema é que o idoso se apresenta sem um lugar na sociedade, lugar esse que é dele por seu histórico de vida. É necessário acabar com a ideia de que os idosos não serve para nada, pois mesmo com uma idade avançada eles possuem muitos sonhos e metas a serem alcançadas (OLIVEIRA; FERNANDES; CARVALHO, 2011).

Quando questionados se teriam aceitação por parte da família caso tivessem um novo relacionamento amoroso, 13 responderam que sim e 07 responderam que não. Segundo Papalia (2009), apoiar emocionalmente os mais velhos auxilia na manutenção da satisfação de vida. Laços positivos tendem a melhorar a saúde e o bem-estar,

entretanto, quando os relacionamentos são muito conflituosos podem influenciar negativamente no desempenho de vida do idoso. Percebe-se que as famílias vêm amadurecendo a ideia de que o idoso deve buscar um novo relacionamento amoroso para passar os últimos anos de suas vidas e que os relacionamentos podem ser saudáveis, desde que o idoso saiba de suas limitações e comprometimentos.

6.2 A FAMÍLIA E O RELACIONAMENTO NA VELHICE

Não é fácil para os filhos, netos e familiares entenderem e conviverem com o namoro entre pessoas idosas, sendo que os mais velhos não querem deixar de viver, e muitos buscam realizar seus desejos até então não satisfeitos. O namoro mexe com as estruturas familiares, mas por outro lado situações de apoio consolidam a harmonia. Quando ocorre a situação de um novo relacionamento amoroso, tanto os homens quanto as mulheres podem se sentir inseguros e ansiosos; algumas pessoas não se sentem preparadas para relações íntimas ou para o casamento (LAURENTINO et al., 2006).

Dos quatro participantes da entrevista, somente um revelou não ter apoio de um filho: “Tinha uma parte que gostou e um rapaz ficou meio em dúvida: [...] Todo mundo, desde os cunhados, os parentes da minha gente, meus mano, a minha mana me apoiou que ta louco.” (H1) (informação verbal).

Levando em consideração que a sociedade, e até mesmo a própria família discriminam o namoro na velhice, faz-se necessária a atuação de profissionais das mais várias áreas, os quais devem voltar seus olhares para as necessidades afetivas dos idosos, promovendo práticas e cuidados livres de julgamentos, percebendo o namoro na terceira idade como um processo natural que reflete na melhora da qualidade de vida do idoso (KOOPMANS et al., 2013).

Os outros três participantes relataram que tiveram total apoio, não percebendo nenhuma dificuldade ou contraposição no relacionamento amoroso. Eles descrevem que o relacionamento amoroso

veio para somar e que encontraram no companheiro a pessoa ideal. Trouxeram que o relacionamento é bom e que desejam continuar nessa sintonia, como no relato da participante M2:

Ah! Eles apoiaram quando eu falei pra eles que eu ia ficar com ele, eles me apoiaram muito e diziam assim que eu merecia, que até agora né, eu nunca fui casada daí era bom pra mim me acompanhar com alguém, pra ter um alguém de companhia né. Eles apoiaram muito. (informação verbal).

A velhice não é contada apenas pelos anos vividos, também não é só o processo biológico de envelhecer, sendo que há pessoas que envelhecem biologicamente, mas rejuvenescem interiormente. Nesse sentido, o envelhecer não ocorre somente pela aparência ou estado físico do idoso, vem acompanhado de diversas alterações que são decorrentes do desgaste do dia a dia (BÜCHELE; OLIVEIRA; PEREIRA, 2006). Os idosos mantêm um círculo de vínculos mais fechados, e se aproximam de pessoas mais próximas, como membros da família ou pessoas da mesma idade.

6.3 SATISFAÇÃO NO RELACIONAMENTO

Sabe-se que a sexualidade normalmente é dirigida para os jovens e que recrimina o idoso por consumir o ato como pessoas desesperadas. Independentemente da idade, todas as pessoas têm o direito de levar uma vida sexual ativa, pois é normal e sadio, portanto não é surpreendente o interesse sexual entre os idosos (STUART-HAMILTON, 2002).

As famílias estão envelhecendo, e está diminuindo a quantidade de jovens e aumentando a quantidade de idosos, visto que as famílias na década de 1980 tinham diversos filhos e hoje elas são compostas por poucos. O envelhecer é um ato bonito para as famílias e que oportuniza o relacionamento entre várias gerações, porém em algumas situações a longevidade pode ocasionar vários problemas de estrutura familiar, quebrando, assim, alguns paradigmas sobre o envelhecer, pois o idoso

hoje é mais ativo, tem relacionamentos afetivos, separa-se, viaja, compra, vende e é responsável pelos próprios negócios (BURMEISTER, 2013).

Os quatro participantes da entrevista evidenciam a satisfação, a felicidade e a realização nos relacionamentos, pois veem no(a) companheiro(a) uma perspectiva de convivência por anos, visto que encontraram a companhia que antes estava faltando:

[...] É bom o relacionamento nosso, não dá pra dizer que não, porque é. A gente se gosta muito, se ama, na verdade não é só gostar né, a gente se ama de verdade. [...] Sou a favor de que o idoso se relacione na terceira idade porque é muito bom, tem uma companhia, porque a solidão, né, também não é fácil. Sair junto, se divertir, porque até então a gente quase não sai, mas agora tá bom. (M2) (informação verbal).

A necessidade de estar em contato com o outro é algo típico do ser humano. Satisfação conjugal é um conceito subjetivo, e a reciprocidade e espontaneidade são sentimentos que regem os relacionamentos; companheirismo, bem-estar, afeição e segurança derivam de um relacionamento saudável e feliz (NORGREN et al., 2004).

Envelhecer não está atrelado a enfraquecer, ficar triste ou não ter mais desejos. Mudanças corporais são inevitáveis, mas os idosos podem ter uma vida sexual prolongada e viver experiências prazerosas. A sexualidade deve ser comparada como intrínseca a todo ser humano, e ela é considerada a fusão de sentimentos simbólicos e físicos, como ternura, aceitação, respeito e prazer (ROZEDO; ALVES, 2015).

Compreende-se que o idoso tem necessidade de fortalecer seus vínculos e que o contato com outras pessoas se torna fundamental para manter uma qualidade de vida estável. Hoje os idosos buscam seu espaço e se aproximam de pessoas que têm os mesmos objetivos, de superar as dificuldades e viver felizes. Falar sobre relacionamentos e sexualidade ainda é algo que intimida alguns idosos, mas esse desejo de encontrar uma companhia está fazendo com que eles superem as dificuldades e se direcionem em busca da realização dos seus desejos.

É o que se percebe com os quatro idosos entrevistados, pois a família está incentivando-os a buscar uma companhia; mesmo que passando por algumas dificuldades com os filhos, o diálogo sempre é a melhor forma de tratar a questão do novo relacionamento, e com o passar dos dias os filhos percebem que um novo amor faz bem para o idoso. Os idosos descrevem esse relacionamento como algo bom, algo que veio para agregar valores, sendo que quem já teve a experiência de um relacionamento amoroso na terceira idade incentiva as pessoas a buscarem uma companhia, porque a solidão não faz bem.

6.4 RELACIONAMENTO NA VELHICE TAMBÉM É CUIDAR DO COMPANHEIRO

Para todos os participantes da entrevista o namoro na terceira idade foi uma das melhores coisas que lhe aconteceram, pois existe o companheirismo e a troca de carinho, além de estar presente quando o parceiro passa por alguma dificuldade relacionada à saúde. A terceira idade pode ser uma oportunidade para rever ou até mesmo mudar alguns aspectos da vida sexual, considerando que quem procura novos relacionamentos, seja de amizade seja de namoro, procura as mesmas qualidades que os outros também desejam encontrar (LAURENTINO et al., 2006).

A sexualidade na terceira idade é um direito de todos os idosos, mas nem sempre é respeitado. O desejo existe enquanto há vida e pode ser vivido, descoberto e redescoberto em qualquer idade. As dificuldades na aceitação da sexualidade no processo de envelhecer provêm tanto da falta de informação quanto da noção de que sexualidade se restringe apenas à procriação (ROZENDO; ALVES, 2015).

Percebe-se nas falas a seguir a importância do cuidado no relacionamento amoroso dos participantes:

Eu ajudo ele, graças a Deus por enquanto dentro do nosso encontro, eu não precisei de doença, mas assim eu gosto da amizade porque, sempre amizade e uma visita faz bem para toda pessoa, e quando ele precisa eu sei que eu já assumi um

compromisso, pelo menos no relacionamento mútuo de doação. Então um ajuda ele quando ele precisa, se um dia quando eu vou precisar se ele tiver vivo ele vai me ajudar. (M1).
Que nem eu fiquei doente daí, ela desde o primeiro dia já tava comigo né, ficou me cuidando. (H1) (informações verbais).

Em qualquer idade a pessoa precisa de amor, carinho, atenção e companhia. Entende-se que o namoro entre idosos é fonte de felicidade e prazer. Aqueles que estão sendo amados manifestam mais felicidade e vontade de viver. Além disso, constata-se melhora no estado de saúde, pois um sorriso, um olhar bondoso ajudam muito na recuperação de um doente (LAURENTINO et al., 2006).

O namoro para os idosos revela um tempo de cuidado, zelo, dedicação e compreensão. Em alguns casos na juventude os casamentos foram arranjados pela família, e agora, ao encontrarem a pessoa com quem se entendem demonstram o sentimento por meio do cuidado. Portanto, é preciso que haja compreensão entre o casal até que se tenha certeza do conhecimento mútuo e afetuoso, devendo haver, além da atração física, respeito e confiança, podendo um parceiro cuidar do outro e ter um relacionamento duradouro (LAURENTINO et al., 2006).

Dos quatro idosos entrevistados, todos falaram que se sentiam sozinhos, que precisavam de uma companhia para conversar e passar momentos agradáveis e de cumplicidade. A partir do momento em que decidiram buscar um relacionamento, passaram a viver mais felizes e completos, pois sabem que têm alguém esperando por eles. O medo de envelhecer e ficar sozinhos acabou, hoje têm um(a) companheiro(a) para compartilhar momentos de felicidades, seja através de uma ligação, de um encontro ou até mesmo realizando reflexão juntos. Percebe-se essa questão no relato de M1:

[...] eu me sentia quase sempre sozinha lá no clube do idoso, enquanto eu tinha uma amiga aqui, que ela foi embora depois da enchente, antes eu tinha essa amiga pra sair em volta, por tudo nós ia, eu tava sozinha, a filha não tava em casa, tava trabalhando fora e daí eu sai sempre, sempre, sempre, sempre. Essa amiga foi embora, daí eu pensei assim: em 2016 eu fiz um pedido na virada do

ano, eu disse que Deus recompensasse pelo menos de eu achar uma companhia, não pra viver conjugalmente como casamento, sabe, mas sim como uma amizade, como uma companhia. Porque a gente sai em volta com os idosos é como se diz ninguém te olha, ninguém te valoriza, porque, não porque você não está com homem, mas quase sempre a mulher tem um companheiro do lado ou um amigo, alguém, então eu pensei assim, será que porquê que eu não poderia ser feliz arrumar uma companhia. E graças a Deus eu fui recompensada com isso. (informação verbal).

Compreende-se, portanto, que o idoso tem a necessidade de buscar uma companhia para os últimos anos de sua vida. A solidão que antes acompanhava esses idosos abre espaço para conhecerem pessoas novas e viverem novas emoções, até mesmo viverem um amor que antes não foi vivido. Os idosos tendem a conviver com membros de sua própria geração, seja para desenvolver atividades de lazer, seja para participar dos clubes de terceira idade. O apoio social é um fator importante para o idoso manter sua autonomia e ter um envelhecimento satisfatório.

A manutenção dos relacionamentos interpessoais torna o idoso um ser saudável, ao contrário das pessoas que têm dificuldades em relacionar-se e manter vínculos afetivos. Participar das reuniões semanais do grupo da terceira idade contribui para a realização pessoal dos idosos, permitindo que se sintam membros participativos, além de resgatar a capacidade de ser útil e ter dignidade de viver (AREOSA; BENITEZ; WICHMANN, 2012).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que nesta pesquisa participaram idosos casados, solteiros, viúvos e divorciados, o número de idosos a favor de um relacionamento amoroso na terceira idade surpreendeu, pois considerando que os idosos nasceram em uma época de costumes mais rígidos, eles hoje estão indo em busca de vivenciar um amor e buscando formas de lidar com as dificuldades encontradas na sociedade. Mesmo idosos que possuem uma vida conjugal há anos concordam que os idosos

devem buscar um relacionamento amoroso após os 60 anos de idade e relatam que todos têm o direito de ser feliz.

Além disso, dos participantes que realizaram a entrevista, somente um relatou que passou por uma dificuldade de aceitação com um dos filhos, enquanto nas respostas do questionário somente três responderam que o idoso não passa por dificuldades. Essa constatação faz concluir que na realidade as famílias estão mais abertas à aceitação de um novo relacionamento na terceira idade, porém os idosos ainda percebem uma resistência familiar e social que pode não condizer com a realidade.

Verificou-se que os idosos que iniciaram um relacionamento na terceira idade buscam uma companhia para viver os últimos anos de suas vidas, e nela encontram afeto, cumplicidade, cuidado e bem-estar. Deve-se levar em consideração que na atualidade os idosos estão mais independentes, muitos possuem casa própria, têm sua renda mensal e conseguem se manter sozinhos. É importante que todos possuam um vínculo e apoio familiar e que estes compartilhem a felicidade de um novo relacionamento amoroso.

Pode-se dizer que o início de um novo relacionamento na terceira idade diminui o isolamento social e o sentimento solidão, pois os idosos passam a ter um companheiro para sair, dançar, conversar e trocar experiências. Não se deve esquecer o apoio que esses idosos recebem nos grupos que participam, trazendo a oportunidade de conhecerem novas pessoas e iniciarem um novo relacionamento.

Esta pesquisa realizou-se em uma cidade do interior do Oeste de Santa Catarina, sendo necessárias e emergentes pesquisas em cidades de diferentes portes, para se analisarem as diferentes opiniões sobre como o relacionamento na terceira idade é vivenciado. Destaca-se a importância de pesquisas voltadas para o tema do relacionamento amoroso e sexualidade na terceira idade de forma que cada vez mais os profissionais da área da saúde possam atuar junto aos idosos e familiares com o intuito de promoção de maior bem-estar na velhice.

REFERÊNCIAS

- AREOSA, S. V. C.; BENITEZ L. B.; WICHMANN F. M. A. Relações familiares e o convívio social entre idosos. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, jan./jul. 2012.
- BRASIL. Lei n. **10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 03 out. 2003.
- BÜCHELE F.; OLIVEIRA A. S.; PEREIRA, M. D. Uma Revisão Sobre o Idoso e Sua Sexualidade. **Intercace**, Natal, v. 3, n. 1, jan./jun. 2006.
- BURMEISTER, S. B. **Família e Pessoa Idosa**: Reflexão e Orientação. São Leopoldo: Sinodal, 2013.
- IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- KOOPMANS, F. F. et al. A representação do sexo na terceira idade: uma contribuição para saúde da família. **Cadernos Unisuam**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jun. 2013.
- LAURENTINO, N. R. S. et al. Namoro na terceira idade e o processo de ser saudável na velhice: recorte ilustrativo de um grupo de mulheres. **RBCEH – Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, p. 51-63, jan./jun. 2006.
- NORGREN M. de B. P. et al. Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. **Estudos de Psicologia**, 2004.
- OLIVEIRA, E. et al. Mitos e verdades sobre o envelhecimento: percepção dos idosos. **Revista Intercâmbio**, v. VII, 2016.

OLIVEIRA M. C. R.; FERNANDES M.; CARVALHO R. R. O papel do idoso na sociedade capitalista contemporânea: uma tentativa de análise. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, Maranhão. **Anais...** Maranhão, 2011.

PAPALIA, D. E. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PAPALIA, D. E. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

ROZENDO, A. S.; ALVES, J. M. Sexualidade na terceira idade: tabus e realidade. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 95-107, 2015.

STUART-HAMILTON, I. **A Psicologia do Envelhecimento**: uma introdução. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

VIEIRA, K. F. L.; COUTINHO, M. P. L.; SARAIVA, E. R. A. A Sexualidade Na Velhice: Representações Sociais De Idosos Frequentadores de Um Grupo de Convivência. **Psicologia ciência profissão**, v. 36, n. 1, p. 196-209, 2016.

MÉTODO DE RORSCHACH NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DE CRIANÇAS

Antonio Rotta¹
Francine Cristine Garghetti²

RESUMO

Neste estudo analisou-se o uso do teste de Rorschach como ferramenta para avaliação psicológica de crianças em atendimento no Serviço de Atendimento Psicológico da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) de Chapecó. As crianças participantes, um menino e uma menina, tinham diagnóstico prévio de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); o Método Rorschach foi aplicado como forma de realizar um diagnóstico de suas características afetivas e emocionais. Os resultados obtidos pela aplicação do Rorschach apontaram para outras possibilidades diagnósticas diferentes do diagnóstico prévio. Embora as crianças analisadas apresentassem indícios de perturbação emocional e cognitiva, não foi possível confirmar os diagnósticos de TDAH. Os dados analisados apontaram que as crianças apresentam situações de comprometimento relacionadas à tríade cognitiva, constituída por três grupos de variáveis: processamento, mediação cognitiva e ideação. Especialmente no processamento pode-se inferir que o menino possui um processamento desorganizado, confuso, típico de crianças com prejuízo intelectual. A menina denotou a organização do pensamento mais eficiente e compatível com a realidade, percebe as coisas como a maioria das crianças de sua faixa etária, e a percepção é ajustada e convencional, porém seus aspectos afetivos revelam vivências de medo e aspectos simbióticos com a mãe não resolvidos. Palavras-chave: Rorschach. Técnicas projetivas. Avaliação psicológica. Infância. Crianças.

¹ Graduando em Psicologia na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; rotta.antonio@gmail.com

² Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; francine_garghetti@yahoo.com.br

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O teste de Rorschach é um instrumento que, em parte, é objetivo, perceptivo e psicométrico, e, em parte, subjetivo, associativo e projetivo, apresentando, também, caráter qualitativo. O método tem sido considerado um importante instrumento de análise do comportamento. Do ponto de vista objetivo/perceptivo, a técnica é uma tarefa de solução de problemas, que permite uma exploração objetiva da estruturação cognitiva e afetiva, funcionando como uma avaliação da percepção. A forma como a pessoa percebe o estímulo das lâminas, identificando o que elas poderiam ser e, posteriormente, descrevendo o que viu na mancha que a fez descrever tal figura analogicamente reflete a forma como ela percebe e estrutura sua vida, bem como reflete como vê e responde às situações pouco estruturadas no dia a dia e soluciona seus problemas. Nesse sentido, o teste funciona como um processo de quantificação das características da percepção, ou seja, o mais importante seria o modo como a pessoa percebe as coisas e raciocina (RESENDE, 2016).

Do ponto de vista subjetivo/associativo, a técnica é uma tarefa que, muito além de estimular a imaginação e a fantasia, permite a exploração subjetiva de imagens temáticas. Essa exploração muitas vezes envolve a projeção por meio das associações livres, fornecendo uma visão profunda do inconsciente. Os comentários verbais, os conteúdos pessoais e as imagens simbólicas tornam-se pontos centrais na interpretação dos protocolos. Sendo as manchas um estímulo plástico, que pode ser percebido como algo distinto e com significado, elas facilmente se tornam uma barreira que impede a interferência de estímulos ambientais comuns, não havendo nenhuma restrição à individualidade da personalidade. Assim, o indivíduo pode expressar livremente seu mundo próprio de significados, simbolizações e sentimentos pessoais que extrapolam as qualidades reais do estímulo, na medida em que ele não está em perigo de colidir com a realidade (RESENDE; NASCIMENTO, 2014; RORSCHACH, 1978).

Portanto, o método Rorschach apresenta características objetivas e subjetivas de avaliação, psicométricas e projetivas, presta-

se à investigação da percepção e da associação, explora a estrutura e a dinâmica da personalidade e funciona não apenas como um teste, mas como um método multifacetado de coleta de dados referente a processos de personalidade (WEINER, 2003). As funções psíquicas captadas por esse instrumento de avaliação da personalidade traduzem perfeitamente os comportamentos observáveis, pois essas funções refletem os processos que geram comportamentos. Com o método pode-se descrever a personalidade, fazer um diagnóstico diferencial (transtorno obsessivo compulsivo, personalidade suicida, esquizofrenia, depressão, entre outros), planejar diferentes estratégias e objetivos de tratamentos e avaliar suas eficácias acompanhando mudanças e melhoras ao longo do tempo, e prever comportamentos, desde que com base na personalidade (RESENDE, 2016).

Do ponto de vista comportamental, o teste permite ao examinador observar e avaliar a “personalidade em ação” (RESENDE, 2016, p. 27), quantificando e documentando comportamentos importantes, de modo a descrevê-los e interpretá-los mais tarde. Ou seja, o examinador aprecia como o examinando demonstra comportamentos interpretativamente relevantes enquanto observam as 10 manchas de tintas. É como uma tarefa de avaliação do comportamento, a melhor ou mais válida interpretação dessa tarefa é aquela que associa os comportamentos observáveis no ambiente externo àqueles observados no microcosmo do teste (RESENDE, 2016).

Dadas essas características, justifica-se o uso do teste no presente estudo por ser instrumento valioso para estabelecer um diagnóstico diferencial, ou para complementar o diagnóstico, identificando processos afetivos relativamente transitórios e processos psicológicos subjacentes ou particulares que interferem no funcionamento global da personalidade, como modos de agir, pensar e sentir (WEINER, 2003).

Em consonância com os objetivos e a metodologia empregada no presente estudo, procurou-se utilizar análises qualitativas e quantitativas, uma vez que o Rorschach permite uma leitura ambigüal de sua produção

(NASCIMENTO; RESENDE; RIBEIRO, 2017). Além disso, a pesquisa pode ser considerada do tipo exploratória, descritiva e documental.

Dessa maneira, neste trabalho analisou-se o uso do teste de Rorschach como ferramenta para avaliação psicológica de crianças em atendimento psicológico, descrevendo suas características afetivas e emocionais a partir das respostas obtidas na aplicação do método.

2 O MÉTODO DE RORSCHACH

O Método de Rorschach, também conhecido como teste dos borrões de tinta, é uma técnica de avaliação psicológica desenvolvida pelo psiquiatra e psicanalista suíço Hermann Rorschach que consiste em dar respostas sobre o que se parecem as manchas de tinta cromáticas e acromáticas distribuídas simetricamente em 10 pranchas. A aplicação do método é um procedimento simples, no entanto sua correção e interpretação exige treinamento avançado. Entre os inúmeros instrumentos de avaliação psicológica utilizados em diferentes áreas da psicologia destaca-se o método Rorschach quando as características de personalidade são relevantes para tomadas de decisões em tribunais, escolas, empresas, hospitais ou clínicas (RESENDE, 2016).

O Rorschach é um instrumento que se fundamenta na observação de como os examinandos executam as tarefas. Assim, ao escolher uma maneira particular de responder, a pessoa transmite suas características pessoais. A forma como percebe e estrutura a mancha de tinta, identificando o que cada mancha poderia ser e, posteriormente, descrevendo o que de cada mancha faz parecer o que foi descrito, analogicamente reflete a forma como ela percebe e estrutura a sua vida, reflete o modo como vê e responde às situações pouco estruturadas no dia a dia e soluciona seus problemas (RESENDE, 2016).

Os cartões do método de Rorschach podem evocar alguns tipos de associações e projeções. Pode-se inferir que cada cartão mobiliza um repertório de experiências no qual, o examinando, mediante o ato perceptivo-associativo, desvela a modalidade de sua presença diante do

estímulo. Nesse sentido, é importante considerar a relevância de Vaz (1997) para os cuidados que se deve ter ante essa forma de avaliação, uma vez que as associações e projeções não se interpretam por padrões fixos e rigidamente preestabelecidos. Na demanda de cada mancha percebe-se que quanto mais a resposta se parece com a demanda, mais o indivíduo se parece com o grupo. Quanto mais a resposta se afasta da demanda do cartão, mais ele se diferencia do grupo e mais as suas características idiográficas/subjetivas desvelam a sua dinâmica pessoal no teste.

Particularmente na área de saúde mental o teste de Rorschach traz grandes contribuições para a descrição das pessoas, explicitando como ela está no momento, o que pensa e sente e como se comporta. Dados que certamente contribuirão para o diagnóstico diferencial. Ainda conforme Resende (2016, p. 14), as avaliações expandem-se para: “a avaliação da predisposição para se engajar e progredir no tratamento, a avaliação de características de personalidade associadas com as origens da evolução da doença, evolução associada com a adaptação à incapacidade crônica ou tolerância.”

2.1 ELEMENTOS DE CODIFICAÇÃO NO RORSCHACH

Para codificar as respostas emitidas ao método de Rorschach são utilizados símbolos que possuem um critério objetivo. Tais símbolos são aplicados durante a fase de codificação do teste. O conjunto de símbolos de um protocolo reflete a maneira de agir quase constante do sujeito por meio do modo como ele aborda o cartão. Toda resposta aos estímulos do Rorschach é uma estrutura perceptiva e, como tal, compõe-se de vários elementos ou símbolos: a localização, a qualidade evolutiva, os determinantes, a qualidade formal, os conteúdos, as notas Z e os códigos especiais.

A qualidade evolutiva é o segundo elemento, relacionado ao modo como a forma é usada na resposta. Ou seja, se a resposta tem um contorno específico, se tem um ou mais objetos com, ou sem, demanda de forma. A qualidade evolutiva reflete a qualidade do processamento, a eficiência com que o examinando capta e organiza as informações e

também aponta o nível intelectual ou o nível cognitivo com que a pessoa realiza suas análises e sínteses (RESENDE, 2016).

O terceiro elemento de codificação, considerado mais importante e complexo, está relacionado aos determinantes, que são os elementos que determinam as respostas, que são responsáveis pela percepção de algo no teste: o formato, o contorno, as cores cromáticas, acromáticas, se tem algum tipo de movimento e os sombreados definem a percepção. Os determinantes também são aqueles aspectos que cada um realça em suas respostas ao descrevê-las. Esses determinantes consistem em operações psíquicas que têm maior impacto para o sujeito, como a razão, os afetos e emoções, a contração afetiva, as reflexões, as ponderações e os impulsos (PETRELLI, 1991).

Outro elemento importante da codificação é a qualidade formal que foi delineada para medir a precisão da resposta, ou seja, quão bem a resposta se adequa aos contornos da mancha. Para isso, compara-se a percepção do examinando com a percepção de um grupo de pessoas que percebeu algo no mesmo lugar, por meio do Atlas. Psicologicamente, a qualidade formal avalia a capacidade de ajustamento da percepção, o contato com a realidade, ou a capacidade da pessoa de ser realista ou não.

As respostas pares são codificadas quando o examinando responde que os objetos percebidos de cada lado da mancha são idênticos em todos os aspectos. Ou seja, quando a simetria é usada para definir dois objetos idênticos vistos em lados opostos, em cada um dos lados da linha central. A resposta par indica a capacidade de perceber o outro em uma dialética consigo mesmo e pode revelar o tipo de disponibilidade para a interação interpessoal (PETRELLI, 1991).

Outra variável presente no teste são os conteúdos, que, segundo Sousa (1982), revelam a variabilidade e riqueza ideativa do indivíduo. Eles fornecem uma noção dos interesses, preocupações e problemas do sujeito, que podem estar relacionados com questões muito antigas ou até mesmo vinculados às experiências recentes. Eles também apontam para a utilização da linguagem na comunicação interpessoal.

A resposta popular é outro elemento analisado, que trata da resposta percebida com frequência elevada (uma em cada três pessoas) na maioria das culturas em que o teste foi utilizado, indicando uma boa adaptação intelectual da pessoa às normas do grupo. As respostas populares sugerem a capacidade de perceber o que a maioria das pessoas percebe facilmente, ou seja, a capacidade de respeitar as normas básicas para uma boa convivência em grupo, demonstrando a presença, ou não, do senso comum, da percepção daquilo que é mais óbvio no contexto em que se vive (EXNER JÚNIOR, 1999).

A atividade organizativa, chamada no teste de nota Z, reflete o esforço e a motivação criativa da pessoa para captar informações. “Quanto maior for a soma dos seus valores, maior a motivação e eficiência para captar e organizar a percepção. Por outro lado, quanto menor a frequência de Z, mais escassa é a motivação ou capacidade cognitiva.” (EXNER JÚNIOR, 1999, p. 66).

Por fim, a riqueza de detalhes do Rorschach inclui a avaliação dos conteúdos críticos, em que se avaliam os lapsos ou deslizos cognitivos leves ou graves, conforme as respostas emitidas pelos analisandos. Esses parâmetros avaliativos podem ser muito úteis na identificação de transtornos com deslizos cognitivos graves que apontam para o distúrbio do pensamento psicótico. Esses códigos ainda podem ser muito úteis na identificação de Transtornos de Déficit de Atenção, esquizofrenia, psicoses, autismo, entre outras psicopatologias (RESENDE, 2016).

2.2 A UTILIZAÇÃO DO RORSCHACH NA AVALIAÇÃO DE CRIANÇAS

No Brasil, são relativamente escassas as pesquisas com crianças relacionadas ao teste de Rorschach, todavia os trabalhos existentes, descritos a seguir, são relevantes e permitem inferir a contribuição do instrumento na avaliação psicológica de crianças. Os dados normativos para crianças e adolescentes tiveram contribuição dos estudos realizados por Nascimento, Resende e Ribeiro (2017), que contaram com uma amostra de 371 crianças das cidades de Cuiabá e Goiânia.

Um dos primeiros estudos conduzidos e publicados no Brasil é de Bellodi, Romão Júnior e Jacquemin (1997), que pesquisaram 10 pacientes com insuficiência renal crônica, pertencentes ao grupo pediátrico de uma unidade de hemodiálise e que foram submetidos à avaliação psicológica, com ênfase nos aspectos da imagem corporal e da relação da dependência do tratamento, por meio das técnicas projetivas do desenho temático e teste de Rorschach. Os autores chamaram a atenção para a intervenção psicológica que possa resgatar aquilo do que se afastaram por conta da doença renal crônica, ou seja, a relação com o outro e a iniciativa, bem como a expressão de afetos.

Semer (1999) conduziu uma pesquisa com 52 crianças cujas idades variavam entre 5 e 11 anos. Destas, 26 apresentavam sintomas de enurese, e compuseram o grupo experimental. O objetivo com o trabalho foi averiguar, por meio do teste de Rorschach, se haveria algum rebaixamento da autoestima nas crianças do grupo experimental e, caso se confirmasse, se era em decorrência do sintoma ou de dificuldades de personalidades subjacentes. Os resultados mostraram que as crianças enuréticas apresentavam rebaixamento da autoestima, não como consequência da doença, mas em razão de dificuldades mais globais no desenvolvimento, pois apreendem a realidade com mais distorção, indicando imaturidade, por prorrogarem satisfações mais imediatas.

Sousa, Soldatelli e Lopes (1999) investigaram o funcionamento intelectual de meninos agressivos, comparando sua produção no Rorschach com a avaliação dos educadores sobre o desempenho escolar. Participaram da pesquisa 20 meninos com idade variando entre 9 e 11 anos, de escolas públicas, em situação de psicodiagnóstico. A avaliação sinalizou que os meninos agressivos manifestavam dificuldades afetivas sob a forma de intensa angústia, o que estaria diretamente relacionado com a inibição intelectual.

Barbieri, Jacquemin e Alves (2004) desenvolveram pesquisa com oito crianças, seis meninos e duas meninas, com idades entre 5 e 10 anos, de nível socioeconômico médio ou baixo, encaminhadas para atendimento psicológico por queixas relativas à conduta antissocial. O objetivo do

trabalho foi verificar se o sucesso ou o fracasso da utilização do método do psicodiagnóstico interventivo estaria vinculado à estrutura da personalidade e condições das funções egóicas. O acompanhamento dos casos indicou, em relação à melhora dos sintomas, cinco sucessos, dois fracassos e uma desistência. A técnica de Rorschach mostrou que as crianças bem sucedidas apresentavam estrutura da personalidade neurótica e ausência de comprometimentos severos no controle pulsional e nos relacionamentos pessoais. Diante disso, os autores consideraram essas características como critérios de indicação para o psicodiagnóstico interventivo.

Graeff e Vaz (2006) conduziram uma pesquisa por meio do método de Rorschach com a finalidade de investigar a personalidade de crianças diagnosticadas com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Participaram do estudo 48 crianças com idades entre 6 e 11 anos, de ambos os sexos; o grupo experimental foi composto por 24 crianças que apresentavam sintomas de TDAH do tipo misto (desatento, hiperativo e impulsivo). Ao final do estudo foi constatado que esse grupo apresentava níveis elevados de impulsividade, dificuldades quanto ao controle geral da personalidade e falhas na modulação e controle dos aspectos afetivo-emocionais, prejuízos na capacidade de organização, de análise e síntese, dificuldade de percepção objetiva da realidade, na capacidade de sistematização e objetividade, bem como ansiedade, incapacidade e reflexão em índice maior que no grupo controle.

Figaro (2009), em trabalho de dissertação de mestrado, dedicou-se à análise das características afetivas e emocionais das crianças que apresentam Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Os resultados obtidos pela aplicação do método Rorschach de acordo com o Sistema Compreensivo Exner indicaram a susceptibilidade a episódios depressivos e, ainda, dificuldades no controle inibitório, associadas a situações de estresse crônico, resultantes de atividade ideacional intensa, que acabam interferindo negativamente nos processos de atenção e concentração. O autor observou, ainda, que as crianças apresentam sentimentos de angústia, gerados por certa consciência de necessidades não atendidas. Considera-se que as crianças com TDAH apresentam

características emocionais e afetivas complexas, sendo o processamento das emoções o mais importante em sua atividade psicológica. Tendem a buscar autonomia e autoafirmação, correndo o risco de terem condutas impulsivas ou de oposição.

Dessa forma, buscou-se nesta pesquisa investigar aspectos da personalidade de crianças com TDAH utilizando a técnica de Rorschach, e para tanto se priorizaram as variáveis indicadoras do transtorno no teste de Rorschach, como o número de respostas (R) para avaliar a capacidade de produção e desempenho; o movimento animal (FM) e respostas de cor e forma (CF) para avaliar a impulsividade; a cor pura (C) e a determinante forma (F) para avaliar as dificuldades no controle emocional; o espaço em branco (S) e o choque de reação (tempo de reação acelerado) para avaliar a ansiedade situacional.

3 MÉTODO

No presente estudo analisou-se o uso do teste de Rorschach como ferramenta para avaliação psicológica de crianças. As crianças participantes, um menino e uma menina, ambos com 11 anos, foram selecionadas e convidadas a participar após a verificação dos seus prontuários de atendimento no Serviço de Atendimento Psicológico da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó. Ambos os prontuários sinalizavam diagnóstico médico prévio de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

O teste de Rorschach foi aplicado pelo pesquisador, em sessão conjunta com a estagiária de psicologia responsável pelos atendimentos das crianças, após a autorização dos seus respectivos responsáveis por meio do termo de Consentimento livre e Esclarecido. A presença da estagiária é muito importante, pois a criança se sente mais confortável para o teste se estiver acompanhada de alguém que já tenha realizado uma aliança terapêutica do teste em sala fechada, com uma pessoa desconhecida. Posteriormente as respostas foram codificadas e interpretadas de acordo com o Sistema Compreensivo de Exner. Foi realizado um

estudo quantitativo e qualitativo, uma vez que o “Rorschach permite uma leitura tanto qualitativa quanto quantitativa de sua produção.” (NASCIMENTO; RESENDE; RIBEIRO, 2017, p. 10). Ao final foram realizadas devolutivas dos resultados às crianças e seus responsáveis.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A avaliação dos dados foi feita com base na metodologia quantitativa, sendo analisados e interpretados de acordo com os pressupostos do método Rorschach – Sistema Compreensivo de Exner, conforme proposição de Resende (2016), para investigação das variáveis presentes no teste. Também foram consideradas as análises qualitativas das respostas emitidas, e para melhor ilustrar as análises apresenta-se inicialmente um resumo de cada caso.

O caso do menino: 11 anos, com histórico de atraso no desenvolvimento psicomotor, dificuldades na linguagem, como troca de sons, dislalia e dislexia, frases com dificuldade, dificuldades no aprendizado, sobretudo em matemática. Suspeita de perda auditiva, expressa o lado afetivo com abraços muito fortes, mas tem o hábito de chutar as pessoas e possui a sexualidade a florada. Histórico de ter presenciado seus pais biológicos tendo relações sexuais, sofreu *bullying* na escola. Foi encaminhado para o Serviço de Atendimento Psicológico da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó com diagnóstico de TDAH.

Em relação à análise dos elementos presentes nas respostas do menino, a resposta emitida no cartão II: “um bicho matando uma galinha escorrendo sangue” indica a possibilidade de vivência de abandono, violência física, dificuldade em responder. No cartão III o menino também dá indícios de vivência de sentimentos negativos ou aversivos em relação a outras pessoas, conforme a resposta dada: “um pássaro”. O fato de não ver a resposta popular pode ser indicativo de uma reserva prognóstica clínica de identidade dissociada, invalidada ou negada, e ainda de acordo com Resende (2016), talvez seja uma pessoa que não consegue se aceitar ou se identificar com os outros, que não foi respeitada como ser humano.

Em consonância à resposta emitida no cartão IX – Resposta: “formiga”, Inquirido: “o que faz parecer formiga?” Resposta: “o pé, onde que pica o braço” – sugere a experiência de ter vivido situações dolorosas em sua vida.

As respostas das variáveis dos códigos especiais cognitivos ou críticos: “uma boleta carregando uma flor”, indicando uma resposta desviante e combinação fabulada, normalmente presente em pessoas com pensamento imaturo ou desorganizado, e principalmente a resposta de conteúdo crítico contaminada “pássaro galinha” apontam que o analisando possui excessiva labilidade e concretude do pensamento, o que, segundo Resende (2016), é indicativo de deslize cognitivo grave, podendo evoluir para um distúrbio do pensamento do tipo psicótico; suas respostas de movimento agressivo sugerem atitudes hostis em relação aos demais e ao meio, tanto verbais quanto não verbais. A resposta emitida no cartão III para justificar o que poderia ser um pássaro – “um osso, o olho, o pé e a mão” – é uma combinação incongruente cujo significado, segundo Resende (2016), está relacionado com sincretismo da experiência, desagregação do pensamento e pode tratar-se de um problema estrutural que perturba a organização do pensamento.

Diante de todos os elementos citados, há possibilidade de transtorno psicótico. A relação do menino com figuras de autoridade também evoca vivências de medo, insegurança e abuso da figura de autoridade. A resposta dada no cartão V: “borboleta feia” sugere falta de sintonia mente-corpo, com dificuldades de integrar-se consigo mesmo e com o meio externo. Para Exner Júnior (1999), o equilíbrio e a estrutura unitária do cartão chocam-se e contrastam fortemente com aquele que apresenta um desequilíbrio interno, desestruturação psíquica e desintegração da própria imagem, como o que acontece em casos de transtornos esquizofrênicos.

A análise quantitativa da mediação verifica se a organização do pensamento é eficiente e compatível com a realidade, se percebe as coisas como a maioria das pessoas, se sua percepção é ajustada e convencional e se seu julgamento é adequado (RESENDE, 2016). Nesse aspecto, a variável foi menor que 0,50, o que revela um risco maior de inadaptação

e incomunicabilidade com o meio, pois percebe as coisas de um modo muito pessoal. A subjetividade fala mais alto que a objetividade, e, conseqüentemente, a percepção adequada da realidade fica prejudicada, bem como a capacidade de discriminação, juízo crítico e coerência (RESENSE, 2016).

O índice do distúrbio do pensamento é uma medida que não se refere a um índice de diagnóstico, mas de um indicador do tipo de dificuldade no que diz respeito ao pensamento e à precisão perceptiva, que podem ter um impacto persistente em toda a estrutura da personalidade da pessoa (EXNER JÚNIOR, 1999). No caso do menino, aponta para indícios de problemas cognitivos que exercem muita influência no funcionamento do examinando. A experiência de base indica presença de desconforto, dificuldade emocional ou angústia, podendo estar relacionada com estresse situacional, provocado pela própria situação do teste, uma vez que alguns estímulos apresentados podem mobilizar alguns recursos psicológicos inexistentes, causando o desconforto emocional.

O caso da menina: 11 anos, encaminhada por neurologista com diagnóstico de TDAH desde os seis anos. A queixa principal de encaminhamento ao Serviço de Atendimento Psicológico referia-se à ansiedade e dificuldade em concentrar-se por muito tempo, boa comunicação e bom relacionamento social.

Em relação às respostas dadas pela menina, as análises qualitativas permitem inferir que a criança tem bom senso e administra bem símbolos comuns, tem capacidade de perceber a realidade e de responder ao óbvio e ao lógico. A criança é capaz de se aceitar física e psicologicamente, ou seja, tem um sentimento estético de si, aceita sua aparência. Percebe-se também que a menina tem um bloqueio na experiência da sexualidade, que é algo experienciado como dissociado, negado, talvez em razão de sua própria imaturidade em relação às crianças de sua faixa etária. Pode-se observar maior apego à figura materna, e suas percepções revelam um sentimento simbiótico nas relações primitivas com a mãe.

Por sua vez, as análises quantitativas mostraram que a examinanda possui capacidade de se envolver em situações de tom

emocional e trocar sentimentos com os outros, de sentir-se à vontade em situações em que um nível moderado de emoção está eliciado ou expresso. Não foi possível constatar presença de aspectos depressivos.

Conforme Exner Júnior (1999), os determinantes inanimados indicam um tipo de atividade cognitiva não deliberada que implica certos sentimentos de perda de controle, que podem facilmente interromper o curso do pensamento deliberado do sujeito. Quando aparecem em mais que uma resposta, sugerem uma reação às situações de estresse que a pessoa experimenta num determinado momento, que geram incômodo e mal-estar e aumentam a sobrecarga interna, dificultando tanto os processos de concentração quanto o de relaxamento. Crianças com TDAH comumente apresentam essas respostas, no entanto a analisanda não emitiu nenhuma resposta com determinante inanimado.

Outra situação bastante frequente em crianças com TDAH submetidas ao teste de Rorschach é a presença do determinante sombreado difuso, que para Resende (2016), é comum em situações de estresse e quando aparecem revelam um sofrimento psíquico. Crianças com o transtorno têm a tendência de reagir com aumento de tensão, recebendo estímulos ideacionais e perdendo o controle sobre os pensamentos, e de ser invadidas por intenso mal-estar e sofrimento, porém é preciso observar que a menina também não apresentou nenhuma codificação para esse determinante.

A menina apresenta o processamento mais econômico, simples, concreto e prático das informações. Detém um pensamento mais analítico, indutivo e superficial para a localização das respostas. Houve a necessidade de repetição das instruções após o primeiro e o quarto cartões; essa ocorrência sugere talvez a ansiedade impedisse a menina de compreender bem a tarefa que deveria fazer. O protocolo curto, com apenas 15 respostas, reflete reserva, cautela e resistência por parte da examinada; a presença de respostas com determinantes movimento animal (FM) e cor forma (CF), como no cartão II: “parece dois porquinhos brincando” e no cartão IX: “animais brincando” sugere impulsividade, enquanto que no predomínio de respostas determinantes baseadas exclusivamente na

forma pode-se inferir dificuldades no controle emocional. A análise da qualidade evolutiva sugere nível de desenvolvimento cognitivo modesto e conservador. Suas respostas foram baseadas exclusivamente nas características formais da mancha, sugerindo possuir controle racional da experiência e controle cognitivo da realidade; normalmente essas respostas são características de pessoas que se envolvem de forma mais simples e superficial para lidar com situações. No entanto, as respostas no cartão II: “uma máscara de halloween” e “um casaco de pele”, no cartão VI, indicam o refúgio na fantasia e necessidade de proteção possivelmente da figura materna.

Conforme a análise das codificações para a qualidade formal pode-se perceber que a menina percebe a realidade de acordo com as demandas e expectativas sociais. A projeção de cor pode revelar tendência a negar a presença de afetos disfóricos, não prazerosos e ameaçadores, substituindo-os por falsas emoções positivas. Essas fantasias acabam funcionando como um mecanismo de defesa, muito comum em crianças (RESENDE, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método é válido e permite a identificação do TDAH para esta pesquisa, considerando os dados obtidos nas avaliações realizadas, pois além de permitir a sua identificação pode perceber a necessidade do redirecionamento das condutas terapêuticas, uma vez que não foi possível a confirmação dos diagnósticos preliminarmente apresentados, visto que ambas as crianças não apresentaram dados condizentes com o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, segundo as normas interpretativas do Sistema Compreensivo de Exner Júnior no método de Rorschach.

O Rorschach é um teste útil para avaliar aspectos estruturais da personalidade e para detectar alterações psíquicas em curso. Dessa maneira, ele auxilia na detecção da presença de transtornos de personalidade e de doenças psíquicas tanto de crianças quanto de adolescentes e adultos. Sua utilização em crianças com Transtorno de

Déficit de Atenção Hiperatividade é especialmente valiosa para auxiliar na elucidação do diagnóstico diferencial e de possíveis comorbidades.

O diagnóstico diferencial faz-se necessário no TDAH, sobretudo com transtorno opositor-desafiante, transtorno de conduta, transtorno bipolar e transtorno de ansiedade e depressão. Além dessas condições, acresce o fato de na atualidade existir uma verdadeira banalização do diagnóstico de TDAH, fazendo com que as crianças sejam submetidas cada vez mais à medicação como medida de controle.

Os dados obtidos na aplicação do método de Rorschach nas crianças deste estudo, com diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), não permitiram a confirmação desse transtorno, embora tenha sido possível perceber traços de impulsividade no menino e de desatenção na menina. Há necessidade de investigações, sobretudo na prática clínica, para desvelar possíveis psicopatologias nessas crianças, principalmente no menino.

As dificuldades em razão da pouca quantidade de informações constantes nos dados de anamnese, que foram consultados previamente para a seleção das crianças participantes, aliadas às dificuldades de aplicação em crianças com dificuldades na linguagem, não impediram que a execução do método chegasse a termo. Mesmo a despeito de não ter sido possível a confirmação dos casos de TDAH, considera-se que os objetivos foram atingidos, pois a exclusão da possibilidade do transtorno também é importante para o redirecionamento do tratamento e medidas terapêuticas necessárias para cada criança.

A utilização do método de Rorschach nos casos enfatizou a importância desses instrumentos projetivos para uma investigação mais profunda de casos de crianças, possibilitando maior compreensão em relação à presença de comprometimentos neurobiológicos e no redirecionamento das condutas terapêuticas.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, V.; JACQUEMIN, A.; ALVES, Z. Alcance e limites do psicodiagnóstico interventivo no tratamento de crianças antissociais. **Caderno de Psicologia e Educação**, Paidéia, v. 14, n. 28, p. 153-167, 2004.

BELLODI, P.; ROMÃO JÚNIOR, E.; JACQUEMIN, A. Crianças em diálise: estudo das características de personalidade através de técnicas projetivas. **Jornal Brasileiro de Nefrologia**, 1997.

EXNER JÚNIOR, J. E. **Manual de classificação do Rorschach para o Sistema Compreensivo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

FIGARO, R. A. D. S. **Análise da Afetividade em crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade pelo Método de Rorschach**: um enfoque Junquiano. 2009. Dissertação (Mestrado)– Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

GRAEFF, R. L.; VAZ, C. E. Personalidade de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade por Meio do Rorschach (TDAH). **Psicologia e Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 3, p. 269-276, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/vol.22/n3/03pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

NASCIMENTO, R. S. G. F.; RESENDE, A. C.; RIBEIRO, R. K. S. M. **Crianças, adolescentes e o Método de Rorschach**. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2017.

PETRELLI, R. **Curso de especialização em Rorschach**. Goiânia: Dasein, 1991. Apostila mimeografada.

RESENDE, A. C. **Método de Rorschach Referências essenciais**. 2. ed. Goiânia: Dimensão, 2016.

RESENDE, A. C.; NASCIMENTO, R. S. G. F. O estudo da personalidade por meio do método de Rorschach (Sistema Compreensivo).

Revista Especialize. Disponível em: <www.ipog.edu.br>. Acesso em: 10 ago. 2017.

RORSCHACH, H. **Psicodiagnóstico.** São Paulo: Mestre Jou, 1978. (Trabalho Original publicado em 1921).

MOTIVOS QUE LEVAM À PRÁTICA DO YOGA E A PERCEPÇÃO DOS SEUS BENEFÍCIOS SOBRE A SAÚDE

Marlon Santin¹
Jucielly Carla Téo²
Daniela Zanini³
Danielle Ledur Antes⁴

RESUMO

O objetivo com este estudo foi investigar os motivos que levam as pessoas à prática do yoga e a percepção dos seus benefícios sobre a saúde. Trata-se de estudo quantitativo/descritivo de caráter transversal. O instrumento de coleta foram dois questionários, que avaliaram o perfil, o motivo da busca e a percepção da melhora do aspecto saúde relacionado à prática do yoga. As coletas foram feitas em espaços de yoga do Município de Chapecó, SC. Participaram do estudo 35 pessoas de ambos os sexos, com média de idade 40,7 (dp 10,8) anos. Constatou-se que os principais motivos que levaram o grupo à prática do yoga foi saúde física e mental, bem-estar e aprender sobre yoga, sendo que, entre os critérios de percepção de melhora com a prática, o que mais se destacou foi o equilíbrio, seguido da irritabilidade/nervosismo, humor, problemas de concentração, ansiedade, flexibilidade e força muscular. Conclui-se que o presente estudo mostrou os motivos que levaram as pessoas a praticarem yoga, e que estes estão relacionados com aspectos físicos e psicológicos, considerando que, por meio da prática, surgem melhoras no estado de saúde, observado pelo relato da percepção e pela satisfação com a busca pela prática.

Palavras-chave: Yoga. Motivos. Percepção. Saúde.

¹ Graduado em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; marlonsantinsc@yahoo.com.br

² Pós-graduada em Osteopatia pelo Instituto Brasileiro de Osteopatia; Graduada em Fisioterapia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina; jucielly.teo@unoesc.edu.br

³ Mestre em Avaliação e Prescrição de Atividade Física pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal); Pós-graduada em Treinamento Desportivo pela Universidade Norte do Paraná; Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina; daniela.zanini@unoesc.edu.br

⁴ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Santa Catarina; Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina; danielleantes@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Yoga é uma filosofia antiga de origem indiana, que envolve posturas (ásanas), meditação (dhyana), respiração (pranayama) e relaxamento (yoganidra). Com a chegada no Ocidente, o yoga vem sendo difundido e atrai as pessoas para a sua prática, sendo essas técnicas usadas como atividade física. O yoga é uma prática que tem como objetivo o desenvolvimento do equilíbrio entre a saúde física, mental e espiritual, mediante um estilo de vida saudável e de meditação.

A busca pela promoção da saúde por meio da atividade física é crescente, assim como as práticas corporais alternativas em suas diversas propostas. O yoga é uma opção para os sujeitos que buscam força, resistência, flexibilidade, equilíbrio entre corpo e mente, controle emocional e autoconhecimento. O corpo é o instrumento para o autoconhecimento e o ponto de partida para a descoberta do potencial da evolução pessoal que reside em cada um de nós.

A união do corpo e da mente pode ser a resposta para muitos males da saúde, visto que no yoga o desafio do praticante está em trazer a prática dessa filosofia para o seu dia a dia. O ponto mais importante no yoga não é a flexibilidade ou a habilidade para fazer posturas difíceis, mas o desenvolvimento da consciência no que diz respeito à respiração, ao corpo e à mente, trazendo essa consciência para as atividades cotidianas do praticante e observando como o corpo reage a diferentes situações.

Conhecendo a si mesmo a pessoa que pratica yoga desenvolve uma percepção corporal avançada, buscando melhorar ou até mesmo curar uma lesão ou doença por entender o que está acontecendo em seu corpo, e ainda reduzir os danos do estresse sobre o próprio corpo e a mente, resultando em bem-estar e qualidade de vida. É uma das poucas práticas físicas que pode até mesmo ajudar na jornada espiritual do praticante, pois induz a um estado pleno de harmonia, por meio de autoconhecimento e da serenidade, favorecendo, assim, um equilíbrio no estado psicoemocional e também físico.

Além disso, têm sido estudados os efeitos do yoga no tratamento de doenças crônicas, como hipertensão, asma, obesidade, doença neuromuscular e psiquiátrica. A prática frequente do yoga tem efeitos na redução de peso, nos níveis de glicose sanguínea, de colesterol e de pressão arterial, melhora o estado de atenção e de concentração e os sintomas de estresse e ansiedade.

Sabe-se que os problemas oriundos da mente afetam diretamente o corpo físico, uma vez que o corpo é a expressão concreta das emoções, pois nada se passa na mente que o corpo não manifeste, e nada se passa no corpo sem que a mente acuse. Isso porque não há um corpo e uma alma, mas uma unidade, modernamente chamada de mente-corpo.

Assim, por meio desta pesquisa, procurou-se investigar os motivos que levam as pessoas a praticarem yoga e a percepção dos seus benefícios sobre a saúde. Trata-se de estudo quantitativo/descritivo de caráter transversal. O instrumento de coleta foram dois questionários, que avaliaram o perfil, o motivo da busca e a percepção da melhora do aspecto saúde relacionado à prática do yoga.

As coletas foram feitas em espaços de yoga do Município de Chapecó, SC. Participaram do estudo 35 pessoas de ambos os sexos, com média de idade 40,7 (dp 10,8) anos. Constatou-se que os principais motivos que levaram o grupo à prática do yoga foi saúde física e mental, bem-estar e aprender sobre yoga, sendo que, entre os critérios de percepção de melhora com a prática, o que mais se destacou foi o equilíbrio, seguido da irritabilidade/nervosismo, humor, problemas de concentração, ansiedade, flexibilidade e força muscular.

A partir disso pode concluir que o presente estudo mostrou os motivos que levaram as pessoas a praticarem yoga, e que estes estão relacionados com aspectos físicos e psicológicos, considerando que, por meio da prática, surgem melhoras no estado de saúde, observado pelo relato da percepção e pela satisfação com a busca pela prática.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 ORIGEM DO YOGA

O yoga pode ser definido como uma ciência, ou seja, uma disciplina prática, metódica e sistemática, com um conjunto de técnicas que buscam auxiliar os seres humanos a se tornarem mais conscientes de sua natureza primordial (SARASWATI, 1967).

De acordo com DeRose (2007), os primeiros indícios da prática de yoga remontam a mais de 5.000 anos e apontam para o Norte da Índia, Os sistemas filosóficos da Índia que se desenvolveram por milênios após a invasão ariana forneceram material de base para muitas correntes de pensamento ao longo do seu desenvolvimento; algo parece evidente, que as práticas psicofísicas do yoga não apareceram em nenhuma outra cultura indo-europeia fora da Índia, o que aumenta as probabilidades de esses conhecimentos serem originários dos povos dravídicos autóctones.

Na tradição Hindu foi um mestre chamado Patanjali quem codificou o yoga e as práticas descritas no Yoga Sutras, registrando o conhecimento existente no seu tempo e que foi preservado ao longo dos séculos por meio da transmissão oral de mestre para discípulo. O texto *Yoga Sutras de Patanjali* enfatiza aspectos meditativos da prática de yoga e seu ideal, provavelmente entre os séculos I e II d.C., e forma uma grande obra contendo 196 aforismos ou sutras (versículos) sobre a sua prática e sua filosofia. Patanjali tem sido frequentemente chamado de fundador do yoga por causa desse trabalho, sendo também o criador do Raja Yoga (Yoga Real) por literalmente descobrir os oito passos para trilhar o caminho rumo à iluminação (DEROSE, 2007).

Os oito preceitos e atitudes do yoga que devem ser incluídos integralmente no dia a dia de quem busca o equilíbrio perfeito entre corpo, mente e espírito são: yamas (conduta social), niyamas (conduta individual), ásana (posturas físicas), pranayama (exercícios respiratórios), pratyahara (abstração dos sentidos), dharana (concentração), dhyana (meditação) e samadhi (hiperconsciência). Na codificação do Yoga

Sutras (texto) são expostas práticas iniciativas, fixação do indivíduo em si mesmo, e por meio do yoga o praticante desenvolve-se na busca da libertação (DEROSE, 2007).

Baba (1996) descreve que Patanjali não foi o inventor do yoga, mas foi um compilador de todas as técnicas e trabalhos que existiam no seu tempo. Sua obra foi composta em aforismos ou sutras (versículos), uma forma sucinta de texto que facilita a memorização de seu conteúdo. O texto é dividido em quatro capítulos com os aforismos que compõem o sistema filosófico do yoga: absorção dos componentes da mente no absoluto (Samadhi), meios e práticas para esse fim (Sadhana), realização da discriminação entre o relativo e o absoluto, com o despertar dos poderes (Vibhuti) e emancipação ou isolamento do espírito no absoluto (Kaivalya).

Eles se organizaram por meio do tempo em seis sistemas especializados de filosofia, tendo por objetivo comum a emancipação espiritual. Os seis darçanas são textos (do sânscrito, “pontos de vista”) que compõem a base ortodoxa: *Nyaya*, *Vaishesika*, *Samkhya*, *Yoga*, *Mimansa* e *Vedanta*. Assim, tem-se o *Nyaya* (estudo da lógica), o *Vaishesika* (atomística – estudo da matéria) se complementando, o que acontece também com o *Samkhya* (estudo da existência), fornecendo a base metafísica para as (práticas psicofísicas) do Yoga, o *Mimansa* (ritualística), introduzindo além da parte litúrgica o pensamento filosófico desenvolvido, e o *Vedanta* (finalidade do conhecimento da vida), cada um fornecendo subsídios para a construção de um sentido maior ou reforçando conceitos dos outros (BABA, 1996).

No Yoga Sutras de Patanjali são mencionados os ásanas e os pranayamas (técnicas que envolvem o trabalho físico), bem como todo o fundamento da prática de yoga e seus efeitos sobre o corpo e a mente. Os sutras tornam evidente o fato de que o yoga é uma disciplina que trabalha com a mente, e que o corpo é apenas uma ferramenta adicional para o correto desempenho prático (BABA, 1996).

Já no Hatha Yoga, que surgiu entre os séculos IX e X d.C., o foco passa a ser o corpo para se chegar à mente, e foi aí que surgiram várias posturas físicas (ásanas), as quais foram a chave mestra de o yoga ser

praticado no Ocidente. O Hatha Yoga se coloca como complemento ao Yoga Sutas de Patanjali e como um meio para alcançá-lo (SOUTO, 2000).

Os principais ramos do yoga incluem Raja-Yoga, Karma-Yoga, Jnana-Yoga, Tantra-Yoga e Hata-Yoga. A Raja-Yoga, compilada dos textos do Yoga Sutas de Patanjali e conhecida simplesmente como yoga no contexto da filosofia hinduísta faz parte da tradição Samkhya. Diversos outros textos hindus discutem aspectos do yoga, incluindo os *Vedas*, os *Upanixades*, o *Bhagavad Gita*, o *Hatha Yoga Pradipika*, o *Shiva Samhita*, o *Mahabharata* e diversos Tantras (manual ou texto que expõe conhecimento sobre algo) (GOMES, 1993).

Gomes (1993) mostra que nos textos Hindus que discutem aspectos do Yoga, estão presentes nos Upanixades, o *Bhagavad Gita*, o Hatha Yoga Pradipika e o texto mais importante de todos, o Yoga Sutas de Patanjali. Os números romanos citam o versículo e os números naturais indicando o capítulo no texto. No texto *Bhagavad Gita* fala que: “É dito que yoga é equanimidade da mente” (II, 48); “Yoga é a excelência nas ações” (II, 50). No texto Yoga Sutas de Patanjali fala que: “Yoga é o recolhimento das atividades da mente” (I, 2); “Yoga é Samadhi” (hiperconsciência) (I, 1). No texto do *Hatha Yoga Pradipika* fala que: “O yoga é a união entre corpo e mente.” No texto dos Upanixades fala que: “Não conhece doença, velhice nem sofrimento aquele que forja seu corpo no fogo do yoga, saúde, libertação dos condicionamentos, discernimento, expressão dos comportamentos, são os sinais pelos quais o yoga manifesta seu poder” Upanixade *Shvetashvata* (II:12-13). “A unidade da respiração, da consciência e dos sentidos, seguida pela aniquilação de todas as condições da existência, isso é o yoga” Upanixade *Maitri* (VI:25). “Quando os cinco sentidos e a mente estão parados, e a própria razão descansa em silêncio, então começa o caminho supremo, esta calma dos sentidos chama-se yoga.”

Há centenas de estilos diferentes de yoga no mundo, que propõem diversos caminhos para alcançar o mesmo objetivo, o Samadhi, a iluminação da consciência ou a compreensão da existência. Vários são os métodos e as escolas para se atingir essa meta, porém ela sempre é o referencial. As escolas mais antigas utilizam métodos estritamente

técnicos. As escolas mais modernas têm uma conotação tendendo mais ao espiritualismo, fruto da difusão do Vedanta (texto) na época medieval. Desenvolveram-se ao longo da história no Oriente, particularmente na Índia, as técnicas do yoga, e nos dias de hoje está amplamente difundido no mundo todo, inclusive no Ocidente. Algumas linhas de yoga são: Ashtanga Vinyasa Yoga, Bhakti Yoga, Hatha Yoga, Iyengar Yoga, Jñana Yoga, Karma Yoga, Kriya Yoga, Raja Yoga, Raja Vidya Yoga, Siddha Yoga, Tantra Yoga, Kundalini Yoga, Prakriti Yoga, entre outras (GOMES, 1993).

2.2 YOGA NO OCIDENTE

Segundo Krieger (2001), o yoga no Ocidente ocorreu em 1893, com a chegada de Swami Vivekananda aos Estados Unidos, começando a partir de então uma busca frenética pelas técnicas e pelos ensinamentos de yoga.

Outro precursor do yoga no Ocidente foi Swami Sivananda, que estudou Medicina e com o tempo concluiu que estava apenas curando na superfície com tratamentos paliativos, sem solucionar profundamente a causa do problema, que muitas vezes era originado no psiquismo humano, e observou ser de fundamental importância buscar uma visão mais holística do ser humano por meio do yoga (KRIEGER, 2001).

De acordo com Gharote (2005), as primeiras investigações científicas foram realizadas pelo Swami Kuvalayananda a partir de 1920, mas a base científica de publicação do yoga tornou-se pública em 1924, quando lançou o *Yoga Mimamsa Journal*, no *Institute Kaivalyadhama* na Índia, onde muitas descobertas foram feitas sobre os efeitos terapêuticos do yoga em certas doenças. Kuvalayananda desenvolveu uma abordagem do yoga apropriada à mente do homem do século XX de forma mais racional e prática, convertendo-se em um dos principais fatores que permitiu o aumento de adeptos do yoga no Ocidente.

Um dos primeiros mestres indianos a trazer essa tradição para o Ocidente foi Paramahansa Yogananda, que nos anos 1920 viajou para um congresso de religiões nos Estados Unidos, onde permaneceu radicado até sua morte, em 1951. Nesse período, Yogananda fundou a *Self Realization*

Fellowship, onde os alunos ocidentais tiveram contato pela primeira vez com as técnicas da Krya Yoga, linhagem iniciada passada de mestre para discípulo (YOGANANDA, 2007).

Sri Sevānanda também teria sido responsável pelas primeiras apresentações sobre yoga no Brasil. No ano 1947 ele viajou por várias cidades fazendo conferências, fundou um grupo em Lages, SC e um mosteiro em Resende, RJ. Sevānanda era um líder natural e sua voz era suficiente para arrebatrar corações e mentes (DEROSE, 1985).

No Brasil, Caio Miranda, oficial militar, começou a ensinar yoga nos anos 1950, no Rio de Janeiro, e publicou o primeiro livro sobre o assunto em 1960, intitulado *A Libertação pelo Yoga* (MIRANDA, 1960). No entanto, o olhar científico sobre yoga foi introduzido no Brasil pela Profa. Mestre Ignêz Novaes Romeu, que fundou em São Paulo o Instituto de Yoga Lonavla, no ano 1975.

Atualmente, o yoga vem sendo reconhecido por várias instituições de diferentes campos do conhecimento. O yoga é citado pela OMS na classificação da Medicina Tradicional/Medicina Complementar Alternativa (MT/MCA). No Brasil, o yoga e outras práticas corporais foram introduzidas no Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Portaria n. 719, de 07 de abril de 2011, art. 6º, com a criação do programa da Academia de Saúde pelo Ministério da Saúde (2011).

2.3 BENEFÍCIOS DO YOGA

Nessas técnicas a respiração (pranayama) e a meditação (dhyana), duas importantes atividades do yoga, passaram de mera especulação popular para foco de estudos e pesquisas científicas no campo da psicologia analítico-comportamental. Segundo Telles (2013), o pranayama (respiração), segundo pesquisas do *Department of Research on Indian Medicine*, da *Patanjali Research Foundation*, em Haridwar, Índia, influencia a mente com o controle da respiração, podendo conseguir certo grau de firmeza e serenidade mental, boa saúde e possivelmente

longevidade, auxiliando a meditação e o desabrochar de uma consciência espiritual.

O yoga investiga o sofrimento humano e a vida insatisfatória e induz o praticante ao conhecimento discriminativo para a realização de sua consciência ilimitada, por meio de um caminho prático. Essa antiga arte baseada em um sistema de harmonização e de desenvolvimento que torna o corpo forte e a mente flexível, além de melhorar o funcionamento dos sistemas respiratório, circulatório, digestivo e hormonais, ainda promove a estabilidade psicoemocional; conhecer o corpo faz despertar para experiências mais sutis. Sua prática pode ser posicionada como uma forma independente para a conquista da qualidade de vida e da saúde, para prevenir doenças crônicas (DESHPANDE; NAGENDRA; NAGARATHNA, 2009).

Na última década um crescente número de estudos tem demonstrado que a prática de yoga pode promover efeitos favoráveis para o corpo e a mente, sendo encontrados efeitos físicos, como flexibilidade, força e resistência muscular; controle de variáveis fisiológicas, como dor, pressão arterial, respiração, frequência cardíaca e melhora do condicionamento físico; controle de variáveis psicológicas, como ansiedade, depressão, estresse, fadiga e estados de humor; além de efeitos sociais, como mudança no estilo de vida (RAY, 2001).

Ao atuar na inteligência emocional, o yoga estimula a capacidade do discernimento, facilitando a diferenciação entre o real e o ilusório, ajudando o praticante a manter a tranquilidade e o equilíbrio físico, mental e emocional. O yoga pode aumentar a resistência à doença e o desempenho em tarefas cognitivas, psicomotoras e físicas (KHALSA, 2009).

Atuando em um campo distinto da Psicologia e da Medicina, a filosofia do yoga apresenta inúmeras possibilidades de técnicas para o corpo e a mente, que podem ser utilizadas como tratamentos complementares no controle de diferentes tipos de problemas e de doenças que afetam o corpo e a psique humana. Apesar de se começar a entender como natural a situação de que o estresse, a ansiedade e a depressão contribuam para o surgimento de doenças, ainda falta o entendimento de que uma mudança no estilo de vida possa alterar essas condições e de que é possível prevenir

muitos estados alheios à saúde e ao bem-estar. Historicamente, essa visão integrada do funcionamento humano é encontrada em várias expressões milenares das tradições orientais e na Índia, entre as diversas escolas voltadas ao desenvolvimento humano e também à saúde. Além do yoga, destaca-se a medicina Ayurvédica, sendo seu foco a concepção de que o funcionamento humano ocorre a partir de uma integração psicossomático-energética espiritual (DA SILVA OLIVEIRA, 2015).

No princípio do yoga a saúde significa ausência de fatores que perturbem a mente, e não apenas ausência de doença. Sabe-se que a mente afeta diretamente a nossa saúde física e que o corpo espelha nossas emoções e sentimentos, e, apesar de expressarmos no corpo nossas manifestações mais sutis, muitas vezes, nem percebemos essa relação (GAERTNER, 2002).

As limitações da medicina convencional têm levado os pacientes a optarem por terapias integrativas e suas diferentes práticas terapêuticas. Para os estudiosos, as práticas terapêuticas se baseiam em diversas filosofias e formas de intervenção, que focam na saúde do indivíduo ao invés de focarem na doença, visto que o modelo tradicional da medicina busca focar somente na doença, mas com o passar do tempo a medicina tradicional busca observar e substituir por esse modelo de atenção, olhando a saúde do indivíduo como um todo, e não apenas a doença, e a responsabilidade da manutenção da saúde é de cada um (DA SILVA OLIVEIRA; WINIAWER, 2015).

Em todo o mundo muitos hospitais e centros de terapias integrativas já orientam os pacientes com câncer ou depressão para a prática de yoga, a fim de aprenderem a lidar mais facilmente com as dores crônicas e outros problemas, e os resultados têm sido muito convincentes (DA SILVA OLIVEIRA, 2015).

2.4 RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO FÍSICA E YOGA

Além das práticas esportivas reconhecidas pelo Conselho da Educação Física, este vem identificando algumas manifestações culturais

como algumas danças, lutas, tai-chi, yoga, práticas de aventura e jogos, os quais enfocam a dimensão corporal, característica que apresenta o conceito de atividade física. Aponta para uma ampliação conceitual desse termo com elementos das ciências humanas e sociais; destacam-se as diferenças e os contrastes entre as práticas corporais orientais e ocidentais, que exteriorizam uma preocupação com os significados/sentidos atribuídos às práticas corporais por parte dos sujeitos que as praticam, apresentam finalidades como promoção da saúde, educação para a sensibilidade, desenvolvimento do lazer e cuidado com o corpo e a saúde (LAZZAROTTI FILHO et al., 2010).

As disciplinas orientais, como Tai Chi Chuan, Pilates e Yoga são práticas de atividades físicas cada vez mais próximas da realidade da população, chegando às academias com diferentes nomes. Assim, o yoga está vindo como atividade física, usando técnicas de exercícios respiratórios (pranayamas), exercícios físicos de alongamento, equilíbrio e força isométrica submáxima com as posturas (ásanas), relaxamento psicofísico (yoganidra) e meditação (dhyana) (GHAROTE, 2005).

Apesar do yoga não ser uma atividade física completa, conforme as normas do *American College of Sports Medicine* (1990), considera-se que as modalidades oriundas da linha do yoga possuem um envolvimento contínuo e adequado com a atividade física e, por meio de sua prática psicofísica, promovem o bem-estar físico, psicológico e social, melhorando sua saúde e qualidade de vida, bem como pode ser considerado uma atividade física alternativa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de estudo quantitativo/descritivo de caráter transversal, realizado com praticantes de yoga do Município de Chapecó, SC.

O estudo foi realizado com praticantes de yoga do Município de Chapecó, de ambos os sexos, com diversos métodos ou estilos de yoga, buscando diferentes regiões no município. Os espaços ou academias foram

localizados por meio de bancos de dados da internet ou informações de pessoas que conheciam novos locais.

Foram incluídos os alunos que estavam dentro da faixa etária dos 18 aos 65 anos, de ambos os sexos, que praticam yoga nos grupos pesquisados há mais de três meses. Os grupos para estudo precisavam frequentar uma academia ou espaço legalizado, com professores com capacitação na área do yoga.

Os instrumentos de coleta foram dois questionários, um sociodemográfico e outro adaptado sobre a prática do yoga (RAICHER, 2010).

As questões sociodemográficas buscam identificar sexo, idade, estado civil, escolaridade, renda, religião, filhos, doença, alimentação e outras questões, as quais serão utilizadas também para controle sobre o outro questionário.

O questionário adaptado para praticantes de yoga era referente ao objetivo pela busca do yoga e seus benefícios, visando analisar como o indivíduo se sente atualmente em relação a sintomas de doenças físicas, psíquicas e de qualidade de vida, comparando com o início da prática do yoga por uma autoavaliação, em que ele deve se qualificar como: “muito melhor”, “melhor”, “nem melhor, nem pior”, “pior”, “muito pior”. Caso ele nunca (ou quase nunca) tenha sentido nenhum dos sintomas como descrito nos itens, será orientado a marcar como “não se aplica”. Tal resposta é excluída das análises de dados. O questionário começa com perguntas, as quais tem o objetivo de avaliar aspectos qualitativos e quantitativos das variáveis do presente estudo por meio de questões de caráter mais subjetivo (RAICHER, 2010). Esse questionário, por meio da tabulação de dados das questões, foi dividido em “melhorou”, “permaneceu” e “piorou” para verificar os efeitos da prática do yoga em relação à saúde e à busca por este.

Os questionários foram distribuídos aos participantes, e antes da entrega, estes foram informados sobre os processos de preenchimento, esclarecendo algum tipo de desconforto ou riscos envolvendo o processo de coleta. Posteriormente, eles assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido para a participação no estudo.

As variáveis foram analisadas descritivamente. Para as variáveis qualitativas, calcularam-se frequências absolutas e relativas, por meio do uso de programa Microsoft Excel Office 2013, para a tabulação de dados, e para a análise estatística foi utilizado o programa SPSS, versão 22.

4 RESULTADOS

Participaram do estudo 34 pessoas praticantes de yoga, com idade média de 40,1 (dp 10,3) anos. Conforme a Tabela 1, foi possível verificar que a maioria dos praticantes era do sexo feminino, pertencente à faixa etária dos 40 aos 49 anos de idade. Em relação à situação conjugal, houve predomínio dos casados(as); quanto à escolaridade, 41,2% dos participantes apresentaram pós-graduação completa e a maioria se considerou da Religião Católica. A maior parte das pessoas mencionou ter renda na família de 5 a 10 salários mínimos (SM), e não possuem filhos.

Tabela 1 – Caracterização dos praticantes de yoga do Município de Chapecó, SC (n=35)

Variável	N (%)
Sexo	
Masculino	5 (14,7)
Feminino	29 (85,3)
Idade	
18 a 29	5 (14,7)
30 a 39	9 (26,5)
40 a 49	13 (38,2)
50 a 59	7 (20,6)
Situação conjugal	
Solteiro	11 (32,4)
Casado	16 (47,1)
Vivendo amasiado	2 (5,9)
Divorciado	5 (14,7)
Escolaridade	

Variável	N (%)
I grau completo	2 (5,9)
II grau completo	1 (2,9)
Superior incompleto	4 (11,8)
Superior completo	10 (29,4)
Pós-graduação incompleta	3 (8,8)
Pós-graduação	14 (41,2)
Religião	
Católica	20 (58,8)
Espírita	7 (20,6)
Sem religião	5 (14,7)
Jainismo	1 (2,9)
Santo Daime	1 (2,9)
Renda	
Até 2 SM	3 (8,8)
Entre 2 e 3 SM	4 (11,8)
Entre 3 e 5 SM	10 (29,4)
Entre 5 e 10 SM	12 (35,3)
Mais de 10 SM	5 (14,7)
Filhos	
Sem filhos	15 (44,1)
1 filho	6 (17,6)
2 filhos	11 (32,4)
3 filhos	2 (5,9)

Fonte: os autores.

Nota: N: frequência absoluta; %: frequência relativa; SM: salário mínimo.

Na Tabela 2 são apresentadas as características dos sujeitos em relação à saúde. A maioria não apresenta doenças e não mencionou usar medicamentos. Nenhum indivíduo entrevistado é fumante, a maior parte não faz uso de bebidas alcoólicas e busca praticar outra atividade física além do yoga. Entre as práticas mais citadas estão academia, com 40,9%; e caminhada, com 36,4%, dados não mencionados na Tabela, sendo que 50% são carnívoros e não apresentam dor crônica, sujeitos estes com uma vida ativa e características saudáveis.

Tabela 2 – Características dos praticantes de yoga do Município de Chapecó, SC em relação à saúde (n=35)

Variável	N (%)
Apresenta doença	
Sim	4 (11,8)
Não	30 (88,2)
Uso de medicamento	
Sim	10 (29,4)
Não	24 (70,6)
Fuma	
Sim	0 (0,0)
Não	34 (100)
Uso de álcool	
Sim	14 (41,2)
Não	20 (58,8)
Atividade física além do yoga	
Sim	22 (64,7)
Não	12 (35,3)
Alimentação	
Carnívoro	17 (50,0)
Vegetariano	6 (17,6)
Lactovegetariano	7 (20,6)
Vegano	4 (11,8)
Presença de dor crônica	
Sim	5 (14,7)
Não	29 (85,3)

Fonte: os autores.

Nota: N: frequência absoluta; %: frequência relativa.

Na Tabela 3 são apresentadas as características dos praticantes de yoga em relação aos motivos que levaram à busca pela prática, em que a maior parte do grupo pesquisado foi do método Yoga Integrativa e Tantra Yoga, com permanência ao tempo de prática entre três meses e quatro anos, por indicação de amigos ou familiares. Além disso, a maior parte dos investigados mencionou o motivo que levou à prática do yoga,

que foi a saúde física e mental, sendo que aproximadamente três quartos dos sujeitos mencionaram estar muito satisfeitos em relação à prática.

Na Tabela 4 são apresentadas as percepções dos praticantes em relação à saúde. Pode-se destacar que em relação à percepção dos entrevistados houve melhora de 100% para o equilíbrio, e melhora superior a 90% para a irritabilidade/nervosismo, flexibilidade, força muscular, humor, problemas de concentração e ansiedade. Bons resultados também foram observados para melhoras na qualidade do sono, sofrer antecipadamente e depressão.

Tabela 3 – Características dos praticantes de yoga do Município de Chapecó, SC em relação aos motivos que levaram à busca pelo yoga

Variável	N (%)
Método do yoga (n=34)	
Yoga Integrativa	14 (41,2)
Tantra Yoga	14 (41,2)
Hatha Yoga e Tantra Yoga	6 (17,6)
Tempo de prática (n=34)	
3 a 11 meses	12 (35,3)
1 a 4 anos	12 (35,3)
5 a 9 anos	3 (8,8)
10 anos ou mais	7 (20,6)
Conheceu yoga por (n=34)	
Indicação de amigos ou familiares	22 (64,7)
Livros	2 (5,9)
Academia	1 (2,9)
Internet	6 (17,6)
Outros	3 (8,8)
Qual o motivo que levou à prática (n=33)	
Saúde física e mental	9 (27,2)
Bem-estar	5 (15,1)
Aprender yoga	4 (12,1)
Ansiedade e estresse	3 (9,1)
Equilíbrio emocional	2 (6,1)
Acalmar a mente	2 (6,1)
Paz interior	2 (6,1)
Outras respostas	6 (18,2)
Satisfação em relação à prática (n=34)	
Muito satisfeito	25 (73,5)
Satisfeito	9 (26,5)

Fonte: os autores.

Nota: N: frequência absoluta; %: frequência relativa.

Tabela 4 – Características dos praticantes de yoga do Município de Chapecó, SC em relação à percepção dos seus benefícios sobre a saúde (n=35)

Variável	Melhorou N (%)	Permaneceu N (%)	Piorou N (%)
Irritabilidade, nervosismo	32 (97)	1 (3)	-
Qualidade do sono	26 (83,9)	5 (16,1)	-
Hábitos alimentares	26 (76,5)	8 (23,5)	-
Doenças crônicas	6 (54,5)	5 (45,5)	-
Sofre antecipadamente	26 (83,9)	5 (16,1)	-
Dor muscular	14 (73,7)	3 (15,8)	2 (10,5)
Dor articular	16 (72,7)	4 (18,2)	2 (9,1)
Flexibilidade	33 (97,1)	1 (2,9)	-
Equilíbrio	34 (100)	-	-
Força muscular	33 (97,1)	1 (2,9)	-
Humor	33 (97,1)	1 (2,9)	-
Depressão	12 (85,7)	2 (14,3)	-
Problemas de concentração	29 (93,5)	2 (6,5)	-
Ansiedade	25 (92,6)	2 (7,4)	-

Fonte: os autores.

Nota: N: frequência absoluta; %: frequência relativa.

5 DISCUSSÃO

Foram entrevistadas 34 pessoas em três diferentes instituições privadas de yoga em Chapecó. Na pesquisa, o resultado encontrado foi a predominância de praticantes do sexo feminino, tendência essa frequentemente observada em outras pesquisas sobre a prática de yoga (MOTA; DOS REIS FRANÇA; FREITAS, 2014; BIRDEE et al., 2008).

A maior parte apresenta faixa etária entre 40 e 49 anos de idade, pode estar ligada à busca para aliviar problemas físicos ou psicológicos em que a idade, a partir dos 40 anos, é considerada um período no qual começam a aparecer mais problemas de saúde (CHANAVIRUT et al., 2006).

Os métodos ou estilos de yoga que apareceram foram a Yoga Integrativa, Tantra Yoga e o Hatha Yoga, nomes conhecidos pela literatura. A maioria do grupo tomou conhecimento do yoga pela indicação de amigos ou familiares, dados também reportados por Raicher (2010).

Referente aos motivos que levaram essas pessoas à prática do yoga se destacaram alguns como saúde física e mental, bem-estar, aprender yoga/ conhecimento, ansiedade e estresse, equilíbrio emocional, acalmar a mente e paz interior. Motivos bastante similares foram encontrados em um estudo realizado em 1998 com mais de duas mil pessoas pela Harvard Medical School, nos Estados Unidos, no qual 63,7% praticavam yoga em busca de bem-estar, e, em 2002, este estudo foi realizado com uma amostra maior de participantes, mais de 30 mil pessoas, das quais 76% eram mulheres e 61% relataram praticar yoga para a manutenção da saúde física e mental (BIRDEE et al., 2008). Estudos de Raicher (2010) mostraram que a qualidade de vida (28,5%), a atividade física (25%) e o autoconhecimento (21,9%) foram os principais motivos pela busca do yoga.

Em relação à percepção dos benefícios da prática à saúde, destacou-se o equilíbrio, que houve melhora de 100%. Dantas (2003) diz que o equilíbrio é a qualidade física conseguida por uma combinação de ações musculares com o propósito de assumir e sustentar o corpo sobre uma base, e para Manid e Michael (2001) as desordens de equilíbrio corporal, a fraqueza muscular e a redução da flexibilidade muscular estão relacionadas ao aumento do risco de quedas, fraturas e da dependência funcional; portanto, o yoga pode ser uma ótima prática física para melhorar essa valência por meio das posturas (ásanas).

Irritabilidade/nervosismo, qualidade do sono, sofrer antecipadamente, humor, depressão, problemas de concentração e ansiedade foram fatores que tiveram grande melhora. Andrade e Pedrão (2005) dizem que a prática do yoga proporciona benefícios no funcionamento de todo o organismo e permite melhora das funções psíquicas, tanto cognitivas quanto afetivas, melhorando a memória, reduzindo a tensão emocional, a depressão, a ansiedade e a irritabilidade. Muitos desses benefícios têm sido observados mediante as práticas

de relaxamento (yoganindra) e meditação (dhyana) (GONZALEZ; WATERLAND, 1998).

Para os quesitos flexibilidade e força muscular, 97,1% mencionaram ter melhorado, o que pode ser explicado pelo fato de o yoga geralmente utilizar o alongamento passivo e estático, em que se mantém o alongamento por um período de tempo entre 20 e 120 segundos de permanência, unificando a prática com exercícios respiratórios realizados com muita concentração; assim, o praticante não realiza apenas uma postura, ele é a própria postura, o que resulta, então, em um ganho significativo na flexibilidade e na redução do estresse (ALTER, 1999). A força muscular dentro do yoga é trabalhada a partir das posturas (ásanas), visando ao desenvolvimento da força por meio de contrações musculares isométricas, em que não ocorre movimento, mas a manutenção estática da força contra uma resistência durante um determinado tempo (DANTAS, 2005).

Entre as doenças crônicas nas quais 54,5% das pessoas que se autoclassificam tiveram melhora, as variáveis dor muscular e dor articular foram as únicas que apresentaram piora, não encontrando algo que explicasse isso na literatura.

Na presença de doença no grupo, apenas 11,8% dizem que sofrem com algum problema de saúde, 32,3% se autodeterminam com doenças crônicas nas questões de percepção dos benefícios do yoga, e 29,4% fazem uso de algum medicamento para algum sintoma específico. Isso pode estar associado ao fato de que a pessoa que tem a doença crônica controlada, portanto, não se sente com a patologia.

Em relação ao fumo, 100% dos pesquisados não são fumantes, apenas 41,2% fazem uso de álcool e 64,7% praticam outra atividade física além do yoga, como academia e caminhada, dados não mencionados nas Tabelas, o que pode ser considerado um fator positivo para a saúde do grupo.

Na alimentação, 50% das pessoas responderam não comer carne, embora o Brasil possui 8% de pessoas vegetarianas, conforme levantamento realizado em 2012, segundo dados compilados pela

European Vegetarian and Animal News Alliance (2012); no entanto, isso pode estar aliado à prática ou por um estilo de vida.

Embora esta pesquisa possa servir de base para entender os motivos pela busca da prática e a percepção dos seus benefícios sobre a saúde, é necessário destacar limitações como o número reduzido de pessoas investigadas e o caráter subjetivo das perguntas, que também pode sofrer influência do estado psicológico do avaliado no momento da pesquisa.

6 CONCLUSÃO

No presente estudo buscou-se investigar os motivos que levam as pessoas a praticarem yoga e a percepção delas a respeito dos benefícios sobre a saúde, em que estes estão relacionados com aspectos físicos e psicológicos.

O yoga está além de uma simples atividade física, visto que a prática favorece um equilíbrio no estado psicoemocional, resultando em bem-estar e desenvolvendo o equilíbrio entre a saúde física, mental e espiritual, oferecendo uma melhora na qualidade de vida além do autoconhecimento sobre a vida para agir melhor com problemas cotidianos. Com seus conjuntos de técnicas, o yoga traz uma harmonia na vida das pessoas, melhorando as doenças físicas e emocionais e as valências físicas, como força, flexibilidade e equilíbrio.

O yoga vem como um instrumento para a saúde, podendo realizar mudanças no estilo de vida, proporcionando alívio no sofrimento das pessoas.

REFERÊNCIAS

ALTER, M. J. Alongamento e populações especiais. In: ALTER, M. J. **Ciência da Flexibilidade**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. Position Statement: The recommended quantity and quality of exercise for developing and maintaining cardiorespiratory and muscular fitness in healthy adults. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, v. 20, p. 265-274, 1990.

ANDRADE, R. L. P.; PEDRÃO, L. J. Algumas considerações sobre a utilização de modalidades terapêuticas não tradicionais pelo enfermeiro na assistência de enfermagem psiquiátrica. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 5, p. 737-742, 2005.

BABA, B. **Yoga sutra of Patañjali with commentary of Vyasa**. Delhi: Motilal Banarsidass Publishers, 1996.

BIRDEE, G. S. et al. Characteristics of yoga users: results of a national survey. **J. Gen. Intern. Med.**, v. 23, i. 10, p. 1653-1658, 2008.

CHANA VIRUT, R. et al. Yoga exercise increases chest wall expansion and lung volumes in young healthy thais. **Thai Journal of Physiological Sciences**, v. 19, i. 1, 2006.

DANTAS, E. H. M. **A Prática da Preparação Física**. 5. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

DANTAS, E. H. M. **Flexibilidade, Alongamento e Flexionamento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

DA SILVA OLIVEIRA, M. C.; WINIAWER, F. B. Gestão de Corpo e Mente com Yoga: um Enfoque para Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 16, n. 3, p. 201-207, 2015.

DEROSE, L. S. Á. **Prontuário de Yoga antiga**. Rio de Janeiro: Ground, 1985.

DEROSE, L. S. Á. **Tratado de Yôga (Yôga Shástra)**. São Paulo: DER-ROSE, 2007.

DESHPANDE, S.; NAGENDRA, H. R.; NAGARATHNA, R. A randomized control trial of the effect of yoga on Gunas (personality) and Self-esteem in normal healthy volunteers. **Int. J. Yoga**, v. 21, i. 1, p. 13-23, 2009.

EUROPEAN VEGETARIAN AND ANIMAL NEWS ALLIANCE. 2012. Disponível em: <<http://www.evana.org/index.php?id=70650>>. Acesso em: 30 out. 2017.

GAERTNER, G. **Psicologia somática aplicada ao esporte de alto rendimento**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

GHAROTE, M. L. **Yoga aplicada: da teoria à prática**. São Paulo: Phorte, 2005.

GOMES, H. **Yoga integral**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 1993.

GONZALEZ, V. L.; WATERLAND, A. D. Efectos del Hatha-Yoga Sobre la Salud. Parte I. **Revista Cubana de Medicina General Integral**, Havana, v. 14, i. 4, p. 393-397, set./out. 1998.

KHALSA, S. B. S. et al. Yoga Ameliorates performance anxiety and mood disturbance in young professional musicians. **Applied Psychophysiology and Biofeedback**, v. 34, p. 279-289, 2009.

KRIEGER, N. Theories for social epidemiology in the 21 century: an ecosocial perspective. Int. **J. Epidemiol.**, v. 30, p. 668, 2001.

LAZZAROTTI FILHO, A. et al. O termo práticas corporais na literatura científica brasileira e sua repercussão no campo da Educação Física. **Movimento**, v. 16, n. 1, p. 11, 2010.

MANID, M. J.; MICHEL, J. P. **Atividade Física a Adultos com mais de 55 Anos**. São Paulo: Manole, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria n. 719**, de 07 de abril de 2011. Institui o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Revogada). <<http://www.conselho.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Conferencias/10%20CES/PROGRA01.PDF>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

MIRANDA, C. **A libertação pelo yoga**. Rio de Janeiro: NAPAS, 1960.

MOTA, E. O.; DOS REIS FRANÇA, R.; FREITAS, M. M. Efeitos físicos e psicológicos da prática da Hatha yoga em adultos nas instituições privadas em Salvador – Bahia. **Scire Salutis**, v. 3, n. 2, p. 38-46, 2014.

RAICHER, A. M. **Estudo descritivo-analítico sobre yoga e sua eficácia diante de sintomas ansiosos, depressivos e qualidade de vida**. Monografia (Pós-graduação em Psiquiatria)– Coordenação do Curso de Residência Médica em Psiquiatria do Hospital Municipal do Campo Limpo, São Paulo, 2010.

RAY, U. S. et al. Effect of yogic exercises on physical and mental health of young fellowship course trainees. **J. Physiol. Pharmacol.**, Indian, v. 45, p. 37-53, 2001.

SARASWATI, S. S. **Perfeição pelo yoga**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1967.

SOUTO, A. **Una luz para el hatha yoga**. Buenos Aires: Lonavla Yoga Institute, 2000.

TELLES, S. Patanjali Yogpeeth, Haridwar: An Ayurveda center, which includes treatment, research, and education. **J. Ayurvedan Integ. Med.**, Indian, v. 4, i. 2, p. 120-122, 2013.

YOGANANDA, P. **A eterna busca do Homem – como perceber Deus na vida diária**. Los Angeles, EUA: Self Realization Fellowship, 2007.

PROFISSIONAIS DO SEXO: UM RELATO DESCRITIVO

Fábio Augusto Lise¹
Géssica Regina Borgmann²
Ana Paola Grando³
Cleocimar Agner Paludo⁴

RESUMO

Este é um trabalho de conclusão de curso de Psicologia apresentado à Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê, vinculado à linha de pesquisa Psicologia, Saúde e Ambiente do Grupo de Pesquisa em Estudos da Saúde, Ambiente, Esporte e Sociedade. Esta pesquisa se constituiu em um estudo qualitativo-descritivo com o qual se objetivou analisar o relato de duas profissionais do sexo de uma casa de prostituição de uma cidade do Oeste do Estado de Santa Catarina. Foram entrevistadas duas irmãs por consanguinidade de mãe, que trabalham em uma mesma casa de prostituição que tem como público-alvo homens de classe média alta. A entrevista semiestruturada foi composta por 30 questões e ocorreu na residência das mulheres. Através destas, analisaram-se as motivações e significações das participantes acerca da profissão “profissional do sexo”, identificando também seus planos de futuro. Buscou-se entender algumas de suas características sociais, de vida e de trabalho. Os relatos das profissionais do sexo revelaram o quanto essa profissão ainda é alvo de fortes preconceitos que forçam as participantes a ansiar trocar de ocupação. Palavras-chave: Profissionais do sexo. Preconceito. Perfil Psicossocial.

¹ Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Professor no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; Psicólogo; fabio.lise@unoesc.edu.br

² Graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; Psicóloga; gessica.borgmann@yahoo.com.br

³ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; Psicóloga; ana.grando@unoesc.edu.br

⁴ Mestre em Psicologia e em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; Psicóloga Clínica; cleocimar.paludo@unoesc.edu.br

1 ENTENDENDO O CONTEXTO DA PROSTITUIÇÃO

A profissional do sexo é referenciada com as mais diversas conotações, é a “garota de programa, meretriz, messalina, mulher da vida [...]” (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES, 2017). Considerando essa pluralidade de definições e termos atribuídos a essa profissional, neste estudo optou-se pela expressão Profissional do Sexo para nomear as mulheres que possuem como ocupação a comercialização de relações e fantasias sexuais, uma vez que essa expressão é entendida como adequada para designar essa categoria profissional. Porém, na revisão bibliográfica, optou-se por manter os termos utilizados pelos autores de cada texto, com o intuito de manter a essência de suas discussões.

Ao se contextualizar a realidade histórica cultural do Oeste do Estado de Santa Catarina, no Brasil, percebem-se as características rurais, conservadoras e religiosas ainda muito presentes na população, sendo um dos seus motivos a colonização ter ocorrido em sua maioria pelas culturas europeias – italiana e alemã –, o que influencia também nas significações atribuídas à prostituição. Às profissionais do sexo ficam atribuídas uma denotação de perversão e a negação de seu caráter enquanto exercício de trabalho, de alternativa e/ou possibilidade de renda, sendo que elas podem ser alvo de preconceitos e julgamentos discriminatórios.

A condição cultural, histórica e social da profissional do sexo cria condições de vulnerabilidade, como as práticas de violência e a exposição às doenças sexualmente transmissíveis, sendo esse um assunto de interesse da Psicologia que visa essencialmente compreender os fatores que levam os seres humanos a se colocarem de forma voluntária ou involuntária em situações de perigo ou vulnerabilidade para, dessa forma, instrumentalizar e/ou vislumbrar ações de conscientização e empoderamento. Quando se pensa no ser humano como um ser social, fica clara a importância de se possuir o conhecimento de características psicossocioeconômicas deste para, de tal modo, facilitar o entendimento de suas condições de vida, potencialidades e dificuldades. Com as

profissionais do sexo, esse conhecimento poderia fundamentar ações individuais e coletivas em diferentes áreas, como a saúde física, mental e suporte social.

Além disso, ao se realizar o levantamento bibliográfico acerca da temática, percebeu-se que a maior parte das pesquisas em relação à prostituição centra-se em capitais e em cidades litorâneas do Brasil, o que justificou a necessidade de se fazer essas investigações no Oeste do Estado de Santa Catarina, composto por cidades mais interioranas em relação ao território nacional do Brasil. Especificamente no que tange ao Oeste de Santa Catarina, não foram encontradas pesquisas publicadas na rede mundial de computadores em relação à temática abordada.

Diante desse contexto sociocultural, nesta pesquisa tem-se como objetivo principal compreender os discursos das profissionais do sexo sobre o significado e as motivações que atribuem a sua profissão. Os objetivos específicos apontaram para um levantamento de características de vida, de trabalho e de condições sociais, bem como seus planos de futuro. Pretendeu-se mapear características comuns entre as profissionais do sexo referentes à sua profissão e às perspectivas de trabalho futuro.

2 COMPREENDENDO O MÉTODO

Esta pesquisa é de natureza qualitativa descritiva, uma vez que se utiliza de um conjunto de diferentes técnicas de interpretação para descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados, objetivando, desse modo, a tradução e expressão de sentidos dos fenômenos do mundo social (NEVES, 1996).

Os pesquisadores compreendem que os dados obtidos com este estudo são apenas partes de uma realidade, visto que outras partes permanecem desconhecidas. Além disso, consideram que o ambiente natural é uma fonte de dados, e os pesquisadores foram o instrumento fundamental, dado que o pesquisador introjeta muito de si na pesquisa. Strieder (2009) reconhece como características fundamentais da pesquisa qualitativa investigar partes de um todo.

Foram entrevistadas duas mulheres, uma com 20 anos de idade, que há dois anos trabalha como profissional do sexo, e uma com 26 anos, que há nove tem essa profissão; ambas trabalham em uma casa de prostituição no Oeste do Estado de Santa Catarina cujo público-alvo são homens de elevada condição socioeconômica.

Para a coleta de dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada com 30 questões, aplicadas na casa de Lionara e Angélica (os nomes são fictícios e foram escolhidos pelas mulheres). As entrevistas foram aplicadas na presença das duas. As entrevistadas são irmãs por consanguinidade de mãe, moram juntas com uma terceira irmã mais nova, que não é profissional do sexo. Cabe ressaltar que ambas somente concordaram em participar da pesquisa se estivessem juntas no momento da entrevista. Angélica leu as perguntas antes de responder. Num primeiro momento foi entrevistada Lionara e, durante a entrevista, Angélica também respondia às questões e interferia nas respostas da irmã. Na entrevista de Angélica, num segundo momento, Lionara se ausentou por alguns momentos e no final sentou-se na sala da casa e assistiu televisão.

A entrevista é um método de coleta de dados que tem por objetivo “atender os propósitos da pesquisa, auxiliando como roteiro na coleta de dados; e ajudando a motivar o entrevistado.” (DYNIEWICZ, 2007); é um instrumento privilegiado de coleta de informações por ser “a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles).” (MINAYO, 1994). Essa técnica permitiu aos pesquisadores uma amplitude de informações e trocas vivenciais sem perda do foco nos objetivos delimitados. As respostas obtidas foram gravadas no momento da aplicação da entrevista, para que todas as falas fossem registradas, evitando, assim, a perda de informações.

O contato com as duas mulheres que aceitaram participar do estudo realizou-se por meio de pessoas do convívio de uma das pesquisadoras que mediaram o encontro. A pesquisadora foi convidada a realizar a entrevista na residência das duas irmãs. No encontro, após

ter lido e explicado o Termo Livre e Esclarecido e o Termo de Uso de Depoimento, estes foram assinados por ambas as partes, denotando, de tal modo, o comum acordo na participação.

Para a análise dos dados houve um minucioso exame das respostas das entrevistadas para que fosse realizada uma verificação crítica, com o objetivo de perceber possíveis erros, falhas ou informações confusas, distorcidas ou incompletas, apontando para excessos ou falta de informações (LAKATOS; MARCONI, 2007).

A análise utilizou o método de análise de discurso, que é uma “análise da linguagem em uso, como tal, não se pode restringir a descrição de formas linguísticas independentes do propósito ou das funções que estas formas servem nos eventos humanos.” (BROWN; YULE, 1983 apud MAGALHÃES, 2001). Assim, a análise discursiva não somente considera o que é dito em dado momento, mas relaciona com tudo o que foi dito antes e com o que não foi dito, além de considerar o participante em sua posição histórica e social.

Inicialmente reuniram-se as falas em categorias que foram delimitadas após previa leitura de todo o material coletado, e este foi submetido a uma análise com base no referencial teórico acerca de cada temática (GIL, 2009).

3 ANÁLISE DOS DADOS

Segundos registros históricos, no período pré-histórico a mulher tinha papel fundamental e central nas primeiras formas de organização social, o clã matriarcal. Elas eram consideradas uma “incorporação viva de uma força geradora universal, que os humanos da Idade da Pedra conceituavam como uma Deusa [...] criadora, preservadora e destruidora da força da vida.” Os homens não sabiam ao certo seu papel na procriação, e o que se evidencia é que as mulheres eram “autônomas e desinibidas em sua expressão sexual.” (ROBERTS, 1998).

Esse matriarcalismo instaurado perde sua força quando tribos guerreiras começam a invadir estes locais e submetem as mulheres

ao poderio masculino (ROBERTS, 1998). O sistema patriarcal, ainda vigorante aos dias atuais, tomou força e colocou as mulheres em uma posição inferior, reprimindo-as em diversos aspectos, inclusive sexualmente (LINS; BRAGA, 2005).

As representações societárias atuais acerca da mulher e da sua sexualidade são resultado de uma construção histórica de que uma boa mulher, uma boa esposa, é assexuada. Quando as mulheres apresentam comportamentos sexuais que extravasam os instintos e fantasias socialmente recriminadas, esses comportamentos são percebidos como desviantes. É o caso das profissionais do sexo, que por exercerem de forma “livre” sua sexualidade e/ou terem comportamentos sexuais fora do padrão aceito, são rotuladas como uma classe desviante e anormal, como se pode constatar nos discursos das participantes do estudo reproduzidos a seguir:

Pesquisadora: Você já sofreu algum tipo de violência? Já foi agredida?

Angélica: [...] acho que aqui onde a gente tá, o povo respeita muito, que é um dos lugares que mais respeita. Por que tem algumas meninas que vêm de fora, que falam, nossa, meu deus, que é um horror de ver menina que viaja pra fora, e “coisarada” assim [...] (informação verbal).

A prostituição é popularmente conhecida como a profissão mais antiga do mundo, porém, historicamente, vem sendo alvo de diversas formas de questionamentos, dúvidas, preconceitos e discriminações. Para compreender o preconceito e a intolerância presente na atualidade em relação às profissionais, é preciso entender que isso está enraizado em preceitos históricos referentes à mulher e à significação de sua sexualidade, o que fomenta uma construção idealizada de seus comportamentos designados como normais e anormais desejáveis e indesejáveis e/ou recrimináveis e aceitáveis, como se pode analisar nos discursos apresentados no parágrafo anterior.

Por volta do segundo milênio a.C. (antes de Cristo) foram encontrados os primeiros registros históricos de prostituição, na época, que acontecia na Suméria era considerada sagrada; essa forma

de prostituição seria resquício das tradições cultivadas na Idade da Pedra, citada anteriormente, de culto às deusas, e os registros seriam de sacerdotisas que permaneciam nos templos em rituais religiosos (ROBERTS, 1998).

No Egito e na Mesopotâmia, os governantes, com o intuito de contrapor o culto à deusa, utilizavam sacerdotes homens para controlar as mulheres nos templos e promover seus próprios deuses, sendo que são essas sacerdotisas dos templos que carregam a conotação de primeiras prostitutas da história e que na época possuíam um status elevado. Registros escritos propõem que essas sacerdotisas seriam também uma ferramenta civilizadora para os homens considerados selvagens. Elas eram, dentro dos templos, também divididas em classes, havia as que eram para casar, as que comercializavam as relações sexuais e, uma classe em especial, que também ia para a rua e recebia oferendas dos homens para participar dos ritos sexuais (ROBERTS, 1998).

Esse histórico é o responsável pelas primeiras subdivisões das mulheres em esposas e prostitutas. Por esse motivo, as profissionais do sexo têm um histórico de perseguições ao longo dos séculos, sendo que ainda hoje há resquícios dessa ideologia, fato evidenciado na pesquisa. No discurso de Lionara percebe-se que a profissional do sexo ainda é excluída e discriminada socialmente.

Ah, sobre o preconceito, eles podem falar o que quiser, mais pra mim não vai mudar nada porque, enquanto eles ficam falando eu estou crescendo e 'to' realizando os meus sonhos, e a opinião não vai mudar nada na minha vida, acho que tem que relevar mais o preconceito. Acho que não muda nada mesmo as pessoas dizendo que não são preconceituosas e dentro deles, eles são sim [...] (informação verbal).

Portanto, percebe-se que a prostituta tinha um espaço reconhecido na sociedade, entretanto, mesmo assim, era separada da mulher-esposa, não lhe permitindo dividir o mesmo espaço e reforçando o domínio patriarcal sobre as mulheres. O que de certa forma ainda é notório na sociedade atual. No discurso de Angélica essa questão fica

evidente quando ela expressa seu desejo de se tornar a mulher-esposa também: “Ah, sei lá, se eu arrumar um louco pra casar, se tiver algum louco [...]” (informação verbal). Dessa forma, quando é questionada sobre suas pretensões para o futuro, demonstra que o casamento é um dos seus objetivos.

Em outro trecho ela apresenta uma contradição em seu discurso ao expressar não se importar com a opinião dos outros: “[...] isso pra mim é normal, eu gostaria só que as pessoas... [fica por alguns instantes em silêncio]. Qual é o problema de ser uma garota de programa? Eu, por mim sei lá... pras pessoas pensar um pouco, que têm a sua profissão eu tenho a minha, eu ‘tô’ nem aí.” (informação verbal). E, ao mesmo tempo, fala do objetivo de deixar a profissão: “Ah, eu não pretendo continuar a vida toda, mas eu pretendo assim [...] pelos meus planos que eu tenho uns dois anos.” (informação verbal). Percebe-se, desse modo, que em algum aspecto a profissão não está sendo satisfatória e que pode haver também um desejo de aceitação social e o desempenho de atividades que não são condenáveis socialmente.

Continuando a análise da história, percebe-se, ainda, o forte poder religioso que as prostitutas detinham em decorrência dos resquícios do culto à deusa da fertilidade. Os homens foram criando cada vez mais leis e, do mesmo modo, limitando-as até que os sacerdotes hebreus as instituíram com um estigma, evidenciando que a sexualidade da mulher tinha de ser controlada, caso contrário, a mulher era má (ROBERTS, 1998).

Enraizado, tal preceito é, ainda hoje, perceptível na expressão cultural da sociedade. Verificam-se vestígios dessa estigmatização para com a mulher no que se refere à sua sexualidade, pois dificilmente pode exercê-la livremente, sob o risco taxativo de ordem pejorativa, tornando, muitas vezes, a profissional do sexo uma ameaça justamente por oferecer aos homens a livre expressão de sexualidade e a satisfação de desejos, podendo ser alvo de violência. Lionara, em determinado momento da entrevista, ao ser questionada se foi alvo de violência, revela que somente através das redes sociais: “Ah, me bater não, só na rede social, umas pessoas da [ela cita uma instituição de ensino da cidade] ficam

me humilhando mas eu nem dou bola, só vou lá e excluo.” (informação verbal). A fala demonstra que tais agressões virtuais são significadas por ela como formas de violência.

Dessa maneira, a exclusão social da profissional do sexo é um processo amplo que envolve diversas práticas sociais, tanto as trabalhistas quanto as referentes às normas morais de comportamentos. Quando se pensa em profissões “dignas” e nas normas estabelecidas dentro da prática religiosa, esses discursos caracterizam os indivíduos que se utilizam da comercialização do sexo como “indivíduos que seriam desviantes em relação ao comportamento de um ser humano ‘normal.’” (DURIGAN; NÓIA, 2007).

O enraizamento dessa ideologia é demonstrado na fala da entrevistada Lionara, que ao participar de um concurso de beleza de um programa de televisão local foi desclassificada quando as demais concorrentes descobriram sobre sua profissão, e a justificativa usada foi por ela estar trabalhando em uma casa de prostituição:

Sim, porque eu fui participar [nome do programa de televisão] e me tiraram por que descobriram que eu trabalhava na [nome da casa de prostituição] [...] Eu fui até o final, daí quando as mulheres descobriram, as mulheres do programa falaram, vamos tirar aquela puta. (informação verbal).

A profissão profissional do sexo está na Classificação Brasileira de Profissões (CBO) sob o número de registro 5198, e também tem registro na *Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones (CIUO)* em que recebe o Título CIUO88 como *otros trabajadores de servicios personales a particulares no clasificados bajo otros epígrafes*. Na Classificação Brasileira de Profissões encontramos diversas denominações a essa profissão (BRASIL, 2002).

As duas entrevistadas mostraram diferentes concepções quando questionadas sobre como chamam a sua profissão: “Ah, eu falo que eu trabalho na noite.” (Angélica). “Programa! Ah, eu faço show também.” (Lionara) (informações verbais).

Durante a entrevista, Angélica apresenta seu entendimento quanto à sua profissão “Pros outros não sei, pra mim é uma profissão, pros outros não sei [...]” (informação verbal). Porém, ao ser questionada se a mãe fazia o mesmo trabalho, a entrevistada demonstra estar impregnada pela ideologia dominante de que sua atividade é uma profissão de segunda classe: “Não! Ela trabalhava, trabalhava de cozinheira.” (informação verbal). Ou seja, ao expressar que sua mãe não era profissional do sexo, pois ela trabalhava, a entrevistada demonstra ambiguidade em relação ao seu conceito de trabalho e profissão, permeando dúvidas se ela realmente se considera uma profissional ou uma trabalhadora.

É notável, quando se pensa em significações sociais para o trabalho e a profissão, o quanto as escolhas ainda são valoradas socialmente e atribuídas às características pessoais do sujeito. Ao analisar todo o discurso das entrevistas, percebe-se que a profissão não é totalmente vantajosa, uma vez que as mulheres demonstram por mais de uma vez o interesse em realizar atividades valoradas socialmente:

Ah, é que assim eu pretendo ficar mais um ano, mas não sei o que vai dar isso, até eu terminar de pagar o meu carro. Depois, começar a faculdade [...] (Lionara).

[...] não sei ainda o que eu vou fazer, quem sabe fazer um curso, alguma coisa, faculdade, terminar meus estudos. (Angélica) (informações verbais).

Assim, mesmo contendo essa classificação e sendo “conhecida como a mais antiga das profissões”, a prostituição ainda é negada socialmente enquanto profissão. A prática é idealizada como uma forma de subsistência quando a pessoa não encontra outros meios de inserção no mercado de trabalho para tal, sendo essa carência socioeconômica uma das principais justificativas para o uso comercial do sexo, ou seja, a prostituição é concebida como um produto da exclusão social (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Apesar disso, no caso de Angélica, ela expõe de forma enfática que seu trabalho é uma opção sua: “[...] tipo, fui obrigada não! Eu comecei porque eu quis!” As duas entrevistadas já tentaram outras formas de

subsistência: “Ah, eu trabalhei como modelo e com eventos em [cidade de origem], desfilei pras lojas.” “Eu fui garçonnete e menor aprendiz.” (Lionara) (informações verbais), mas o retorno financeiro era bem menor do que a atividade atual, afirmam.

Porém, a história da construção identitária da mulher prostituta continua com a queda do Império Romano e leva o cristianismo a ser a filosofia religiosa dominante; iniciam-se, a partir disso, as maiores expressões de ódio e recriminação contra as mulheres da história (ROBERTS, 1998). Isso ocorreu durante a Idade Média, quando a prostituição foi completamente recriminada, na tentativa de eliminá-la, mediante duas justificativas: um surto de doenças sexualmente transmissíveis e a moral cristã.

No século XIII, São Tomás de Aquino, como uma forma de estabelecer valores à sociedade, atém-se à ideia de que a mulher fora criada da costela de Adão. Para ele, ela só serviria para a reprodução, e o matrimônio seria uma forma de conceber os filhos sem pecado, evitando, também, que os homens tivessem outros vícios de ordem sexual, como zoofilia, relações homoafetivas, incesto e masturbação (LINS; BRAGA, 2005).

Para Leite (2005, p. 22), cada período em que se menciona a prostituição, esta encontra formas de adequar-se ao sistema vigente e é principalmente com o capitalismo que ela obtém espaço. As superfluidades aparecem também no discurso das profissionais do sexo entrevistadas, como objetivos para o uso do dinheiro, em uma perspectiva do caráter capitalista vigente atualmente: “Ah, normal, todo mundo me conhece aqui, nas lojas, por quê? Por que: ah, ela tem dinheiro.” (Angélica). “Ah, o sonho que eu tinha, eu já ‘tô’ realizando que era comprar meu carro!.” (Lionara) (informações verbais).

Conforme Leite (2005, p. 22), a prostituta possui um caráter mercantil e é desqualificada enquanto mulher digna. Mas ela representa uma parcela consumista, como na fala supracitada de Angélica, que expõe que as pessoas das lojas a tratam bem, tendo consciência de que esse tratamento é em razão do poder aquisitivo.

Tal preceito relacionado ao dinheiro se mostra muito presente no discurso das entrevistadas, sendo inclusive apresentado como justificativa

da permanência na profissão: “Ah, nenhum trabalho vai pagar o que eu ganho!” (Lionara). “Ah... que sei lá... O dinheiro fala mais alto, o que eu tiro ali por mês, é o que ganha uma profissão de um advogado, né... É o dinheiro mais rápido.” (Angélica) (informações verbais).

No século XVI, com o ideal de puritanismo que predominava sob a política e a cultura da sociedade, essas ideologias discriminantes se intensificaram (BASSERMANN, 1968 apud SOUZA, 2009). E “deste período em diante, a instituição religiosa escolheu a ‘Pecadora’ como lixo de toda culpa e hipocrisia sexual projetada da sociedade.” (ROBERTS, 1998). Em dado momento, Angélica relata que as tias religiosas fingem não saber da sua profissão, demonstrando a recriminação desta prática: “As que são evangélicas fingem que não sabem, tem umas tias nossas que apoiam, tem outras que [...] Eu acho um absurdo uma religião ter preconceito contra isso, eu sei lá né.” (informação verbal).

No século XIX, a prostituta média é da classe trabalhadora e tem o propósito de melhorar de vida, opta no final da sua puberdade pela comercialização do sexo, que é uma alternativa de melhor rendimento do que outras atividades. Uma de suas principais características são as vestimentas, que mostravam sua liberdade de comportamento social e sexual. Além disso, demonstravam muita bondade uma para com a outra e, muitas vezes, chegam a estabelecer relações homoafetivas entre elas (ROBERTS, 1998).

Roberts (1998, p. 265) expõe que, naquela época, as prostitutas eram condenadas como culpadas pela disseminação das doenças venéreas, principalmente a sífilis, uma vez que as ideologias cristãs pregavam que a disseminação dessa doença estava associada à vida “pecaminosa”. Por volta de 1880, um movimento com vistas a conseguir a pureza social, principalmente na Europa, toma força, e a perseguição às prostitutas torna a profissão muito perigosa. Nos Estados Unidos, esse movimento mais centrado no higienismo justifica-se pela disseminação de doenças venéreas associada às prostitutas. Muitos locais, inclusive que trabalham com a prostituição, atualmente fazem exames de forma frequente para manter essa impressão de higiene. Em dado momento da entrevista, Angélica

expressa essa necessidade por parte do local de trabalho: “[...] a gente é obrigada, de dois em dois meses tem que fazer.” (informação verbal).

No início do século XX, o período entre as duas guerras, diversas ideologias foram se apresentando; com as muitas modificações no cenário mundial, havia assuntos mais importantes a serem debatidos. A sexualidade toma forma novamente no Freudianismo, que auxilia nesse processo, expondo a legitimidade de existência da sexualidade, e oferece um caráter científico à prostituição. Mesmo assim, com a Grande Depressão, a pobreza levou inúmeras mulheres a se prostituir, em condições subumanas. Nesse período, Rago (2008 apud SOUZA, 2009) aponta que se a prostituta era pega descumprindo alguma lei, era presa, recebia banhos de água fria e tinham a cabeça raspada, ou seja, as prostitutas eram responsabilizadas não somente pelas doenças, mas por todos os males da sociedade.

Atualmente, a prostituição não apresenta configurações tão diferentes, tanto que em países como Canadá, Tailândia, Inglaterra e Brasil tudo o que está relacionado à gerência e/ou favorecimento desse trabalho é considerado ilegal, embora se prostituir não seja. Essa ilegalidade dificulta a organização das profissionais do sexo enquanto categoria, obstaculizando a sua luta por direitos políticos e segurança profissional. Outros países como Alemanha, Áustria, Suíça, Equador, Uruguai e Chile têm a prostituição regulamentada. No Equador, por exemplo, as profissionais do sexo podem trabalhar nos bordéis supervisionados. Na Alemanha e na Áustria elas são obrigadas a possuir atestados médicos assinados por profissionais indicados pelo Estado (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Mesmo diante das dificuldades legais, algumas organizações que objetivam a luta de direitos dessa classe vão se articulando, provendo debates, fazendo movimentos e divulgando materiais com vistas à conscientização e redução do preconceito.

No Brasil, não há documentações que datem o início da atividade de prostituição. Quando da vinda dos europeus e início do período escravocrata, os senhores se aproveitavam da condição de serem

donos das escravas para ter relações sexuais, “o patriarca e seus filhos e seus sobrinhos, todos os machos da casa-grande tinham seu pasto nas senzalas.” (FREITAS JUNIOR, 1966 apud SILVA, 2008). Aponta-se que as primeiras práticas de prostituição eram das escravas, no período de êxodo rural, em que seus donos é que recebiam o pagamento pelos serviços (FREITAS JUNIOR, 1966 apud SILVA, 2008).

Com o final da escravidão, muitos imigrantes europeus vieram para o País, para trabalhar nas lavouras e nas indústrias e, juntamente com eles, vieram as prostitutas e os cafetões (SCHETTINI, 2006 apud SILVA, 2008). As prostitutas, nesse período, tinham ônus de mais independência quanto às questões econômicas, sexuais e emocionais se comparadas às outras mulheres, e faziam parte também de assuntos sociais, o que na época era exclusividade masculina.

Por isso, muitas mulheres tornaram-se prostitutas para ter voz e vez na sociedade (ENGEL, 1989 apud BARRETO, 2008). Na análise dos discursos das pesquisadas percebe-se que a independência financeira é muito enfatizada pelas duas mulheres, que falam do dinheiro utilizando agenciamentos verbais indiretos quando questionadas sobre as dificuldades da profissão, visto que a ironia do discurso demonstra uma inversão no centro de poder entre homens e mulheres:

Ah, eu não tenho dificuldade (muitos risos). (Lionara).
Quem tem... (Angélica).
Problema é aqueles que gastam. (Lionara).
[nesse momento as duas irmãs se olham constantemente e riem muito].
Eles que têm uma dificuldade. (Angélica).
Eles têm (risos) depois no outro dia a carteira vazia (risos), quando chega talão do cheque. (Lionara).
O cartão. (Angélica).
O cartão, a tarifa do cartão. (Lionara) (informações verbais).

No Brasil, do final do século XIX e início do XX, a prostituição e a exploração das prostitutas eram fortemente condenadas, mas contraditoriamente havia certa tolerância em relação à frequência dos homens nos cabarés, pois a sexualidade masculina (ao contrário da

feminina) era vista como uma necessidade que precisava ser satisfeita. E, portanto, um mal necessário (ANDRADE; TEIXEIRA, 2004). Em seu relato, Angélica expressa que as pessoas têm curiosidade sobre sua prática profissional: “[...] porque eu acho que aqui em [...] praticamente todo mundo já se acostumou com a minha cara. Até o pessoal na academia, todo mundo me cumprimenta, falam e aí como é que é? Como é que funciona, pode entra casal lá dentro?” (informação verbal).

Ainda, para se ampliar o retrato da prostituição feminina no Brasil, é possível apontar uma ambiguidade no que diz respeito especificamente à Lei n. 12.015, de 07 de agosto de 2009, que altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, e revoga a Lei n. 2.252, de 01 de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Em seu capítulo V, do lenocínio e do tráfico de pessoas para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual, apresenta como crime o favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual: “Art. 228 Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone, tem como pena - reclusão, de 02 (dois) a 05 (cinco) anos, e multa.” (BRASIL, 2009). Ou seja, é considerado crime o favorecimento da prostituição, mas não a sua prática.

A prostituição não é algo explícito na sociedade. Esse fato foi percebido ao se realizar esta pesquisa, considerando a dificuldade em achar locais, uma vez que a maioria utiliza outras nomenclaturas, como casa de show, casa de massagem, ou bar para designar-se, não deixando claro se realmente é um local onde trabalham profissionais do sexo. Além disso, a resistência das casas em participar do estudo muito provavelmente tem relação com as implicações legais decorrentes de se ter um estabelecimento vinculado à prostituição.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas realizadas apresentaram a realidade somente de duas profissionais do sexo que atuam em uma casa de prostituição, assim, os dados colhidos não podem ser utilizados como parâmetros a todas as profissionais do sexo da região Oeste do Estado de Santa Catarina, visto que esta foi uma pequena amostra de uma realidade muito mais abrangente. Porém, este estudo proporcionou um repensar sobre a prostituição, uma categoria profissional que ainda é alvo de preconceito, sendo socialmente desqualificada enquanto profissão.

Perceberam-se contradições nas falas das profissionais do sexo, pois em alguns momentos as entrevistadas demonstram-se indiferentes às opiniões alheias relacionadas à sua condição de vida e se autodenominam profissionais. No entanto, em outros momentos, Angélica e Lionara apresentam o desejo de sair da prostituição, almejando estudar e, até mesmo, se casar. Além disso, em determinadas falas, elas não qualificam sua profissão como trabalho, mostrando que os padrões sociais interferem na percepção das entrevistadas sobre sua profissão.

Notadamente, as atividades diárias delas se relacionam basicamente com a profissão, em nenhum momento houve menção às atividades de lazer que direta ou indiretamente não estivessem relacionadas à atividade de profissional do sexo. O dinheiro mostrou-se como justificativa de escolha e de permanência na profissão, pois as entrevistadas relataram não sentir nenhuma dificuldade no desempenho da atividade. Ambas relatam o anseio em deixar a profissão em um ou dois anos, demonstrando, assim, que em algum aspecto, ser profissionais do sexo não é satisfatório para elas.

Também com o estudo bibliográfico da realidade da profissão percebeu-se que há uma mobilização no Brasil por parte de ONGs e associações de profissionais do sexo, que buscam o reconhecimento profissional e a garantia dos direitos dessas mulheres. Também há muitas pesquisas acadêmicas com esse público, centradas nas capitais e cidades

litorâneas, que revelam inúmeros aspectos psíquicos e sociais dessa realidade.

Pesquisar uma categoria alvo de preconceitos enraizados historicamente na sociedade mostrou-se como um desafio, visto que tal profissão ainda se encontra velada e poucas pessoas assumem de fato ser profissionais do sexo, o que revela mais uma face dessa difícil “vida fácil”.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. T. de; TEIXEIRA, A. E. A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte. **Cadernos Metrópole**, n. 11, 2004.

BARRETO, L. C. **Prostituição, gênero e sexualidade**: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte. 2008. 154 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. Lei n. 12.015, de 07 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5o da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1o de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm>. Acesso em: 15 set. 2017.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE PROFISSÕES. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

DURIGAN, M.; MINA, S. R. N. Sujeito, Identidade e Representação: entre o discurso oficial e a voz de profissionais do sexo e travestis. **Gua-vira Letras**, PPG-Letras, v. 1, n. 4, 2015.

DYENIEWICZ, A. M. **Metodologia da Pesquisa em Saúde para iniciantes**. São Caetano do Sul: Difusão, 2007.

FREITAS JUNIOR, O. Histórico e causas da prostituição. In: PEREIRA, Armando et al. **A prostituição é necessária?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 12. reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEITE, J. L. **República do Mangue**: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro. São Caetano do Sul: Yendis, 2005.

LINS, R. N., BRAGA, F. **O livro de ouro do sexo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

MAGALHÃES, C. M. (Org.). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Profissionais do Sexo**: documento referencial para ações de prevenção das DST e da Aids. Brasília, DF: Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids, 2002.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração, São Paulo**, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606.

ROBERTS, N. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

RODRIGUES, R. M. **Prostituição e construção de carreira: um estudo sobre o trabalho de prostitutas do centro de Salvador**. 2010. Tese (Doutorado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, R. A. da. **As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte**. 2008. 169 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)– Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SOUZA, M. C. de. Dicotomização da mulher: algumas considerações sobre a representação da prostituta na sociedade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES EDUCAÇÃO, SAÚDE, MOVIMENTOS SOCIAIS, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS, 2009, Salvador. **Anais...** Salvador, 20-31 jul. 2009.

STRIEDER, R. **Diretrizes para a elaboração de projetos de pesquisa**. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2009.

ZANELLI, J. C.; ANDRADE, J. E. B.; BASTOS, A. V. B. (Org.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUALIDADE DE VIDA EM PRATICANTES DE HATHA YOGA DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Andressa Marafon Possa¹

Danielle Ledur Antes²

Daniela Zanini³

RESUMO

Com o presente estudo visou-se identificar a qualidade de vida dos participantes do Curso de Formação de Yoga Integrativa de Chapecó. Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de campo de abordagem descritiva, de caráter comparativo e transversal. O grupo de estudo foi composto por 26 participantes do Curso de Formação de Yoga Integrativa de Chapecó, SC, composta por participantes da região Sul do Brasil, das Cidades de Concórdia, Chapecó, Erechim, Nonoai, Passo Fundo e São Miguel do Oeste, com idade entre 18 e 60 anos, dos sexos feminino e masculino. A qualidade de vida foi avaliada por meio do questionário *Whoqol* – Abreviado da Organização Mundial da Saúde, validado para a população brasileira por Moreno et al. (2006). Os dados foram tratados estatisticamente a partir de procedimentos descritivos. Os resultados foram satisfatórios, visto que a qualidade de vida obteve classificação boa e entre os domínios, o físico obteve o maior resultado (classificado como bom) e o restante (psicológico, relações sociais e meio ambiente) obteve a média regular. Considera-se a necessidade de estudos prospectivos referentes às variáveis deste estudo. Os participantes de yoga apresentam boa qualidade de vida, colaborando com diversas áreas da vida pessoal, social e familiar.

Palavras-chave: Yoga. Qualidade de vida. Atividade física.

¹ Graduada em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; andressa.m.possa@gmail.com

² Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Educação Física da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó e Xanxerê; danielle.antes@unoesc.edu.br

³ Mestre em Avaliação e Prescrição de Atividades Físicas e Desportivas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Professora no Curso de Educação Física da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; daniela.zanini@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A qualidade de vida é considerada como a percepção do indivíduo de sua posição no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações, até a dimensão ética e política (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2010).

Para cada indivíduo a qualidade de vida pode ser diferente, dependendo de cada social, cultura, maneira de pensar, de viver, de se portar com os outros, e com o passar dos anos, décadas e dias, o padrão de qualidade de vida e seus objetivos podem mudar para cada indivíduo (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000).

Uma forma de se adquirir qualidade de vida é por meio de uma prática contínua de exercícios que engloba diversos benefícios, sendo trabalhado o corpo físico, espiritual e mental, gerando um equilíbrio emocional entre todos os estados. Uma das práticas psicofísicas que auxiliam no aumento da qualidade de vida é o Hatha Yoga, que prioriza a harmonização do corpo físico mediante uma atenção altamente concentrada para realizar os movimentos, ou *asanas*, como são chamadas as posturas em sânscrito. A yoga, portanto, tem como objetivo principal o desenvolvimento espiritual do Ser, visando à autorrealização, a descoberta da verdadeira natureza, além do tempo e do espaço (FRAWLEY, 2000).

A prática pode proporcionar diversos benefícios, com efeitos revigorantes, trazendo energia, serenidade, autoconfiança, equilíbrio mental, físico e psíquico, mais clareza mental, resistência à fadiga, controle de suas emoções e pensamentos, podendo ajudar o indivíduo a se livrar de pensamentos neuróticos, compulsivos, fobias, ansiedades, e tudo sem forçar o seu corpo, sempre mantendo tudo em equilíbrio (BERNARDI et al., 2012).

Portanto, o objetivo com este estudo foi avaliar a qualidade de vida dos praticantes de Hatha Yoga do Curso de Yoga Integrativa de Chapecó, SC, dos sexos feminino e masculino, com idade entre 18 e 60 anos. Também foi comparado o que é qualidade de vida dos participantes, de acordo com suas áreas de atuação profissional.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo de abordagem descritiva e transversal, pois se caracteriza por analisar o nível de qualidade de vida de praticantes de Hatha Yoga. O grupo de estudo foi composto por 26 participantes do Curso de Formação de Yoga Integrativa de Chapecó, SC, com idade entre 18 e 60 anos, dos sexos feminino e masculino.

Como instrumento de pesquisa para avaliar a qualidade de vida foi utilizado o questionário *Whoqol* – Abreviado da Organização Mundial da Saúde, validado para a população brasileira por Moreno et al. (2006). A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva.

Os resultados demonstram uma qualidade de vida boa para os participantes do estudo, e na avaliação dos domínios relacionados à qualidade de vida do WHOQOL-Bref, evidenciou-se nos participantes do estudo que o domínio físico apresentou valores superiores.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 QUALIDADE DE VIDA

A qualidade de vida, segundo o Grupo de Qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde, inclui desde fatores relacionados à saúde, como bem-estar físico, funcional, emocional e mental, até elementos importantes da vida das pessoas, como trabalho, família, amigos, e outras circunstâncias do cotidiano.

Esse termo abrange diversos significados, que podem refletir vários conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a eles se reportam variadas épocas, histórias, espaços, sendo, assim, uma marca da realidade cultural e construção social (MINAYO; HARTIZ; BUSS, 2000).

É de grande importância ressaltar que a qualidade de vida tem valores não materiais de extrema importância, como amor, felicidade, liberdade, solidariedade, prosperidade, plenitude, inserção social e realização pessoal, que compõem sua concepção (WITIER, 1997).

O mínimo de um patamar universal em que se fala de qualidade de vida diz respeito às satisfações das necessidades mais elementares da vida humana, como alimentação, acesso à água potável, habitação, educação, saúde e lazer, elementos materiais que têm relações relativas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva. No Ocidente, ou mundo ocidental atual, existem aspectos de negação de qualidade de vida bem objetivos, como desemprego, exclusão social e violência, que são reconhecidos como uma negação de qualidade de vida (CASTELLANOS, 1997).

A qualidade de vida possui várias relações e aspectos nos quais estão relacionados modos, condições e estilos de vida, e também inclui as ideias de desenvolvimento sustentável e ecologia humana. Relaciona-se ao campo da democracia, do desenvolvimento e dos direitos humanos e sociais. No que concerne à saúde, as noções se unem em uma resultante social da construção coletiva dos padrões de conforto e tolerância que determinada sociedade estabelece como parâmetros para si (CASTELLANOS, 1997).

2.2 YOGA

O Yoga é uma tradição indiana que utiliza um conjunto de práticas psicofísicas, e seu uso é aconselhado para os sistemas nacionais de saúde em todos os países-membros da Organização Mundial da Saúde. No Brasil, o Yoga foi inserido recentemente no Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Portaria n. 719, de 07 de abril de 2011, que criou o Programa da Academia de Saúde. Nos termos da Portaria, lê-se em seu artigo 6 que “serão desenvolvidas as seguintes atividades no âmbito do Programa Academia da Saúde: I - promoção de práticas corporais e atividades físicas (ginástica, lutas, capoeira, dança, jogos esportivos e populares, Yoga, Tai chi chuan, dentre outros).” (BARROS et al., 2014).

Essa prática tem o poder de autocura nos indivíduos, as práticas também ajudam os indivíduos a se libertarem de padrões impostos pela sociedade, por culturas e costumes dentro de suas famílias e gerações, limites impostos durante muitos anos de suas vidas. O Yoga e sua prática têm como objetivo buscar o ser mais profundo e puro dentro de cada um,

busca encontrar a verdadeira essência, podendo curar medos, padrões impostos, dogmas, costumes, crenças, raivas, opressões, restrições e limites que cada um encontra com o passar dos anos, muitos deles criados ainda na infância, quando a maior parte das concepções e padrões são citados e impostos. Todas essas curas e libertações são concedidas por meio do autoconhecimento, quando o indivíduo conhece a si mesmo e vive sua verdadeira realidade, conseguindo chegar a essas quebras de padrões e barreiras e alcançando o seu verdadeiro eu, a sua verdadeira identidade do ser (QUEIROZ, 1985).

As práticas regulares desta atividade proporcionam bem-estar, autoconfiança, trabalham as emoções reprimidas, sentimentos guardados a muito tempo, trabalham o estresse, ajudando a aliviar a correria do dia a dia, trabalham o centramento a concentração, o alívio dos pensamentos que fervem nas mentes de cada um (QUEIROZ, 1985).

2.2.1 Hatha Yoga

O Hatha Yoga foi um método inspirado pelos primeiros mestres yoguins indianos que vieram para o Ocidente, na figura de Swami Vivekananda (1863-1902), quando abriu o Parlamento das Religiões na América do Norte, em Chicago, em setembro de 1893, marcando o Yoga no Ocidente. No Brasil, sua prática tem sido crescente e diferenciada. Esse método é uma vertente do Yoga que busca “[...] desenvolver o potencial do corpo estabelecendo sua integração com a mente, atenuando, desta forma, problemas físicos e emocionais.” (QUEIROZ, 1985).

Sua prática é capaz de produzir efeitos revigorantes, propiciando ao praticante um estado permanente de energia, serenidade, autoconfiança, equilíbrio físico e emocional, clareza mental e resistência à fadiga, substituindo ansiedades, fobias e conflitos comportamentos neuróticos. Para alcançar essas sensações é necessário perceber cada momento da experiência, sem forçar o corpo além do limite confortável. No entanto, apesar do grande potencial terapêutico e de promoção da saúde nos indivíduos, essa prática pode não alcançar o mesmo efeito

positivo para todos os praticantes, como recomendado pelas tradições indianas e por muitas pesquisas científicas (BERNARDI et al., 2012).

A calma advém da prática dos Asanas e dos Pranayamas. Diferente de outras formas de exercícios, que forçam os músculos e sobrecarregam os ossos, o Yoga rejuvenesce e revigora o corpo com delicadeza e, ao revigorá-lo, liberta a mente dos sentimentos negativos causados pelo ritmo acelerado da vida moderna. A prática do Yoga preenche o Ser interior com esperança e otimismo, ajuda a superar os obstáculos da vida e a recuperar a saúde e propicia contentamento espiritual; é um renascimento (SOUTO, 2009).

Dentro do Hatha Yoga são utilizados alguns tipos de exercícios: os respiratórios, que equilibram a bioenergia (orgônio), denominados Pránáyáma, as posturas físicas (ásanas) de alongamento, força isométrica e equilíbrio, o relaxamento psicofísico (yoganidra) e a meditação (dhyana). No ocidente utiliza-se o Yoga principalmente como um estilo de vida saudável e voltado para a terapia, em razão de a cultura ocidental ser cientificista (BAPTISTA; DANTAS, 2002).

3 MÉTODO

Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de campo de abordagem descritiva e transversal, pois analisa o nível de qualidade de vida de praticantes de Hatha Yoga. A pesquisa descritiva possibilita analisar as características de determinadas populações ou fenômenos, ou estabelecer relações entre as variáveis. Uma de suas principais características é o uso de questionários e a observação sistemática como técnica de coleta de dados (GIL, 2002).

O grupo de estudo foi realizado com 26 participantes do Curso de Formação de Yoga Integrativa de Chapecó, SC, composta por participantes da região Sul do Brasil, das cidades de Concórdia, Chapecó, Erechim, Nonoai, Passo Fundo e São Miguel do Oeste, com idades entre 18 e 60 anos, dos sexos feminino e masculino.

Foram incluídos no estudo os participantes que atenderam aos seguintes critérios: participar do curso de formação de Yoga Integrativa de Chapecó, possuir tempo de prática superior a seis meses, ser maior de 18 (dezoito) anos de idade e ter assinado o termo de consentimento livre esclarecido para coleta de dados.

Foram avaliadas questões sobre idade, sexo, tempo de prática de Hatha Yoga e área de atuação profissional dos indivíduos.

A qualidade de vida foi avaliada utilizando o questionário *Whoqol* – Abreviado da Organização Mundial da Saúde, validado para a população brasileira por Moreno et al. (2006). Esse instrumento de autoavaliação da qualidade de vida considera as duas últimas semanas dos indivíduos, em que são verificados os domínios físicos e psicológicos, as relações sociais e o meio ambiente. Foram apresentadas 26 questões, nas quais o sujeito deveria assinalar em uma escala likert de 5 pontos o quanto aquela afirmação é verdadeira para ele; pela análise dessas questões revela-se a avaliação geral da qualidade de vida dos colaboradores. Todos os resultados são avaliados em média tanto nos domínios quanto nas facetas. As classificações são denominadas: necessita melhorar (1 a 2,9); regular (3 a 3,9); boa (4 a 4,9) e muito boa (5).

Primeiramente foram contatados os participantes do estudo, apresentando a proposta do estudo e seu objetivo. Após o contato foi entregue o termo de consentimento com o objetivo do estudo. E por fim foram aplicados a anamnese e o questionário. A aplicação aconteceu no próprio local do Curso de Formação de Yoga Integrativa de Chapecó, com duração média de 20 minutos.

Os dados foram tratados estatisticamente a partir de procedimentos descritivos das variáveis analisadas (média e desvio padrão).

O estudo seguiu as diretrizes e normas que regulamentam as pesquisas com seres humanos (Lei n. 196/96), sendo que todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido antes do preenchimento do questionário.

4 RESULTADOS

De acordo com os resultados encontrados, participaram do estudo 26 alunos do Curso de Formação de Hatha Yoga de Chapecó, SC, sendo 22 do sexo feminino e quatro do sexo masculino, com média de idade $40,27 \pm 9,48$ anos e com tempo de prática de Yoga de $6,2 \pm 5,90$ anos (Tabela 1). Os participantes possuem formação em diversas áreas de atuação profissional, sendo elas: contador, biólogo, professor, terapeuta, psicólogo, esteticista, estudante, perito criminal, professor de Yoga, fisioterapeuta, médico, policial civil, bancário, *personal trainer*, engenheiro de alimentos, engenheiro civil, *health coach*, empresário e dentista.

Apontando os resultados referentes à área de atuação profissional, pode-se perceber que são praticantes de diversas áreas, como das Ciências Humanas, Exatas e Biológicas. A maior parte dos participantes é da área das Ciências Humanas, mas não há resultados nem comparações significantes.

Tabela 1 – Percepção dos participantes do Curso de Formação de Hatha Yoga

Variáveis	Média	Desvio padrão
Idade (anos)	40,27	9,48
Tempo de prática (anos)	6,62	5,90

Fonte: os autores.

Os resultados apresentados na Tabela 2 conforme o questionário Whoqol-Bref demonstram uma qualidade de vida boa para os participantes do estudo, considerando os resultados das médias e desvio padrão sobre as questões gerais. A Q1 (como você avalia sua qualidade de vida?), apresentou o maior resultado ($4,1 \pm 0,59$), comparada à questão de satisfação com a sua saúde Q2 (quão satisfeito você esta com sua saúde?) que apresentou resultado de $4,0 \pm 0,87$.

Tabela 2 – Percepção dos participantes do Curso de Formação de Hatha Yoga, sobre as questões Q1 e Q2 do Whoqol-Bref (n=26)

Questões Whoqol-Bref	Média	Desvio padrão
Q1 – Como você avalia sua qualidade de vida?	4,1	0,59
Q2 – Quão satisfeito você está com sua saúde?	4,0	0,87

Fonte: os autores.

Na avaliação dos domínios relacionados à qualidade de vida do WHOQOL-Bref, evidenciou-se nos participantes do estudo que o domínio físico apresentou valores altos ($4,5 \pm 0,43$), considerado com média boa; já os outros domínios (psicológico, relações sociais e meio ambiente) foram considerados regulares, com o menor resultado no domínio relações sociais: $3,79 \pm 0,69$.

Tabela 3 – Valores do WHOQOL-Bref apresentados por domínios expressos em média e desvio padrão

Domínios do Whoqol-Bref	Média	Desvio padrão
Domínio I – Físico	4,5	0,43
Domínio II – Psicológico	3,89	0,52
Domínio III – Relações sociais	3,79	0,69
Domínio IV – Meio ambiente	3,89	0,51

Fonte: os autores.

5 DISCUSSÃO

Diversos são os significados atribuídos à boa qualidade de vida, em que é muito difícil conseguir uma unanimidade dentro de uma comunidade, sendo menos provável ainda dentro de toda uma sociedade. Nesse contexto são abordados vários elementos que podem ser considerados como qualidade de vida presentes na maior parte das opiniões: segurança, felicidade, amor, transporte e a maneira que se locomove, trabalho, educação, alimentação, se pratica atividade física, meio ambiente, relações sociais e relação psicológica (GONÇALVES et al., 2004).

Os resultados demonstrados no presente estudo apresentam que a qualidade de vida dos praticantes de Hatha Yoga é considerada boa, e a satisfação com a saúde dos indivíduos obteve resultados significativos, também classificados como bons. Já os domínios, o maior resultado foi no físico, com média boa, e o restante dos domínios obtiveram média regular.

Entre os estudos cujos resultados podem contribuir com os efeitos benéficos da prática de yoga sobre a qualidade de vida de pessoas saudáveis pode-se citar o de Hadi e Hadi (2007), no qual os autores avaliaram os efeitos da prática regular de Hatha Yoga durante seis meses sobre a qualidade de vida de adultos. Neste estudo, foi utilizado como instrumento de medida o questionário SF-36 que é composto por capacidade funcional, aspectos físicos, dor, estado geral da saúde, vitalidade, aspectos sociais, aspectos emocionais e percepção atual da saúde.

Lee, Mancuso e Charlon (2004) também observaram melhora em todos os domínios do questionário SF-36 após três meses de prática de yoga em uma população adulta. A relação entre qualidade de vida e yoga também foi avaliada por Oken et al. (2006), porém em idosos saudáveis. Estes foram submetidos a um programa semanal de yoga durante seis meses e foram comparados a indivíduos controle e a idosos que praticaram caminhada pelo mesmo período de tempo. Após o período de intervenção, foi observada melhora significativa na qualidade de vida dos voluntários que praticaram yoga, também mensurada por meio do questionário SF-36.

Segundo Batisson (1998), a yoga tem uma longa história de benefícios terapêuticos na promoção da saúde e da qualidade de vida. Efeitos significativos na função cognitiva e psicológica, como a diminuição da tensão emocional, da depressão e da ansiedade mediante práticas de relaxamento e meditação, têm sido observados (GONZALEZ; WATERLAND, 1998).

Vários estudos apontam os benefícios de yoga nos níveis de ansiedade, depressão e como incentivo a mudanças no estilo de vida (JAVNBAKHT; HEJAKI KENARI; GHASEMI, 2009; KIRKWOOD et al., 2005; PILKINGTON et al., 2005). Entretanto, há uma heterogeneidade

desses estudos, tanto em relação às características das amostras quanto ao tipo e tempo de prática realizada dentro da yoga.

Em uma sociedade na qual o aumento dos medicamentos para tratamento de doenças, inclusive psicológicas e emocionais, vem aumentando cada vez mais, o yoga tem o intuito de trabalhar o indivíduo como um todo, ou seja, mente, espírito e corpo físico, podendo curar diversas doenças.

Nesse sentido, é uma opção para indivíduos com sintomatologia ansiosa ou depressiva leve que usam medicação por períodos às vezes maiores que os preconizados na literatura especializada (ONOCKO CAMPOS et al., 2008) para os que não aceitam ou não toleram terapia medicamentosa, ou, ainda, para indivíduos saudáveis que almejam melhorar a qualidade de vida, reduzindo, assim, o risco de adoecimento mental e psicológica.

O yoga é recomendado para aqueles que necessitam de algo que os aprofunde ainda mais no seu autoconhecimento, alinhando todos os seus aspectos físicos, emocionais, mentais e espirituais, trazendo diversos benefícios que podem ser obtidos com a prática regular dessa técnica milenar que foi adaptada para o Ocidente, priorizando também a parte física de cada indivíduo, tornando-se uma técnica ainda mais completa para os dias atuais (ONOCKO CAMPOS et al., 2008).

6 CONCLUSÃO

Os resultados apresentados neste estudo corroboram as hipóteses apresentadas de que os praticantes de yoga apresentam uma qualidade de vida considerada boa. Nos resultados de avaliação dos domínios psicológico, relações sociais e meio ambiente a predominância é classificada como regular. Os fatores que proporcionam qualidade de vida para os participantes são diversos, desde as questões emocionais, comportamentais, sociais e físicas.

Contudo, visto que há poucos estudos sobre o tema, são necessários estudos futuros com tamanho amostral adequado, para avaliar a eficácia da yoga como agente terapêutico e preventivo na qualidade de vida da população. A yoga pode auxiliar nos resultados de diversos

benefícios aos indivíduos praticantes, a pessoas que necessitem de mais qualidade de vida, melhor bem-estar, autoconhecimento, evolução física, espiritual e mental, e até mesmo a pessoas que estejam em busca de se desenvolverem cada vez mais com uma prática considerada completa em todos os aspectos, ou seja, nas áreas da vida pessoal, social e familiar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M A. B.; GUTIERREZ, G. L. **Qualidade de vida**: discussões contemporâneas. 2010.

BAPTISTA, M. R.; DANTAS, E. M. H. Yoga no controle do stress. **Fitness & Performance Journal**, v. 1, n. 1, p. 12-20, 2002.

BARROS, N. F. de et al. Yoga e promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2014.

BATTISON, T. **Vença o Stress**. São Paulo: Manole, 1998.

BERNARDI, M. L. P. et al. Efeitos da intervenção Hatha-Yoga nos níveis de estresse e ansiedade em mulheres mastectomizadas. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 18, n. 12, p. 3621-32, 2013.

CASTELLANOS, P. L. Epidemiologia, saúde pública, situação de saúde e condições de vida: considerações conceituais, pp. 31-76. In: BARATA, R. B. (org.). **Condições de Vida e Situação de Saúde**. Abrasco, Rio de Janeiro, 1997. (Saúde Movimento, 4).

DANTAS, E. H. M. **Psicofisiologia**. Rio de Janeiro: Shape, 2001.

FRAWLEY, D. **Uma visão ayurvédica da mente**. A cura da consciência. Tradução Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Pensamento, 2000.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. (Org.). **Qualidade de vida e atividade física - explorando teoria e prática**. 1. ed. Barueri: Manole, 2004.

GONZALEZ, V. L.; WATERLAND, A. D. Efectos del Hatha-Yoga Sobre La Salud. Parte I. Revista Cubana de Medicina General Integral. Havana, v. 14, n. 4, p. 393-397, Set./Out. 1998.

HADI, N.; HADI, N. Effects of hatha yoga on well-being in healthy adults in Shiraz, Islamic Republic of Iran. **Eastern Mediterranean Health Journal**, v. 13, i. 4, p. 829-837, 2007.

JAVNBAKHT, M.; HEJAZI KENARI, R.; GHASEMI, M. Effects of yoga on depression and anxiety of women. **Complementary Therapies in Clinical Practice**, Iran, v. 15, i. 2, p. 102-104, May 2009.

KIRKWOOD, G. et al. Yoga for anxiety: a systematic review of the research evidence. **British Journal of Sports Medicine**, v. 39, i. 12, p. 884-891, 2005.

LEE, S. W.; MANCUSO, C. A.; CHARLSON, M. E. Prospective Study of New Participants in a Community-based Mind-body Training Program. **Journal of general internal medicine**, v. 19, i. 7, p. 760-765, 2004.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e Saúde: um debate necessário. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

MORENO, A. B. et al. Propriedades psicométricas do Instrumento Abreviado de Avaliação de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde no estudo pró-saúde. **Cad Saúde Pública**, v. 22, n. 12, p. 2585-2597, 2006.

OKEN, B. S. et al. Randomized, controlled, six-month trial of yoga in healthy seniors: effects on cognition and quality of life. **Alternative therapies in health and medicine**, v. 12, i. 1, p. 40, 2006.

OMS, M. T.; CERDA, A.; CERDA, V. Sequential injection analysis of nitrites and nitrates. **Analytica chimica acta**, v. 315, i. 3, p. 321-330, 1995.

ONOCKO CAMPOS, R. T. et al. **Pesquisa avaliativa de saúde mental**: instrumentos para a qualificação da utilização de psicofármacos e formação de recursos humanos–GAM-BR. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008.

PILKINGTON, K. et al. Yoga for depression: The research evidence. **J Affect Disord**, Holanda, v. 89, i. 1-3, p. 13-24, Dec. 2005.

QUEIROZ, G. J. P. In: QUEIROZ, G. J. P. **Hatha Yoga e o comportamento na vida**. São Paulo: Editora Pensamento, 1985.

SOUTO, A. Hatha Pradipika, Gheranda Samhita, Shataka. In: SOUTO, A. **A Essência do Hatha Yoga**. São Paulo: Phorte Editora, 2009. p. 13-14.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. **Outros números do Informe Rural ETENE**: ANO, v. 3, p. 25, 2009.

WITIER, P. L. La qualité de vie. **Revue Prevenir**, v. 33, p. 61-62, 1997.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES SOBRE AS REDES DE APOIO SOCIAL

Fábio Augusto Lise¹
Marciana Calegari²
Ana Paola Grandó³
Cleocimar Agner Paludo⁴

RESUMO

Este é um Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia apresentado à Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê, vinculado à linha de pesquisa Psicologia, Saúde e Ambiente do Grupo de Pesquisa em Estudos da Saúde, Ambiente, Esporte e Sociedade. Nesta pesquisa analisaram-se as representações sociais de adolescentes sobre as redes de apoio social. Participaram deste estudo quatro adolescentes do sexo feminino, com média de 12 anos de idade. Realizou-se a pesquisa em um programa social de um município do interior do Estado de Santa Catarina, Brasil. Essas adolescentes interagiram em grupos focais em que relacionaram o sentimento de confiança e apoio social com o grupo familiar. As análises das representações sociais indicaram que as participantes do estudo não possuíam visão crítica sobre a realidade social. Seus discursos possibilitaram verificar a influência midiática em suas relações sociais, pois as adolescentes apresentaram opiniões e representações sociais padronizadas por produtos e personagens da mídia, como modelos, atores e cantores. O resultado da análise de dados concluiu a necessidade do fortalecimento das redes de apoio social em adolescentes como forma de promover seu empoderamento.

Palavras-chave: Adolescentes. Apoio social. Relações de amizade. Representações sociais.

¹ Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Professor no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; Psicólogo; fabio.lise@unoesc.edu.br

² Graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; marcianacalegari@hotmail.com

³ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; Psicóloga; ana.grando@unoesc.edu.br

⁴ Mestre em Psicologia e em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; Psicóloga Clínica; cleocimar.paludo@unoesc.edu.br

1 ADOLESCÊNCIA E APOIO SOCIAL

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990, p. 9), por meio da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, artigo 2º, considera adolescente o cidadão entre 12 e 18 anos de idade. No entanto, existem várias faixas etárias para essa fase, considerando alguns anos a mais ou a menos. Para alguns autores, como Salles (2005, p. 7), Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silves (2010, p. 10), em algumas populações na cultura brasileira, essa fase do ciclo vital se estendeu por alguns anos. Isso, em sua grande maioria, se deve ao prolongamento da fase na qual as pessoas passam a assumir as responsabilidades de adultos, como, por exemplo, o casamento e o aumento do período de estudo para a formação em uma profissão.

Conforme Gonçalves e Garcia (2007, p. 3-5), a adolescência de pessoas com nível socioeconômico menos favorecido tem seu curso diminuído, pois os desejos pelos estudos são retirados do jovem devido à necessidade de trabalhar para sustento familiar, não conseguindo conciliar trabalho, estudos e consumos excessivos. Esses são retratos de um sistema desigual para os membros de uma mesma nação.

Considerando o exposto, este artigo aborda as representações sociais das redes de apoio social com quatro adolescentes do sexo feminino, de aproximadamente 12 anos de idade. O objetivo com o estudo foi identificar a importância das redes de apoio social para as adolescentes, focalizando nas relações de amizade, visto que o grupo em estudo estava em situação de vulnerabilidade social. Considera-se, também, que as redes de apoio social podem ser utilizadas para promover a saúde biopsicossocial e o fortalecimento dos vínculos afetivos. Além disso, pretendeu-se analisar as representações sociais sobre amizade das adolescentes do sexo feminino e, principalmente, discutir possibilidades de intervenção da Psicologia Social Comunitária no fortalecimento de redes de apoio social.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

Desenvolveu-se este estudo de forma qualitativa e utilizando-se para a investigação os fenômenos representados perante as interações sociais, os quais, ao serem interpretados, possibilitaram avaliar o ambiente natural e sua construção social. Para Strieder (2009, p. 42), “tais fenômenos são compreendidos como opiniões, atitudes, valores morais e representações sociais, e permitem estudar pequenos grupos.” A pesquisa formatou-se como descritiva fundamentada pela teoria de Gil (2009, p. 42), em que tal estudo tem por objetivo descrever as características de um grupo, por meio de extrações de informações decorrentes de fenômenos presentes nas observações e intervenções.

Utilizou-se a ferramenta grupo focal como instrumento de coleta de dados, o qual, conforme Dyniewicz (2007, p. 131-132), possibilita a construção de um debate sobre um assunto para expor opiniões e ouvir as opiniões do grupo, levando a uma possível reflexão. Este estudo foi autorizado pelo Comitê de Ética da Universidade do Oeste de Santa Catarina, e as participantes assinaram o Termo de Assentimento, bem como seus responsáveis assinaram Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e Termos de Uso de Imagem.

Para a análise dos dados, realizou-se o procedimento de análise de conteúdo que, de acordo com Delgado e Gutiérrez (1994 apud APOLINÁRIO, 2006, p. 161), busca analisar o significado textual dos discursos mesmo quando utilizado em entrevistas realizadas coletivamente. Assim, o procedimento de análise dos dados seguiu os seguintes passos: separação das falas das adolescentes conforme os conteúdos; organização dos dados conforme as semelhanças dos conteúdos; categorização das relações existentes entre os dados; e interpretação dos dados com base em referenciais teóricos.

As participantes da pesquisa foram quatro adolescentes do sexo feminino, com média de 12 anos, que tiveram suas identidades preservadas por meio da substituição de seus nomes pela nomenclatura de flores. As adolescentes fazem parte de famílias que participavam do

programa Bolsa Família, do Serviço Social de um município do Oeste de Santa Catarina, Brasil. As famílias, para receberem o benefício, além de comprovar a baixa renda econômica familiar, devem encaminhar suas adolescentes para participar de um projeto socioeducativo específico para sua idade.

O projeto social em que foram coletados os dados é identificado como *Menina Flor*. Segundo a descrição informada pela Secretaria de Assistência Social do município, esse programa tem por finalidade promover um espaço de descontração e aprendizagem, em atividades realizadas por meio de oficinas conveniadas com empresas localizadas no município. O programa social atende às adolescentes de segunda a sexta-feira, compreendendo dois turnos (matutino e vespertino). No período em que os dados foram coletados, as adolescentes não participavam de nenhuma oficina. A amostra da pesquisa foi composta por todas as adolescentes que participavam do projeto no turno vespertino (quatro), incluindo as participantes que não estavam presentes em todos os dias da coleta de dados.

Realizaram-se cinco encontros. No primeiro, foram feitos esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa e a sensibilização do grupo sobre a importância de assinar os Termos de Consentimento. No segundo, conferiu-se o recebimento dos termos de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Assentimento e Termo de Uso de Imagem e, em seguida, passou-se para a execução do primeiro grupo focal, tendo como tema “apoio social”. No terceiro encontro, utilizou-se um grupo focal que teve como tema “Quem é o amigo? E onde ele está?”, que resultou na produção de um cartaz. No quarto encontro, utilizou-se o grupo focal que teve como tema “comunidade ideal para ser vivida x comunidade em que vivo”, que resultou na produção de um cartaz. No quinto e último encontro, primeiramente as adolescentes escreveram uma carta para um amigo, e, ao final, realizou-se uma técnica de dinâmica de grupo com o objetivo de promover maior interação entre as participantes, bem como despertar o sentimento de coletividade no grupo.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Reis (1999 apud LANE; GODO, 1999, p. 99) considera que a família exerce papel fundamental na vida humana, pois é por meio dela que aprendemos a nos relacionar socialmente. Os pais estabelecem com seus filhos os conceitos de coletividade, demonstrando o significado de grupo através de relações de reciprocidade e de cooperação. Trazendo as contribuições de Bee (1997, p. 358-360), na fase da adolescência, as relações de maior importância continuam sendo com os pais, porém as amizades passam a ser mais íntimas, abrindo um novo espaço para as relações sociais, surgindo os grupos por meio da identificação, quando a lealdade e a confiança são importantes na formação e manutenção desses grupos. Esses sentimentos de confiança e de acolhimento podem ser definidos por “apoio social”. Para Valla (2000, p. 41-47), o apoio social é considerado um processo recíproco que resulta em benefício emocional, gerando satisfação pessoal tanto para quem oferece quanto para quem recebe, podendo ser uma forma de auxílio fornecido por pessoas ou grupos.

O apoio social da família é visto como ferramenta fundamental para o desenvolvimento humano. Esse grupo também é responsabilizado socialmente pela garantia de proteção das crianças e dos adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990, p. 2), Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, estabelece que é dever de todos, inclusive do Poder Público, assegurar a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes. No entanto, existem muitas dificuldades para que o adolescente consiga garantir seus direitos. Essas dificuldades são percebidas pelas próprias adolescentes, como se pode perceber no depoimento de uma adolescente participante da pesquisa realizada na Baixada Fluminense, Brasil, por Castro e Correa (2005), que “relata não saber com quem os jovens podem contar além da própria família.” (GONÇALVES; GARCIA, 2007, p. 10). Esse mesmo tipo de discurso foi apresentado pelas participantes deste estudo: “Confio somente na minha mãe. E na minha amiga [...] São poucas as pessoas, mas são de confiança.” (Rosa, 13 anos), “Eu tenho minha mãe em quem posso confiar, pois ela me ajuda sempre.” (Jasmim,

14 anos, informações verbais). Ao considerar isso, não fica difícil concluir que a sociedade tem se apresentado tão individualista que não é raro o fato de as adolescentes não expressarem o sentimento de coletividade e se direcionarem apenas ao grupo familiar.

O estudo realizado por Macedo et al. (2011, p. 481) apresenta que a partir da “aprovação da Política Nacional de Assistência Social” (PNAS), que ocorreu em 2004, o Estado brasileiro assumiu o compromisso social com a população visando prevenir as vulnerabilidades e os riscos sociais. Entretanto, somente em 2005 é que houve uma descentralização da assistência social com a implantação da Norma Operacional Básica (NOB) (2005), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelecida pela Resolução n. 27, de 24 de fevereiro de 2005, que visa ao compromisso de descentralizar e incrementar a participação da população na Assistência Social, com o objetivo de garantir a eficácia e a eficiência do SUAS. Identifica-se a falta de conhecimento para que os adolescentes possam buscar seus direitos, embora saibamos que os três entes federativos – Governo Federal, estados e municípios – “[...] devem cumprir seus deveres em defesa da cidadania dos usuários [...]” (NORMA OPERACIONAL BÁSICA, 2005, p. 15). Porém, neste estudo, sempre que discutidos temas referente ao apoio social e ao fator confiança, os discursos das adolescentes se direcionaram e se restringiram às relações familiares, sendo interpretados como um processo de amizade.

Conforme Souza e Hutz (2008, p. 3), a amizade é “[...] um processo dinâmico, que se desenvolve ao longo do tempo e se modifica conforme as etapas da vida, influenciado por normas sociais e aspectos culturais [...]” A família é o *porto seguro* para as adolescentes e, por isso, está relacionada com o que simboliza a amizade. Conforme o discurso a seguir, em outro momento, as participantes do estudo conceituaram o amigo como um irmão de outra mãe:

Amigo é o irmão de outra mãe. É o irmão de outra mãe, que você até, talvez, ama mais que seu próprio irmão. Existem vários tipos de amizade, a do coração, até aquele que você ama demais, mas sempre bate. Fala o que não deve, mas

sempre vai amá-lo. Te amar é uma função quase impossível, mas te amo mesmo assim ... [...] A amizade é uma coisa igual ao amor: você não explica, mas demonstra. (Tulipa, 13 anos, informação verbal).

Para Reis (1999 apud LANE; GODO, 1999, p. 99-102), a família, ao mesmo tempo que em alguns aspectos permanece inalterada, em outros é campo de conflitos, ocorrendo desorganização dentro da sua estrutura, em que sempre busca pelo equilíbrio. Seu desequilíbrio pode tanto abrigar e proteger seus membros quanto se tornar nociva, pois pode acabar por dominar e manipular. Contudo, os membros de uma mesma família estão inseridos em uma sociedade que possui normas, regras e culturas. E essas informações são passadas e reproduzidas socialmente entre os membros.

Dessa forma, trazemos as contribuições de Gonçalves e Garcia (2007, p. 11), com uma reflexão no sentido de que a família não é natural, pois é constituída pelas relações sociais, tornando-a uma instituição social. Quando a cultura na qual a família está inserida possui características positivas para o desenvolvimento de seus membros, os resultados serão benéficos; no entanto, quando a cultura possui influências de subordinação, o resultado é a alienação. Dessa forma, ressalta-se a importância de que o jovem se identifique dentro do sistema. A NOB tem a finalidade de romper com as correntes de alienação em que pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social possam estar inseridas perante situações de miséria, violência ou qualquer tipo de negligência. Assim, é importante que todos, principalmente os jovens, percebam-se quando são vítimas do sistema inserido, para que busquem ajuda perante meios legalmente construídos para isso, e a informação para esclarecer quanto aos direitos de cidadania é fundamental, visto que, acima de tudo, a NOB visa à proteção social brasileira:

A proteção social de Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, a dignidade

humana e a família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional. (NORMA OPERACIONAL BÁSICA, 2005, p. 19).

Como toda instituição social, a família se constitui de normas, regras e adaptações que, quando sofrem uma ruptura, podem gerar conflitos. Para Gonçalves e Garcia (2007, p. 10), o Poder Público incentiva o adolescente para que permaneça próximo à sua família, não somente pelos benefícios que esta pode lhe proporcionar, mas também pelo fato de que essa proximidade também permite que, alienado às normas de boa conduta familiar, não promoverá os conflitos na sociedade que podem vir a possibilitar transformações sociais na busca de uma adaptação.

De acordo com as contribuições de Guareschi (2001, p. 27), a mídia também influencia a alienação do público jovem. Programas culturais são destinados a esse público jovem, incentivando a indústria da moda, do consumismo, e assim criando as relações de dominação. Os filmes, novelas e propagandas promovem a venda dos produtos das multinacionais. Ainda com base em novas contribuições de Guareschi (2009 apud CAMPOS, 2009, p. 91), existem várias formas de dominação nas relações comunitárias, econômicas, políticas e culturais; todas promovem a injustiça, perante a construção das desigualdades sociais e a desvalorização de uma das partes, criando o preconceito.

Para Guareschi (2001, p. 61), o preconceito é importado de países estrangeiros que, ao inserirem a cultura no Brasil por meio das propagandas, filmes e novelas, padronizam a sociedade, estimulando o consumo (base do sistema capitalista) que provoca uma escravidão, e, assim, cria-se uma ideologia. Quem não se encaixa nesse padrão é excluído e desvalorizado, originando o preconceito, e, a partir deste, a violência ganha vida por meio de dois vieses: pelo desejo de entrar naquele padrão, praticando atos ilícitos para poder satisfazer a ambição do consumo; e pela própria exclusão e desigualdade social, em que se colocam as pessoas que não conseguem se igualar aos padrões estabelecidos. A influência do consumismo pela propaganda, para Guareschi et al. (2001, p. 18),

é considerada um “cavalo de Tróia”. O telespectador conhece, compra como sendo para sua praticidade e bem-estar, mas, na realidade, está se iludindo, gastando toda sua renda de forma supérflua. Tudo o que produz, gasta para consumir as mercadorias fornecidas pelas grandes empresas.

Diante da realização de uma atividade com papel e revistas, as adolescentes participantes da pesquisa elaboraram a representação social sobre “Quem é o amigo? E onde posso encontrá-lo?”. As produções apresentam imagens de geladeira, balão, dinheiro, maquiagem, automóvel, comida, planetas, quatro mulheres deitadas de pernas para o ar e uma modelo vestida de noiva. Essas evidências apontam para uma representação social sobre amizades padronizadas pelo consumo, influenciadas pelos meios de comunicação de massa, nas quais até a rotina da vida diária, em que ocorrem discussões, apresenta características semelhantes às das novelas (muito populares no Brasil). Cabe ressaltar que a maioria das pessoas não percebe a influência das ideologias e entende-as como natural e “[...] não como algo imposto e que afeta as relações sociais.” (GUARESCHI, 2001, p. 19). Assim, não percebe que se trata de uma ideologia amparada pelas desigualdades sociais: enquanto uma pequena minoria possui o poder, outra parte, em grande maioria, apenas sonha com o desejo de possuir. Isso pode ser percebido também nos discursos apresentados a seguir, nos quais as participantes do estudo explicam o porquê das figuras utilizadas para representar o amigo:

No balão: vamos viajar? O dinheiro é nosso. (Rosa, 13 anos).
A geladeira porque nós come demais. Aqui onde tem discussão: isso nunca falta numa relação entre amigas. (Tulipa, 13 anos).

Os planetas, porque a gente vive no mundo da Lua. Essa aqui está bem maquiada, porque estamos prontas para a festa. (Orquídea, 14 anos).

O grupo de amigas, de pernas para o ar, as inseparáveis. (Jasmim, 14 anos) (informações verbais).

Ainda, antes da implantação da Política Nacional de Assistência Social, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi aprovado em

razão das injustiças sociais causadas pelas desigualdades sociais; então, crianças e adolescentes, até então considerados marginalizados, passaram a ser cidadãos de direitos garantidos (GONÇALVES; GARCIA, 2007, p. 2). E com ele, conforme Freitas, Abramo e León (2005), tem sido realizado pelas políticas públicas o incentivo a fornecer os serviços para os adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade ou risco social. No entanto, Gonçalves e Garcia (2007, p. 3) afirmam que adolescentes de baixa renda continuam não tendo seus direitos adquiridos, pois, em grandes cidades, é possível encontrar crianças e adolescentes atuando no mercado de trabalho informal, em atividades como engraxates e vendedores ambulantes, para contribuir no sustento da família. A necessidade de se sentir com maior autonomia possivelmente pode promover nas adolescentes o desejo de ter um talento artístico por meio do qual poderiam se autossustentar, sem estudar e/ou sem fazer muitos sacrifícios.

No caso deste estudo, isso fica retratado no penúltimo encontro, quando as adolescentes fizeram uma atividade representando a “comunidade ideal para ser vivida e a comunidade onde vivem”. A representação da comunidade apresentou características de personagens da mídia, como modelos e atores em momentos de individualidade. Isso demonstra a postura das adolescentes sobre o trabalho realizado, marcado pelos personagens da mídia. Também se pode observar a fala das adolescentes ao expressarem suas opiniões sobre as imagens que continham atores e modelos: “Aqui tem tudo o que a gente queria ter.” (Jasmim, 14 anos); “Tudo que a gente queria ter, não; tudo que a gente vai ter. Não podemos ser pessimistas. A gente vai ter! Pensamento positivo!” (Orquídea, 14 anos) (informações verbais).

Conforme as contribuições de Guareschi (2001, p. 13-30), os meios de comunicação social, como a televisão, o rádio e os filmes possuem significativa influência social. Estes, em muitas situações, utilizam-se de mensagens vinculadas às propagandas, filmes e novelas, e da imagem dos atores para padronizar a cultura, criando uma ideologia que domina as relações sociais. O objetivo é o consumo de seus produtos pelo lucro das multinacionais. Fazem com que as pessoas tenham a percepção de

que todos têm a mesma oportunidade de sucesso, enquanto as riquezas permanecem a serviço de alguns, que consomem produtos supérfluos, e a grande maioria não tem acesso aos produtos mais básicos para a subsistência. Para Guareschi et al. (2001, p. 24), esse processo origina o sofrimento para aqueles que não conseguem chegar a entrar nesse padrão estabelecido e que acabam buscando consumir para preencher as carências afetivas de inferioridade e de diferença.

Outros autores, como Souza e Silva (2006) e Conti, Bertolin e Peres (2010), identificaram a presença da influência da mídia sobre as relações sociais de adolescentes. Em sentido geral, os adolescentes se identificam com os personagens das novelas, filmes e cantores que a mídia promove. E quando utilizada a mensagem por meio destes em comerciais, em vez de ser visto como uma representação social, o desejo da compra é visto como uma necessidade para ser moderno e aceito pelo grupo. Lise e Meneghel (2012, p. 80), em sua pesquisa sobre sexualidade na adolescência, também identificaram a falta de visão crítica sobre a realidade social, em que os adolescentes se consideraram incapazes de aprender, voltando-se para uma ideologia individualizada e não percebendo as influências do contexto social desigual.

Para Almeida e Cunha (2003, p. 148), as representações sociais são desenvolvidas pela própria sociedade com influência da cultura contextualizada. Como exemplo em relação ao desenvolvimento humano, baseando-se nas teorias desenvolvidas por Freud, Skinner, Piaget, Vygotski, é construída uma realidade social para cada fase do ciclo vital do ser humano, determinando seu lugar na sociedade. Para esclarecer adequadamente, Martins, Trindade e Almeida (2003, p. 4) expressam que “[...] representar é participar ativamente no processo de construção da sociedade e de si [...]” Ao mesmo tempo em que o indivíduo internaliza os fatores culturais presentes no seu círculo social, reproduz, dando uma nova sequência para essa cultura.

A influência dos meios de comunicação na cultura da população tem sido estudada por várias gerações. Freire Filho e Lemos (2008, p. 16-17) destacam que as gerações têm sido estabelecidas por meio das inovações

tecnológicas, que promovem a informação. Esta tem dado grande ênfase para a geração nascida em meados da década de 1980: a chamada “Geração Digital” ou “Geração Z”. Essa geração é incapaz de viver sem os meios tecnológicos, ou seja, “já nasceram conectados nas redes virtuais”. Se, por um lado, essas influências promovem a participação da sociedade, dando a liberdade de expressão, por outro, abrem espaços para uma reprodução de cultura de consumos excessivos e midiática, pois, nessa geração, o adolescente já não se satisfaz em sonhar em ser um ídolo, ele quer realizar esse sonho postando vídeos e fotos que possam chamar a atenção nos meios de comunicação.

Quando identificada a representação social midiaticizada das adolescentes participantes da pesquisa, utilizou-se uma técnica de dinâmica de grupo em que elas, com um braço virado para trás do corpo e o outro estendido para frente, deveriam consumir um pirulito que foi colocado em sua mão, sem poder dobrar o braço. O objetivo foi estimular a cooperação no grupo. Após várias tentativas sem sucesso, uma das adolescentes identificou a possibilidade de se auxiliarem, uma colocando o pirulito na boca da outra. Esse momento ofereceu uma reflexão: “Existem momentos que a participação do outro em nossa vida é necessária. Não conseguimos viver sozinhos.” (Tulipa, 13 anos, informação verbal).

Embora a partir desse discurso possa se perceber a capacidade crítica e reflexiva das adolescentes, em outros momentos observa-se a dificuldade de se perceberem como vítimas do sistema que as manipula pela classe dominante, e não há interesse em romper essa sequência. É nesse ponto que se salienta a importância do trabalho do psicólogo na comunidade. Esse profissional poderá contribuir para a melhoria de questões que envolvem as relações sociais subjetivas, construindo, coletivamente, formas críticas de pensar sobre as normas culturais, promovendo bem-estar social e contribuindo para “quebrar as correntes que escravizam os grupos”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação social do grupo familiar apresentada no estudo é a de uma família com pouca estrutura financeira, que não pode ofertar às adolescentes o conforto necessário ou o acesso aos serviços necessários. Porém, ao mesmo tempo, as representações sociais sobre o apoio social recebido envolvem pessoas que fazem parte da família ou outras pessoas consideradas como parte dela. Ou seja: pessoas que não são integrantes da família acabam não ampliando a rede de apoio social dessas adolescentes. Isso pode ser explicado pela influência midiática na construção da representação de amizade, uma representação envolta em atividades artísticas de boa condição socioeconômica e de uma aparência “capitalisticamente” construída.

E, ainda, amizade é aquela apresentada pelos artistas na mídia, que são felizes por gastarem muito dinheiro e possuírem bens de consumo fartos e caros. São visíveis, no discurso das adolescentes, as expressões representadas no papel que o individualismo e o sucesso artístico têm na construção do apoio social. Ser bem-sucedido é ter sucesso, e ter sucesso é ter uma rede de apoio social.

Essas adolescentes, em clara situação de vulnerabilidade social, parecem não conseguir entender a importância do apoio social para sua saúde mental. Fato que só aumenta sua vulnerabilidade e as torna mais vítimas de um sistema social que as explora. E, considerando isso, fica clara a importância de intervenções da Psicologia Social Comunitária com esse público, que precisa se conscientizar da força da coletividade e da grande importância da construção de práticas cooperativas; é preciso, ainda, orientar para que esses adolescentes usem os meios de informação de forma adequada, esclarecendo práticas, estabelecidas pelos meios de comunicação que geram o preconceito.

O psicólogo, ao trabalhar na comunidade, poderá fortalecer as redes de apoio social, pois está apto a trabalhar com a subjetividade e, assim, orientar nas questões que envolvem relações interpessoais, contribuindo, como explica Guareschi (2009 apud CAMPOS, 2009, p. 86), para modificar

os grupos e começar a transformação das relações que existem nesses grupos. Para isso, é preciso esclarecer conceitos ideológicos da comunidade, contribuindo para mudanças sociais que venham a melhorar a qualidade de vida dos grupos, desmistificando certos conceitos ideológicos sobre concorrência e padrões estabelecidos pelos meios de comunicação de massa. Esses julgamentos prejudicam a socialização humana, mantendo os indivíduos envolvidos em relações de dominação.

Assim, é de extrema necessidade que o trabalho na comunidade seja multiprofissional, podendo-se realizar atividades com os grupos de adolescentes, estimulando seus talentos dentro da comunidade, com jogos esportivos, atividades de recreação, educação e informação, para que tenham mais possibilidades de formar uma cultura desmistificada da mídia. O uso do teatro informal e das rádios comunitárias é uma possibilidade de fazer com que os adolescentes, além de receber informações sobre o contexto social, possam se sentir atores de sua própria história, com poder de representar e criar suas próprias ideologias, sem a esmagadora influência da mídia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. de O.; CUNHA, G. G. Representações sociais do desenvolvimento humano. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 1, p. 147-155, 2003.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência – filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

BEE, H. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CAMPOS, R. H. de F. et al. **Psicologia social comunitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CONTI, M. A.; BERTOLIN, M. N. T.; PERES, S. V. A mídia e o corpo: o que o jovem tem a dizer? **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, n. 4, 2010.

DYNIWICZ, A. M. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. São Caetano do Sul: Difusão, 2007.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

FREIRE FILHO, J.; LEMOS, J. F. Imperativos de conduta juvenil no século XXI: a “Geração Digital” na mídia impressa brasileira. **Comunicação, mídia e consumo**, v. 5, n. 13, 2008.

FREITAS, M. V. de; ABRAMO, H. W.; LEÓN, O. D. **Juventude e adolescência no Brasil**: referenciais conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, H. S.; GARCIA, J. Juventude e sistema de direitos no Brasil. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 27, n. 3, 2007.

GUARESCHI, P. A. **Comunicação e poder**: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2001.

GUARESCHI, P. A. et al. **Comunicação e controle social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LANE, S. M. T.; GODO, W. **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LISE, F. A.; MENEGHEL, S. N. Contadores de histórias – oficinas sobre sexualidade com adolescentes. **Quaderns de Psicologia**, v. 14, n. 1, 2012.

MACEDO, J. P. et al. O psicólogo brasileiro no Suas: quantos somos e onde estamos? **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 3, 2011.

MARTINS, P. de O.; TRINDADE, Z.; ALMEIDA, A. de O.. O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 3, 2003.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA. **Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF, 2005.

SALLES, L. M. F. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 22, n. 1, 2005.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. de. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília, DF, v. 26, n. 2, 2010.

SOUZA, A. da S.; SILVA, C. P. da. O consumo na vida de adolescentes de diferentes condições socioeconômicas: uma reflexão para o marketing no Brasil. **Cadernos EBAPE**, v. 4, n. 1, 2006.

SOUZA, L. K. de; HUTZ, C. S. Relacionamentos pessoais e sociais: amizade em adultos. **Revista Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 2, 2008.

STRIEDER, R. **Diretrizes para elaboração de projetos de pesquisa**. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2009.

TEIXEIRA, S. M. Trabalho interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza. **Textos & Contextos**, v. 9, n. 2, 2010.

VALLA, V. V. Redes sociais, poder e saúde à luz das classes populares numa conjuntura de crise. **Interface-comunicação, saúde, educação**, v. 4, n. 7, p. 37-56, 2000.

TRABALHO DOS BOMBEIROS: COMO REAGEM A CADA SITUAÇÃO QUANDO EXISTE VÍNCULO AFETIVO

Ana Paola Grandó¹
Paloma Lucia Wilsen²
Cleocimar Aigner Paludo³
Fábio Augusto Lise⁴

RESUMO

Com o presente artigo teve-se por objetivo compreender os sentimentos dos bombeiros quando chegam ao local da ocorrência e se deparam com pessoas com quem têm vínculo afetivo. Os objetivos que contribuíram para se chegar ao resultado final foram identificar o comportamento de bombeiros nas ocorrências que envolvem pessoas com quem eles têm vínculos afetivos, compreender sobre o desgaste físico e emocional que sofrem diante dessas situações e analisar os sentimentos dos bombeiros em relação à volta a sua rotina de trabalho. A pesquisa foi caracterizada como de método qualitativo e estudo de caso, utilizando como coleta de dados a entrevista com questões semiestruturadas. Como uma questão de ética, foi entregue o documento de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que os participantes assinassem. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, sendo definida em três categorias: comportamento dos bombeiros quando estão envolvidas pessoas com quem possuem vínculo afetivo, compreensão do desgaste físico e emocional dos bombeiros, e sentimentos dos bombeiros na volta a sua rotina de trabalho. Diante da análise realizada, o resultado da pesquisa foi alcançado, possibilitou perceber que os bombeiros tentam ter bastante controle sobre seus sentimentos, buscando sempre ser profissionais exemplares no momento da atuação, e também possibilitou ampliar muito mais o olhar enquanto estudante de Psicologia. Palavras-chave: Bombeiros. Vínculo afetivo. Comportamento.

¹ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; ana.grando@unoesc.edu.br

² Graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; paloma_wilsen@hotmail.com

³ Mestre em Psicologia e em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; cleocimar.paludo@unoesc.edu.br

⁴ Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Professor no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; Psicólogo; fabio.lise@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Os profissionais bombeiros passam por várias situações inesperadas, nas quais precisam ajudar os indivíduos da melhor maneira possível. Por esse motivo nesta pesquisa busca-se compreender os sentimentos dos bombeiros diante do trabalho em ocorrências as quais envolvem pessoas com quem eles possuem vínculos afetivos. No convívio em sociedade percebe-se o aumento de acontecimentos e situações que demandam dessa ajuda e atendimento. O profissional que escolhe a profissão de bombeiro precisa estar preparado para atender a diversas situações, pois é chamado para situações mais graves, bem como para aquelas consideradas mais simples. Quando estão envolvidas pessoas com quem o profissional possui vínculos, ele precisa saber ter um controle sobre suas emoções para conseguir ter um bom desempenho no seu trabalho, conseguindo fazer tudo o que dele é esperado.

Os sujeitos que se disponibilizaram a participar da pesquisa foram três indivíduos que trabalham como bombeiros na unidade do Corpo de Bombeiros no Oeste de Santa Catarina, na faixa etária de 20 a 50 anos. Para haver melhor resultado da pesquisa ela foi de cunho qualitativo e estudo de caso. Nesse sentido, buscou-se responder à seguinte pergunta: quais os sentimentos dos bombeiros nas ocorrências que envolvem pessoas com as quais eles têm vínculo afetivo?

2 O PROFISSIONAL BOMBEIRO, O VÍNCULO AFETIVO E A RESILIÊNCIA

O significado que se atribui à palavra bombeiros é: um ser de heroísmo e salvação, que tem como atribuições profissionais fazer qualquer tipo de salvamento, auxiliando os indivíduos no que sentirem necessidades. É um ser confiável para os indivíduos e familiares em que se encontram nas piores situações (CAPITANEO; RIBEIRO; SILVA, 2012).

O trabalho desenvolvido pelos bombeiros é em conjunto, todos trabalham e buscam a salvação nos casos que chegam até eles. Assim, é de

grande importância que consigam ter uma boa relação entre eles, o grupo precisa estar junto para conseguir chegar ao resultado final positivo. Em qualquer lugar onde o trabalho é desenvolvido em grupo poderão surgir conflitos, porém esses conflitos não podem interferir no andamento do trabalho a ser realizado, se acontecem conflitos que dificultam a realização da tarefa, a organização acaba precisando tomar decisões que não estariam nos planos para evitar o mau andamento do trabalho em equipe (SIQUEIRA; ORENGO; PEIRÓ, 2014).

Esses profissionais, como todos os indivíduos, vão estabelecendo vínculos afetivos, os quais são desenvolvidos ao longo de toda a trajetória de vida de cada pessoa, desde os seus primeiros dias de vida (SALLA, 2011). O vínculo é entendido como um facilitador de transformações no sujeito, por isso, é de suma importância que o profissional bombeiro consiga fazer um intermédio entre o vínculo que ele tem com o indivíduo que está precisando de seu atendimento e o controle de suas emoções, para, assim, conseguir realizar o trabalho que se espera dele (ZENI, 2012).

O profissional bombeiro enfrenta diariamente várias situações perturbadoras, como acidentes, afogamentos, tanto na água quanto com alimentos, queimaduras e acidentes de trabalho, em que necessita prestar apoio às pessoas que esperam por ele. Por isso precisa manter o controle emocional, que permite que ele mantenha a calma na hora do atendimento, o equilíbrio no momento para suportar as emoções e o pensamento para conseguir agir de forma correta (PELOSO, 2012).

Percebe-se que o bombeiro passa por diversas situações que o afetam, e para que ele consiga dar continuidade ao seu trabalho, precisa ter resiliência. A palavra resiliência vem da física e compreende a capacidade que o corpo físico tem de conseguir absorver energia quando deformado por alguma situação que afeta sua condição física e mental, e de conseguir, depois, retomar essas energias (CARVALHO; TEODORO; BORGES, 2015).

A resiliência é como um meio de achar uma forma de se viver em um melhor estado de saúde, também por meio da família, amigos, na comunidade e em vários contextos em que o indivíduo está inserido.

Considera-se que a resiliência vai sendo construída não somente por questões individuais do sujeito, mas tem forte ligação com o meio em que ele vive (SILVA et al., 2005).

A resiliência está bastante voltada para questões que promovem a saúde, aspectos que fazem com que o indivíduo se sinta bem no contexto social em que vive. É como um meio de achar uma forma de se viver em um melhor estado de saúde, também por meio da família, amigos, na comunidade e em vários contextos em que o indivíduo está inserido. Considera-se que a resiliência vai sendo construída não somente por questões individuais do sujeito, mas tem forte ligação com o meio em que ele vive (SILVA et al., 2005).

A resiliência nada mais é que a capacidade que o indivíduo vai desenvolvendo ao longo de sua vida que faz com que ele possa se recuperar diante de tantas adversidades que a vida o coloca. É entendida, também, como uma habilidade de ter firme compreensão de que na vida existem muitas situações que o deixarão em um estado ruim, mas que deve haver esperança de que dias melhores virão (RIPAR; EVANGELISTA; PAULA, 2008).

3 MÉTODO

A pesquisa foi caracterizada como método qualitativo e estudo de caso. O delineamento da pesquisa foi exploratório, possibilitando a criação da visão geral do problema. Como método de coleta de dados utilizou-se a entrevista com questões semiestruturadas, a qual é composta por perguntas abertas, o que possibilita que o profissional coloque sua opinião sobre o assunto. A entrevista foi adequada de acordo com o que se buscava evidenciar no trabalho. Os sujeitos que participaram da pesquisa foram três indivíduos que trabalham como bombeiros na unidade do Corpo de Bombeiros no Oeste de Santa Catarina e que passaram por situações de atendimento a pessoas com as quais possuem vínculo afetivo.

A realização da pesquisa foi concretizada em agosto de 2017 e ocorreu na sala de reuniões da corporação dos bombeiros, o que possibilitou que os profissionais se sentissem à vontade para apresentar

suas opiniões e sentimentos. As três entrevistas foram gravadas, com a autorização dos profissionais. A análise e interpretação dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo. O Corpo de Bombeiros e os indivíduos participantes da pesquisa obtiveram total conhecimento sobre as informações da pesquisa mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a Declaração da Instituição Coparticipante e o Termo de Autorização de Uso de Gravador, que foram lidos e assinados pelos envolvidos na pesquisa.

4 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A análise que se descreve está dividida em três categorias. A primeira delas descreve quais são os comportamentos dos profissionais bombeiros quando saem da corporação e se deparam com ocorrências em que estão envolvidas pessoas com as quais eles têm vínculo afetivo; a segunda categoria aborda o desgaste físico e emocional que esses profissionais sofrem no seu dia a dia, visto que enfrentam diversos tipos de ocorrência; e a terceira aponta os sentimentos dos bombeiros na volta a sua rotina de trabalho.

4.1 COMPORTAMENTO DOS BOMBEIROS QUANDO ESTÃO ENVOLVIDAS PESSOAS COM AS QUAIS ELES POSSUEM VÍNCULO AFETIVO

Os bombeiros estão diretamente ligados a diversas situações ruins; eles saem da corporação sem saber o que os espera na ocorrência, e o que pode acontecer de pior além da ocorrência é o envolvimento de pessoas com quem os bombeiros possuem vínculo afetivo. Segundo Bonfim (2003 apud MORFIM, 2012), o profissional bombeiro trabalha diretamente com cargas afetivas em seu trabalho, pois constantemente está em contato com a vida e a morte e com cenas muito fortes. Depois que realizam o trabalho voltam ao quartel e, na maioria das vezes, não existe um suporte para que possam se reerguer para enfrentar as outras

diversas situações, pois ainda que para eles sejam situações cotidianas, elas podem causar marcas e traumas nos indivíduos. Na realidade dessa atuação muitos deles voltam aos seus trabalhos como se nada daquilo tivesse acontecido, pois precisam estar conscientes e prontos para um novo atendimento.

Com a fala dos bombeiros fica claro que a partir de certo período exercendo a profissão, eles conseguem atuar nas ocorrências de forma normal, sem sofrimento em relação ao ocorrido; já quando envolve alguém com quem eles possuem vínculo afetivo a situação acaba se tornando algo que causa mais sofrimento a esse profissional. Dessa forma relatam:

Depois de um certo tempo a gente até fica normal, a gente se acostuma [...] quanto menos acontece melhor, uma coisa que eu busco fazer e falo para os mais novos, eu penso, tenho coração, tenho sentimento sou um ser humano [...] (Bombeiro 1).

Normal, e vamos para próxima, ficamos 24 horas de serviços, saindo de uma e indo para outra sempre, e vamos se acostumando, como já falei o bombeiro se torna frio, ou seja, profissional. (Bombeiro 1) (informações verbais).

Na maioria das vezes o profissional bombeiro, durante o exercício da sua atividade, acaba colocando a sua vida em risco para salvar a de outro indivíduo. O bombeiro, como todos os outros profissionais, tem a sua identidade profissional, porém ela interfere na sua identidade pessoal, por isso é preciso que ele compreenda a identidade profissional como uma das partes que formam o sujeito, e não uma parte isolada das demais (CAPITANEO; RIBEIRO; SILVA, 2012).

A corporação dos bombeiros é uma instituição organizada com base na necessidade das pessoas que passam por situações complicadas e precisam de ajuda como a deles. Os bombeiros têm algumas atribuições: auxiliam na prevenção e combate a incêndios, fazem o salvamento de bens e salvamento de vidas, desenvolvem atividades educacionais sobre a prevenção de incêndios e outras situações em que precisam prestar ajuda e fazem análises de construções e projetos para averiguar se está

tudo em ordem e que não terá perigo depois (CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, 2012).

No relato dos três bombeiros é possível perceber que sempre estão em treinamento e buscando aprimoramento para situações inesperadas com as quais convivem diariamente, sempre buscando novos conhecimentos e novas técnicas, porém saem da corporação sem saber o que podem encontrar na ocorrência, não estando, de certo modo, preparados para atender um membro com o qual possuem vínculo afetivo; eles sempre buscam salvar as vidas que se encontram nas piores situações, porém quando é alguém com vínculo afetivo isso se torna uma necessidade maior para o profissional.

De como chegar na ocorrência, de como proceder sim, a gente tem um treinamento todo de como chegar, como reagir [...] e depois tem aquele feedback pra gente conversar pra ver como foi [...] (Bombeiro 1).

Sempre tem [...] aperfeiçoamentos, sempre tem aprimoramento, principalmente na ambulância, técnicas om cordas e tudo mais, sempre aprendemos como melhorar. (Bombeiro 2).

[...] sempre estamos tentando nos aprimorar mais de como proceder e melhorar sempre, conversamos bastante também sobre as técnicas que são feitas. (Bombeiro 3) (informações verbais).

Foi possível perceber que os bombeiros não são mais chamados somente em casos de incêndios, mas também para atender a ocorrências em locais em que existe necessidade de ajuda, como em casos de afogamento, para salvar algum animal, quando acontecem temporais, em acidentes, entre tantos outros contextos em que as pessoas precisam de auxílio (CAPITANEO; RIBEIRO; SILVA, 2012). No relato do Bombeiro 1 é possível perceber o que os autores Capitaneo, Ribeiro e Silva (2012) colocam: “[...] só estou no caminhão, o caminhão só sai se é coisa ruim, se é coisa grave [...]” (informação verbal). Percebe-se nessa fala a mistura de preocupação e de sentimentos desse bombeiro, pois sabe que quando são chamados, são, na maioria das vezes, acontecimentos ruins, porém, para

quem já atendeu alguém com vínculo afetivo, no momento do chamado há maior preocupação até o momento da chegada no local, pois saem da corporação sem saber quem estará lá.

4.2 COMPREENSÃO DO DESGASTE FÍSICO E EMOCIONAL DOS BOMBEIROS

No dia a dia dos bombeiros eles enfrentam diversas ocorrências, envolvendo desde acidentes com bebês até ocorrências com idosos; assim, Silva e Souza (2013) abordam que por meio de falas de alguns profissionais em uma pesquisa foi possível observar que a ocorrência se torna mais difícil quando envolve acidentes com crianças, pois acabam lembrando dos filhos, sobrinhos e crianças que fazem parte de suas vidas. Outro ponto que também comentam é quando se envolvem em acidentes jovens, pois é uma perda muito desagradável, já que o jovem tem toda a sua vida para construir. Nessas situações os bombeiros abalam-se também pela reação da família ao chegar no local.

O que Silva e Souza (2013) colocam vem ao encontro do que foi relatado pelos bombeiros, sendo possível perceber que atender crianças realmente para eles é muito desgastante, por terem consciência de que essa criança tem tantos sonhos e na maioria das vezes não tem entendimento sobre o que está acontecendo. Outro ponto que também ficou claro na fala deles foi a revolta trazida pela questão das imprudências de alguém bêbado, ou mesmo do pai, mãe ou responsável pela criança.

Dessa forma, os três bombeiros relatam sobre o mesmo público que atinge o seu emocional:

Criança, porque geralmente pra mim eu penso que a criança tem todos os planos pela frente e às vezes por uma imprudência de alguém, ela não tem culpa do que está acontecendo, é inocente [...] (Bombeiro 1).

Crianças é mais, porque além da criança não entender o que é aquele acidente [...] não sabem o que estava acontecendo e sempre a criança não tem culpa [...] (Bombeiro 2).

É criança, até teve casos que eram óbitos, ou até que vieram a falecer durante atendimento, é o que mais afeta [...] ao se passar dos dias ainda mais quando você se compara

como se fosse [...] sobrinhos [...] afilhados [...] isso te afeta emocional. (Bombeiro 3) (informações verbais).

Hoje em dia pode-se perceber que o profissional bombeiro passa por várias situações perturbadoras, e por isso eles precisam manter o controle emocional, o qual permite que mantenham a calma e o equilíbrio na hora do atendimento, controlando as emoções e o pensamento para conseguirem agir de forma correta. Conforme os profissionais controlam as emoções, conseguem se sair melhor nas ações e nos atendimentos, pois o correto seria o sentimento ser dominado na hora da atuação e não tomar conta do profissional impossibilitando-o de agir da forma correta; se os sentimentos tomam conta da atuação do profissional, conseqüentemente diminuem as chances de a operação ser realizada com sucesso, ou seja, de vidas serem salvas. Ter controle emocional é essencial para conseguir superar tragédias, e com estas, haver crescimento, tanto profissional quando pessoal (PELOSO, 2012).

No dia a dia dos profissionais bombeiros pode ocorrer o esgotamento emocional, com sintomas de perda de energia e esgotamento físico e psíquico; pode ser uma sensação de ter chegado ao limite de tudo, ou seja, de não aguentar mais. O indivíduo se encontra incapaz de dar algo de si, o que pode se relacionar com sintomas da depressão. A falta de vontade de continuar ou iniciar algo, a incapacidade de experimentar algo e a falta de motivação são aspectos que tomam conta do indivíduo (ALMADA, 2013).

Esse esgotamento emocional pode ser entendido como síndrome de Burnout, a qual é entendida como um estado de fadiga ou frustração produzido pela dedicação a uma causa, estilo de vida ou relação que não produz um resultado esperado (ALMADA, 2013). Com os relatos dos profissionais bombeiros, foi possível perceber que o esgotamento emocional é algo não identificado, que eles acabam não percebendo ou não dão a devida atenção, até pelo fato de não terem prontamente um profissional preparado para os auxiliar a identificá-lo; o que ocorre é que às vezes, durante ou após a ocorrência,

o emocional deles é abalado e acaba refletindo sobre o que aconteceu. Já o controle físico é algo que acontece com certa facilidade, pois há algumas ocorrências que exigem demais deles, porém eles precisam se manter fortes até o final do seu trabalho.

Existe no físico quando está trabalhando de dia e noite, frio e calor independente do clima, chega uma hora que o corpo está bem cansado [...] acidente tem vezes que é vinte minutos, mas tem ocorrência que começa as sete e terminamos ao meio dia [...] você vê a pessoa ali, está viva pedindo socorro e a gente diz calma já vou tirar, e as horas vão passando e pode pede calma e de repente você vê que a pessoa morreu ali na tua mão [...] (Bombeiro 1)

Físico bastante, por exemplo, o fogo no mato, ele te desidrata bastante, em situações que você tem que subir e descer escadas [...] (Bombeiro 2).

Eu acho que o esgotamento físico é o que pode atrapalhar assim, mas não é sempre, isso é tranquilo. (Bombeiro 3) (informações verbais).

Os profissionais trazem, nos seus relatos sobre o esgotamento físico, que isso acontece, sim, e na maioria das vezes é ocasionado por longos períodos trabalhados.

4.3 SENTIMENTOS DOS BOMBEIROS NA VOLTA A SUA ROTINA DE TRABALHO

O bombeiro precisa estar preparado para atender a diversas ocorrências em sequência, muitas vezes sem nenhum tempo de descanso entre elas, e também ele acaba se tornando o profissional da comunidade, que busca ajudar sempre que as pessoas sentem necessidade, e não somente quando ocorreu algo grave.

Após a inserção do bombeiro nesse trabalho, a forma de relacionamento com outras pessoas acaba mudando, pois a profissão exige demais em aspectos físicos, emocionais, psicológicos e sociais. É uma profissão muito valorizada pela comunidade em geral, dessa forma, muitas vezes esses profissionais acabam se responsabilizando

e exercendo um trabalho que não seria seu. Assim, percebe-se que esse trabalho se torna uma paixão para quem o exerce, pois cada dia mais esses profissionais se dedicam para ter melhor desempenho nas ocorrências (CAPITANEO; RIBEIRO; SILVA, 2012).

O relato do Bombeiro 1 vem ao encontro do exposto neste trabalho, de que o profissional bombeiro é considerado aquele que sempre está pronto a ajudar a comunidade em geral, algumas vezes esquecendo que esse profissional também tem vida própria: “[...] os vizinhos pedindo ajuda porque eu sou bombeiro[...]” (informação verbal). Esse relato pode ser relacionado com a resiliência, a qual nada mais é que uma capacidade que o indivíduo vai desenvolvendo ao longo de sua vida que faz com que ele possa se recuperar diante das tantas adversidades que a vida o coloca. É entendida, também, como uma habilidade de ter firme compreensão de que na vida existem muitas situações ruins (RIPAR; EVANGELISTA; PAULA, 2008). Ou seja, significa estar no controle da própria vida, podendo interferir de alguma maneira, é a capacidade do sujeito de saber fazer o seu trabalho como deve ser feito e mesmo assim voltar ao seu ambiente de trabalho como se nada tivesse acontecido, buscando sempre auxílio interior e não deixando, no caso dos bombeiros, que o trabalho interfira na sua vida particular.

Silva et al. (2005, p. 97) abordam que a resiliência “Trata-se de um fenômeno complexo e dinâmico que se constrói de forma gradativa, a partir das interações vivenciadas pelo ser humano e seu ambiente, as quais podem promover a capacidade de enfrentar com sucesso situações que representam ameaça ao seu bem estar.”

Quando os profissionais bombeiros relatam sobre a questão do vínculo afetivo, é possível compreender de forma mais clara o exposto neste artigo, pois realmente eles enfrentam todos os dias situações ruins, e precisam se manter em um estado de bem-estar consigo para conseguirem auxiliar novamente outras pessoas. Na ocorrência em que se depararam com alguém com quem eles possuem vínculo afetivo não foi pelo fato de ser um membro da família que os bombeiros não conseguiram atender à ocorrência como deveriam, pelo contrário, conseguiram realizar o

trabalho e no momento reagiram normalmente, pois estão preparados a enfrentar as piores situações.

É, na hora foi um choque forte [...] mas sempre busco pensar que fiz o meu melhor [...] mas tem coisas que não é nós, não é os médicos, é Deus, se Deus quis que fosse foi [...] (Bombeiro 1).

Foi de forma normal, eu agi como profissional mesmo. (Bombeiro 2).

O momento da ocorrência foi tranquilo, eu acho, o pior é o pós-ocorrência, isso faz uns três anos e eu ainda vejo que ficou resquícios de traumas [...] (Bombeiro 3). (informações verbais).

Para auxiliar a população é de grande importância que o os bombeiros se sintam bem na atribuição de suas atividades, se eles se encontram bem se sentirão melhor para exercer sua função, desempenhando um bom trabalho. Tendo a saúde mental saudável, sentem-se satisfeitos em seus trabalhos, têm um bom envolvimento e comprometimento afetivo, ou seja, têm amor pela sua profissão, o qual irá ajudá-los diante das dificuldades (SIQUEIRA; ORENGO; PEIRÓ, 2014).

Isso é importante pelo fato de que precisam chegar na ocorrência e saber a forma correta de agir, por isso o Bombeiro 3 coloca: “[...] eu vou sempre trabalhar nessa profissão, sempre busco trabalhar minha cabeça sabe [...]” (informação verbal), e essa é a forma que ele acredita que conseguirá sempre exercer seu trabalho de forma positiva diante das situações inesperadas, sempre buscando trabalhar o que mais fica marcado, achando formas de enfrentar tudo que passou e passa diariamente.

O que o profissional relata pode estar relacionado com a resiliência, a qual está voltada para os fatores que conseguem amenizar as adversidades e até mesmo os fatores mais dolorosos, podendo, assim, ajudar para que o ser humano seja capaz de obter resultados mais satisfatórios quando se trata de questões do seu dia a dia. Resiliência trata-se de que o indivíduo seja capaz de responder a situações, por mais difíceis que sejam, de maneira positiva (SILVA et al., 2005).

Na resiliência os aspectos do indivíduo, tanto ambientais quanto individuais, são condicionados juntamente com a superação, ou seja, indivíduos que já passaram por situações parecidas com as que estão vivenciando provavelmente conseguirão se sair melhor (CARVALHO; TEODORO; BORGES, 2015). Corroborando o que Carvalho, Teodoro e Borges (2015) colocam, pode-se incluir o papel do psicólogo nesse ambiente de trabalho, como o Bombeiro 1 coloca: “[...] acredito que seria importante [...] a presença de um psicólogo no quartel uma ou duas vezes por mês para estar dando um suporte maior.” (informação verbal). O psicólogo dará uma atenção maior ao profissional bombeiro, aos seus sentimentos e preocupações, buscando trabalhar como foi para ele atender àquela ocorrência que envolveu alguém com quem ele possui vínculo afetivo ou até mesmo outros públicos que lhe deixam aflito.

O papel do psicólogo é ajudar para que esses profissionais consigam identificar com mais clareza o que está lhe causando incômodo ou desmotivação no seu trabalho. É importante que o psicólogo esteja presente na rotina de trabalho do profissional bombeiro, auxiliando na volta de uma ocorrência; dessa forma, com um psicólogo de prontidão, o bombeiro saberá que pode voltar da ocorrência e ter um apoio para falar sobre o que aconteceu, podendo exteriorizar o seu sentimento do momento.

5 CONCLUSÃO

Os profissionais bombeiros demonstraram se importar muito com a sua profissão, sendo possível perceber, também, que em cada ocorrência eles procedem de forma diferente, mas sempre com o mesmo propósito, que é salvar vidas. Após o chamado vem a preocupação de qual a gravidade da ocorrência e como vão encontrar as pessoas quando chegarem na ocorrência, esse é o sentimento que toma conta deles até o momento da chegada no local da ocorrência.

Durante a realização da pesquisa notou-se que os profissionais se emocionavam ao falar sobre as ocorrências que atenderam que envolveram alguém com vínculo afetivo e também o quanto isso

modificou a vida profissional deles, pois antes de terem passado por isso, saíam para a ocorrência somente com pensamentos de qual gravidade ela teria, porém, após atenderem alguém com o qual possuem vínculo, saem se perguntando se pode ser algum conhecido, ou até mesmo um familiar.

Com a realização desta pesquisa o resultado que se teve em campo foi positivo com o que era o esperado, ampliando muito mais o olhar enquanto estudante de Psicologia, sobre uma das diversas áreas nas quais o profissional psicólogo pode atuar. Por meio das diversas falas contidas nas entrevistas, é possível perceber que os bombeiros tentam ter bastante controle sobre seus sentimentos, buscando sempre ser profissionais exemplares no momento da atuação, principalmente quando envolve pessoas com as quais possuem vínculo afetivo, buscam manter o foco, pois no momento eles só querem ajudar, tendo um sentimento maior desencadeado após a ocorrência.

Entretanto, durante a pesquisa ficou clara a importância de haver um profissional psicólogo nas corporações, pois os bombeiros precisam do apoio de alguém ao voltarem de uma ocorrência, para falar sobre algo que está lhes causando incômodo e, também, para conseguirem sair da corporação com um amparo maior e poderem chegar em casa mais tranquilos e aproveitar ao máximo sua vida pessoal.

REFERÊNCIAS

ALMADA, R. **O cansaço dos bons**. São Paulo: Cidade Nova, 2013.

CAPITANEO, D.; RIBEIRO, K.; SILVA, J. C. da. O papel idealizado do bombeiro: e o ser humano por trás da farda? **Vitalle**: Revista de Ciências da Saúde, v. 24, n. 1, 2012.

CARVALHO, V. D.; TEODORO, M.; BORGES, L. de O. Resiliência no contexto trabalho. In: PUENTE-PALACIOS, K.; PEIXOTO, A. de L. A. **Ferramentas de diagnóstico para organização e trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2015

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. **Quais são as atribuições do corpo de bombeiros militar do estado de goiás. Goiás**, 2012. Disponível em: <<http://www.bombeiros.go.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/quais-sao-as-atribuicoes-do-corpo-de-bombeiros-militar-do-estado-de-goias.html>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

MORFIM, J. H. **Família e acolhimento**: possíveis reflexos na vida profissional dos bombeiros. 2012. 42 p. Trabalho de Iniciação Científica (Graduação em Psicologia) – Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2012

PELOSO, D. **O uso do controle emocional pelos bombeiros militares no atendimento pré-hospitalar**. Curso de Formação de Soldados. Biblioteca CEBM/SC, Florianópolis, 2012.

RIPAR, A. A.; EVANGELISTA, F. S. S. Q.; PAULA, V. de. **Resiliência e gênero**. Psicólogo informação. São Paulo: ABEP, 2008.

SALLA, F. O conceito de afetividade de Henri Wallon. **Revista Nova Escola**, v. 246, out. 2011. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/264/0-conceito-de-afetividade-de-henri-wallon>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

SILVA, D. S. da; SOUZA, M. de M. T. e. O profissional de resgate e as repercussões emocionas frente ao risco eminente de morte. **Revista Pró-univerSUS**, v. 4, n. 1, 2013.

SILVA, M. R. S. da et al. Resiliência e promoção da saúde. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 14, p. 95-102, 2005.

SIQUEIRA, M. M. M.; ORENCO, V.; PEIRÓ, J. M. Bem-estar no trabalho. In: SIQUEIRA, M. M. M. **Novas medidas do comportamento organizacional**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ZENI, T. M. **A construção de limites através dos vínculos afetivos**. 2012. 56 p. Monografia (Graduação em Psicologia)–Universidade Regional do Noroeste do Estado Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

UMA COMPREENSÃO DA VIVÊNCIA DO LUTO EM PESSOAS QUE SOFRERAM AMPUTAÇÃO FÍSICA

Diana Geremia¹
Edson Pilger Dias Sbeghen²

RESUMO

O fenômeno da amputação em um membro do corpo acomete muitas pessoas em todo o mundo, e em decorrência dessa perda, vários são os sentimentos desencadeados e vivenciados no processo de luto. O apoio psicológico a essas pessoas se faz necessário, visto que diante desse fenômeno emergem aspectos emocionais complexos e cada sujeito em sua singularidade significa essa vivência de forma diferente. Nesta pesquisa objetivou-se analisar a vivência de pessoas que foram acometidas por uma amputação de um membro do corpo em algum momento de sua vida. Os sujeitos participantes da pesquisa foram três pessoas da região Oeste de Santa Catarina. Para coleta dos dados utilizou-se da entrevista semiestruturada, e os dados foram transcritos e analisados com base nos pressupostos que fundamentam a Gestalt-terapia. Este estudo resultou no encontro de vários aspectos desencadeados pela amputação, como desejo de morte, inferioridade, relatos de permanência de dor no membro-fantasma anos após a amputação e a singularidade na vivência do luto pós-amputação.

Palavras-chave: Amputação. Luto. Sentimentos.

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina Campus de Xanxerê; dianageremia.psi@hotmail.com

² Mestre em psicologia pela Universidade Estadual de Maringá; doutorando em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina; Rua Getúlio Vargas, 2125, Flor da Serra, 89600-000, Joaçaba, Santa Catarina, Brasil; edson.dias@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema uma compreensão da vivência do luto em pessoas que sofreram amputação física. Nesta pesquisa teve-se como objetivo geral compreender como as pessoas vivenciam a amputação de um membro físico de seu corpo, sendo este desdobrado em três mais específicos: identificar o que mudou na vida após a perda de um membro do corpo; identificar quais sentimentos foram desencadeados pela perda de um membro do corpo; e conhecer as estratégias de enfrentamento desenvolvidas pelas pessoas amputadas.

A origem deste estudo surgiu, pois se estima que no Brasil há incidência de amputação é de 13,9 por 100.000 habitantes/ano, conforme colocam Montiel, Vargas e Leal (2012). Tais dados implicam a necessidade de pesquisar sobre essa temática, haja vista que existem poucas publicações referentes ao tema. Sendo a amputação um fenômeno que acomete questões físicas e emocionais, é necessário o conhecimento aprimorado do profissional psicólogo nessa demanda para, assim, poder auxiliar as pessoas a lidarem com esse fenômeno.

Diante dos resultados obtidos por meio da pesquisa pôde ser observada a singularidade dos sujeitos para lidar com essa vivência da amputação. Diante da perda de um membro do corpo, vários sentimentos e aspectos psicológicos emergiram, e dentre os mais presentes estão: desejo de morte, inferioridade, relatos de permanência de dor no membro-fantasma anos após a amputação e a necessidade de estar sempre buscando meios para superar a deficiência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A AMPUTAÇÃO

A amputação é um fenômeno que traz consigo diversas mudanças na vida do sujeito acometido. Uma das formas de o ser humano interagir com o mundo é através de seu corpo, assim, uma amputação

pode prejudicar essa interação e trazer consequências psicológicas, fazendo com que a pessoa amputada sinta muitas vezes a necessidade de ressignificar sua vida.

Amputação é uma palavra derivada do latim, tendo o significado de *ambi* = ao redor de/em torno de, e *putatio* = podar/retirar, definida como a retirada, geralmente cirúrgica, total ou parcial de um membro do corpo, caracterizando, assim, um processo reconstrutivo de uma extremidade sem função ou com função limitada (CARVALHO, 2003).

Para Goellner e Paiva (2008), perda real de um membro do corpo é também a morte simbólica de um projeto de vida e de transformação na identidade do sujeito. A tomada de consciência sobre a amputação acontecerá com o tempo, e torna-se mais aparente quando o sujeito começa a reabilitação, na qual a realização de diversas atividades e o conforto com sua nova adaptação corporal o leva a redescobrir-se.

Sentimentos de medo diante da nova imagem corporal, receio da não aceitação dos outros e as limitações da nova realidade em razão da perda são fatores que perpassam a mente de sujeitos. Embora a amputação seja algo ocorrido no corpo físico, há questões psicológicas envolvidas, desse modo, as razões para o sucesso ou insucesso em lidar com a amputação dependem de fatores individuais e variam de caso para caso (GABARRA; CREPALDI, 2009).

2.2 O LUTO

O luto é a consequência da experiência de perda que acontece sempre que nossa vida for afetada pelo término de uma relação, de um projeto ou de um sonho. Ele significa um sofrimento emocional intenso causado pela perda, uma tristeza profunda, um processo dinâmico, individualizado e multidimensional pelo qual o indivíduo que perdeu algo significativo atravessa (SZYLIT, 2011).

O luto é uma manifestação comum em razão da ruptura de um ligamento, é uma etapa de preparação considerável, não somente no fato de morte. Caracteriza-se perda quando há interesse no que foi perdido,

o significado dessa perda vai depender da forma com que cada pessoa interpreta o fato. Nesse sentido, existem diversos elementos envolvidos na elaboração do luto, como um trauma e a não aceitação, que podem tardar esse processo.

Segundo Kovács (2008), a perda envolve diversos sentimentos e a expressão destes é essencial no processo de elaboração do luto. A inibição e a não expressão dos sentimentos podem levar o indivíduo a uma cronificação do processo de luto que pode se tornar patológico.

Diante da perda a pessoa se depara com diversas reações, portanto é necessário que o processo de luto seja respeitado e receba a devida atenção. A valorização da saúde emocional torna-se um fator ainda mais relevante, visto que o indivíduo em sua situação diária evidencia-se com a perda e o impacto que ela representa mesclando, assim, sentimentos.

Cabe ressaltar que “o enlutado tem uma tarefa dolorosa e difícil para realizar, que não pode ser evitada nem apressada. A verdadeira ajuda consiste em reconhecer o fato e permitir que ele se organize para que fique disponível para elaborar a perda.” (PARKES, 1998, p. 205).

3 METODOLOGIA

Este estudo é uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, tendo como orientação os pressupostos da fenomenologia. O objetivo desse método é descrever a estrutura total da experiência vivida e os significados que essa experiência tem para os sujeitos que a vivenciam, buscando compreender o que se apresenta.

Para coleta dos dados foi realizado um contato prévio com as pessoas indicadas para participarem da pesquisa, explicados os seus objetivos, e em seguida foi agendada entrevista. A coleta dos dados ocorreu por meio de uma entrevista semiestruturada, e os dados foram transcritos e organizados por meio de unidades de significados e analisados com base nos pressupostos que fundamentam a Gestalt-terapia.

Os sujeitos da pesquisa foram três pessoas do Oeste de Santa Catarina que sofreram amputação física em algum momento de sua vida. Com idade entre 31 e 43 anos, dois dos participantes deste estudo são do sexo masculino, e uma é do sexo feminino. Foram tomados os devidos cuidados éticos e obtida aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o número 1.629.138. Os participantes tiveram seus nomes substituídos por nomes fictícios: Pedro, Fernanda e Mario. Apresentamos os dados dos sujeitos no Quadro 1.

Quadro 1 – Dados de identificação dos colaboradores amputados

Nome	Idade	Gênero	Membro amputado	Há quanto tempo
Pedro	31	Masculino	Braço direito	6 anos
Mario	31	Masculino	Dedo indicador mão direita	12 anos
Fernanda	43	Feminino	Quatro dedos do pé direito	32 anos

Fonte: os autores.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 SENTIMENTOS DESENCADEADOS AO LIDAR COM A PERDA DE UM MEMBRO DO CORPO NO PROCESSO DE LUTO

Diante das vivências relatadas, podemos constatar que vários são os sentimentos desencadeados pela amputação. “Eu senti assim que eu preferia ter morrido, muitas vezes eu pedi que eu preferia ter morrido do que ter perdido essa parte do meu pé, na verdade faz 32 anos e eu nunca consegui assim ser 100% feliz por causa disso.” (Fernanda). Ao perceber a perda diante da amputação a pessoa sente-se muitas vezes inferior às demais. Mario revela isso ao dizer que “você se sente minimizado perto dos outros.” (informações verbais).

O apoio psicológico ao amputado e sua família se faz necessário após a perda; toda perda gera um luto, a desestruturação da família e do amputado neste momento é grande. Ela pode ser identificada por meio da fala de Fernanda, que afirmou: “não sei, porque foi uma coisa assim

que parece que foi uma morte de tanto sofrimento que causou pra nós.” (informação verbal). A valorização da saúde emocional torna-se um fator ainda mais relevante, visto que a pessoa em sua situação diária vê-se com a perda e o impacto que ela representa, mesclando, assim, os sentimentos.

Foi possível observar diante da fala de Fernanda, que no início da perda ela não expressava seu real sentimento: “Eu me fazia muito feliz, eu não tô triste, eu tô feliz, não tô triste mãe, pra mim não faz diferença, pra mim não faz falta, eu dizia, mas pra mim confortar eles, não pra me confortar, entendeu?” (informação verbal). Segundo Kovács (2008), a perda envolve diversos sentimentos, e a expressão destes é essencial no processo de elaboração do luto. A inibição e a não expressão dos sentimentos podem levar o indivíduo a uma cronificação do processo de luto que pode se tornar patológico.

O luto é um processo necessário no qual a pessoa elabora sua perda. Os estágios são: negação e isolamento; raiva; barganha; depressão; e aceitação. Essas cinco fases podem acontecer de forma aleatória em cada sujeito, nem todas são vivenciadas pelas pessoas, mas uma pessoa sempre apresentará pelo menos dois estágios (KUBLER-ROSS, 1996). Apesar de o luto ser uma manifestação da perda, o significado dessa perda vai depender da forma com que cada pessoa interpreta o fato. “Eu não passei por esse estágio da depressão, eu não cheguei por causa que, eu acredito que um pouco da depressão é um pouco da pessoa, se a pessoa fica desanimada pensando, aí eu não consigo, aí você só vai pensar coisa ruim, vai acabar entrando em depressão.” (Pedro, informação verbal).

Cabe ressaltar que “o enlutado tem uma tarefa dolorosa e difícil para realizar, que não pode ser evitada nem apressada. A verdadeira ajuda consiste em reconhecer o fato e permitir que ele se organize para que fique disponível para elaborar a perda.” (Parkes, 1998, p. 205). “No começo eu escondia, escondia bastante a minha mão, colocava uma mão sobposta a outra, porém hoje eu não me importo com isso, se a pessoa quer achar legal, quer ter minha amizade, minha companhia assim, tudo bem, se não quiser não vai mudar em nada pra mim, pra mim é assim.” (Mario, informação verbal).

4.2 AS MUDANÇAS NO PROCESSO DE READAPTAÇÃO E ADAPTAÇÃO APÓS AMPUTAÇÃO

Uma das formas de o ser humano interagir com o mundo é através de seu corpo, assim, uma amputação poderá prejudicar essa comunicação, fazendo com que a pessoa amputada se sinta muitas vezes inferior às demais, limitada a desenvolver atividades que antes realizava com facilidade. “Por se tratar de um dedo indicador que usava para várias finalidades até mesmo pra segura uma caneta pra escrever, segurar um talher, foi uma forma bem complicada essa readaptação que tive que aprender.” (Mario, informação verbal).

Segundo Benedetto (2002), a forma mais sadia de adaptação é procurar meios que satisfaçam as necessidades internas e as exigências externas do paciente amputado, reformulando formas de adaptação coerentes com a sua limitação física. Assim, Pedro revela:

você vai se adaptando a várias coisas, você vai se readaptando, tem coisas que você fazia, você não consegue mais, uma coisa simples que eu não consigo até hoje, não consegui fazer é amarrar o cadarço, já não consigo e é uma coisa simples né, é uma coisa simples de você fazer, e eu já não consigo, mas assim tem várias coisas que eu me superei muito, meu Deus do céu, eu trabalho hoje com metalúrgica, às vezes o pessoal fica me olhando, mas como que você ta trabalhando só com um braço? Falo, não, tenho que trabalhar né, não posso ficar parado, pela idade que eu tenho ficar parado é pior né, daí eu continuo trabalhando, continuo a luta né. (informação verbal).

Da mesma forma que Mario e Pedro, que a partir da mudança do corpo foram se readaptando, Fernanda relata uma melhora na readaptação após fazer uso de prótese. “Hoje depois que eu consegui a prótese eu consigo, assim, tenho mais ânimo, eu consigo vive bem melhor, claro que a prótese não supre tudo, não substitui, é que nem você resolver 50% desse problema.” (informação verbal).

Alguns dos entrevistados relataram sentir dor e/ou coceira no membro amputado. Esse fenômeno é denominado pela literatura como membro-fantasma, sendo o efeito de uma tentativa de readaptação da mente à ausência de uma parte do corpo, já que antes este era completo, ou seja, ainda há a representação do membro amputado no córtex cerebral, e conseqüentemente, a sensação corporal. Assim, a dor-fantasma no paciente amputado pode representar uma tentativa de o indivíduo sentir-se ainda intacto, negando a amputação, tardando, assim, o processo de readaptação (SCHILDER, 1994).

Podemos observar esse fenômeno nas falas de Pedro e Mario, respectivamente,

Eu tive, volta e meia eu tenho, agora faz tempo que eu não tenho coçado a palma da mão... algumas vezes coça o cotovelo, coçar o cotovelo né, é uma sensação, e pense a sensação ruim porque coça, sabe, e você coça e não sente nada.

No começo tinha muita coceira, tinha uma sensação de ainda possuir o dedo, por várias vezes sonhei com isso, e por várias vezes também vivenciei isso como se eu ainda tivesse o dedo, porém não, coçava e tudo mais, a parte mais engraçada que coçava o dedo em si, não aonde tinha a ferida, onde tava cicatrizando, só que ia coçar e não tinha o dedo, não tinha como fazer nada. (informações verbais).

Sentimentos de medo diante da nova imagem corporal, receio da não aceitação dos outros e as limitações da nova realidade em decorrência da perda são fatores que perpassam a mente de sujeitos. Embora a amputação seja algo ocorrido no corpo físico, há questões psicológicas envolvidas, desse modo, as razões para o sucesso ou insucesso em lidar com a amputação dependem de fatores individuais e variam de caso para caso (GABARRA; CREPALDI, 2009).

No caso de Fernanda, o sofrimento gerado pela amputação revela-se de tal modo perturbador: “meus filhos... cada um que nascia, eu primeira coisa que eu olhava era o pé, primeira parte do corpo que eu olhava era o pé e quando eu via que eles tinham os dedinhos perfeito eu

chorava de alegria. As coisas só mudaram um pouco depois que os meus filhos nasceram, só depois.” (informação verbal).

4.3 A SINGULARIDADE NAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO UTILIZADAS PARA LIDAR COM A PERDA

Diante de uma perda como a de um membro do corpo o sujeito acometido desenvolve estratégias de enfrentamento para lidar com a situação. Essas estratégias variam de pessoa para pessoa e atendem às necessidades dentro da singularidade de cada sujeito, uma vez que a perda gerada pela amputação é um fenômeno ímpar na vida dos que a vivenciam.

A presença de aspectos emocionais e a dificuldade em lidar com eles são revelados na entrevista de Fernanda, que chorou desde o início, e ficou claro em seu relato que uma de suas estratégias de enfrentamento é não falar sobre o assunto, o que é revelado no início de sua fala: “O processo de amputação tem pouca coisa na minha mente porque eu era criança, lembro poucos detalhes, não lembro de muita coisa.” (informação verbal). Em um primeiro momento Fernanda é reticente em falar sobre a amputação, no entanto, por ter sido criado um espaço para que ela pudesse se expressar, no decorrer da entrevista foi desvelando sua vivência.

A singularidade diante dos casos é evidente, sendo que a percepção de um indivíduo direciona a forma de enfrentamento diante de uma situação. Pedro, em seu relato, difere de Fernanda, dizendo:

Pra mim é normal sabe, eu me aceitei, me aceitei porque tem que se assim, o braço não vai mais voltar, eu uso a prótese e tudo, mas não é como se fosse o braço né, mas me aceitei assim sabe, não me vejo diferente de outras pessoas, claro que tenho falta do membro, mas eu vejo assim, procuro levar minha vida igual à de qualquer outra pessoa. (informação verbal).

Para Ramos (2002), a aceitação da amputação é uma estratégia de enfrentamento funcional, faz com que a pessoa entenda a realidade da situação.

O significado conferido à vivência da amputação direciona a pessoa a refletir sobre o problema; essa reflexão se mostrou muito presente no relato de Pedro:

Eu penso assim, às vezes eu vejo alguma coisa lá no meu trabalho e eu não consigo fazer de primeiro momento, mas eu não vou desistir de fazer, eu vou tentar de uma outra forma criar um outro jeito pra mim conseguir, e a mesma coisa que na minha vida em casa, às vezes tem muita coisa que eu penso que eu não vou conseguir fazer, mas eu vou tentar, eu vou usar mais a cabeça, às vezes acontece que você tem que usar mais a cabeça.” (informação verbal).

Segundo Ramos (2002), planejar como lidar com determinado problema e situação é uma estratégia de enfrentamento positiva, por meio da qual o sujeito consegue se superar e dar continuidade aos seus projetos.

5 CONCLUSÃO

Com esta pesquisa objetivamos contribuir com o conhecimento no campo da psicologia por meio da análise de significados a respeito da vivência de pessoas que sofreram amputação de membro do corpo em algum momento de sua vida. Foi possível conhecer como as pessoas vivenciam a amputação de um membro físico do seu corpo, bem como as mudanças vindas dessa perda, necessitando, assim, passar por um processo de adaptação e readaptação. Identificamos, também, os sentimentos dos sujeitos após a perda de um membro, ressaltando entre eles: luto, inferioridade e dor-fantasma/negação. No intuito de se adaptar a essa nova condição de vida foram identificadas nos relatos dos sujeitos as estratégias de enfrentamento utilizadas, sendo elas: negação, aceitação e planejamento.

Os resultados obtidos no presente estudo revelaram que não existe um tempo específico para elaboração do luto, e a pesquisa proporcionou compreender cada sujeito por meio de sua subjetividade na vivência da amputação de um membro. Foi observado que existem sujeitos que foram acometidos pela amputação há muito tempo, e essa perda ainda não foi aceita, tornando, assim, o processo de luto mais demorado. Em contrapartida, alguns dos participantes salientam ter superado a perda e conseguido seguir em frente por meio de estratégias.

Foi possível identificar as mudanças na vida após a perda de um membro do corpo, envolvendo nessas mudanças a necessidade de readaptação do que antes era considerado rotina. Também foram identificadas dificuldades de adaptação no início da amputação, mas com o tempo muito delas foram superadas. A utilização de prótese demonstrou ser uma mudança positiva na vida dos amputados, visto que depois da perda a prótese se tornou um apoio essencial, contribuindo para que o sujeito amputado consiga ter mais qualidade de vida interagindo com o seu meio.

No que diz respeito às estratégias de enfrentamento desenvolvidas pelas pessoas acometidas por uma amputação, elas são específicas para cada sujeito, sendo que um sujeito poderá utilizar mais de uma. Dependendo da estratégia de enfrentamento a pessoa poderá tardar o processo de aceitação, visto que a negação presente na dor fantasma é uma dessas estratégias. No entanto, quando a pessoa aceita a situação e não foca sua existência somente no pesar da perda, ela consegue seguir em frente ressignificando sua vida.

Assim, os resultados desta pesquisa ressaltam a importância do apoio psicológico na reabilitação dos pacientes com amputação em qualquer membro do corpo, no sentido de articular estratégias de enfrentamento mais adaptativas, consequentemente, contribuindo para a diminuição de sentimentos negativos e auxiliando na criação de estratégias de enfrentamento dos sentimentos decorrentes dessa nova condição.

REFERÊNCIAS

BENEDETTO, K. M. Reintegração corporal em pacientes amputados e a dor-fantasma. **Acta Fisiátria**, 2002.

CARVALHO, J. A. **Amputações de membros inferiores**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2003.

GABARRA, L. M.; CREPALDI, M. A. Aspectos psicológicos da cirurgia de amputação. **Aletheia**, n. 30, 2009.

GOELLNER, S. V.; PAIVA, L. L. Reinventando a vida: um estudo qualitativo sobre os significados culturais atribuídos à reconstrução corporal de amputados mediante a protetização. **Interface**, Botucatu, v. 12, n. 26, 2008.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Morte e desenvolvimento humano**. 5. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

MONTIEL, A.; VARGAS, M. A. O.; LEAL, S. M. C. Caracterização de pessoas submetidas a amputação. **Enfermagem em Foco**, v. 3, n. 4, 2012.

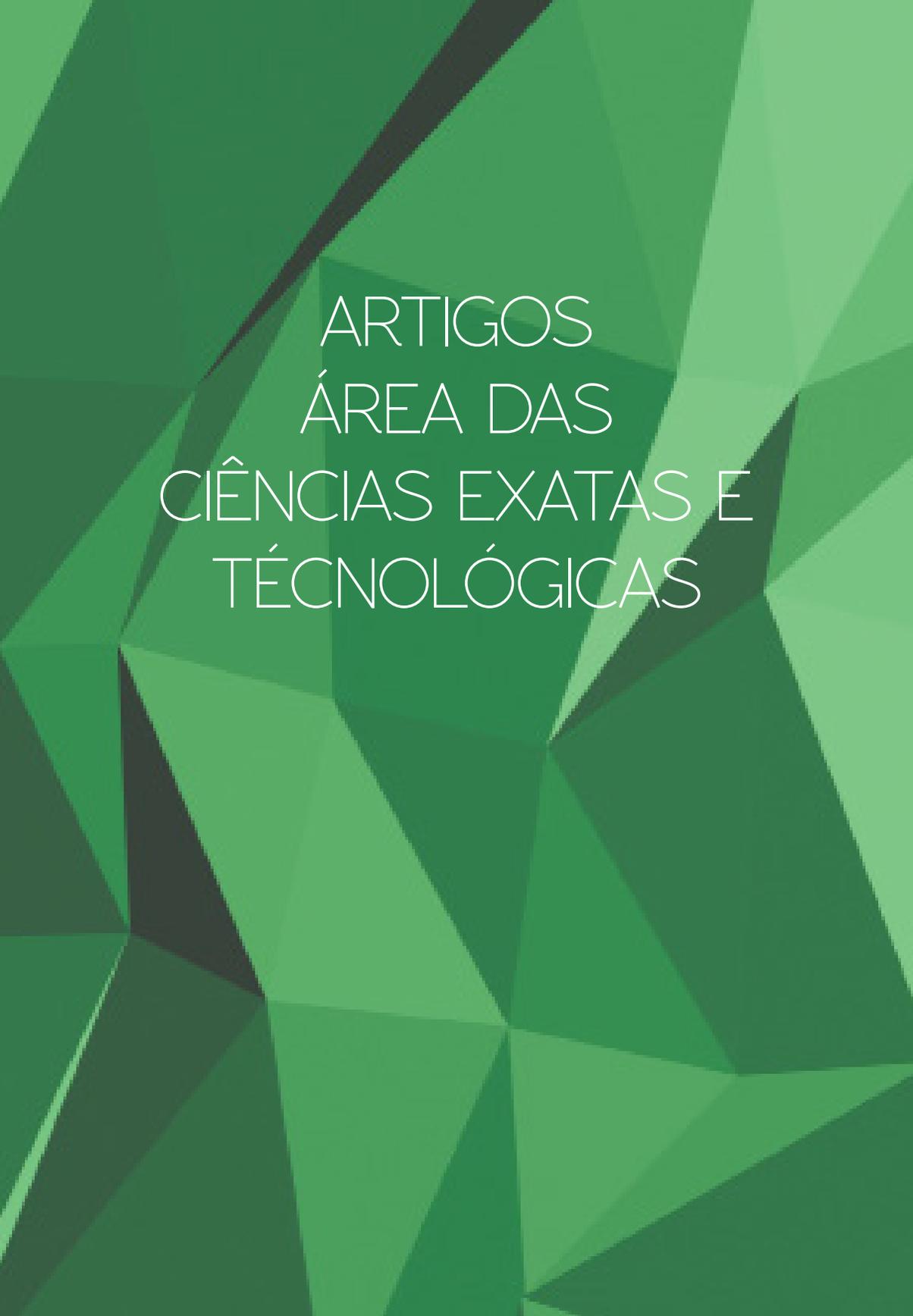
PARKES, C. M. **Luto**: estudos sobre a perda na vida adulta. São Paulo: Summus, 1998.

RAMOS, C. S. M. **Dependência funcional, morbidade psicológica, sintomatologia traumática, Coping e satisfação coma vida em amputados do membro inferior**. 2012. 51 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2012.

ROSS, K. E. **Sobre a morte e o morrer**: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiros, religiosos e aos seus próprios parentes. Tradução Paulo Menezes. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANCHEZ, Z. van der M.; NAPPO, S. A. Seqüência de drogas consumidas por usuários de crack e fatores interferentes. **Revista Saúde Pública**, v. 36, n. 4, p. 420-430, 2002.

SHILDER, P. **A imagem do corpo**: as energias construtivas da psique. São Paulo. Martins Fontes, 1994.



ARTIGOS
ÁREA DAS
CIÊNCIAS EXATAS E
TÉCNOLÓGICAS

DESAFIO NACIONAL DO PLANEJAMENTO URBANO EM MEIO À URBANIZAÇÃO DESREGRADA – IMPACTOS E MEDIDAS TOMADAS NA CIDADE DE CHAPECÓ, SANTA CATARINA

Larissa Menegatti¹
André Luiz Lorenzoni²
Márcia Regina Sartori Damo³

RESUMO

Em meio a uma sociedade que testemunha um processo de globalização generalizada e, contudo, desregrada, a investigação a respeito da importância nacional contida no planejamento urbano mostra-se como uma questão atual e de grande relevância nas cidades pelo Brasil, pois, considerando os impactos e resultados que a ausência de tal planejamento produz, tem-se evidências de cidades debilitadas urbanisticamente, parelho ao subsídio ineficaz à qualidade de vida da população. Com este trabalho buscou-se estudar a malha urbana e ver como o planejamento urbano tem influência no contexto de uma cidade e principalmente de sua população com a necessidade de trabalhar lado a lado com as políticas públicas, resultando em qualidade de vida para todos, de forma igualitária e organizada. Em conjunto ao papel do profissional de Arquitetura e Urbanismo nesse meio, em que planejar e traçar cada fase do processo se refere à organização de uma cidade é uma de suas responsabilidades. Tomando como unidade de análise o Município de Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, o objetivo com este artigo foi elaborar, por meio de uma pesquisa explicativa registrando fatos, analisando-os, interpretando-os e identificando suas causas, uma revisão bibliográfica visando estudar as

¹ Professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; menegatti.dc@gmail.com

² Mestre em História e Doutorando em Estudos Linguísticos – Análise de Discurso pela Universidade Federal de Santa Maria; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina; andre.lorenzoni@unoesc.edu.br

³ Doutora em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina; Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; marcia.damo@unoesc.edu.br

fases que compreendem a ideia e a fundamentação de um planejamento urbano, utilizando uma abordagem de caráter qualitativo, especificamente aplicada à responsabilidade que um arquiteto e urbanista carrega nesse meio, não obstante o papel crucial que um plano diretor representa, para que haja o correto planejamento, traçado e desenvolvimento, em sentido de contemplar aspectos básicos e imprescindíveis no urbanismo (funcionalidade, sustentabilidade e qualidade de vida). Portanto, nesta pesquisa aborda-se o método do estudo de caso com o Município de Chapecó, localizado no Oeste de Santa Catarina, que vem passando por uma urbanização eloquente e que tem adotado medidas para o controle da dinâmica urbanística.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Urbanização desregrada. Bem-estar. Funcionalidade.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Dicionário Aurélio (2010), a definição de urbano tem origem no Latim, “urbanus” que significa “pertencente à cidade”. O meio urbano compreende tudo aquilo que está relacionado, associado e concatenado com a vida na cidade, bem como com os indivíduos que nela habitam. Quando se fala do Brasil, no que se refere ao processo urbanístico, ele teve sua origem na industrialização – final do século XIX, em que se tornou seletivo e desintegrador de classes dividindo socialmente a população de forma econômica. Atualmente, em pleno século XXI, o Brasil se constitui de urbanizações extensivas sem planejamento urbano ou legislações de caráter disfuncionais à população.

Diante de um meio urbano com características de um País emergente, onde a cada ano cresce exponencialmente sua população e demandas públicas, percebe-se no Brasil a manifestação de vícios de um planejamento urbano disfuncional (SANTOS, 1993), no qual, entre suas características primordiais se destacam cidades fragmentadas e excludentes, selecionando uma parcela de privilegiados. Também prevalece certo individualismo, o qual produz contextos de antissociabilidade que questionam, por sua vez, a cidade contemporânea cooperando na produção

de agentes supressores mecanizados que tendem a repetir erros de forma desconexa a qualquer planejamento urbano embasado e bem-organizado.

Explorando integralmente o assunto, é perceptível a raiz do problema: quais prioridades são ponto de partida de cada planejamento urbano? O fato de que as pessoas dependem de suas casas para descansar, preparar sua alimentação e viver evidencia as funções básicas que todos compartilhamos, como bem-estar, saúde, lazer e segurança. Portanto, em sua maioria, necessitam estar protegidas por um teto. Mas essa não é a prioridade de todas as pessoas no seu dia a dia; a população mais pobre, por exemplo, não tem condições de adquirir casa própria ou mesmo pagar aluguéis exorbitantes, então, desloca-se para as periferias das cidades onde consegue construir suas habitações de forma irregular sem planejamento algum, simultâneo à ausência do meio funcional necessário para constituir uma cidade integradora e funcional.

Então, uma vez que possui moradias, surgem outros problemas como a ausência de tópicos fundamentais, como segurança, saneamento básico e saúde. Essa situação leva essa parcela da sociedade a se tornar frágil e insegura, e quando encontra uma ajuda relacionada à moradia é realocada, em sua maioria, nos extremos do tecido urbano, totalmente fora do perímetro que engloba o planejamento da cidade em questão. Esses problemas se tornam lados de uma balança que ainda não encontra estabilidade e/ou igualdade.

É nesse mesmo sentido que Le Corbusier (1993) afirma que “[...] altas densidades significam o mal-estar e a doença em estado permanente”, pois para se viver com certa qualidade de vida nas áreas urbanas são necessárias algumas condicionantes específicas que estão conectadas a um dos principais problemas que surgem em meio ao aglomerado das cidades brasileiras, definido pela profunda desigualdade de distribuição de subsídios necessários à vida coletiva.

É em razão dessa defasagem em assegurar que o planejamento urbano atinja a todos, e não apenas o centro da cidade e bairros de alto padrão social, que as políticas públicas necessitam chegar de forma

igualitária, evidenciando que o resultado dessa adversidade faz surgir outros problemas; tudo isso distancia os sujeitos e segrega os meios urbanos.

Pontua-se que as políticas de bem-estar coletivo devem ser tratadas como políticas públicas, pois garantem as manutenções dos direitos mínimos do cidadão, uma vez que toda a sociedade deveria assegurar (*Welfare State*⁴). Portanto, como consequência de toda segregação e má-organização da malha urbana, intensificam-se e exemplificam-se os problemas da atual urbanização: excessiva verticalização nas áreas centrais e vasta horizontalização das periferias urbanas, distanciando-se desses princípios de bem-estar social. Por fim, neste trabalho demonstra-se a importância de se investigar o planejamento urbano atual em busca de melhor traçar um plano diretor com soluções e funções, que corresponda verdadeiramente às necessidades coletivas de uma cidade. A necessidade de trabalhar lado a lado, o planejamento urbano e as políticas públicas resultam em qualidade de vida para todos, de forma igualitária e organizada.

2 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E NASCIMENTO DO PLANEJAMENTO URBANO

A partir de uma historiografia da arquitetura e do urbanismo, de escritos de autores da área e de experiências do Movimento Moderno e das resoluções dos CIAM,⁵ as interpretações levaram os meios urbanos contemporâneos a confiarem as novas formas de planejar as caóticas cidades das mãos dos profissionais da arquitetura e do urbanismo (PEREIRA, 2008). Esse planejamento seguiu os passos inicialmente do idealismo modernista e posteriormente, com a Carta de Atenas (1933) definiram-se os princípios técnicos para a organização e a fundamentação das cidades:

⁴ *Welfare State*: Estado do bem-estar. Os termos basicamente são para designar o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

⁵ O Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM) é uma organização responsável por eventos realizados pelos principais nomes da arquitetura moderna internacional a fim de discutir os vários domínios da arquitetura.

Trata-se de propor uma cidade que funcione adequadamente para o conjunto de sua população, distribuindo entre todos as possibilidades de bem-estar decorrentes dos avanços técnicos; semelhante objetivo supunha, evidentemente, alternativas políticas muito precisas, ainda que utópicas para a etapa histórica então em curso na cidade em questão [...]

Posteriormente, seguindo as perspectivas desses princípios citados, o tempo evidenciou que as cidades mudam seus contextos estéticos e funcionais ao longo do tempo, contudo, a persistência dos dilemas sociais apenas alterna de grau e intensidade; toda cidade brasileira expressa problemas urbanísticos equivalentes, independente de seu campo de expansão territorial ou atividade econômica predominante, tornando, assim, encargo do planejamento urbano prover soluções a esses condicionantes.

Então, conclui-se que o processo de planejamento urbano pode ser definido como o ato de transformar uma necessidade de um conjunto de pessoa em um projeto urbano palpável, acessível e funcional. Como bem ressalta Abreu (2001):

O planejamento urbano é definido na arte de ações e atividades a fim de criar-se possibilidade para o uso, gerenciamento e forma de assentamento das partes significantes. Cada planejamento urbano, assim como em conjunto, seu plano diretor terá suas próprias características de traçados, funcionalidades e diretrizes no processo para a realização das soluções urbanas, respeitando as características individuais de cada cidade no processo organizacional e os fatores ambientais da localidade e inserção urbana seguindo meios sustentáveis e legais.

E nesse contexto, ainda, que em *A urbanização brasileira*, de 1993, livro de grande referência a estudos envolvendo o meio urbano, Milton Santos pontuou que: “A arquitetura moderna deve ser uma busca de alternativas a nível de planejamento urbano.” (SANTOS, 1993, p. 101). Atualmente, este está definido como uma série de levantamentos, estudos e de legislações relacionadas à ideia de função coletiva e de bem-estar universal para uma cidade. Então são claras as problemáticas

e as condicionantes enfrentadas por urbanizações com ausência de um planejamento, já citadas neste artigo, e também são evidentes e pertinentes os vetores que podem mudar essa realidade. É necessária e atenuante a urgência com que a busca por pensar uma cidade funcional deve ser assegurada a todos; de forma coesa e acessível o planejamento urbano deve ter impacto positivo nas cidades.

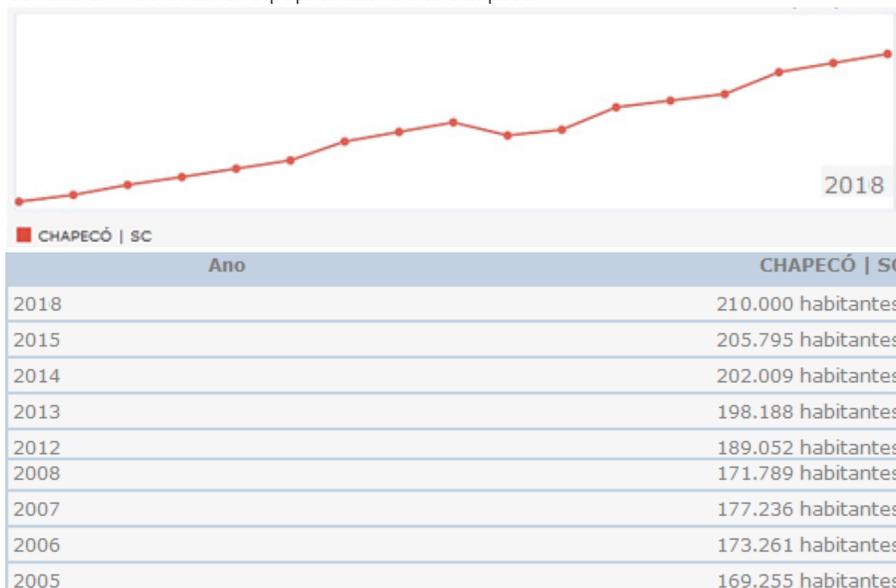
3 MORFOLOGIA URBANA E DINÂMICA TERRITORIAL DA CIDADE DE CHAPECÓ, SC

O processo morfológico de Chapecó, localizado ao Oeste de Santa Catarina, caminhou junto à dinâmica territorial traçada do Município. Segundo o IBGE (2017), no ano 1980 contabilizou-se, entre os 100 municípios que possuíam o número de 603,379 habitantes, uma média de 6,033 habitantes por município no Estado de Santa Catarina. A média de moradores hoje em dia aumentou para 99,696 habitantes em relação à tipologia regional. No comparativo entre os intervalos extremos de dados levantados, tem-se um aumento médio de 141,06% nas taxas de crescimento populacional estadual (IBGE, 2017).

Segundo a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), seguindo essa tipologia, enquadra-se apenas o Município de Chapecó em todo o Estado, com o marco de aproximadamente 210.000 habitantes (IBGE, 2017). Representa 61,22% desse total demográfico da região, o que evidenciou um crescimento exponencial do meio urbano, causando um desequilíbrio em relação ao planejamento urbano da Cidade.

Sendo expressivo a tamanha mobilidade regional, o Oeste de Santa Catarina se estruturou com sua população contabilizando, em menos de um ano de residência ininterrupta, 16,913 habitantes, desses, 15,131 concentravam-se em Chapecó. A população com menos de um ano de permanência em Chapecó representava 1,509, ou seja 9,97% daqueles que efetivamente vieram oriundos da mobilidade regional. (BERNARDY, 2008, p. 155).

Gráfico 1 – Crescimento populacional em Chapecó



Fonte: IBGE (2017).

Com esses dados, vemos que o crescimento exponencial e contínuo do Município se mantém em níveis esperados (Gráfico 1), o que auxilia o controle da configuração ao qual o planejamento urbano se adequa a cada cenário vigente. Foi em razão dessa condicionante que surgiu a necessidade de abrigar a população e expandir o meio urbano, então o Município desenvolveu um Plano Diretor para Chapecó, em novembro de 2014. De forma específica, a Prefeitura Municipal analisou os locais previstos para os atuais e futuros projetos incluídos na cidade, zoneando de forma funcional as partes constituintes da malha urbana. Após observar também a tendência do crescimento urbano e a minimização das áreas rurais, criou um conjunto de ações para o Poder Público municipal seguir caso venha a coibir a ocupação em áreas não previstas no planejamento urbano.

As análises e discussões realizadas no estudo demonstram que o acentuado crescimento territorial urbano de Chapecó, que atualmente ocorre de forma gradativa, foi o condicionante pertinente e necessário

para o ponto de partida da elaboração do planejamento urbano, e por conluente seu plano diretor atual, regendo as necessidades e funções sociais do Município e a morfologia territorial da cidade em cada fase urbana.

4 PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DIANTE DAS MEDIDAS TOMADAS NA CIDADE DE CHAPECÓ, SC

A expansão urbana das cidades brasileiras ocorreu de forma difusa; foi de maneira contínua que se configurou o atual tipo de cidade contemporânea. Estas são caracterizada pela setorização, fragmentação e dispersão social, sendo constantes e notórios os grandes vazios encontrados entre a malha urbana e as novas ocupações espaciais, seguindo suas diferentes funções, isso sem progressão junto a um planejamento urbano.

Porém, essa realidade já se desenhava desde os anos 1960, quando se iniciam as construções dos grandes conjuntos habitacionais nas cidades brasileiras em diferentes escalas, cujo papel destes se tornará um dos contextos e realidades mais comuns nas cidades brasileiras atuais, e posteriormente o setor mais debilitado no que se refere à assistência técnica e à disponibilidade de planejamento urbano.

Os processos de urbanização apresentaram particularidades, contudo, uma tendência geral se apresenta nas dinâmicas das grandes metrópoles, onde o período de rápido crescimento das cidades gerou sérias consequências sociais, destacando-se a precariedade da habitação para todos. Em todas as cidades se ressalta que mesmo com planejamento, tende-se ao vício em deixar principalmente as periferias da cidade em segundo plano, causando outros dilemas sociais inquietantes como os anteriormente citados neste texto, em que os serviços de infraestrutura e funcionalidade, assim como igualdade de subsídios são deficientes para essa parcela da população.

Segundo levantamentos de dados nacionais, essa fragmentação ocorre com a setorização desde bairros em cidades até territórios entre estados; a história da urbanização brasileira, em conjunto com a expansão

das cidades é marcada pela apropriação irregular de grandes loteamentos na malha urbana. Esse condicionante se caracteriza, em suma, por não obedecer à legislação que discorre acerca do parcelamento do solo.

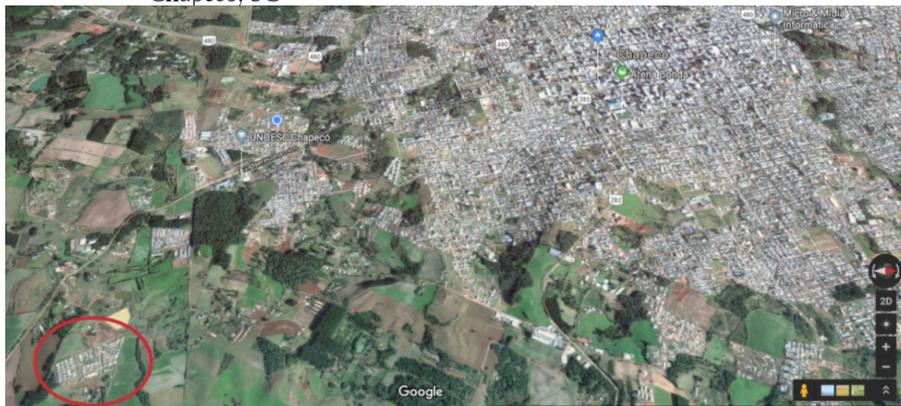
Art. 2º. O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes. § 1º - Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes. § 2º - considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes. (BRASIL, 1979).

Nesse sentido, tem-se a periferização da cidade produzida pelo Estado por meio da construção dos conjuntos habitacionais e, ainda, a produção da cidade a partir da ação dos incorporadores imobiliários que constroem os loteamentos fechados voltados à população mais rica, que optam por viver em áreas fechadas e separadas do restante da cidade. Esse cenário acaba aguçando a fragmentação da cidade, criando um contexto segregatório e disfuncional da cidade e da população residente.

Evidenciando esse problema, pontua-se que a forma de habitar uma cidade se tornou característica principal de um projeto urbano; na cidade de Chapecó essa adversidade urbana é visível e faz parte do cenário urbano do Município. O loteamento denominado Monte Castelo, localizado no Bairro Seminário, foi entregue no ano 2012 para atender a uma parcela da população mais carente como solução do problema social de moradia popular que a Cidade enfrentará. É importante salientar que foi o segundo loteamento com interesse social executado em Chapecó dentro do Programa Federal “Minha Casa Minha Vida”, o que demonstra uma persistência e desatenção quanto ao erro em questão. O complexo conta com capacidade de atender a 472 famílias, com 96 apartamentos distribuídos em 12 blocos. O que tinha caráter de plano urbano, tornou-se

parte de um ato segregatório e expressivo no desenho do traçado urbano da capital do Oeste de Santa Catarina.

Imagem 1 – Loteamento Monte Castelo, localização referente ao entorno urbano de Chapecó, SC



Fonte: Portal SC (2017).

Nessa perspectiva, atenua-se, então, duas problemáticas que se destacam nesse projeto urbano de habitação implementado no traçado de Chapecó: isolamento e exclusão urbana, pela localização e entorno (Fotografia 1) despreparados com a falta de infraestrutura. Em razão de um projeto maltraçado e não pensado ao público-alvo, o loteamento se tornou um marco da disfunção de soluções sem impacto positivo em vidas que necessitam do subsídio público. Pondera-se, como ressalta o arquiteto Alejandro Aravena, que a “anteriormente a qualquer planejamento urbano funcional, a relação projeto e comunidade tem que ser estabelecida e estar conectada e próximas, respeitando cada limite e papel designado aos dois lados” (informação verbal), para assim construir algo consistente e satisfatório.

Observa-se que o Loteamento Monte Castelo fica cerca de 7 km do centro de Chapecó e não possui unidades de assistência básicas de saúde aos moradores da localidade. A proposta de planejamento e localização das unidades de moradia foi implementada de forma extremamente fora da rota urbana e distante de todos os recursos básicos, visto que é

dever do governo assegurar proximidade considerável a posto de saúde, farmácia, segurança pública, bombeiros, colégios públicos e creches, área de convívio coletivo e transporte público de qualidade.

Portanto, não é somente a distância das convenções de um meio urbano, o problema está relacionado com a constante e previsível tendência de crescimento populacional e conseqüentemente com o descaso com áreas de interesse social ou irregulares quando essa problemática vem à tona. É de obrigação pública prever que a cidade permanecerá a crescer e caso venha a coibir a ocupação em áreas não previstas no Plano Diretor, deve permanecer fomentando subsídios e amparo urbano a toda a população. Torna-se, então, papel dos agentes sociais territoriais, em conjunto com arquitetos e urbanistas, assegurar que de forma democrática e coesa esse problema sempre terá atenção e planejamento durante todo o processo de formação e crescimento das cidades.

5 PAPEL DO ARQUITETO E URBANISTA

É de caráter preocupante destacar a centralidade do poder nas mãos de poucos; este se torna um dos agravantes pelos quais a reforma agrária e o planejamento urbano enfrentem tantos contratempos para atingir sua concretização e funcionalidade nas cidades brasileiras. Apesar das melhorias nas condições de vida dos trabalhadores em termos salariais e de consumo desde o início do século XXI, as questões estruturais de moradia, mobilidade e saneamento básico não foram resolvidas ou sequer tomadas como principal problemática urbana em algumas cidades.

Em diferentes contextos, as cidades possuem problemas e para que estes sejam resolvidos da melhor forma se faz necessária a atuação de arquitetos/urbanistas cuja função está no cumprimento de seu papel fundamental na formação das cidades e da sua reconfiguração recorrente no planejamento urbano.

A Arquitetura e o Urbanismo servem às pessoas desde o berço ao túmulo, elas nascem em maternidades, moram em

casas, estudam em escolas, frequentam restaurantes, veem peças no teatro, torcem nos estádios e, assim, graças à estas, sempre têm os cenários corretos para as várias fases de suas vidas. O destino que construímos para o homem definirá o destino da cidade. (LOPES, 2012, p. 47).

Conclui-se que os profissionais da arquitetura e do urbanismo dispõem, então, das condicionantes básicas para a criação de planejamentos urbanos mais eficientes, em que as famílias possam viver confortavelmente e também contar com os equipamentos urbanos que promovam desenvolvimento social mais igualitário, como o plano diretor. A comunidade é o fator principal, diretamente atingido pela composição e distribuição do meio urbano. Vale ressaltar que os arquitetos não são os únicos profissionais que enfrentam problemas habitacionais e sociais de hoje; por isso, devem somar-se outros especialistas também empenhados no aparelhamento do cenário urbano caótico construído (BENÉVOLO, 2004) dentro do contexto de cada cidade contemporânea brasileira.

Em toda parte não convém que as cidades, e sobretudo as grandes metrópoles, ocupem, de modo geral, vastas superfícies entremeadas de enormes vazios. Exige-se do arquiteto e urbanista que se debruce sobre sua cidade, compromissado com sua forma, seu conteúdo, sua população, encarando suas contradições não como defeitos, mas como contextos propostos, que encare sua tarefa de projetar e reorganizar seus espaços com responsabilidade social, mais que individual. Por sua vez, o arquiteto deve exigir do Estado uma definição de uma política cultural de modo compatível com os anseios de participação da sociedade brasileira, como única forma de assegurar o atendimento de seus legítimos interesses e necessidades. Essa política não se legitimará se não incluir as questões atenuantes à produção arquitetônica brasileira, em todos os níveis e modalidades, da simples concepção de uma moradia popular, passando por um complexo loteamento de uso coletivo e culminando com o planejamento e implantação de um projeto urbanístico que satisfaça às exigências culturais, tecnológicas e sociais das gerações presente e futuras (MARICATO, 2015) de uma cidade.

6 METODOLOGIA ADOTADA – REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Para que fosse possível identificar cada parte que compõe um processo de planejamento urbano foram consideradas bibliografias e artigos que explanavam acerca do tema, assim como a técnica da coleta de informações, seguindo fontes de dados. O processo de estudo foi desenvolvido por meio da análise de como se constitui a ideia de planejar uma cidade, por meio de escritos, dados e pesquisas já desenvolvidas na área em conjunto com os pontos que eram salientados como primordiais e fundamentais, explanando uma abordagem qualitativa. Em conjunto, utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo qualitativo, integrando a técnica de estatística descritiva com quadros sintéticos e mapas mentais. Foi realizado um apanhado básico de diretrizes, seguindo o exemplo apresentado do Município de Chapecó, SC, analisando dados no perímetro urbano do Município e identificando quais medidas foram adotadas por este para controlar os impactos de uma urbanização desregrada e seu método adquirido de planejamento urbano.

7 CONCLUSÃO

A partir da bibliografia estudada acerca do planejamento urbano bem como das análises de coleta de informações seguindo fontes de dados, a metodologia de análise de conteúdo qualitativo conclui que: em relação aos modelos de referência para que se projete um plano diretor de qualidade para todos e funcional, é necessário elaborar um estudo das problemáticas compreendidas no processo de planejamento, organização e traçado urbano dentro do contexto de cada cidade, em especial dando atenção aos problemas sociais, solucionando, assim, o cenário de urbanização desregrada e segregatório junto à penúria da parte do Governo e do Estado.

A intenção com este artigo foi construir uma linha de pensamento acerca de como pensar e construir no presente um futuro

desejável, democrático e justo para as cidades, fazendo um diagnóstico de como hoje as políticas públicas são capazes de enfrentar os desafios de cidades crescentes demograficamente, atravessadas pelas contradições da globalização capitalista contemporânea.

É importante enfatizar que é possível identificar muitos problemas urbanos atuais. Como a segregação de classes é bastante recorrente em razão do fato de setormos inadequadamente nossas cidades, condena-se uma parcela da população a viver com a ausência de subsídios mínimos a uma qualidade de vida, o que se distancia da função social do planejamento urbano. O levantamento realizado ressaltou a necessidade de encarmos a cidade para todos, assim como a importância de se acompanhar a urbanização contando com profissionais os quais desde arquitetos e urbanistas até outras profissões se fazem fundamentais para um convívio social benigno e funcional, assim como a importância do fluxo de informações entre as etapas discutidas. Tudo isso se torna responsável pelo resultado satisfatório ao final do planejamento urbano, e, contudo, de um plano diretor completo.

Por fim, este presente artigo gera um debate sobre esse momento pertinente de democratização do poder e acesso sobre os processos socioambientais de urbanização nas cidades, confiados nas mãos das autoridades, profissionais junto à população. Apresenta-se, aqui, um olhar crítico sobre a necessidade da inserção competitiva urbanística para pressionar as cidades a se transformarem em espaços de disputas capitalistas e segregacionistas. Assim, os estudos e buscas por cidades funcionais e para todos devem ser constantes, pensando sempre no aperfeiçoamento, sustentabilidade e bem-estar social, para que de alguma forma se chegue perto do que seria uma sociedade justa, igualitária, bem-planejada e funcional para toda a população de uma cidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente:UNESP, 2001.

BENÉVOLO, L. **Cidade e o arquiteto**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BERNARDY, R. J. **Território, planejamento e gestão**: um estudo do Oeste Catarinense a partir da região da AMOSC. Chapecó: FIE, 2008.

BRASIL. Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1979.

IBGE. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. São Paulo: Ed. USP, 1993.

MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expresso Popular, 2015.

PEREIRA, E. M. **Planejamento urbano no Brasil**: conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2008.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, W. G. dos. **As razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

INTERFACE E USUÁRIOS. UM ESTUDO DE CASO DA INTERFACE DO SOFTWARE QUANTUM SERVER

Saimom Henrique Basso¹
Jean Carlos Hennrichs²

RESUMO

Técnicas e métricas disseminadas pelo estudo de Interação Humano-Computador (IHC) possibilitam a realização de avaliação de ergonomia e usabilidade na interface de sistemas computacionais. O software Quantum Server é responsável pela integração entre as informações providas por softwares móveis e o sistema de gestão da empresa contratante; o Quantum Server possui a mesma interface visual há mais de 17 anos, além de possuir uma estrutura de agrupamento de informações e funcionalidades que levam à perda de produtividade na execução das tarefas por parte do usuário. Nesse sentido, o objetivo com este trabalho foi o de avaliar a ergonomia e usabilidade da interface principal do sistema Quantum Server e propor uma nova interface visual para ele e para os seus menus de acesso. De natureza aplicada o estudo teve a abordagem qualitativa acerca da coleta e definição dos dados analisados. Os dados foram coletados por meio de questionários de avaliação com foco diretamente no usuário, o que permitiu estabelecer definições acerca das dificuldades encontradas pelo usuário no dia a dia durante sua interação com o sistema. Buscou-se identificar uma nova organização para as funcionalidades e informações disponíveis no sistema, e para isso foram utilizadas algumas heurísticas de avaliação na interface inicial, que aliadas à utilização de técnicas como classificação de cartões e prototipação de interfaces por meio de *wireframes*, gerou resultados significativos na melhoria da ergonomia e satisfação do usuário com a interface do sistema Quantum Server.

Palavras-chave: Ergonomia. Usabilidade. *Card Sorting*.

¹ Bacharel em Sistemas de Informação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; saimombasso@hotmail.com

² Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Especialista em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; jean.hennrichs@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que com o passar do tempo as aplicações computacionais sofreram algumas mudanças, o usuário recebeu uma atenção muito maior quando se fala em usabilidade das ferramentas. As aplicações há algum tempo eram desenvolvidas pensando apenas nas funcionalidades e, dessa forma, deixavam muitas vezes de lado diversos fatores ligados à satisfação e ao bem-estar do usuário durante o seu processo de realização das tarefas e interações com a aplicação utilizada.

Com toda a evolução da tecnologia nos mais variados campos de sua atuação, a área de Interação Humano-Computador (IHC) agregou muito mais características. Não somente organizou as funcionalidades das aplicações, mas pôde analisar e contribuir com melhoria da satisfação do usuário e também seu processo de aprendizado, tornando-o prático e efetivo durante a manutenção das informações no sistema.

Com mais de 17 anos desde sua criação, o sistema Quantum Server permaneceu com a mesma interface visual e estrutura de agrupamento de informações e funcionalidades. O estudo realizado buscou, por meio da execução de técnicas como formulários de avaliação aos participantes, classificação de cartões e *wireframes*, identificar as maiores dificuldades enfrentadas pelos usuários na utilização da interface do sistema.

No decorrer do presente documento são apresentadas as métricas e técnicas utilizadas durante cada uma das etapas de coleta e análise dos dados obtidos por meio de formulários de avaliação heurística, que aliados à técnica de classificação de cartões e prototipação de interface puderam contribuir tanto com a identificação quanto com a melhoria de problemas de usabilidade ligados à interface inicial ao presente estudo. Os resultados apresentados servem como sugestão para melhorias a serem desenvolvidas futuramente na aplicação.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta etapa são abordados aspectos de relevância bibliográfica fundamentais para a caracterização do estudo quanto à natureza da pesquisa realizada.

Os avanços tecnológicos obtidos com a realização de estudos voltados ao bem-estar do usuário tiveram papel crucial na identificação de novas necessidades relacionadas aos usuários e suas interações nas mais diversas aplicações computacionais, estas que, por sua vez, encontram-se disponíveis abrangendo as mais variadas áreas do conhecimento humano.

De caráter multidisciplinar, a IHC engloba conhecimentos e técnicas de outras áreas, como, por exemplo, a Psicologia, a fim de tentar explicar como um indivíduo reagirá ao interagir como um sistema computacional. Para elaborar o design gráfico de uma interface, a IHC pode fazer uso das técnicas empregadas nas áreas de Design, Linguística, Semiótica e Ergonomia (BARBOSA; SILVA, 2010). O objetivo de IHC é propiciar o desenvolvimento de sistemas mais amigáveis e úteis, e prover aos usuários experiências, ajustando seus conhecimentos e objetivos específicos (ZUASNÁBAR; GERMANO; CUNHA, 2003).

Contudo, o estudo da satisfação do usuário tornou-se indispensável durante o processo de desenvolvimento de aplicações computacionais; os usuários mais do que nunca passaram a interagir, comunicar-se e aprender por meio dessas ferramentas e o estudo da IHC proporcionou que eles fossem aproximados de todo o contexto virtual das aplicações e dos benefícios oferecidos pela tecnologia em sua vida. O usuário é o objeto que sofre os impactos do desenvolvimento das interfaces e também é o responsável por gerar as interações e manutenções das informações no sistema.

Um dos significados para o termo usuário foi definido por Ferreira (2010) como a pessoa que faz uso do computador, programas, sistemas ou serviços informáticos. Assim, Leulier, Bastien e Scapin (1998) complementam que os usuários possuem características e necessidades distintas, podem ser classificados em experientes e inexperientes.

Todos os usuários de maneira geral possuem necessidades “especiais” em relação ao sistema, algumas precisam de mais trabalho e atenção para serem alcançadas, mesmo assim não são menos importantes, visto o papel fundamental que o usuário possui em relação ao sistema. Ao longo de anos pesquisas buscaram avaliar parâmetros relacionados ao usuário e à qualidade de sua interação com ferramentas e aplicações computacionais em geral; tais estudos puderam definir a união entre esses parâmetros como usabilidade.

Nielsen e Molich (1995) consideram que a usabilidade é um atributo de qualidade que avalia quão fácil uma interface é de ser utilizada, também apontam cinco componentes de avaliação de qualidade em usabilidade: fácil aprendizado; eficiência; fácil memorização; poucos erros e satisfação.

Na visão abordada pela Organização Internacional de Normalização, ISO 9241-11 (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE NORMALIZAÇÃO, 1998), a usabilidade é atribuída como a medida na qual um produto pode ser usado por usuários específicos, para alcançar objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação, em um contexto específico de uso. Em análise a visão de Jordan (1998) a usabilidade é uma propriedade de interação entre um produto, um usuário e a tarefa que se está tentando completar.

Independente de todas as definições atribuídas à usabilidade é notável a importância de sua presença no desenvolvimento de qualquer processo de interação entre o homem e a máquina; a busca pela obtenção desse fator tão importante mudou a forma como as pessoas veem e realizam processos e tarefas no seu dia a dia. Para saber se uma determinada aplicação proporciona uma boa experiência de uso a seu usuário, é necessário estudar o processo de interação realizado por ele, bem como a forma como as informações estão disponíveis. Esse estudo é conhecido como avaliação de usabilidade e busca, por de algumas técnicas e métricas, mensurar a qualidade de uso relacionada à aplicação estudada.

Nielsen e Molich (1995) afirmaram que a avaliação de usabilidade é um método de inspeção que tem como propósito a análise do fluxo de

interação, necessário para iniciar e completar tarefas reais. Por meio de Nielsen e Molich (1995), foram estabelecidas 10 heurísticas que buscam nortear a avaliação de usabilidade em interfaces: visibilidade do status do sistema; jogo entre o sistema e o mundo real; controle do usuário e da liberdade; consistência e padrões; prevenção de erro; reconhecimento em vez de recordação; flexibilidade e eficiência de uso; estética e design minimalista; ajuda aos usuários a reconhecer, diagnóstico e recuperação de erros; e ajuda e documentação.

De maneira geral a avaliação de usabilidade é essencial para a identificação e melhoria de parâmetros relacionados à satisfação, produtividade e bem-estar do usuário durante seu processo de desenvolvimento de qualquer tarefa ou atividade relacionada ao produto em uso. Os métodos utilizados na realização da avaliação de usabilidade podem variar de acordo com a abordagem que se deseja utilizar durante o processo de coleta e análise dos dados; a utilização de determinado método pode variar também de acordo com a fase em que o produto avaliado se encontra disponível.

Mack e Nielsen (1994) descrevem que a avaliação analítica ou por inspeção é utilizada geralmente para buscar problemas de usabilidade em um projeto de interface existente e analisar esses problemas com vistas a fazer recomendações para consertá-los, e assim melhorar a usabilidade do projeto. Esse processo envolve alguns objetivos específicos, que devem avaliar as funcionalidades do sistema, avaliar o efeito da interface no usuário e também identificar problemas específicos com o design.

Cada uma das técnicas apresentada possui uma abordagem diferente acerca da forma como as informações podem ser coletadas durante o processo de execução da avaliação de usabilidade. A técnica a ser utilizada deve ser escolhida sabendo exatamente o que se deseja avaliar na aplicação, pois resultará diretamente no tipo de informação coletada.

A técnica conhecida como *Card Sorting* consiste em tornar possível a identificação de melhorias na forma como as interfaces organizam e apresentam suas informações aos usuários; por meio dela o usuário pode propor sugestões de como imagina que a estrutura da

ferramenta ou aplicação poderia tornar a execução das tarefas mais simples e prática ao usuário.

Cybis (2012) define que *Card Sorting* ou Organização de Cartões é uma técnica empregada para descobrir a representação ou o modelo mental que os usuários elaboram sobre o conjunto de itens de informação, ou seja, é a forma como os usuários imaginam que as informações deveriam ser agrupadas e apresentadas no sistema.

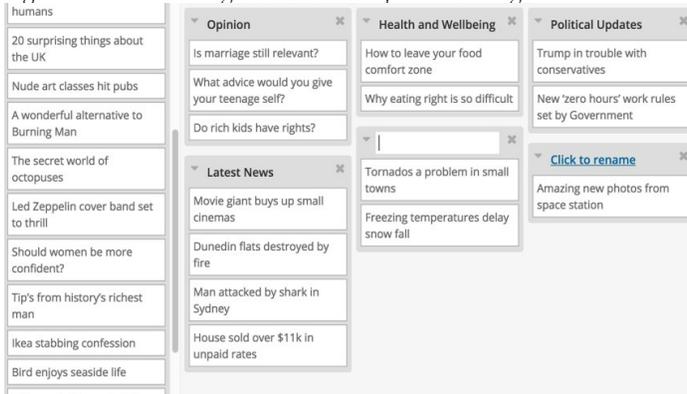
Spencer e Warfel (2004) define três tipos de métodos de aplicar o *Card Sorting*, como:

- a) *Card Sorting* aberto: os participantes recebem cartas contendo os itens de conteúdo da aplicação sem agrupamento preestabelecido e são convidados a classificar os cartões em grupos (pilhas) da forma como julgam ser apropriados e, por fim, aplicam-lhes um rótulo apropriado para descrever o agrupamento;
- b) *Card Sorting* fechado: os participantes recebem cartas contendo os itens de conteúdo da aplicação, porém recebem um conjunto preestabelecido de tópicos primários; então, são convidados a organizar suas cartas entre os grupos oferecidos;
- c) *Card Sorting* híbrido: os participantes recebem cartas contendo os itens de conteúdo da aplicação e são convidados a organizar os cartões em categorias que lhes são dadas, podendo, também, criar suas próprias categorias.

O *Card Sorting* pode ser executado no formato tradicional, com papel e caneta (Fotografia 1) ou cartões on-line (Figura 1):

Fotografia 1 – *Card Sorting* realizado com papel e caneta

Fonte: Card (2016).

Figura 1 – *Card Sorting* on-line com *Optimal Sorting*

Fonte: Card (2016).

A utilização da técnica de *Card Sorting* aplicada diretamente ao usuário permite a identificação mais precisa acerca da estrutura de organização idealizada pelos seus usuários, o que faz com que o processo de interação seja mais transparente e produtivo.

Para apresentar e verificar a satisfação do usuário em relação a uma nova estrutura de organização identificada para uma interface, podem ser utilizados os recursos disponibilizados pelos *wireframes*, em que se pode prototipar uma interface visual sem que se desprenda de muito tempo na implementação dela, agregando visualmente apenas o necessário para a verificação da satisfação do usuário com ela.

De acordo com Dijck (2003), os *wireframes* são esboços da interface que o usuário terá contato. Mostram o design de interface sem mostrar ainda o design gráfico, indicando como funcionarão links, botões funcionais e outros elementos que possam influenciar o uso da interface e a relação entre eles. Para Chak (2004), os *wireframes* devem apenas mostrar o contorno daquilo que será a interface, sem aprofundamentos no design gráfico. Já segundo Brown (2007), os *wireframes* podem ser considerados ilustrações básicas que mostram o conteúdo de cada tela porque são tipicamente desenhados com linhas simples, e não com designs elaborados. Conclui-se que os *wireframes* possuem papel importante tanto no processo de desenvolvimento da interface de uma aplicação quanto na verificação de possíveis alterações e melhorias em relação a esta.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção são vistos os métodos de pesquisa empregados na realização da pesquisa/coleta de dados no que diz respeito ao assunto abordado neste trabalho.

A abordagem da pesquisa define-se de forma qualitativa de natureza aplicada, sua abordagem é realizada de forma exploratória e descritiva, aplicando questionários aos participantes para a coleta de dados com análises de dados palpáveis. Na pesquisa teve-se como estudo de caso a interface principal do software Quantum Server, também conhecido como “QS”; o software objeto do estudo é responsável pela integração entre o sistema de gestão das empresas contratantes e as soluções móveis também desenvolvidas pela Gama Tecnologia Ltda., também conhecida como Gamatec.

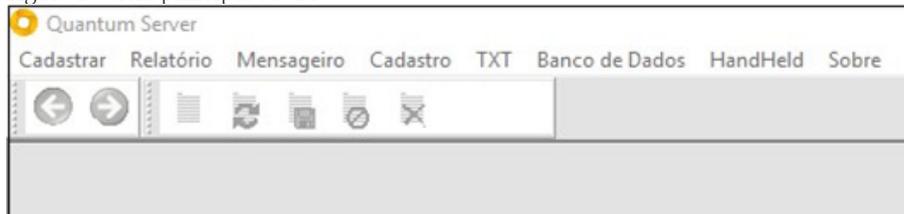
Nesta pesquisa foram analisados aspectos de relevância estrutural referentes à interface da aplicação em consideração de sua usabilidade e ergonomia; foram adotadas técnicas fornecidas no contexto de IHC, como a realização de questionários de avaliação (pré-teste e pós-teste), *Card Sorting* on-line, prototipação de *wireframe* e análise heurística;

por meio dessas técnicas buscou-se proporcionar melhorias na interação dos participantes (usuários) com a interface principal da aplicação.

O processo de coleta e análise dos dados foi realizado entre os meses fevereiro e abril de 2017. Para a realização da pesquisa foram convidados 10 clientes, todas as informações relativas aos questionários e ao *Card Sorting* foram obtidas por meio do software *Optimal Sort* com acesso on-line às atividades.

O Quantum Server, também conhecido como QS, é o software cuja interface será o estudo de caso desta pesquisa. Com mais de 17 anos desde sua criação, o QS permaneceu com a mesma interface visual e estrutura de agrupamento de informações e funcionalidades. Na Figura 2 é apresentada a interface principal do QS com seus menus:

Figura 2 – Tela principal do QS



Fonte: Gama Tecnologia Ltda. (2016).

Como pode ser identificada, a interface principal apresenta oito menus principais: Cadastrar, Relatório, Mensageiro, Cadastro, TXT, Banco de Dados, HandHeld e Sobre. Deve-se ter em mente que os menus Relatório e Sobre não fazem parte da avaliação de reestruturação, pois já possuem agrupamento definido em relação às suas naturezas.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção serão descritos os processos relacionados acerca dos passos executados e dos resultados coletados na execução das atividades relacionadas à obtenção dos objetivos propostos neste trabalho.

4.1 FORMULÁRIOS DE AVALIAÇÃO DE INTERFACE

Primeiramente, deve-se ter em mente o que deseja ser questionado aos participantes do estudo. Os formulários de avaliação de interface possuem tarefa importante no processo de identificação das características e opiniões dos participantes, devem ser aplicados para verificar o posicionamento dos indivíduos em relação às interfaces em que estes realizarão as interações.

Dessa forma, os formulários de avaliação são capazes de identificar a satisfação ou insatisfação dos participantes a respeito da organização e apresentação das informações na interface, assim como contribuir no processo de identificação de possíveis sugestões de melhorias a serem realizadas na estrutura da interface avaliada.

No formulário de pré-teste foram incluídas 14 perguntas as quais tiveram o objetivo de proporcionar a identificação de algumas características acerca dos participantes do estudo, assim como estabelecer um posicionamento relacionado à satisfação deles a respeito da qualidade das interações realizadas durante o processo de utilização da interface principal da aplicação avaliada.

Já no formulário de pós-teste foram incluídas 10 perguntas que tiveram o objetivo de identificar o posicionamento dos participantes sobre a nova interface e verificar, assim, a satisfação das interações dos participantes com ela, para assim comprovar os objetivos propostos no presente trabalho; todas as perguntas possuíram obrigatoriedade de resposta, exceto as perguntas de código 7 e 9 desse formulário de pós-teste.

4.1.1 Resultados do formulário de pré-teste

Os resultados relacionados aos perfis dos participantes do estudo não serão considerados durante a análise e apresentações dos dados obtidos por meio do formulário de pré-teste.

Na Tabela 1 são apresentados os resultados obtidos acerca dos questionamentos voltados à identificação da satisfação e qualidade das

interações proporcionadas pela interface da aplicação durante os processos de manutenção das informações segundo os participantes do estudo.

Conforme pode ser verificado nessa Tabela, quando questionados se as nomenclaturas utilizadas nos menus da interface são claramente entendíveis, 80% dos participantes responderam não estar satisfeitos com a nomenclatura utilizada atualmente na aplicação, o que afeta diretamente a possível identificação de onde se encontram as funcionalidades no sistema, não atendendo, assim, à segunda heurística proposta por Nielsen e Molich (1995).

Tabela 1 – Satisfação de interação com a interface inicial segundo participantes

<i>Pergunta</i>	<i>Resposta</i>	<i>%</i>
5. Em relação à interface atual do Quantum Server, todos os menus apresentam nomenclatura adequada e claramente entendível ao usuário iniciante?	Sim	20
	Não	80
6. As funcionalidades encontram-se desagrupadas acerca de sua natureza ou característica? Ex.: Cadastros?	Sim	70
	Não	30
7. Em seus primeiros contatos com a interface da aplicação, qual o grau de dificuldade em encontrar algumas funcionalidades como cadastro de usuário, importar dados?	Baixa	30
	Moderada	70
	Alta	-
9. Ajudaria se as funcionalidades de uso exclusivo da Gamatec estivessem agrupadas em um único menu ou então não fossem visíveis ao usuário?	Único menu visível ao usuário	40
	Único menu não visível ao usuário	30
	Não	30
10. Acha a nomenclatura do menu HandHeld adequada em relação às funcionalidades disponíveis nele?	Sim	30
	Não	70
13. Gostaria que a tela de Status das Conexões fosse apresentada já na tela principal do Quantum Server?	Sim	70
	Não	30
14. Como classificaria sua satisfação em relação ao agrupamento das funcionalidades na interface atual?	Baixa	10
	Moderada	30
	Alta	60

Fonte: os autores.

Quando questionados a respeito do agrupamento das funcionalidades, 70% dos usuários responderam que elas se encontram desagrupadas acerca de sua característica ou natureza, enquanto 30% disseram estar de acordo com a forma de organização utilizada atualmente;

com esses resultados é possível identificar que a taxonomia utilizada atualmente não atende à sexta heurística de Nielsen e Molich (1995).

Por meio da pergunta de código 7 foi possível mensurar o nível de dificuldade encontrado pelos participantes durante o início de suas atividades de interação e manutenção de informações por meio da interface atual; 70% dos participantes disseram ter tido dificuldade moderada, enquanto 30% disseram ter tido dificuldade baixa.

Na pergunta de código 9 foi questionado aos participantes do estudo se ajudaria se os itens de uso exclusivo da Gamatec fossem agrupados em um único menu ou então se este poderia não ser visível aos usuários, logo, 40% dos participantes disseram que os itens poderiam ser agrupados em um único menu visível ao usuário, 30% dos participantes disseram que os itens poderiam estar agrupados em um único menu invisível ao usuário, e os outros 30% dos participantes acreditam que a medida não teria impacto considerável em seus processos.

Na pergunta de código 10 foi realizado questionamento abordando especificamente a nomenclatura do menu *HandHeld* (Portátil), que, por sua vez, possui agrupado em si algumas das funcionalidades mais utilizadas pelos usuários no processo de manutenção das informações no sistema, funcionalidades como cadastramento de usuários, importação de dados, verificação do status do sistema, entre outras. Apenas 30% dos participantes acreditam que a nomenclatura está de acordo com suas funcionalidades, enquanto 70% acreditam que não condiz com funcionalidades disponíveis nele. Com esse resultado é possível confirmar que o menu *HandHeld* não atende à segunda heurística proposta por Nielsen e Molich (1995).

Com base na primeira heurística dos autores, que visa ao aumento da visibilidade do status de funcionamento de qualquer sistema, foi questionado na pergunta de código 13 se os participantes gostariam que a tela de status das conexões fosse apresentada já na interface principal da aplicação, decorrente do fato de que atualmente somente é possível a visualização dela se o usuário encontrar tal funcionalidade dentro do menu *HandHeld*; como pode ser visto, 70% dos participantes

responderam que gostariam de visualizar o status das conexões já na tela principal do sistema, enquanto 30% não acham necessária a apresentação na tela principal.

Na pergunta de código 14 foi questionado aos participantes como classificariam sua satisfação em relação ao agrupamento das funcionalidades atualmente na interface; então, 60% dos participantes responderam possuir satisfação alta, já 30% dos participantes disseram satisfação moderada, e 10% disseram ter satisfação baixa.

Nas Tabelas 2 e 3 são apresentados os resultados coletados acerca das perguntas de código 11 e 12 do questionário:

Tabela 2 – Funcionalidades mais utilizadas

<i>Pergunta</i>	<i>Funcionalidade</i>	<i>%</i>
11. Indique de 3 a 5 funcionalidades mais utilizadas por você no Quantum Server?	Importar dados	90
	Relatórios	70
	Cadastro de usuário	50
	Instalar arquivo de sistema	40
	Status das conexões	40

Fonte: os autores.

Na Tabela 3 são apresentadas apenas as funcionalidades-padrão mais citadas pelos participantes e seu percentual de ocorrência:

Tabela 3 – Resultado para botões de acesso rápido

<i>Pergunta</i>	<i>Resposta</i>	<i>%</i>
12. Gostaria que essas funcionalidades indicadas por você acima tivessem botões de acesso rápido na tela principal?	Sim	90
	Não	10

Fonte: os autores.

Buscou-se, por meio desses questionamentos, identificar algumas das funcionalidades mais utilizadas pelos participantes e verificar a opinião deles em relação à criação de botões de acesso rápido às funcionalidades

mais utilizadas citadas, podendo-se, assim, atender à sétima heurística proposta por Nielsen e Molich (1995), que visa contribuir à melhoria de parâmetros como flexibilidade e eficiência de uso.

Por meio dos resultados obtidos no formulário de pré-teste foi possível identificar que as maiores dificuldades enfrentadas pelos participantes são relacionadas à identificação das funcionalidades nos menus disponíveis na interface. A utilização de nomenclatura não adequada tanto aos menus quanto à má distribuição das funcionalidades gera desconforto e esforço cognitivo excessivo durante a manutenção das informações na aplicação.

4.1.2 Resultados do *Card Sorting e Wireframe* da nova interface

Na Figura 3 é apresentado o resultado final acerca da organização das funcionalidades na atividade de *Card Sorting*. A ferramenta utilizada foi capaz de gerar, por meio da técnica de análise centrada no usuário (PCA), resultados categorizados entre quatro e seis grupos.

Figura 3 – PCA das categorias criadas

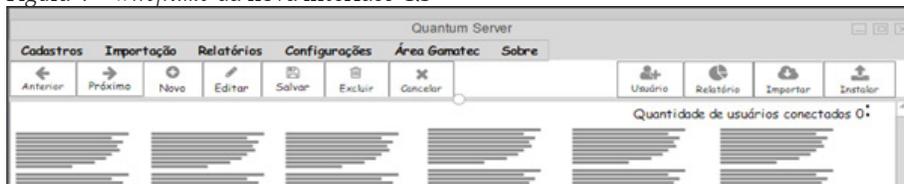


Fonte: os autores.

De acordo com os resultados coletados das análises de cada um dos gráficos gerados pela ferramenta *Optimal Sort*, foi possível identificar a nova taxonomia de organização dos menus da aplicação de acordo com o ponto de vista dos participantes do estudo.

Com todas as informações coletadas nas tarefas desenvolvidas anteriormente, foi necessário colocar a nova taxonomia identificada em prática, ou seja, realizar a prototipação por meio de um *wireframe* utilizando a nova taxonomia identificada (Figura 4):

Figura 4 – *Wireframe* da nova interface QS



Fonte: os autores.

Em comparação à interface anterior ao projeto, pode-se destacar que com a nova taxonomia a interface gerou uma diminuição de oito menus para a nova interface, com seis menus. A ordem dos menus foi organizada de maneira que as operações mais utilizadas pelos participantes ficassem o mais perto possível do canto superior esquerdo da interface, visto que os participantes pudessem ter acesso rápido e identificá-las mais facilmente. Os botões de acesso rápido localizados no canto superior direito têm a tarefa de aperfeiçoar o processo de manutenção das informações em relação às atividades mais utilizadas segundo os participantes.

4.1.3 Resultados do formulário de pós-teste

Na Tabela 4 é apresentado o resultado do questionário de pós-teste realizado com participantes do estudo. Os resultados podem

ser identificados de acordo com a pergunta, resposta e percentual de ocorrência de cada resposta:

Tabela 4 – A nova interface segundo os participantes (continua)

<i>Pergunta</i>	<i>Resposta</i>	<i>%</i>
1. A linguagem utilizada na nomenclatura dos menus facilitou o entendimento e a identificação das funcionalidades?	Sim	100
	Não	-
2. As funcionalidades estão agrupadas conforme suas características ou natureza?	Sim	100
	Não	-
3. Os botões de acesso rápido relacionados às principais funcionalidades facilitaram a identificação e a manutenção das informações?	Sim	100
	Não	-
4. A nova organização dos menus e funcionalidades tornou a interface mais intuitiva?	Sim	100
	Não	-
5. Em comparação entre as duas interfaces, a nova interface poderá agilizar os processos de manutenção das informações no dia a dia?	Sim	100
	Não	-
6. Sentiu-se mais confortável na utilização da nova interface com a reestruturação de menus?	Sim	100
	Não	-
7. Você aprovaria a alteração na estrutura da interface do Quantum Server adotando as novas características de organização dos menus?	Sim	100
	Não	-
10. Gostaria que fosse possível ter acesso a tutoriais, videoaulas, documentações de apoio dentro do próprio menu “Sobre” do Quantum Server?	Sim	100
	Não	-

Fonte: os autores.

Na pergunta 8 foi questionado aos participantes se aprovariam a alteração na estrutura da interface do sistema adotando as novas características de organização dos menus; desse modo, obteve-se aceitação de 100% dos participantes em relação à alteração. O Quadro, 1 por sua vez, apresenta a opinião descritiva dos participantes em relação à nova interface. Os resultados efetivam o objetivo da pesquisa, enfatizando que a empresa detentora do Quantum Server venha de fato aplicar as alterações sugeridas na nova interface:

Quadro 1 – Parecer dos participantes

Seu parecer final a respeito da utilização da nova interface e resultados obtidos	
Participante	Resposta
1	Ótima.
2	A nova interface ficou muito intuitiva.
4	A nova proposta de interface ficou mais intuitiva. Certamente está melhor que a atual.
5	Fácil acesso e entendimento para novos e atuais colaboradores que terão acesso ao Quantum Server.
6	Linguagens mais fáceis de se habituar, mais rápido o acesso.
9	Sem dúvida a nova interface facilita muito a visualização e o trabalho dentro do Quantum Server, de maneira mais simples e prática.

Fonte: os autores.

5 CONCLUSÃO

Durante a realização do presente trabalho foram consideradas algumas questões de pesquisa com as quais se buscou identificar as dificuldades encontradas pelos usuários na utilização da interface principal da aplicação avaliada e também verificar a satisfação dos usuários em relação à utilização da nova proposta da interface principal do sistema usando a taxonomia definida a partir dos usuários.

Por meio das técnicas de avaliação providas em IHC foi possível identificar que as dificuldades encontradas pelos usuários estão relacionadas diretamente à identificação das funcionalidades disponíveis no sistema, à utilização de nomenclatura não convencional aos menus e também à má distribuição das funcionalidades, tornando o processo de manutenção das informações dificultoso, afetando diretamente o rendimento dos processos realizados no sistema.

Por meio de heurísticas, assim como realização de formulários de avaliação e técnica de *Card Sorting*, foi possível identificar uma nova taxonomia de organização ideal à aplicação, e a partir desses resultados foi possível criar um *wireframe* da interface agregando essas novas características. Após o contato com a nova interface foi verificado no formulário de pós-teste a aceitação unânime desta por todos os

participantes, da mesma forma, todos se mostraram satisfeitos com os resultados obtidos com a nova interface e concordaram com as sugestões de alterações geradas no presente trabalho.

No estudo realizado foi possível confirmar que a utilização de métricas de avaliação de interface pode gerar não somente resultados significativos na melhoria de usabilidade e ergonomia de aplicações computacionais em geral, bem como contribuir para que estas possam proporcionar melhorias na produtividade de seus usuários durante qualquer atividade de interação e manutenção das informações no sistema.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, S. D. J.; SILVA, B. S. S. **Interação Humano-Computador**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 384 p.

BROWN, D. M. **Comunicando Design**: Desenvolvendo Documentação de Web Site para Design e Planejamento. Michigan: Peachpit Press, 2007. 352 p.

CARD Sorting realizado com papel e caneta. Disponível em: <<http://www.uxmatters.com/mt/archives/2011/06/comparing-user-research-methods-for-information-architecture.php>>. Acesso em: 15 out. 2016.

CHAK, A. **Submit Now**: Designing Persuasive Web Sites. [S.l.]: New Rides, 2004.

CYBIS, W.; BETIOL, A. H.; FAUST, R. **Ergonomia e usabilidade**: conhecimentos, métodos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Nova-tec, 2012.

FERREIRA, A. B. de H. (Ed.). **Dicionário Aurélio**: Dicionário da Língua Portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GAMA TECNOLOGIA LTDA. **Logo Gamatec**. 2014. Disponível em: <<http://www.gamatec.com.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

JORDAN, P. W. **An introduction to Usability**. Londres: Taylor & Francis, 1998.

LEULIER, C.; BASTIEN, J. M. C.; SCAPIN, D. L. **Commerce & Interactions – Compilation of Ergonomic Guidelines for the Design and Evaluation of Web Sites. Rapport**. France: INRIA – Institut National de Recherche en Informatique et en Automatique, 1998.

MACK, R.; NIELSEN, J. **Usability Inspection Methods**. New York: JohnWiley & Sons, 1994.

NIELSEN, J.; MOLICH, R. **10 Usability Heuristics para User Interface design**. New York, 01 jan. 1995. Disponível em: <<https://www.nngroup.com/articles/ten-usability-heuristics/>>. Acesso em: 15 maio 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE NORMALIZAÇÃO. ISO 9241-11: **Requisitos ergonômicos para o trabalho com dispositivos de interação visual Parte 11: Orientações sobre usabilidade**. 11. ed. 1998. 22 p.

SPENCER, D.; WARFEL, T. **Card sorting: a definitive guide**. [S.l.]: [s.n.], 2004.

VAN DIJCK, Peter. **Arquitetura da Informação para Designers: Estruturando Websites para o Sucesso do Negócio**. Rotovision, 2003.

ZUASNÁBAR, D. M. H.; GERMANO, J. S. E.; CUNHA, A. M. da. Um ambiente de aprendizagem via www baseado em interfaces inteligentes para o ensino de engenharia. In: COBENGE, 31., 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2003.

USO DO SOFTWARE UNITY NO ENSINO DA FÍSICA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO

Tailo Mateus Gonsalves¹
Jean Carlos Hennrichs²

RESUMO

Muitas escolas não possuem investimentos e infraestrutura para disponibilizar um laboratório de Física a seus alunos, ocasionando dificuldades na compreensão e avaliação prática de conceitos de Física. Dessa forma, alunos e professores acabam sendo prejudicados na aprendizagem de uma das ciências mais antigas da humanidade. Este trabalho consistiu em desenvolver um laboratório virtual de Física, utilizando o software Unity, para que este pudesse ser utilizado como ferramenta de auxílio ao processo de aprendizagem no ensino dos fenômenos físicos de velocidade média, massa, gravidade, atrito, elasticidade e som acústico. Por meio de uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e caracterizada como exploratória, desenvolveu-se a pesquisa bibliográfica e de campo, para projetar as simulações em 2D e 3D que se fariam presentes no software proposto. Após a implementação do software, a validação foi realizada por meio de um estudo de caso. Alunos voluntários de uma escola de ensino fundamental e médio e uma professora de Física realizaram a validação por meio de entrevista e questionário. Concluiu-se com a pesquisa que a proposta do laboratório virtual de Física, para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem do componente curricular, possuiu uma aceitação positiva dos estudantes e da professora. Sete em cada 10 alunos aceitaram o software proposto. Palavras-chave: Laboratório virtual. Física. Unity.

¹ Bacharel em Sistemas de Informação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; tailogonsalves@gmail.com

² Mestre em Administração; Especialista em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina; MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; jean.hennrichs@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A Física é uma das ciências mais antigas da humanidade e tem um grau de dificuldade de aprendizagem considerado complexo. Possui diversas leis, fórmulas e símbolos, que dificultam a absorção e o relacionamento desses conceitos com a prática do dia a dia. Em muitas vezes ocorre apenas o contato teórico do aluno com essa ciência. Esses fatores acabam por não atrair a devida atenção dos alunos e de novos simpatizantes a atuar nessa área, acarretando reprovações, desinteresse e falta de profissionais qualificados (NASCIMENTO, 2010, MENDES et al., 2016).

O ser humano moderno tornou-se dependente da informação digital e as escolas e universidades necessitam acompanhar esse avanço virtual. Renovar seus métodos de ensino, trazendo novas tecnologias digitais para as salas de aula, torna-se um atrativo e uma possibilidade de formar profissionais mais capacitados para o mercado de trabalho (SILVÉRIO; ZIMMERMANN, 2001). Laboratórios virtuais passam a ser um método interessante de ensino e com custo relativamente baixo em comparação ao laboratório físico. Um laboratório virtual tem como finalidade facilitar o entendimento de determinado conteúdo e estimular a curiosidade dos estudantes (ANDRADE; LOPES; CARVALHO, 2009). Esse processo de conhecimento é facilitado com o uso de animações e simulações virtuais.

A partir desses pressupostos, o objetivo nesta pesquisa foi desenvolver um laboratório virtual de Física, utilizando o software Unity como ferramenta de auxílio ao processo de aprendizagem. Por meio de objetos 2D e 3D, o laboratório virtual proposto abordou os seguintes fenômenos físicos: velocidade média, massa, gravidade, atrito, elasticidade e som acústico.

Metodologicamente, esta pesquisa científica caracterizou-se como de natureza aplicada, pois gerou uma aplicação prática. Caracterizou-se como qualitativa e exploratória, pois foi necessário tomar ciência do problema a ser explorado, qualificando este e a solução proposta. A análise dos dados foi realizada por meio de uma pesquisa de

laboratório e estudo de caso, a fim de coletar informações de voluntários (alunos e professor) que avaliaram o laboratório virtual desenvolvido.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo Nussenzweig (2013), a Física é considerada uma das ciências mais fundamentais na formação dos estudantes, apesar de atualmente ser introduzida apenas nas últimas fases do ensino obrigatório. O sucesso e a visibilidade da Física como uma das ciências naturais é resultado da utilização da matemática, como representante da sua linguagem para expressar fórmulas físicas.

A ciência tem ganhado muitos novos observadores e evoluído de forma acelerada. Isso se deve, principalmente, à comodidade e ao alcance da tecnologia. O principal objetivo do estudo da Física é compreender o que acontece ao nosso redor e no universo como um todo. A principal motivação dos seres humanos é entender como as coisas realmente funcionam, crescemos sendo instigados a querer adquirir mais conhecimento, essa curiosidade nos leva a um avanço prático e a entender como funciona a teoria (RAMALHO JUNIOR; FERRARO; SOARES, 2007).

Segundo Tipler e Mosca (2009), a palavra Física significa o conhecimento natural e estuda o que acontece na natureza, e os fenômenos físicos são suposições e talvez possam se tornar verdadeiros.

O resultado do estudo da física são as leis que descrevem os fenômenos que nos cercam, as fórmulas que explicam as teorias e que facilitam o nosso entendimento. Situações do nosso cotidiano, como o cair de um garfo, são respondidas apenas com o conhecimento da física básica, sendo que muitas vezes aprendemos com o nosso instinto de sobrevivência.

2.1 FENÔMENOS FÍSICOS

2.1.1 **Velocidade média**

De acordo com o Grupo de Ensino de Física da Universidade Federal de Santa Maria (2017b), a velocidade média é uma forma utilizada para calcular a velocidade com que os objetos se movem em relação ao tempo em movimento ou repouso. No nosso cotidiano é utilizada para os motoristas de automóveis calcularem o tempo médio para chegar a um local determinado.

2.1.2 **Elasticidade**

Segundo Cavalcanti (2017), a elasticidade dos corpos está relacionada à lei de Hooke. Ela possui o objetivo de calcular a deformação dos corpos elásticos ao aplicar uma força. Em laboratórios, os físicos observam e fazem muitos testes e experimentos, com o intuito de encontrar maneiras distintas de deformação, entre elas, compressão, distensão, flexão e torção. Nessa lei é verificado se a força aplicada não é maior que o limite de resistência do material, caso for, o corpo tende a perder elasticidade, e a deformação passa a ser permanente.

2.1.3 **Gravidade**

Para Hewitt (2011), na Física é muito comum testar a queda livre com objetos de massa distinta; o experimento é realizado com a queda de dois objetos de um ambiente alto, e é observado que os corpos caem em velocidades diferentes, em razão da interferência do ar. Porém, se o vácuo for retirado, os objetos tendem a cair na mesma velocidade, indiferente da massa que eles possuem.

2.1.4 **Massa**

Desde o princípio da história, o homem procurou formas para medir a massa dos objetos e alimentos, colocando os itens em suas próprias mãos e medindo com sua própria percepção e instinto, o que não era uma forma muito eficaz. Com a evolução e sua capacidade intelectual, foi capaz de adaptar esse método e percebeu que há uma distinção entre massa e peso, sendo, respectivamente, a quantidade de matéria que um corpo possui e a força da atração gravitacional (PESOS et al., 2017).

2.1.5 **Atrito**

Hewitt (2011) comenta que o atrito é causado pelas irregularidades que a superfície possui; quando tentamos mover algum objeto sentimos uma dificuldade inicialmente, isso é em decorrência da existência de dois atritos. A força de atrito estático é aplicada ao fazermos força para mover algo, enquanto o atrito cinético é aplicado quando o objeto estiver em movimento.

2.1.6 **Som acústico**

O Grupo de Ensino de Física da Universidade Federal de Santa Maria (2017a) define que os sons possuem intensidades e velocidades diferentes, variando conforme o ambiente, a temperatura e o material que está interferindo o seu percurso. Todos os objetos que vibram e possuem movimentos para frente e para trás, repetitivamente, causam como reação uma onda sonora.

2.2 DIFICULDADE DO ENSINO DA FÍSICA

Segundo Nascimento (2010), o ensino da Física possui muitos problemas; após os alunos concluírem o ensino médio é observado que não possuem conhecimentos sólidos em relação aos conceitos de Física.

Além disso, existe uma necessidade de fazê-los memorizar conteúdos, fórmulas, leis e teorias. Isso se deve à pouca utilização dos experimentos, sendo em laboratórios físicos, laboratórios virtuais ou qualquer outra forma que leve o aluno a associar a teoria com a prática. Um dos maiores problemas em ensinar a Física está no excesso e na sequência de conteúdo, que dificultam a compreensão dos alunos. E um dos maiores objetivos dos professores é fazer o estudante simular situações reais e estimular seu senso crítico.

2.3 LABORATÓRIOS VIRTUAIS

Os laboratórios virtuais existem com o objetivo de auxiliar os estudantes e melhorar a forma de ensino e, com isso, atingir um número maior de pessoas, proporcionando um aprendizado diferenciado. Acredita-se que muito em breve toda forma de ensino presencial poderá ser ensinada virtualmente. Os alunos, ao utilizarem um laboratório virtual, possuem mais comodidade e liberdade, em razão de a ferramenta estar disponível e poder ser acessada em qualquer lugar e momento (OLIVEIRA et al., 2012).

Segundo Altoé e Fugimoto (2009), a inserção da tecnologia na educação faz com que se tenham pensamentos mais críticos sobre a forma tradicional de ensino. Porém, para adotar esse novo modelo de ensino é necessário que os professores sejam mais flexíveis. Muitas vezes, a tecnologia traz novas exigências à formação dos professores, havendo dificuldades em incorporar recursos tecnológicos no processo de ensino e aprendizagem. A educação virtual não deve se distanciar da realidade, e cabe ao professor ensinar e guiar o aluno.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A área de estudos deste projeto foi a criação de um laboratório virtual de Física, visando permitir de forma lúdica e interativa que os alunos possam testar os conceitos de alguns fenômenos físicos.

O presente estudo buscou aplicar conhecimentos adquiridos e abordar a educação de forma prática, focando na resolução de um problema. Com isso, esse projeto é caracterizado como de natureza aplicada e terá os resultados qualificados. Para alcançar os objetivos, foram realizadas pesquisas exploratórias buscando entender como a Física se comporta e convertendo conceitos em objetos em 2D e 3D a fim de ilustrar os efeitos físicos. Os procedimentos técnicos utilizados foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de laboratório e estudo de caso.

O público-alvo para a ferramenta proposta são professores de Física e alunos que estão cursando ou finalizaram o ensino médio e que possuem curiosidade e interesse em aplicar os fundamentos da Física. Nesse sentido, foram utilizados como participantes deste estudo a professora da Unoesc de Chapecó, Elisane Zanela, e alunos voluntários do ensino médio do Colégio Cenecista Padre Manoel Gomez Gonzalez, da Cidade de Nonoai, Rio Grande do Sul (RS).

O desenvolvimento de um jogo computacional, de forma semelhante ao desenvolvimento de aplicativos comerciais, demanda a escolha de uma linguagem de programação e de um planejamento do que o jogo irá realizar. Entretanto, desenvolver um jogo demanda, ainda, a escolha do motor do jogo (Engine). Para Passos et al. (2009), motor de jogo são programas de computador com a finalidade fundamental de auxiliar em tarefas repetitivas no desenvolvimento de jogos. Possuem algumas funcionalidades básicas, como renderização de objetos em 2D e 3D, possibilidade de arquitetar os próprios scripts, editor de cenas e componentização e utiliza arquivos próprios, como imagens, áudios, vídeos e outros modelos de objetos dimensionais.

Para o desenvolvimento do laboratório virtual foi adotado o motor de jogos Unity 3D. Segundo Unity (2017), o Unity é um software personalizável e editável. Com esta ferramenta é possível criar qualquer jogo em 2D e 3D. Atualmente o software é líder no desenvolvimento de jogos. Cerca de 34% de 1.000 jogos gratuitos são criados com o Unity, totalizando 770 milhões de jogadores utilizando os jogos.

No desenvolvimento dessa ferramenta, foi utilizada a versão gratuita de Unity Engine, a qual contém algumas limitações, porém disponibiliza um sistema de física, componentes de fácil acesso e multiplataforma, além disso, contém uma loja virtual com componentes e projetos acessíveis.

Escolhido o motor de jogo, partiu-se para o levantamento dos requisitos, ou seja, a definição dos fenômenos físicos que deveriam ser implementados no jogo. Essa etapa foi realizada com a professora Elisane, que auxiliou na escolha de quais fenômenos seriam mais interessantes para serem abordados no projeto. O protótipo do laboratório virtual desenvolvido simula os fenômenos físicos de atrito, massa, gravidade, som acústico e velocidade média.

Na interface (A) da Figura 1, o personagem tem como objetivo empurrar o bloco e observar a força necessária para mover o objeto, demonstrando como o atrito funciona. Na interface (B), é simulado o lançamento de um corpo, verificando a velocidade e o alcance que a massa desse corpo possui. O objetivo da interface (C) é verificar o peso de um corpo em planetas diferentes e observar quanto tempo um objeto leva para chegar ao planeta em uma determinada distância. Na interface (D), é demonstrada a velocidade do som em ambientes diferentes, entre eles sólido, gasoso e líquido. O personagem da interface (E) tem como objetivo coletar os cubos dispostos durante o percorrer da simulação, enquanto são calculados a distância e o tempo do trajeto, resultando na velocidade média. Na interface (F) é representada a deformação ou a distância de compressão que uma mola sofre ao ser esticada.

Figura 1 – Interface das simulações



Fonte: os autores.

Após o desenvolvimento do laboratório virtual proposto, com o auxílio da educadora de Física já citada, foi realizado um questionário com o intuito de avaliar: como seria a realização de um experimento físico para demonstrar determinado fenômeno; quais as vantagens oferecidas pelo laboratório virtual; e como poderia ser melhorada a simulação oferecida pelo laboratório virtual. Todas as perguntas elaboradas foram para receber respostas descritivas, a fim de qualificar o entendimento

das questões. Para o armazenamento, registro e avaliação das respostas foi utilizada a tecnologia de formulários da empresa Google. Além desse questionário, a coleta das informações da professora foi realizada em forma de entrevista presencial.

A fim de avaliar a ferramenta desenvolvida, formulou-se um questionário para avaliar cada um dos seis fenômenos físicos que o laboratório virtual simulou. Para cada fenômeno foi realizada a seguinte questão: em relação ao fenômeno em questão, o protótipo conseguiu simulá-lo? O questionário foi aplicado aos voluntários, alunos do ensino médio do Colégio Cenecista Padre Manoel Gomez Gonzalez, da Cidade de Nonoai, RS. Todas as perguntas formuladas foram objetivas e possuíam três escolhas: sim, não, e em partes. Para armazenamento, registro e avaliação das perguntas e respostas foi utilizada a tecnologia de formulários do Google. A coleta de informações foi realizada de forma presencial. Os alunos foram direcionados a um laboratório de informática físico e receberam instruções para utilizar o laboratório virtual proposto. Após utilizarem o laboratório virtual os participantes foram convidados a avaliar o software por meio do formulário eletrônico.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A avaliação da ferramenta proposta foi realizada com uma professora de Física e 11 alunos do colégio mencionado. Nesse colégio existe apenas um laboratório de Física, com tamanho reduzido e poucos equipamentos disponíveis para os alunos realizarem seus experimentos.

De acordo com a professora de Física entrevistada,

as aulas experimentais são relevantes no processo de aprendizagem do aluno. A realização de experimentos com o auxílio da tecnologia visa mostrar aos estudantes como a teoria funciona, é facilitar a compreensão das leis físicas. O uso de novas ferramentas vai servir como auxílio aos alunos, pois para realizar um experimento válido é necessária a utilização de um laboratório de física, o qual muitas

escolas e instituições não possuem tal infraestrutura, e a sua aquisição demanda de um custo elevado. (informação verbal).

A Tabela 1 apresenta os resultados obtidos das avaliações dos alunos voluntários. Observa-se que a simulação de elasticidade obteve porcentagem de satisfação menor que 30%, tendo a maior parte das respostas o índice de 54,54% de rejeição. Cogitou-se que a insatisfação dos alunos se deve à limitação do sistema de física do software Unity, que restringe a utilização da elasticidade de molas para representar esse fenômeno. A simulação de som acústico também apresentou a porcentagem de aceitação menor que 30%, concentrando a maior parte das respostas no item Em partes, resultando, em média, em 45% das respostas. Nesse ponto a insatisfação deve-se à complexidade em simular uma animação do fenômeno de som.

Tabela 1 – Resultado da avaliação do laboratório virtual

Questão	Sim (%)	Não (%)	Em partes (%)
Em relação ao fenômeno de atrito, o protótipo conseguiu simular?	100	-	-
Em relação ao fenômeno de elasticidade, o protótipo conseguiu simular?	18,18	54,54	27,27
Em relação ao fenômeno de velocidade média, o protótipo conseguiu simular?	63,63	9,09	27,27
Em relação ao fenômeno de gravidade, o protótipo conseguiu simular?	100	-	-
Em relação ao fenômeno de som acústico, o protótipo conseguiu simular?	27,27	27,27	45,45
Em relação ao fenômeno de massa, o protótipo conseguiu simular?	81,81	-	18,18

Fonte: os autores.

Ainda observando a Tabela 1, o fenômeno de velocidade média conseguiu em média 63% de aprovação, em que 45,45% das respostas satisfizeram em partes os estudantes, possuindo a porcentagem de reprovação de 9,09%. A dificuldade na usabilidade da animação do fenômeno é uma das causas que podem ter influenciado a avaliação dos

alunos. Esse mesmo problema pode ter ocorrido com a simulação do fenômeno de massa. Nessa avaliação houve 81,81% de aceitação contra 18,18% de aceitação Em Partes.

As simulações dos fenômenos de atrito e gravidade obtiveram índice de 100% de aceitação. Esse resultado deve-se à facilidade e a efetividade das animações dos fenômenos em demonstrar algo próximo à realidade do dia a dia.

5 CONCLUSÃO

Ao findar esta pesquisa evidenciou-se mais uma vez a problemática apresentada, ou seja, que os alunos necessitam de uma forma para melhorar a qualidade e a compreensão da aprendizagem de física. Mesmo o uso de um laboratório virtual demonstrou que ainda é complexo abstrair e simular alguns fenômenos básicos da Física.

Dessa forma chega-se à conclusão de que, apesar da complexidade em compreender a Física e seus desdobramentos, existem motores de jogos que permitem e oferecem um ambiente de Física básico já implementado, com componentes e efeitos que auxiliam o programador. Tal fator torna mais prático e efetivo o desenvolvimento de softwares que venham a auxiliar a aprendizagem de física, como, por exemplo, um laboratório virtual.

Evidenciou-se, ainda, o acompanhamento prestado de uma educadora de Física durante o desenvolvimento desta pesquisa. A participação dessa profissional, que é Mestre na área, foi crucial, pois além de auxiliar no levantamento dos requisitos necessários para a construção das simulações, validou todas as simulações e animações construídas para o laboratório virtual, a fim de que estas fossem lúdicas e ao mesmo tempo eficazes para relacionar a teoria com a prática e situações do cotidiano.

Pela avaliação realizada com os alunos voluntários, foi possível identificar que as simulações de atrito, gravidade, massa e velocidade média alcançaram resultados satisfatórios no laboratório virtual desenvolvido. Porém, as simulações de som acústico e elasticidade

não obtiveram aceitação positiva. Isso se deve ao fato de que a ferramenta Unity 3D, na sua versão acadêmica e gratuita, possui limitações no seu ambiente de Física.

Diante da escolha do colégio mencionado, ficou clara a real relevância da importância de um laboratório para a validação da teoria na prática. O laboratório de física existente no colégio era parco de equipamentos e pequeno, permitindo fazer poucos experimentos. Por sua vez, com o laboratório virtual, foi possível realizar simulações de experimentos que não poderiam ser realizados fisicamente. Isso veio a evidenciar o papel social que esse tipo de aplicação computacional pode proporcionar.

Dessa forma, é possível concluir de forma geral que um laboratório virtual de física é muito relevante para o processo de aprendizagem de Física. Este torna-se efetivamente uma ferramenta de apoio e auxílio para estudos complementares, porém deve ser sempre assistido por um professor da área, a fim de enaltecer os conceitos e aprofundar as explicações. Salienta-se, ainda, que se faz necessária uma pesquisa com um número maior de alunos voluntários a fim de solidificar e melhor avaliar o software desenvolvido para o fim desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, A.; FUGIMOTO, S. M. A. Computador na educação e os desafios educacionais. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO., 9., ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.pucrs.br/ciencias/viali/doutorado/ptic/aulas/aula_3/1919_1044.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

ANDRADE, J. A. N. de; LOPES, N. C.; CARVALHO, W. L. P. de. Uma análise crítica do laboratório didático de física: a experimentação como uma ferramenta para a cultura científica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA, 7., 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viienpec/pdfs/1161.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

CAVALCANTI, E. **Lei de Hooke**. Disponível em: <<http://blog-daengenharia.com/lei-de-hooke/>>. Acesso em: 16 out. 2017.

GRUPO DE ENSINO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Ondas Sonoras**. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gef/Ondas/ondas15.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017a.

GRUPO DE ENSINO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Velocidade Média**. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gef/Cinematica/cinema10.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017b.

HEWITT, P. G. **Física Conceitual**. 11. ed. San Francisco: Bookman, 2011.

MENDES, R. M. B. et al. **Dificuldades dos alunos do ensino médio com a física e os físicos**. Disponível em: <<http://www.sbf1.sbfisica.org.br/eventos/snef/xvii/sys/resumos/T0624-1.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

NASCIMENTO, T. L. do. **Repensando o ensino da física no ensino médio**. 2010. 62 p. Monografia (Graduação em Física)– Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.uece.br/fisica/index.php/arquivos/doc_view/75-?tmpl=component&format=raw>. Acesso em: 22 out. 2017.

NUSSENZVEIG, H. M. **Curso de física básica**. 5. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2013.

OLIVEIRA, J. M. de C. et al. **Desenvolvimento da plataforma do laboratório de acesso remoto e instrumentação virtual via web**. 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/2080018-Desenvolvimento-da-plataforma-do-laboratorio-de-acesso-remoto-e-instrumentacao-virtual-via-web.html>>. Acesso em: 22 out. 2017.

PASSOS, E. B. et al. Tutorial: Desenvolvimento de Jogos com Unity 3D. In: BRAZILIAN SYMPOSIUM ON GAMES AND DIGITAL ENTERTAINMENT, 8., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, out. 2009. Disponível em: <<http://sbgames.org/papers/sbgames09/computing/tutorialComputing2.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

PESOS e medidas. **Física.net**. Disponível em: <<http://www.fisica.net/unidades/pesos-e-medidas-historico.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.

RAMALHO JUNIOR, E.; FERRARO, N. G.; SOARES, P. A. de T. **Os fundamentos da física**. 9. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

SILVÉRIO, A. dos A.; ZIMMERMANN, E. **As dificuldades no ensino/aprendizagem da física**. 2001. 57 p. Monografia (Especialização em ensino de Física)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/105360/FSC0003-M.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

TIPLER, P. A.; MOSCA, G. **Física para cientistas e engenheiros**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2009.

UNITY. **Flexível, rápido e avançado**. 2017. Disponível em: <<https://unity3d.com/pt/unity>>. Acesso em: 25 out. 2017.



ARTIGOS
ÁREA DAS CIÊNCIAS
SOCIAIS

INVISÍVEL AOS OLHOS: UM ESTUDO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOS GARIS

Ana Paola Grandó¹
Caroline Maria Tronco²
Cleocimar Aigner Paludo³
Fábio Augusto Lise⁴

RESUMO

A presente pesquisa é um estudo de método qualitativo e quantitativo, que tem por objetivo analisar a percepção dos garis sobre a Qualidade de Vida no Trabalho; o projeto foi realizado em uma cidade do Oeste de Santa Catarina. Os objetivos que auxiliaram a chegar no resultado desejado são: investigar como eles se sentem realizando esse trabalho; identificar quais suas condições de trabalho e as consequências; compreender como é o bem-estar dos profissionais em relação ao seu trabalho. Com a pesquisa e a aplicação do Inventário de Bem-Estar no Trabalho, percebe-se que as garis entrevistadas possuem uma boa qualidade de vida e gostam de realizar tal serviço. De acordo com os relatos das três garis que participaram da pesquisa, há uma preocupação com a qualidade de vida no ambiente de trabalho dessas profissionais. Ficou evidente que, para essas três profissionais, o trabalho que elas realizam é gratificante. Palavras-chave: Garis. Qualidade de vida no trabalho. Satisfação.

1 INTRODUÇÃO

A qualidade de vida pode influenciar no ambiente de trabalho, pois se o funcionário não tem uma qualidade de vida saudável dentro da empresa onde trabalha pode ser que ele não consiga desempenhar

¹ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; ana.grando@unoesc.edu.br

² Graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; carool_mt@hotmail.com

⁰ Mestre em Psicologia e em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; cleocimar.paludo@unoesc.edu.br

⁴ Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Vale dos Sinos; Professor no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; fabio.lise@unoesc.edu.br

adequadamente suas funções. Isso faz com que o funcionário adoença e a empresa acabe por diminuir sua lucratividade. A qualidade de vida pode indicar os níveis das condições básicas do ser humano, abrangendo o bem-estar mental, físico, emocional e psicológico.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (2011), a saúde do trabalhador no Brasil entrou em vigor no ano 2004. Dessa maneira, a Política Nacional de Saúde pretende reduzir os acidentes e doenças que estejam relacionadas ao trabalho. Para a redução de acidentes e doenças realizam-se ações de reabilitação, vigilância e promoção na área da saúde.

Paula et al. (2012) afirmam que o serviço faz parte da vida do homem, e este, portanto, estabelece uma ligação com o seu trabalho, e é nessa atividade, humana por excelência, que é realizada uma mediação entre o homem e a natureza. O trabalho pode ser uma fonte de prazer, além disso, pode ser uma forma de sobrevivência, porém nem todos os trabalhadores têm a oportunidade de desempenhar a profissão que realmente gostariam, ou até mesmo ter um trabalho satisfatório.

Diante disso, a valorização no ambiente de trabalho influencia no desempenho do profissional ao realizar o seu serviço, pois em um ambiente em que o trabalhador é valorizado, é possível desempenhar muito melhor suas atividades.

O tema foi escolhido para descobrir como é a qualidade de vida desses profissionais garis, que desempenham um papel de extrema importância nas cidades pelo serviço que realizam. A pesquisa foi realizada com três mulheres garis que possuem idade entre 30 e 50 anos. Nesse sentido buscou-se responder à pergunta: qual é a percepção dos garis sobre a sua qualidade de vida no trabalho?

2 QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR NO TRABALHO

Silva e Florentino (2014) explicam que, com o progresso da globalização, as empresas estão diante de um livre fluxo de mercado e devem se adequar a novas estratégias eficientes para melhorar a qualidade

de vida dos funcionários. É de extrema importância que as organizações se preocupem com o bem-estar dos funcionários. Assim, eles conseguirão enfrentar as mudanças que podem ocorrer dentro da empresa.

Para a Organização Pan-Americana da Saúde (2011), em média 58% da população tem mais de 10 anos de idade e 45% da população mundial fazem parte da força do trabalho. Todo o trabalho dessa população, de uma maneira ou de outra, sustenta a base econômica e material da sociedade, mas também são dependentes da sua própria capacidade de trabalho. Dessa maneira, a saúde ocupacional e a saúde do trabalhador servem de pré-requisitos para a produtividade e tem grande relevância para o desenvolvimento sustentável e também o socioeconômico.

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (2011), a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast) é um dos procedimentos para assegurar a atenção integral em relação à saúde dos trabalhadores. A Renast é integrada por Centros Estaduais e Regionais de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest). Em meados de outubro de 2009, havia 178 unidades distribuídas por todo o País e uma rede de 1.000 serviços de média e também de alta complexidade, e é possível diagnosticar riscos à saúde que possuam ligação com o trabalho e são registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN-NET).

Assis et al. (2013) comentam que Frederick Taylor desenvolveu estudos voltados para a diminuição de esforços e também para uma melhoria na capacidade produtiva. Por isso, é de extrema importância cuidar da segurança dos profissionais e não esquecer de garantir uma maior produtividade e melhores condições nas atividades que serão desempenhadas, pois assim obter-se-á maior satisfação na vida pessoal e familiar e no ambiente de trabalho.

3 GARI E OS RISCOS BIOPSISSOCIAIS

Para Assis et al. (2013), o gari é um profissional que está vinculado ao Serviço de Limpeza Pública em que faz o trabalho de varrição e coleta de lixo em ruas, avenidas, casas, prédios, parques públicos, entre outros lugares. A

nomeação gari teve início na Cidade do Rio de Janeiro, quando o empreiteiro Aleixo Gary, em 1876, assinou o contrato para a limpeza da cidade.

Siqueira e Moraes (2009) comentam que na antiguidade já era relatado sobre quais efeitos provocavam no bem-estar dos indivíduos no que diz respeito às relações com as condições ambientais. O progresso da urbanização e da industrialização nos séculos XVIII e XIX acarretou consequências na saúde das pessoas. Iniciaram as técnicas sanitárias que têm como foco principal eliminar e reduzir as doenças que eram causadas pelo ambiente, de onde surge o significado de higiene. Foi na segunda metade do século XX que a relação do ambiente com a saúde se integrou nas atenções à saúde pública.

Observa-se que a saúde no processo das atividades e também no processo de saúde/doença desses profissionais apresenta aspectos para estudos e intervenções na saúde pública. Galdino e Malysz (2012) comentam que esses profissionais têm que enfrentar também os riscos nas ruas, por não estarem asfaltadas ou por seu péssimo estado de conservação, além do mau cheiro por causa da fermentação do lixo e dos ruídos que são emitidos pelo próprio caminhão. Os atropelamentos também ocorrem, pois as atividades que são realizadas exigem que os profissionais façam o serviço muito rápido, e os atropelamentos podem ocorrer no trajeto que eles fazem do lixeiro até o caminhão.

Siqueira e Moraes (2009) expõem que os resíduos gerados pela população levam a diversas consequências ligadas ao perigo à saúde da população, podendo provocar a degradação ambiental. O lixo coletado nas áreas urbanas das cidades é transportado até o seu destino final, esse destino final, o qual, na maioria das vezes, fica a céu aberto e sem nenhum tipo de proteção para as pessoas. A maior parte do lixo coletado não possui um lugar adequado para ser despachado, por isso, além de provocar poluição no solo, provoca também a poluição das águas e do ar.

O risco ocupacional biológico, para Lazzari e Reis (2011), ocorre pela exposição a agentes biológicos (bactérias, fungos, vírus, protozoários, picadas e mordidas de animais, entre outros) que podem existir no ambiente, e o homem, dessa maneira, fica exposto a eles ao realizar suas

atividades. As atividades que são realizadas no ambiente de trabalho estão ligadas diretamente à contaminação, sendo elas: trabalhar em laboratórios, hospitais, indústria de alimentação, coleta e manuseio de resíduos sólidos.

Discutir sobre doença, para Bock, Furtado e Teixeira (1999), consiste em pensar na promoção da saúde mental. Provoca pensar no homem na sua totalidade, ou seja, como um ser biológico, sociológico e psicológico, e também no que diz respeito a todas as suas condições de vida que proporcionam bem-estar físico, social e mental. Nessa concepção, pode-se pensar na pobreza, que acarreta condições de vida limitadas em relação às necessidades básicas dos indivíduos.

Bock, Furtado e Teixeira (1999) comentam que falar em doença provoca pensar na prevenção, e essa prevenção em saúde mental refere-se à criação de estratégias para impedir o seu surgimento. A prevenção acarreta ações que são estabelecidas no meio social, ou seja, quando se realiza uma pesquisa em uma empresa, pode-se perceber que as condições de trabalho dos funcionários podem acarretar a manifestação de um determinado distúrbio de comportamento. Portanto, busca-se interferir nas condições de trabalho, por exemplo o barulho, evitando que demais indivíduos apresentem o mesmo distúrbio.

Para Codo (1988), os transtornos neuróticos são os causadores da segunda causa em relevância, a “incapacidade temporária” em relação ao trabalho. Antigamente se utilizava muito mais o serviço braçal, mas com o avanço de novas tecnologias, isso ficou de lado, dessa maneira, o principal desgaste do trabalhador não é mais nos braços, e sim no cérebro. Portanto, cada vez mais é necessário pensar em ações concretas que tenham a finalidade de remediar, prevenir e conhecer as implicações dessa crise em relação à saúde mental dos trabalhadores.

4 MÉTODO

A pesquisa foi designada como método qualitativo e quantitativo, e também como pesquisa de estudo de caso; para o delineamento da pesquisa foi utilizada a pesquisa descritiva. Para a coleta

de dados, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada com perguntas abertas e também foi aplicado o Inventário de Bem-Estar no Trabalho (IBET), que é recomendado para aferir o estado de bem-estar no trabalho, o comprometimento afetivo organizacional e o envolvimento com o trabalho. A entrevista semiestruturada com as perguntas abertas foi de grande valia, pois permitiu entrevistar de forma mais ampla e, assim, o entrevistado conseguiu falar mais sobre a sua opinião diante de determinada pergunta; as perguntas foram feitas de acordo com o objetivo do pesquisador. Os sujeitos participantes da pesquisa foram três profissionais mulheres que trabalham como garis em uma empresa do Oeste de Santa Catarina.

A efetivação da pesquisa foi realizada em julho de 2017, quando foram aplicados a entrevista e o inventário com os indivíduos no período matutino; a coleta foi realizada em dias diferentes, e cada sujeito precisou de aproximadamente uma hora para responder à pesquisa. Como os profissionais garis possuem um horário diferenciado de trabalho, a pesquisa foi realizada quando elas voltavam da rua, em torno das 11h; a cada manhã a entrevista foi realizada com uma das participantes, sendo a empresa a responsável pela seleção delas. As entrevistas foram gravadas mediante a autorização das participantes. A análise e interpretação dos dados foi realizada a partir da correlação e interpretação dos dados, e consistiu na aplicação por meio da análise de conteúdo, com a fundamentação teórica que fundamenta o tema escolhido.

5 DISCUSSÕES E RESULTADOS

O ambiente de trabalho é compreendido como um espaço de privilégio, pois é nele que se vivenciam novas experiências e também há uma troca de conhecimento entre colaboradores e líderes. O gari trabalha com a limpeza das vias públicas e é encarregado de fazer a varrição das ruas e/ou lugares públicos da cidade; seu trabalho é indispensável, pois são eles que deixam as ruas da cidade limpas.

Paula et al. (2012) expõem que o emprego possui relevância na construção da identidade das pessoas. O ser humano se percebe em uma forma completa e consegue se “transformar” por meio do seu trabalho, mas em alguns contextos laborais específicos, o desenvolvimento da construção de identidade pelo trabalho em algumas vezes não ocorre.

Segundo o relato das profissionais entrevistadas em relação ao trabalho que realizam, foi exposto pela Gari 1 que: “eu gosto né, é um serviço bom e eu já estou bem acostumada.” (informação verbal). As demais entrevistadas também colocaram que gostam de exercer essa profissão.

O trabalho está ligado à história do homem, portanto, Paula et al. (2012) comentam que o trabalho pode ser uma fonte de prazer, além de ser uma forma de sobrevivência, porém nem todos os trabalhadores tiveram a oportunidade de desempenhar a profissão que realmente gostariam, ou ter um trabalho satisfatório.

Segundo o relato das profissionais que participaram da amostra, para elas, esse serviço é satisfatório: “O trabalho pra mim significa tudo né [...]” (Gari 1), “Com o trabalho eu me sinto mais feliz, mais tranquila.” (Gari 2) (informações verbais). A partir do relato dessas profissionais, e também do Inventário aplicado, pode-se notar que para as três profissionais o trabalho que elas realizam é gratificante e elas gostam do serviço que realizam.

Os garis, para Galdino e Malysz (2012), são indivíduos que tem pouco reconhecimento, pois são vistos pela sociedade como pessoas invisíveis. Eles têm um papel fundamental nas cidades, pois eles trabalham no procedimento de gerenciar os resíduos que são produzidos pela sociedade, são frequentemente discriminados devido ao trabalho que eles desempenham e também quanto as suas condições socioeconômicas no lugar que estão inseridos. Devido a um baixo grau de escolaridade e pelas atividades que eles realizam no trabalho, esses profissionais são vistos pela sociedade com um “olhar” preconceituoso, mas não levam em conta o quão importante é o trabalho deles para conservar a cidade limpa e organizada sem lixo nas ruas.

De acordo com a amostra pesquisada, há uma incoerência no que os autores comentam: “[...] Não, não, nós somos todos colegas, todos amigos né, não tem essa coisa, em relação a outras pessoas também não [...]” (Gari 1), “Eu não me sinto assim [...] eu não me sinto assim com vergonha, com medo delas, assim, com vergonha do que eu to fazendo, eu me sinto feliz [...]” (Gari 2) (informações verbais).

Velloso, Santos e Anjos (1997) explicam que os profissionais que trabalham na coleta e destino do lixo são chamados de lixeiros e/ou garis. A visão social e a autoimagem desses profissionais são precárias pela visão da sociedade, pois ocorre um desrespeito pela profissão. Os garis convivem dia-a-dia com uma realidade universalmente desprezível.

Mas de acordo com o relato das garis, elas não se sentem invisíveis como a teoria apresenta. Fazem o trabalho porque gostam e não se preocupam com que as demais pessoas pensam ou falam sobre elas, não se sentem envergonhadas ou algo semelhante. Pode-se notar que estão satisfeitas pelo trabalho que exercem: “[...] eu me sinto feliz, nem que elas passam do jeito que passar, eu brinco, dou risada, ‘prozeio’, é tranquilo, sossegado, se alguém passa na rua e me cumprimentar eu cumprimento [...]” (Gari 2) (informação verbal).

A valorização no contexto de trabalho influencia muito no desempenho do profissional ao realizar o seu serviço, pois em um ambiente em que você é valorizado, é possível desempenhar muito melhor suas atividades, ao contrário de um ambiente em que você não é valorizado. Em relação à valorização, foi relatado pelas entrevistadas:

Eu acho que sim porque é meio difícil uma pessoa que faça os serviços que nós fizemos, assim, né, elas valorizam, acho, o serviço da gente [...] (Gari 2).

[...] eu não sei te dizer, né, se essas pessoas valorizam ou não né, mas a gente tenta, dentro da empresa somos todos bem concedidos. (Gari 1).

[...] tem uns que nem olham para gente, para as pessoas que nem me olham eu nem dou bola porque eu tenho que fazer o meu serviço né, eu tenho que cuidar do meu serviço e não das pessoas que não dão bola para a gente. (Gari 3) (informações verbais).

A Organização Pan-Americana da Saúde (2011) coloca que a saúde ocupacional não é somente um método para assegurar a saúde dos trabalhadores, mas para auxiliar de forma positiva a produtividade, o incentivo, a satisfação e a motivação no trabalho. Dessa forma, o ambiente de trabalho tem grande relevância, uma vez que auxilia o trabalhador para que ele tenha uma melhor qualidade de vida.

A entrevista e o inventário foram realizados na hora em que as participantes chegavam do serviço diário à empresa, as três participantes desta amostra, durante as entrevistas e a aplicação do inventário, demonstravam estar satisfeitas com o trabalho que realizam.

Silva e Florentino (2014) comentam que existem ainda muitas empresas que não investem em melhores condições para os seus funcionários. As empresas deveriam se preocupar com os funcionários, pois são eles que aumentam a lucratividade para a empresa, portanto, se eles estiverem em boas condições para trabalhar a empresa cresce, mas se isso não ocorrer a empresa acaba por diminuir sua lucratividade. A qualidade de vida no trabalho vai muito além dos programas de segurança no trabalho e na saúde, porque ela engloba um melhor ambiente para que se possa trabalhar, ter uma satisfação de poder, trabalhar em um ambiente em que possibilita um bem-estar e ter um bom relacionamento com todos.

Por isso, é de extrema importância cuidar da segurança dos profissionais e não esquecer de garantir uma maior produtividade e melhores condições nas atividades que são desempenhadas, pois assim se obterá maior satisfação na vida pessoal e familiar.

Na entrevista realizada com as três garis, notou-se que a empresa na qual trabalham se preocupa com suas condições de trabalho.

Eu gosto né, porque assim, nós se damos bem, com as colegas né, então é bom né, e eles também né, são bem gente boa e tudo, eu gosto, é bom. (Gari 1).

Eu gosto né, porque eles gostam de ajudar a gente, e a gente ajuda eles né, esse ajudar é quando a gente precisa deles e eles ajudam a gente, quando a gente precisa e quando eles precisam da gente em alguma coisa que precisa [...] (Gari 2) (informações verbais).

Ao compilar os resultados do inventário aplicado, confirmou-se o que foi dito na entrevista, pois para as garis entrevistadas, elas estão satisfeitas com o salário e com o trabalho que realizam, concordam também que estão orgulhosas da empresa na qual trabalham, estão satisfeitas com os benefícios que ganham e com as oportunidades que possuem dentro da empresa.

A partir do relato das três profissionais, nota-se que elas são valorizadas e que gostam de trabalhar na empresa em que estão; verifica-se que a empresa se preocupa com as consequências que seus trabalhadores podem ter em decorrência do serviço que realizam, dessa forma, por meio do que as entrevistadas colocam se percebe que a empresa auxilia os funcionários se estiverem passando por alguma dificuldade tanto em relação ao serviço quanto em relação à vida particular.

Silva e Florentino (2014) explicam que, com o progresso da globalização, as empresas estão diante de um livre fluxo de mercado e devem se adequar a novas estratégias eficientes para melhorar a qualidade de vida dos funcionários. É de extrema importância que as organizações se preocupem com o bem-estar dos funcionários. Assim, eles conseguiram enfrentar as mudanças que podem ocorrer dentro da empresa.

A qualidade de vida pode indicar os níveis de condições básicas do ser humano, e essas condições abrangem o bem-estar mental, físico, emocional e psicológico, podendo envolver também os relacionamentos sociais, a educação, a saúde, enfim, tudo o que pode afetar a vida do indivíduo. Qualidade de vida também é estar de bem com a família, os amigos, colegas de trabalho, etc.

Qualidade de vida para Chiavenato (2009), implica manter, criar e melhorar o ambiente em que é realizado o trabalho, tanto nas condições físicas, de higiene e de segurança, podendo ser em condições sociais e psicológicas. Isso resulta em um local para se trabalhar, que seja, amigável, agradável e satisfatório. Ocorrendo isso no espaço de trabalho, a qualidade de vida dos funcionários irá melhorar tanto dentro como fora da organização. A partir do relato das garis, percebe-se que elas gostam do serviço que realizam: “Eu me sinto bem, eu gosto de trabalhar aqui

[...]” (Gari 1), “Eu gosto do serviço que eu faço [...]” (Gari 2), “Eu me sinto bem eu gosto de fazer o meu trabalho.” (Gari 3) (informações verbais). No inventário elas colocaram que concordam e que estão entusiasmadas com a empresa onde trabalham.

A partir do trabalho que elas realizam, elas conseguiram alcançar objetivos na vida: “[...] podemos comprar nossos móveis [...]” (Gari 1), “[...] compramos uma moto, essas coisas dentro de casa né [...]” (Gari 2), “Os móveis dentro de casa, a casa nós também compramos e estamos pagando.” (Gari 3) (informações verbais).

Conversar com o líder é sempre fundamental, pois é a partir dessa conversa que é possível esclarecer dúvidas, expor sugestões e/ou reclamações, ajudando a manter uma melhor relação entre líder e colaborador. No que diz respeito a essa relação entre líder e funcionário, as entrevistadas afirmaram: “[...] ele precisa que eu vá em algum lugar trabalhar ou quando às vezes eu preciso por causa da minha família né assim.” (Gari 2), “Converso com chefe quando tem algum problema na estrada, quando eles falam que tem que fazer isso, daí eu pergunto para ele se é para fazer ou não, [...]” (Gari 3) (informações verbais). A partir dessa questão, pode-se comprovar que as garis estão satisfeitas com o entendimento entre elas e o seu líder.

A partir do relato das três profissionais entrevistadas, nota-se que elas possuem abertura para conversar com o líder, conseguiram alcançar diversos objetivos com o trabalho que realizam e se sentem bem realizando esse trabalho. Isso tudo está de acordo com o que Siqueira, Orengo e Peiró (2014) explicam, afirmando que o bem-estar no trabalho envolve um estado mental assertivo que é construído a partir de três vínculos: satisfação no trabalho, envolvimento com o trabalho e comprometimento organizacional afetivo. Esses três vínculos passam a “moldar” o estado mental de uma forma assertiva de bem-estar no trabalho. Momento em que o trabalhador se sente bem em relação ao convívio dele com as outras pessoas com as quais ele trabalha, pelas retribuições que são ofertadas que se adequam ao cargo que está ocupando.

A saúde do trabalhador está ligada ao ambiente de trabalho, visto que a qualidade de vida no trabalho é um incentivo ao trabalhador; assim, se dado o devido valor dentro da empresa em que trabalha, o colaborador se sentirá valorizado e satisfeito com o trabalho que desenvolve. Nesse aspecto, a Gari 1 expôs que “[...] eu gosto do que eu faço né no meu trabalho, então não tenho nem o que reclamar [...]” (informação verbal). Nota-se que as garis entrevistadas possuem uma boa qualidade de vida, a empresa também se mostrou bem atenciosa e preocupada nesse aspecto, no sentido de que seus funcionários sempre estejam bem, tanto com a sua família quanto com seus colegas de trabalho. A empresa cresce e ganha muito quando se preocupa com a qualidade de vida do trabalhador, uma vez que os colaboradores se sentem motivados a trabalhar e estão preparados para crescer junto com a empresa na qual trabalham. Dessa maneira, percebe-se que as garis entrevistadas estão satisfeitas com o seu trabalho e também com a empresa em que trabalham, já que promoção de saúde é proporcionar qualidade de vida.

6 CONCLUSÃO

Muitas vezes, a sociedade pode pensar que os profissionais garis, por desempenharem esse trabalho, não têm uma boa qualidade de vida e também não estão satisfeitos com seu trabalho. Por meio da aplicação da entrevista e também do inventário, percebe-se que as participantes dessa amostra têm uma qualidade de vida saudável e também se nota que estão satisfeitas com o trabalho que realizam. A empresa onde elas trabalham se mostra preocupada com a qualidade de vida e a saúde de seus funcionários, sempre auxiliando quando necessitam.

Alguns autores expõem que os garis, por exercerem essa profissão, sentem-se invisíveis perante a sociedade, mas as três profissionais que foram entrevistadas relataram que não, que não se sentem invisíveis nem para a sociedade nem para seus líderes. A sociedade muitas vezes acaba desvalorizando o trabalho desses profissionais e não colaborando com eles, jogando o lixo no chão. É necessário ter consciência de que sem esses

profissionais a cidade ficaria com sujeiras nas ruas, portanto o trabalho dos garis é fundamental e deve ser valorizado pela sociedade.

O objetivo geral com esta pesquisa foi analisar a percepção dos garis sobre a qualidade de vida no trabalho. Portanto, constatou-se que os objetivos propostos pela pesquisa foram alcançados, pois as garis entrevistadas comentaram que gostam do trabalho que realizam e estão satisfeitas com o trabalho que desempenham. Desse modo, ao final da pesquisa foi possível responder à pergunta: qual é a percepção dos garis sobre a sua qualidade de vida no trabalho? Pelo que foi relatado, a percepção que elas possuem sobre a sua qualidade de vida no trabalho é saudável, pois elas se sentem bem e a empresa demonstra ter um cuidado com seus colaboradores para que sua saúde sempre esteja em boas condições. Visto que para ter uma saúde mental saudável é necessário ter um estilo de vida saudável, trabalhar em um ambiente de trabalho agradável e sentir-se valorizado pelos demais; trata-se, também, de um estado de bem-estar, portanto, a proteção, a promoção e a restauração da saúde mental são fundamentais para o trabalhador, fazendo com que este não venha a adoecer.

REFERÊNCIAS

ASSIS, E. A. et al. **Percepção funcional e qualidade de vida dos garis de microcidades do interior do Sudoeste Baiano**. 2013.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXERA, M. de L. T. **Psicologias: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CODO, W. Saúde mental e trabalho: uma urgência prática. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, DF, v. 8, n. 2, 1988.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GALDINO, S. de J.; MALYSZ, S. T. Catadores de materiais recicláveis e coletores do município de Mamborê-PR: Agentes fundamentais no processo de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 7., 2012, Paraná. **Anais...** Paraná: NUPEM, 2012. p. 1-10.

LAZZARI, M. A.; REIS, C. B. Os coletores de lixo urbano no município de Dourados (MS) e sua percepção sobre os riscos biológicos em seu processo de trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, p. 3437-3442, 2011.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Saúde do Trabalhador**. 2011 Disponível em: <http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=378%3Asaude-trabalhador&catid=990%3Aprincipal&Itemid=595> Acesso em: 20 mar. 2017.

PAULA, A. V. de et al. Fatores psicossociais envolvidos no processo de afastamento do trabalho. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 7., 2012, Curitiba. **Anais...** Curitiba, maio 2012. p. 1-12.

SILVA, I. F. F. da; FLORENTINO, R. C. Qualidade de Vida no trabalho – QVT: uma estratégia competitiva para o aumento da produtividade. **Evidência**, Araxá, v 10, n. 10, p. 87-94, 2014.

SIQUEIRA, M. M. M.; ORENGO, V.; PEIRÓ, J. M. Bem-estar no trabalho. In: SIQUEIRA, M. M. M. **Novas medidas do comportamento organizacional**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

SIQUEIRA, M. M.; MORAES, M. S. de. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. **Ciência e Saúde Coletiva**, p. 2115-2122, 2009.

VELLOSO, M. P.; SANTOS, E. M.; ANJOS, L. A. dos. Processo de trabalho e acidentes de trabalho em coletores de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, p. 693-700, out./dez. 1997.

PERSPECTIVAS ACERCA DA APRENDIZAGEM DE ADOLESCENTES NO MERCADO DE TRABALHO

Carlos André Guerreiro Silva¹

Letícia Machado²

Sayonara de Fátima Teston³

RESUMO

O objetivo com este estudo foi analisar o processo de aprendizagem de jovens no mercado de trabalho. Trata-se de um estudo de caso em uma empresa do setor de comércio do Oeste catarinense. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com jovens aprendizes e com um representante da empresa caso. Para a análise, os dados foram categorizados e posteriormente cotejados com a busca teórica. Como principais resultados, observou-se que a aprendizagem ocorre principalmente por meio das associações estabelecidas entre teoria e prática, entre experiência e meio social, por imitação, observação ou modelagem. Além disso, aponta-se que com a implantação do Programa, a aprendizagem também ocorreu para a empresa, que desenvolveu novas competências.

Palavras-chave: Jovem aprendiz. Mercado de trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a adolescência se constitui como uma fase do ciclo vital marcada por numerosas mudanças que parecem influenciar significativamente o aprendizado e o desenvolvimento do indivíduo no decorrer da sua jornada pessoal e profissional. Nesse contexto, o Programa Jovem Aprendiz pode contribuir para o desenvolvimento de pessoas com

¹ Graduando em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; carlossilva96@gmail.com

² Graduanda em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; leticia_machado_@outlook.com

³ Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; doutoranda em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí; Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina; sayonara.teston@unoesc.edu.br

idade entre 14 e 24 anos, garantindo direitos e promovendo um espaço de aprendizagem que associa elementos teóricos e práticos (BRASIL, 2000).

Dessa forma, analisar a inserção do jovem no mercado de trabalho e observar quais estratégias de aprendizagem são utilizadas por ele foram aspectos relevantes para este estudo. Buscou-se, assim, responder à pergunta de pesquisa: Como ocorre o processo de aprendizagem de jovens inseridos em uma ocupação laboral enquanto participantes do programa jovem aprendiz?

Com vistas a responder a essa pergunta de pesquisa, o trabalho teve como objetivo analisar o processo de aprendizagem de jovens no mercado de trabalho. Para atender ao objetivo proposto, realizou-se uma revisão bibliográfica acerca de temas, a qual auxiliou na compreensão do processo de aprendizagem e suas associações com o adolescente inserido no mercado de trabalho e no Programa Jovem Aprendiz. Realizou-se também uma coleta de dados que foi cotejada com esta revisão. Neste trabalho, a revisão bibliográfica é seguida pelos procedimentos metodológicos, análise dos resultados e conclusão.

Acredita-se que o estudo poderá contribuir para identificar características relacionadas ao processo de aprendizagem na organização investigada, bem como colaborar com a elaboração de políticas de desenvolvimento de pessoas na empresa caso.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para a elaboração da revisão bibliográfica foram abordados os temas da adolescência, dos aprendizes e do processo de aprendizagem.

2.1 ADOLESCÊNCIA

Sabe-se que a adolescência é uma fase do desenvolvimento humano, entre a infância e a idade adulta, marcada pelas intensas modificações hormonais, físicas e psíquicas. A compreensão da adolescência como uma fase específica do ciclo vital é relativamente recente, já que até o início do

século XX não era considerada um período separado do desenvolvimento (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2006). Essa fase inicia-se com a puberdade, porém a definição exata sobre seu período parece não ter encontrado um consenso, visto que diferentes autores consideram definições distintas sobre seu início e término. Apesar disso, a base constitucional é dada pelo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgada pela Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que define a adolescência como o período entre os 12 e os 18 anos de idade (BRASIL, 1990).

Durante a adolescência é esperada uma série de mudanças corporais, cognitivas e psíquicas. Entre elas, as mais conhecidas são as alterações hormonais: os hormônios “sexuais” (progesterona nas mulheres e testosterona nos homens) são produzidos em uma escala muito maior do que durante a infância (CAMPOS, 2011a). Tal mudança acarreta o aparecimento das características sexuais primárias, constituída pelo amadurecimento dos órgãos sexuais, e secundárias, caracterizadas, por exemplo, pelo crescimento das mamas nas mulheres e pelo surgimento de pelos em uma proporção maior (CAMPOS, 2011a). Além dos aparentes aspectos físicos, elementos comportamentais também emergem.

Segundo Bee (1997), a taxa de mortalidade e acidentes aumenta nessa fase da vida – em comparação com as anteriores –, mas tal aumento ocorre por comportamentos de risco mais do que por outras causas, como a imprudência ao volante. É importante observar que a autora se refere aos Estados Unidos da América (EUA) quando menciona a taxa de acidentes automobilísticos, visto que nos EUA as leis de trânsito e a idade mínima para dirigir diferem das leis brasileiras. Porém, acredita-se que a propensão ao risco é encontrada em jovens dos diversos países do mundo.

Além dos aspectos psicológicos ou comportamentais, alterações cognitivas são apontadas por Piaget, o qual menciona o pensamento operatório formal como uma característica dessa fase da vida (PIAGET apud BEE, 1997). Entre as particularidades desse tipo de pensamento, pode-se mencionar a ampliação das alternativas reais para as possíveis, que faz com que os adolescentes passem a pensar não somente nas situações que estão vivendo, mas também possam se imaginar em outras

e novas situações, pensando também sobre suas consequências, de modo a conseguir planejar melhor o futuro (BEE, 1997).

Outra característica interessante do pensamento do adolescente é a capacidade de sistematizar a solução de problemas. Piaget e Inhelder (1976) verificaram que os adolescentes tendem a sistematizar de forma organizada possíveis soluções de um problema, de modo a chegar a uma conclusão mais exata da solução. Tais habilidades são relevantes para a carreira profissional dos jovens, que podem se utilizar de tais características durante a execução de tarefas no ambiente de trabalho.

A formação da identidade dos indivíduos também é um aspecto que precisa ser considerado. Para Papalia, Olds e Feldman (2006), uma importante tarefa dessa fase é a formação da identidade pessoal, sexual e profissional. Nesse sentido, acredita-se que o processo de aprendizagem especialmente nessa fase do ciclo vital pode contribuir para a consolidação de aspectos profissionais e pessoais dos jovens. Nesse contexto, entende-se que a aprendizagem dos jovens é uma importante área de estudos para a área da Psicologia.

2.2 OS APRENDIZES

O trabalho do jovem aprendiz precisa respeitar algumas condições definidas pela lei, tendo em vista o benefício do adolescente e o aproveitamento correto do período de aprendizagem. A Lei da aprendizagem (Lei n. 10.097/2000) auxilia na inserção do adolescente no mercado de trabalho, colaborando para a aquisição de experiências teóricas e práticas, garantindo, ao mesmo tempo, todos os benefícios do emprego formal, com o objetivo de preservar o desenvolvimento físico e psicológico dos jovens (BRASIL, 2000). O jovem aprendiz deve ter entre 14 e 24 anos e receber formação técnico-profissional na empresa na qual trabalha e na Escola Técnica de Educação à qual deve estar vinculado. O contrato deve ter duração máxima de dois anos, e o aprendiz pode ser contratado pela empresa na qual foi treinado (BRASIL, 2000).

Quando a aprendizagem no local de trabalho é corretamente propiciada, revestindo o trabalho de significado, as implicações tendem a ser positivas. No entanto, infere-se que, assim como outros profissionais, o jovem aprendiz pode ter sua saúde física e mental prejudicada pelo trabalho quando este não fornece condições objetivas e subjetivas favoráveis para o seu desenvolvimento. Nesse tipo de situação é possível a ocorrência de consequências negativas para seu desenvolvimento.

De acordo com Codo (1992), a experiência de trabalho é uma importante esfera na construção da identidade, sendo geradora de saúde, sofrimento e/ou doença. Dessa forma, infere-se que a experiência no trabalho pode influenciar o desenvolvimento do jovem aprendiz, já que é na adolescência que ocorre a busca pela formação de diferentes elementos da identidade do indivíduo. Erikson considerava a formação profissional como um aspecto importante na aquisição de identidade do adolescente, como lembrado por Amazarray et al. (2009), que mencionam que essa fase é marcada pela capacidade dos adolescentes de sintetizar identificações pregressas em uma nova estrutura psicológica, processo no qual algumas questões básicas estão presentes, entre elas a escolha da ocupação e a adoção de novos valores.

Assim, parece que além da contribuição das condições físicas de infraestrutura adequadas para o desenvolvimento saudável do adolescente, as condições psíquicas e sociais são determinantes. A exposição a uma nova atividade causa dúvidas e ansiedades ao jovem que, muitas vezes, pode se sentir pressionado pelo aumento repentino de responsabilidades, pelas cobranças de chefias com as quais não estava acostumado, ou pelo aumento de tarefas que diminuem o tempo que ele antes usava para realizar outras atividades, como de lazer (AMAZARRAY et al., 2009). Ainda de acordo com Amazarray et al. (2009), caso não ocorra em um local que ofereça as condições adequadas, o trabalho pode tornar-se um agente estressor e causar consequências negativas ao desenvolvimento do jovem.

Apesar das oportunidades e ameaças que a inserção no mercado de trabalho pode proporcionar, entende-se que o ingresso do jovem no

mundo do trabalho permite a associação entre os valores transmitidos pela família ou pela sociedade com valores promovidos pelas organizações. O trabalho também pode garantir melhores condições financeiras e influenciar na maturidade profissional e de carreira, demonstrando ser um aspecto importante para o desenvolvimento do adolescente. Além disso, estimula a aquisição, assimilação e utilização de novos comportamentos. Assim, programas como o Jovem Aprendiz, além de possibilitarem a inserção no mercado de trabalho, se desenvolvidos em condições adequadas, podem contribuir positivamente para o desenvolvimento cognitivo, psicológico e social dos adolescentes.

2.3 A APRENDIZAGEM

A aprendizagem demonstra ser um processo complexo. A dificuldade em encontrar uma conceituação satisfatória do termo é lembrada continuamente pelos pesquisadores que a estudam. Apesar disso, as pesquisas sobre a aprendizagem não são recentes. No início do século XX, Watson contestou o modelo da época sobre a análise dos processos mentais, pois acreditava que o comportamento manifesto era o único indicador válido da aprendizagem. A partir de seus estudos, Watson fundou a escola do Behaviorismo, baseado na concepção de tábula rasa de John Locke (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005). O Behaviorismo influenciou fortemente a Psicologia nas décadas seguintes. Para Gazzaniga e Heatherton (2005), Watson havia desenvolvido ideias a partir da interpretação do estudo feito por Pavlov, que considerava que um estímulo neutro podia se relacionar a um estímulo que já produzia uma resposta e eliciar uma resposta similar (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005).

Dessa forma, foi possível compreender que algumas ações ou estímulos são realizados com propósitos definidos, buscando recompensas ou formas de evitar punições. Nesse sentido, Skinner (1938) estruturou a teoria sobre o condicionamento operante, segundo a qual a probabilidade de ocorrência de uma ação no futuro é influenciada

por suas consequências. Assim, um comportamento que gera resultados satisfatórios tem mais chances de ocorrer novamente em comparação com um comportamento que tenha resultados insatisfatórios. Trata-se da lei do efeito mencionada por Thorndike (1898).

Mais tarde, Skinner (1938) criou o conceito de modelagem, demonstrado através de experimentos onde era possível acompanhar o processo de aprendizagem de um comportamento desejado (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005). A modelagem é um processo de condicionamento operante que envolve reforçar comportamentos cada vez mais semelhantes ao comportamento desejado (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005). Nota-se a importância dos processos de avaliação de desempenho dos jovens no ambiente de trabalho, para que o feedback possa funcionar como um fator de reforço para a aprendizagem.

Rescorla e Wagner (1972) desenvolveram o modelo Rescorla-Wagner, que modificou as compreensões de aprendizagem. Segundo o modelo, a força da associação entre o estímulo condicionado e o estímulo incondicionado é determinada pela extensão em que o estímulo incondicionado é inesperado ou surpreendente (RESCORLA; WAGNER, 1972). Entende-se, assim, que a aprendizagem dos jovens é facilitada diante de estímulos que sejam surpreendentes. A partir de 1970, os teóricos passaram a enfatizar a compreensão dos aspectos mentais que permeiam o processo de condicionamento (HOLLIS, 1997). Surgiu, assim, a consideração dos processos mentais como predição e expectativa, referentes à perspectiva cognitiva da aprendizagem (HOLLIS, 1997). Nesse contexto, para que a aprendizagem ocorra, é necessária a predição meticulosa do estímulo incondicionado pelo estímulo condicionado (RESCORLA, 2008).

Verifica-se que a aprendizagem pode ocorrer também por meio da observação. Segundo Gazzaniga e Heatherton (2005), a aprendizagem observacional ocorre quando comportamentos são adquiridos ou modificados após a exposição a outras pessoas que estão realizando o comportamento. Como exemplos de aprendizagem pela observação pode-se mencionar a aquisição da linguagem e das habilidades sociais. Porém,

um comportamento só pode ser imitado se a pessoa que vai aprendê-lo for capaz de executá-lo (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005). Também é possível aprender observando as consequências de uma ação observada, gerando o que é chamado de aprendizagem vicária (BANDURA; ROSENTHAL, 1966; GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005). Percebe-se, assim, a importância da observação e da experimentação para promoção da aprendizagem dos jovens.

Em suas afirmações sobre a aprendizagem experiencial, Kolb (1984) menciona que a aprendizagem ocorre além do plano cognitivo, e enfatiza a interdependência entre características internas do indivíduo e circunstâncias externas do ambiente para que o processo de aprendizagem ocorra. Busca apresentar, assim, uma perspectiva holística, integrativa, que combina experiência, percepção, comportamento e cognição (KOLB, 1984). Por sua vez, a teoria da aprendizagem social de Bandura (1977) acrescenta que as pessoas são auto-organizadas, proativas, autorreguladas e reflexivas, e assim, contribuem para as circunstâncias de suas próprias vidas, não sendo apenas produtos dessas condições (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008). Portanto, além das contribuições do ambiente, consideram-se importantes as habilidades e características individuais dos aprendizes, o que também os responsabiliza pela aprendizagem.

Há também a concepção que aponta para a importância da aprendizagem formal. A aprendizagem pode ser compreendida como a aquisição de novas habilidades relacionadas a conteúdos teóricos que podem ser aprendidos, geralmente, na escola (CAMPOS, 2011b). Já Gazzaniga e Heatherton (2005) acrescentam que a compreensão de aprendizagem deve estar relacionada aos comportamentos e à memória. Para eles, a aprendizagem é uma mudança duradoura de experiência. Ou seja, a aprendizagem se realiza a partir de um comportamento que começa a fazer parte do repertório comportamental do indivíduo, baseado em alguma experiência anterior com esse comportamento.

A aprendizagem é, portanto, um processo complexo. Está presente desde o início da vida e pode sofrer influência de inúmeros aspectos, tanto físicos, quanto psíquicos e sociais, tornando-se um

aspecto fundamental da vida para o alcance dos objetivos pessoais e profissionais dos indivíduos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo de caso em um dos maiores supermercados da região Oeste catarinense. A empresa contava com 15 jovens aprendizes em seu quadro de empregados em 2017, além de um profissional da área de recursos humanos que ocupava a função de analista de treinamentos e era responsável por integrar, coordenar e avaliar o progresso dos jovens aprendizes.

Para investigação dos temas deste estudo, realizou-se um estudo de abordagem qualitativa e de caráter descritivo. A proposta foi apresentada para a empresa pelos pesquisadores, e a partir do aceite, foram realizadas entrevistas semiestruturadas que tinham como enfoque principal avaliar como ocorre o processo de aprendizagem dos jovens na opinião deles próprios e na opinião da empresa, representada pelo analista de treinamentos. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Além disso, antes da realização das entrevistas, foram coletadas as assinaturas dos participantes no Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) da pesquisa. O projeto de pesquisa não foi submetido ao Comitê de Ética em pesquisa, uma vez que se entendeu que a coleta de dados implica risco mínimo para os participantes (SHAUGHNESSY; ZECHMEISTER; ZECHMEISTER, 2007).

A coleta de dados foi realizada no primeiro semestre de 2017. Na análise dos resultados, foram cotejadas as informações colhidas na pesquisa com a pesquisa teórica sobre o tema a partir de duas categorias de análise: a percepção dos jovens sobre o processo de aprendizagem a partir da sua inserção no mercado de trabalho e a visão da empresa sobre a aprendizagem dos jovens.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A apresentação dos resultados se realizou a partir das duas categorias de análise apresentadas nos procedimentos metodológicos. É importante mencionar que os jovens que participaram das entrevistas possuem diferentes responsabilidades na empresa investigada, uma vez que o objetivo da pesquisa é ter uma percepção geral do processo de aprendizagem, independentemente da atividade executada.

4.1 A PERCEPÇÃO DOS JOVENS ACERCA DA APRENDIZAGEM

Da mesma forma que ocorre com as afirmações teóricas sobre a aprendizagem, percebe-se que no entendimento sobre como ocorre a aprendizagem para os jovens, diferentes meios são mencionados: “Aprendizagem acho que é aliar conhecimentos da teoria com a prática, experimentar coisas novas, fazer algo que você nunca tinha feito, buscar experiência, coisas desse tipo.” (informação verbal).

Para esse entrevistado, parece que a aprendizagem tem associação com a experiência. Retoma-se a afirmação de Kolb (1984), para o qual a aprendizagem ocorre além do plano cognitivo e enfatiza a interdependência entre características internas do indivíduo e circunstâncias externas do ambiente para que o processo de aprendizagem ocorra. Além da importância da aproximação entre teoria e prática, outra participante também parece mencionar a importância dos aspectos surpreendentes (RESCORLA; WAGNER, 1972), quando afirma que aprender também é “fazer algo que você nunca tinha feito.” Arriscar-se a fazer coisas novas também implica resultados que atribuem à ação a possibilidade da surpresa como consequência.

Retomando Campos (2011b), afirma-se que a aprendizagem se relaciona a todos os comportamentos do indivíduo, aos papéis que desempenham na sociedade, aos valores culturais e sua expressão, entre diversos outros aspectos. A associação entre aprendizagem e o meio também foi mencionada por Gazzaniga e Heatherton (2005), que

relacionam a aprendizagem de um comportamento a partir de uma experiência anterior, o que gera um novo comportamento que passa a fazer parte do repertório do indivíduo. Esses aspectos podem ser observados na seguinte fala:

Aprendizagem é algo amplo que demanda uma avaliação do contexto ao qual está implicado [...] pode ser compreendido como o desenvolvimento de significações, conhecimento, acerca de alguma vivência. Como um processo que vivencia algo, experimenta algo novo e desenvolve uma compreensão sobre essa experiência possibilitando um aprendizado. (informação verbal).

Nesse sentido, os aspectos do meio social são apontados pelos entrevistados como promotores da aprendizagem. Esses fatores parecem corroborar Bandura (1977), o qual considera que uma parcela do que é aprendido resulta da imitação, observação ou modelagem. Assim, a partir do que acontece com outras pessoas e da interação com elas e com esses acontecimentos, novas possibilidades para as atitudes, habilidades e conhecimentos individuais podem surgir. Esses fenômenos podem ser constatados por meio da fala a seguir: “Até com os clientes você acaba aprendendo alguma coisa, seja na comunicação ou algo que eles tragam como experiência também, porque você ouve o cliente falar de algumas experiências próprias ou de situações que ele passou em outros lugares que gostou ou não.” (informação verbal).

É possível, também, aprender por meio da observação de consequências de uma ação. Esse tipo de aprendizagem é denominado aprendizagem vicária (BANDURA; ROSENTHAL, 1966; GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005), o que pode ser verificado por meio da verbalização de um dos sujeitos entrevistados: “O contato com outros colaboradores da empresa também ajudou bastante, dá pra aprender muita coisa observando e depois que você cria uma relação com os teus colegas de trabalho [...] consegue aprender com as experiências deles, porque você conversa, troca experiências e etc.” (informação verbal).

Assim, a aprendizagem vicária, que é promovida pela habilidade de observar outras pessoas e os acontecimentos do entorno, parece ser uma alternativa de aquisição das informações. Porém, esse aspecto implica também a habilidade do próprio sujeito de perceber esse estímulo como uma oportunidade, bem como a capacidade de transformá-lo em habilidade aplicada. Retoma-se, assim, a afirmação de Bandura et al. (2008), que considera as pessoas como auto-organizadas, proativas, autorreguladas e reflexivas, e que podem contribuir para as circunstâncias de suas próprias vidas, não sendo apenas produtos dessas condições.

Nesse contexto, o aprendizado deriva de uma relação entre os estímulos presentes no ambiente e os possíveis estímulos consequentes que irão derivar da resposta que o indivíduo apresentará (SKINNER, 1938). Como exemplo de associação entre trechos da entrevista e a teoria do condicionamento, pode-se apresentar a fala de um dos participantes:

O jovem, geralmente, não está tão acostumado às responsabilidades do trabalho [...] O jovem precisa aqui compreender a importância de respeitar as regras, precisa atender às rotinas de trabalho corretamente; a adequação a essas rotinas e a responsabilidade são pontos principais da aprendizagem. (informação verbal).

Esse aspecto apareceu novamente em outra manifestação:

Eu era bem jovem quando comecei como jovem aprendiz e, embora a escola cobre certa responsabilidade, não é a mesma coisa [...] Você precisa de responsabilidade e um pouco de maturidade para entender que tem coisas que não podem ser feitas no trabalho e que você precisa cumprir sua jornada de trabalho. (informação verbal).

Infere-se que os elementos aprendidos estão associados ao desenvolvimento do adolescente e à construção de sua identidade (CODD, 1992; PAPALIA; OLDS; FELDMAN,, 2006). A formação da identidade parece ter ocorrido por associação dos estímulos recebidos, sendo emitidos inicialmente pela escola, na qual geralmente ocorrem as primeiras aprendizagens fora da família nuclear, e, posteriormente,

pelo ambiente de trabalho. A partir do contato com novas regras e uma maneira diferente de funcionamento, novos comportamentos são desenvolvidos. Nesse sentido, o processo de adaptação e flexibilidade é incentivado, o qual pode ser relevante para o desempenho de atividades profissionais ainda mais desafiadoras no futuro.

Assim, o ambiente de trabalho pode contribuir para o desenvolvimento individual, desde que atenda aos quesitos de bem-estar. Amazarray et al. (2009) destacam que o trabalho deve ser fornecedor de condições adequadas para sua realização, pois, caso contrário, o jovem pode se sentir sobrecarregado pelas novas responsabilidades, sem conseguir aliá-las às suas atividades anteriores – como as de lazer, atividades sociais e com a família –, tornando o trabalho um agente estressor, que pode acabar afetando negativamente o seu desenvolvimento. Nesse caso, os entrevistados avaliaram o Programa como um incentivador positivo: “Além de você já ter uma experiência no mercado de trabalho você não precisa aprender tudo de novo [...] precisa apenas aperfeiçoar aquilo que aprendeu como jovem aprendiz [...] ter sido jovem aprendiz acaba te dando mais visibilidade.” (informação verbal).

Essas experiências fazem com que os adolescentes passem a pensar não somente em situações que estão vivendo, mas possam se imaginar em novas situações, pensando também sobre suas consequências, de modo a conseguirem planejar melhor o futuro (BEE, 1997). Um dos entrevistados destaca que a experiência auxilia no aprendizado de outras funções e coloca sua experiência como produtiva e que atingiu objetivos propostos pelo Programa, como, por exemplo, sua inserção posterior no mercado de trabalho e a própria aquisição de experiência:

Ter sido jovem aprendiz acaba te dando mais visibilidade, eles conhecem teu trabalho e reconhecem o potencial, vejo que jovens aprendizes efetivados [...] acabam trocando de função mais rapidamente, o que acaba gerando uma satisfação, em alguns casos, porque você percebe que está sendo reconhecido e se torna mais fácil aprender algo quando você se sente bem ou faz algo que gosta. (informação verbal).

Percebe-se, assim, que na visão dos jovens a aprendizagem ocorre principalmente por meio das associações estabelecidas entre teoria e prática, entre a experiência e o meio social, por imitação, observação ou modelagem. Ainda, a aprendizagem vicária foi apontada como uma ferramenta de aquisição, além dos estímulos promovidos pelo ambiente de trabalho, que funcionam como fatores condicionantes. Por se tratar de um ambiente favorável para o ingresso e desenvolvimento dos jovens, as atividades de rotina contribuem para o enriquecimento do repertório de comportamentos, para a aquisição de novos valores e para despertar o interesse em planejar o futuro.

4.2 A PERCEPÇÃO DA EMPRESA ACERCA DA APRENDIZAGEM DOS JOVENS

Inferese que o Programa gera aprendizado para os adolescentes, mas também contribui para a melhoria de processos da empresa. Além de fornecer futuros colaboradores mais qualificados, possibilita um diálogo eficaz entre a empresa, a família, o jovem e a escola: “Uma das maiores contribuições do programa é, exatamente, apresentar profissionais mais qualificados desde cedo, profissionais ambientados à rotina de trabalho e com potencial de responsabilidade e maturidade. Além, é claro, do incentivo ao prosseguimento dos estudos.” (informação verbal).

Estabelece-se assim, um ciclo de aprendizagem a partir das experiências na escola e laborais. Dessa forma, a Lei da aprendizagem (Lei n. 10.097/2000) auxilia a inserção do adolescente no mercado de trabalho, colaborando para sua aquisição de experiência teórica e prática, garantindo, ao mesmo tempo, todos os benefícios do emprego formal, com o objetivo de preservar o desenvolvimento físico e psicológico dos jovens (BRASIL, 2000). O jovem aprendiz deve continuar conseguindo frequentar a escola, diminuindo o número de jovens que abandonam o ensino formal para trabalhar. A empresa que contrata esse adolescente auxilia também no desenvolvimento de competências valorizadas

profissionalmente. A empresa investigada opta por contratar adolescentes que possuem entre 14 e 15 anos e justifica:

Primeiramente, esse jovem recebe sua primeira oportunidade de um emprego com os devidos registros e direitos, que não receberia fora do Programa, já que só pode ser contratado como um colaborador efetivo a partir dos 16 anos. Dessa forma, o Programa [...] traz para a empresa um jovem que já vem com uma bagagem teórica e alguns conhecimentos que precisam, apenas, serem desenvolvidos na prática. (informação verbal).

A empresa relata também um desafio que precisou enfrentar a partir do estabelecimento do Programa:

O Programa, aqui, pode ter uma duração de 12 a 18 meses, com a contratação de aprendizes mais velhos as turmas acabavam, muitas vezes, sendo desfalcadas, uma vez que o jovem, a partir dos 16 anos já poderia abandonar o programa e procurar uma oportunidade de emprego como colaborador efetivo da empresa, que era o que acabava acontecendo. (informação verbal).

É importante mencionar que a empresa se localiza em uma região que possui um número considerável e constante de vagas disponíveis para contratação. Nesse sentido, pode-se afirmar que o processo de aprendizagem não ocorre somente nos jovens, mas na empresa como um todo. A empresa também deve auxiliar o jovem aprendiz no processo de aprendizagem durante o período de trabalho, para que ao fim do programa ele alcance os objetivos propostos pelo programa.

A preparação do Jovem Aprendiz ocorre desde o primeiro contato, nós temos um diálogo frequente, desenvolvemos diversos treinamentos, reuniões com a família e com a instituição que oferece o curso. Além disso, fornecemos orientações constantes, feedbacks e avaliações conjuntas à Instituição. (informação verbal).

O Programa Jovem aprendiz fornece auxílio para o aprendizado dos adolescentes, que depende de diversos fatores e podem ou não

ser apropriados para seu desenvolvimento saudável. Trata-se do estabelecimento da modelagem, que é um processo de condicionamento operante que envolve reforçar comportamentos cada vez mais semelhantes ao comportamento desejado (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005). O desenvolvimento do adolescente jovem aprendiz depende da forma como ele consegue aproveitar o aprendizado e aliá-lo às demais responsabilidades que possui e aos próprios interesses.

Dessa forma, a empresa reconhece os benefícios e os desafios do Programa. Enquanto novos profissionais ingressam no mercado de trabalho disponíveis para serem qualificados de acordo com as necessidades das empresas, os jovens têm a oportunidade de aprender e se desenvolver em um ambiente extraescolar. Trata-se de um processo de mútua aprendizagem e de desenvolvimento de competências individuais e organizacionais.

5 CONCLUSÃO

Neste estudo teve-se como objetivo analisar o processo de aprendizagem de jovens no mercado de trabalho. Para atender ao objetivo proposto, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca de temas específicos, o que auxiliou na compreensão do processo de aprendizagem dos jovens. Além disso, foram realizadas coletas e análise de dados, e por meio delas, foi possível ampliar as associações a respeito do processo de aprender principalmente na etapa inicial de inserção do jovem no mercado de trabalho.

Foi possível perceber a complexidade desse processo. São perceptíveis os vários aspectos que perpassam o aprendizado do jovem no trabalho e como o Programa Jovem Aprendiz pode auxiliar no desenvolvimento dos jovens e das empresas que aderem ao Programa. Os jovens demonstraram que aprendem principalmente por meio das associações que conseguem realizar a partir de diferentes estímulos. É importante ressaltar que esse processo não se estabeleceu somente no jovem, mas também na empresa caso, que pode aprender e desenvolver

competências a partir da necessidade de adaptação ao Programa, ao perfil dos jovens e à demanda de empregos que existe na região pesquisada.

A pesquisa contribui para ampliar a compreensão sobre quais são os principais canais que promovem aprendizagem para os jovens dessa empresa, e pode ser utilizada como ferramenta diagnóstica para a tomada de decisão dos gestores acerca da promoção da aprendizagem. O estudo também evidencia a indissociabilidade entre o processo de aprendizagem individual e organizacional. Como limitação do estudo aponta-se a não possibilidade de generalização dos achados por se tratar de um estudo de caso único. Para estudo futuros, sugere-se uma investigação de caráter longitudinal sobre a aprendizagem dos jovens e das organizações na região Oeste catarinense.

REFERÊNCIAS

AMAZARRAY, M. R. et al. Aprendiz versus trabalhador: adolescentes em processo de aprendizagem. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 3, p. 329-338, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722009000300006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 20 set. 2016.

BANDURA, A. **Social learning theory**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1977.

BANDURA, A.; AZZI, R. G.; POLYDORO, S. **Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BANDURA, A.; ROSENTHAL, T. L. Vicarious classical conditioning as a function of arousal level. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 3, i. 1, p. 54-62, 1966. Disponível em: <<http://psycnet.apa.org/record/1966-02327-001>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

BEE, H. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 jul. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

BRASIL. Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da adolescência**: Normalidade e Psicopatologia. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2011a.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da aprendizagem**. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011b.

CODO, W. **O que é alienação?** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

GAZZANIGA, M. S.; HEATHERTON, T. F. **Ciência Psicológica**: mente, cérebro e comportamento. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HOLLIS, K. L. Contemporary research on pavlovian conditioning: a new functional analysis. **American Psychologist**, v. 52, i. 9, p. 956-965, 1997. Disponível em: <<https://sites.ualberta.ca/~egray/teaching/Hollis%201997.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

KOLB, D. **Experiential learning**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1984.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PIAGET, J.; INHELDER, B. **Génesis de las estructura lógicas elementales**. Buenos Aires: Guadalupe, 1976.

RESCORLA, R. A. Rescorla-Wagner Model. **Scholarpedia**, v. 3, i. 3, 2237. Disponível em: <http://www.scholarpedia.org/article/Rescorla-Wagner_learning_rule>. Acesso em: 23 abr. 2018.

RESCORLA, R. A.; WAGNER A. R. A theory of Pavlovian conditioning: Variations in the effectiveness of reinforcement and nonreinforcement. In: BLACK, A. H.; PROKASY, W. F. **Classical Conditioning II: Current Research and Theory**. New York: Appleton Century Crofts, 1972. p. 64-99.

SKINNER, B. F. **The behavior of organisms**. New York: Appleton Century Crofts, 1938.

SHAUGHNESSY, J. J.; ZECHMEISTER, E. B.; ZECHMEISTER, J. S. **Métodos de Investigación en Psicología**. 7. ed. México: McGraw-Hill Interamericana, 2007.

THORNDIKE, E. L. Animal intelligence: An experimental study of the associative processes in animals. **Psychological Monographs: General and Applied**, v. 2, i. 4, p. i-109, 1898. Disponível em: <<http://psycnet.apa.org/record/2011-13303-001>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

PROGRAMA DE APRENDIZAGEM EM UMA AGROINDÚSTRIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO JOVEM NAS ORGANIZAÇÕES

Marciele Martini de Lima¹¹
Karine Swchaab Brustolin²²

RESUMO

A proposta de estudar e compreender com maior abrangência as percepções acerca dos adolescentes em processo de aprendizagem e a sua relação com o trabalho é um tema que desperta o interesse de diversas linhas teóricas e áreas de desenvolvimento humano, principalmente quando se fala em Psicologia e relações organizacionais. Contudo, há considerável escassez de estudos brasileiros acerca dos adolescentes aprendizes e suas percepções sobre as atividades laborais e primeiro emprego. Esse, portanto, foi o principal motivador da idealização desta pesquisa, como sendo um eixo norteador para a descoberta de novas facetas sobre a temática em questão. O objetivo principal foi desenvolver uma intervenção que abarcasse a área de desenvolvimento organizacional, instigando os adolescentes a refletir sobre demandas pertinentes às construções que englobam as atividades laborais. Realizaram-se dois encontros com quatro grupos de aprendizes. As atividades foram desenvolvidas nas mediações da própria organização, a qual se designa por ser uma das maiores agroindústrias do Oeste catarinense. As intervenções foram desenvolvidas durante o processo de estágio supervisionado, exigido para a obtenção do grau de Psicólogo. No decorrer das intervenções, pôde-se visualizar algumas das principais necessidades e dificuldades dos jovens nas organizações, bem como alguns dos seus medos e aspirações individuais diante das expectativas de inserção consolidada no mercado de trabalho. Por fim, pôde-se alcançar os objetivos propostos e faz-se possível até mesmo

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; marciele.martini.lima@hotmail.com

² Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; karine.brustolin@unoesc.edu.br

denotar que a proposta do trabalho não somente atendeu aos objetivos, mas também que transcendeu as expectativas do grupo e da pesquisadora referentes às atividades de intervenção e desenvolvimento.

Palavras-chave: Aprendiz. Programa de aprendizagem. Jovens no mercado de trabalho. Psicologia organizacional.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No último ano do Curso de Psicologia desenvolvido pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), é proporcionada aos acadêmicos a oportunidade de entrar em contato com a prática de atuação do profissional do Psicólogo nos mais diversos meios e campos de atuação. Portanto, o estudo aqui apresentado caracteriza-se por um estudo de caso por meio de intervenções realizado durante o ano 2017 em uma das maiores agroindústrias do Oeste catarinense. Os participantes da pesquisa são adolescentes em processo de aprendizagem que exercem atividades laborais na empresa, por meio do programa de aprendizagem, baseado na Lei n. 8.069/90.

O estudo do trabalho no período da adolescência, principalmente quando se fala de jovens aprendizes, é um campo vasto e complexo de se discutir. Haja vista que alguns autores elencam o trabalho como enriquecedor na vida dos sujeitos, enquanto outros abarcam a proteção dos direitos da criança e do adolescente em relação ao não trabalho, mesmo com a legislação em vigor. Legislação essa que visa oportunizar aos jovens o primeiro contato com atividades laborais, sendo também um momento de experimentos e crescimento, planejando o seu futuro profissional.

É notória a carência de estudos voltados para esse público trabalhador, e, para isso, com o estudo aqui descrito teve-se como objetivo compreender qual o significado de ser menor aprendiz para os jovens que trabalham em uma agroindústria de grande porte localizada no Oeste de Santa Catarina, e auxiliá-los a acreditar e confiar na importância de suas atividades laborais.

Eis que, nesse sentido, é possível se deparar com uma inquietude de pensamento: Ora, se nossos jovens são o futuro do mercado de trabalho, porque não voltar a atenção a eles? Será que há prejuízos para as grandes empresas em desenvolvê-los e aprimorar os seus serviços com programas de desenvolvimento específicos?

Para a realização das intervenções em grupos, foi realizado um total de quatro encontros, dois no período da manhã e dois no período da tarde, a fim de abarcar todos os jovens atuantes na empresa. Participaram, portanto, 42 adolescentes, com idades entre 14 e 18 anos. As atividades tiveram como temas centrais a Comunicação e o Trabalho em Equipe, contudo, a partir disso, surgiram as demandas referentes às dificuldades laborais e à não valorização do trabalho.

Desenvolver pessoas e treiná-las para melhor colaborarem com a empresa e para serem mais eficazes em suas atividades é um desafio do psicólogo que trabalha na área organizacional. Mas essa, dentre tantas outras, pode ser uma das tarefas que mais auxiliam a assegurar compromisso e confiança do trabalhador diante da empresa, uma vez que este se sente mais valorizado e parte integrante da organização

2 ADOLESCENTES EM PROCESSO DE APRENDIZAGEM E A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Falar em trabalho juvenil implica considerar que esta é uma temática de grande relevância social, pois traz à tona considerações acerca da exploração do trabalho infantil. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) discorre sobre o sujeito considerado criança e quando ele passa, perante a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, a ser considerado adolescente: “Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” (BRASIL, 1990).

Contudo, o ECA propõe também diretrizes para auxiliar e nortear o trabalho dos adolescentes, assegurando a sua segurança e

desenvolvimento adequado das atividades a eles propostas; sendo proibido o trabalho a indivíduos menores de 14 anos, exceto os que se encontram em condição de aprendiz (BRASIL, 1990).

O Decreto Brasileiro n. 5.598/05, promulgado em 01 de dezembro de 2005 regulamentou a atividade do aprendiz e compreendeu que esta é uma atividade técnico-profissional, sendo possível realizar funções em consonância com a vida escolar e o desenvolvimento físico, psíquico e social do adolescente (BRASIL, 2005).

Em relação ao trabalho, é notório que, diante das condições em que a sociedade atual se apresenta, este não se faz relevante somente pelas condições econômicas que dele provém, mas, sim, há inferência das representações morais, sociais, psicológicas e culturais da sociedade.

Para isso, o trabalho do jovem aprendiz é pautado em condições específicas que são consideradas positivas para o seu crescimento e desenvolvimento enquanto indivíduo constituído se características biopsicossociais. Por outro lado, emergem dúvidas acerca das responsabilidades inerentes às suas atividades laborais.

Macêdo (2006) refere-se ao aprendiz como aquele que se profissionaliza trabalhando, por intermédio de um meio educacional descrito em lei, como já mencionado, nos quais são ministrados cursos por órgãos responsáveis, como Senai, Senac, Senat e demais escolas Técnicas de Educação.

Os contratos referentes aos processos de aprendizagem pressupõem que haja frequência escolar, horários especiais para o exercício das atividades, bem como programas de formação técnico-profissional e capacitações acerca das condições do mercado de trabalho (SOUZA; FROZZI; BARDAGI, 2013).

Falar das considerações do jovem-aprendiz e sua relação com o mercado de trabalho torna-se algo difícil de realizar em razão da escassez de estudos na área. Segundo Souza, Frozzi e Bardagi (2013), mais escassos ainda se fazem os estudos que compreendam a percepção dos adolescentes aprendizes diante do primeiro emprego.

2.1 O PSICÓLOGO E O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Quanto ao que destina falar sobre treinamentos organizacionais, Chiavenato (2009) enfatiza que este se caracteriza por ser um processo educacional focado em alguma temática, de curto prazo, e que busca fazer com que as pessoas aprendam conhecimentos novos, habilidades e competências sobre aqueles objetivos definidos.

O autor destaca, ainda, que o treinamento possui por finalidade ajudar a pessoa a alcançar os objetivos da empresa, proporcionando ao empregado de qualquer nível ou cargo a oportunidade de obter conhecimento e prática e de conduzir seu trabalho da forma mais adequada, tanto para ele quanto para a organização, promovendo, dessa forma, seu crescimento pessoal e o crescimento organizacional.

Siqueira (2008) comenta sobre o modelo Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E), o qual visa a promover oportunidades de aprendizagem dentro ou até mesmo fora do âmbito organizacional para seus colaboradores.

Os treinamentos são baseados nas necessidades das organizações, buscando sempre a participação dos empregados. Sua orientação é auxiliar os empregados para que utilizem seus novos conhecimentos a fim de conseguirem crescer. Ou seja, de modo geral, os programas de treinamento e desenvolvimento buscam desenvolver competências com maior proatividade em prol tanto do empregado quanto da organização (SILVA et al., 2015).

Tanto na integração quanto nos treinamentos, um aspecto importante a ser considerado é a socialização, visto que esses momentos proporcionam maior contato com seus colegas de trabalho, chefes, práticas e cultura da empresa. Uma boa socialização tende a auxiliar na diminuição de rotatividade (LACOMBE, 2011).

Alguns elementos são essenciais quando se fala em treinamentos organizacionais. Chiavenato (2009) destaca quatro pontos-chave nesses processos:

- a) transmissão de informações: o conteúdo do treinamento é a peça primordial da atividade. Distribuir essas informações de forma clara e precisa é um grande desafio;
- b) desenvolvimento de habilidades: as habilidades a serem desenvolvidas precisam de atenção no momento de se pensar em treinamentos. Geralmente os treinamentos tratam-se de habilidades orientadas diretamente para as funções e tarefas dos cargos que estão sendo treinados;
- c) desenvolvimento ou modificações de atitudes: aqui são compreendidos pontos como motivação, sensibilidade pessoal e mudança de atitudes negativas para atitudes mais favoráveis ao que a empresa espera;
- d) desenvolvimento de conceitos: busca-se avaliar e aprender alguns conceitos, tanto da linha de gestão, quanto nas demais práticas de administração, a fim de se unificarem as falas e obter-se melhor comunicação.

Tanto nos treinamentos quanto nos processos de desenvolvimento de pessoas, alguns temas devem ser abordados e discutidos com maior amplitude para que sejam mais eficazes. Silva et al. (2015) trazem esses conceitos, como: planejamento pessoal; administração do tempo; comunicação interpessoal; produtividade; educação financeira e empreendedorismo.

Moscovici (2008, p. 67) relata que palavras, olhares, sorrisos, gestos, posturas, deslocamentos físicos, tanto de aproximação quanto de afastamento, e até mesmo o silêncio fazem parte do processo de interação, pois comunicam algo ao outro. Nesse sentido, vale ressaltar

que, conforme dito pelo autor, não há processo de interação unilateral, ou seja, tudo o que acontece nesse meio é decorrente e atinge as duas fontes, “eu e o(s) outro(s)”.

A empresa que disponibiliza a oportunidade de treinamento para seus empregados desenvolve muitas vantagens com isso. Silva et al. (2015, p. 9) apontam alguns desses principais pontos positivos de retorno para a empresa:

- A empresa se sobressairá no atendimento com excelência, fator de extrema importância para se solidificar no mercado.
- Haverá redução dos custos, se o treinamento acontecer na área de produção, aplicando alguns programas específicos, como o 5S ou Kanban.
- Haverá comprometimento por parte dos funcionários, melhoria na conduta individual, reduzindo a rotatividade da empresa.
- Ocorrerá uma otimização de vendas, atuando em treinamento nas áreas de marketing e de qualidade total, aplicando programas de incentivo coletivo. (SILVA et al., 2015, p. 9).

Contudo, faz-se de grande valia destacar a importância do bom desenvolvimento de programas de treinamentos, tanto para as áreas de gestão, quanto para as de produção e demais setores. Com treinamentos, mostra-se a importância do trabalhador, fazendo-o sentir-se valorizado, e proporciona que esse sujeito se desenvolva e continue a produzir conforme o desejado pela empresa, uma vez que funcionários motivados e capacitados tendem a realizar com maior excelência e eficácia seu trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa aqui apresentada caracteriza-se por ser um estudo de caso sobre um processo de desenvolvimento de pessoas realizado em uma unidade de uma das maiores agroindústrias do Oeste catarinense. O instrumento de pesquisa utilizado foram intervenções que se realizaram nas dependências da agroindústria lócus da pesquisa, e o público escolhido foram todos os jovens aprendizes dessa agroindústria, de

ambos os generos, com idades entre 14 e 18 anos. No total, participaram 42 jovens, divididos em dois turnos, matutino e vespertino, de acordo com os horários de trabalho de cada grupo.

A necessidade de realizar as atividades a seguir descritas com o público em questão fora percebida a partir da observação de relatos de alguns gestores da unidade durante a realização do estágio supervisionado, os quais apresentaram dificuldades e demandas em relação ao andamento do trabalho desenvolvido pelos jovens aprendizes, bem como a sua eficácia e questões comportamentais.

Observando, portanto, a importância e a necessidade diante desses desafios relacionados à inserção e ao desempenho dos jovens aprendizes, pensou-se, juntamente com o setor de gestão de pessoas da organização, em formas de atrair e despertar o interesse dos jovens para que os dias da intervenção direcionada para esse público se fizessem válidos.

O processo de treinamento e desenvolvimento de pessoas dentro do âmbito organizacional possui grande valia, haja vista que, a partir deste, o trabalhador sente-se lembrado pela empresa e motivado para continuar desenvolvendo seu trabalho com qualidade e eficácia.

Nessa perspectiva, foram realizados dois encontros com o grupo que realizava suas atividades no período matutino e dois encontros com o grupo que realizava suas atividades no período vespertino na organização. As temáticas trabalhadas foram diferentes para cada encontro, mas temas iguais para ambos os grupos. Trabalhou-se como focos centrais a comunicação e o trabalho em equipe. Para conseguir reunir todos os jovens, foram entregues convites aos responsáveis de cada setor, para que estes os entregassem a cada participante, informando apenas a data e local do encontro.

4 A INTERVENÇÃO: ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO GRUPAL

O processo de treinamento e desenvolvimento de pessoas, como mencionado anteriormente, trata-se de algo não tão simples como parece em primeiro entendimento. Haja vista que este requer dedicação e

comprometimento como uma via de mão dupla, tanto ao olhar de quem fornece a atividade quanto do sujeito que está recebendo as informações.

Em se tratando de adolescentes, o processo por vezes se torna um pouco mais difícil, pois, em sua maioria, acabam não prestando a devida atenção, ou não dando a importância adequada ao encontro, por considerar que este não é agregado de valor naquele momento. Pode, esse problema, ser motivado por falta de experiência na carreira organizacional ou até mesmo desinteresse, uma das características da fase de desenvolvimento na qual se encontram.

Para tal, os treinamentos realizados foram voltados para despertar o interesse dos adolescentes e fazê-los compreender a importância de dedicar-se aos temas abordados. No momento inicial, pode-se perceber, logo na entrada ao local, que ambas as turmas se surpreenderam com a disposição das cadeiras na sala, fato que pode ser afirmado em alguns relatos no final do encontro: “Ah, eu gostei muito de a gente não precisar sentar assim tudo retinho, porque senão parece que a gente está na escola.” (informação verbal).

Conforme mencionado na seção anterior, a necessidade de trabalhar com os adolescentes surgiu a partir de relatos de alguns gestores da unidade, que se realizaram informalmente. Para isso, faz-se importante destacar o papel do Psicólogo na organização, o qual, muitas vezes, depara-se com situações que não são trazidas diretamente a ele, mas que ao serem percebidas, precisam ganhar a atenção necessária para superar as expectativas e atender às demandas reais da empresa e de seus colaboradores.

A disposição das cadeiras fez com que a expectativa que outrora havia sido criada com a entrega dos convites se mantivesse, pois a surpresa e a curiosidade do que poderia acontecer ali foi notável. Sobre os convites, no entanto, estes foram entregues apenas com a data e local do treinamento, instigando aos adolescentes a querer estar presentes para descobrir do que se tratava. O papel para a confecção dos convites foi realizado em papel de carta, e não em folha A4, como comumente é realizado, diferença que foi percebida pelos adolescentes. Nota-se,

portanto, que as atitudes vistas como pequenas por vezes são as que geram maiores resultados.

No decorrer do primeiro encontro, realizou-se com os jovens uma apresentação inicial do tema, que foi a Comunicação. Após, por meio de uma dinâmica denominada “A imagem que eu passo”, os jovens puderam compreender e discutir sobre as várias formas de comunicação que existem, englobando o uso da linguagem não verbal, que por muitos não era conhecida como uma forma de comunicar algo. Alguns jovens se impressionaram com as palavras que leram sobre a forma como os demais os veem, com expressões como: “Nossa, não sabia que eu era assim” e “Ah, mas eu acho que não é isso. Ou talvez um pouco.” (informações verbais).

Discutir pontos que envolvem o desenvolvimento pessoal torna enriquecedor o mundo dos adolescentes. Permitir que estes se autoanalise é uma forma de auxiliá-los a buscar melhorar suas fragilidades e manter os seus pontos fortes. Pensando nisso, deu-se sequência ao encontro com a dinâmica do “Campo Minado”, na qual um colega fica de olhos vendados enquanto é guiado por outro colega por meio da voz. Houve participação intensa de todos os presentes, em ambos os turnos.

Novamente a comunicação foi discutida, com foco na emissão da mensagem e recebimento dela. Incluindo essa comunicação no ambiente de trabalho, com foco no entendimento de recados. Houve muita discussão entre o que é mais fácil em um processo de comunicação, se comunicar algo a alguém ou receber a informação. Para isso, instigou-se que eles pensassem nesse assunto durante o período de trabalho dentro da empresa. Nesse momento, percebeu-se a grande dificuldade que os jovens encontram com seus líderes, e, principalmente, houve queixa de não reconhecimento pelo trabalho desempenhado.

[...] Ah, eles ligam lá no setor e dizem que querem falar com o chefe. Daí eu digo que ele não está e peço no que posso ajudar. Mas daí a pessoa diz que não, e desliga. Poxa, mas tem muita coisa que eu sei fazer, depois a pessoa liga de novo e pede algo que eu saberia fazer, mas ela quer que seja o líder, daí parece que eu não sei. (informação verbal).

Nesse relato de uma jovem sobre o não reconhecimento das suas capacidades enquanto menor aprendiz, é notório o sentimento de inferioridade sentido pela grande maioria deles. Para isso, discutiu-se sobre estratégias de mudar essas situações e refletir sobre a experiência de cada um na organização.

Na percepção de alguns adolescentes, os responsáveis de setores, ou qualquer outro trabalhador pertencente à área administrativa, são vistos como sujeitos superiores, inacessíveis e impossíveis de serem questionados. Essa hierarquia empresarial reconhecida pelos jovens precisou ser discutida, buscando fazê-los entender que há níveis hierárquicos dentro de qualquer empresa e que isso é necessário para que haja um funcionamento adequado. Porém, que cada pessoa possui o seu papel e que este é de suma importância para a empresa incluindo-os nesse processo e mostrando o quanto o auxílio deles engrandece o trabalho dos setores nos quais estão inseridos.

Como encerramento do primeiro encontro, foi distribuído aos jovens um convite para o segundo encontro, apenas com sugestão do tema a ser abordado. Essa estratégia gerou surpresa e curiosidade entre os envolvidos, os quais abordaram vários pontos possíveis de ser o tema em questão.

No momento do segundo encontro, alguns demonstraram estar ansiosos para descobrir do que se tratava o tema. Mostrando a eles que o assunto seria o trabalho em equipe, iniciou-se realizando uma dinâmica, intitulada *Este problema não é meu*, e após, assistiu-se a um vídeo ilustrando a importância do assunto.

Buscando enfatizar a importância de se trabalhar em grupo para o crescimento organizacional, observou-se como os jovens possuem dificuldades dentro da empresa. Principalmente entre turnos de trabalho, visto que o turno da manhã reclamou do turno da tarde, comentando que muito trabalho é deixado para trás, e que, por vezes, nem mesmo são realizados. Pensando nisso, organizou-se uma forma de fazê-los pensar em maneiras de se organizar e de um grupo comunicar ao outro o que

deveria ser feito, e na ocasião, eles pensaram em estratégias de deixar bilhetes solicitando algo para o turno oposto.

Fazer com que os próprios adolescentes criem formas de se organizar e de pensar em como melhorar o seu ambiente de trabalho é uma possibilidade de ajudá-los a crescer e desenvolver suas habilidades sociais, fatores que serão muito importantes diante de qualquer área que futuramente possam escolher enquanto profissionais.

Buscando novamente auxiliá-los a entender a importância de desenvolver o seu papel com o máximo de excelência possível, foi realizada a dinâmica da “Teia”, em que eles puderam realizar uma forma de feedback e compreender que cada um possui um lugar e uma importância na tarefa que lhe é ofertada. Para reflexão final, os jovens trouxeram apontamentos referentes ao entendimento da proposta dos encontros.

Para finalizar os encontros, foi chamado um trabalhador da agroindústria para contar sobre sua trajetória de vida, como forma de motivação e inspiração aos jovens que presentes. O trabalhador escolhido comentou sobre como iniciou sua carreira dentro da empresa, sendo jovem aprendiz, estagiário, e após foi contratado como trabalhador efetivo. Esse momento de relato foi de grande valia, pois foi possível perceber como os jovens se mantinham atentos, curiosos e reflexivos à mensagem que lhes era passada. Isso pode ser confirmado em falas como: “Nossa, a gente pode crescer mesmo dentro da empresa.” (informação verbal).

Uma das características próprias da adolescência é a busca pelos iguais, a identificação com os grupos aos quais pertencem. Essa identificação não diz respeito somente a outros grupos de adolescentes, mas como pode ser percebido com o relato do funcionário, houve identificação com ele por este, um dia, também ter sido jovem aprendiz e que com isso, pôde crescer enquanto profissional.

Agregar valor, treinar e desenvolver os jovens foi o intuito principal da realização da intervenção. Cabe lembrar que desenvolver pessoas não é uma tarefa simples, mas traz benefícios imensuráveis para quem participa, pois este leva consigo um pouco do que foi discutido, visto que sempre há algo novo que pode ser aprendido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo de estudo da área organizacional é muito vasto e abre um leque enorme de opções ao profissional psicólogo de exercer funções e desenvolver projetos dentro da empresa. Cabe ao profissional se propor a realizar essas atividades e dedicar seu tempo para elaborar novas estratégias, mas, também, é de responsabilidade da empresa abrir essas portas para inserir novos conhecimentos que auxiliem o colaborador a se desenvolver e aumentar suas potencialidades enquanto sujeito e profissional.

A realização do desenvolvimento de um processo de desenvolvimento de pessoas dentro do âmbito organizacional é algo muito complexo, pois envolve a disponibilidade de quem coordena e de quem participa do processo. Ademais, é necessário também contar com a disponibilidade da empresa em dar atenção ao trabalhador, permitindo-o sair do posto de trabalho para passar algumas horas realizando outra atividade que não as específicas da sua descrição de trabalho.

Quando se fala em adolescentes, a proposta de desenvolvimento se torna ainda mais desafiadora, pois requer estratégias que atendam às expectativas dos jovens, mas que sejam possíveis se conciliar com o desenvolvimento dos temas propostos. Para tanto, independentemente do local a ser realizada alguma atividade de treinamento, é imprescindível conhecer o público ao qual se propõe a atender.

No entanto, as atividades que foram construídas a partir da demanda levantada inicialmente atenderam aos objetivos propostos, uma vez que houve efetiva participação dos grupos, bem como se pode observar que se permitiu ao grupo manter um clima adequado para a realização das atividades.

Portanto, finaliza-se este estudo compreendendo que os adolescentes inseridos no mercado de trabalho estão ali para agregar conhecimento à empresa e para aprender com ela. É papel dos líderes e área de gestão de pessoas auxiliar os adolescentes a crescer e se desenvolver, motivando-os sempre para buscar novas possibilidades e novas formas de

manterem-se atualizados e em crescimento, tendo, portanto, o trabalho como ferramenta principal no auxílio do processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 5.598, de 01 de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 dez. 2005.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em: 26 out. 2017.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas. O novo papel de recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LACOMBE, F. J. M. **Recursos Humanos: Princípios e Tendências**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MACÊDO, O. J. V. **O Sentido da formação para o Trabalho e as Expectativas em Relação ao Futuro por parte dos Adolescentes Aprendizes**. 2006. 160 p. Dissertação (Pós-graduação em Psicologia Social)–Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgp/images/pdf/dissertacoes/orlando_2006.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento Interpessoal**. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

SILVA, B. C. F. et al. Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 7-12, 2015. Disponível em: <https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/EMD_EaD/article/view/1372/521> Acesso em: 10 out. 2017.

SIQUEIRA, M. M. M. Novas Medidas do Comportamento Organizacional: **Ferramentas de Diagnóstico e Gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

SOUSA, H.; FROZZI, D.; BARDAGI, M. P. Percepção de Adolescentes Aprendizizes Sobre a Experiência do Primeiro Emprego. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, v. 33, n. 4, p. 919-933, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2820/282029760011/>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

SEGURANÇA PÚBLICA: UM DEVER DO ESTADO E UM DIREITO DE TODOS

Alisson Junior Cozzer¹
Carla Patrícia Ciotta²
Dirceu Luis Minella³
Paulo Celito Pizolotto⁴
Camília Susana Faler⁵

RESUMO

Com o presente estudo pretendeu-se resgatar elementos históricos e legislativos acerca da segurança pública no Brasil, bem como problematizar o papel do Estado em garantir políticas públicas que envolvam o direito à segurança para todos, uma vez que a existência de violações de direitos é retratada no aumento da violência no Brasil e na desigualdade de tratamento junto à diversidade populacional. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa e encontra-se assim estruturado: inicialmente expõem-se os elementos introdutórios, que incluem a metodologia do estudo; segue-se com a discussão teórica, a qual está subdividida nas seguintes categorias: Aspectos históricos e políticas de segurança pública no Brasil; O Plano Nacional de Segurança Pública: busca da materialidade da política de segurança pública; Estado e violações de direitos – um “presente” do passado; e Um panorama de criminalidade e da “igualdade de direitos” no Brasil. Por fim seguem as considerações finais e as referências bibliográficas. As considerações finais apontam que os órgãos do Estado responsáveis pela instituição e execução das políticas de segurança pública no Brasil não conseguem fazer frente aos desafios contemporâneos impostos pelo crime, pela violência e pela dinâmica de uma sociedade plural e democrática.

Palavras-chave: Segurança pública. Estado democrático de direito. Políticas.

¹ Graduando em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; alisson.cozzer@hotmail.com

² Graduanda em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; carlapatriciociotta@gmail.com

³ Graduando em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; pipominella@hotmail.com

⁴ Graduando em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

⁵ Professora de Psicologia das Políticas Públicas e Direitos Humanos na Universidade do Oeste de Santa Catarina; camilia.faler@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A democratização política do fim dos anos 1980 é um marco importante pelas mudanças na relação entre polícias e sociedade, suscitadas pela construção da democracia e pelas pressões sociais por novos modelos de política e de polícia, contudo, igualmente importante pelas continuidades de práticas, saberes e teorias que levam a constatar, em muitos elementos, que o Estado democrático limita-se a reproduzir relações que serviam ao governo ditatorial (LIMA; BUENO; MINGARDI, 2016).

Na contemporaneidade, a violência urbana persiste como um dos mais graves problemas sociais no Brasil, totalizando mais de um milhão de vítimas fatais nos últimos 24 anos. A taxa de mortes por agressão saltou de 22,2 no ano 1990 para 28,3 por 100 mil habitantes em 2013. Ainda, estudos realizados no ano 2014 demonstram que, no Brasil, as mortes de civis decorrentes da ação policial representam 15,6% (São Paulo) e 11,8% (Rio de Janeiro) do total de homicídios dolosos registrados em todo o País no período de cinco anos (LIMA; BUENO; MINGARDI, 2016).

Estudos e pesquisas ainda procuram mostrar as dimensões atuais dos efeitos da globalização nas segregações e nos confinamentos e extermínios de populações pobres, adulta, juvenil e infantil – criminalização da pobreza e da miséria (PASSETTI apud CARVALHO; SILVA, 2011). Resultados de uma pesquisa de Adorno (1996) mostram que a vigilância policial sobre a população negra é maior do que sobre a população branca, tendo em vista ter havido maior “incidência de prisões em flagrante para réus negros (58,1%) comparativamente a réus brancos (46,0%).”

A partir de tais pressupostos, com o presente artigo pretende-se resgatar elementos históricos e documentos acerca da segurança pública no Brasil, bem como problematizar o papel do Estado em garantir políticas públicas que envolvam o direito à segurança para cidadãos, uma vez que a existência de violações de direitos é retratada no aumento da violência no Brasil e na desigualdade de tratamento a grupos sociais específicos.

Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, a qual, segundo a Cartilha do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP),

caracteriza-se por não utilizar critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura, sendo que dentro de tal modelo, a seleção dos estudos e as interpretações das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores.

Para melhor compreensão dos leitores o presente artigo encontra-se assim estruturado: Inicialmente expõem-se os elementos introdutórios, que incluem a metodologia do estudo, sendo uma pesquisa bibliográfica narrativa; segue-se com a discussão teórica, a qual está subdividida nas seguintes categorias: Aspectos históricos e políticas de segurança pública no Brasil; O Plano Nacional de Segurança Pública: busca da materialidade da política de segurança pública; Estado e violações de direitos – Um “presente” do passado; e Um panorama de criminalidade e da “igualdade de direitos” no Brasil. Por fim seguem as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Holloway (1997) explana que a história da polícia brasileira é marcada por uma herança escravocrata, clientelista e autoritária, o que se pode observar por uma simples operação policial, nos tratamentos diferenciados de acordo com o estrato social ao qual pertence o *cidadão*. Nesse sentido, a realização de uma breve trajetória histórica voltada à segurança pública se faz importante para a compreensão de determinados elementos presentes nas condutas dos profissionais do âmbito policial na contemporaneidade.

Segundo Holloway (1997), as primeiras organizações policiais foram criadas antes mesmo da independência do Brasil (Período Imperial, 1822-1889). Foi nesse período que surgiram as duas principais instituições policiais que se conhece hoje no Estado: a Polícia Civil e a Polícia Militar. Esse processo de criação das forças policiais foi condicionado pelas disputas políticas entre o poder central e as lideranças locais, bem como pela realidade social e econômica da época marcada por uma sociedade conservadora de base escravista.

Em 1808 foi criada a Intendência-Geral de Polícia da Corte, com as tarefas de zelar pelo abastecimento da Capital (Rio de Janeiro) e de manutenção da ordem. Entre suas atribuições incluíam-se a investigação dos crimes e a captura dos criminosos, principalmente escravos fujões (COSTA, 2004 apud SOUSA; MORAIS, 2011). Segundo os autores, a Intendência-Geral de Polícia da Corte foi a instituição que deu origem às Polícias Civas, ou Polícia Judiciária, hoje existente no Brasil, com previsão constitucional (art. 144, §4º).

Holloway (1997) ainda relata que outra instituição criada no século XIX foi a Guarda Real de Polícia, que posteriormente originou as Polícias Militares do Brasil. Segundo o autor, criada em 1809 e organizada militarmente, a Guarda Real possuía amplos poderes para manter a ordem, e seus métodos incluíam a violência e a brutalidade da vida nas ruas e da sociedade em geral.

A Proclamação da República, em 1889, inaugurou uma nova ordem política e houve a reorganização do aparato repressivo estatal. A abolição da escravidão, a instauração de um federalismo altamente descentralizado e o rápido crescimento urbano das principais cidades brasileiras exigiram profundas modificações nas instituições policiais (SOUSA; MORAIS, 2011). Novos instrumentos e mecanismos de controle social precisaram ser desenvolvidos, e sob forte influência do direito positivo, o Código Penal foi reformado em 1890. Uma vez que a ênfase deveria recair sobre o criminoso e não sobre o ato criminal, o novo Código passou a dar maior importância às práticas comuns das ditas classes perigosas, como vadiagem, prostituição, embriaguez e capoeira (HOLLOWAY, 1997).

Costa (2004 apud SOUSA; MORAIS, 2011), prosseguindo a exposição histórica, expõe que o golpe de 1930 pôs fim ao arranjo político da Primeira República. Getúlio Vargas chega ao poder com a intenção de inaugurar uma nova ordem política baseada em um Estado forte o suficiente para conduzir a sociedade a novos rumos. Nesse sentido, Carvalho (2007 apud SOUSA; MORAIS, 2011) enfatiza que a polícia iria assumir papel fundamental na construção e manutenção desse regime

autoritário. Suas tarefas foram ampliadas, sendo de sua competência o controle dos grupos políticos dissidentes.

“Em 1964, o golpe militar estabeleceu um regime burocrático-autoritário [...], conduzido por militares e civis, que iria se estender até 1985. O regime militar restringiu a participação política e ampliou o poder das Forças Armadas.” (CARVALHO, 2007 apud SOUSA; MORAIS, 2011). A ditadura de 1964 não utilizou apenas o órgão policial para a repressão política, mas também o auxílio das forças armadas. Costa (2004 apud SOUSA; MORAIS, 2011, p. 7), ressaltando as formas de trabalho policial nesse período e relacionando com o período de Vargas, destaca que:

A exemplo da Era Vargas, o aparato policial foi utilizado para conter a oposição política. Para tal, usou e abusou da repressão, da tortura e das prisões. A violência policial foi o instrumento utilizado contra a dissidência política. Entretanto, diferentemente do que ocorreu na ditadura de Vargas, não foram apenas as Polícias que praticaram a repressão política, mas também as Forças Armadas que, nesse período, detiveram o monopólio da coerção político-ideológico.

Seguindo o caráter histórico, Sousa e Morais (2011) apontam que em 1987 é instaurada a Assembleia Nacional Constituinte, que culminou com a Constituição Federal do Brasil de 1988, a qual trouxe inovações importantes na seara da Segurança Pública se comparada ao padrão tradicional de Segurança Pública incorporado à Segurança Nacional da época. No modelo democrático, a Segurança Pública é via de acesso à cidadania plena, ao garantir o respeito à dignidade da pessoa humana e aos Direitos Humanos (SOARES, 2006 apud SOUSA; MORAIS, 2011).

Nesse sentido, o Artigo 144 da Constituição Federal (BRASIL, 2010) traz que: “A segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]” Contudo, Carvalho e Silva (2011, p. 61) enfatizam que:

a “Constituição Cidadã”, promulgada no Brasil em 1988, não culminou, concomitantemente, na construção de uma política de segurança pública democrática por parte dos órgãos responsáveis, estabelecidos no “Estado democrático de Direito”. Por isso, as ações de “controle da ordem pública” tornaram-se mais complexas na “ordem democrática” e a reorganização do aparelho estatal não resultou na imediata participação social na construção da política de segurança pública, necessária ao país.

Segundo Bassi (2009, p. 3), “embora muitas modificações significativas tenham ocorrido com o processo de democratização, ainda permanecem muitas ambiguidades no que respeita a atuação dos órgãos de segurança pública.” Neves (2005 apud BORGES, 2009, p. 3) ainda acrescenta que “durante muito tempo a relação das polícias com a democracia tem sido ambígua, marcada pelo impasse entre a defesa da ordem e a defesa dos direitos dos cidadãos.”

A partir de tais pressupostos, nota-se a existência de ambiguidades no que diz respeito à funcionalidade da segurança pública no contexto brasileiro após o processo de democratização. Nesse sentido, nos últimos anos, as autoridades passaram a buscar desenvolver estratégias para materializar as políticas de segurança pública sob uma perspectiva de integração de setores (segurança, sociais, ações comunitárias, etc.), bem como buscando o embasamento em princípios democráticos, interdisciplinares e humanitários.

2.1 O PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA: BUSCA DE MATERIALIDADE DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

A materialização das políticas de segurança pública pautadas em valores democráticos e integrativos exigiu a criação de planos e estratégias. Carvalho e Silva (2011) apresentam que no ano 2000, a partir da criação do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), e no ano 2007, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci),

inicia-se uma alteração na forma de abordar a segurança no Brasil. Segundo os autores, em relação aos trâmites precedentes ao surgimento do PNSP:

O governo Fernando Henrique Cardoso, tendo em vista os desdobramentos da Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorrida em Viena, em 1993, cria, em 1996, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), aperfeiçoando-o em 2000, com a instituição do II Programa Nacional de Direitos Humanos, após a IV conferência Nacional de Direitos Humanos, ocorrida em 1999. Demonstrando disposição em reorganizar o arranjo e a gestão da segurança pública, o Governo Federal, cria, em 1995, no âmbito do Ministério da Justiça, a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (Seplanseg), transformando-a, no ano de 1998, em Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), tendo como perspectiva atuar de forma articulada com os estados da federação para a implementação da política nacional de segurança pública. A instituição da Senasp, como órgão executivo, significou a estruturação de mecanismos de gestão capazes de modificar o arranjo institucional da organização administrativa da segurança pública no âmbito governamental federal. (CARVALHO; SILVA, 2011, p. 62).

A partir disso, surge, no ano 2000, o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), voltado para o enfrentamento da violência no País, especialmente em áreas com elevados índices de criminalidade, tendo como objetivo aperfeiçoar as ações dos órgãos de segurança pública (CARVALHO; SILVA, 2011). Para Lopes (2009 apud CARVALHO; SILVA, 2011), tal plano é considerado a primeira política nacional e democrática de segurança, pois alude ao aperfeiçoamento do sistema de segurança pública por meio da integração de políticas de segurança, sociais e ações comunitárias, em que se pretende uma nova concepção de Segurança pública.

Em 2001, surgiu o plano para a política de segurança pública que serviu de base para o programa de governo de Lula, e possuía como ideia primordial reformar as instituições da segurança pública e implantar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) (CARVALHO; SILVA, 2011). Nesse sentido, buscando a integração nas ações voltadas para a segurança pública praticada pelo Estado brasileiro, a partir do ano 2007,

o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

Carvalho e Silva (2011) relatam que o Pronasci se apresenta como uma política de segurança pública, baseada em princípios democráticos, interdisciplinares e humanitários, tendo em vista a participação da sociedade na construção de uma cultura de paz, em médio e longo prazos. Ainda, por meio da implementação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em regiões estratégicas, adota um conjunto de medidas que objetivam a diminuição da violência e da criminalidade.

Os esforços adotados pelos diversos governos e pela sociedade civil a partir de 2009, por meio de discussões em conferências públicas, indicam a possibilidade de consolidação de uma política de Estado que entenda a segurança pública como uma questão transversal e multifacetada (CARVALHO; SILVA, 2011). Contudo, a materialização de ações práticas embasadas na igualdade de direitos e na dignidade humana ainda se apresenta como um grande desafio para as políticas de segurança pública, uma vez que historicamente são transmitidas inúmeras violações, principalmente pelo abuso do poder, por meio das condutas dos agentes do estado.

2.2 ESTADO E VIOLAÇÕES DE DIREITOS – UM “PRESENTE” DO PASSADO

A materialização formal dos direitos humanos com o estabelecimento do regime democrático na década de 1980 ainda se apresenta em construção na medida em que persistem muitos desafios para a real consolidação do Estado Democrático de Direito. A continuidade de ações violentas, autoritárias e abusivas de agentes do Estado para determinados segmentos sociais demonstra que a cidadania ainda não foi alcançada por uma grande parcela da sociedade. Assim, “apenas o estabelecimento de um regime democrático e a proteção formal dos direitos humanos não têm sido suficientes para conter o quadro de

violência histórico que permeia a sociedade brasileira.” (DORNELLES, 2006 apud BASSI, 2009, p. 9).

Bobbio (2004) ressalta que os Direitos Humanos são calcados na dignidade e nos valores inerentes ao ser humano, visto que tais direitos são universais, inalienáveis e igualitários. Segundo o autor, tais direitos não podem ser tirados nem alienados por qualquer pessoa e são válidos para qualquer sujeito de modo igualitário, independentemente de raça, cor, sexo, idioma, religião, política ou outro tipo de opinião, nacionalidade ou origem social, propriedades, nascimento ou outro status qualquer.

Borges (2013), relacionando o contexto histórico da atividade policial no Brasil e os Direitos Humanos, apresenta que estes sempre tiveram posições antagônicas. A autora afirma que diante das inúmeras violações de direitos no período da Ditadura Militar, a polícia recebeu um estigma de ações calcadas em violência, o que não se estrutura como modelo ideal de corporação em um Estado Democrático de Direito. Os aparatos policiais utilizados pelo regime autoritário criaram uma relação distante entre o órgão policial e a sociedade, formando, assim, uma concepção social de que os agentes de segurança são instrumento de dominação do Estado sobre o povo, e não de servidores.

As ações desenvolvidas pelo aparato policial devem ser estruturadas e alicerçadas nos princípios dos Direitos Humanos, uma vez que dependendo da forma como for exercida a atividade, esta confirma ou nega o Estado Democrático de Direito. “A atividade policial é um ofício de suma importância, seriedade e dimensão única, pois deve atuar de forma a impedir que as garantias e liberdades constitucionais sejam violadas.” (BORGES, 2013, p. 5). Levando em consideração a importância da prática profissional aliada a outros mecanismos para a manutenção igualitária de direitos, Pinheiro e Neto (1998 apud BASSI, 2009, p. 10) apresentam que:

Faz-se necessária a aplicação de políticas públicas que impeçam as violações de direitos humanos que ainda vem ocorrendo e que permitam a construção de um Estado de Direito tanto para as elites quanto para as não-elites.

A realização dos direitos humanos se faz essencial para a consolidação do Estado Democrático e a efetivação dos direitos humanos, sendo que nesse processo, tanto o Estado e a sociedade possuem responsabilidades necessariamente compartilhadas.

A partir da compreensão histórica da segurança pública e sua relação com os Direitos Humanos, cabe destacar o exercício do Estado enquanto instância possuidora do poder legítimo da força física. Segundo a Cartilha Ciências Humanas e suas Tecnologias – Sociologia, o Estado é a instância, por excelência, do exercício do poder político, concentrando diversos poderes: as forças armadas e o monopólio do uso da violência; a estrutura jurídica; a cobrança de impostos; e a administração burocrática do patrimônio público. Segundo a cartilha, a centralização e institucionalização desses poderes caracteriza o Estado moderno, sendo que apenas o Estado pode usar de coerção, por meio de instituições como o Exército e a Polícia, para que a ordem social seja mantida.

A importância de tais conceitos surge à medida que violações apresentadas pelos órgãos do Estado, considerando o caráter histórico, surgem na forma de abusos do poder, este legitimado pela Lei. Segundo Mesquita Neto (1999, p. 3) pode-se entender como vítimas de abuso de poder “qualquer pessoa que sofra prejuízos à sua integridade física ou mental, sofrimento de ordem moral, uma perda material ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões.”

Com base em tais pressupostos, pode-se expor que os processos de expansão e de desrespeito aos direitos humanos, muitas vezes retratados pelo abuso do poder estabelecido pelo Estado, demonstram resíduos do conservadorismo e do autoritarismo que se apresentam implícitos na sociedade brasileira e em suas instituições, os quais podem ser percebidos nos mecanismos de controle social utilizados pelos órgãos de segurança pública, assim como pela demanda crescente de políticas públicas repressivas e punitivas (BASSI, 2009).

2.3 UM PANORAMA DA CRIMINALIDADE E DA “IGUALDADE DE DIREITOS” NO BRASIL

Lima, Bueno e Mingardi (2016) apresentam um breve panorama acerca da criminalidade no Brasil, bem como assinalam algumas problemáticas no que tange a ações em segurança pública. Segundo os autores, a violência urbana persiste como um dos mais graves problemas sociais no Brasil, totalizando mais de um milhão de vítimas fatais nos últimos 24 anos. A taxa de mortes por agressão saltou de 22,2 no ano 1990 para 28,3 por 100 mil habitantes em 2013. Como agravante, os autores ainda citam uma pesquisa produzida por Daniel Cerqueira, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), na qual se calculou que, de 1996 a 2010, quase 130 mil homicídios no Brasil não entraram nas estatísticas de mortes violentas. “As polícias brasileiras atuam a partir de um padrão de policiamento que comporta um número de mortes em confronto muito superior aos observados em vários países desenvolvidos do Mundo.” (LIMA; BUENO; MINGARDI, 2016, p. 52).

Em relação ao sistema prisional brasileiro, Lima, Bueno e Mingardi (2016) expõem que convivemos com um sistema de justiça que não é capaz de julgar os 222.190 encarcerados em situação provisória nas prisões brasileiras, mesmo diante de um déficit de 203.531 vagas, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública para o ano 2014. Os autores chamam a atenção para a evolução do número de presos em relação às vagas existentes no sistema prisional: somente o Estado de São Paulo contabiliza um déficit de 84.394 vagas no ano 2014. A fins de ilustração, cada penitenciária do estado possui cerca de 800 vagas, ou seja, seria necessária a criação de 105 penitenciárias para dar conta desse passivo.

Voltando-se à seletividade do rigor policial no modo como o sistema de segurança pública opera, Sinhoretto, Silvestre e Schlittler (2014) realizaram uma pesquisa voltada à letalidade policial e prisões em flagrante no contexto de São Paulo. Os resultados do estudo revelam que os negros são a maioria das vítimas de mortes praticadas por policiais (61%), especialmente jovens. Segundo as autoras, os resultados da ação

policial violenta refletem a desigualdade racial na segurança pública, já que as ações policiais vitimam três vezes mais negros do que brancos, quando se considera a proporcionalidade entre brancos e negros na população paulista. Em 2011, por exemplo, em cada grupo de 100 mil negros, 1,4 foi vítima de ação letal da polícia; enquanto que num grupo de 100 mil brancos a taxa de letalidade por ação da polícia é 0,5 (SINHORETO; SILVESTRE; SCHLITTLER, 2014).

Entre os policiais autores de mortes acompanhadas pela Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, 80% são identificados como brancos, e a maioria tem idade entre 25 e 39 anos. Em relação aos desdobramentos na apuração das mortes, apenas 1,6% dos autores foi indiciado como responsável por crime; mesmo quando houve inquérito da Polícia Civil, 41% dos policiais envolvidos em ações letais não foram indiciados. Para 98% dos policiais autores, o resultado das investigações apontou que não foi cometido crime, ou estes agiram em legítima defesa e estrito cumprimento do dever (SINHORETO; SILVESTRE; SCHLITTLER, 2014).

Sinhoreto, Silvestre e Schlittler (2014) ainda encontraram que a vigilância policial é operada de modo racializado, pois:

comparados aos brancos presos, mais que o dobro de negros é preso. Estes dados expressam que a vigilância policial privilegia as pessoas negras e as reconhece como suspeitos criminais, flagrando em maior intensidade as suas condutas ilegais, ao passo que os brancos, menos visados pela vigilância policial, gozam de menor visibilidade diante da polícia, sendo surpreendidos com menor frequência em sua prática delitiva. É possível também que as atividades criminais mais frequentemente cometidas por negros sejam mais vigiadas, ao passo que atividades criminais mais comuns entre brancos despertem menor atenção da polícia.

Dessa forma, a formação dos agentes policiais deveriam envolver uma visão ampla e baseada na realidade de cada contexto. Nascimento (2009 apud LIMA; BUENO; MINGARDI, 2016) apresenta, em relação ao treinamento e formação dos agentes do Estado, que estudos revelam

uma grande diferença entre os conteúdos ensinados nas academias e as necessidades do trabalho cotidiano. Para ele, não se trata apenas de uma defasagem entre teoria e prática, mas de uma forma de organização institucional que não considera a manutenção do conhecimento, mas a filiação do membro às redes corporativas, pois elas definem a alocação nos postos de trabalho, as promoções e punições e a transmissão do saber.

Diante das informações expostas, percebe-se que o modelo de segurança pública do Brasil é seletivo, arbitrário e ainda possui muitos desafios a serem pensados e transpassados. Muitos fragmentos da história ainda fazem parte das ações policiais e promovem o desrespeito aos direitos humanos e a ineficácia em atividades concretas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos pressupostos destacados, pode-se considerar que a história que envolve as políticas de segurança pública, bem como o fazer policial, são marcados por uma série de violações de direitos, como o controle da ordem usando-se da violência, a criminalização de determinados segmentos sociais, a repressão de ideologias contrárias à dominante, entre outros, o que ainda reflete nas práticas profissionais dos órgãos do Estado na contemporaneidade. Dessa forma, dentro de um estado democrático de Direito, tais vieses fornecem inúmeras controvérsias e desafios, uma vez que as condutas dos representantes do Estado não condizem com princípios e valores expressos nos Direitos Humanos e com a legalidade dentro das políticas públicas.

Os inúmeros desafios para a consolidação de políticas de segurança pública que rompam com paradigmas conservadores e autoritários exigiram, por parte dos governos, o desenvolvimento de planos e estratégias, retratados pela criação do PNSP (2000) e do Pronasci (2007), na tentativa de integração de setores, bem como buscando o embasamento em princípios democráticos, interdisciplinares e humanitários. Contudo, a materialização de tais iniciativas conta com barreiras ideológicas e estigmatizantes da sociedade, uma vez que

historicamente foi criada a representação social de que os agentes de segurança são instrumento de dominação do Estado sobre o povo.

Cabe destacar que a construção de políticas públicas se faz como estratégia indispensável para a quebra de paradigmas e desenvolvimento de um fazer condizente com um Estado Democrático de Direito. Contudo, é importante salientar “que o processo de estruturação da política de segurança pública exige rupturas, mudanças de paradigmas, sistematização de ações pontuais combinadas a programas consistentes e duradouros” alicerçados, acima de tudo, “na valorização do ser humano sob todos os aspectos, levando em consideração os contextos sociais de cada cidadão.” (CARVALHO; SILVA, 2011, p. 66).

A partir das considerações expostas, nota-se que a segurança pública no Brasil se apresenta embasada em uma história de abusos de poder pelo Estado e de violações de direitos, principalmente a determinados grupos sociais, e que os órgãos do Estado responsáveis pela instituição e execução das políticas de segurança pública no Brasil não conseguem estabelecer estratégias que façam frente aos desafios contemporâneos. Nesse sentido, a Segurança Pública como um dever do Estado e um direito de todos pode assumir um sentido irônico, uma vez que as ações dos agentes se mostram, muitas vezes, contrárias ao que a Constituição estabelece junto ao Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

BASSI, C. Y. Segurança pública e violações dos direitos humanos: desafios para a consolidação do estado democrático de direito. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança**, n. 4, 2009. Disponível em: <www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/download/1098/986>. Acesso em: 10 out. 2016.

BORGES, Y. G. E. A atividade policial e os direitos humanos. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. XVI, n. 117, 2013. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13668&revista_caderno=29>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARVALHO, F. M. Os direitos humanos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e o pensamento filosófico de Norberto Bobbio sobre os direitos do homem. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. XI, n. 57, set. 2008. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5147&revista_caderno=15>. Acesso em: 10 out. 2016.

CARVALHO, V.; SILVA, M. F. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálysis**, v. 14, n. 1, p. 59-67, 2011.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Tradução Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LIRA, D. F. Crimes de abuso de autoridade: uma análise atual da Lei nº 4.898/65 à luz da jurisprudência dos tribunais superiores. **Revista Âmbito Jurídico-Penal**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11734>. Acesso em: 10 out. 2016.

LIMA, R. S.; BUENO, S.; MINGARDI, G. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. **Rev. direito GV**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 49-85, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180824322016000100049&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 out. 2016.

POLETTI, Ronaldo Rebello Brito, in *Critica e Autocrítica*, **Revista Jurídica Consulex**, n. 272, p. 9, 2008.

MESQUITA NETO, P. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: CARVALHO, J. M. et al. **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SINHORETTO, J.; SILVESTRE, G.; SCHLITTLER, M. C. **Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo**. Letalidade policial e prisões em flagrante. São Paulo: UFSCAR, 2014.

SOUSA, R. C.; MORAIS, M. do S. A. Polícia e Sociedade: uma análise da história da segurança pública brasileira. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., Piauí. **Anais...** Piauí: UEPI, 2011.



UNOESC
Chapecó

Avenida Nereu Ramos, 3777 D - Bairro Seminário
CEP 89813-000 - Chapecó/SC
www.unoesc.edu.br